



**CONGRESSO NACIONAL**

**ANAIS DO SENADO FEDERAL**

ATAS DA 184ª SESSÃO À 187ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 29 Nº 47  
20 OUT. A 25 OUT

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
**SUBSECRETARIA DE ANAIS**  
BRASÍLIA – BRASIL  
2005

## **VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL**

**1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.**

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.  
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-  
v. ; 27 cm.  
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531  
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal  
Subsecretaria de Anais - SSANS  
Via N 2, Unidade de Apoio I.  
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



## **SENADO FEDERAL**

### **COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)**

<b>PRESIDENTE</b>	<b>Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)</b>
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador TIÃO VIANA (PT-AC)</b>
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)</b>
<b>2º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)</b>
<b>3º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)</b>
<b>4º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)</b>

### **SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

<b>1º Senadora</b>	<b>SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)</b>
<b>2º Senador</b>	<b>PAPALÉO PAES (PSDB-AP)</b>
<b>3º Senador</b>	<b>ALVARO DIAS (PSDB-PR)</b>
<b>4º Senador</b>	<b>AELTON FREITAS (PL-MG)</b>

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**  
**(52ª LEGISLATURA)**

	<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		<b>SANTA CATARINA</b>
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	<b>MARANHÃO</b>	PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		<b>ALAGOAS</b>
PMDB	Mauro Fecury	P-SOL	Heloísa Helena
	<b>PARÁ</b>	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		<b>SERGIPE</b>
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	<b>PERNAMBUCO</b>	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		<b>AMAZONAS</b>
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
PT	Aloizio Mercadante		<b>PARANÁ</b>
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	<b>MINAS GERAIS</b>	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		<b>ACRE</b>
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	PT	Tião Viana
	<b>GOIÁS</b>	P-SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	<b>MATO GROSSO</b>	PT	Delcídio Amaral
S/ Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	S/ Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		<b>TOCANTINS</b>
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	<b>CEARÁ</b>	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
S/ Partido	Patrícia Saboya Gomes		<b>AMAPÁ</b>
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	<b>PARAÍBA</b>	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		<b>RONDÔNIA</b>
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		<b>RORAIMA</b>
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	<b>PIAUI</b>	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

## ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
<b>ADMINISTRAÇÃO REGIONAL</b>			
Preocupação com carência de recursos financeiros dos municípios brasileiros. Senador Garibaldi Alves Filho. ....	63	Registro do artigo intitulado “Os intelectuais e a crise”, de autoria do historiador Boris Fausto, publicado no jornal <b>Folha de São Paulo</b> , do dia 6 de setembro de 2005. Senador Papaléo Paes. ....	182
<b>ARTIGO DE IMPRENSA</b>			
Encaminhamento à Mesa das seguintes matérias: “As sete pragas da Amazônia”; “O risco de pagar para ver”; “Florestas de proveta”; “O Governo Lula representa retrocesso na questão ambiental”, e “Morte do perito não foi natural, mostram exames”. Senador Arthur Virgílio.....	17	Registro do artigo intitulado “É tudo mentira”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 9 de outubro de 2005. Senador Reginaldo Duarte. ....	183
Comentários sobre o editorial do jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , intitulado “Sem quê nem para quê”, do dia 20 de outubro de 2005. Senador Arthur Virgílio.....	30	Registro da matéria intitulada “A missão do camarada Aldo”, publicada na revista <b>Época</b> , edição de 3 de outubro de 2005. Senador Sérgio Guerra.	184
Comentários à matéria intitulada “O homem dos três poderes”, publicada pela revista <b>Veja</b> . Senador Almeida Lima.....	59	Registro do artigo intitulado “Lula vence no PT”, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 14 de outubro de 2005. Senador Álvaro Dias...	186
Solicitação para que conste dos Anais do Senado Federal, a reportagem do <b>Jornal do Dia</b> , que trata da transposição do Rio São Francisco. Senador Antônio Carlos Valadares.....	170	Registro do artigo intitulado “Não rouba, não deixa roubar e combate o roubo”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 9 de outubro de 2005. Senador João Batista Motta.....	187
Solicitação para que conste dos Anais do Senado Federal, as matérias que mostram como a interferência do homem na natureza pode resultar em destruição ambiental: “Perigo real e imediato”, de autoria de Vilma Gryzinski; “O paradoxo da água”, de autoria de João Gabriel de Lima”; “Um olhar sobre o futuro”, de autoria de Monica Weinberg; e “A terra é o paraíso”, de autoria de Anna Paula Buchalla e Giuliana Bergamo. Senador Arthur Virgílio.....	172	Registro da matéria intitulada “Câmbio: Furlan contesta Palocci”, publicada no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 7 de outubro de 2005. Senador Flexa Ribeiro.....	188
Registro da entrevista intitulada “Crime organizado se espalhou”, concedida pelo Senador Garibaldi Alves, publicada no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 10 de outubro de 2005. Senador Leonel Pavan.....	181	Transcrição, nos Anais do Senado, das matérias “Colheu o que plantou”, revista <b>Época</b> , edição do dia 17 de outubro de 2005, “Um tiro no pé”, revista <b>Veja</b> , edição de 19 de outubro de 2005, e “Lições da carne”, Opinião Econômica, jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , de 15 de outubro de 2005. Senador Antero Paes de Barros.....	190
		Comentários à denúncia publicada hoje na imprensa envolvendo o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senadora Heloísa Helena. ....	215
		Registro de matéria intitulada “Land Rover também é caixa 2?”, publicada no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 14 do corrente. Senador Álvaro Dias.....	242
		Registro do artigo intitulado “Oportunidade perdida”, de autoria do ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, Rubens	

	Pág.		Pág.
Barbosa, publicado no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 27 de setembro de 2005. Senador Sérgio Guerra.....	244	Registro de matéria intitulada “Ex-presidente da Casa da Moeda admite caixa 2”, publicada no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 5 de outubro de 2005. Senador Flexa Ribeiro. ....	376
Solicitação para que a matéria intitulada “Dinheiro seria enviado para Goiânia”, publicada no <b>Jornal do Brasil</b> , de 20 de setembro de 2005, seja inserida nos Anais do Senado Federal. Senador Papaléo Paes.....	246	Comentário sobre o artigo intitulado “Mandrake no abafa”, publicado no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 6 de outubro de 2005. Senador Reginaldo Duarte.....	377
Registro de artigo intitulado “O grande expurgo”, de autoria do jornalista Diogo Mainardi, publicado na revista <b>Veja</b> , edição de 12 de 2005. Senador Reginaldo Duarte.....	247	Registro de matéria intitulada “Testemunha explosiva”, publicada pela <i>Revista IstoÉ</i> , edição de 28 de setembro de 2005. Senador Sérgio Guerra.	378
Registro de matéria intitulada “A fronteira do sucesso”, publicada na revista <b>IstoÉ</b> , edição de 12 do 2005. Senador Arthur Virgílio.....	248	<b>ATUAÇÃO PARLAMENTAR</b>	
Responsabilidade do governo Lula pelo surto da aftosa no Brasil, conforme define o editorial do jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> . Senador Arthur Virgílio. ....	248	Registro dos entendimentos para incluir no texto da Medida Provisória 255, de 2005, dispositivos previstos na Medida Provisória 252, de 2005. Senador Romero Jucá.....	214
Comentários sobre a matéria intitulada “Saga dos alvos mutantes”, de autoria do jornalista Otávio Cabral, publicada na revista <b>Veja</b> , edição de 12 de 2005. Senador João Batista Motta.....	253	Questão de ordem sobre a interpretação de artigos do Regimento Interno e da Constituição Federal, no que se refere à perda do mandato de Sua Excelência. Senador João Capiberibe. ....	337
Comentários a cerca de matéria intitulada “Presidente da Biblioteca Nacional pede demissão”, publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 8 de 2005. Senador Flexa Ribeiro. ....	256	Gravidade das acusações que pesam contra o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que reincide no ataque à honra do Governador do Acre e a diversos políticos daquele Estado. Senador Tião Viana. ....	349
Considerações acerca da matéria intitulada “Relator do processo decide pedir a cassação de Dirceu”, publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 6 de 2005. Senador Antero Paes de Barros. ....	257	Considerações sobre a postura adotada pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Sibá Machado. ....	350
Comentários sobre matéria do jornal <b>A Tarde</b> , da Bahia, intitulada “Prefeitura ameaça não pagar o décimo terceiro salário”. Senador Rodolpho Tourinho.....	351	(CPI)	
Inserção, nos Anais do Senado, das matérias: “Impedidos de votar pela estiagem”, publicada no jornal <b>Correio Braziliense</b> , e “Seca prejudica referendo”, publicada no <b>Jornal do Brasil</b> . Senador Arthur Virgílio. ....	367	Solicitação ao Senador Efraim Morais, Presidente da CPI dos Bingos, para que marque a data do depoimento do Senhor Okamoto na referida CPI. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	14
Registro de matéria intitulada “Justiça quebra sigilo de Zeca do PT e irmãos”, publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 18 de outubro de 2005. Senador Álvaro Dias.....	372	Considerações a respeito do assassinato do prefeito de Santo André em prol de uma melhor apuração da corrupção nas CPIs. Senador Arthur Virgílio.	197
Comentário sobre o artigo intitulado “Operação abafa”, publicado no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 5 de outubro de 2005. Senador João Batista Motta.....	374	Denúncia de que o governo do Presidente Lula não deseja a investigação do caso Celso Daniel. Senador Arthur Virgílio.....	197
Registro de artigo intitulado “Bingo!”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 7 de outubro de 2005. Senador Antero Paes de Barros. ....	375	Cobrança de uma melhor apuração do caso Celso Daniel, destacando sua indignação quanto à falta de apuração correta nas CPIs. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Antero Paes de Barros.	199
		Considerações a respeito da “operação abafa”, destacando gravação encaminhada à CPI que compromete a base do Governo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Álvaro Dias. ....	200
		Questionamentos sobre o caso da morte do Prefeito Celso Daniel, em Santo André. Senador José Agripino. ....	363

	Pág.	III	Pág.
DATA COMEMORATIVA			
Comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira. Senador Aelton Freitas.....	4		
Comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira. Senador Ney Suassuna. ..	6		
Comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira. Senador Romeu Tuma.....	8		
Comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira. Senador José Maranhão. .	10		
Comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira. Senador Valmir Amaral.....	13		
Comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira. Senador Luiz Otávio.....	29		
DESENVOLVIMENTO REGIONAL			
Apelo para a liberação de recursos federais para os municípios atingidos pela seca no Amazonas, bem como para a conclusão dasclusas de Tucuruí. Senador Luiz Otávio.....	29		
Destaque para os desequilíbrios econômicos e sociais entre o Distrito Federal e a região do Entorno. Senadora Íris de Araújo. ....	209		
Destaque para os indicadores sociais e econômicos do Distrito Federal, rejeitando o rótulo de cidade corrupta para Brasília. Senador Paulo Octávio. ....	227		
Esclarecimentos quanto à aprovação da matéria a respeito do crédito externo nos Municípios. Aparte ao Senador Luiz Otávio. Senadora Heloísa Helena. ....	233		
Precariedade financeira das prefeituras municipais brasileiras. Senador Rodolpho Tourinho. ..	351		
DIREITOS HUMANOS			
Crítica à morosidade no andamento das indenizações nos processos de anistia, em curso no Ministério da Justiça. Senador Garibaldi Alves Filho...	370		
EDUCAÇÃO			
Considerações sobre os benefícios da soja na alimentação das crianças na idade pré-escolar. Senador Alberto Silva.....	218		
Registra decepção com o descaso do Governo quanto ao programa de alimentação nos colégios públicos. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Pedro Simon. ....	219		
Análise do sistema educacional brasileiro. Senador Pedro Simon.....	221		
		Defesa do reconhecimento social do educador. Senador Pedro Simon.....	221
		EMIGRAÇÃO	
		Relatos da viagem realizada aos Estados Unidos da América, presidindo a CPMI da Emigração Ilegal. Senador Valdir Raupp.....	353
		EXPLICAÇÃO PESSOAL	
		Explicações à Casa sobre denúncias veiculadas pelo Jornal do Brasil, atribuindo a Sua Excelência a acusação de que se apropriava mensalmente de 40% da remuneração dos servidores de seu gabinete. Senador Geraldo Mesquita Júnior...	343
		GOVERNO FEDERAL	
		Apelo ao Presidente da República para que não despreze as Forças Armadas. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	14
		Considerações a respeito de revelações que incriminam a base governamental. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Antero Paes de Barros.	201
		Comentário sobre pesquisa <b>Datafolha</b> que mostra a tendência de queda na aprovação do Presidente Lula. Senador José Jorge. ....	334
		Considerações a respeito do Governo Lula, no que se refere ao referendo sobre o desarmamento, bem como sobre a posição da população diante deste acontecimento. Aparte ao Senador José Jorge. Senadora Serys Slhessarenko.....	335
		Comentários a respeito do quadro atual do Governo Lula, ainda, acerca do referendo do Desarmamento. Senador Efraim Morais. ....	355
		Crítica ao Governo pelo voto "sim" no referendo do Desarmamento. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães . Senador José Jorge.....	359
		Comentário sobre o Índice de percepções de corrupção 2005 - o grau de corrupção atribuído às relações entre o Estado e a sociedade no Brasil, divulgado pela Transparência Internacional. Senador Alvaro Dias. ....	372
		HOMENAGEM	
		Registra da visita do Vice-Ministro do Exterior do Irã (importante assessor do presidente do Irã) para encontro com presidente Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Ney Suassuna. ....	31
		Homenagem aos colegas de partido. Aparte ao Senador Leomar Quintanilha. Senador Alberto Silva.	62

	Pág.		Pág.
Homenagem ao Senador Leomar Quintanilha ao deixar o PMDB. Aparte ao Senador Leomar Quintanilha. Senador Garibaldi Alves Filho. ....	62	Reverência a memória de Sua Santidade o Papa João Paulo II. Senador Leonel Pavan.....	399
Congratulações ao Senador Alberto Silva. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Garibaldi Alves Filho. ....	66	(IBGE)	
Considerações a respeito dos pronunciamentos do Senador Alberto Silva, elogiando seu trabalho no Senado Federal. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senadora Heloísa Helena. ....	66	Comentários sobre a estimativa do IBGE de redução na produção agrícola do Brasil. Senador Luiz Otávio.....	231
Elogios à atuação do Senador Alberto Silva. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Pedro Simon. ...	219	IMPOSTO DE RENDA	
Elogios à postura do Senador Pedro Simon. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Ney Suassuna. ....	223	Inclusão na Medida Provisória 255, de 2005, de dispositivos da Medida Provisória 252, de 2005. Senador José Agripino. ....	57
Destaque para a importância da presença do Ministro das Relações Exteriores do Irã no Brasil. Senador Ney Suassuna.....	226	Comentários a respeito da Medida Provisória 255, de 2005. Senador Luiz Otávio. ....	231
Congratulações ao povo do Pará pelo seu futebol. Aparte ao Senador Luiz Otávio. Senador Sibá Machado.....	234	INFRA-ESTRUTURA	
Destaque para a festa do Círio de Nazaré, em Belém, no Estado do Pará. Aparte ao Senador Luiz Otávio. Senadora Heloísa Helena.....	235	Considerações sobre problemas de infraestrutura no Brasil, principalmente no Estado do Mato Grosso. Senadora Serys Silhessarenko.....	328
Defesa do povo brasileiro frente ao rótulo de cidade corrupta para Brasília. Senadora Heloísa Helena. ....	235	MENSAGEM	
Homenagem à cidade de Brasília. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Luiz Otávio. ...	236	Mensagem nº 240, de 2005, da Presidência da República, (Nº 666/2005, na origem) que, de conformidade com o disposto no artigo 52, inciso III, alínea f da Constituição Federal, combinado com o artigo 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Luis Fernando Schuartz para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.....	260
Perspectiva e compromisso de melhoria dos trabalhos no ano de 2006. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Paulo Octávio. ....	237	Mensagem nº 241, de 2005, da Presidência da República, (Nº 667/2005, na origem) que, de conformidade com o disposto no artigo 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o artigo 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Abraham Benzaquen Sicsú para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. ....	267
Homenagem ao trabalho desenvolvido pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Senador Gerson Camata. ....	258	ORÇAMENTO	
Justificação a requerimento de homenagem à população da cidade de Manaus, que comemora hoje seu tricentésimo trigésimo sexto aniversário de criação. Senador Arthur Virgílio. ....	361	Considerações a respeito do repasse adequado de recursos do Orçamento Público para obras de benefício público. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Leomar Quintanilha.....	64
HOMENAGEM PÓSTUMA		Considerações sobre o contingenciamento de recursos do Orçamento da União. Senador Alberto Silva. ....	65
Reverência à memória de sua Santidade o Papa João Paulo II. Senador Marco Maciel.....	387		
Reverência à memória de sua Santidade o Papa João Paulo II. Senador Pedro Simon.....	390		
Reverência à memória de Sua Santidade o Papa João Paulo II. Senador Aloizio Mercadante..	394		
Reverência à memória de Sua Santidade o Papa João Paulo II. Senador Paulo Paim. ....	395		
Reverência à memória de Sua Santidade o Papa João Paulo II. Senador Delcídio Amaral.....	397		



	Pág.		Pág.
Comentário acerca do custo para o Governo que demandam as obras de benefício público. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Alberto Silva. .	169		
<b>PARTIDO POLÍTICO</b>		<b>POLÍTICA FISCAL</b>	
Anúncio da filiação de Sua Excelência ao PCdoB. Senador Leomar Quintanilha.....	61	Considerações a respeito da política fiscal em âmbito estadual e federal. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Rodolpho Tourinho.....	59
Saúda o Partido dos Trabalhadores pela expulsão do Ex-tesoureiro Delúbio Soares. Senador José Jorge.....	334	Destaque para a necessidade de baixar a taxa cambial para incentivar as exportações. Senador Luiz Otávio. ....	231
Análise a respeito da atuação do PT em relação ao caso Delúbio Soares. Aparte ao Senador Efraim Moraes. Senador José Jorge.....	356	<b>POLÍTICA PARTIDÁRIA</b>	
Crítica ao presidente Lula e ao partido PT quanto à cassação de parte de seus aliados. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Arthur Virgílio. ....	364	Justificativa ao projeto de sua autoria, que altera a lei da inelegibilidade. Senador Jefferson Péres. ....	60
<b>POLÍTICA AGRÍCOLA</b>		<b>POLÍTICA SOCIAL</b>	
Cobrança de uma política agrícola para o País. Senador João Batista Motta.....	167	Reconhecimento, pelas lideranças mais importantes dos organismos multilaterais, dos avanços e caminhos que o Brasil percorreu no combate à fome e à pobreza. Senador Aloizio Mercadante.....	43
<b>POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA</b>		Destaque para a obrigação cívica dos Parlamentares em criar mecanismos para a inclusão social de portadores com deficiência em nosso País. Senador Paulo Octávio.....	195
Destaque para a regulamentação da Lei de Biossegurança. Senador Ney Suassuna. ....	226	Considerações sobre o esporte paraolímpico como forma de apoio aos portadores de deficiência no Brasil. Senador Augusto Botelho. ....	195
Ponderações sobre o atraso na regulamentação da Lei de Biossegurança, promulgada em março de 2005. Senador Ney Suassuna.....	357	Registra da aprovação, na Comissão de Assuntos Sociais, de projeto de sua autoria que veta a cessão ou a transferência, para entidade desportiva estrangeira, de atleta profissional que esteja inscrito em qualquer campeonato em andamento conhecido pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Senador Rodolpho Tourinho. ....	212
<b>POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE</b>		Considerações a respeito dos programas sociais existentes no País. Senador Alberto Silva.....	218
Desistência dos Governadores Blairo Maggi e Zeca do PT, do Programa BID-Pantanal. Senador Antero Paes de Barros.....	33	<b>POLÍTICA SOCIOECONÔMICA</b>	
Preocupação com o meio ambiente no Amazonas. Senador Arthur Virgílio. ....	217	Considerações a respeito do estudo “BRASIL - o estado de uma nação: uma análise ampla e objetiva dos principais problemas e desafios do País”, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Senador Romero Jucá.....	243
<b>POLÍTICA ENERGÉTICA</b>		<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	
Apresentação de projeto tratando do biodiesel. Senador Alberto Silva. ....	65	Contribuição previdenciária dos inativos portadores de doença incapacitante. Senador Rodolpho Tourinho. ....	212
Considerações a respeito do projeto do biodiesel. Senador João Batista Motta. ....	167		
<b>POLÍTICA EXTERNA</b>			
Comentários a cerca das viagens do Presidente Lula ao exterior e a política externa. Senador Alvaro Dias. ....	242		

	Pág.		Pág.
<b>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO</b>			
Projeto de Decreto Legislativo nº 478, de 2005, nº 1.637/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Terenos - MS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terenos, Estado de Mato Grosso do Sul.....	70	Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2005, nº 1.723/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Sítio São Miguel - ASMOSSM – Sossego - PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sossego, Estado da Paraíba.....	105
Projeto de Decreto Legislativo nº 479, de 2005, nº 1.640/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação Esperança e Liberdade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candiba, Estado da Bahia.....	73	Projeto de Decreto Legislativo nº 487, de 2005, nº 1.727/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação Cambaraense de Rádio Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambará, Estado do Paraná. ....	107
Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2005, nº 1.662/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Cultural de Timbó a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina. ....	76	Projeto de Decreto Legislativo nº 488, de 2005, nº 1.739/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Verdes Mares LTDA. para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.....	111
Projeto de Decreto Legislativo nº 481, de 2005, nº 1.666/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga permissão à Bispo Guaporé Radiodifusão LTDA. a explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amargosa, Estado da Bahia. ....	80	Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2005, nº 1.755/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Presidente Castelo Branco - ACODECAB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná. ....	115
Projeto de Decreto Legislativo nº 482, de 2005, nº 2.675/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Artística de Sertaneja - ACASE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertaneja, Estado do Paraná.....	90	Projeto de Decreto Legislativo nº 490, de 2005, nº 1.756/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação Rioclarense dos Colecionadores de Disco de Vinil a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.....	118
Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2005, nº 1.676/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana - FUNCRAVA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado do Piauí.....	93	Projeto de Decreto Legislativo nº 491, de 2005, nº 1.761/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Salgado São Félix - PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgado de São Félix, Estado da Paraíba. ....	121
Projeto de Decreto Legislativo nº 484, de 2005, nº 1.689/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza a Associação Cristã de Ação Social Comunitária do Cajuru a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.....	96	Projeto de Decreto Legislativo nº 492, de 2005, nº 1.770/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que autoriza o Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobral, Estado do Ceará.....	124
Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2005, nº 1.702/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga permissão à Radiodifusão Ramadam LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio das Missões, Estado do Rio Grande do Sul. ....	99	Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2005, nº 1.786/2005, na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Assistencial e de Difusão Educativa e Cultural de Joinville - FUNADEJ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. ....	127
		Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2005, nº 1.341/2004 na Câmara dos Deputados, que aprova o ato que renova a concessão da Socieda-	

Pág.	Pág.
de Rádio Araguaia de Brusque LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina. ....	133
<b>PROJETO DE LEI DO SENADO</b>	
Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2005, que altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Senador Pedro Simon. ....	140
Projeto de Lei do Senado nº 363 (Complementar), de 2005, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados. Senador Jefferson Péres. ....	141
<b>PROJETO DE RESOLUÇÃO</b>	
Projeto de Resolução nº 80, de 2005, que altera dispositivos da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, que "institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar". Senador Pedro Simon. ....	139
<b>PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, que dá nova redação ao § 4º do artigo 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Senador Marco Maciel...	146
Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, que altera o artigo 159, da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior. Senador Flexa Ribeiro. ...	148
Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, que acrescenta o seguinte § 5º ao artigo 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios. Senador Arthur Virgílio.....	156
Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, que altera a redação dos artigos 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública. Senador Renan Calheiros.....	313
<b>RECURSOS HÍDRICOS</b>	
Considerações a respeito de uma possível transposição de águas no Nordeste Setentrional. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador José Maranhão.....	168
Elogio ao Senador João Batista Motta pelo comentário a respeito do gasto que deve ser realizado com a transposição da água nos Estados. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Alberto Silva. ....	169
<b>REFORMA AGRÁRIA</b>	
Considerações a respeito dos Sem-Terra do Pontal do Paranapanema. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senadora Heloísa Helena.....	66
<b>REQUERIMENTO</b>	
Requerimento nº 1.168, de 2005, que solicita sobre o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. Senador Aloizio Mercadante.....	158
Requerimento nº 1.169, de 2005, que requer, nos termos do artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 133, V, d, e artigo 138, II do Regimento Interno do Senado Federal, informações sobre a Mensagem nº 123, de 2000, (que solicita ao Senado Federal autorização para elevação do limite de endividamento da Petróleo S/A - Petrobrás, em R\$ 3.330.000.000,00 (três bilhões, trezentos e trinta milhões de reais). Senador Luiz Otávio. ....	159
Requerimento nº 1.170, de 2005, que requer, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e no artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministério da Fazenda sobre estimativas do impacto fiscal, no período 2005-2007, da eventual entrada em vigor do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2004 - Complementar ou de seus apensados, Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2003, Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2004. Senador Eduardo Suplicy. ....	161
Requerimento nº 1.171, de 2005, que requer a prorrogação do prazo para o encaminhamento da indicação para a candidatura ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, à Mesa do Senado Federal. Senadora Serys Shlessarenko. ....	163
Requerimento nº 1.172, de 2005, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Sena-	

	Pág.		Pág.
do nºs 174 e 213, de 2001, por regularem a mesma matéria. Senador Aloizio Mercadante.....	163	Considerações a respeito do aspecto econômico que envolve a questão da saúde pública a partir do Mato Grosso do Sul para o país todo. Aparte ao Senador José Maranhão. Senador Alberto Silva...	69
Requerimento nº 1.173, de 2005, que requer, nos termos do artigo 50, § 2º da Constituição Federal e artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas à Ministra do Meio Ambiente, informações sobre o empreendimento turístico do Projeto Tamar, localizado no Município de Mata de São João no litoral norte da Bahia. Senador Rodolpho Tourinho.....	207	Necessidade de regulamentação sanitária para o combate às pragas urbanas. Senador Ney Suassuna.....	226
Requerimento nº 1.174, de 2005, que requer, nos termos do artigo 152 do Regimento Interno do Senado Federal, prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, até o dia 25 de abril de 2006, bem assim o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais) para funcionamento da CPI. Senador Efraim Morais.....	346	Destaque para os esforços do governo de Mato Grosso do Sul para reverter o quadro de febre aftosa naquele Estado. Senador Delcídio Amaral.	240
Requerimento nº 1.175, de 2005, que requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Ginasta Daiane dos Santos, pela conquista da Copa do Mundo de Ginástica Artística, categoria solo, no dia 22 de outubro de 2005 em Stuttgart, Alemanha. Senador Arthur Virgílio.....	348	Comentário a respeito da febre aftosa e do descuido do Governo na não aprovação de projetos em benefício à população. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador José Jorge.....	358
Requerimento nº 1.176, de 2005, que requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Ginasta Laís Souza, pela conquista da Medalha de Ouro, categoria Salto sobre Cavalo, na Copa do Mundo de Ginástica Artística, no dia 22 de outubro de 2005 em Stuttgart, Alemanha. Senador Arthur Virgílio. .	348	SECA	
Requerimento nº 1.177, de 2005, que requer, Sessão Especial pela passagem do centenário de nascimento de Afonso Arinos de Melo Franco, na data de 27 de novembro de 2005. Senador Marco Maciel.....	348	Considerações a respeito da seca no Pará. Senador Luiz Otávio.....	231
Requerimento nº 1.178, de 2005, que requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à população de Manaus, pelo transcurso do 336º aniversário de criação da cidade, no dia 24 de outubro de 2005. Senador Arthur Virgílio.....	363	SEGURANÇA PÚBLICA	
SAÚDE		Manifestação favorável ao voto “Não”, no referendo sobre o desarmamento. Senador Juvêncio da Fonseca.....	15
Comentários sobre a crise gerada pelo surgimento de um surto de febre aftosa no Mato Grosso do Sul. Senador José Maranhão.....	67	Comentários a respeito de um programa mais eficaz no combate à violência e ao porte de armas. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca. Senador Romeu Tuma.....	16
		Encaminhamento à Mesa de requerimento solicitando ao Ministro da Justiça proteção policial aos Senhores Ailton Alves Feitosa, Bruno Daniel e João Francisco Daniel. Senador Arthur Virgílio. ....	45
		Manifestação favorável ao voto “Sim”, no referendo sobre o desarmamento, com data prevista para o dia 23 de outubro de 2005. Senadora Ana Júlia Carepa.....	47
		Registro de indignação com a violência no Estado brasileiro. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Arthur Virgílio.....	48
		Apoio a Senadora Ana Júlia Carepa em prol do desarmamento. Aparte ao Senador Magno Malta. Senadora Íris de Araújo.....	55
		Manifestação favorável ao voto “Sim”, no referendo sobre o desarmamento, previsto para o dia 23 de outubro de 2005. Senador Magno Malta. ....	55
		Proposta de aumento da segurança do Estado com o armamento do mesmo. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Alberto Silva.....	56
		Registro de indignação em relação à violência contra a mulher, o que seria uma consequência do armamento no país. Aparte ao Senador Magno Malta. Senadora Ana Júlia Carepa.....	57

	Pág.		IX Pág.
Considerações sobre o Estatuto do Desarmamento. Senador João Batista Motta.....	167	Comentários sobre o resultado do referendo popular contra a venda de armas de fogo e munição. Senador Efraim Morais.....	355
Manifestação favorável ao voto “Sim” no referendo sobre o Desarmamento. Senadora Ideli Salvatti.....	211	Reflexões sobre o resultado do referendo sobre a comercialização de armas de fogo e munição e a coincidência na avaliação sobre o Governo Lula feita pelo Datafolha. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	359
Debate a respeito do referendo sobre o desarmamento. Senadora Heloísa Helena.....	215	Considerações a respeito do dever do Estado de prover segurança à população. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador Tião Viana.....	360
Defesa do voto “sim” no referendo do Desarmamento. Senador Sibá Machado.....	237	Comentários sobre o resultado do referendo da comercialização de armas de fogo e munição. Senador Arthur Virgílio.....	361
Comentários sobre o desaparecimento, na Polícia Federal, de cerca de R\$ 2 milhões de reais apreendidos na chamada “Operação Caravelas”. Senador Papaleó Paes.....	246	Manifestação sobre o resultado do referendo da comercialização de armas de fogo e munição. Senador José Agripino. ....	363
Análise do resultado do referendo sobre a comercialização de arma de fogo e munição. Senador Paulo Paim.....	332	Manifestação sobre o resultado do referendo da comercialização de armas de fogo e munição, realizado em 23 de outubro de 2005. Senador Sérgio Zambiasi. ....	371
Reflexões sobre o resultado do referendo (do Desarmamento) realizado no País. Senador José Jorge.....	334	VIOLÊNCIA	
Cumprimentos ao povo brasileiro pela maturidade política demonstrada por meio da votação no referendo do Desarmamento. Senador Marco Maciel. ....	339	Protesto contra a exploração de mulheres. Senadora Heloísa Helena.....	215
Registro de preocupação com as decisões que devem ser tomadas a partir do referendo. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Tião Viana.....	340		
Comentários acerca do voto “não”, referente ao referendo sobre o desarmamento. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Ney Suassuna...	342		



# Ata da 184ª Sessão Deliberativa Ordinária em 20 de outubro de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Gilberto Mestrinho, Flávio Arns,  
Jefferson Péres e Augusto Botelho

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

### REGISTRO DE COMPARECIMENTO

#### Senado Federal

Período : 20/10/2005 07:32:16 até 20/10/2005 19:56:22

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X						
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X						
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X						
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X						
PMDB	RO	AMIR LANDO	X						
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X						
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X						
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X						
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X						
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X						
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X						
PCdoB	TO	LÉOMAR QUINTANILHA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
Bloco-PL	ES	MÁGNO MALTA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X						
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X						
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PFL	SP	ROMEU TUMA	X						
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X						
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SERY'S SLHESSARENKO	X						
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X						
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X						
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X						

Compareceram: 62 Senadores

Ofício nº 663/2005-GSMC

Brasília, 20 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **RENAN CALHEIROS**  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente instrumento para informar a V. Exa. que, apesar de ter estado presente nesta Casa no dia de ontem, deixei de registrar meu comparecimento no Plenário.

Como participei de um evento público na Casa, faço anexar cópia da ata da audiência pública, ocorrida no Auditório Petrônio Portela, referente aos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, da qual sou o presidente.

Colho do ensejo para renovar os meus protestos de apreço a consideração.

Atenciosamente,



**Senador MARCELO CRIVELLA**

**SECRETARIA GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais  
e Parlamentares de Inquérito**

## **CONVITE**

De ordem do Presidente da **COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO**, criada através do Requerimento nº 02, de 2005 - CN, *“destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior”*, convido Vossa Excelência para assistir ao filme **“A FRONTEIRA”**, do cineasta Roberto Carminati, a ser exibido amanhã, dia 20 de outubro, às 12h00 no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal.

Secretaria da Comissão, em 19 de outubro de 2005.



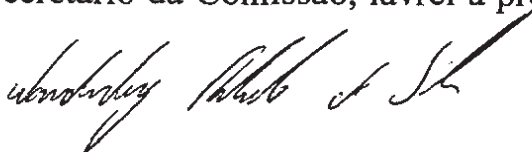

**WANDERLEY RABELO DA SILVA**  
Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e  
Parlamentares de Inquérito



**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 2 – CN, PARA APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR.**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SENADO FEDERAL**

No dia vinte de outubro de dois mil e cinco, às doze horas e dez minutos, no Auditório Petrônio Portela, no Senado Federal, sob a Presidência do Senador Marcelo Crivella e com as presenças dos Deputados Aldir Cabral, João Mendes, Vieira Reis e José Divino, bem como representantes da Embaixada Americana, Ministério das Relações Exteriores, Polícia Federal, Receita Federal e cerca de quatrocentos convidados, a **COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 02, DE 2005-CN, COM O OBJETIVO DE “APURAR OS CRIMES E OUTROS DELITOS PENAIIS E CIVIS PRATICADOS COM A EMIGRAÇÃO ILEGAL DE BRASILEIROS PARA OS ESTADOS UNIDOS E OUTROS PAÍSES, E ASSEGURAR OS DIREITOS DE CIDADANIA AOS BRASILEIROS QUE VIVEM NO EXTERIOR”**, em Audiência Pública, exibiu, em “avant-première” o filme “A FRONTEIRA”, no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal com a presença do diretor catarinense Roberto Carminati. A obra se refere à travessia ilegal de brasileiros para os Estados Unidos, via México e foi premiada três vezes naquele país. Após a exibição, o Presidente da CPMI, Senador Marcelo Crivella, agradeceu a presença de todos, alertou para o perigo da travessia ilegal e passou a palavra ao cineasta Roberto Carminati. O diretor agradeceu os aplausos, disse da alegria dele em exibir o filme àquela platéia e, nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou o evento que encerrou-se às quatorze horas e quarenta e cinco minutos. E, para constar, eu, **Wanderley Rabelo Silva**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata.



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 62 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O tempo destinado à Hora do Expediente da presente sessão será dedicado à comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira, nos termos do Requerimento nº 979, de 2005, do nobre Senador Alton Freitas e de outros Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, Comandante da Aeronáutica. (Pausa.)

Convido para compor a Mesa o Brigadeiro Sérgio Pedro Bambini, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica. (Pausa.)

Convido para compor a Mesa o General-de-Exército Renato César Tibau da Costa, Chefe do Estado-Maior do Exército, representando o Comandante do Exército, General-de-Exército Francisco Roberto de Albuquerque. (Pausa.)

Convido para compor a Mesa também o Vice-Almirante Newton Cardoso, Chefe do Estado-Maior da Marinha, representando, nesta oportunidade, o Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Roberto Guimarães Carvalho. (Pausa.)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Alton Freitas, autor do requerimento.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; Sr. Tenente Brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, Comandante da Aeronáutica; Exmo. Sr. Tenente-Brigadeiro Sérgio Pedro Bambini, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; Sr. Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, Chefe do Estado-Maior do Exército; Sr. Vice-Almirante Newton Cardoso, representante do Comandante da Marinha; senhores das Forças Armadas; população brasileira que nos acompanha pela TV Senado e pela Rádio Senado; senhoras e senhores, requeri que a sessão ordinária deste dia 20 de outubro fosse dedicada à celebração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira, que ocorre em 23 de outubro.

Essa data foi escolhida porque, há 99 anos, em 1906, o inventor mineiro Alberto Santos Dumont, às 16 horas e 45 minutos, registrou um dos mais brilhantes feitos da história da humanidade. Perante uma audiência de centenas de pessoas e de juizes da comissão

do Aeroclube de Paris, com o aeroplano 14 Bis, realizou o primeiro vôo registrado de um aparelho mais pesado do que o ar.

Santos Dumont lutou com as maiores dificuldades para conseguir a completa obediência do aeroplano. Como ele mesmo descreveu: “Era o mesmo que tentar arremessar uma flecha com a cauda para frente”. Em seu primeiro vôo, após sessenta metros, perdeu a direção e caiu.

Em 12 de novembro seguinte, Santos Dumont conseguiu ainda mais. Primeiro um vôo de 82 metros e depois outro, de 220 metros. Definitivamente, o homem havia ganhado o domínio do ar.

A aventura de Santos Dumont não começou ali. Teve início muito tempo antes, quando Alberto, filho do engenheiro Henrique Dumont e de dona Francisca, observava os feitos do pai engenheiro, ou quando, aos doze anos, guiava locomotivas e se divertia com as máquinas de beneficiamento de café da fazenda da família.

Aos quinze anos de idade foi definitivamente arrebataado pelo fascínio dos céus quando presenciou, na cidade de São Paulo, pela primeira vez, um balão esférico. Dois anos depois, um acidente deixou Henrique Dumont paraplégico. O chefe dos Dumont vendeu suas fazendas e posses e rumou com a família para a França.

Alberto encontrou em Paris o que havia de mais moderno em termos científicos. O pai sabia que o destino do filho estava ali. Ademais, Henrique sabia que o seu estado era grave e que os recursos médicos da época eram insuficientes. Dividiu as suas posses entre os sete filhos e emancipou Alberto, o caçula.

Além disso, aconselhou o filho a estudar as matérias técnicas que lhe permitissem uma formação na mecânica e na engenharia. Depois de um longo período de aprendizagem, Alberto Santos Dumont realizou, em 1898, o primeiro de seus muitos feitos: construiu o menor balão esférico até então. Batizou-o, em homenagem a sua terra natal, de “Brasil”.

Santos Dumont partiu, então, para uma iniciativa muito mais ousada: ser capaz de conduzir o rumo de um balão, ao contrário do que ocorria até então. Revolucionou, novamente, o mundo da aeronáutica. Construiu um balão em formato cilíndrico, com a ponta afinada, e o equipou com um motor movido a combustão interna. Para evitar riscos de incêndio, dirigiu para baixo o escapamento do motor.

O “Número 1”, como ficou conhecido o balão, foi um sucesso. Depois, Santos Dumont construiu uma incrível série de outros balões que também fizeram

história e ganharam prêmios, bateram recordes e inovaram a indústria aeronáutica.

Apesar disso, o balonismo, por mais aperfeiçoado que fosse, tinha limites claros. Isso era do conhecimento não apenas de Santos Dumont, mas de dezenas de inventores e cientistas do início do século XX. O grande sonho era construir um equipamento voador mais pesado do que o ar.

Muitos tentaram. Era o grande desejo daquele tempo. Inclusive dos famosos irmãos Wright, que alegavam ter feito vôos, mas não apresentaram provas de seus feitos até 1908, bem depois de Santos Dumont tê-lo feito.

Santos Dumont estava realmente preocupado com o conhecimento científico. Seguiu as regras propostas por inúmeros concursos aeronáuticos e, naquela tarde de outono francês de 1906, conseguiu, finalmente, realizar o sonho do homem de conquistar os céus.

Três anos depois, em 1909, Santos Dumont apresentou sua nova criação aeronáutica, o *Demoiselle*, um aparelho delicado e de fácil pilotagem.

Apesar de se mostrar um imenso sucesso, o *Demoiselle* nunca rendeu lucros para seu inventor. Santos Dumont, ao contrário dos outros, não requereu patentes de seus inventos e deixou que fossem copiados e utilizados por quem desejasse realizar o sonho de voar.

O avião, criado com o objetivo de ser a realização de um sonho, apesar das grandes facilidades que nos trouxe, acabou sendo, e ainda é, também um instrumento de morte e destruição.

Por outro lado, felizmente, muitos dos anseios de Santos Dumont acabaram por se transformar em realidade. Podemos verdadeiramente dizer que o seu legado transformou, para o bem, a face do mundo. Muito desse lado positivo deveu-se à ação de brasileiros.

Já em 1914, produzia-se o primeiro avião brasileiro. Era o primórdio de uma indústria que evoluiria muito nos anos seguintes. Nesse mesmo ano, em que estourou a Primeira Guerra Mundial, o Exército e a Marinha criaram as suas Escolas de Aviação.

Apesar dos males da guerra, o conflito de 1914 trouxe avanços para a indústria aeronáutica. Além disso, deixou, como legado positivo, milhares de pilotos habilitados. Tanto no resto do mundo quanto no Brasil, isso se refletiu, a partir da década de 1920, no início da aviação comercial, com o transporte de carga e de passageiros.

Em 1927, por exemplo, nascia a S.A. Empresa de Viação Aérea Rio-Grandense, mais conhecida como Varig.

No Brasil, a década se mostrava promissora. Inúmeras iniciativas industriais visavam a desenvolver e construir aviões legitimamente nacionais. Era uma época de ousados pioneiros, como o carioca Henrique Lage, que criou a Fábrica Brasileira de Aviões. Em São Paulo, a Companhia Aeronáutica Paulista, a CAP, iniciou, em 1942, a construção do famoso CAP-4, mais conhecido como Paulistinha – até a partida era na hélice! –, cujos exemplares ainda hoje voam pelos céus brasileiros.

No ano anterior, 1941, a guerra na Europa, na qual o Brasil acabou por se ver envolvido, levou à criação da FAB – Força Aérea Brasileira, cujos primeiros combates se deram nos céus italianos, em 1944. Naquele cenário de batalha, os pilotos brasileiros demonstraram bravura e habilidade notáveis. Inúmeros alvos importantes foram destruídos e muitas foram as baixas sofridas pelo Eixo.

Em 1945, o Governo Federal criou o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Centro Técnico de Aeronáutica (CTA), ambos em São José dos Campos, interior de São Paulo.

Os técnicos formados nessas instituições foram a base para a indústria aeronáutica que o País veria nascer nas décadas seguintes. Foram desenvolvidos desde aviões de treinamento, como os fabricados pela Neiva, do interior paulista, mais precisamente em Botucatu, até avançados equipamentos produzidos a partir de 1969, pela Embraer. Inicialmente uma indústria estatal, foi a ponta de lança da moderna indústria aeronáutica brasileira, tendo exportado, até hoje, aproximadamente quinze bilhões de reais em aviões.

Privatizada em 1994, conseguiu se manter na liderança no seu segmento de aviões regionais e tem se mostrado como uma das líderes mundiais do setor.

Boa parte desse desenvolvimento foi devido à ação da Força Aérea Brasileira, que, em fins dos anos sessenta, percebeu a importância de o País ter uma indústria competitiva na área.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhores representantes das Forças Armadas do País, em especial da Aeronáutica, rendo neste momento as minhas homenagens aos milhares de brasileiros que há quase um século têm honrado o Brasil com seus feitos. Se no início tivemos as ações quase solitárias de Santos Dumont, hoje há milhares de brasileiros envolvidos na atividade aeronáutica, seja na construção ou manutenção, seja na aviação comercial, seja na aviação militar. Todos eles, de uma forma ou de outra, são motivo de orgulho para o nosso País pela disposição, vontade e determinação que têm dedicado ao engrandecimento

do Brasil e merecem, e muito, esta singela homenagem do Senado Federal!

Quero, em tempo, Sr. Presidente e senhores representantes das Forças Armadas, pedir um minuto para cumprimentar os líderes da minha região, o Triângulo Mineiro, que se encontram presentes, em especial um militar, o Vereador Tenente Lúcio, Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, bem como os Vereadores da maravilhosa cidade de Conquista, nas pessoas do Presidente da Câmara, Sílvio Canassa, e de seu Vice-Presidente, o Vereador Mauro Donizeti – Conquista é uma cidade muito progressista do Triângulo Mineiro –, que são defensores legítimos e fãs das Forças Armadas, em especial da Aeronáutica.

Agradeço às Forças Armadas, que já nos renderam todo tipo de homenagem que um político pode ambicionar. Tenho sido companheiro – e serei sempre – das Forças Armadas aqui no Senado e quero – tenho certeza de que falo em nome da Casa – colocar-me à disposição dos senhores e das senhoras para sempre defender os interesses das Forças Armadas do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB no Senado Federal.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, em nome de quem eu saúdo todos os militares aqui presentes, neste momento em que o Senado Federal lembra o Dia do Aviador, comemorado anualmente no dia 23 de outubro, quero dizer que essa é, seguramente, uma data das mais importantes não apenas para os que trabalham com a aviação, mas para todo o povo brasileiro. Afinal, foi no dia 23 de outubro, do ano de 1906, que o gênio de um brasileiro franzino e determinado, Alberto Santos Dumont, tornou possível, com o 14 Bis, o primeiro vôo do “mais pesado que o ar”.

Foi uma pequena elevação do solo, de apenas sessenta metros de distância e dois metros de altura, mas que representou uma gigantesca mudança para a humanidade, e inseriu o nome de mais um brasileiro na galeria das grandes personalidades mundiais!

Voar sempre foi um ato envolto em profunda magia e mistério. Desde tempos imemoriais o homem sonha em imitar os pássaros e igualar-se aos deuses. Já nos textos bíblicos, vemos o profeta Elias ser alçado aos céus em um carro de fogo; no clássico **As Mil**

**e Uma Noites**, os magos cruzam os céus em tapetes voadores e, na mitologia grega, presenciamos Dédalus construir, em cera, asas para seu filho Ícaro, que acabaram por se derreter ao calor do sol.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Militares, decorridos menos de cem anos do vôo do 14 Bis, tamanha é a comodidade de que desfrutamos que nem nos damos conta do significado de voar, e todos os profissionais que atuam em harmonia para fazer isso merecem esta homenagem.

Refiro-me, em especial, aos aviadores pelo seu dia, mas também ao pessoal de terra, aos controladores de vôo, aos comissários de bordo, enfim, a todos que, unidos, fazem do sonho de outrora uma realidade concreta. A todos vocês, homens e mulheres de profundo valor, meu sincero reconhecimento.

Sobre as belezas e os desafios de voar, o Coronel Aviador Dion de Assis Távora proferiu com muita propriedade, em 16 de dezembro de 1961, a Oração do Aviador, afirmando que essa profissão envolve uma imensa gama de estudos e de responsabilidades; requer muito desprendimento e capacidade para lidar com imprevistos; exige uma saúde perfeita e uma dedicação ímpar, pois muitas vezes é necessário trabalhar continuamente, por muitas horas, em feriados e fins de semana, sacrificando o convívio familiar.

Mas, certamente, tudo isso há de ser recompensado pelo prazer de contemplar o nascer e o pôr-do-sol, o azul anil dos dias claros, o cinza das tempestades, a escuridão das nuvens e o clarão dos raios.

Neste momento, Sr. Presidente, gostaria de render aqui minhas homenagens à emblemática figura do Brigadeiro Eduardo Gomes e à Força Aérea Brasileira (FAB), que, com dedicação, competência e patriotismo, vem prestando inestimáveis serviços ao Brasil. Quero dizer, com muito orgulho, que o Brigadeiro Eduardo Gomes, foi patrono da minha turma, de 1982, na Escola Superior de Guerra. E essa turma, entre as demais turmas da Escola Superior de Guerra, tem dado um bom exemplo.

A FAB, nascida com a Escola Brasileira de Aviação, em 1914, consolidou-se a partir de 1941, quando foi criado o Ministério da Aeronáutica, e, por meio do 1º Grupo de Caça, sob o comando do Tenente-Coronel Aviador Nero Moura, recebeu seu batismo de fogo, atuando com destaque na Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutou bravamente nos campos da Itália, contra o jugo do nazi-fascismo.

Também o Correio Aéreo Nacional (CAN), antigo Correio Aéreo Militar, nascido na década de 1930, merece aqui ser lembrado por seu significado históri-

co, ao promover a inclusão social, levar conhecimento, auxílio, progresso e esperança aos mais longínquos rincões de nosso gigantesco País.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Srs. Militares, se a FAB cobriu-se de glórias no passado, ela se reveste hoje de importância estratégica para a vida nacional, guardando nossas fronteiras contra atitudes hostis, em particular contra o narcotráfico, o terrorismo e o contrabando.

Destaco, igualmente, o papel central do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), para o mapeamento e a proteção de nossas riquezas naturais localizadas na Região Norte.

Além das atribuições de manutenção da soberania de nosso espaço aéreo, a FAB utiliza seus recursos materiais e humanos para promover ações sociais em benefício da população brasileira.

Nesse particular, menciono as Missões de Ação Cívico-Social, as Missões de Misericórdia e as Missões de Busca e Salvamento, todas voltadas ao auxílio, em diferentes circunstâncias, a comunidades e a pessoas situadas em áreas remotas ou de difícil acesso.

Considero importante, Sr. Presidente, ressaltar também o destacado papel de nossa Aviação Civil para a integração e para o progresso nacional.

O transporte de cargas e de passageiros, em um mundo cada vez mais veloz e global, reveste-se de crescente significado para um País de dimensões continentais que almeja inserir-se no rol das grandes potências. Um Poder nacional forte não admite, de maneira alguma, a ausência de uma Aeronáutica forte.

Segundo dados da Infraero, a cada ano, 83 milhões de passageiros circulam pelos 66 aeroportos brasileiros, sendo armazenados e paletizados cerca de 1,3 milhão de toneladas de cargas aéreas. Além disso, apenas no ano de 2004, foram realizados dois milhões de pousos e decolagens.

Se hoje alcançamos esse estágio de progresso, muito devemos à determinação, à audácia e a visão de futuro de grandes homens, como o Comandante Rolim Amaro, fundador da TAM; o oficial aviador Otto Ernest Meyer, criador da Varig; o empresário Constantino de Oliveira Júnior, Presidente da Gol; e diversos outros proprietários de pequenas companhias aéreas que, juntos, acreditam no potencial e no desenvolvimento do Brasil.

Para não cometer aqui uma injustiça, Sr. Presidente, Srs. Militares, não poderia olvidar o significado de outras duas grandes empresas que, com muita tristeza, vi encerrarem suas atividades em passado recente: a Vasp e a Transbrasil. Certamente, elas muito

contribuíram para consolidar a Aviação Civil brasileira e merecem um lugar de destaque em sua história.

Aproveito esta oportunidade para chamar a atenção do Governo Federal para o setor aéreo de nosso País, que passa por um momento de turbulências, a fim de que não vejamos, num futuro próximo, outras tantas empresas cerrarem suas portas, trazendo mais desemprego aos lares brasileiros.

No Dia do Aviador não poderia deixar de lembrar uma empresa que muito me orgulha e, tenho certeza, orgulha também a todos os brasileiros: a Embraer, uma das maiores empresas aeroespaciais do mundo.

Com cerca de 35 anos de experiência no mercado, ela já produziu cerca de 3.600 aviões, que operam em 58 países, nos cinco Continentes. A Embraer possui cerca de 16.500 empregados, contribui com a geração de mais de 3.000 empregos indiretos, foi a maior empresa exportadora brasileira no período de 1999 a 2001 e a segunda maior exportadora entre os anos de 2002 e 2004!

Exemplos como esse, sem sombra de dúvida, elevam o nome do Brasil lá fora e fazem com que nos sintamos realmente no século XXI.

Nessa mesma linha de modernidade e de arrojo, gostaria de mencionar o Programa Espacial Brasileiro. Ele colabora com outros 15 países para o projeto da Estação Espacial Internacional, fato este que nos permitirá, entre os anos de 2006 e 2008, a realização do primeiro vôo orbital para um astronauta brasileiro. O seu nome já está definido: será o Tenente-Coronel Aviador Marcos Pontes, que se vem submetendo a um rigoroso treinamento na agência espacial norte-americana, a NASA, a quem igualmente saúdo pela passagem do "Dia do Aviador" e que ainda ontem vimos ao lado do Presidente Lula em Moscou.

Ao finalizar este meu pronunciamento, Sr. Presidente, volto-me para a insigne figura de Alberto Santos Dumont, cujos ideais propeliram a realização do sonho de voar: homem de inquebrantáveis ética e desprendimento, que hoje, mais do que nunca, deve servir de inspiração a todos aqueles que militam em prol do bem comum.

Como último pensamento, Sr. Presidente, quero dizer que sempre busquei ser amigo da Aeronáutica, porque, como disse, não se pode admitir, num País continental, uma Aeronáutica fraca. Assim, não me sinto confortável quando vejo um Tenente da Aeronáutica ter de descer do seu avião e se dedicar a um outro trabalho. Já vi alguns que saem do avião e entram em um táxi aéreo para complementar seu salário. Isso é aviltar o aviador; portanto, não podemos admitir.

Parabéns, aviadores! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente Renan Calheiros, que ilustra esta Casa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, cumprimento meu querido amigo Tenente Brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, que conheci com três divisas, capitão da Aeronáutica – estamos ficando velhos, chefe –; e o Tenente Brigadeiro Sérgio Pedro Bambini, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Brigadeiro Bambini, hoje, ali sentado, ouvi a enunciação do seu nome e lembrei-me do Brigadeiro Brandini. O tempo passa, e as coisas vão-se repetindo, infelizmente, neste País. Trabalhei com o Brigadeiro Brandini na CGI, quando a Aeronáutica foi encarregada de apurar a corrupção existente. Na época, ele ainda era Coronel e, se não me engano, estava sendo promovido a Brigadeiro. Foi ali que dei os primeiros passos como profissional de Polícia, junto às Forças Armadas, por meio da Aeronáutica.

Então, com todo o respeito, Brigadeiro Bambini, lembrei-me do meu amigo, hoje falecido, Brigadeiro Brandini, herói da guerra, piloto de avião de caça da nossa esquadrilha. Ele tinha uma placa de aço na cabeça e, às vezes, dizia: “Tuma, de vez em quando, a minha cabeça esquenta, perco o equilíbrio, fico nervoso, quero partir para a luta”. Historicamente, a gente rememora esses heróis brasileiros, que deram praticamente tudo da sua vida em benefício da Pátria.

Saúdo também o General de Exército Renato César Tibau da Costa, Chefe do Estado-Maior das Forças Terrestres, representante do nosso Comandante e amigo General Albuquerque – ainda ontem, tínhamos oportunidade de vê-lo na Amazônia, sobrevoando várias áreas para constatar o sofrimento da população local pela dificuldade gerada pela seca de rios e de lagoas da região, algo que nunca poderia imaginar na minha vida. Ainda hoje, durante o jornal do meio-dia, vi lagoas repletas de peixes mortos por falta de oxigênio, em razão desse processo tão deletério que vem acontecendo na Amazônia.

O nosso Vice-Almirante Newton Cardoso, Chefe do Estado-Maior da Marinha, aqui representa o Comandante Almirante de Esquadra Roberto Guimarães Carvalho, que também não se encontra em Brasília e manda o ilustre oficial representá-lo.

Senador Aelton Freitas, primeiro, quero cumprimentá-lo pela iniciativa. Fico com um pouco de inveja, porque queria que tivesse partido de mim o pedido

dessa solenidade. Sempre fico, na cabeça, com o 23 de outubro.

Hoje, pela manhã, ao pegar a agenda, vi que havia solenidade. Disse assim: “Meu Deus do céu, queria tanto cumprimentar a Aeronáutica, mas eu não vou ter tempo de pesquisar e atualizar o discurso que fiz no ano passado!”. Então, fiquei rememorando algumas histórias tão vibrantes do que representam as nossas Forças Armadas na preservação do território nacional e na manutenção da nossa soberania.

Lembro-me de, muitas vezes, voar com a Aeronáutica na Amazônia, para a eliminar o trabalho de garimpeiros que traziam enormes prejuízos à ecologia local. E, às vezes, partia-me o coração, Senador Ney Suassuna. Um dia, desci de um helicóptero pilotado por um oficial da Aeronáutica, e, na pista, estava um garimpeiro sentado numa barrica, num tambor de combustível. Falei: “Menino, vamos saindo daqui”. Ele devia ter uns 18 anos, 19 anos. Disse: “Temos de desocupar. Você vai pegando o seu caminho”. Ele falou: “Doutor, eu não consigo. Eu estou com malária, não consigo sair daqui de cima. A febre é alta”. O piloto, atendendo ao meu pedido, colocou o rapaz no helicóptero e levou-o para Rondônia para ser tratado no hospital. Eu o visitei na minha volta, e, sem dúvida alguma, seu estado de saúde estava melhor.

Visitei alguns locais ocupados por comunidades indígenas. Brigadeiro Bueno, os índios, provavelmente, não saberiam cantar o Hino Nacional, mas o Hino da Aeronáutica tranqüilamente eles cantaram sempre que estivemos nessas comunidades.

Em certa oportunidade, eu estava com um oficial, e havia um quadro feito pelos índios sobre o problema da Aeronáutica e a necessidade de sua existência até para a locomoção dos habitantes – eles desenvolviam um trabalho na região devido às dificuldades de transporte. Ele disse para mim: “Dr. Tuma, desculpe-me, mas vou levar esse quadro, porque ele está na nossa alma, explica o que representa a Aeronáutica. Com orgulho, eu preciso desse quadro”. Falei: “Então, vamos pedir, porque, se o furtar, terei de prendê-lo em flagrante”. E a comunidade entregou o quadro ao oficial, de quem infelizmente não me lembro o nome. Mas ele deve-se lembrar do fato.

Então, são histórias com as quais convivemos no nosso dia-a-dia, na profissão de policial. Deus resolve colocar as pessoas em alguns locais. Talvez, no dia em que me levar para cima, Ele possa me explicar o porquê disso, Senador Renan Calheiros, por que tive a oportunidade de conviver com esses homens das

Forças Armadas, que demonstraram toda dedicação a serviço da Pátria.

Senador Ney Suassuna, sei que aqui não podemos falar de salário, porque senão vou ter de chorar duas vezes mais, vou sofrer dez vezes mais. Mas sei da dedicação dessas pessoas. O salário é questão de sobrevivência, não é o importante para aquele que, por vocação, vestiu a farda para servir a Pátria. E sentimos isso de perto em regiões inóspitas do nosso País.

Estamos falando da Aeronáutica, porque estamos às vésperas de comemorar o Dia do Aviador, 23 de outubro, mas todos, Marinha, Aeronáutica e Exército, sempre tiveram a vocação de servir à sociedade menos favorecida nesses locais a que somente as Forças Armadas têm acesso.

A Aeronáutica tem um trabalho excelente. Senador Ney Suassuna, V. Ex<sup>a</sup> falou do Correio Aéreo Nacional – CAN, que foi uma das coisas mais importantes que o Brigadeiro Eduardo Gomes conseguiu formar, levando correspondência àqueles que jamais poderiam recebê-la por caminhos comuns. O CAN fez um trabalho maravilhoso.

Vimos de perto a instalação dos postos de vigilância na Amazônia, os pelotões de fronteira. A Aeronáutica construiu todas as pistas. Andamos naquele avião, o Búfalo, que estava começando a ser decapitado, porque não havia mais verba para recuperá-lo. Tinham de tirar peça de uma aeronave para a outra, e nem sei se já terminaram esses aviões. Estamos lutando. Tive uma reunião com V. Ex<sup>a</sup>, conseguimos a aprovação da aquisição do P3. Eu falei P30, e ele me corrigiu que era o P3.

Foi a primeira vez, Senador Ney Suassuna, Senador Aelton Freitas, Senador Luiz Octávio, Senador João Maranhão – nós que aqui nos autoprestigiamos com esta cerimônia – que eu ouvi falar na Amazônia Azul, pela boca do Brigadeiro Bueno. Eu aprendi que o mar territorial brasileiro precisava ser preservado não apenas porque era interesse nacional, mas porque os acordos internacionais nos obrigavam a manter a vigilância e o serviço de salvamento para aqueles que precisassem da Aeronáutica sobrevoando. Tivemos uma luta interessante, em que fui aprendendo um pouco sobre essa importância.

Eu digo que sou um Segundo Tenente meio fajuco da Aeronáutica, por já ter voado muito com ela em tantos locais inóspitos, até com avião monomotor, pela Amazônia. Nós brincávamos, outro dia, que, às vezes, lá no garimpo, pegávamos alguns aviões de garimpeiros, que não tinham nenhum tipo de assistência me-

cânica. Precisava ter peito para voar naqueles aviões. Mas a Aeronáutica também tem demonstrado que o suprimento tem caído e tem havido muita dificuldade. Acompanho de perto, porque sou um apaixonado pelas Forças Armadas. Eu digo que minha alma tem farda. O meu corpo, uma vez, recebeu uma farda do Exército – eu fiz o CPOR – e eu sou um fardado.

Todos os países sabem o que representam as Forças Armadas. Nenhum país consegue manter a sua soberania sem as Forças Armadas em condições de agir.

Um dia, eu assisti a uma palestra do Comandante da Amazônia sobre todos os aspectos da presença do Exército na região e de outras forças que também colaboram. O importante, Senador Renan Calheiros, é que temos Forças Armadas unidas – Marinha, Aeronáutica e Exército trabalham como força-tarefa conjunta e permanentemente. E eu perguntei: “General, nós temos condições de manter o território livre de qualquer ação de uma força superior?” E ele respondeu: “Não. Aqui, nós só temos condições de agir como guerrilheiros e dificultar a ocupação”. Então, nós temos de repensar. O Governo tem de repensar.

Por mais vocacionada que seja uma atividade, o portador dessa vocação tem de ter o reconhecimento moral da importância que representa na sua atividade. Tenho sentido, às vezes, que algumas áreas do Governo não vêem com bons olhos a aplicação de investimentos nas Forças Armadas e nos homens que a compõem.

Ontem, aqui desta tribuna, fiz um apelo ao Presidente da República para que trocasse seus informantes, que pedisse ao Sivam e ao Sipam as informações detalhadas necessárias para evitar o que vem ocorrendo na Amazônia.

Conheço toda a evolução e as dificuldades que tiveram principalmente os oficiais da Aeronáutica na construção, na implantação e na manutenção do Sivam/Sipam. V. Ex<sup>a</sup> me dizia que há mais de 200 pontos de vigilância na Amazônia.

Vemos a Colômbia, com um sistema de radares implantado pelo governo americano. Vemos o Paraguai, com cerca de 400 marines prestando serviço. Segundo consta, há uma orientação para um trabalho conjunto. E nós, como ficamos? Temos de aumentar a nossa vigilância, não sob suspeita dos americanos, mas porque temos de ter as costas resguardadas e vigilância permanente de fronteira.

Eu falei demais, Brigadeiro, mas peço a Deus que abençoe esses pilotos e que a Aeronáutica e as Forças Armadas sejam reconhecidas pelo papel impor-

tante que desempenha para a garantia da soberania e dos direitos individuais dos cidadãos, principalmente a cidadania.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PMDB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na ocasião em que esta Casa comemora antecipadamente o Dia da Aviação Nacional e o Dia do Aviador, celebrados no dia 23 de outubro em homenagem ao histórico e pioneiro vôo do ilustre brasileiro Alberto Santos Dumont, na Paris de 1906, parabeno a todos os aviadores brasileiros, exemplos de dedicação e destemor, participantes de tão sonhado ato de voar, imitação da liberdade dos pássaros.

A criatividade e o espírito desbravador de Santos Dumont, inventor, construtor, aviador, piloto de prova, fizeram com que há quase 100 anos os céus fossem conquistados no primeiro vôo tripulado de um “aparelho mais pesado do que o ar”, percorrendo 60 metros a quase três metros de altura. A façanha do mineiro em céus europeus é, comprovadamente, legado pioneiro para a História, destronando a experiência dos irmãos Wright, cuja tentativa de vôo pioneiro foi objeto de reprodução, sem êxito, pela avançada tecnologia e conhecimentos americanos.

Todos aqui, que, em sua grande maioria, são aviadores, devem ter acompanhado a cobertura que a imprensa internacional fez da construção da réplica do Flyer, o avião dos irmãos Wright, que terminou numa poça de lama, sem levantar-se um centímetro do ar. E é preciso dizer que a reconstituição do avião foi feita com rigor técnico e absoluta fidelidade ao avião original dos irmãos Wright. Aquela máquina nunca voou, e foram rigorosamente reproduzidos a envergadura, o tamanho, os comandos, a potência do motor e o próprio motor, depois de um trabalho de anos, e não deu em nada.

Esta homenagem ganha relevância na perseverança e qualidade do pessoal dedicado à causa aeronáutica no Brasil, reputação solidificada com os ganhos de mercado e aperfeiçoamento tecnológico da indústria nacional, tão bem representada pela Empresa Brasileira de Aeronáutica – Embraer, no elevado e reconhecido padrão de serviços prestados pelo transporte aéreo civil e militar.

Costumo dizer que a história da Embraer revela que essa empresa nasceu com o pé direito. É uma

empresa feliz, porque foi estatal na época em que só podia existir uma empresa daquele porte para se consolidar da maneira que se consolidou se fosse estatal. Se não tivesse nascido de um projeto sonhado, idealizado e concretizado pelo Ministério da Aeronáutica, jamais teríamos a Embraer de hoje, empresa privada que conquista os mercados internacionais.

Os avanços tecnológicos do século XX, notadamente no tráfego aéreo e no aperfeiçoamento da aviação para fins bélicos e de pesquisa do espaço sideral, legaram ao mundo os lançamentos espaciais, novas aptidões de satélites armados com precisão e engenhos aéreos não tripulados, Guerra nas Estrelas – o grande projeto de guerra nas estrelas –, que produziu o GPS, hoje um instrumento a serviço não somente da navegação aérea, marítima, mas de muitas utilidades na vida prática dos cidadãos brasileiros –, armas de energia dirigida, dentre outros avanços que não teriam sido possíveis sem a realização do sonho do nosso compatriota.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no bojo desta homenagem não podemos deixar de lembrar que o Brasil, País de dimensões continentais, não pode e não deve, sob o risco de comprometer as gerações futuras, relegar a sua defesa, particularmente a Aeronáutica. A escassez de recursos, necessários para investimentos em equipamentos e custeio para a manutenção da frota, tem sido objeto de discussões frequentes na imprensa e nesta Casa.

Por exemplo, no Orçamento Geral da União para 2005 foram alocados para o Comando da Aeronáutica R\$7,4 bilhões e R\$7,6 bilhões para 2006. Aos Fundos Aeronáutico e Aeroviário foram destinados R\$1,29 bilhão em 2005 e R\$1,43 bilhão para 2006. O Plano Nacional de Defesa, cujas prioridades foram definidas em governos anteriores, prevê investimentos da ordem de US\$3,5 bilhões até 2010, destinados ao equipamento da frota militar e ao fortalecimento aéreo, recursos estes, entretanto, de liberação lenta e adiada.

A importância estratégica e vital da Força Aérea para a defesa aeroespacial do território brasileiro e para fazer cumprir acordos internacionais de participação em missões de paz requer do governo ações objetivas e definidas, a alocação de recursos financeiros condizentes com a importância do País no concerto das nações e proteção da nossa base territorial, das nossas fronteiras e do espaço aéreo sobrejacente.

Depois de mais de três anos de negociações, a Força Aérea Brasileira – FAB, de indiscutível tradição e serviços prestados à Nação, adquiriu da França 12 aviões caças supersônicos, do tipo Mirage 2000C, que



substituirão os velhos Mirage IIIEBR, adquiridos na década de 70 para a defesa do espaço aéreo da capital federal e de toda área de abrangência do Sivam. A aquisição significou um passo acertado em termos emergenciais e pelo montante financeiro simbólico, apenas simbólico, de 60 milhões de euros (aproximadamente R\$170 milhões), quantia essa bastante inferior àquela proposta no Programa FX, que, no entanto, previa a transferência de tecnologia supersônica para a indústria aeronáutica nacional.

É preciso não esquecer que os grandes projetos civis da aviação internacional, quase sem exceção, começaram numa prancheta de projetos para fins militares, para fins bélicos. É difícil justificar a transferência para a iniciativa privada do montante de recursos exigidos por um projeto para construção de uma aeronave avançada sem o objetivo maior de defesa dos interesses nacionais.

A presença do Brasil na era espacial, além de oportuna, inscreveu o País no clube dos desenvolvidos, com a criação e implementação do Programa Espacial Brasileiro. É com satisfação que, mais uma vez, aplaudo a nossa notável participação em programas internacionais de exploração espacial, assegurada pela assinatura recente de contrato entre o Governo brasileiro e a Rússia, garantindo a viagem de um brasileiro, o Tenente-Coronel Marcos César Pontes, a bordo da nave espacial russa Soyuz, a ocorrer no dia 22 de março de 2006, a partir de uma base localizada no Cazaquistão. É preciso dizer que essa iniciativa resultou de um convênio tecnológico na área internacional, é verdade, não há o que negar, no entanto, esse aviador já vinha sendo preparado, há muitos e muitos anos, tanto no Brasil como no exterior, para desempenhar bem a missão que agora vai exercer.

São iniciativas dessa ordem, Sr. Presidente, que nos orgulham e fazem da profissão de aviador uma referência para a Nação. Acordos como esses vislumbram uma aliança tecnológica que redundará em benefícios para toda a população brasileira.

Nunca é demais lembrar o funcionamento do Sistema de Vigilância da Amazônia – Sivam e a Lei do Abate, que garantem o monitoramento de nossas fronteiras, particularmente na região amazônica, alvo da cobiça internacional e do tráfico internacional de entorpecentes e demais atos ilícitos. A criação, neste ano, da Agência Nacional de Aviação é mais uma iniciativa que objetiva aperfeiçoar os mecanismos de controle e ajustes da navegação aérea às circunstâncias do País, para fins pacíficos, que fazem parte da índole e tradição brasileiras. Mas é preciso dizer também

que, até hoje, o DAC – Departamento de Aviação Civil desempenhou um papel fundamental na construção, sobretudo, dessa aviação civil pujante que existe no Brasil e que, lamentavelmente, no momento, atravessa um tempo de muitas dificuldades. As necessidades de se criar uma agência normativa não vão diminuir nunca o papel que já exerceu o DAC na história da aviação nacional.

A despeito da recessão no transporte aéreo internacional, exacerbada nos finais da década de 90 e acentuada pelos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 em Nova York, os ajustes e reestruturações ocorridas na aviação civil, em nível mundial e no Brasil, felizmente não operaram maiores reduções no tráfego aéreo, seja em termos de volume de carga e em número de passageiros, demonstrando a vitalidade e potencialidade da indústria aeronáutica nacional e internacional.

A proeza do notável brasileiro há quase 100 anos repete-se diariamente em todos os rincões.

Nesta ocasião, rendo minha homenagem aos aviadores, ao pessoal de terra, aos controladores de vôo, comissários de bordo e a todo o pessoal envolvido na poética missão de reduzir distâncias, colaborar com o progresso e atenuar o sofrimento daquelas populações que não dispõem de alternativas de transporte, exemplo de extensas áreas da Amazônia brasileira, ou em zonas de desastres naturais e de conflitos. Não poderia deixar de mencionar que, além do aperfeiçoamento contínuo dos profissionais de aviação, há urgência em que se aprimore a formação profissional dos controladores de tráfego aéreo, civil e militar, cuja profissão não é sequer reconhecida pelo Ministério do Trabalho.

Agradeço aos destemidos aviadores e aos demais profissionais da aviação civil e militar neste dia em que honramos a memória de Alberto Santos Dumont, e faço minha a sábia asserção do Primeiro-Ministro britânico Winston Churchill, ao reconhecer a braveza e a dedicação dos aviadores na II Guerra Mundial, em nome da liberdade e da democracia: “Nunca tantos deveram tanto a tão poucos”.

Parabéns, colegas aviadores!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exm<sup>os</sup> Srs. Embaixadores da Argélia e Myanmar; Exm<sup>o</sup> Sr. Brigadeiro Luiz Carlos Bueno, Comandante da Aeronáutica; Exm<sup>o</sup> Sr. Tenente-Brigadeiro Sérgio Pedro Bambini; Exm<sup>o</sup> Sr. General de Exército Renato César Tibau da Costa; Exm<sup>o</sup> Sr. Vice-Almirante Newton

Cardoso; Exm<sup>o</sup> Sr. Tenente-Brigadeiro Juniti Saito; Exm<sup>o</sup> Sr. Tenente-Brigadeiro Paulo Roberto Borges Bastos; Exm<sup>o</sup> Sr. Tenente-Brigadeiro William Oliveira Barros; Exm<sup>o</sup> Sr. Tenente-Brigadeiro Carlos Augusto Leal Velloso; Exm<sup>os</sup> Srs. Oficiais Gerais; Exm<sup>os</sup> Srs. Oficiais, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quando se fala na Força Aérea e na aviação no Brasil, as primeiras lembranças que nos ocorrem são da tomada de Monte Castelo, na Itália, a heróica participação do Primeiro Grupo de Caça da FAB na Segunda Guerra Mundial, em conjunto com a Força Expedicionária Brasileira.

Tantos anos depois, ainda rendemos nossas homenagens aos oito pilotos de caça brasileiros que morreram no combate e que tiveram suas cinzas trasladadas para o Monumento aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, junto com nossos outros 443 heróis que tombaram na luta contra o nazi-fascismo.

O heroísmo de nossos pilotos foi ainda maior diante da precariedade do treinamento, feito às pressas, em aviões norte-americanos P-47. Dezesseis dos nossos 48 aviões foram derrubados em combate.

Mas a Força Aérea Brasileira, a Aeronáutica de hoje, comandada com a seriedade, eficiência e competência do Brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, não é apenas a defesa do espaço aéreo brasileiro e o Sistema de Vigilância da Amazônia, essenciais para a consolidação de nossa soberania.

Nossa Aeronáutica vai muito além.

O Centro Técnico Aeroespacial, em São José dos Campos, e seu magnífico Instituto Tecnológico de Aeronáutica, o ITA, são modelos de excelência tecnológica, de pesquisa e desenvolvimento em vários setores.

Também merece destaque a incrível capacidade tecnológica da Embraer, a Empresa Brasileira de Aeronáutica, produtora do Xavante, do Tucano e do AMX. Uma empresa que vem conquistando mercados em todo o mundo.

Senhoras e Senhores, desde que o homem conseguiu voar, nosso País esteve na vanguarda tecnológica.

Foi um brasileiro genial, reconhecido internacionalmente, o homenageado com a escolha da data de 23 de outubro como o Dia do Aviador.

Há exatos 99 anos, esse brasileiro de Minas Gerais, Alberto Santos Dumont, realizava seu vôo com o 14 Bis, em Paris, depois de muitas experiências com balões dirigíveis. Foi um vôo de 60 metros, a uma altura de três metros acima do chão. Um sucesso absoluto para a época, saudado como “a vitória completa do mais pesado que o ar”.

Santos Dumont só não é uma unanimidade como o verdadeiro inventor do avião porque, mais que um empreendedor industrial e comercial, era um amante de proezas e um desafiador de limites.

A Primeira Guerra foi um baque para o Pai da Aviação. O criador do avião de caça, o francês Roland Garros, aprendera a arte do vôo em um avião construído pelo brasileiro, em 1907. Santos Dumont ofereceu os seus serviços ao Ministério da Guerra da França, mas foi tratado com desdém e teve a sua casa e o seu automóvel requisitados para uso militar.

Deprimido, queimou seus projetos, seus desenhos, suas anotações.

Com o fim da Primeira Guerra, que deu grande impulso à aviação, começou o transporte regular de cargas e passageiros por aviões.

A maioria dos colegas de invento de Dumont ficou rica com a aviação. Mas o brasileiro, chocado com o uso do avião como arma de guerra, internou-se em uma clínica na Suíça, de onde fazia apelos para que se abolisse o uso do avião em bombardeios.

De volta ao Brasil, foi tomado de vez pela melancolia, ao ver o avião ser usado para bombardear os rebeldes na Revolta Constitucionalista de São Paulo em 1932. Santos Dumont suicidou-se em 23 de julho daquele mesmo ano.

Temos a certeza, no entanto, de que o Pai da Aviação ficaria orgulhoso, verdadeiramente orgulhoso, de ver o que é o avião comercial em todo o mundo, atualmente. E de ver a ação humanitária da Aeronáutica Brasileira, que transporta remédios, alimentos, médicos e técnicos para socorro em pontos remotos do território nacional.

Agora mesmo, helicópteros da Aeronáutica estão socorrendo a população do Acre, que sofre com um surto de rotavírus, consequência da seca e da baixa dos rios da região.

Nossa Aeronáutica também tem um papel importante na consolidação de nossa democracia, transportando urnas em períodos eleitorais, principalmente para áreas isoladas da Amazônia.

Há, ainda, o Correio Aéreo Nacional, que tem a função essencial de ligar ao Brasil moderno os pontos mais distantes do País.

No ano que vem, teremos o centenário do primeiro vôo de Santos Dumont com o 14 Bis.

O Brasil, tenho certeza, saberá, sem dúvida nenhuma, homenageá-lo. E saberá homenagear, com toda justiça, nossa Aeronáutica e nossos aviadores.

Muito obrigado e parabéns a todos.

O Senado está feliz com esta homenagem, com esta sessão. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Sr. Senador Valmir Amaral enviou discurso à Mesa alusivo ao presente evento para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho o maior orgulho em fazer este discurso. Gosto de comemorar o Dia do Aviador ou da Aviação e da Força Aérea Brasileira.

Afinal, se hoje temos um meio de transporte amplamente usado no mundo, qual seja, a aviação, devemos isso a um brasileiro, Santos Dumont.

Foi assim que esse grande homem, no dia 23 de outubro de 1906, fez o primeiro vôo mecânico do mundo, ato que foi verificado e certificado pela sociedade internacional, a grande testemunha desses fatos históricos. Ainda que nos dias de hoje pareça algo simples e arcaico, até modesto, foi um dos grandes passos do homem em busca da modernidade. Nesse pequeno vôo, Santos Dumont percorreu 60 metros a uma altitude de dois a três metros em relação ao solo. Foi a primeira vez na história da humanidade que tal proeza foi realizada por meios mecânicos, fruto da engenharia humana.

Como já afirmei, este discurso completa outros meus já ditos aqui nesta tribuna. Lembro que, num discurso de 2003 sobre o mesmo evento, eu dizia

De lá para cá, associando o seguimento dos vôos pioneiros de nosso patrono da aviação com os progressos tecnológicos que foram se avolumando, chegamos aos nossos dias, em que nos é permitido vislumbrar que as façanhas aeroespaciais de Flash Gordon podem deixar, brevemente, a ficção das páginas das revistas de quadrinhos e passar para a realidade de nossas vidas.

E, nos dias atuais, vemos a discussão de que o homem chegue ainda neste século ao planeta Marte. Vemos também a possibilidade de que um brasileiro possa, talvez no ano de 2006, fazer uma viagem orbital, algo fantástico, pois será exatamente no centenário do grande feito de Santos Dumont. Será um fecho de ouro para a comemoração que, com certeza, deverá haver por parte do Governo brasileiro.

Volto a citar aquele discurso:

Quem poderia sonhar que, a partir das fantasias de Ícaro ou dos engenhos de Leonar-

do da Vinci, poderíamos estar hoje encarando como algo perfeitamente natural a viação aérea planetária e interplanetária?

E respondo: havia um brasileiro que podia: era Santos Dumont.

A história da aviação é uma das mais belas da humanidade, afinal quase sempre resultam em conquistas, cujos resultados são, na sua maioria, inesperados. Há tantos homens que ficaram na memória de nossa civilização: Yuri Gagarin deu a primeira volta à Terra e descobriu maravilhado que a Terra é azul; Neil Armstrong foi o primeiro homem a pisar na Lua, e tantos outros, anônimos ou não, que representam para nós a grande busca do homem na conquista do espaço.

Como imaginar ou prever o que virá? Caminhamos a passos largos em direção a um futuro quando poderemos dar a volta ao mundo em vôos comerciais extremamente rápidos. Um trecho, do Brasil a qualquer país da Europa, por exemplo, poderá ser feito em tempo extremamente curto.

É impressionante verificarmos que demoramos milênios para chegar à escrita e menos de 100 anos, desde o vôo de Santos Dumont, para chegar a um artefato feito pelo homem à marte. É um dos campos científicos que mais resultados positivos deu à humanidade.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o mundo não seria o que é hoje sem o advento da aviação. Como Brasília seria construída tão rapidamente? Talvez por isso os traços de Brasília lembrem um avião, pois o grande arquiteto que traçou as linhas desta grande cidade deu a ela a marca inconfundível de suas asas.

Como se vê, o grande feito de Santos Dumont não foi ter sobrevoado 60 metros em um aparelho mecânico, mas demonstrar aos incrédulos que a capacidade humana não pode admitir limites sem antes tentar e tentar até conseguir superar aquele nível de entendimento científico.

Finalizo, Sr. Presidente, Srªs e Srs; Senadores, parabenizando os aviadores civis, os aviadores militares, nossas empresas aéreas, a Força Aérea Brasileira, bem como a todos aqueles que fazem da aviação o seu trabalho, pela passagem no dia 23 de outubro do dia da Aviação e do Aviador.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Suspendo a sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

*(Suspensa às 15 horas e 17 minutos, a sessão é reaberta às 15 horas e 25 minutos.)*

*O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Mestrinho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra, por delegação da Liderança do PFL nesta sessão, ao eminente Senador Antonio Carlos Magalhães.

S. Ex<sup>a</sup> terá cinco minutos para usar da palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a melhor maneira que os Congressistas têm para homenagear a Aeronáutica é solicitar que o Senhor Presidente da República não despreze tanto como vem desprezando as Forças Armadas Brasileiras. Não há setor que a despreze, a não ser aquele grupelho acostumado a lesar os cofres públicos por meio de mensalões ou de contas não-contabilizadas, a não ser esses que vivem no Palácio. O Governo despreza a Aeronáutica. Não dá sequer combustível para que a Aeronáutica possa cumprir com os seus deveres.

É muito bonito exaltar, como fizemos ainda há pouco, a Aeronáutica pelos feitos de mais de 60 anos, desde que foi criada pelo Ministro Salgado Filho e que teve como baluarte o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Ouvi os discursos, inclusive o do Senador Romeu Tuma, que, com tanta propriedade, colocou todos os assuntos da Aeronáutica para que sejam meditados pelas autoridades do Governo.

Hoje, venho aqui, Sr. Presidente, para tratar de outro assunto, para me dirigir ao meu prezado amigo Efraim Morais, Presidente da CPI dos Bingos, que, soube, já chegou ao nosso País.

Estava marcado para hoje o depoimento do Sr. Silvinho – Silvinho Land Rover, porque recebeu da empresa GDK, ligada à Petrobras, que ele ajuda, um automóvel Land Rover. Aliás, soube que essa prática não é nova no PT porque o PT só gosta dessa marca. Mas, enquanto esse Silvinho foge a ponto de a Polícia Federal dizer que só o encontrou hoje, o Governo continua a praticar atos os mais absurdos que chocam a opinião pública brasileira.

Penso em um Senador como V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que tem pelo seu Amazonas um amor enorme. O Amazonas retribui a V. Ex<sup>a</sup> esse amor tais e tantas foram suas eleições no Estado. Penso em seu povo passando por situações nunca vistas. É o peso do Presidente para o Norte e o Nordeste. Há a maior seca de todos os tempos e não há sequer combustível para que os aviões cheguem a tempo nas cidades que mais estão sofrendo com a calamidade.

Até seca no Amazonas acontece neste Governo! E ele procura saber de quem é a urucubaca? É dele. É dele, Presidente. É dele, que não sabe governar este País. É dele, que já está cansando todo o povo pela falta de providências. Ele não toma providências e ignora os fatos.

É possível ignorar o Presidente que o seu irmão Vavá faz *lobby* na prefeitura? É possível ignorar que o filho do Presidente recebeu R\$5 milhões da Telemar para a sua empresa? É possível ignorar, como ele disse que ignorava, qualquer empréstimo que tenha tomado para o PT, quando o Okamoto, o seu homem de confiança, paga o empréstimo, até pequeno em relação ao rombo atual de R\$29,6 mil?

Tudo isso acontece, Sr. Presidente, e estamos agindo pouco. Não é por culpa de V. Ex<sup>a</sup>, nem do Presidente atual, que tem sido até bom batalhador, mas se trata de culpa coletiva do Congresso Nacional, que está muito mal na opinião pública porque não toma providências rápidas em relação a esse assunto. Deveríamos trabalhar todos os dias, pelo menos enquanto grassa essa imoralidade que as CPIs têm descoberto, mas que não veio ainda a público para desmoralizar a figura do Presidente da República.

O Presidente pode pensar que esse mal vai durar muito tempo, mas não durará. O povo brasileiro não aceita isso, Sr. Presidente! E tenho a certeza de que nossos colegas de Câmara e de Senado saberão tomar providências enérgicas em relação a esse assunto.

Neste instante, peço ao Senador Efraim Morais, meu prezado amigo, Presidente da CPI dos Bingos, que marque imediatamente data para Okamoto ir à Comissão de Inquérito. Ele tem o que dizer, e temos o que perguntar. Silvinho não foi lá hoje, e não se marca nunca o depoimento de Okamoto. E o Lula fica passeando pelo mundo, cantando honestidade para quem não o conhece e sendo desmoralizado, porque o Brasil está hoje numa das piores situações do mundo em matéria de corrupção.

É contra isso, Sr. Presidente, que assomo à tribuna, e o faremos todos os dias, não só eu, como meus companheiros, para que possamos ter uma vida melhor, uma vida mais decente, com responsabilidade pelo mandato que o povo nos outorgou.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

**O SR. JUVÊNIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, muito me honra suceder aqui na tribuna o eminente Senador Antonio Carlos Magalhães e, principalmente, dizer da luta de S. Ex<sup>a</sup> nessa Oposição criteriosa, inteligente, propositiva. O povo brasileiro está ao lado de S. Ex<sup>a</sup>, aplaudindo-o cada vez que assoma a esta tribuna para dizer que está presente nessa luta em favor da Pátria. Também estamos nessa luta, Senador.

Prestamos nossa homenagem à Aeronáutica, aos pilotos deste Brasil, pois o brasileiro muito deve a sua conquista territorial à ação dos militares, principalmente nas nossas fronteiras. Nos lugares ermos deste País, lá estão o Exército e a Aeronáutica permitindo que a integração da nossa comunidade se faça e que a nossa soberania se realize em todos os setores.

No entanto, mais uma vez, eu precisava estar aqui, porque está chegando ao fim a campanha do plebiscito. Trata-se de referendo importante, instrumento democrático de aperfeiçoamento das nossas atividades políticas. Tem grande relevância esse referendo, e, por isso, nós o aplaudimos.

Apresentarei aqui alguns tópicos, pois já usei desta tribuna inúmeras vezes para falar sobre o desarmamento. Vou enumerar alguns tópicos hoje, sem aquela coerência do início ao final do meu discurso, dizendo, de início, que também sou pelo desarmamento.

Quero que esta Pátria e este planeta cheguem um dia a uma situação, a um estágio de desenvolvimento, cultural, educacional e espiritual em que não haja necessidade sequer de um canivete, de uma arma, de uma bomba atômica, de um Exocet, de um fuzil, de uma escopeta.

Hoje, porém, nossa situação de convivência na comunidade ainda não permite esse estágio, razão por que meu voto no referendo é “não”, contra esse desarmamento proposto. Já apresentei as razões várias vezes aqui, mas há uma central – e o Senador Romeu Tuma sabe tanto da minha posição, que é a sua posição também: quem será desarmado com o desarmamento? Quem? Simplesmente o chefe de família que protege o seu patrimônio, a vida dos seus filhos, da sua mulher e dos seus netos dentro da sua casa.

Hoje, Senador Gilberto Mestrinho, nosso ilustre Presidente, a lei não permite o porte de arma na rua. Mesmo o cidadão que tem a posse da arma domiciliar autorizada, se pisar na calçada da sua casa lá fora, estará cometendo o delito de porte ilegal de arma.

Portanto, esse desarmamento é só para desarmar o chefe de família e não o bandido, os arruaceiros, as quadrilhas e o crime organizado que estão lá fora.

Apresento alguns tópicos.

Dizem que a Lei do Desarmamento, de apenas dois anos, já fez com que houvesse a diminuição dos homicídios neste País. Não é verdade! Estão faltando com a realidade dos fatos. Usam algumas estatísticas fraudulentamente. Em São Paulo, sim, terra de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, por que se investiu muito em segurança e até na inteligência da segurança, houve redução dos índices de mortalidade por arma de fogo, mas no País não.

Vejam **O Globo** do dia 2 de setembro, mês passado! Em matéria intitulada “Ruas do Medo”, traz uma série de observações feitas com base nos dados do pesquisador José Inácio Cano, do Laboratório de Análises de Violência, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Na conclusão de seu trabalho, ele afirma que, entre os crimes monitorados pela Secretaria de Segurança, também houve aumento, na comparação entre julho deste ano e o mesmo mês de julho de 2004, do número de casos de homicídios dolosos. O aumento foi de 14,9%. Esse é um trabalho de uma universidade, de um pesquisador.

Não se justificam essas estatísticas que trazem para convencer a população, que já está convencida do voto “não”.

Falam muito que são armas nacionais, porque temos exportação de armas nacionais. Exportam-nas para o mundo, e o contrabando das armas pelos bandidos faz as armas retornarem ao território.

Falam muito em roubo de armas em residências, o que não é verdade também. Imaginem se o ladrão, se o bandido, se as quadrilhas dependessem somente de furtar armas das residências para sobreviverem na criminalidade! Não sobreviveriam. É justificativa por demais insignificante.

Falam também que nós não podemos reagir à investida de um criminoso e que, em cada 170 reações, só um se salva. Onde arranjam essa estatística? Com bolinha de cristal?

Senador Romeu Tuma, eu tenho a impressão de aqueles que se salvam são muito mais do que aqueles que não se salvam. Penso assim porque, quando se reage a uma agressão dessas, atirando para cima e fazendo o bandido correr, não se faz BO, não se vai à polícia fazer esse registro. A população não acredita que lá, na delegacia, apesar do trabalho do delegado, do trabalho dos policiais, possa obter uma resposta positiva para a sua preocupação. Não vai. Mesmo quan-

do é roubada, é furtada, às vezes não vai, porque não acredita na ação e na proteção do Estado.

Suicídios. Não se pode ter arma em casa porque ela pode ser usada para suicídios. Quem quer se matar usa qualquer instrumento: veneno, faca, atira-se da ponte. Essa é uma questão de estado e alma, de espírito.

Eu faria uma proposta ao nosso eminente Presidente Renan Calheiros, que, aliás, ofereceu um projeto interessante para obter recursos para a segurança: a vinculação de uma percentagem do Orçamento, assim como ocorre com a educação e com a saúde, para a segurança pública. Achei a proposta interessante e importante, mas há uma fonte muito mais legítima, muito mais certa do que essa. Aliás, essa, certamente, o Presidente vai vetar, vetará fatalmente!

Hoje, na Lei do Desarmamento, Senador Romeu Tuma, já está estabelecida a cobrança de uma taxa, paga de três em três anos, de trezentos reais. Temos dois milhões de armas registradas hoje, número que, multiplicado por trezentos, resulta em seiscentos milhões de reais. Além disso, se não houver o desarmamento e houver a disciplina no registro dessas armas, nós podemos sair de dois para cinco milhões de armas registradas facilmente – ressalto que isso deve realmente ser um instrumento legal de defesa do cidadão. Com cinco milhões de registros de armas no País, número que pode facilmente ser alcançado, nós vamos a um bilhão e quinhentos milhões de reais de três em três anos, ou seja, quinhentos milhões por ano.

Diz a Lei do Desarmamento que esses recursos são em favor do Sinarm, da Polícia Federal e do Comando do Exército para o custeio das suas atividades de proteção ao cidadão. Não é preciso mais nada, Senador Tuma, no que diz respeito a fonte de recurso, basta isso para que possamos fazer um trabalho excelente em favor da segurança neste País.

Senador Romeu Tuma, concedo, com prazer, aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Senador Juvêncio, V. Ex<sup>a</sup> fala com veemência e tem liderado esse trabalho de respeito à cidadania e, principalmente, da decisão individual de cada um de nós quanto a sua postura em defesa de seu patrimônio, de sua família e de sua vida, porque o Estado até agora não apresentou nenhuma política pública que lhe dê tranquilidade quanto a isso. Hoje eu estava conversando sobre esse problema de estatística. Diz-se que há muitas mortes por arma de fogo. Sim, mas quantas por motivo fútil e quantas por latrocínio? Há um bairro em São Paulo que era o mais violento do município. A comunidade

se reuniu e adotou medidas como fechar bares mais cedo. Isso diminuiu em quase 80% a violência e os homicídios. Mas o assaltante, não. Quando se faz um programa em que se diz que não se quer tirar a arma do assaltante, que querem desarmar a população, fica um conflito de consciência muito forte. V. Ex<sup>a</sup> fala do registro. Quando ocorre uma violência contra uma pessoa e é registrada lesão corporal grave, se a vítima vier a falecer, haverá o registro da lesão, não do homicídio. Eu quero cumprimentá-lo e pedir mais sinceridade, porque, no programa, a apresentadora diz que só rico pode ter arma porque custa caro o porte de arma. Assim, já existem impedimentos – esse é econômico – para aqueles que querem ter armas e não têm.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS)  
– Obrigado, Senador Romeu Tuma. Ilustrou o meu discurso o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, peço a tolerância de um ou dois minutos apenas.

Falam muito também do acidente com arma de fogo em casa, com as crianças, com a família. Dizem que isso é grave, que são duas crianças que morrem por dia neste País. Tudo isso é mentira, não há essa estatística. E há o seguinte: a lei atual já penaliza o chefe de família quando este incorre em omissão de cautela na guarda da arma com a pena de detenção de um a dois anos. Já existe a penalidade para a omissão de cautela para quem tem arma em casa.

Além disso, hoje, para comprar uma arma, é preciso passar por um curso para aprender a manusear a arma. Sem isso, não se pode comprar uma arma, e esse curso precisa ser comprovado junto à Polícia Federal. Quando é que existiu isso neste País? Nunca: comprava-se arma no boteco da esquina. Agora tem disciplina com a Lei do Desarmamento. Por que não fazemos uma campanha para o cumprimento da Lei do Desarmamento como está? Se nós cumprirmos a Lei do Desarmamento como está, que inclui inclusive o adestramento daquele que adquire arma, nós temos certeza de que vai diminuir a criminalidade.

Agora, afirmar que a proibição do comércio de armas vai diminuir a criminalidade não está correto. Vai é aumentar a criminalidade. Por quê? Porque o bandido vai ter muito mais confiança, principalmente naqueles crimes que cometem em domicílio, que são, inclusive, muito mais perigosos, são contra a vida também, contra o patrimônio e contra a liberdade sexual das pessoas. Quantos bandidos entram em nossas casas para estuprarem as nossas filhas? É preciso que isso tenha um paradeiro e, para isso, é preciso que o chefe

de família tenha uma arma em casa para a sua defesa porque o Estado está ausente.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA)

– Tenho, evidentemente, pela minha responsabilidade, estudado bastante esse assunto, mas o discurso de V. Ex<sup>a</sup> foi decisivo para eu definir a minha opinião: torno público neste instante que vou votar no “não”. Fui convencido a assim fazer não só pelos seus argumentos, mas pelos argumentos de outras pessoas. Realmente é uma proibição para os bons e uma abertura muito grande para os maus votarem “sim”.

**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS)

– Senador Antonio Carlos Magalhães, além da inteligência de V. Ex<sup>a</sup>, a sua expressão definidora do que vai acontecer é muito importante para o País. A sua adesão ao “não” – V. Ex<sup>a</sup> me honra dizendo que foi em razão também dos meus discursos aqui – significa muito para o cidadão brasileiro, tem um poder de definição muito grande, porque é um homem correto, honesto, sério, homem que tem história neste País que diz que o seu voto é “não”. Muito obrigado por essa adesão, adesão à família brasileira, adesão à paz social de que tanto precisamos. Queremos agradecer a V. Ex<sup>a</sup> essa manifestação pública do seu voto.

Solicito aos brasileiros, nesta minha última intervenção aqui no Senado Federal, que votem a favor da família, votem a favor da vida, votem a favor da paz social votando “não”. Assim fazendo, estaremos votando contra a violência dos marginais, das quadrilhas organizadas, do contrabando de arma e em favor do sossego da família brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Pela ordem, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu transmito à Casa o meu sentido de enorme estarrecimento diante do seguinte fato. Soube, pela figura autorizada do Senador Romeu Tuma, que o Sr. Silvio Pereira – vamos recordar quem é essa figura – Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, deixou de comparecer à CPI dos Bingos porque haveria um motivo de força maior, mas foi descoberto numa praia no litoral paulista; ou seja, é escárnio, é desrespeito ao Congresso e já estou sabendo que a sua oitiva está marcada, irremediavelmente, para a próxima terça-feira e que ele não venha munido de **habeas corpus**, com

esparadrapo na boca, na tentativa de não esclarecer aquilo que a Nação quer.

Sr. Presidente, ainda encaminho à Mesa os seguintes documentos: pronunciamento sobre a questão do desmatamento em minha região – essa crise da vazante cíclica, mas, desta vez, com graves consequências. São matérias recolhidas da imprensa do meu Estado e do País – neste caso, aqui, é a revista **Veja** e outras publicações. Há aqui, também, Sr. Presidente, a entrevista concedida pelo Deputado Fernando Gabeira ao jornal **A Crítica**, de Manaus, na edição de 17 de outubro do corrente, intitulada “O Governo Lula representa o retrocesso na questão ambiental.” E temos uma terceira matéria, intitulada “Morte do perito não foi natural, mostram os exames”, de autoria do jornalista Fausto Macedo, publicada em 14 de outubro de 2005, no jornal **O Estado de S. Paulo**.

Após isto, Sr. Presidente, inscrevo-me como Líder do PSDB para o momento em que V. Ex<sup>a</sup> julgar oportuno me conceder a palavra.

#### **SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para, mais uma vez, registrar o trabalho da revista **Veja**, de 12 de outubro do corrente, em reportagem especial sobre a questão do desmatamento na Amazônia.

São três matérias intituladas, respectivamente, “As sete pragas da Amazônia”, de autoria de Leonardo Coutinho, “O risco de pagar para ver”, de autoria de Ruth Costas, e “Florestas de proveta”, de autoria de Carlos Rydlewski, que mostram que as ações de fiscalização e os investimentos na repressão a crimes ambientais estão longe de acompanhar a tecnologia de ponta que o País possui para o monitoramento ambiental por satélite.

As queimadas, aliadas à corrupção e à burocracia, são alguns dos muitos obstáculos enfrentados pela Floresta Amazônica na sua luta contra a devastação.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que as matérias acima citadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

#### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

ESPECIAL

# AS 7 PRAGAS DA AMAZONIA

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

**1 FOGO** As queimadas causam perdas de 121 milhões de dólares por ano. Considerada a emissão de carbono, os prejuízos chegam a 5 bilhões de dólares.

**2 MADEIREIRAS** Há mais de 3 000 empresas cortando árvores. Para cada unidade retirada, os madeireiros danificam pelo menos outras quinze árvores.

**3 ESTRADAS** Mais de 80% das queimadas acontecem perto das rodovias. A colonização se dá ao longo de 100 000 quilômetros de estradas clandestinas.

**4 GARIMPOS** Além de poluírem os rios e devastarem reservas ambientais, os garimpeiros foram responsáveis pela chegada da aids às aldeias indígenas.

**5 PASTAGENS** A soja avança sobre pastos antigos e capitaliza pecuaristas, que abrem novas áreas na mata. Cerca de 12% da Amazônia já virou pasto.

**6 CORRUPÇÃO** Só a Operação Curupira, realizada em junho, prendeu 47 funcionários do Ibama envolvidos na exploração ilegal da floresta.

**7 BUROCRACIA** De 539 milhões de reais em multas aplicadas em 2004, só 63 milhões de reais foram pagos e apenas 3 milhões de reais ficaram com o Ibama.

Leonardo Coutinho

**N**os últimos vinte anos, mais de sessenta satélites capazes de vigiar a Amazônia foram lançados ao espaço. Também entrou em operação o Sistema de Proteção da Amazônia, braço civil do Sivam, que utiliza equipamentos em órbita, aviões e 800 estações terrestres para monitorar a região e custou 1,4 bilhão de dólares. Outros 31 milhões de reais foram gastos na modernização de centros científicos, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), ambos com estrutura para analisar dados relativos à floresta. O resultado disso tudo é um paradoxo. Nunca se pôde ver tão de perto a destruição e jamais foi possível medi-la com tanta precisão — mas praticamente nada se fez para detê-la. A Floresta Amazônica tem hoje menos de 80% do tamanho original e passa por uma aceleração frenética da devastação. Neste ano, já se desmatou o equivalente a dez vezes a área da cidade de São Paulo. Em 2004, foi-se qua-



se uma Bélgica. Só nos últimos quinze anos, 28,8 milhões de hectares foram desbastados — metade de tudo o que foi destruído desde 1500.

Os satélites mostram as fotos, mas não o filme do desmatamento em todas as suas etapas. Diferentemente do que se imagina, a floresta raramente é agredida do dia para a noite por hordas de madeireiros armados de machados, motosserras e tratores, abrindo clareiras instantâneas nas quais horas antes havia mata fechada. Pelo contrário, o prólogo do processo é lento e invisível para os equipamentos que monitoram a Amazônia. O saque à natureza começa de forma falsamente seletiva. Diante da ampla diversidade de espécies, com até 300 tipos de árvore por hectare, os coletores de madeira fazem grandes percursos entre um espécime e outro de madeira de lei. Uma planta comercialmente aproveitável, como o mogno, com até 40 metros de altura e 3,5 metros no diâmetro do tronco, pode estar a até centenas de metros de outra semelhante. No percurso, os madeireiros fatiam a floresta, abrem milhares de quilômetros de estradas e picadas no meio da mata. Para derrubar apenas um exemplar, destroem outros. O estrago produzido pela queda de uma árvore gigante, pelo trator que a arrasta e pelos caminhões que a carregam estropeia 40% da vegetação do entorno. Ambientalmente, a degradação é muito maior, já que normalmente as mudas de novos exemplares da árvore derrubada, sempre próximas, são dizimadas nesse processo. São quinze árvores perdidas para cada uma cortada.

Calcula-se que as madeireiras ilegais tenham produzido no ano passado cerca de 8 milhões de metros cúbicos, com um lucro de pelo menos 1,8 bilhão de dólares. O último levantamento disponível sobre a quantidade de máquinas e equipamentos envolvidos na extração de madeira, realizado em 1998, identificou a existência de cerca de 8 478 caminhões e 5 006 tratores usados pelos madeireiros na Amazônia. As fábricas de motosserras — cuja venda é controlada como a de armamentos — nunca faturaram tanto nas lojas mais próximas à floresta. Segundo os registros do Ibama, o número de motosserras registradas em 2004 cresceu 11% em relação ao ano anterior. O setor de defensivos agrícolas também ganha. Desfolhantes — utilizados para eliminar ervas daninhas — estão na lista de opções dos desmatadores que pulverizam a mata para agilizar seu traba-

lho. Há incremento de negócios até com correntes de amarrar navios — usadas numa técnica de derrubada de mata, es-ticadas entre dois tratores.

A rede de estradas clandestinas criadas nessa atividade é de 100 000 quilômetros, conforme estudos do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Essas vias funcionam como artérias por onde penetram os germes que consumirão ainda mais a floresta. Os primeiros a utilizar esses cuminhos são os posseiros, que desmatam para vender a madeira restante e para fazer pequenas roças. Em toda a Amazônia, há mais de 800 000 famílias vivendo desse modo. Seja invasora ou assentada por programas de reforma agrária e colonização, cada uma dessas famílias pode desmatar até 3 hectares por ano, para cultivo de subsistência. A fatia que cada uma tira anualmente da floresta é insignificante. A soma do que todas tiram — 470 000 hectares — é um problema. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as pequenas propriedades respondem por 18% das taxas oficiais de desmatamento.

Por esses caminhos clandestinos também seguem os garimpeiros que estropiam as margens e o leito de rios com suas dragas em busca de ouro e pedras preciosas, deixando para trás crateras e rios contaminados por mercúrio. Um dos casos mais simbólicos da poluição em decorrência do garimpo é o do Rio Crepori, no oeste do Pará. A mancha de sedimentos que deságua nas águas cristalinas do Rio Tapajós pode ser percebida até 30 quilômetros rio abaixo. Estima-se que ela signifique a sedimentação no leito do Tapajós de 4 toneladas de mercúrio por ano. O metal pesado contamina peixes, que, ao ser consumidos, acabam provocando doenças neurológicas em seres humanos. Em áreas indígenas, os garimpeiros costumam atuar em conluio com os índios, como ocorre na mina de diamantes localizada na reserva dos cintas-largas, em Rondônia. Mas há, também, casos em que eles invadem as reservas indígenas e usam de violência para garantir a permanência. Esse modelo de ocupação é freqüentemente relatado em áreas dos Yanomânis.

Mais de 250 milhões de dólares foram investidos pelo Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil em medidas contra as queimadas e em convênios para estimular o chamado desenvolvimento sustentável — aquele que, teoricamente, dá meios de sobrevivência a famílias que exploram

as riquezas florestais sem dano ao meio ambiente. Somente o programa de incentivo ao manejo de florestas, mantido pelo Ministério do Meio Ambiente, recebeu do governo alemão a doação de 45 milhões de reais. Em outro convênio internacional, o governo do Acre garantiu no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o financiamento de 240 milhões de dólares para projetos de desenvolvimento sustentável. Outro tanto se investiu em projetos de certificação de origem implantados em várias frentes madeireiras, para estimular a atividade legal e combater a destruição da natureza. Apesar disso tudo, a indústria do desflorestamento continua a florescer — em parte porque esses programas todos, quando dão certo, significam a atração de mais gente para o interior da floresta. Já há 20 milhões de brasileiros vivendo na Amazônia.

Perdida no meio do mato, produzindo o insuficiente para si mesma, boa parte dessa população vive em condições miseráveis e se torna alvo da especulação fundiária e da ausência do controle do Estado na região. Contra ela agem bandoleiros patrocinados por grileiros, para tomar de assalto grandes porções de terra. Os chamados gatos recrutam, muitas vezes entre os próprios expulsos, a mão-de-obra para as propriedades piratas. Questões sobre delimitação das áreas são resolvidas por meio de pistolagem. Esse é o panorama atual em diversas regiões de avanço sobre a floresta, como nos casos de São Félix do Xingu — um município de área 55 vezes superior à da cidade de São Paulo — e do povoado de Castelo dos Sonhos, no Pará. As duas localidades estão, pelo segundo ano consecutivo, no topo da lista dos lugares onde mais se desmata na Amazônia e das regiões com mais registros de violência associados à disputa pela terra. São freqüentes, e produtivas, as incursões pela área do Grupo de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho, em que se encontram facilmente colônias de trabalhadores escravos vivendo em barracas de lona e derrubando mata em troca de um salário insuficiente para pagar a comida e as ferramentas compradas dos fazendeiros. Somente nesse estágio o processo de desmatamento começa a ser visto pelos satélites e entra nas estatísticas oficiais. Esses números informam que 70% do corte de floresta ocorre para a formação de pastagens. Boa parte das grandes cidades amazônicas começou assim.

Outra técnica de desmatamento in-

visível se aproveita da densidade da mata. Nessa modalidade, geralmente um único grileiro conduz todas as etapas para extrair madeira e criar pastagens. O sistema consiste num corte escalonado de árvores. Primeiro, derrubam-se as que não cresceram o suficiente para alcançar a copa das vizinhas mais altas. À sombra, tratores retiram a vegetação rasteira e iniciam a plantação de capim. Um ano depois, com o pasto já formado, o gado é introduzido. As reses são mantidas sob as árvores por um ano. Ao fim desse prazo, queima-se o capim, cujas raízes não são atingidas pelo fogo. Isso revigora o pasto e serve também para destruir, com o calor, as árvores médias. O gado volta. Fica mais um ano. Só na segunda queimada a destruição aparece para os sistemas de monitoramento. Toda de uma vez. Os pecuaristas que utilizam esse processo agem em mais de uma área, mantendo cada uma num estágio diferente. Seus bois nunca estão nos locais descobertos pela fiscalização — sempre tarde demais.

Segundo o economista sênior do Banco Mundial Sérgio Margulis, autor de uma das pesquisas mais importantes sobre o impacto da pecuária no desmatamento, 12% da Amazônia Legal, ou 60 milhões de hectares, é utilizada em atividades de agropecuária. Três quartos disso são pastos — o que dá à criação de bois o troféu de campeã no desmatamento da Amazônia. Como as terras na região custam um décimo menos que no interior de São Paulo, por exemplo, e todos os outros custos também são baixos, a receita líquida de um pecuarista amazônico chega a ser o dobro da obtida no Sudeste. Para ajudar, a intensidade das chuvas e a temperatura favorecem o crescimento do pasto o ano inteiro. A questão é que, enquanto lucra, o pecuarista da Amazônia produz prejuízo para o país. Estima-se que, para cada hectare de floresta destruída, 100 dólares anuais são perdidos em custos ambientais e sociais. Esse índice é calculado com base na soma dos recursos naturais perdidos e dos benefícios que a região poderia obter com a exploração racional de madeira, essências naturais, ecoturismo e estocagem de carbono.

O estouro da boiada sobre a mata já se faz sentir nos santuários dos defensores do chamado desenvolvimento sus-

tentável. Depois de concluírem que não é possível viver da extração de látex, os seringueiros da Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre, estão optando pela criação de gado. Assim como em Xapuri, em todas as outras reservas extrativistas do Acre os seringueiros se renderam à lucratividade da pecuária. “O boi é a poupança de quem vive do extrativismo”, diz Francisco Vicente de Melo, que cria gado na reserva Santa Quitéria. “Quando alguém fica doente, sem condições de trabalhar, é do gado que tira o sustento.” Até a viúva de Chico Mendes, Ilzamar Gadelha Bezerra Mendes, já formou o seu rebanho. A pecuária cresceu 370% no Acre em dez anos e transformou o estado no melhor exemplo do avanço da atividade sobre a floresta. Comparado com o ritmo de expansão da pecuária em outras regiões, o da Amazônia é preocupantemente vigoroso. O número total de cabeças saltou de 26 milhões em 1990 para mais de 64 milhões em 2003.

Teoricamente, os pastos que bordejam a mata poderiam dar conta da multiplicação de cabeças, mas há um fenômeno econômico — a soja — empurrando-os para cima das florestas. Nos últimos quatro anos, 5 milhões de hectares de pastagens foram convertidos em lavouras de soja no país, de acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ou seja, mais de 70% da expansão do cultivo ocorreu em áreas desmatadas e convertidas em pasto. Na Amazônia, o processo não é diferente. As oscilações no preço do gado levam vários produtores à falência. Pastos abandonados podem ter as qualidades químicas do solo corrigidas. Depois, são arados e passam a produzir grãos. Isso era impensável dez anos atrás, quando se acreditava que na região a agricultura extensiva era uma atividade inviável.

Vistos por esse ângulo, os sojicultores são heróis da economia e da recuperação de áreas degradadas. Mas há outra maneira de analisar a situação, segundo a maioria dos ambientalistas que atuam na Amazônia. Justamente por ter ultrapassado o cerrado, alcançando as arestas da floresta, a sojicultura virou também uma ameaça. Ao adquirirem terras de pecuaristas que estavam com seus negócios estagnados ou em decadência, os produtores de soja capitalizaram um setor cuja natureza da implantação consiste em transformar floresta em pasto. Com dinheiro no bolso, os criadores passaram a investir em pro-

priedades menos valorizadas, distantes e, na maior parte dos casos, ainda com muita mata para derrubar.

Para assistir a tudo isso, o Brasil tem moderníssima tecnologia de monitoramento ambiental por satélite. Na sede do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), na cidade paulista de São José dos Campos, os cientistas produzem boletins diários com os números de queimadas registradas no país e emitem quinzenalmente relatórios sobre os desmatamentos mais recentes, apontando com precisão os locais onde ocorreram.

Menos de oito horas são necessárias para que um dos aviões do Sivam decole da base aérea de Anápolis, em Goiás, e produza imagens em alta resolução de qualquer ponto da floresta. Em centenas de outros centros de pesquisas de universidades espalhados pelo país e no exterior, outras informações são processadas com base em dados obtidos por satélites.

Sucesso no céu, fracasso no chão. As ações de fiscalização e os investimentos na repressão a crimes ambientais estão longe de acompanhar a tecnologia que enxerga detalhes no meio da floresta. Dos 36 milhões de reais previstos para custear o trabalho dos fiscais neste ano, 25% foram congelados. O total liberado só foi suficiente para trabalhar até a primeira quinzena de agosto — justamente quando se iniciou a estação das queimadas. Para vigiar os 5 milhões de quilômetros quadrados de mata amazônica, existem 695 fiscais — 575 fixos e 120 emprestados de outras regiões. Se a área de floresta fosse dividida igualmente entre eles, cada um teria de cuidar de um território cinco vezes maior que o da cidade de São Paulo. “O esgotamento dos recursos no meio do ano demonstra a falta de prioridade do governo Lula para a questão ambiental”, acusa o Greenpeace em nota que denuncia a falta de dinheiro para a fiscalização.

As multas ambientais poderiam significar mais recursos para a atividade. Mas são tratadas como anedota pelos infratores. Do total de multas emitidas pelos fiscais, 12% são canceladas por erro de preenchimento. Das restantes, 80% simplesmente não são pagas. E, das que resultam em recolhimento de dinheiro, a União toma 95% do valor arrecadado para aplicar em outras finalidades. De acordo com dados do Ibama, no ano passado as multas somaram 539 milhões de reais, dos quais apenas

63 milhões foram pagos. Desse montante, pouco mais de 3 milhões de reais foram repassados à instituição. Para piorar, uma multa, quando é paga, tramita por até três anos nas instâncias burocráticas do governo. De acordo com o diretor de proteção ambiental do Ibama, Flávio Montiel, o órgão estuda a proposição de uma lei que formalize e melhore a divisão da arrecadação com a União. "Mas esse vai ser um assunto difícil de resolver", admite Montiel.

Em outra ponta, a corrupção mina ainda mais o processo de fiscalização. No Pará, foi descoberta no ano passado uma quadrilha especializada em cancelar e encolher multas. Composto de funcionários mancomunados até com um procurador do órgão, o grupo foi responsável por uma fraude de 4 milhões de reais. A sindicância ainda não está concluída e o acusado de chefiar o bando foi transferido para a Previdência. Desde 2003, mais de sessenta servidores foram enquadrados por crimes de corrupção. Somente no ca-

## O caminho do dinheiro

Menos de 1% do total de multas emitidas na Amazônia é enviado aos cofres do Ibama. O resto se perde na inadimplência ou vai para os cofres da União e não é empregado na proteção da floresta

Valores em reais

Ano	2001	2002	2003	2004	2005*
Valor global das multas	135,6 milhões	295 milhões	320 milhões	539 milhões	208 milhões
Total pago (estimado)	52 milhões	53 milhões	62,5 milhões	63 milhões	20 milhões
Total enviado ao Ibama	2,6 milhões	2,7 milhões	3 milhões	3 milhões	1 milhão

Fonte: Ibama

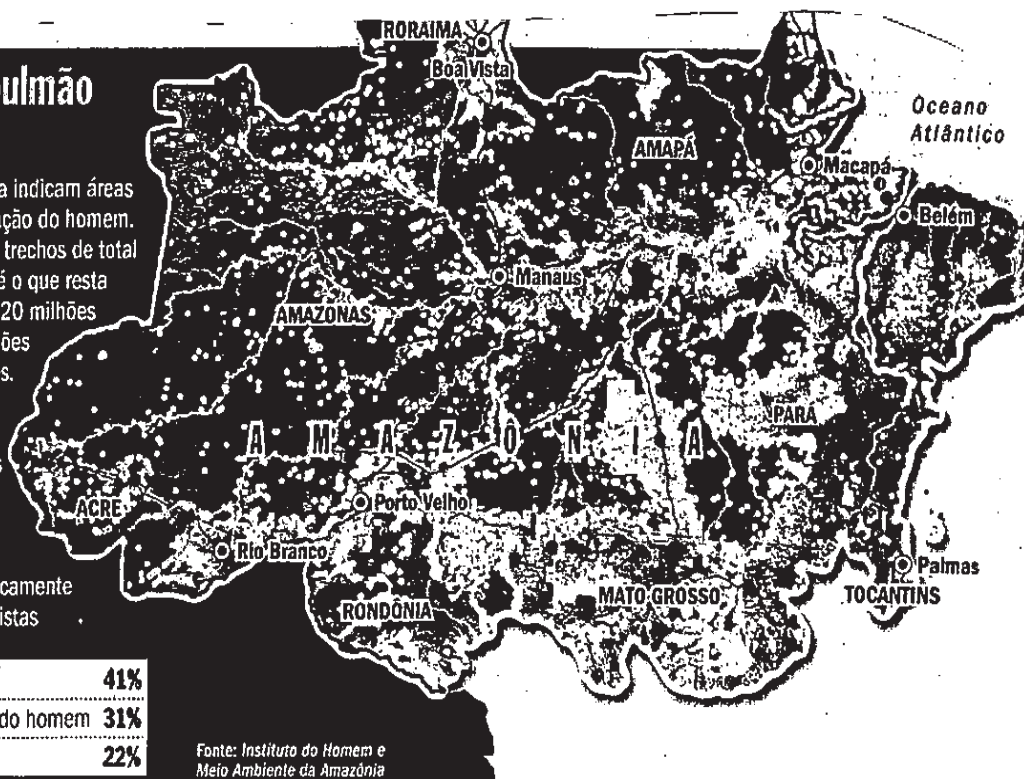
\* Até junho

so mais recente, a Operação Curupira, realizada em junho, 47 foram presos. "Isso não quer dizer que a corrupção aumentou, e sim que nunca se investigou tanto como agora", justifica Montiel. Embora os fiscais honestos tenham conseguido

apreender desde o ano passado mais de 375 000 metros cúbicos de madeira e fechado mais de 460 serrarias clandestinas, cerca de 80% da madeira que é vendida na região tem origem ilegal. Af incluída aquela que desaparece misteriosamente dos pátios interditados pelo Ibama. ■

## Manchas no pulmão do planeta

Os pontos na cor amarela indicam áreas em que já houve intervenção do homem. A cor marrom representa trechos de total desmatamento. O verde é o que resta intacto. A Amazônia tem 20 milhões de habitantes, em 5 milhões de quilômetros quadrados. Embora essa seja uma das mais baixas densidades demográficas do mundo, representa risco suficiente para um ecossistema frágil e cuja organização ainda é praticamente desconhecida pelos cientistas



■ Florestas intactas	41%
■ Já houve intervenção do homem	31%
■ Áreas desmatadas	22%

Fonte: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

# O RISCO DE PAGAR PARA VER

No ritmo atual, a devastação mudará o ciclo de chuvas e logo poderá ser tarde demais para salvar a Floresta Amazônica

Ruth Costas

**A** Floresta Amazônica está sendo devastada como se nunca fosse acabar. Já não é possível continuar nesse ritmo, pois estamos nos aproximando do ponto em que não haverá mais volta. Simulações feitas em computador pelo meteorologista Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, de São José dos Campos, indicam que a floresta desaparecerá quando a perda atingir entre 40% e 60% da cobertura vegetal. Não falta muito, pois nos últimos quarenta anos a mata encolheu 17%. A razão disso é o delicado equilíbrio do sistema de chuvas na região. Metade da precipitação pluviométrica é formada pelas massas de ar úmido provenientes do Oceano Atlântico, uma fonte inesgotável de umidade. O restante é alimentado pela transpiração das plantas e pela evaporação da água dos rios, do solo e da superfície das folhas. Essa fonte é destruída com a vegetação. No ritmo atual de devastação, a maior floresta tropical do planeta será substituída por uma vegetação típica de cerrado em apenas cinquenta anos. Ou em trinta, de acordo com o prognóstico mais pessimista, que levou em conta a possível aceleração no ritmo de desmatamento.

“Como metade da chuva na Amazônia é criada pela

própria floresta, a destruição será muito mais rápida e irreversível do que foi a da Mata Atlântica, onde a chuva depende sobretudo da umidade vinda do mar”, diz o engenheiro agrônomo Enéas Salati, diretor da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, do Rio de Janeiro, e autor do estudo que desvendou o ciclo hidrológico da Amazônia. A redução do volume das chuvas seria apenas uma das consequências do rompimento do ciclo das águas na Amazônia. O calor que antes era amenizado pela evaporação da água retida na mata passaria a se concentrar no ar, provocando o aumento da temperatura. O clima da região ficaria mais quente e seco, o que dificultaria a sobrevivência de plantas e animais habituados ao ambiente úmido atual. Uma simulação em computador do que aconteceria com o ambiente da Floresta Amazônica indica que alterações significativas devem começar a ocorrer quando a perda de cobertura vegetal chegar a 20% — ou seja, um índice que estamos próximos de atingir. “Se o ritmo da devastação não for contido, em poucas décadas toda essa biodiversidade desaparecerá da superfície terrestre sem que o homem tenha sequer sido capaz de conhecer toda a sua riqueza”, diz o biólogo americano Thomas Lovejoy, presidente do Centro H. John Heinz III para Ciência, Economia e Meio Ambiente, dos Estados Unidos. ■

## Uma sentença de morte

Estudos mostram que o ciclo das chuvas na Amazônia entrará em colapso se a região perder entre 40% e 60% da cobertura vegetal. A floresta será então substituída pelo cerrado

### CICLO HIDROLÓGICO

50% da chuva é alimentada pela evaporação da água acumulada na floresta, nos rios e pela transpiração das plantas

50% da água da chuva na Amazônia vem de massas de ar úmido que se formam no Oceano Atlântico

### O RISCO DA DESTRUIÇÃO

Com o desmatamento, diminui a quantidade de vapor de água gerada pela floresta e, por consequência, as chuvas. O clima se torna mais quente e seco

### O ROMPIMENTO DO CICLO

Estima-se que o ciclo das chuvas da região entrará em colapso se a Amazônia perder entre 40% e 60% de sua cobertura vegetal. O fim da floresta será então irreversível

# FLORESTAS DE PROVETA

Nem tudo está perdido no Brasil verde: um terço do consumo anual de madeira já vem de florestas plantadas, em que as empresas investem bilhões

Carlos Rydlewski

**N**a lista de previsões que não resistiram à realidade, podem ser incluídas todas as especulações sobre uma eventual queda no comércio mundial de papel, provocada pela difusão de tecnologias digitais. Isso porque, ao menos por enquanto, o que se vê é o contrário. Em vez de inibir, os meios eletrônicos parecem estimular o consumo desse produto, cuja primeira versão surgiu na China, no ano 105. Entre 1990 e 2004, a fabricação mundial de papel, cuja matéria-prima, a celulose, é extraída de árvores, avançou de 240 milhões de toneladas para 337 milhões de toneladas. Um crescimento de 40%. No Brasil, o salto foi de quase 80% no mesmo período, passando de 4,7 milhões de toneladas para 8,4 milhões de toneladas. E foi por meio de um subterfúgio, o plantio de florestas artificiais, que a indústria do setor bancou esse avanço na produção, sem levar ao colapso as reservas verdes do planeta. No mundo, essas áreas de matas plantadas pelo homem para uso industrial já ocupam 187,5 milhões de hectares, o equivalente a um país do tamanho do México. Dessa gleba global gigantesca, 5,4 milhões de hectares, ou 2,9% do total, estão no Brasil. E, hoje, o país vive um novo ciclo de investimentos nesse setor.

Há dois movimentos internacionais que estimulam a expansão das florestas plantadas, nas quais são usadas variedades principalmente de eucalipto e pinus. Um deles é a busca por novas áreas de plantio e construção de fábricas em países como o

Brasil, a Rússia, a Índia e a China. O outro impulso vem do intenso apetite mundial por commodities, puxado pelo crescimento chinês. Isso vale tanto para o segmento de papel e celulose como também para a siderurgia, que tem nas florestas plantadas a fonte de carvão vegetal para seus altos-fornos. Existem ainda frentes esporádicas de demanda, principalmente no segmento de construção. É por isso que nos últimos meses as principais indústrias do setor concluíram e já anunciaram investimentos de peso em florestas artificiais no Brasil. No fim de setembro foi inaugurada a Veracel, uma fábrica de celulose em Eunápolis, no sul da Bahia, montada por meio de parceria entre a Aracruz e o grupo sueco-finlandês Stora Enso. O investimento, desde o início dos anos 90, totalizou 1,2 bilhão de dólares. A Suzano também anunciou um aporte de 1,3 bilhão de dólares, em Mucuri, na mesma região, para a construção de uma unidade industrial. Estimativas das empresas do ramo indicam que as florestas plantadas devem atrair recursos da ordem de 13 bilhões de dólares até 2014 no Brasil.

A cifra é otimista, mas o país tem encantos para tanto. Fatores como a disponibilidade e a qualidade do solo, o regime de chuvas, a temperatura e a luminosidade — a quantidade de sol —, associados à pesquisa genética, fazem com que as matas artificiais brasileiras alcancem uma produtividade incomparável. Nas plantações nacionais, o eucalipto, que fornece uma matéria-prima de fibra curta, usada na produção de papéis de menor resistência, pode ser cortado num prazo de cinco a sete anos após o plantio. No Canadá e na Finlândia, importantes produtores de papel, esse prazo pode ser seis vezes maior. O custo da madeira numa fábrica brasileira também é inferior à metade do valor registrado nesses

países. “Não há exagero em dizer que nenhum lugar do mundo reúne condições tão favoráveis como o Brasil para o plantio de florestas”, diz o professor Laércio Couto, da Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais. “E temos muito espaço a ocupar, sem oferecer risco às áreas de preservação, principalmente em pastagens degradadas.” O detalhe: numa comparação mundial, o Brasil só começa a perder competitividade no momento em que são contabilizados os impostos, as despesas com escoamento e o custo adicional do crédito.

Em relação ao meio ambiente, as glebas de florestas plantadas no Brasil incorporaram avanços significativos nos últimos quinze anos. Nos anos 60, quando foram criados os projetos mirabolantes de reflorestamento no país, regados por fartíssimos incentivos fiscais, a história era diferente. Tanto que o famigerado Projeto Jari, cravado na selva do Amapá em 1967, perdurou por muitos anos como um símbolo desse tipo de empreendimento. Sonho do americano Daniel Keith Ludwig, então na lista dos cinco homens mais ricos do mundo, o Jari estendia-se por uma área correspondente à metade da Bélgica. Foi montado para produzir celulose, arroz e carne bovina em profusão nunca vista. Sucumbiu de maneira quase tão delirante como surgiu.

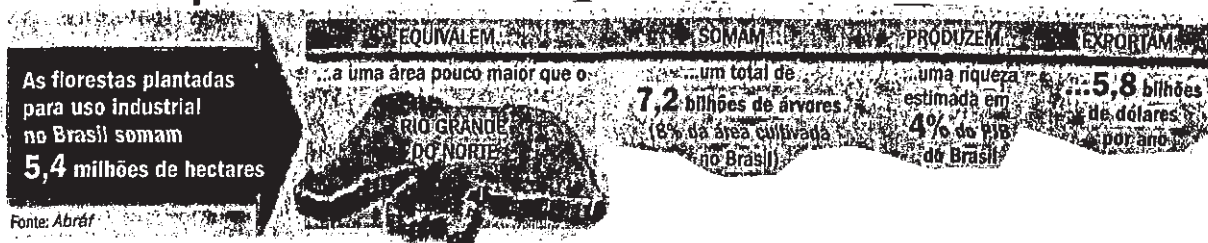
Os projetos de reflorestamento, por sua vez, modernizaram-se, também por causa de severas certificações internacionais, aliadas à tecnologia. Hoje, as grandes florestas são plantadas em áreas intercaladas com matas naturais, formando verdadeiros mosaicos verdes. Isso porque, como são feitas com material genético homogêneo, as plantações não têm

um sistema de defesa contra insetos. Poderiam ser dizimadas por punhados de bichinhos. "Mas, em equilíbrio com o ambiente natural, elas até se tornam mais resistentes, pois ganham os inimigos naturais contra possíveis agressores", diz

José Tótti, gerente de planejamento e pesquisa florestal da Klabin. Para completar, apesar de as florestas plantadas ocuparem apenas 8% da área cultivada do Brasil, elas fornecem 85% de todos os

produtos de origem florestal encontrados no mercado. E esse é um alento, principalmente em um mundo que parece não querer diminuir tão cedo o consumo de papel, energia, móveis e materiais para a indústria de construção. ■

## A indústria por trás do verde



**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista concedida pelo Deputado Federal Fernando Gabeira ao jornal **A crítica**, de Manaus, em sua edição de 17 de outubro do corrente.

Na entrevista, intitulada "O Governo Lula representa o retrocesso na questão ambiental", o Deputado mostrou toda a sua lucidez e coerência, ao afirmar que "O governo Lula representa o retrocesso na questão ambiental, porque o Lula, apesar de ter tido um bom programa de

campanha nesse sentido, formulado pelo movimento ambiental, praticamente ignorou todos esses pontos".

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que a referida entrevista seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

#### ENTREVISTA >

## Fernando Gabeira

# 'O Governo Lula representa o retrocesso na questão ambiental'

O ex-petista Fernando Gabeira (PV-RJ) afirma que a proposta de mudança apresentada pelo presidente Lula se mostrou muito artificial e que a derrota do PT, do ponto de vista ético, mostrou que não existem salvadores na política.

**ARTUR CESAR**  
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

De passagem por Manaus para examinar os efeitos da seca na região e avaliar a assistência que está sendo dispensada pelos governos do Estado e Federal aos ribeirinhos, o deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ) alerta que o fenômeno da estiagem que castiga a Amazônia pode ser uma consequência direta do problema de aquecimento global da Terra. Para o parlamentar, as atenções agora devem estar voltadas para o estudo das causas da seca, por meio de um verdadeiro mutirão científico. Nesta entrevista, Gabeira aproveita para criticar a política ambiental adotada pelo Governo Federal. O governo petista, afirma, não é poupado das observações acidas deste militante ambiental que carrega entre outras bandeiras de luta a defesa da legalização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e do uso da maconha.

**Após observar as consequências da estiagem em comunidades ribeirinhas, como o senhor avalia o fenômeno que castiga a região?**

Pelo que observei, tudo indica que as coisas estão equacionadas do ponto de vista de assistência. Entretanto, a minha maior preocupação é examinar as características dessa seca para sabermos como enfrentá-la. Saber, por exemplo, se ela vai se reproduzir com a mesma intensidade. Se aconhecer de novo, não sei se teremos condições de montar um esquema com essas características. Por isso, acho que é preciso criar um front de trabalho nesse sentido. Deu para sentir toda a dimensão do problema que atinge a região e a necessidade de atender a população, mas deu para perceber (também) que só com muita capacidade de utilizar os poucos recursos disponíveis vai ser possível fazer um bom trabalho. Toda assistência as comunidades isoladas é cara, tendo que ser feita de helicóptero, então, vai ser preciso uma imensa inteligência logística para conseguir atender a todos, com serviços de água, medicamentos e desta bási-

**PERFIL**

**Fernando Gabeira**

**IDADE:** 64 anos

**FAMÍLIA:** É pai de duas filhas, Liane e Maya

**PROFISSÃO:** Jornalista

**ALGUMAS EXPERIÊNCIAS:**

Destacou-se como jornalista logo no início da carreira, na função de redator do Jornal do Brasil, onde trabalhou de 1964 a 1968. Como correspondente no País, depois do Exílio, no final de 1979, em *South West*, no Rio. O que é seu companheiro de obra que serviu como referência na história da resistência política da difusão familiar.

ca. No entanto, cada voo custa quase US\$ 5 mil dólares, quase o preço de comprar água mineral *perrier* (francesa) para todo mundo. Se sobrar algum dinheirinho, eu usaria no estudo sobre a seca, para ver quais são as perspectivas futuras.

**O senhor acredita esta seca tenha relação com o problema do aquecimento global da Terra?**

Eu acho que se for demonstrado que houve uma influência, especialmente, no regime dos ventos, pelo aquecimento do oceano Atlântico, nos veremos que a Amazônia não está só ameaçada pela ação dos brasileiros, através dos desmatamentos e queimadas, mas parimentada pela ação global. Isso daria ao governo brasileiro um certo poder de negociação com instituições internacionais para a elaboração de planos de preservação ambiental que também levem em conta este aspecto, da agressão ao ecossistema que é, na verdade, o aquecimento global.

**Qual a sua avaliação sobre a política ambiental adotada pelo Governo Lula?**

O Govern Lula representa o retrocesso na questão ambiental, porque o Lula, apesar de ter tido um bom programa de campanha nesse sentido, formulado pelo movimento ambiental, praticamente ignorou todos esses pontos. O Lula tem uma perspectiva de crescimento econômico, sem levar em conta o que isso representa para a na-

tureza.

O projeto de regulamentação da exploração das florestas públicas para a produção sustentável, em tramitação no Congresso Nacional, recebe seu aval?

Claro, participei de vários debates sobre ele. Eu acho que o projeto tem boas intenções, ele pode realmente significar um avanço, mas existe uma série de fatores que ainda não estão muito esclarecidos. O primeiro deles é quanto a capacidade de monitoramento, não somente no sentido do manejo da floresta de uma forma adequada, mas também de monitorar a biopirataria, que pode vir nesse processo.

**Entre os seus projetos está o que trata da fiscalização e controle do Sistema de Vigilância da Amazônia. Como o senhor avalia o trabalho do órgão?**

Eu durante muito tempo ataquei o Sivam. Eu queria ver esclarecida todas as operações financeiras e comerciais que estavam envolvidas nele. A partir de um certo momento, comecei a ser um defensor do Sivam. Acho que ele tem papel importantíssimo no País, mas infelizmente, as promessas do Sivam de cuidar da Amazônia, do ponto de vista ecológico e de coleta de informações ainda não se realizou. Ele ainda não conseguiu provar para a sociedade o que pode fazer por ela. Você tem super aviões e super radares, mas muitas vezes não sabe o que fazer com eles. Acho que o encontro do Sivam com a sociedade é fundamental.

**O senhor deixou o PT, em 2003, alegando divergências ideológicas com o partido. Passados quase dois anos e depois de vivenciar esta crise política que atingiu a sigla do presidente Lula, qual a sua avaliação do partido?**

Quando deixei o governo, as minhas críticas eram política-ideológicas. Eu discordei do rumo que o governo estava tomando, tinha a intuição de que havia incorreções. A novidade que as denúncias do ex-deputado Roberto Jefferson trouxe eram que ocorria uma corrupção em grande escala dentro do Governo. O governo que deixei por discordar política - ideologicamente, demonstrou ser extremamente cor-

## PROJETOS



## Paixão pela Internet

Uma das paixões do jornalista e escritor Fernando Gabeira é a Internet. Ele conta que após ter lançado, ainda em 1994, seu site [www.gabeira.com.br](http://www.gabeira.com.br), a rede não foi boa, merecendo apenas um repórter de nome, o barão do jornal francês *Le Monde*, que já se preparava para lançar, em breve, seu portal. Voltando ao meu site era a primeira tentativa de um mandato literário. De lá, fui seguindo nesse caminho. Foi a companhia de um avanço enorme nessa sentença. Conta Gabeira. Em seu site, o internetista tem a oportunidade de conferir o diário do deputado federal, inclusive sobre sua passagem pela cidade.

Essa crise revelou uma particularidade extraordinária da Internet. As velozes duravam muito tempo, através da Internet, e as notícias se difundiam muito mais rapidamente. O que é o poder da Internet? É a possibilidade de se comunicar com o mundo inteiro. Eu acredito que vai ser cada vez mais importante nos próximos anos. É isso Gabeira.

Entre seus projetos literários parlamentares, está o de escrever um livro fazendo um balanço de seus 50 anos de vida pública, que comecei quando ele tinha 10 anos, no movimento estudantil. Ele conta que uma editora também fez contato com ele para que escrevesse um livro sobre sua experiência em Brasília. Depois de decidir sobre para qual das obras se dedicar, ele pretende esquecer um pouco da crise política que assola o País e dedicar boas horas para a elaboração de mais uma de suas obras literárias.

rupto. Uma razão a mais para fortalecer minha posição crítica em relação ao governo.

**Acredita que a esquerda irá pagar um preço alto nas eleições do ano que vem, por conta de consequências ruins deixadas pelo Governo Lula?**

Eu acho que todo mundo deve pagar o preço pelos seus erros e a esquerda, até onde ela errou, vai pagar esse preço. O que ficou caracterizado nesse processo político que vivemos, é que uma grande proposta de transformação se mostrou muito artificial, muito distante da realidade. O homem que os eleitores, na criação do ano que vem, queiram líderes mais pragmáticos, que tenham projetos menos ambiciosos, mais com pé no chão e que possam atender aquilo que eles prometem. A derrota do PT, do ponto de vista ético e administrativo - eles são muito ruins para governar - mostrou também que não existe essa suposição que a classe operária tem um poder messiânico de nos conduzir para um novo Brasil. O que o fracasso do PT mostrou é que não existem mais salvadores, nem salvação. O que nós temos que ter é um trabalho pragmático de mudança do País, sem mais aquelas características românticas que o PT imprimiu e que o Lula encarnou.

**A reforma política, que poderia mudar um pouco esse cenário, foi deixada de lado pelo Congresso Nacional. O senhor acredita no seu poder de mudança?**

Eu sou favorável à realização da reforma política, não só no que diz respeito à redução com gastos de campanha, por exemplo, como também quanto ao aumento da transparência. No entanto, eu acho que vai haver pouco tempo e disposição para fazer essa reforma. Eu acredito que só o próximo Congresso terá condições e, principalmente, legitimidade, para fazê-la.

**Como está articulado nacionalmente o Partido Verde? Qual sua avaliação sobre a atuação de seus membros?**

Nós não estamos nem ao lado da direita nem na esquerda, estamos na frente. Muito provavelmente, nós não vamos fazer aliança com ninguém, a não ser

em nível regional. Eu como deputado federal, caso seja eleito, por exemplo, serei independente. Acredito que o PV terá mais chances quando a questão ambiental ocupar a agenda política do partido de uma forma muito mais intensa. Agora, não basta somente a agenda ambiental vir à tona, é necessário que eles (seus membros) sejam capazes de entender e apresentar alternativas para responder questões novas, quando elas surgirem. O grande problema do PV é exatamente a falta de capacidade política e política de seus militantes para entender o que está se passando no cenário global e dar uma resposta adequada. Eu acho que se eles estudarem e trabalharem para isso, possam cumprir este papel. Não basta somente sentar em cima da bandeira, só porque é bonitinha. Assim, eles não vão se dar bem.

**O seu desentendimento público com o ex-presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcante (PP), ganhou as manchetes. Após a saída de Severino do comando do legislativo e posterior eleição do comunista Aldo Rebelo para a cadeira de presidente, qual a sua avaliação da instituição?**

O Severino representava o que há de mais atrasado no Brasil e nós conseguimos realmente fazer com que ele fosse afastado, muito por causa da prática dele, que era um reflexo dessa visão de atraso. A entrada do Aldo representa um avanço, não um avanço como nos queríamos. Nós saímos do século passado e começamos a entrar na década 50. Temos que ter muita paciência para podermos chegar ao século 21. A eleição dele (Severino) foi uma combinação da iniciativa do governo, que lançou um candidato que não era viável, com o oportunismo da oposição, que votou nele somente para embaraçar o governo. Na verdade, ela criou um embaraço para o próprio Congresso Nacional. Ele não era uma dificuldade para o governo, mas para a instituição. Quando você olhava para a Câmara e via que Severino era o presidente, dizia: 'isso não é um lugar sério'. Governo e oposição erraram e quando isso



**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Morte do perito não foi natural, mostram exames”, de autoria do jornalista Fausto Macedo, publicada em 14 de outubro de 2005, no jornal **O Estado de S. Paulo**.

A matéria citada enfatiza que a primeira bateria de exames no cadáver de Carlos Delmonte Printes, o legista, descartou preliminarmente a hipótese de morte natural. Os promotores apontam o suicídio como causa mais provável, mas não descartam que ele pode ter sido assassinado.

Delmonte não concluiu o laudo complementar sobre o assassinato de Celso Daniel, mas já havia denunciado sinais de tortura no corpo do prefeito.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Morte do perito não foi natural, mostram exames

Promotores do caso Celso Daniel consideram ‘mais provável’ hipótese de suicídio do legista, mas não descartam possibilidade, ainda que ‘muito remota’, de assassinato

**INVESTIGAÇÃO**

Fausto Macedo

A primeira bateria de exames no cadáver de Carlos Delmonte Printes, o legista, descartou preliminarmente a hipótese de morte natural – que a polícia defendia como mais provável – e mergulhou o caso em mistério.

A indefinição sobre a causa da morte do perito que apontou sinais de tortura no corpo de Celso Daniel alimenta suspeitas e dúvidas dos promotores de Justiça que investigam o assassinato do prefeito do PT de Santo André.

Os promotores apontam o suicídio como “mais provável”, mas não descartam que Delmonte pode ter sido assassinado, embora considerem tal possibilidade “muito remota”. Eles falam até em morte por envenenamento, com a ressalva de que isso é mais uma hipótese e que apenas o laudo pericial indicará o que houve com o legista.

“Ele não foi vítima de morte violenta, nem de morte natural, a investigação é para envenenamento”, declarou o promotor Roberto Wjder. “O envenenamento pode ser acidental, até pela ingestão de alimento estragado, nenhum caminho pode ser desprezado.” “A hipótese do assassinato não está afastada”, disse o promotor Marcelo Millani, que a Procuradoria-Geral de Justiça convocou para acompanhar o inquérito.

Delmonte apareceu sem vida em seu gabinete particular, na Vila Mariana, quarta-feira à tarde. O corpo foi encontrado por um filho da vítima, Guilherme, destinatário de uma carta escrita em papel sulfite na qual Delmonte recomendou algumas providências no caso de sua morte – ele chamou a atenção para datas de contas a vencer, comunicou sobre o lugar onde guardou cópia de sua declaração de rendas, registrou o número de sua conta bancária.

Ez, ainda, dois pedidos, mas não foi atendido: que não o

**CASO CELSO DANIEL**

## Um crime e duas versões

**O CRIME**  
O crime ocorreu no dia 14 de outubro de 2005, às 16h30, no gabinete particular de Celso Daniel, na Vila Mariana, zona sul de São Paulo. O prefeito foi encontrado sem vida em seu gabinete particular, na Vila Mariana, zona sul de São Paulo. O crime ocorreu no dia 14 de outubro de 2005, às 16h30, no gabinete particular de Celso Daniel, na Vila Mariana, zona sul de São Paulo.

**A SUSPEITA**  
A suspeita principal é o prefeito Celso Daniel, que teria cometido o crime político. Há também a possibilidade de um crime político, eliminado porque ele desobedeceu o plano de corrupção planejado por Santo André.

**A DENÚNCIA**  
O crime foi denunciado pelo prefeito Celso Daniel, em 14 de outubro de 2005, às 16h30, no gabinete particular de Celso Daniel, na Vila Mariana, zona sul de São Paulo.

**O CONTRA-ATAQUE**  
Em 20 de agosto, o último dia de seu governo, Celso Daniel foi torturado. Mencionado

Carlos Delmonte sustentava, desde o início, que a morte do prefeito tinha motivos políticos

das que lhe mudaram nas costas. Projeção por parte de Delmonte, a morte de Celso Daniel não foi natural, mas provocada por estímulos de tortura, provocadas por estímulos de tortura.

**O DESMENTIDO**  
A morte de Celso Daniel não foi natural, mas provocada por estímulos de tortura, provocadas por estímulos de tortura.

**Pontos obscuros do inquérito**

- Celso Daniel saiu do restaurante com calça social bege. Seu corpo no chão estava com jeans
- Na calça não havia nenhuma perfuração de balas, apesar dos sinais de bala na coxa direita
- O depoimento do “Sombra” sobre o sequestro tem muitas afirmações desmentidas pela investigação policial
- Um secretário de Daniel, o vereador Klinger de Oliveira, visitou seu apartamento depois do sequestro (mas antes de sua morte), acompanhado de uma mulher. Há dúvidas sobre se seria a namorada de Celso Daniel ou outra pessoa
- Um computador portátil onde Daniel anotava assuntos pessoais desapareceu

submetessem à autópsia e que seu corpo fosse cremado. A Justiça não autorizou a cremação e seus colegas, sete legistas e patologistas, passaram a madrugada debruçados sobre seu corpo, estirado na mesa de aço de uma sala do Instituto Médico Legal em Pinheiros. Ali, Delmonte trabalhou por 21 anos.

Após 3 horas e meia de trabalho, a equipe médica não chegou a uma conclusão sobre a

causa da morte, mas afastou a pneumonia e a miocardite como agentes provocadores. O Departamento de Homicídios, que conduz a investigação, acredita em um crime político, eliminado porque ele desobedeceu o plano de corrupção planejado por Santo André.

Os legistas passaram, então, para a segunda etapa da necropsia – do método articular – e constataram, no cérebro, intestino, pulmões e olhos que se-

trou submetidos a exame toxicológico (sangue e urina), além de perfis cromatográficos, que qualifica e quantifica drogas eventualmente alojadas em órgãos vitais. O procedimento foi acompanhado pela promotora de Justiça Eliana Passarelli.

Os legistas estão em busca da pista que pode levar à explicação para a morte – Veneno, droga, medicamentos em excesso. No Laboratório de Toxicolo-

gia Forense do IML eles adotam técnicas de triagem e de confirmação, com uso de microscópios, para identificação de substâncias agressivas.

Os peritos verificaram "intestino esverdeado" do cadáver. Estudam 3 possibilidades: decomposição, grave infecção ou digestão rápida demais.

Hideaki Kawata, diretor do IML, confirmou que a morte por infecção pulmonar está fora de cogitação. O corpo foi entregue às 5h15 da manhã para a família. Os exames complementares deverão estar concluídos em 15 dias. "É um leque aberto", resumiu Kawata. ●

## Filho afasta versão de ameaça no caso Daniel

AGÔNIA. "Meu pai sabia que o coração não estava bem, que a qualquer hora poderia acontecer qualquer coisa", declarou um dos filhos do legista Carlos Delmonte, em entrevista ao *Jornal da Globo*. Guilherme encontrou o corpo do pai no escritório da Vila Mariana. Ele afirmou que, pela profissão que exercia, Delmonte "foi ameaçado algumas vezes, mas já faz muito tempo". Afastou, porém, a versão de que o pai tivesse recebido "qualquer tipo de ameaça" no caso Santo André. "Em relação a esse caso, do Celso Daniel, nun-

ca, Nenhuma vez."

A indefinição sobre a cremação do corpo de Delmonte aumentou a agonia dos familiares, mas depois trouxe algum alívio para sua mãe. Católica, não sabia que o filho se convertera recentemente ao judaísmo e era contra a cremação. "Minha tia sempre foi contra a cremação", disse uma prima do legista, Júlia Delmonte. "Ela não quer nem velório, quer um enterro rápido." A família decidiu-se pelo sepultamento, que ocorrerá hoje cedo em um cemitério no Butantã. ● Rodrigo Pereira

# Delmonte não concluiu laudo complementar sobre Daniel

Perito estava empenhado, havia 50 dias, na elaboração de um documento solicitado pelos promotores de Santo André.

Carlos Delmonte, o legista, não concluiu sua última missão — o laudo complementar sobre o assassinato do prefeito Celso Daniel. Há 50 dias, ele estava empenhado na elaboração de um documento solicitado pelos promotores criminais de Santo André, que conduzem a investigação sobre a morte de Daniel. Delmonte foi autor da primeira necropsia no prefeito.

Especialistas em combate à corrupção e fraudes contra o Tesouro, os promotores Amaro José Thomé Filho, Adriana Ribeiro Soares de Moraes e Roberto Wider Filho pediram a Delmonte, em 16 de agosto, resposta para 14 "quesitos" suplementares. "Naquele dia, o perito fez longo depoimento ao Ministério Público. Denunciou sinais de torturas no corpo do prefeito, que levou oito tiros de arma de fogo. Revelou, também, ter sido censurado e advertido por superiores, quando anun-

## Polícia reafirma tese de crime comum

COINCIDÊNCIAS: A Polícia Civil voltou a informar que o assassinato de Celso Daniel foi crime comum e não político. O delegado do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Armando de Oliveira Costa Filho, disse que as mortes de seis pessoas ligadas ao caso não têm relação.

Segundo Costa Filho, o preso Dionísio Aquino Severo, resgatado da Esantenciária em Guarulhos, é apontado pelo Ministério Público como elo entre os assassinos e o mandante, foi executado na prisão por causa de guerra entre facções. Sérgio Orelha, acusado de ter es-

cluído sua descoberta.

Os promotores queriam saber se "foram observadas outras fraturas (em Celso Daniel), além das que foram relatadas

condido Severo em sua casa após o seqüestro do prefeito, teria sido fuzilado por inimigos. O investigador Otávio Mercier foi assassinado em perseguição a dois assaltantes. Para o delegado, o garçom Antônio de Oliveira, que serviu o último jantar a Daniel, antes do seqüestro, sofreu acidente de moto ao tentar fugir de assaltantes. Paulo Brito, que trabalhava na Febem e testemunhou a morte de Oliveira, foi morto por menores com os quais havia brigado. O agente funerário Iran Redua, que reconheceu o corpo de Daniel em Juquitiba, foi morto por rivais. ● Josmar Josino

no laudo original; quais elementos permitiram o diagnóstico de tortura; se o exame das roupas mostra compatibilidade com as lesões descritas no lau-

do". Também indagavam se os anexos do laudo necroscópico, e as radiografias, foram localizados; se é possível estabelecer as trajetórias dos disparos que atingiram a vítima; e "outras considerações entendidas convenientes e oportunas". Questionavam se "a quantidade de sangue encontrado no local (*onde o corpo foi localizado*) é compatível com a intensidade das lesões descritas no laudo".

Ontem, intrigados com a morte misteriosa do perito, os promotores decidiram ir à Justiça para tentar localizar o laudo complementar que Delmonte estava produzindo.

Os promotores querem autorização para busca e apreensão em dois endereços do legista, o escritório da Rua Botucatu, 591, 17.º andar, e sua sala na sede do IML. "O legista relatou ser detentor de outros documentos e fotos que interessam ao esclarecimento da verdade a respeito do crime (*morte de Daniel*)", sustentam os promotores. Eles temem que os papéis desapareçam.

O promotor Amaro Thomé considera que "existe a possibilidade de Delmonte ter sido vítima de intoxicação". Sobre a carta que o perito deixou, Amaro pede exame grafológico. O promotor quer saber se Delmonte fez o texto "de forma voluntária ou se alguém o constrangeu a fazer as anotações". ● F.M.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental e fica inscrito após a palavra do Senador Luiz Otávio.

Com a palavra o Senador Luiz Otávio.

**O SR. LUIZ OTAVIO** (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje estivemos reunidos neste plenário, presidido pelo Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, com diversos Senadores que representam a nossa Federação, para comemorar antecipadamente o Dia do Aviador e o Dia da Força Aérea Brasileira.

No momento da homenagem, foi importante que os Senadores que me antecederam tenham feito referências elogiosas e tenham reconhecido o grande papel da Força Aérea Brasileira para o Brasil.

Estavam também aqui os dois chefes do Estado-Maior representando os Comandos do Exército e da Marinha. Com certeza, as referências feitas por todos os Senadores, mas, principalmente, pelo Senador Aelton Freitas, autor da proposta da sessão de homenagem, e pelo Presidente Renan Calheiros, no encerramento da referida sessão, dão provas inequívocas de que realmente o nosso País, o Brasil, reconhece na Força Aérea Brasileira o seu trabalho permanente de não só defender a nossa segurança, as nossas fronteiras e combater o narcotráfico, mas também, com certeza, permitir que a população brasileira, principalmente a população mais necessitada, como no caso da região amazônica, dos índios da região amazônica, enfim, aquelas pessoas que normalmente vivem isoladas dos grandes centros sejam atendidas em suas necessidades também pela Marinha do Brasil.

A Força Aérea Brasileira faz um trabalho social muito grande que é reconhecido por todos nós, e, com certeza, continuará fazendo o trabalho na área de salvatagem, na área de resgate de acidentes, já que cai uma grande quantidade de aeronaves que sobrevoam o nosso País dada a nossa dimensão continental.

Além disso, é por intermédio da Aeronáutica que conseguimos dar um grande incentivo a essa juventude, que hoje é a grande maioria do nosso País, na questão da sua formação como no seu treinamento, com as Escolas de Oficiais e as Escolas de Praças, de Sargentos, de Cabos e aperfeiçoamento de soldados.

Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, nosso Senador pelo Paraná, com certeza reconhece o trabalho da Força Aérea Brasileira no atendimento a essa população tão necessitada. É por meio das missões religiosas e das missões das Forças Armadas que a população pode contar sempre com o apoio em qualquer momento.

Tenho, em minha família, uma história ligada à Força Aérea Brasileira. Meu pai, na Segunda Guerra Mundial combateu pela Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Itália; tenho um irmão que foi aviador da Aviação Civil brasileira e uma irmã que é Major da Aeronáutica.

Portanto, esta homenagem no dia de hoje, com a presença de vários oficiais de todas as patentes, no Senado Federal, recebendo as honras e o reconhecimento do Congresso Nacional pelo Dia do Aviador, é momento de muita satisfação para o povo brasileiro.

Senador Flávio Arns, tenho certeza de que o seu Estado, o Paraná ainda não chegou a ter esse tipo de problema, mas nós, na Amazônia, estamos enfrentando, pela primeira vez, uma seca muito grande depois da década de 60. Nasci em 1954. Era, portanto, bem criança quando aconteceu, na Amazônia, uma seca como esta que estamos vivendo hoje.

O Pará e o Amazonas são os Estados mais afetados. Cinco Municípios no oeste do Pará enfrentam o problema da seca. Temos rios caudalosos, com o maior volume de água do mundo – o rio Amazonas e o rio Pará –, também temos a Hidrelétrica de Tucuruí – com certeza uma fonte de energia que abastece o Brasil inteiro, pois são mais de dez mil megawatts de potência – e, futuramente, teremos a Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira. Portanto, este período está nos trazendo preocupação, mas também providências, e o Governo, por intermédio do Presidente Lula e do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, determinou a liberação de recursos para atender a essa necessidade da Região Amazônica, em especial, da Região Norte.

Faço também um apelo ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para que libere recursos da defesa civil, inclusive para as Forças Armadas, não só a Força Aérea Brasileira, mas o Exército e a Marinha, cujo efetivo garante as nossas fronteiras. Homens e mulheres das Forças Armadas podem ser mobilizados para enfrentar todas essas dificuldades.

Espero que o Ministro Palocci e sua equipe econômica liberem recursos para as Forças Armadas, para que, num esforço coletivo com os Governos dos Estados, como é o caso do Governador do Pará, Simão Jatene, e com os Prefeitos possam enfrentar essa calamidade. Essa população tira o seu sustento dos nossos rios, da capacidade das nossas águas. Realmente, com a seca, estamos tendo e teremos muito mais dificuldades para vencer os momentos que estamos vivendo agora.

Sei que este apelo será atendido, porque a seca ocorria habitualmente no Nordeste. Inclusive, todos os anos recursos eram disponibilizados no Orçamento da União com essa finalidade. Mas o período de seca no Norte, na Amazônia, é uma novidade. Tenho certeza de que, na votação do Orçamento, incluiremos recursos para atender, no próximo ano, a esse período de estiagem e de seca.

Faço também um apelo para o Estado do Amazonas, que reunirá, nos próximos dias, em Brasília, a Superintendência da Zona Franca de Manaus, para que libere recursos, como é o caso da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, cuja sede é em Belém, mas atende a toda Amazônia Legal. A ADA dispõe de

recursos que podem atender a esses Municípios, e, com certeza, vamos trabalhar para liberá-los.

Há um apelo da Bancada Federal do Pará, para que parte dos recursos que estão dentro do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia possam ser liberados para concluir as eclusas de Tucuruí. Com certeza, esses recursos já alocados no Orçamento e ainda não utilizados poderão, por medida provisória discutida com o Presidente Lula e com o Ministro Palocci, concluir definitivamente essas eclusas.

Lembro que Tucuruí não é problema. Lembro que o Pará e a Amazônia não são problemas. A Amazônia e o Pará são soluções. Hoje, a energia gerada em Tucuruí atende ao Nordeste brasileiro e parte do Sudeste. Da mesma forma, faremos com Belo Monte, em Altamira.

Não estamos aqui a pedir esmolas. Não estamos aqui de pires na mão. Estamos reivindicando os direitos da nossa população e dos nossos governantes.

Um Estado viável economicamente, como o Pará – sempre digo isso aqui –, aguarda, na Lei Kandir, a definição de recursos do Fundo de Desenvolvimento e principalmente do Fundo de Compensação das Exportações, que estamos discutindo novamente junto com a equipe econômica.

Não foram alocados recursos da ordem de mais de R\$900 milhões que complementam os recursos do Fundo de Compensação das Exportações, que substitui, finalmente, a Lei Kandir. Dará um total de 6,2 bilhões para todos os Estados exportadores, como é o Pará, serem compensados. O Estado do Pará exporta mais de US\$4 bilhões por ano há mais de doze anos e importa apenas US\$300 milhões por ano.

Era o que eu tinha a dizer.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela paciência.

*Durante o discurso do Sr. Luiz Otávio, o Sr. Gilberto Mestrinho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Arns.*

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela exposição, Senador Luiz Otávio. Quero dizer da solidariedade de todos nós brasileiros para com a região Amazônica neste período difícil. Sem dúvida o apelo para que essa necessidade conste do Orçamento Geral da União tem a solidariedade de todo o Congresso Nacional.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, do PSDB, por permuta com o Senador José Maranhão.

S. Ex<sup>a</sup> disporá de dez minutos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que figura o historiador

vai usar para explicar e deixar escrito quem foi Lula? Um substantivo, talvez, que tem origem no latim vulgar, como **percaptiare**. Ou, bem traduzido, o percalço, o estorvo num caminho que se pensava pudesse representar algum avanço na vida e na história da Nação.

Havia essa expectativa. Tanto havia que nem o inventor de Lula no plano nacional poderia supor o erro que cometia, numa época de busca de uma figura para enfrentar a falta de líderes no País.

Quem inventou Lula foi o Senador Petrônio Portella, a grande figura que teve inteligência e visão para, em época de restrições da democracia, tentar a renovação das lideranças políticas para a travessia dos 22 anos de ditadura. Petrônio foi líder do governo autoritário e Presidente da extinta Arena. E foi ele quem conduziu a decisão do então Presidente Geisel de promover a chamada distensão lenta, gradual e segura para redemocratizar o Brasil.

Em seu gabinete, no Anexo 2 do Senado, Portella trouxe, um dia, de São Bernardo do Campo – isso é verdade, diz a história –, um sindicalista que estava pintando bem, à época, simplesmente Luiz Inácio da Silva, sem o Lula, que era apelido regional.

Não deu certo. Lula mostra à farta a que veio: é, como ontem em Moscou, o presidente-em-trânsito Lula da Silva, a declamar platitudes – e asneiras – e a construir ao seu redor uma barreira impermeável à realidade. Isso está no **Estado de S. Paulo** de hoje, 20 de outubro de 2005. Sem quê nem para quê.

Sigo lendo sobre Lula, ainda o editorial de **O Estado de S. Paulo**:

No papel que exerce com excepcional desenvoltura, o de grande ausente, em sentido figurado (da crise do mensalão) e literal (do País de onde saiu na semana passada para conhecer a 77<sup>a</sup> terra estrangeira, desde a posse, e rever outras), Lula disse coisas tão antológicas, como “problemas fazem parte da política” e “não acredito em nenhum país do mundo que não tenha problemas”. [Ele acha que os países, Senador Antonio Carlos Magalhães, têm problemas; descobriu. Até então, eu não sabia. Eu pensava que os países não tinham problema, mas ele diz que têm, então passo a acreditar nele]. Isso dá inveja ao Conselheiro Acácio\* e ao próprio Marquês de Maricá.

Lula lamentavelmente é irrecoverável para o Brasil. Desde logo, age sem ter consciência de seus atos irrefletidos. Seus périplos, agora no luxuoso Aerolula, são inúteis e, até certo ponto, ridículos. Com todas as conseqüências do ridículo a que expõe também o Brasil. Já são 77 os países que ele visitou. No mais recente, a Rússia, chegam a ser tristes a figura e as sandices de Lula, como registra um outro editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, também de hoje. Leio o editorial:

Como já fez em outras viagens internacionais, em Moscou o Presidente Luiz Inácio Lula

da Silva proclamou que “acabou o tempo em que o negociador brasileiro [Senador Antonio Carlos Magalhães, esta merece registro] ia de cabeça baixa pedir favor a alguém”. [Antigamente, ia de cabeça baixa, ou seja, em seu tempo, Senador José Sarney, ia de cabeça baixa; no tempo dele, vai de cabeça erguida. Ele inventou a cabeça erguida no País. A história registrava a cabeça baixa. É quase genial. Se fosse um pintor seria Picasso. Como é Presidente, é o Lula] Agora, pelo visto, o negociador brasileiro – no caso o próprio Presidente Lula, que também acha que, com “olho no olho”, resolve qualquer problema – vai com a cabeça nas nuvens ensinar ao seu interlocutor o caminho das pedras. Só o excesso de adrenalina explica que o Presidente Lula tenha pretendido lecionar para Vladimir Putin, ex-chefe da KGB e atual presidente da segunda maior potência militar do planeta, que Brasil e Rússia deve formar uma aliança não apenas comercial, mas estratégica para que os países em desenvolvimento não sejam tão dependentes da União Européia e dos Estados Unidos.

Ele quer ensinar, Senador Antero, a Rússia a enfrentar os Estados Unidos. Ela quase que não fez isso durante o período da guerra fria.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> permite interrompê-lo por apenas um segundo?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sem dúvida.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero registrar a visita que muita nos honra do Vice-Ministro do Exterior do Irã, que, como representante do Presidente do seu país, veio para um encontro com o Presidente Lula e também para visitar o nosso Congresso.

Trata-se do Dr. Saeed Jalili, o segundo homem na diplomacia e também importante assessor do Presidente do Irã.

Muito obrigado, nobre Senador.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Ney Suassuna, que é um grande amigo do Irã.

Digo aos ilustres visitantes que não se surpreendam se receberem do Presidente Lula alguma aula sobre a história iraniana.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Senador Arthur Virgílio, com a concordância de V. Ex<sup>a</sup> e do Senador Ney Suassuna, também quero, em nome da Mesa do Senado Federal, dar as boas-vindas à Delegação do Irã ao Brasil e particularmente, com muita honra, ao Congresso Nacional. Desejo que as relações

entre Irã e Brasil continuem cada vez mais prósperas, melhores, no sentido da construção, principalmente da justiça, da paz e da cidadania, no mundo inteiro. Que essa seja uma ação global realmente.

Sejam muito bem-vindos ao Brasil e ao Senado Federal.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> falou com toda a precisão, em nome do Senado, que V. Ex<sup>a</sup> representa tão bem.

Para facilitar o trabalho do historiador de amanhã, estou anexando a este pronunciamento os dois editoriais do **Estadão**, que expressam, um e outro, o pensamento da Nação brasileira, hoje aturdida pela corrupção implantada pelo Governo petista do Presidente Lula e desesperançada na recuperação deste que um dia representou muito para o País, como na época de sua luta pela redemocratização. Ele lutou em sua trincheira sindicalista com destemor e dignidade. Hoje, submete o Brasil à indignidade, transformando um Governo em quadrilha da mesma dimensão dos que roubam e roubam.

Hoje, vou terminar de maneira mais amena. E gostaria muito de chamar a atenção da Senadora Íris de Araújo para algumas frases do Presidente Lula que são antológicas, são verdadeiras lições de sabedoria popular. Vamos às frases do Presidente:

Se um dia uma editora estiver interessada na edição de uma obra, desde logo prima, sobre o pensamento de Luiz Inácio Lula da Silva, ofereço de graça o título: “Memórias Acacias de um Presidente”.

Lula, que não deu certo como Presidente, quem sabe possa vir a ter algum êxito como autor.

O miolo do livro pode ser encontrado no noticiário dos jornais. Aqui vão algumas pérolas, todas dele, pelo amor de Deus, não pensem que fui eu que disse isso:

- 1) “Problemas fazem parte da política.”;
- 2) “Não acredito em nenhum país do mundo que não tenha problema.”;
- 3) “Brasil e Rússia devem formar uma aliança não apenas comercial mas estratégica, para que os países em desenvolvimento não sejam tão dependentes da União Européia e dos Estados Unidos.”;

A próxima é uma frase fantástica, para se meditar:

- 4) “Somente o tempo vai poder provar.”;

Houve outro estadista que disse que o tempo era o senhor da razão.

A quinta frase está linda:

- 5) “Ler é como ter uma esteira no quarto. No começo a gente tem preguiça de andar, mas depois começa a tomar gosto e não quer parar mais.”;

É bom parar porque pode ter um problema cardíaco. Uma hora tem que parar, não dá para ficar andando, andando e andando. Eu recomendo ao Presidente que suba na esteira do trabalho administrativo, pois não vai lhe fazer mal nem ao País;

A sexta frase está linda, fantástica, Senador Garibaldi Alves Filho, temos que aprender com o Presidente:

6) “Muitas pessoas, se tivessem controle emocional e consciência de que seu corpo é mais leve do que água, certamente não morreriam afogadas.”;

Ou seja, não precisa aprender a nadar, basta saber que seu corpo é mais leve do que a água. Numa referência aos que têm pressa para baixar os juros – o que é uma aula de economia também.

7) “Um dia, acordei invocado e telefonei para o Bush.” – em reunião com parlamentares do PTB, no tempo em que ele dava cheque em branco para o Roberto Jefferson.

Querida que ele acordasse invocado um dia e começasse a trabalhar.

8) “Quem chega a Windhock não parece que está em um país africano. Poucas cidades do mundo são tão limpas, tão bonitas e têm um povo tão extraordinário como tem esta cidade.” – Isso lá na Namíbia, comprando uma briga descomunal com o resto do Continente africano.

O Presidente diz uma coisa antológica também:

9) “Minha mãe é uma mulher que nasceu analfabeta.”;

Aliás, a minha também. E a minha nasceu sem cabelo, sem dente. Eu também, não me vi nascer, mas minha mãe testemunhou que eu nasci sem cabelo e sem dentes.

Essa outra está fantástica, Senador Antero Paes de Barros, e quero chamar a atenção da Casa porque é científica:

10) “A cabeça tem esse formato para que as idéias circulem.”;

Ou seja, se a cabeça não tivesse esse formato, as idéias não circulariam. As idéias só circulam porque a cabeça tem esse formato. Isso foi dito em entrevista coletiva a correspondentes estrangeiros. Ele não dá entrevista coletiva para repórter nacional, mas justificando suas mudanças de posição desde que assumiu o Governo. Eu tenho um grande amigo médico, que é o Dr. Paulo Niemeyer Filho, grande neurologista. Ninguém entende mais de cabeça, por dentro, do que ele. Mas eu duvido que ele soubesse disto, que as idéias só circulam porque a cabeça tem esse formato.

Agora eu estou olhando os Senadores e vendo que a minha cabeça tem um formato, a da Senadora tem um formato muito mais bonito do que o meu, a do Senador Garibaldi tem outro formato. Eu fico em dúvida se as nossas idéias estão circulando como gostaria o Presidente Lula.

Aí ele diz uma coisa preconceituosa:

11) “Não é porque fui metalúrgico que tenho que passar a vida inteira de macacão, com unha suja de graxa.” – negando o seu passado e dando valor à unha limpa e não à luta sindical que o elevou ao primeiro plano da política nacional.

Ele combateu tanto o Presidente Fernando Henrique e disse assim:

12) “O meu antecessor, se não tivesse buscado a reeleição, teria saído do governo como um deus.”

Se é assim, se ele acha que FHC fez um bom governo, no seu primeiro período, por que combateu, com tanta ênfase, o governo que merecia ser deificado?

Falando desses excessos de otimismo:

13) “Eu diria que este é o ano que concertamos o País.” – não sei se ele estava junto do Delúbio e do Silvinho quando deu essa declaração.

Essa aqui é fantástica para um homem que se diz líder popular:

14) “Ela é fantástica. Uma mulher do nível da Marta enfiar o pé na lama para debater com o povo é fantástico.” Ou seja, o povo tem que estar na lama, a Marta é que é fantástica por ter colocado o pé na lama para conversar com o povo.

Presidente Lula, isso é conversa de novo rico, Presidente! Vossa Excelência está perdendo a noção, está começando a achar que lugar de povo é na lama e lugar de novos ricos desta República esquisita que está aí é nos palácios. Está com jeito de que vai rodar desse palácio daqui a mais poucos meses.

A próxima frase, negando o João Pedro Stédile que disse: “O Governo joga no nosso time”, ele responde quando ainda era candidato:

15) “Você que tem sua terra e produz sabe que um governo do PT não vai tolerar desrespeito a sua propriedade.”..

Nós estamos vendo agora o Ministro Roberto Rodrigues praticamente demissionário porque não consegue recursos para prevenir a febre aftosa.

Senador Antero, V. Ex<sup>a</sup>, que é de um Estado que se dedica com força e com brilho ao agronegócio, sabe que o Governo precisaria investir, no mínimo, R\$200 milhões para prevenir surtos de febre aftosa – isso con-

tinuamente. Cada ano faria correção, mas, no mínimo, esse valor de R\$200 milhões, corrigível ao longo do tempo e dos indicadores econômicos.

No último ano, o Governo Lula investiu R\$0,54 por tonelada de gado, ou seja, praticamente nada. Para prevenir a crise quando ela irrompeu – o que seria aquilo que na gíria se chama de um quebra-galho – eram necessários R\$3 milhões. Não deram, não concederam ao Ministro Rodrigues R\$3 milhões – m de Maria, de milhões; não é b de bola. Estão agora ameaçados, talvez, R\$4 bilhões de exportações.

Então, ele está destruindo o conceito, Sr. Presidente, do rebanho brasileiro, peça fundamental para a nossa balança comercial, porque sonogou R\$3 milhões para resolver um problema emergencial de surto de febre aftosa. Com isso, percebemos a cara do desgoverno. É uma coisa interessante.

Hoje, estou realmente bem-humorado, é um dia dedicado à confraternização, não há tantos colegas na Casa, houve muitas batalhas ao longo da semana e teremos outras na semana que vem, mas eu queria que o Presidente fizesse algo que seria bom: que pedisse àquela sua assessoria que não faz nada – aquela assessoria desocupada, aqueles “aspones” – que recolha todas as frases que ele proferiu ao longo da vida. Aí, eu diria que as quatro obras mais relevantes do pensamento político da Humanidade seriam, Senadores Garibaldi e Antero, o clássico de Baltasar Gracián; **A Arte da Guerra**, de Sun Tsu; **O Príncipe**, de Maquiavel; e os aforismos do Presidente Lula, que hoje, para muito orgulho nosso – eu não posso colocar aspas orais –, estava na Rússia ensinando ao Presidente Putin, ex-dirigente da KGB, como se enfrentam os Estados Unidos. Ou seja, a Rússia não tem *know-how* algum de lidar com os Estados Unidos. Nada, nada, não sabe. Foi preciso chegar lá um grande líder sul-americano chamado Luiz Inácio Lula da Silva, o dos aforismos, o Conselheiro Acácio do Brasil, para dizer: “Atenção, Putin, aprenda comigo que, para lidar com os Estados Unidos, é preciso uma aliança estratégia entre o Brasil e a Rússia.”

Presidente, pelo amor de Deus, não quero dizer tudo que fala a música de Chico Buarque, mas vai trabalhar, Lula, pelo amor de Deus! Vamos tratar este Brasil com um pouco mais de seriedade! Não faria mal algum a V. Ex<sup>a</sup> e faria, quem sabe, bem aos que votaram em V. Ex<sup>a</sup> e àqueles que tiveram a lucidez de não fazê-lo. Ambos vão respeitá-lo: os que votaram e os que não votaram. Todos querem que V. Ex<sup>a</sup> trabalhe e pare, de uma vez por todas, com essa torrente de corrupção, de leviandade e de desrespeito em relação às coisas deste País.

Era o que eu tinha a dizer.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Senador Arthur Virgílio, quero somente fazer uma correção: concedi a palavra a V. Ex<sup>a</sup> como Líder, mas, na verdade, tratava-se de permuta com o Senador José Maranhão. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e parabeno-o pelo levantamento de frases importantes ditas no decorrer dos anos. Oxalá elas nos orientem também, de alguma forma, com relação ao Brasil!

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe também de dez minutos para a sua exposição.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que fizesse permuta com outro orador, porque estou esperando os dados para o meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Pois não. Então, faremos a permuta.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o horário de Liderança será ocupado pelo Senador Antero Paes de Barros, Vice-Líder e, portanto, recomendado para exercer esse direito na Casa. Obrigado.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, se o Líder quiser ocupar a tribuna por cinco minutos, não há problema, pois também estou aguardando uma atualização de dados sobre o desarmamento. Cedo a minha vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Concedo, então, a palavra ao Senador Antero Paes de Barros, pela Liderança do PSDB, por cinco minutos.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores presentes, eu gostaria de chamar a atenção para uma péssima notícia: acaba de se ser consolidada uma aliança contra o meio ambiente entre o Governador Zeca do PT, o Presidente Lula e o Governador Blairo Maggi, de Mato Grosso.

A maior obra ambiental do Governo do Presidente Fernando Henrique foi exatamente autorizar, com a responsabilidade da União, um projeto aprovado no Senado da República em 1998, para que se pudesse iniciar o programa BID-Pantanal. Foram destinados US\$200 milhões para os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a fim de que fossem feitos investi-

mentos em saneamento básico, na questão ambiental e no tratamento da água despejada nos rios que banham o Pantanal. O projeto atenderia a todos os Municípios do Pantanal. Depois de aprovado esse projeto, não restaria um centavo de dívida para os Estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, pois o empréstimo seria federalizado pelo Governo. E o que fizeram os dois Governadores? Desistiram do programa.

No último dia 05 de setembro, a ecologia recebeu o que, na minha opinião, é um golpe mortal desfechado por este Governo: com a cumplicidade do Governador Blairo Maggi e do Governador Zeca do PT, foi cancelado o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal, empreendimento conjunto do Governo Federal, dos Governos Estaduais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O programa chamado BID-Pantanal teve início em 1999. Foi desenvolvido no Ministério do Meio Ambiente, aprovado pelo Senado, e, de início, foram aprovados recursos de US\$80 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Apenas em Mato Grosso, ele beneficiaria 56 Municípios, inclusive a Capital, Cuiabá, com investimentos em saneamento básico, em infraestrutura e na instalação de parques. Previa também ações de prevenção contra o uso de agrotóxicos e de combate às queimadas, ao desmatamento e ao lançamento de produtos tóxicos, como o mercúrio, nos rios da bacia do Pantanal.

O programa BID-Pantanal morreu pela falta de interesse do Governo de Lula e dos Governos de Zeca do PT, de Mato Grosso do Sul, e de Blairo Maggi, do meu Estado, Mato Grosso. O Governo Federal do PT está mais preocupado com o superávit primário. Sua prioridade é pagar juros e ganhar aplausos dos banqueiros internacionais. Por isso, o Governo Lula não destinou as verbas da contrapartida nacional aos investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O triste é ver que este Governo destrói biografias e está destruindo mais uma: a da nossa Colega ex-Senadora Marina Silva.

O Governo de Mato Grosso também não fez a destinação de recursos. Aliás, a má vontade do Governador Blairo Maggi para com esse projeto, desde que assumiu o Governo, é algo perceptível facilmente pela população. O Projeto Pantanal só tem um defeito: cuida do meio ambiente. Não há como se plantar soja no Pantanal de Mato Grosso. Blairo Maggi faz um governo monotemático, monocrático, voltado exclusivamente para a soja e para um pequeno grupo de produtores. Abandona as escolas, tira verbas da saúde e da ecologia, tudo em função de apenas um setor.

É lamentável esse golpe na ecologia de Mato Grosso, que já é o campeão nacional de desmatamento. Aliás, esse é outro detalhe que uniu, na Operação Curupira, o Governo do PT ao Governo daquele Estado. Talvez, o Governador mato-grossense tenha planos de enxugar a vasta planície pantaneira, que é um mar de água doce, e substituí-la por um mar de soja.

Triste que isso ocorra em um momento em que a natureza pede socorro, em que o planeta Terra dá sinais de esgotamento, momento em que o homem chega aos limites máximos da exploração dos recursos naturais.

A Amazônia enfrenta uma estiagem que seca os rios, mata os peixes, leva fome e doenças aos ribeirinhos. O próprio Pantanal enfrentou agora um terrível incêndio, dizimando parte das suas riquezas naturais. A Europa e os Estados Unidos vivem o problema dos incêndios florestais decorrentes da seca. A Ásia e a Oceania são sacudidas por terremotos cada vez mais violentos, que destroem e matam cada vez mais.

O Programa do Pantanal vem sendo boicotado há tempos. Em maio, o Governo Federal já falava em acabar com ele. Segundo notícias de jornais, o Governador de Mato Grosso também não queria colocar recursos em um programa que vai contra as suas convicções. Afinal de contas, o negócio do Governador é desmatar e não conservar e proteger essa riqueza natural extraordinária que existe nos Estados irmãos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Quero, Sr. Presidente, pedir, ao final, que V. Ex<sup>a</sup> faça constar dos Anais da Casa as matérias que comprovam, da Agência Estado, a aprovação dos recursos do BID-Pantanal aqui, bem como as informações dando conta da renúncia do Governo brasileiro ao Projeto, dando conta do descaso do Governo de Mato Grosso ao Projeto, tudo isso numa confusão que o meio ambiente vai continuar pedindo socorro. E creio que temos de fazer esforço para reabilitar o Programa Pantanal, em que pese a má vontade dos gestores de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso e, principalmente, do Governo Federal. Que a Ministra Marina Silva tente reabilitar isso, para fazer um pouquinho de justiça à sua história e à sua biografia.

Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que fizesse constar as matérias referidas nos Anais da Casa.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do inciso I e § 2º  
do art. 210 do Regimento Interno.)*



**ESTADAO.com.br**

Sexta-feira, 24 de março de 2000 - 07h29

**AGÊNCIA ESTADO**

## **Pantanal recebe US\$ 80 mi do BID**

**Brasília** - O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vai investir US\$ 80 milhões em obras de saneamento básico no Pantanal. Os recursos serão liberados em junho e fazem parte do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal, a ser executado em 56 cidades margeadas pelos rios da Bacia do Alto Paraguai, nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O programa prevê ainda obras de infra-estrutura para a abertura de estradas e parques. Também pretende combater o uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras, os desmatamentos e queimadas, além de fiscalizar as atividades mineradoras para impedir o lançamento de mercúrio nos rios.

## **Dinheiro do BID protegerá 10% das florestas do Pantanal**

**Brasília** - A aprovação, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de um crédito de US\$ 82,5 milhões para a um projeto de preservação do Pantanal brasileiro vai garantir a proteção total de 10% das florestas da maior área alagada do mundo, anunciou hoje o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), José Carlos de Carvalho. Atualmente apenas 2% da área do Pantanal, de 138 mil quilômetros quadrados, são protegidos.

Na primeira fase do projeto, os investimentos chegarão a US\$ 165 milhões - incluindo a contrapartida brasileira -, em um período de quatro anos, informou Carvalho. Esses recursos serão utilizados em projetos para melhorar a qualidade da água dos rios do Pantanal, incentivar o ecoturismo, reduzir o assoreamento e a contaminação das bacias por agrotóxicos e o desenvolver atividades economicamente sustentáveis em áreas indígenas. O programa prevê ainda a construção de 122 pontes de concreto ao longo dos 140 quilômetros da rodovia Transpantaneira.

### **Juros**

Segundo Carvalho, os recursos do BID começam a ser desembolsados a partir do primeiro trimestre de 2001. Antes o Congresso terá que aprovar os critérios do financiamento, com carência de quatro anos e 20 para pagamento. Os juros do empréstimo são de 6,13% ao ano.

Na fase inicial, segundo Carvalho, o programa incentivará, por meio do gerenciamento e da conservação dos recursos naturais, projetos destinados à melhoria da qualidade de vida da população. A meta é promover ações em 30 municípios, beneficiando diretamente cerca de 2 milhões de pessoas.

Também estão previstas ações de adaptação ambiental e reforma de estradas-parque, programas de saneamento nos municípios da bacia do Alto Paraguai, investimentos em melhorias em Unidades de Conservação e destinação de recursos para terras indígenas. De acordo com Carvalho, o programa de preservação do Pantanal é hoje o maior projeto ambiental já desenvolvido pelo governo brasileiro.

### **Mais recursos**

Carvalho anunciou ainda que o Programa Pantanal deverá investir US\$ 400 milhões na região em oito anos. Isso, avalia, deve mudar substancialmente as atividades econômicas do Pantanal, como a pesca, o turismo e a agropecuária. O secretário-executivo do MMA acrescentou que todos os projetos na região pantaneira serão executados após uma ampla discussão com as comunidades locais.

De acordo com Carvalho, a participação da sociedade civil organizado foi decisiva na elaboração das linhas de execução do programa e esse fator contribuiu para a aprovação do empréstimo pelo BID.

**Chico Araújo**

### Senado aprova empréstimo para Programa Pantanal

O plenário do Senado aprovou ontem a contratação de empréstimo externo no valor de US\$ 82,5 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Programa Pantanal, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente. O objetivo é garantir a preservação a longo prazo do Pantanal Matogrossense, reconhecido no final de 2000, como Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera. Quatro anos serão investidos US\$ 165 milhões em programas de desenvolvimento sustentável, saneamento, ecoturismo e infra-estrutura nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, configurando-o como o maior programa de meio ambiente do governo brasileiro.

Os governos federal e estaduais irão investir outros US\$ 82,5 milhões no programa contrapartida. O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, destacou que o programa terá impacto na economia e para a preservação do meio ambiente nos estados. "O programa terá para a economia e para a preservação do meio ambiente nos estados do agropecuária, a pesca e o turismo, hoje as principais atividades econômicas do Pantanal. Um crescimento em bases sustentáveis e, como consequência, a população da região terá qualidade de vida aumentada", afirmou Sarney Filho.

O Programa Pantanal prevê investimento total da ordem de US\$ 400 milhões em duas fases: São US\$ 165 milhões na primeira fase e US\$ 235 na segunda, com metade dos recursos financiados pelo BID e a outra metade como contrapartida dos governos estaduais. O objetivo do projeto é promover o desenvolvimento sustentável da Bacia do Alto Paraguai por meio do gerenciamento e da conservação de seus recursos naturais. Serão realizadas atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema. Os recursos serão destinados à melhoria da qualidade de vida da população, promovendo ações em 30 municípios beneficiando diretamente cerca de 2 milhões de habitantes. Os recursos serão repassados aos estados por meio de convênios.

## Programa Pantanal

---

As propostas preliminares do Programa Pantanal foram entregues ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em abril de 1995, pelos governadores de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Os documentos apresentados, embora elaborados separadamente, de acordo com a realidade de cada Estado, apresentavam as linhas gerais de interesse muito semelhantes.

Em junho do mesmo ano, devido à similaridade das propostas, o BID emitiu o primeiro documento oficial sobre o Programa, denominando-o, inicialmente, Proteção e Aproveitamento do Pantanal, no qual está definido o objetivo das ações a serem adotadas: fomentar o desenvolvimento sustentável do Pantanal e da área peri-pantaneira, na bacia do Rio Paraguai, de modo a assegurar a conservação dos ecossistemas e aumentar a qualidade de vida das populações locais em ambos os Estados.

De junho de 1996 a junho de 1998 foram realizadas oito reuniões com a participação da sociedade civil e representantes dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Governo Federal, para estabelecer, em conjunto, as ações básicas do Programa. Foi em 1997 que as proposições dos Estados passaram a se chamar Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal - Programa Pantanal.

O presidente do BID, Enrique Iglesias, afirmou, em 1999, que o Programa Pantanal é o programa ambiental mais importante do Banco na América Latina. Nesse mesmo ano o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou, durante uma visita ao Pantanal, que o Programa passaria a ser de responsabilidade do Governo Federal.

Ainda em 1999, o BID ampliou os objetivos do Programa Pantanal ao destacar, em documento oficial, que o Programa Pantanal deve promover o desenvolvimento sustentável na Bacia do Alto Paraguai, conservando os recursos naturais da região, promovendo um aumento dos benefícios sociais, da produtividade econômica e evitando os desastres naturais.

Para cumprir essa missão, o Programa Pantanal foi dividido em quatro componentes:

- ✓ manejo de bacias hidrográficas
- ✓ ambiente urbano
- ✓ promoção de atividades econômicas sustentáveis
- ✓ unidades de conservação

Em junho de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou decreto que deu início à implementação do Programa Pantanal. Atualmente, o Programa tem seus eixos divididos em Projetos, com os temas fundamentais distribuídos por Agendas:

**BAIXADA CUIABANA**

[Anterior](#) | [Índice](#) | [Próxima](#)

## **Governo explica suspensão do BID**

Da Reportagem

O BID Pantanal de U\$S 400 milhões, um dos maiores programas de preservação do Pantanal Brasileiro, foi cancelado no último dia 05 de setembro. Como a data era limite para que os ministérios do Meio Ambiente e de Planejamento se manifestassem pela continuidade ou não do programa, o governo Federal preferiu não mais pleitear os investimentos. “O absurdo é tamanho que foram gastos até agora U\$S 10,7 milhões em pequenos investimentos e cerca de U\$S 12,3 milhões em juros por não aplicar os recursos e não colocar a contrapartida, que é de responsabilidade da União”, disse o secretário Chefe da Casa Civil, Luiz Antônio Pagot.

A informação levada aos prefeitos da baixada cuiabana em reunião ontem pela manhã na Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) pegou a todos de surpresa e levou o prefeito Wilson Santos a ampliar suas críticas ao governo Blairo Maggi. O prefeito de Cuiabá e o chefe do Poder Executivo têm trocado farpas nos últimos dias por causa de investimentos e recursos aplicados pelo Estado na capital que seriam em volume muito desproporcional aos aplicados em 2004, quando o prefeito era Roberto França, do PPS, o mesmo partido do governador Blairo Maggi.

Os recursos do BID Pantanal seriam destinados a saneamento básico, à captação e tratamento de água potável e a investimentos em infra-estrutura para populações ribeirinhas das cidades ao longo de rios que desaguam no Pantanal. “Os problemas não estão no Pantanal e sim fora dele. O problema está no esgotamento que é despejado nos rios e que acaba na maior reserva ambiental do mundo”, disse o chefe do Poder Executivo. Maggi reconhece que a perda é um absurdo, mas lembrou que desde 2003, quando assumiu o governo do Estado, tem insistentemente cobrado o governo Federal para que contratasse e liberasse os recursos que eram de sua alçada.

O secretário-chefe da Casa Civil, Luiz Antônio Pagot, frisou que em nenhum momento o Ministério do Meio Ambiente destinou recursos para o BID Pantanal, “pelo contrário, o que pode foi retirado do programa e aplicado em outras áreas, demonstrando a falta de compromisso para com um investimento de tamanha importância para o País”, explica.

O governo do Estado vai tentar retomar o Programa Pantanal, desta vez sem o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, e tendo como parceiros Mato Grosso do Sul e o governo Federal. (ML)

## **Coordenador estuda cancelar contrato com BID**

Valmir Ortega, coordenador nacional do Programa Pantanal. Fotos: Arquivo Ecoa

Após 10 anos de luta e quatro da assinatura do contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Governo federal deve cancelar o Programa Pantanal, que chegou a prever investimentos de US\$ 400 milhões (R\$ 984 milhões) na planície de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. O principal defensor da suspensão do financiamento é o coordenador nacional do projeto, o geógrafo Valmir Ortega, que alega muito gasto com encargos, cobrados

principalmente pelo não uso do dinheiro disponibilizado, e da taxa de juros anual de 0,45%.

O Ministério do Meio Ambiente quer cancelar o financiamento com o BID justamente quando vencerá o primeiro contrato de quatro anos, assinado em 5 de junho de 2001. Inicialmente, o contrato previa US\$ 165 milhões, que acabou sendo revisto pela ministra Marina Silva e reduzido para apenas US\$ 48 milhões. Mesmo com a revisão e dezenas de consultorias, o Governo só utilizou plenamente US\$ 4 milhões, menos de 10% do previsto após o reordenamento.

De acordo com Ortega, do total liberado, US\$ 1,5 milhão acabou retornando com o pagamento de encargos e juros. Mas, segundo o secretário-executivo da Rede Pantanal, Alessandro Menezes, a maior parte do pagamento foi feita devido à não utilização do dinheiro disponibilizado pelo banco americano. "O juro não se justifica porque é um dos mais baratos do mercado", disse o diretor-executivo da Ecoa - Ecologia e Ação, Alcides Farias, um defensor do programa desde 1995.

### **Contrapartida**

Quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) assinou o contrato com o BID, junto com os governadores José Orcírio Miranda dos Santos (PT), de MS, e Dante de Oliveira (PSDB), do Mato Grosso, ficou definido que a contrapartida de 50% seria dos Governos federal e estaduais. Parte dessa contrapartida seria liberada por um banco japonês. Até o presidente do BID, Henrique Iglesias, elogiou a iniciativa, classificando como um dos maiores programas de preservação do meio ambiente da América Latina.

Contudo, lamentavelmente, faltou dinheiro para a União e Estados oferecerem a contrapartida, o que, de acordo com os ambientalistas, emperrou os recursos. Não houve dinheiro, apesar da autorização do empréstimo e das contrapartidas pelo Senado Federal, em 4 de abril de 2001,

"O Governo nunca priorizou o programa", afirma Alcides Farias. "A liberação sempre esbarrou na falta de condições Orçamentárias e de equipe", lamenta Alessandro Menezes. Ele ainda acrescenta que "faltou competência em executar o projeto".

**Fonte própria**

Antes mesmo de formalizar o cancelamento do Programa Pantanal, Ortega está com o futuro definido, ele assume a diretoria de ecossistemas do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis). O mais cotado para seu lugar, é o superintendente da Secretaria Estadual de Planejamento e de Ciência e Tecnologia, Paulo Guilherme Cabral.

Segundo Ortega, Cabral dará continuidade ao Programa Pantanal, mas com recursos próprios, sem verba externa. Para os ambientalistas, o valor será inferior à contrapartida.

## Programa Pantanal

Gerenciar a Bacia do Alto Paraguai - BAP e as sub-bacias críticas para reduzir a sedimentação e poluição proveniente da agricultura e mineração, aumentar a produção e a produtividade, conservar a biodiversidade e proporcionar melhor qualidade de vida à população.

Promover a estruturação sanitária e drenagem nas áreas urbanas e definir um plano estratégico de gestão de resíduos sólidos, reduzindo a poluição orgânica e industrial nas sub-bacias e melhorando a qualidade das águas.

Estimular a prática de atividades econômicas ambientalmente adequadas aos ecossistemas da Bacia.

Apoiar a consolidação e a criação de áreas de conservação ambiental.

O Programa Pantanal é executado pelo Ministério do Meio Ambiente, no âmbito da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos - SQA, por meio da Coordenação Geral do Programa Pantanal. São co-executores do Programa os governos dos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e IBAMA.

Ao longo de oito anos deverão ser investidos US\$ 400 milhões, em duas fases - os primeiros quatro anos demandam aporte no valor de US\$ 165 milhões e a segunda fase, US\$ 235 milhões. Do total dos recursos aplicados, 50% provêm do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e 50% consistem na contrapartida da União e dos Estados, sendo que, metade desta contrapartida, isto é, 25 % do montante, está em negociação com o Japan Bank for International Cooperation - JBIC.

No início de 2001, o Programa Pantanal foi incluído entre os 35 programas estratégicos do Plano Plurianual - PPA 2000-2003, como prioridade do "Avança Brasil", demonstrando a importância do Programa Pantanal para o Governo Fernando Henrique Cardoso.

## Programa Pantanal

O Pantanal, declarado Reserva da Biosfera pela UNESCO, é a maior planície inundável do mundo, com 140 mil quilômetros quadrados. A cada ano, a natureza repete o espetáculo das cheias: entre outubro e abril, a região se transforma em um mar de água doce, responsável pela renovação da exuberante flora e fauna.

É o ciclo das águas da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai -BAP que determina a vida na região. Um levantamento elaborado pelas universidades federais de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso aponta as atividades econômicas como as causadoras dos maiores danos ao meio ambiente. De acordo com esse estudo - "Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai", a agropecuária, a indústria, a exploração mineral e também a ocupação urbana desordenada, provocam a degradação do solo, o assoreamento dos rios, a poluição atmosférica e a contaminação dos recursos hídricos.

Desta forma, o Ministério do Meio Ambiente, empenhado na conservação desse importante Bioma, assumiu o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal - PROGRAMA PANTANAL - com a missão de promover o desenvolvimento sustentável dos municípios que compõem a BAP, nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O gerenciamento dos recursos naturais e o incentivo a atividades econômicas compatíveis com os ecossistemas devem assegurar o equilíbrio ecológico desse paraíso e reduzir as desigualdades sociais.

Cerca de 80 municípios, incluindo 65 aldeias indígenas, estão diretamente contemplados neste Programa.

### População beneficiada:

Mato Grosso	1.483.275 de habitantes em 50 municípios
Mato Grosso do Sul	509.281 de habitantes em 30 municípios

Fonte: IBGE (Censo/2000)

## JORNAL DO BRASIL

---

Sábado, 9 de Dezembro de 2000

### Programa beneficia Pantanal

Região receberá investimento de US\$ 165 milhões

VILMA SILVEIRA

**BRASÍLIA** - O Programa Pantanal, que tem como objetivo o desenvolvimento sustentável da reserva, prevê na primeira fase asfaltamento de rodovias, melhoria de pontes, destinação de recursos para quatro nações indígenas e implantação de redes de esgoto em nove municípios de Mato Grosso do Sul.

Em quatro anos, serão investidos US\$ 165 milhões, metade financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O restante dos recursos ficará por conta da contrapartida do governo federal e dos governos dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O ministro interino do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, disse ontem que o programa estará em "plena execução" no segundo trimestre de 2001. A expectativa de Carvalho é de que o Senado aprove o financiamento do BID no primeiro trimestre do ano que vem.

"É o maior programa de meio ambiente financiado no país. Ele cria uma nova realidade ambiental e foi dimensionado para melhorar os padrões ambientais do Pantanal", afirmou Carvalho.

Entre as prioridades está o investimento de US\$ 51,1 milhões em estradas, oferecendo estrutura para o desenvolvimento de uma das principais atividades econômicas do Pantanal, o ecoturismo. Serão asfaltados aproximadamente 200 quilômetros. Na rodovia MT-60, a Transpantaneira, 31 pontes de madeira serão substituídas por pontes de concreto e o nível da pista será elevado numa extensão de 2,4 quilômetros.

O saneamento básico consumirá US\$ 27,4 milhões e na primeira fase do programa beneficiará com rede de esgoto nove municípios de Mato Grosso do Sul: Bonito, Bodoquena, Aquidauana, Coxim, Corumbá, Ladário, Miranda, Rio Verde e Porto Murtinho. Esses municípios reúnem uma população de 238 mil habitantes.

Cerca de 20 mil índios terena, guarani, cadivéu e guató, de Mato Grosso, serão beneficiados com a recomposição da vegetação ao longo dos rios e nascentes. As tribos receberão também assistência técnica para agricultura.

Outra medida prevista é a redução do assoreamento, causado por sedimentação, e da contaminação por agrotóxicos dos rios Vermelho e São Lourenço, em Mato Grosso, e Miranda e Taquari, em Mato Grosso do Sul.

09/06/2005

### **Auditoria no Banco Mundial reprova empréstimo para soja**

A auditoria sobre o empréstimo de US\$ 30 milhões da International Finance Corporation (do grupo Banco Mundial) para o grupo Amaggi - pertencente ao governador de Mato Grosso Blairo Maggi - concluiu que a categorização do projeto "não é plenamente justificada" e recomendou que o IFC anuncie publicamente as ações que pretende implementar para cumprir com pelo menos três condições consideradas necessárias para corrigir seu financiamento.

Além de questionar o empréstimo para a Amaggi, a auditoria critica *duramente os procedimentos de categorização do banco, "genericamente definidos" e "altamente dependentes de discricionariedade profissional"*. O relatório avalia que, no setor do agronegócio como um todo, as práticas estabelecidas pelo IFC "podem não embasar plenamente um processo de avaliação sólido".

No caso da Amaggi, o relatório afirma que a informação levantada pelo IFC "não foi suficiente para permitir uma decisão informada sobre a natureza e a magnitude dos impactos potenciais do uso da terra (e especialmente da conversão do uso do solo) sobre os habitats naturais". Também o IFC "não olhou para os tipos, tamanhos ou significância da perda de habitats [...] nem realizou uma avaliação consistente do cumprimento, por parte dos fornecedores pre-financiados, das leis do país ou das políticas e salvaguardas do IFC". Com base nisso a auditoria hipotiza que em determinadas áreas "o financiamento do IFC possa apoiar atividades que são contrárias a suas políticas, salvaguardas e diretrizes". Também foi considerada "arbitrária" a postura do IFC, em decorrência da ausência de uma linha de base e de um sistema de monitoramento que permitissem avaliar as medidas de mitigação do risco e sua implementação.

O relatório explica que o IFC "deveria ter realizado uma avaliação mais rigorosa do estado de implementação do sistema de gestão ambiental" da empresa e que aparecem "fraquezas sistêmicas" na *implementação do mesmo*.

As três condições que constituem objeto de recomendação por parte da auditoria são muito amplas, incluindo: (i) assegurar que o sistema da empresa garanta cumprimento dos requerimentos sociais e ambientais do IFC; (ii) realizar uma avaliação rigorosa da *implementação de referido sistema* e (iii) *exigir detalhamentos sobre assuntos como localização de silos e outras intenções da empresa*.

A auditoria fora solicitada em outubro de 2004 pelo Presidente do Banco Mundial James Wolfensohn e o relatório foi divulgado apenas hoje, após a posse do novo Presidente, Paul Wolfowitz. Entre maio e setembro de 2004, o Grupo de Trabalho de Florestas do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais questionou a categorização *atividades agropecuárias na Amazônia sem uma avaliação de risco adequada. Para o mundo, porque afirma a necessidade de tornar mais objetivos e rigorosos os procedimentos do IFC sobre categorização em geral, que alguns desejariam enfraquecer. Fora isso, é uma demonstração que a sociedade civil brasileira tem a competência para se fazer ouvir mesmo no contexto financeiro internacional*".

**Fonte:** FBOMS



**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR)

– Senador Antero Paes de Barros, V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento.

Com a aquiescência da Senadora Ana Júlia, ainda, passo a palavra ao Líder do Governo, Aloizio Mercadante.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ana Júlia.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Lula acaba de fazer uma viagem internacional durante a qual as lideranças mais importantes dos organismos multilaterais valorizaram e reconheceram publicamente os avanços e os caminhos que o Brasil percorreu no combate à fome e à pobreza.

Não só o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, mas também, hoje mesmo, o representante da ONU no Brasil, Carlos Lopes, e o Presidente do Banco Mundial, em depoimento, o BID, a FAO, que premiou o Presidente Lula com a mais alta homenagem que essa instituição multilateral possui, reconhecem os avanços que o País fez, especialmente nos últimos dois anos, porque hoje se comemoram dois anos do Programa Bolsa-Família.

São 31 programas de combate à fome e à pobreza no Ministério do Desenvolvimento Social, tais como o de distribuição de leite, que atinge 1 milhão e 650 mil famílias, os restaurantes populares, o programa de distribuição de cesta básica, e uma série de esforços, como o Pronaf, da agricultura familiar, com R\$9 bilhões de reais, recurso que foi quase triplicado por nós para poder impulsionar a agricultura familiar.

Mas o carro-chefe de todo esse esforço é, inegavelmente, o Bolsa-Família, que é um programa de transferência direta de renda com uma condicionalidade positiva. Portanto, é uma concepção que vai além do mero assistencialismo e avança no sentido de buscar, por meio da transferência de renda, mecanismos que impulsionem a escolaridade.

Hoje, são 8 milhões de famílias, cerca de 34 milhões de brasileiros, que recebem, em média, R\$96,00, por família, para combater a pobreza e, de outro lado, para manter os filhos na escola. Dois terços das crianças que estão sendo beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família já têm um acompanhamento escolar. E o mais importante: 97% dessas crianças estão freqüentando mais de 85% das aulas ministradas. Então, o programa está ajudando na inclusão escolar, na manutenção da escola, porque a escolaridade explica 40% da distribuição de salário no País. Para as pessoas poderem galgar espaço no mercado de trabalho e na distribuição de renda elas precisam de estudo. E para aqueles

pobres, muito pobres, o desafio da sobrevivência é de tal ordem que essas crianças não podem permanecer na escola pública.

Por isso, esse programa veio reparar um dos mais importantes desafios estruturais da sociedade brasileira, que é a qualidade de ensino, que é a universalização do ensino público, especialmente do ensino fundamental.

Todos os Senadores desta Casa assinaram, mais de 81 Senadores, porque alguns suplentes estavam no exercício do mandato e todos os titulares assinaram, todos assinaram um manifesto num pacto em defesa da educação, colocando metas e perspectivas na defesa da educação pública.

O Programa Bolsa-Família é parte desse esforço do Brasil. Ele, hoje, ao comemorar dois anos, transformou-se no mais importante programa de transferência de renda de toda a economia mundial. Vi um estudo do IPEA que mostra inclusive a importância que tem esse programa no que se refere à eficiência da distribuição da renda. Ele é muito mais importante hoje para distribuir a renda do que o salário mínimo, porque o salário mínimo protege especialmente os idosos pelo impacto que tem na Previdência Social. São cerca de 16,5 milhões de famílias, mais aqueles que estão no mercado formal de trabalho, que são 4,5 milhões, aproximadamente, que recebem o salário mínimo. Então, ele puxa a base de mercado de trabalho.

Mas o Programa Bolsa-Família atinge aqueles que estão abaixo dessa situação, especialmente a infância e a adolescência neste País, que nunca tiveram um programa de proteção social com o alcance que tem hoje o Bolsa-Família. É verdade que este é um programa que não tem uma autoria específica. Ele nasceu em várias Prefeituras, Governos de Estado, vem sendo construído a muitas mãos. No passado era o Bolsa-Escola; hoje ele é um programa mais amplo, que abrange, como eu disse, oito milhões de famílias. Esperamos que até 2006 um terço da população brasileira seja coberto por esse programa. Seguramente, os índices de distribuição de renda, os índices de desenvolvimento humano do País, quando analisarmos a história dessa sociedade, mostrarão que este programa teve e terá um papel revolucionário no combate à pobreza absoluta.

Com apenas 0,3% do Orçamento, estamos tendo um amplo alcance, uma grande eficiência na melhoria da alimentação básica, porque mais de 93% das famílias que recebem o Bolsa-Família são mulheres, são mães que fazem desses recursos a proteção de seus filhos, de sua família.

O importante agora é construirmos a porta da saída Bolsa-Família. A primeira porta de saída é o

emprego formal e organizado. Este mês, tivemos mais de 180 mil novos empregos com carteira de trabalho assinada. Estamos chegando a quatro milhões de novos empregos, espero, até o final deste ano. Mantido o cenário econômico que aí está, poderemos chegar a quatro milhões de novos empregos, criados a partir do crescimento econômico. O emprego é a grande porta da cidadania.

Mas precisamos agora é de ampliar o Bolsa-Família para a faixa da adolescência, porque é na faixa entre os 15 e 24 anos que se concentra a violência no Brasil. O Pró-Jovem já está atingindo 190 mil jovens nessa faixa etária, com uma complementação de renda de R\$120,00 para que fiquem na escola, com cursos profissionalizantes. Isso retarda a demanda por emprego, melhora a qualificação. Como eu disse, a escola representa 40% do problema da distribuição salarial. Mas precisamos avançar no Bolsa Família para essa faixa etária. Estou apresentando um projeto nessa direção, exatamente para alcançarmos a adolescência, que é a mais exposta à violência e a todos os tipos de dificuldades, como temos assistido.

Existem outras iniciativas complementares ao Bolsa Família, como as cisternas. Onze Estados, Presidente Flávio Arns, do semi-árido nordestino estão sendo beneficiados por mais de 107 mil novas cisternas criadas em mais de 860 cidades do Nordeste brasileiro. A cisterna protege o pequeno, permite a agricultura, permite a regularidade no abastecimento de água. É um investimento relativamente pequeno, com grande retorno social. Também fizemos um esforço muito grande no que se refere à merenda escolar, aumentando o repasse dos valores, melhorando a qualidade da alimentação, porque 36 milhões de crianças estão nas escolas públicas. Algumas estão por causa do Bolsa Família, mas todas estão melhorando o seu grau de nutrição pelo aumento de repasse de verbas do MEC, dando prioridade à questão da alimentação escolar.

Presidente Flávio Arns, Senadoras e Senadores, tenho certeza de que o alcance social deste programa é tão importante quanto o seu impacto econômico. Ele fomenta as regiões mais pobres da periferia das grandes cidades, os pequenos municípios nas regiões mais distantes, mais abandonadas e mais desiguais do nosso País.

Há estudos que demonstram, utilizando os recursos da POF e do PNAD, que o impacto do Bolsa Família é da ordem de 1% do crescimento da indústria e 1% do crescimento da produção agropecuária. Onde a indústria e a agricultura estão crescendo? Exatamente nas regiões mais desfavorecidas do País.

Eu faço um apelo a todas as Sr<sup>as</sup> Senadoras e a todos os Srs. Senadores, particularmente às lideranças

desta Casa, para que construamos um bom entendimento em relação à MP nº 255. Houve, na MP nº 252, alguns benefícios fiscais que são muito importantes para o País. Estamos desonerando os investimentos, estimulando as exportações, que continuam batendo recordes no País, que geram empregos e que dão estabilidade ao processo de crescimento econômico. Desoneramos, além dos investimentos, a construção civil. A família que vender a sua casa e comprar outra no prazo de 180 dias não pagará imposto algum. Os demais proprietários terão a correção do valor do imóvel, coisa que não se fazia há mais de doze anos. A correção da inflação passada e futura diminui o Imposto de Renda, o que é um estímulo à indústria da construção civil e ajuda a movimentar o mercado imobiliário. O sonho da casa própria pode realizar-se em toda a cadeia, que se movimenta quando alguém vende sua casa para comprar uma casa melhor; está abrindo o mercado, movimentando a economia e gerando muitos empregos na cadeia produtiva.

Esta MP traz um incentivo à compra de computadores, ao chamado PC Conectado, que é de baixo custo, até R\$2.500,00, financiados pelo Governo com incentivo fiscal, para promovermos a inclusão digital de jovens que nunca tiveram a chance de sentarem-se à frente de um computador. É uma porta para o conhecimento do mundo, uma forma de saltarem uma etapa no seu processo de formação, plugados com o que há nessa massa de conhecimentos e informações que é hoje a Internet, um instrumento indispensável em algumas profissões.

Tudo isso que estava contido, além de tantos outros benefícios, nesta Medida Provisória foi prejudicado pela falta de entendimento político nesta Casa. Alguns alegam que o problema fundamental seria o debate dos precatórios. De fato, não fizemos o debate com a profundidade que deveria ser feito. Mas uma Nação como a nossa pode deixar de ter planejamento orçamentário em relação ao pagamento de precatórios?

O Juizado de Pequenas Causas tem o seu lugar, pois agiliza procedimentos para valores que vão até 60 salários mínimos, ou seja, R\$18 mil. Mas hoje os advogados entram com ações nesses juizados, e os precatórios imediatamente são pagos sem peritagem, sem direito a recurso por parte do Estado. Conheço uma única ação que teve um impacto de R\$600 milhões nas finanças do Estado. Mais de 50 mil, 60 mil processos são decididos em decisão de primeira instância, sem que haja capacidade de defesa jurídica por parte do Estado.

O juiz de primeira instância faz, inclusive pela Internet, o bloqueio das finanças, e imediatamente o Estado é obrigado a pagar recursos que não estão

no Orçamento. Como é que um país – está certo que vivemos uma longa cultura da inflação –, que estabilizou a economia e que hoje tem uma inflação de 5%, pode ter um impacto orçamentário de R\$3,8 bilhões que não estão na previsão do Orçamento?

É evidente que temos que repensar, não só porque temos que dar importância, sim, ao Juizado de Pequenas Causas, dar prioridade à tramitação desses processos, que não devem entrar na fila do precatório, mas o Estado tem que ter a previsão orçamentária ou pelo menos um prazo mínimo para que possa organizar seu fluxo de caixa e não tirar dinheiro da saúde, da previdência, de pagamentos que estão em curso e que são imediatamente bloqueados sem nenhuma capacidade de resposta por parte das autoridades. É um problema do Estado, de planejamento. Isso não é um problema de governo, nem de partido. É um problema da sociedade brasileira. Então, vamos encontrar um caminho para negociar esta matéria.

Encerro, falando de um outro aspecto, que é o Simples. É evidente que, com a carga tributária que temos no Brasil, é totalmente meritório melhorar a situação do Simples. Há mais de dez anos não se revêem os valores concedidos. Mas há uma Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas apresentada pelo Sebrae, com a participação de muitas entidades, que trata da questão do Simples.

Qual é a dificuldade na forma atual como tratamos esta matéria? É que simplesmente aumentar o teto não resolve o problema do Simples. Primeiro, tínhamos que trabalhar o “Super Simples”, incluir Estados e Municípios, mas é uma matéria mais difícil e complexa. Se queremos reajustar o teto, que há dez anos não é reajustado, temos que mudar a filosofia, porque teto é incompatível com o que há de mais avançado em política fiscal e tributária, pois a empresa, quando chega ao teto e o ultrapassa, ou sonega ou se divide ou não cresce, porque, senão, ela perde totalmente o benefício que está no Simples.

Qual é a sugestão que estamos fazendo? Vamos fazer faixas progressivas, com o mesmo conceito do Imposto de Renda, para que ela pague apenas por aquilo que excede. Assim, poderíamos aumentar o teto, mas estabelecendo faixas e alíquotas que permitiriam, seguramente, uma melhora; fazer um projeto que seja compatível com todo o acúmulo feito na discussão da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com a maturidade que temos nesta Casa, com a capacidade de deixar as disputas políticas acaloradas, que fazem parte da nossa convivência – especialmente

quanto mais próximos da eleição, mais intensos serão os debates –, temos que pensar na Nação. As empresas aguardam, investimentos foram paralisados, interesses legítimos foram prejudicados pela nossa falta de entendimento.

Temos que construir um consenso, buscar acomodar as posições e assegurar a aprovação, na próxima terça-feira, desta Medida Provisória, para que a Câmara possa votá-la na quarta-feira, porque ela vence ao final de outubro.

Espero o empenho de todos os Senadores e Senadoras para que discutamos. Há alguns outros pontos polêmicos, e não posso agora abusar do tempo e da generosidade da Mesa, mas precisamos buscar aprovar com urgência esta Medida Provisória e preservar a sua essência, que traz um grande estímulo ao investimento, à produção, ao emprego, à inovação tecnológica, à construção civil, às exportações, enfim, benefícios que são muito oportunos e muito necessários ao Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico que protocolizei hoje junto à Mesa Proposta de Emenda à Constituição permitindo que as contribuições para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP passem a ficar na própria entidade federativa que as arrecada. Ou seja, o que é da União, na União; o que é dos Estados, nos Estados; o que é do Distrito Federal, no Distrito Federal; e o que é dos municípios, nos municípios, para aplicação em benefício dos respectivos servidores públicos. É uma forma de se tentar descentralizar recursos na direção dos menores, em tamanho, entes federativos.

Encaminho agora, neste momento, a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, requerimento nos termos constitucionais e regimentais, solicitando que o Senado da República demande ao Ministro da Justiça proteção policial para os Srs. Ailton Alves Feitosa, Bruno Daniel e João Francisco Daniel, consideradas as últimas testemunhas que envolvem o misteriosíssimo assassinato do Prefeito da cidade de Santo André, ex-Deputado Celso Daniel.

Encaminho à Mesa este requerimento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## REQUERIMENTO Nº....., DE 2005.

**REQUEIRO**, nos termos Constitucionais e Regimentais, que o Senado da República solicite ao Ministro da Justiça, proteção policial para os senhores Ailton Alves Feitosa, Bruno Daniel e João Francisco Daniel, considerados as últimas testemunhas que envolvem o assassinato do prefeito da Cidade de Santo André, Celso Daniel.

### JUSTIFICAÇÃO


A morte do prefeito de Santo André, Celso Daniel, ainda não foi devidamente esclarecida à opinião pública. Depois de aproximadamente quatro anos o caso ainda desperta muita curiosidade, além intrigar os investigadores que ainda não chegaram às conclusões desejadas nos processos investigativos que envolvem o caso.

O noticiário dá conta de que todo o esquema de financiamento de campanha do PT, amplamente conhecido hoje, teve início nas administrações municipais petistas que envolviam máfias em vários setores das administrações públicas municipais.

Mas o caso ganhou ainda mais notoriedade depois da seqüência de assassinatos de testemunhas chaves que, com certeza, contribuiriam decisivamente para elucidação do episódio. Hoje, contabilizando a recente morte do médico legista, já são sete pessoas assassinadas.

Nesse sentido, solicito que o Senado interceda junto ao Ministro da Justiça para que seja dada proteção policial para as últimas testemunhas que ainda sobrevivem a esse triste episódio que marca negativamente a história política do nosso Brasil.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2005.

  
Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**  
Líder do PSDB

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. A Mesa aguarda o requerimento.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Nobre Senador Magno Malta, a Mesa já recebeu o documento de inscrição de V. Ex<sup>a</sup>. Pela sistemática adotada, excetuando-se os líderes, existe um posicionamento intercalado entre os oradores inscritos e os Senadores que falam pela Liderança de seus partidos.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem apenas para solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que me inscrevesse.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Todavia, V. Ex<sup>a</sup> já estava inscrito.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa, por dez minutos.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de me dirigir a todas as Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mas também a todos aqui presentes, à Imprensa e, principalmente, a toda a população brasileira, que no próximo domingo, 23 de outubro, deverá ir às urnas para se manifestar, em um referendo popular, instituto criado pela nossa Constituição de 1988, a favor ou contra a proibição da comercialização de armas de fogo no País. Os cidadãos responderão à seguinte pergunta: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?” Caso o “Sim” seja a resposta da maioria da população, a venda de armas de fogo será proibida, tornando-se crime passível de prisão.

A consulta popular está prevista no Estatuto do Desarmamento e foi aprovada pelo Congresso Nacional no dia 6 de julho deste ano. A lei já proíbe a comercialização de armas e munições no País. No entanto, para que essa decisão passe a valer, a população precisa referendá-la, dizendo se concorda ou não com ela. É a primeira vez que se faz um referendo sobre esse tema no mundo. O voto é obrigatório para cidadãos e cidadãs brasileiras maiores de 18 anos e menores de 70 anos.

É preciso, primeiro, desmistificar a questão de que isso não seria necessário fazer. Fico impressionada! Talvez alguns, com saudade da época da ditadura, acreditam que o povo se manifestar por meio de referendo seja algo negativo. Parabenizo o País por estarmos consultando a sociedade sobre um tema como esse, que é fundamental.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senadora Ana Júlia Carepa?

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Já concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio, com muito prazer.

É preciso que entendamos a importância deste momento em que estamos sendo chamados para uma votação a respeito de um tema considerado um dos mais relevantes pela população: a segurança pública. A violência no Brasil está aumentando a cada dia e atingindo níveis inaceitáveis. As mortes acontecem cada vez mais indiscriminadamente. Em 2004, segundo o SUS – Sistema Único de Saúde, 70% dos homicídios foram cometidos com armas de fogo. Por ano, cerca de 50 mil pessoas são vítimas fatais dessas armas e mais de 100 mil são gravemente feridas. A maior parte desses mortos, lamentavelmente, são jovens na faixa etária entre 17 e 24 anos. É a nossa juventude, principalmente, que está sendo morta com as armas de fogo. Cerca de 60% dos conflitos é resultado de brigas entre pessoas que se conhecem, em relação de vizinhança ou mesmo em família.

Estamos em um momento decisivo para o referendo: a indústria de armas e os setores pró-armamento fazem uma forte pressão a favor do “Não”, apelando para a sensação de insegurança dos cidadãos e para um “direito de defesa” que fere o direito de todos viverem em um mundo pacífico, civilizado, em que os indivíduos não se arrogam o direito de ter na arma um objeto da violência.

Fico impressionada com o fato de que as pessoas tentam passar a idéia de que este é um direito individual, como o direito da escolha da religião, como o direito pela opção sexual, como se estivesse no mesmo nível o direito de possuir uma arma. Nós sabemos: armas não causam vidas; armas causam mortes e acidentes, e muitos deles causam seqüelas eternas para as pessoas. Mas os defensores do “Não”, infelizmente, fazem esse tipo de manipulação.

São eloqüentes, entretanto, os dados pró-desarmamento. Estudo realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP – Universidade de São Paulo, em parceria com a Organização Mundial da Saúde, revela, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o homicídio ocupa o primeiro lugar entre as causas de morte precoce no Brasil. Dados fornecidos novamente pelo Sistema Único de Saúde mostram que as mortes por homicídio passaram de cerca de 14 mil, em 1980, para mais de 50 mil, em 2003. O mesmo estudo destaca a contribuição das armas de fogo para o aumento dos índices de violência.

Diversos outros estudos e estatísticas reforçam o argumento da Campanha do Desarmamento de que a posse de armas por civis é perigosa. O estudo “Brasil: as Armas e as Vítimas”, feito pelo Instituto

de Estudos da Religião, com o apoio de uma entidade que o Brasil todo conhece, a Viva Rio, que tem promovido vários atos em favor da paz, afirma que a arma “não é a causa da violência, mas é o seu vetor mais perigoso”. Somos favoráveis a que se proíba a comercialização de armas. E não serei aqui mais uma manipuladora de informações, como tem sido a campanha do “Não”, e dizer que vai acabar com a violência. Nem é essa a proposta. Não vai acabar com a violência, mas diminuirá, com certeza, ainda mais, a oferta de armas e, conseqüentemente, o número de mortes violentas.

No Brasil, as mortes provocadas pelas armas de fogo estão em terceiro lugar entre as causas de óbito em geral, depois das doenças do coração e das doenças cérebro-vasculares. Infelizmente, entre os jovens – repito –, as armas de fogo são a primeira causa de mortalidade. As armas estão matando principalmente a nossa juventude.

Outra triste e trágica conclusão das estatísticas é a de que as armas de fogo matam mais em nosso País do que as guerras matam pelo mundo. Na última década, Senador Flávio Arns, as mortes por armas de fogo registradas no Brasil superaram o número de vítimas de 23 conflitos armados no mundo, perdendo apenas para as guerras civis de Angola e da Guatemala. Nesse período, morreram no Brasil 325.551 pessoas, uma média de 32.555 mortes por ano. Esses dados são relativos a um período até 2003.

Levantamento feito pela Unesco, órgão da Organização das Nações Unidas, e publicado no livro **Mortes Matadas por Armas de Fogo no Brasil de 1979 a 2003**, demonstra que o número de vítimas de armas de fogo cresceu 461,8% em 24 anos – quase 500% em 24 anos. Esse crescimento foi puxado pelos homicídios, que aumentaram 542,7%. Com o lançamento do livro, a Unesco – um órgão da Organização das Nações Unidas – e o Senado Federal pretendem fortalecer o movimento, que foi iniciado com a Campanha do Desarmamento, de forma a contribuir com a promoção de uma cultura de paz no Brasil.

Os números mostram que é importante reduzir o número de armas em circulação no País, assim como a venda de armamentos, para que a violência também seja reduzida. Pesquisa...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Senadora Ana Júlia, quero interrompê-la um minuto, antes de os jovens saírem, para saudar todos os jovens alunos da Escola-Classe nº 12, de Sobradinho, Distrito Federal.

Sejam todos bem-vindos e participem sempre da política também. Sejam bem-vindos.

Obrigado. Desculpe-me a interrupção.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Obrigada, Senador.

Este meu pronunciamento é uma saudação às crianças, porque elas também são grandes vítimas das armas em nosso País.

Essa pesquisa, realizada em São Paulo, pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, conclui que as pessoas que portam arma de fogo têm 56% mais chances de ser assassinadas em uma situação de roubo se comparadas às vítimas sem armas. Nesses casos, a posse de uma arma aumenta o risco, em vez de diminuí-lo.

Acredita-se também que tirar armas de circulação pode ajudar a desarmar os bandidos. Estudos apontam que um terço das armas do crime foi comprado legalmente e acabou caindo nas mãos erradas. Por isso, como cidadã, voto “sim”.

E agora vou abordar um ponto fundamental, Senador. Segundo o Cfêmea, que é o Centro Feminino de Estudo de Mulheres, as mulheres são as grandes vítimas das armas de fogo.

Mundialmente, 40% a 70% dos homicídios de mulheres são cometidos pelos seus parceiros íntimos; em homicídios e tentativas de homicídios com armas, 53% das vítimas conheciam o seu agressor; 37% tinham uma relação amorosa com o seu agressor. As mulheres são vítimas de seus parceiros. No Brasil, 44,4% das mulheres vítimas de homicídios, em 2002, foram mortas com armas de fogo. Esses são dados do Sistema Único de Saúde. Por isso, como mulher e como mãe, voto “sim”.

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup> neste momento, Senador Arthur Virgílio. E peço até ao Presidente, já que não temos tantas pessoas na Casa, num momento tão importante como este, que possa dar-me mais alguns minutos.

Senador Arthur Virgílio, é com muito prazer que ouço o seu aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – De qualquer forma, vou conceder o aparte ao Senador Arthur Virgílio, mas dizendo que o tempo já foi prorrogado além do previsto pelas regras internas, pedindo, então, a brevidade necessária.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Agradeço, Sr. Presidente. Serei bastante breve. Em primeiro lugar, Senadora Ana Júlia, não vejo isso sob um ângulo maniqueísta. Vejo que pessoas de bem, decentes, defendem os dois pontos de vista, com a mesma legitimidade. Vejo argumentos sólidos e fortes dos dois lados. O meu lado é o “sim”. Eu sou a favor que se invista, por duas razões, na cultura da paz. Primeiro, já agora, a curto prazo, diria que os cidadãos de bem do País estão se desarmando, e o

Estado brasileiro, mais do que nunca, passa a ficar obrigado mesmo a tomar conta deles. Segundo, a cultura da paz. Eu lhe dou um exemplo familiar. O meu pai andava armado, usava arma. Quando ele visitava, na Manaus do tempo dele, uma família amiga e queria mostrar que ele era mesmo amigo daquela família, ele entregava para a esposa do seu amigo a sua arma. Ela guardava em algum lugar e, quando ele saía, ela lhe devolvia a arma. O meu pai era uma pessoa pacífica, mas os tempos eram outros e se fazia política de outro jeito enfim. E ele demonstrava dessa forma a sua lealdade, a sua vontade de ser amigo e a sua amizade de verdade. Eu queria que, para meus filhos, meus futuros netos, meus futuros bisnetos, não passasse perto deles a figura da violência. É uma utopia? Pode ser, mas espero que seja uma utopia realizável e, amanhã, realizada. A utopia de se ter um país onde as discussões, as demandas, as brigas comerciais, todas elas sejam resolvidas pela via da justiça, pela via do diálogo e não pelo recurso à violência. Não queria uma sociedade onde todos se armassem para uns se defenderem dos outros; os bandidos com calibre superior, com a vantagem da surpresa. Eu prefiro dizer ao Estado brasileiro que estamos propondo o desarmamento dos homens de bem, das mulheres de bem. Agora, você, Estado brasileiro, cuide de nós, passe a cuidar. Deixe de gastar nisso, naquilo e naquilo outro e invista pesadamente em salário de policial, em armamento de policial, em fiscalização sobre corrupção policial. Tome conta de nós, porque, do jeito que está, – eu, que sou de uma geração que saiu da luta contra a ditadura, que foi terrível – vejo hoje essa guerra, essa guerrilha urbana nas grandes cidades brasileiras. Tudo isso me remete ao sonho de legar para os meus futuros, para os meus pósteros um mundo de paz, um Brasil de paz. Obrigado.

**A SR.<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador pela sua posição também favorável ao “sim”. Não acho, obviamente, que toda a campanha pelo voto “não”, mas algumas ponderações feitas, muitas vezes levam a dados manipuladores.

Apelo a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e lhe garanto de que, em dois minutos, concluo, porque vou falar das crianças, que também são vítimas das armas de fogo. A cada dia, três crianças de até catorze anos são internadas com lesões por armas de fogo. Duas por motivo acidental e uma devido a agressão. Então, como mãe, eu voto “sim”.

Segundo o Ministério da Saúde, no meu Estado, o Pará, 29% das mortes violentas se dão por acidente de trânsito; a média no País é 27%. Vinte e

dois por cento por armas de fogo; a média no Brasil é 27%. No Pará, é menos. Quarenta e oito por cento são por outras causas, mais ou menos como a média brasileira.

Poder-se-ia dizer que, no Pará, as armas de fogo não causam muita violência? Infelizmente, não. Porque o narcotráfico existente em outros Estados brasileiros, sabemos, o Senador Magno Malta sabe muito bem, é responsável por aumentar, em escala desproporcional, essa violência. São Paulo, Rio e a maioria das capitais estão aí para provar essa associação.

No Pará, esse problema não tem a mesma magnitude, graças a Deus. Lá, a violência deriva não do narcotráfico, mas de outras causas e pode ser proporcionalmente ainda maior do que a média nacional, por conta de que é alto o índice considerando esse dado. Então, como Senadora do Estado do Pará, o meu voto é “sim”.

Além disso, a violência no campo também não deixa dúvidas. Alimenta-se o direito de armar. Quem é que está defendendo se armar? São exatamente os latifundiários, a UDR.

Quem é que está defendendo o desarmamento? São sindicatos de trabalhadores rurais, os pequenos agricultores, que estão votando “sim”.

Portanto, contra a violência no campo no Pará e no Brasil, voto “sim”.

Eu gostaria de dar como lido todo o restante do meu pronunciamento.

Como mulher e mãe, voto “sim”. E sabemos que o combate à violência vai muito além do recolhimento de armas e da proibição do comércio de armas, previsto no Estatuto do Desarmamento. Mas a sociedade civil quer mostrar que está buscando os meios práticos de combater a violência, por meio do diálogo, da consciência, da paz, como inclusive já citou o Senador Arthur Virgílio, que, como eu, é também defensor do “sim”.

Temos que exigir de quem é obrigado a manter a segurança que mantenha a segurança. Não vamos achar que são as famílias, porque é um grande engano dizer que o pai ou a mãe de família que tem uma arma em casa vai defender sua família, porque os números mostram que é o contrário, que isso tem levado a mais mortes.

Portanto, em nome da família, pelo direito à vida, pelo direito à vida das mulheres e das crianças, peço o voto “sim”.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SENADORA ANA JÚLIA CAREPA.**

Discurso proferido no Senado Federal; em  
Senhor presidente,  
Senhoras e senhores Senadores,

No próximo dia 23 de outubro, a população brasileira deverá ir às urnas para se manifestar, em um referendo popular, a favor ou contra a proibição da comercialização de armas de fogo no país. Os cidadãos responderão à seguinte pergunta: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?". Caso o "sim" seja a resposta da maioria da população, a venda de armas de fogo será proibida, tornando-se crime passível de prisão.

A consulta popular está prevista no Estatuto do Desarmamento e foi aprovada pelo Congresso Nacional no dia 6 de julho deste ano. A lei já proíbe a comercialização de armas e munições no país. No entanto, para que esta decisão passe a valer, a população precisa referendá-la, dizendo se concorda ou não com ela. É a primeira vez que se faz um referendo sobre esse tema no mundo. O voto é obrigatório para cidadãos brasileiros maiores de 18 anos e menores de 70 anos.

É preciso que entendamos a importância desse momento; estamos sendo chamados para uma votação a respeito de um tema considerado um dos mais importantes pela população, a segurança pública. A violência no Brasil está aumentando a cada dia e atingindo níveis inaceitáveis. As mortes acontecem cada vez mais indiscriminadamente. Em 2004, segundo o SUS, 70% dos homicídios foram cometidos com armas de fogo. Por ano, cerca de 50 mil pessoas são vítimas fatais dessas armas e mais de 100 mil são gravemente feridas. A maior parte desses mortos tem



entre 17 e 24 anos e cerca de 60% dos conflitos é resultado de brigas entre pessoas que se conhecem, em relação de vizinhança ou mesmo em família.

Estamos num momento decisivo para o referendo: a indústria de armas e os setores pró-armamento fazem uma forte pressão a favor do "não", apelando para a sensação de insegurança dos cidadãos e para um "direito de defesa" que fere o direito de todos de viverem num mundo pacífico, civilizado, em que os indivíduos não se arrogam o direito de ter um objeto de violência.

São eloqüentes, entretanto, os dados pró-desarmamento. Estudo realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP, em parceria com a Organização Mundial da Saúde, revela, senhores parlamentares, que o homicídio ocupa o primeiro lugar entre as causas de morte precoce no Brasil. Dados fornecidos pelo SUS mostram que as mortes por homicídio passaram de cerca de 14 mil, em 1980, para mais de 50 mil em 2003. O mesmo estudo destaca a contribuição das armas de fogo para o aumento dos índices de violência.

Diversos outros estudos e estatísticas reforçam o argumento da Campanha do Desarmamento de que a posse de arma por civis é perigosa. O estudo "Brasil: as armas e as vítimas", feito pelo Instituto de Estudos da Religião, com apoio da Viva Rio, afirma que a arma "não é a causa da violência, mas é o seu vetor mais perigoso". Somos favoráveis a que se proíba a comercialização de armas. Isso não acabará com a violência, mas diminuirá ainda mais a oferta de armas e, conseqüentemente, o número de mortes violentas.

No Brasil, senhoras e senhores parlamentares, as mortes provocadas pelas armas de fogo estão em

terceiro lugar entre as causas de óbito em geral, depois das doenças do coração e das cérebro-vasculares. **Entre os jovens, as armas de fogo são a principal causa de mortalidade.** Outra triste e trágica conclusão das estatísticas é a de que as armas de fogo matam mais em nosso país do que as guerras matam pelo mundo. Na última década, as mortes por armas de fogo registradas no Brasil superaram o número de vítimas de 23 conflitos armados no mundo, perdendo apenas para as Guerras Civis de Angola e da Guatemala. Nesse período, morreram no Brasil 325 mil e 551 pessoas, uma média de 32 mil e 555 mortes por ano. Levantamento feito pela Unesco e publicado no livro "Mortes matadas por armas de fogo no Brasil de 1979 a 2003" demonstra que o número de vítimas de armas de fogo cresceu 461,8% em 24 anos. Esse crescimento foi puxado pelos homicídios, que aumentaram 542,7%. Com o lançamento do livro, a UNESCO e o Senado Federal pretendem fortalecer o movimento já iniciado com a Campanha do Desarmamento, de forma a contribuir com a promoção de uma cultura de paz no Brasil. Os números mostram que é importante reduzir o número de armas em circulação no País, assim como a venda de armamentos, para que a violência também seja reduzida.

Pesquisa realizada em São Paulo, pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, conclui que as pessoas que portam armas de fogo têm 56% mais chances de serem assassinadas em uma situação de roubo, se comparadas com as vítimas sem armas. Nesses casos, a posse de uma arma aumenta o risco, em vez de diminuí-lo. Acredita-se também que tirar armas de circulação pode ajudar a desarmar os bandidos. Estudos apontam que um terço das armas do

crime foi comprado legalmente e acabou caindo nas mãos erradas. Por isso, como cidadã, voto sim.

Segundo informa a CFEMEA, as mulheres são grandes vítimas das armas de fogo. Mundialmente, 40 a 70% dos homicídios de mulheres são cometidos pelos seus parceiros íntimos. Em homicídios e tentativas de homicídios com armas, 53% das vítimas conheciam seu agressor. E 37% tinham uma relação amorosa com o agressor. As mulheres são vítimas de seus parceiros. No Brasil, 44,4% das mulheres vítimas de homicídios em 2002 foram mortas com armas de fogo (Datusus, 2002). Por isso, como mulher, voto pelo SIM.

As crianças são outras vítimas das armas de fogo. A cada dia, três crianças (0-14 anos) são internadas em hospitais com lesões por armas de fogo, duas por motivo acidental e uma devido a agressão (Datusus,2002). Como mãe, voto pelo SIM.

Senhoras e senhores senadores, segundo o ministério da Saúde, no Pará, 29% das mortes violentas se dão por acidentes de trânsito (contra 27% no Brasil); 22% por armas de fogo (27% no Brasil); 48% por outras causas (como na média do Brasil). Uma falsa interpretação poderia colocar o Pará como estado em condições comparativas favoráveis – ledô engano. Sabe-se que o narcotráfico é um dos responsáveis por aumentar em escala desproporcional a violência e as mortes violentas. São Paulo e Rio e a maioria das capitais brasileiras estão aí para provar essa associação. No Pará, esse problema não tem a mesma magnitude. Portanto, a violência no meu Estado, que deriva não do narcotráfico mas de outras causas, pode ser proporcionalmente ainda maior do que a média

nacional. Como senadora do meu Estado, voto pelo SIM.

Além disso, a violência no campo, no meu Estado, se alimenta desse “direito a armar-se”. Que direito é esse, do mais rico, do mais poderoso, do mais armado contra o mais pobre, o desprotegido e abandonado pelo Estado, aquele que se arma como resposta à opressão dos poderosos? Contra a violência no campo, no Pará e no Brasil, voto pelo SIM.

Na Campanha Nacional do Desarmamento, iniciada pelo Ministério da Justiça, em agosto de 2004, mais de 450 mil armas já foram entregues à Polícia Federal e ao Exército. Através da campanha, a população tem sido incentivada a entregar armas voluntariamente mediante o pagamento de indenizações de até R\$ 300. O objetivo é reduzir o estoque de armas espalhadas pela sociedade, fora do controle legal e reduzir as chances de tragédias inesperadas, que podem acontecer com qualquer pessoa que tiver uma arma por perto. Essa campanha foi premiada pela UNESCO em 2004 e já teve um impacto significativo: em 2004, além de se anular uma tendência de aumento das mortes violentas em 7%, houve uma diminuição de 8,2% de homicídios com armas de fogo, com relação ao ano anterior. Foram 5.563 vidas salvas, somente em um ano!

Prevista para ser encerrada em junho, a campanha de desarmamento foi prorrogada por mais quatro meses, até a data do referendo. Após a última data do recolhimento, serão punidos com prisão aqueles que tiverem arma sem registro. Levantamento feito pelos Ministérios da Justiça e da Saúde mostra redução no número de internações hospitalares causadas por arma de fogo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro após o início da campanha. De acordo com a pesquisa,

o índice de redução de internações no Rio de Janeiro foi de 10,5% e, em São Paulo, de 7%.

Sabemos que o combate à violência vai além do recolhimento e da proibição do comércio de armas, previstos no Estatuto do Desarmamento. Entretanto a sociedade civil quer mostrar que está buscando meios práticos de combater a violência, através do diálogo, da consciência e da paz.

Obrigada. *EM NOME DA FAMÍLIA PELO DIREITO  
A VIDA DAS MULHERES, PELO DIREITO  
A VIDA DAS CRIANÇAS EU VOTO  
SIM.*

Senadora Ana Júlia.

*UDR - Nas  
Trabalhadores Ruan - V. com Lige.*

## LEI No 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003.

Vide texto compilado

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Obrigado, Senadora Ana Júlia.

Desculpo-me com a Senadora Iris. Sem dúvida, vamos ter outros pronunciamentos sobre o tema, com o Senador Magno Malta, e eu gostaria muito de ouvir as ponderações de V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Iris.

Passo, neste momento, a palavra ao Senador Magno Malta, pela Liderança do PL, a que S. Ex<sup>a</sup> pertence, por cinco minutos.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, concedo um aparte à Senadora Iris de Araújo, que iria apartear a Senadora Ana Júlia Carepa.

**A Sr<sup>a</sup> Iris de Araújo** (PMDB – GO) – Agradeço, Senador Magno Malta, pela oportunidade que me oferece antes mesmo de pronunciar o seu discurso.

**O SR. MAGNO MALTA** (PL – ES) – O aparte de V. Ex<sup>a</sup> é muito mais interessante do que o meu pronunciamento.

**A Sr<sup>a</sup> Iris de Araújo** (PMDB – GO) – Obrigado, Senador. A Senadora Ana Júlia Carepa expôs aqui argumentos muito fortes a favor do “sim” ao desar-

mamento. Voto “sim” também. Ao apoiá-la faço-o em nome de todas as mulheres que, como ela muito bem expressou, são as maiores vítimas. Estava, no momento em que ela argumentava, conversando, discutindo com o Senador Reginaldo Duarte sobre a questão, os argumentos do “sim” e os argumentos do “não”. Disse a ele que nós, mulheres, temos uma sensibilidade muito grande e um sentido de proteção à nossa família, aos nossos filhos, e sentimos que uma arma dentro de casa posta de maneira inconveniente ou sem um argumento mais forte, ela pode servir não para defender essa família, mas, muitas vezes, Senadoras, Senadores e todos aqui presentes, tem servido muito – como disse a Senadora Ana Júlia – para ocasionar momentos de tragédia nas famílias. Eu não poderia deixar de apoiá-la, Senadora. Tenho certeza que o Senador Magno Malta, que me ofereceu esta oportunidade, terá argumentos muito fortes e eu gostaria de ouvi-lo também. Muito obrigada, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Muito obrigado, Senadora Iris, pelo aparte antecipado. Na verdade, o aparte foi dirigido à Senadora Ana Júlia,

mas certamente servirá para mim e será arrolado junto ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, há uma confusão no debate que está posto na sociedade. E a sociedade, por não ter entendido, até porque a propaganda é muito ruim e confusa, está debatendo segurança pública. O referendo sobre a comercialização ou não de arma de fogo e munição tornou-se um debate acerca de segurança pública; que, de todo, não é tão ruim porque nós precisamos, realmente, a fundo, discutir a segurança pública e agir.

Há muito venho clamando, há muito venho falando sobre esta matéria, sobre a violência brasileira, os limites todos arrebatados, não há respeito, não existe limite do tolerável. Os bandidos assumiram posições extremamente ousadas por estarem armados, e bem armados, com o dinheiro do narcotráfico, com armas de grosso calibre provenientes do contrabando; e com armas de curto calibre, que são tomadas do cidadão de bem, já que bandido não compra armas.

Precisamos dar prosseguimento ao debate e não encerrarmos aqui. É um momento propício para discutirmos um novo conceito de segurança nacional, Sr. Presidente, Senadora Iris. O nosso conceito de segurança nacional é muito pobre. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica precisavam entrar no debate. Segurança nacional, para o Brasil, é enfrentar o narcotráfico, os contrabandistas que invadem a sociedade, que invadem o Estado. Quando alguém invade um presídio com um helicóptero ou joga uma bomba na porta de uma delegacia, algema um delegado, rouba armas e solta presos que estão sob a custódia do Estado, é um problema de segurança nacional.

Nós tínhamos que aproveitar este momento para debatermos um novo conceito de segurança nacional para um País de fronteiras abertas, para um País que não tem a mínima condição de se defender, até por ter um efetivo ínfimo de policiais. Estou cansado de falar que 7 mil homens, o efetivo da Polícia Federal, a despeito dos problemas que têm, fazem milagres, Senador Flávio Arns. Precisamos discutir um novo conceito de segurança nacional para este País, aproveitando o debate.

Quanto ao debate e à minha atitude no domingo, quando votaremos “sim” ou “não”, afirmo que sou contra o referendo em si. Senadora Iris, quando o cidadão vota, ele dá uma procuração. V. Ex<sup>a</sup> tem uma procuração do povo do seu Estado. A Senadora Ana Júlia tem, eu tenho, o Senador José Agripino também. Nosso querido Alberto Silva, eterno Governador do Piauí, tem; Flávio Arns tem procuração do povo do seu Estado para falar em nome dele. Este assunto, deveríamos tê-lo decidido aqui, não colocá-lo na mão do povo, que não está

entendendo esse debate que está posto porque cada um dá uma informação mais cruzada do que a outra para confundir a população.

Voto “sim”. E tenho uma experiência simplória para contar que vai exemplificar o meu voto “sim”. Participei de um debate, um dos muitos de que participei, e alguns acalorados dentro até do meu segmento – porque nisso radicalizo. Uma pessoa que professa fé em Deus, principalmente no meu segmento, que anda de Bíblia debaixo do braço, recitando versículos bíblicos de confiança em Deus, e depois vai me dizer que vota “não”, ele precisa rasgar a sua Bíblia e desmentir tudo o que falou anteriormente. Mas saí de um debate acalorado e ao sair, Senadora Ana Júlia, encontrei um cidadão de 80 anos de idade, com uma bengala na mão, que partiu para cima de mim dizendo: “Não voto nunca mais em você”. E começou a falar e a falar e falou sozinho; irritado, batia a bengala no chão, nervoso: “Agora você vem querer, com meu voto, desarmar a população. Você não tem mais o meu voto!”. Eu fiquei calado ouvindo o cidadão de 80 anos; quando ele terminou eu disse: é por isso que eu voto “sim”. Graças a Deus o senhor está com uma bengala na mão porque se fosse uma arma o senhor tinha atirado em mim.

Estamos falando é desse tipo de crime que acontece por nada, com arma de fogo na cintura ou dentro do carro, ou dentro de casa; ninguém está falando de cidadão enfrentar o narcotráfico com um 38. Não é esse o debate. De enfrentar as armas do narcotráfico. Não é isso. O Estado é que precisa desarmar o bandido. E dizia o Senador Arthur Virgílio que agora precisamos manter o movimento, mobilizar a sociedade para que o Estado cumpra o seu papel na desmobilização do armamento e do arsenal bélico que têm os bandidos. Por mais boa vontade e por melhor atirador que seja o cidadão de bem, com seu 38 ou uma 45, ele jamais terá condições de fazer esse tipo de enfrentamento. Estamos falando desse tipo de debate.

Ouvi a Senadora Ana Júlia Carepa, que apresentou números. Não preciso repeti-los porque claramente foi dito aqui. Solicitei a palavra hoje exatamente para dizer dessa confusão que está posta na sociedade e para reafirmar o meu voto.

Concedo um aparte ao Senador Alberto Silva.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Senador Magno Malta, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> é tão curto. Apenas proponho que V. Ex<sup>a</sup> volte à tribuna por mais tempo. A tese defendida é absolutamente correta. Vamos aproveitar a oportunidade em que o povo está mobilizado para mobilizar mais ainda para o Governo assumir seu papel: desarmar os bandidos. Como se desarmam os bandidos? Armando o Estado. Há muito dinheiro do narcotráfico? Tudo bem. Então, vamos preparar as

Forças Armadas para garantir as fronteiras e a Polícia Federal com certeza. O tema é excelente. Volte à tribuna, Senador. Vamos continuar.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Vamos continuar. Precisamos investir em tecnologia. Crimes são insolúveis porque as Polícias estaduais, civis, militares são mal aparelhadas. Ninguém investe em tecnologia. O Governo manda uma verbinha. No ano passado, foram R\$ 22 milhões. Está se gastando mais de R\$ 260 milhões no referendo. Investiram-se R\$ 22 milhões, mas sabe para quê? Para comprar viatura. É igual ao sujeito que diz que está investindo em saúde, comprando ambulância. Ninguém está falando disso. Precisamos investir na segurança do cidadão, investindo nas Polícias e chamando o Judiciário para discutir um novo Código de Processo Penal, um novo Código Penal para este País, porque o adubo dessa violência é a impunidade, e a violência do Brasil a ser discutida é muito mais que um referendo. Esse referendo não vai decidir a questão da violência, não vai mudar a vida da sociedade brasileira. Isso é um item no bojo de mais de mil itens a serem discutidos. É um item só.

Então, não nos vamos iludir. Precisamos é continuar o debate, chamar o Judiciário para o debate e chamar o Governo para que cumpra a sua responsabilidade.

Posso ceder a oportunidade à Senadora Ana Júlia?

**A Srª Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Quero parabenizá-lo, Senador, exatamente porque eu não pude falar também desse aspecto, ou seja, que se tenta confundir o cidadão, insinuando que o desarmamento vai acabar com a violência. Não é isso que se discute. Todos sabem que ninguém vai desarmar os bandidos dessa forma. Nós estamos discutindo o que causa a violência. Não queremos para nós, para os nossos filhos, um país onde as pessoas achem que a arma significa o seu direito de defesa, porque a arma não é o direito de defesa; a arma é o direito de matar. Normalmente, quem pode comprar uma arma mata aqueles que não têm arma, Senador. Essa é a realidade cruel. E vou dizer aqui, mais uma vez, os dados sobre as mulheres, que são incontestáveis. No Brasil, 44,4% das mulheres que foram vítimas de homicídios em 2002 foram mortas por armas de fogo. E V. Exª sabe que a maioria foi dentro de casa, inclusive por seus companheiros, por pessoas que tinham relação, diziam, de amor, mas, no momento de descontrole, acabaram causando a pior desgraça. Não adianta dizer que vai haver punição para quem não usar bem a arma. Que punição vai trazer de volta a vida de mulheres e de crianças? A imprensa veiculou outro dia

que um garoto pegou a arma do pai na gaveta, levou-a para a escola e matou o coleguinha.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Mas o que é usar bem a arma? Quem usa bem a arma atira no coração. Quem usa mal é que não acerta.

**A Srª Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Não adianta dizer que, se alguém pegar a arma, vai ser punido. Ora, depois de perder a mulher, depois de matar a mulher, depois de perder o filho, não adianta mais essa punição. Então, respeito todos, mas, como mulher e como mãe e pela família brasileira, peço o voto “sim”.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Veja, Sr. Presidente, que, nesta sessão de hoje, quem foi vítima das mulheres fui eu. As duas fizeram dois apartes, e lá se foram meus cinco minutos. É brincadeira. Os apartes enriqueceram meu pronunciamento.

Em nome de todas as crianças que estão ali é que precisamos votar 2. Vote 2! Vejam V. Exªs os dedinhos delas! Vote 2! Que coisa boa! É a cultura da paz, que temos que instalar neste País e vem em boa hora, porque Jesus disse que “da boca das crianças é que sai o perfeito louvor”.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Exª e enalteço a presença dos jovens nas galerias.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, como Líder, pelo prazo de cinco minutos.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, tão logo seja possível, solicito a V. Exª que me conceda a palavra pela Liderança do PDT. Estou no exercício da Liderança, em face da licença do Senador Osmar Dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Senador Jefferson Péres, V. Exª está inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª que passe a considerar a minha inscrição, por cessão do nobre Senador Augusto Botelho.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Arns. Bloco/PT – PR) – Faremos o registro também.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu venho a tribuna nesta tarde de quinta-feira para demonstrar, ou para manifestar a minha indignação com a falta de consideração para não dizer falta de respeito da União para com direitos garantidos, direitos adquiridos e hábitos de instituições e de

cidadãos. É uma agressão que estou assistindo por parte do Governo Central.

Hoje de manhã, tivemos uma segunda reunião de Líderes para discutir a inclusão, na MP nº 255, daquilo que de bom existia na Medida Provisória nº 252, a famosa MP do Bem, que foi rejeitada na Câmara dos Deputados por culpa do Governo, que quis introduzir nela um “saco de fel”, grande, polpudo, sanguinolento. O Governo queria introduzir fel puro na Medida Provisória do Bem. Na Medida nº 252, queriam retirar dos cidadãos comuns, Senador Alberto Silva, que ganham ações contra a União, ações nos Juizados de Pequenas Causas, o direito de receberem logo o que lhes cabe por direito. Não são ações de grande valor, não; são ações do cidadão de poucas posses, modestos. Trata-se do cidadão que ganha, no Juizado de Pequenas Causas, ações de, no máximo, 60 salários mínimos, R\$18 mil. Normalmente, essas pessoas – normalmente não; são assegurados por lei, é da tradição, do hábito – têm o direito de receber o produto das ações ganhas na Justiça dentro do exercício do ano, dentro de dois meses. Por exemplo, ação ganha em 2005 é recebida em 2005; ação ganha em 2004 é recebida em 2004. A União, na última hora, aqui no Senado, nos vendeu gato por lebre e inseriu uma emenda em que retira o direito do cidadão de receber no ano a sua pequena causa ganha na Justiça, transferindo o pagamento para o ano seguinte. Receber no ano seguinte, ninguém sabe se recebe ou se não, porque, desse Governo, se pode esperar tudo.

Passamos ontem uma parte da tarde e hoje uma parte da manhã discutindo essa questão. Existem alguns muitos pontos confluentes de inserção da MP nº 252, da Medida Provisória do Bem, na de nº 255. Existem alguns pontos de divergência. O teto do Simples é uma discussão em aberto. O Refis dos Municípios já foi acertado. Era uma posição fechada do PFL a evolução da negociação dos débitos dos Municípios, que estão ultra-sacrificados. O prazo passou de 60 meses para 240 meses, não pela correção da Selic, que tornaria os débitos impagáveis, mas pela TJLP, ou seja, dando a oportunidade de uma repactuação de débitos, mas em condições pagáveis, repactuando-os não por taxa Selic, mas por TJLP.

Esbarramos nos precatórios. E aí vem a minha preocupação, Senador Alberto Silva, que é a supressão dos direitos. Veja V. Ex<sup>a</sup> o que vou trazer a esta Casa hoje. O Fundo de Participação de Estados e Municípios é um direito consagrado? Claro que é. Os precatórios ganhos pelo cidadão pequeno, o direito de receber num ano é um direito? É. Pois muito bem, a União, pela MP nº 252, quis retirar o direito dos cidadãos – retirar, e não acrescentar: enquanto dava a

alguns segmentos vantagem, do cidadão pequeno quis retirar esse direito que era dele. Era e é dele. Vamos lutar para que se mantenha dele.

Sabe qual foi a última “gracinha” do Governo, Senador Rodolpho Tourinho? Lembra-se do PAS que votamos, o Refis 2, a repactuação dos débitos do setor privado, em que as empresas passaram a ingressar no sistema previdenciário em regularidade e tiveram um prazo para pagar? Muitas continuam, e outras já perderam a condição e caíram fora do Refis. Mas o Refis produzia uma receita de R\$6,1 bilhões. Nessa receita, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estão incluídas receitas decorrentes de IPI e Imposto de Renda. E o que é IPI e Imposto de Renda? É o que produz o Fundo de Participação de Estados e Municípios. Onde é que esse dinheiro foi parar? No caixa do Tesouro, de 2002 a 2005, R\$6,1 bilhões de arrecadação decorrente do PAS! Dentro dos R\$6,1 bilhões, pelo menos 50% são decorrentes de IPI e de Imposto de Renda. Tudo o que é IPI e Imposto de Renda. De tudo que é IPI e Imposto de Renda, 44% são distribuídos com Estados e com municípios. Se R\$3 bilhões, mais ou menos, são decorrentes de IPI e de Imposto de Renda, 44% disso dão pelo menos R\$1,3 bilhão, que pertencem aos municípios, que estão quebrados. E este dinheiro, onde é que está? Guardadinho no cofre do Tesouro. Os municípios que se lixem! Só que existem instituições atentas neste País, e o Tribunal de Contas da União é uma delas e flagrou isso. Aqui está o Acórdão nº 1.596/2005, de 5 de outubro, determinando à União que defina quanto destes R\$ 6,1 bilhões são de IPI e de Imposto de Renda e quanto deste dinheiro pertence aos municípios, e dá o prazo de dois meses para que este dinheiro chegue aos municípios, que estão falidinhos. Falidinhos!

Sr. Presidente, que não se aprove por manobras, em que o Governo está comprometido, o 1% dos municípios na Câmara dos Deputados, até que se admite – eu não aceito, estou lutando contra isso. Mas usurpar o direito do pequeno contribuinte que, no Tribunal de Pequenas Causas, ganhou o direito de receber da União, e, agora, o direito dos municípios, é o ferimento claro a direitos adquiridos e a direitos legitimados pela legislação.

Eu venho aqui dizer que vou acompanhar, em nome do meu Partido, com muita atenção, tanto a questão dos precatórios – não há hipótese de votarmos a favor da Medida Provisória nº 255, quando a questão dos precatórios que o Governo quer incluir seja incluída. Não há hipótese: votamos contra.

A questão da definição do valor a ser atribuído aos municípios decorrente destes seis bilhões, de dinheiro guardado do PAS, vou acompanhar também



com atenção especialíssima, porque este dinheiro pertence aos municípios e foi apropriado durante três anos: 2002, 2003, 2004 e 2005.

O Governo fez de conta que não sabia que aquele dinheiro pertencia aos municípios. Uma gracinha! Fez de conta que não sabia. O Tribunal de Contas da União flagrou. E nós sabemos que é dos municípios e vamos defender os municípios.

Ouçõ com muito prazer o Senador Rodolpho Tourinho.

*O Sr. Flávio Arns, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador José Agripino, seu tempo já foi prorrogado por um minuto e vou prorrogá-lo por mais um minuto.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Obrigdo, Sr. Presidente, prometo a V. Ex<sup>a</sup> que encerro em um minuto.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Senador José Agripino, é muito próprio o que V. Ex<sup>a</sup> levanta neste momento, porque são dois absurdos, um comprovado pelo Tribunal de Contas, e o outro, eu queria lembrar ao Governo que isso foi matéria decidida aqui e que não podia ser alterada sem que houvesse pelo menos – nós seríamos contra – uma discussão aqui no Senado. Esse é o primeiro ponto.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Claro.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Segundo ponto, acho que é bom olhar o exemplo dos Estados. Pelo menos no meu Estado, a Bahia, esses pagamentos são sagrados. E devem ser sagrados no Estado e também em âmbito federal. Porque são pequenas causas, como V. Ex<sup>a</sup> citou, máximo de R\$18 mil, e sempre de precatórios ou trabalhistas, enfim, sempre coisas absolutamente essenciais para quem entrou com essas ações. Então, o que o Governo tem que fazer é o que o Estado faz. Faz a previsão orçamentária necessária e ponto, e paga. Não tem outro caminho. Eu parabenizo V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Só para encerrar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Fique à vontade, Senador.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Senador Rodolpho Tourinho, este Governo é mestre em, para aprisionar recursos, para aumentar a arrecadação, para seqüestrar o direito dos outros – ele está sozinho – não hesitar um minuto em meter pela goela do Senado, sem discussão ou debate, como V. Ex<sup>a</sup> colocou, a questão dos precatórios dos cidadãos que ganha-

ram pequenas causas. Caladinho, na calada da noite, só foi descoberto na Câmara. Para isso, é mestre. Agora, para garantir aos municípios os seus direitos, ele esconde bem direitinho também. Para isso é que existe Oposição responsável, fiscalizadora e denunciadora das causas de interesses coletivos. É para isso que estamos aqui. É para isso que o PFL existe no Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Jefferson Péres. PDT – AM) – Concedo a palavra, por ordem de inscrição, ao Senador Almeida Lima.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PDT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mais uma vez, nesta semana, a revista **Veja** passa a ser referência a pronunciamento que faço. Na página 58 de sua última edição, sob o título “O homem dos três poderes”, a revista **Veja**, matéria do jornalista Fábio Portella, diz o seguinte:

Pago para julgar, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, decide legislar para que um dia, quem sabe, possa executar. As ambições do Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, nunca estiveram tão evidentes. O juiz, que já foi deputado federal, prepara sua volta à política para o ano que vem. Para isso, estuda três opções.

O jornalista expressa exatamente quais as três opções. Mas diz que ele possui já bandeira político-eleitoral, quando estabelece a elaboração de uma proposta de lei ou de emenda à Constituição acerca dos precatórios, que se constituem numa grande anormalidade em nosso País, precisando de fato de regras que venham a obrigar o Estado, como ente público de direito público interno, a cumprir aquilo que o Judiciário determina.

Mesmo que a idéia encampada por Jobim tenha algum mérito, ela encerra um problema: como integrante do Poder Judiciário, não cabe a ele legislar. Essa é uma atribuição do Parlamento. “O ministro Jobim não tem legitimidade para fazer o que anda fazendo. Como presidente do Supremo Tribunal Federal, ele deve zelar pelo cumprimento da lei, e não negociar a criação de novas leis”, diz Flávio Brando, presidente da comissão de precatórios da OAB paulista. Os demais ministros do Supremo também estão desconfortáveis diante dessa espalhafatosa movimentação pública, inédita para um presidente do STF. Em resumo: além de comandar o Judiciário e interferir no Legislativo, Jobim trabalha com afinco para disputar o comando do Executivo no ano que vem. Como diria Lula, quer bater o escanteio e cabecear.

Aproveito a oportunidade para dar parabéns ao jornalista da **Veja** e à própria revista pela matéria “O homem dos três poderes”, pág. 58, ed. 1.927, sensata e oportuna.

Na verdade, S. Ex<sup>a</sup> o Ministro Nelson Jobim é dado a esses equívocos. Quando deputado constituinte, fez incluir dispositivo na Constituição brasileira sem a devida deliberação. Quando Presidente do TSE, elaborou textos eleitorais para aprovação do Congresso Nacional. Há aproximadamente quinze dias, numa flagrante ingerência nas atividades do Poder Legislativo, ele concedeu liminar, decidindo questões **interna corporis** da Câmara dos Deputados, sobretudo pelo fato de que a matéria não era constitucional, muito menos legal, não chegava sequer a ser regimental, e sim infra-regimental, porque se tratava de um ato da Mesa Diretora.

Lamentável que o Ministro desconheça o princípio da tripartição dos poderes – sobretudo por se tratar de um jurista –, criação de Montesquieu, que, além de separar os poderes do Estado, dá a cada um deles independência. Sem dúvida, uma ingerência indevida, ilegítima, descabida, que quebra a harmonia recomendada.

Ademais, aproveito a oportunidade para informar mais uma vez a esta Casa, ao Congresso Nacional, ao povo brasileiro, que nos ouve e que nos assiste neste instante, que tramita no Senado Federal um Projeto de Lei, de minha autoria, de nº 43, de 2004, objetivando assegurar ao titular de um crédito decorrente de precatório – a preocupação do Ministro Nelson Jobim – o direito a um certificado que ateste o valor do crédito, para que o credor possa usá-lo em pagamento de seus tributos junto ao respectivo ente público – que pode ser a União, os Estados, os Municípios, ou o Distrito Federal – ou, caso não seja devedor de tributos, possa comprar imóveis novos ou bens destinados ao ativo fixo, se empresa, ou instrumentos de trabalho, se trabalhador autônomo, endossando o certificado para que o vendedor/endossatário possa usá-lo em pagamento de seus tributos.

Como se vê, povo brasileiro, Senadores e Senadoras, o Legislativo tem procurado cumprir o seu papel, não está sendo omisso. Tramita nesta Casa projeto de lei dessa natureza. Se o Judiciário cumprisse sua tarefa com a presteza necessária, já seria uma grande conquista para a Nação, para o Estado de direito.

Devo dizer a V. Ex<sup>as</sup> que, mais uma vez retornando a esta tribuna, faço uso da palavra para externar de forma clara, pública críticas ao Presidente do Supremo Tribunal Federal por entender que S. Ex<sup>a</sup>, embora represente a mais alta Corte de Justiça do País, precisa compreender que vivemos em um Estado democráti-

co de direito, e não em um estado absolutista, quando mandava o imperador, o rei, o ditador, o tirano...

Mas, diante das idéias iluministas, que na França teve o seu berço, o seu nascedouro, mais de perto pelas idéias de Locke, Montesquieu, que foram sedimentadas nos Estados Unidos da América do Norte, por ocasião da constituição da federação americana, vivemos sob a égide de três Poderes, e não de um único Poder. O Presidente do Supremo Tribunal Federal não pode desejar fazer as vezes, não apenas do Legislativo, o que seria honroso e necessário, mas querer fazer as vezes do Executivo, e o mais grave, do Legislativo, que representa, com muita legitimidade, a população brasileira. Portanto, é preciso que cada um dos Poderes procure se estabelecer, dentro dos seus limites, para que a harmonia entre os Poderes, no Estado de direito, faça prevalecer.

Faço, portanto, mais uma vez, esta crítica, porque estamos vivendo no Estado democrático de direito, onde o império não é de pessoas, mas é das leis, sobretudo da Lei Maior. E é assim que a Constituição determina. (Pausa.)

*Durante o discurso do Sr. Almeida Lima, o Sr. Jefferson Péres, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra, pela Liderança do PDT, por cinco minutos, ao Senador Jefferson Péres, para uma comunicação de interesse partidário. A seguir, falará, pela ordem de inscrição, o Senador Leomar Quintanilha, por dez minutos, com a presença de toda a Bancada de seu novo Partido.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apenas para fazer uma comunicação breve.

As instituições republicanas estão se deteriorando. Os três Poderes seriamente abalados, com enorme desprestígio ante a sociedade brasileira. Legislativo e Executivo, nem se fala... O próprio Judiciário começa a perder a sua majestade e cair na desestima popular, e não apenas nas suas instâncias inferiores, mas até mesmo na cúpula do Poder Judiciário. Juizes desses tribunais começam a se deixar seduzir pelo canto de sereia da política. Alimentam ambições e passam a comportar-se como pré-candidatos, o que é profundamente lamentável, pois lhes tira a isenção e aumenta a suspeita que as pessoas comuns do povo têm em relação às nossas instituições.

Para tomar uma medida legal que ao menos contenha, Sr. Presidente, essas ambições que levam alguns juizes a comportarem-se tão mal, apresentei

hoje um projeto que altera a Lei das Inelegibilidades para tornar inelegíveis, por dois anos após a aposentadoria, todos os magistrados.

Hoje, Sr. Presidente, um Ministro do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça pode renunciar em abril e ser candidato em outubro.

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – Senador Jefferson Péres, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Pois não.

**O Sr. Almeida Lima** (PMDB – SE) – Parabéns pela iniciativa.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador.

Quero criar um interstício obrigatório de dois anos. Pelo menos vai servir para coibir um pouco esses arroubos inaceitáveis da parte de membros de tribunais que compõem a cúpula do Poder Judiciário deste País.

Vou me tornar menos popular entre eles. Paciência, Sr. Presidente... Eu não entrei na vida pública para cultivar amigos. Se tiver de perdê-los, paciência. Eu poderia dizer, ao final da minha vida, como disse Graciliano Ramos ao deixar a Prefeitura de Palmeira dos Índios, em Alagoas: “Ao longo do meu mandato de prefeito, perdi muitos amigos. Não me fizeram falta”.

Era o que eu tinha a comunicar ao Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra, por dez minutos, o Senador Leomar Quintanilha, pela ordem de inscrição. A seguir, falará o Senador Garibaldi Alves Filho, também pela ordem de inscrição. (Pausa.)

Eu gostaria de registrar a presença das Deputadas Jandira Feghali, Vanessa Grazziotin, Perpétua Almeida e dos Deputados Inácio Arruda, Jamil Murad e Renildo Calheiros, membros do Partido do nosso Senador Leomar Quintanilha, que fará aniversário domingo.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PCdoB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, minhas homenagens aos ilustres Deputados integrantes da Bancada do PCdoB, que honram com suas presenças esta sessão.

Sr. Presidente, ocupo a tribuna desta Casa na tarde de hoje para anunciar, com enorme alegria, a minha filiação ao Partido Comunista do Brasil. Minha opção deveu-se ao fato de que o Partido tem um projeto para o Brasil que guarda coerência com o que tenho defendido ao longo da minha trajetória política. Tal projeto passa pelo crescimento econômico com justiça social, pela afirmação da independência e soberania nacionais e pelo aprimoramento da nossa democracia.

Retomo nesta Casa a representação do mais antigo Partido político em funcionamento no País. O Partido que nasceu há 83 anos da luta operária tem marcado de forma indelével a sua presença nos momentos mais difíceis da nossa história, quando estive à frente das mais justas causas populares. Encabeçou a resistência à ditadura militar, defendeu o processo de redemocratização do Brasil, participou decisivamente da campanha “O petróleo é nosso”. Teve também atuação destacada na conquista da anistia ampla, geral e irrestrita, que possibilitou o retorno à pátria e ao exercício da militância política de exponenciais figuras da vida pública brasileira. Enfim, o PCdoB tem sido uma importante trincheira daqueles que desejam transformar nossa pátria num país mais justo e solidário.

Foi essa dedicação dos comunistas às lutas populares e democráticas combinada com a proposta econômica e social progressista que me atraíram. Entro no partido por acreditar que nele encontrarei ambiente propício para juntos construirmos um projeto estratégico de desenvolvimento para o meu Estado que eleja o ser humano como prioridade. Um projeto que seja capaz de atender às necessidades mais elementares do cidadão, como o acesso à saúde, à alimentação, à moradia, à educação, e que combata o desemprego.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, nosso país enfrenta múltiplos desafios: encontrar o seu eixo de desenvolvimento econômico, retomar a capacidade plena de produção industrial, ampliar o nosso parque produtivo, elevar e diversificar a nossa pauta de exportações, investir em ciência e tecnologia e melhorar as condições de ensino são alguns deles.

No campo, é preciso dar maior apoio à agricultura brasileira, especialmente a familiar. São milhões de trabalhadores brasileiros que precisam de terra para alcançar a sua subsistência e a de suas famílias e viverem com dignidade. Intensificar o processo de reforma agrária, ampliar o crédito e a orientação técnica para o pequeno e médio produtor, investir na melhoria das condições de armazenagem, transporte e política de preços dos produtos são algumas providências que se impõem.

É necessário ainda conter as elevadas taxas de juros, que, nos patamares atualmente praticadas, inibem o crescimento econômico, oneram os cofres públicos e penalizam o setor produtivo, reduzindo sua capacidade de gerar emprego e agravando ainda mais a já profunda concentração de riqueza e as desigualdades sociais.

Trago, Sr. Presidente, o PCdoB de volta ao Senado da República. Restituo ao Partido a cadeira senatorial que um dia pertenceu ao líder Luiz Carlos

Prestes. Tenho plena consciência da importância histórica deste momento e da enorme responsabilidade que assumo. Não me faltará coragem. Não me faltará destemor para distinguir e honrar a história do PCdoB, bem como a sua dimensão e significado no cenário político nacional.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PCdoB – TO) – Concederei o aparte com enorme prazer, Senador. Aguarde um minutinho, por gentileza.

Trago a minha experiência de vida como bancário, pecuarista, político e cidadão brasileiro para somar forças e ajudar na aglutinação de todos aqueles que têm interesse e acreditam na redenção do nosso País.

Esse patrimônio coloco à disposição do Partido para ajudá-lo a crescer e a se firmar como uma organização com presença forte em todo o Brasil, inclusive e especialmente nos rincões do meu querido Tocantins.

Conheço a seriedade e o compromisso do PCdoB com a nossa pátria e com o nosso povo. Sei da sua tradição de lutas em defesa da soberania nacional e do nosso desenvolvimento com justiça social. Admiro o profundo respeito que o Partido nutre pela democracia plena, pelas diferenças de opiniões, credo e concepções políticas ou filosóficas.

O Brasil de grandes riquezas, de povo laborioso e realizador, de cultura diversificada, de prodigiosos talentos nas mais variadas áreas, do conhecimento à arte, certamente será capaz de enfrentar com êxito todos os desafios que se apresentam.

Granjeamos o respeito de outros povos, culturas e nações pela nossa capacidade de superar desafios e de marcar de forma pacífica a nossa presença no cenário político internacional.

O PCdoB está mais forte, mais coeso, mais maduro, pronto para contribuir com o enorme desafio de unir forças para transformar o Brasil e elevar as condições de vida de sua gente.

Concedo, com prazer, o aparte ao Senador Alberto Silva.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Senador Leomar Quintanilha, V. Ex<sup>a</sup> poderia estar em qualquer partido. V. Ex<sup>a</sup> é o Senador Quintanilha nesta Casa. Ambos temos defendido da tribuna as mesmas coisas em favor do menos favorecido, com aquele projeto que V. Ex<sup>a</sup> bem conhece, do biodiesel, reunindo a família do lavrador, criando situações de emprego e renda para eles, e V. Ex<sup>a</sup> sempre apóia a minha iniciativa com apartes. E agora eu quero estar aqui para apoiá-lo e dizer: em qualquer partido. Mas V. Ex<sup>a</sup> optou pelo PCdoB. Eu olho à minha esquerda e vejo grandes líderes da Câmara que vieram aqui. Naturalmente, se

o Regimento permitisse, S. Ex<sup>as</sup> já estariam falando. Mas peço licença para falar em nome deles, porque em cada um deles eu fiz um amigo, quando estive naquela Casa. São sérios, patriotas, e tratam o País e as suas leis com respeito. Por isso, tenho admiração por todos eles. E neles fiz grandes amigos. V. Ex<sup>a</sup> fala do PCdoB. Eu diria vamos falar do PCdoB ou de qualquer outro partido, mas vamos falar de homens que estão nele. E é por isso que nomeio esses cinco representantes que conheci e dos quais me tornei amigo pela seriedade, pelo patriotismo e pelo que S. Ex<sup>as</sup> representam no Congresso Nacional.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PCdoB – TO) – São homens e mulheres, Senador Alberto Silva.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Eu disse a Bancada de homens e mulheres. Muito obrigado.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PCdoB – TO) – Agradeço muito o gentil aparte de V. Ex<sup>a</sup> que só enriquece o registro que faço nesta Casa. E compartilho com V. Ex<sup>a</sup> as idéias que sempre defendemos desta tribuna, procurando, de forma sintonizada, alertar as autoridades responsáveis pelas mazelas que ainda infligem muito sofrimento a nossa gente, ao nosso povo.

Eu me somo a V. Ex<sup>a</sup> à saudação que faz aos eminentes representantes do PCdoB na Câmara dos Deputados, às queridas Deputadas e aos queridos Deputados que, em um deferimento especial, vêm a esta sessão para validar o registro que faço nas fileiras deste histórico, legendário e importante Partido.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PCdoB – TO) – Ouço, com muito prazer, o Senador Garibaldi Alves Filho.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Estou ouvindo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> com um misto de alegria e tristeza; tristeza porque V. Ex<sup>a</sup> está deixando o PMDB, mas alegria porque V. Ex<sup>a</sup> está indo para o PCdoB, o que significa que V. Ex<sup>a</sup> continua no caminho certo. Aliás, o PMDB já teve a oportunidade de ter em seus quadros lideranças do PCdoB, por ocasião da luta pela redemocratização do País. Eu mesmo, se não for pretensão, para disputar a Prefeitura da minha cidade de Natal, em 1985, contei com o apoio do PCdoB. Por isso, sou muito grato a esse Partido e respeito profundamente o seu ideário, as suas propostas, como respeito V. Ex<sup>a</sup>, que é Presidente de uma das comissões mais importantes desta Casa e que, como disse o Senador Alberto Silva, é um homem público dos mais respeitados. Cumprimento-o e congratulo-me não só com V. Ex<sup>a</sup> mas com os Parlamentares aqui presentes, Deputados que sabem que estão ganhando muito. O

PCdoB está escrevendo uma página importante na hora em que recebe V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PCdoB – TO)

– Senador Garibaldi, só tenho que manifestar uma profunda alegria por essas manifestações tão lisonjeiras de V. Ex<sup>a</sup>.

Tive a grata satisfação de compartilhar com V. Ex<sup>a</sup> momentos tensos, momentos difíceis, momentos alegres nesta Casa, nas comissões, em quaisquer das trincheiras em que lutamos juntos na defesa dos interesses maiores do povo, da brava gente do seu Estado, do meu Estado e do Estado brasileiro. É sempre uma alegria muito grande poder ombrear com V. Ex<sup>a</sup> nessas lutas que tivemos oportunidade de compartilhar.

Recordo-me, Senador Garibaldi, que a convivência nesta Casa, no Congresso Nacional – tenho de confessar que esta é a melhor, a mais completa, a mais ampla universidade, que jamais freqüentei –, foi extraordinária e enriqueceu muito a minha visão de País, de mundo, das pessoas. Pude compartilhar da experiência e da sapiência de Senador Alberto Silva, conviver com V. Ex<sup>a</sup>, que tanta experiência e tanto conhecimento traz a esta Casa, enfim, ter com os nossos Pares sempre uma convivência respeitosa, de respeito recíproco e mútuo. O respeito existe a tal ponto que, recentemente, o Líder do nosso Partido, o PMDB, quando eu lhe anunciava a minha decisão de filiar-me ao PCdoB, respondeu, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em alto e bom som, para muitas pessoas ouvirem: “Senador Leomar Quintanilha, V. Ex<sup>a</sup> é do PCdoB infiltrado no PMDB. Quanto às vagas e às posições que V. Ex<sup>a</sup> ocupava do PMDB, V. Ex<sup>a</sup> as continuará ocupando”. S. Ex<sup>a</sup> fez menção à exclusividade da Presidência da Comissão de Meio Ambiente, cuja decisão não pertenceria a ele, mas sim à Bancada. De maneira muito carinhosa, muito generosa, S. Ex<sup>a</sup> revelou, de forma muito clara, o relacionamento agradável, gostoso, simpático e sério que os membros desta Casa sempre mantiveram.

Por isso, sinto-me feliz, entendendo ser um passo importante na minha vida, como homem público, ingressar em um partido de tanta história, de tantas lutas, um partido intimamente ligado aos interesses maiores do povo brasileiro, notadamente o menor, o mais humilde, o mais pobre.

Por isso estarei, a partir de agora, empunhando a iluminada bandeira de lutas do PCdoB em prol do povo brasileiro, principalmente do mais humilde, do mais pobre, do mais necessitado, bem como na defesa intransigente dos interesses maiores do meu País.

É nessa trincheira de luta que me encontrarão sempre.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Garibaldi Alves Filho.

Em seguida, falará o Senador Alberto Silva.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, temos ocupado esta tribuna para chamar atenção para os Municípios do nosso País, para a situação das suas prefeituras, a qual nos deixa preocupados a cada dia que passa.

De um lado, temos a informação de que os repasses do Fundo de Participação dos Municípios estão caindo, a cada dia que passa, a despeito de o Ministério da Fazenda informar, no global, um crescimento desse repasse de recursos. Por outro lado, estamos tomando conhecimento, por meio de notícias trazidas pelos Prefeitos que aqui chegam, de que as parcelas pagas pelos precatórios asfixiam os Municípios. As parcelas pagas à Previdência deixam os Municípios sem nenhuma capacidade de investimento. Desse modo, os Municípios estão à míngua de recursos que lhes possibilitem ter um desempenho, no mínimo, razoável.

Essa situação dos Municípios se agrava, Senador Alberto Silva, do ponto de vista do apoio que eles deveriam ter com relação aos recursos a serem liberados pelo Orçamento Federal, sejam provenientes de emendas Parlamentares, sejam provenientes dos programas dos próprios Ministérios.

Como Presidente de uma Subcomissão dos Municípios desta Casa, chamo atenção para este debate. Mas não apenas para isso. Creio que deveríamos estar debatendo aqui o Orçamento da União, suas grandes linhas, os problemas da Nação em relação a ele. Mas de que adianta debater, se o Orçamento é uma peça de ficção? Se o Orçamento está aí diante de contingenciamentos cada vez mais expressivos? Não adianta discutir!

A dotação orçamentária das funções tão ligadas aos Municípios, como são as que dizem respeito ao próprio urbanismo, Presidente Senador Augusto Botelho, como aquelas que dizem respeito à habitação, ao saneamento básico.

Faço um apelo ao Ministério das Cidades. Sei que, às vezes, o que acontece é que o Ministério das Cidades se vê compelido, Senador Leomar Quintanilha, a trabalhar com dotações que são liberadas a contagotas pelo Ministério da Fazenda, que está buscando fazer um superávit primário cada vez maior.

**O Sr. Leomar Quintanilha** (PCdoB – TO) – Senador Garibaldi Alves, permita-me participar com V. Ex<sup>a</sup> desse raciocínio.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN)

– Pois não.

**O Sr. Leomar Quintanilha** (PCdoB – TO) – V. Ex<sup>a</sup> tem total razão quando argumenta sobre a situação em que vivemos. Eu, particularmente, entendia que a atribuição maior do Parlamentar seria, efetivamente, a execução orçamentária. Não poderia existir nada mais importante, desde que participássemos desde a sua elaboração até o acompanhamento da sua execução, porque não posso entender que tanto esta Casa quanto a Câmara dos Deputados sejam uma fábrica ininterrupta ou em série de leis. Seria imperativo que produzíssemos uma legislação consistente, que subsistisse por anos e anos, e que cuidássemos aqui, com prioridade, com acuidade, da execução orçamentária, que, lamentavelmente, é essa peça fictícia de que V. Ex<sup>a</sup> fala. Apesar de nos debruçarmos sobre o Orçamento, discutirmos sobre ele e o aprovarmos, sua execução fica num total desrespeito ao que está ali registrado. Faz-se da Lei Orçamentária uma letra morta, porque não há o cumprimento adequado das dotações que são ali aprovadas. Então, acho que nós é que temos que tomar uma providência nesta Casa, na Câmara, no Congresso Nacional, para transformar o Orçamento numa peça impositiva; não imutável, mas impositiva. E, uma vez confirmada a receita, a aplicação tem que ser imediata. Mas o que estamos assistindo é realmente uma aberração. Há essa abstração de recursos do Orçamento para a formação do superávit primário, como se o País não tivesse nada para ser feito, como se a educação estivesse uma maravilha, como se as estradas estivessem uma maravilha, como se o atendimento às demandas de saúde também não merecesse reparos. É difícil conviver com essa situação. Precisamos reagir, e acho que esta Casa pode inaugurar, sob a liderança de V. Ex<sup>a</sup>, um procedimento que nos encaminhe para uma mudança nesse Orçamento, para que ele possa ser efetivamente impositivo. Muito obrigado.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Senador Leomar Quintanilha, lembro a V. Ex<sup>a</sup> uma iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães no sentido de fazer com que o Orçamento se tornasse impositivo. Agora, sob a alegação de que esse projeto poderia engessar o Orçamento, não se discute, não se procura aprofundar a discussão dessa questão, que V. Ex<sup>a</sup> coloca muito bem, que é a execução orçamentária.

Ora, estou falando especificamente sobre dotações voltadas para o desenvolvimento dos Municípios. E seguem dados do Fórum Brasil do Orçamento. Execução Orçamentária e Superávit Primário: em 2005, foram alocados R\$2.672.403.620,00 para a função orçamentária do urbanismo; R\$721.555.000,00 para a habitação; e R\$196 milhões para o saneamento.

É verdade que sabemos, por exemplo, que habitação aqui não é só orçamento. Há os recursos do FGTS, há os recursos da própria Caixa Econômica, onerosos, mas voltados para a habitação, mas, na verdade, estão aqui presentes os recursos orçamentários. Agora veja V. Ex<sup>a</sup> o que acontece com a execução. Do início do ano até o final de agosto, foram executados 14% do valor dotado para o urbanismo, 3,95% do valor dotado para a habitação, e 5,84% do valor destinado ao saneamento básico. Sei que o saneamento básico dispõe de recursos e de empréstimos que podem não estar consignados nessa rubrica. Mas eu estou falando, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estou falando, Senador Leomar Quintanilha, dos recursos orçamentários, daquilo que se constitui num esforço da Nação brasileira para dar ao Governo a oportunidade de empregá-los bem e de investi-los melhor ainda.

Então, eu gostaria de dizer da minha preocupação, de agradecer a manifestação do Senador Leomar Quintanilha, que vem ao meu encontro.

O País experimentou, a partir da década de 30, com a industrialização da Era Vargas, um processo de urbanização violento. Essa defasagem de investimentos, diante dessa migração do campo para a cidade, criou uma realidade urbana muito precária em nosso País: núcleos urbanos desenvolvidos envoltos por periferias sem a estrutura urbana básica. O Ministério das Cidades realizou, recentemente, o seminário “O Desafio da Gestão das Regiões Metropolitanas em Países Federativos”, que constatou exatamente o empobrecimento de nossas regiões metropolitanas em face da migração de grande contingente populacional, que passa a habitar nesses verdadeiros bolsões de pobreza. Na verdade, são aqueles pequenos Municípios que, diante dessas crises, desses espasmos que acontecem, começam a expelir gente, contingente de brasileiros por aí afora, das pequenas para as grandes cidades, dos pequenos Municípios para os Municípios das regiões metropolitanas.

Por isso, Sr. Presidente, venho fazer um apelo no sentido de que possamos ver atendidas reivindicações mínimas. Aí está a reforma tributária. Quando foi para se “fatiar” a reforma tributária para atender ao Governo Federal, assim foi feito. “Fatiar” é o termo que está sendo usado. Na verdade, o termo seria “pinçar”; pinçar determinados dispositivos de interesse dos Municípios para fazê-los prevalecer. Então, quando foi para se “fatiar” para os Estados, atendeu-se, em parte, aos Estados. Agora os Municípios pedem uma pequena “fatia”, representada pelo aumento de 1% no Fundo de Participação, mas até agora não existe uma perspectiva real de votação, a despeito de o Ministro Antonio Palocci ter dito, diante do Presidente da Confederação

Nacional dos Municípios, Sr. Paulo Roberto Ziulkoski, diante de nós, como Presidente dessa Subcomissão do Senado, diante dos presidentes de outros fóruns, que no dia 26, na próxima semana, teremos uma audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, para votar esse aumento de 1%, que será um alívio, uma solução emergencial para os Municípios.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva por dez minutos. A Senadora Heloísa Helena está inscrita também, assim como o Senador José Maranhão, na repescagem.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nesta tarde ouvimos vários oradores da tribuna levantando questões sobre o Brasil, levantando questões que inquietam o povo. Falou-se que o povo brasileiro está indeciso, está temeroso, e é verdade. Falou-se que os municípios estão engessados, não podem cumprir o seu papel, porque os recursos que chegam a eles são tão poucos, e as obrigações são tantas, num País de desempregados, onde milhares de pessoas não têm um horizonte. Quando nasce o sol em sua casa, eles não sabem o que vão dar a sua família. Não há emprego, não há esperança. Neste Congresso, o que podemos fazer, além de legislar?

Disse o Senador Quintanilha, há pouco, num aparte ao Senador Garibaldi, que deveríamos trabalhar para elaborar uma lei que garanta que o Orçamento seja cumprido, uma lei que faça com que o Orçamento seja impositivo, não engessante, o que significa que o que for pactuado e votado será cumprido. Isso já aconteceu. Sou testemunha disso porque fui Governador no regime de exceção, no chamado regime militar, e no regime democrático. Naquela época, o Orçamento era rigorosamente cumprido. No regime democrático, dependendo de quem estivesse na presidência, ele também era cumprido. Mas hoje estamos vendo um desejo que não satisfaz a nós, representantes do povo, nem ao povo brasileiro: o de que se tenha que fazer um superávit primário para pagar juros, que não pagamos nunca nem acabamos nunca de pagar. Não é hora de fazermos uma negociação?

Na vida comum de cada um de nós, com a dívida que temos com o banco ou com qualquer estabelecimento de crédito, ou mesmo na farmácia, no supermercado, seja onde for, há sempre um espaço para negociação. Por que não negociamos essa dívida tremendamente elevada que sufoca o País, os Prefeitos,

os Estados e o povo e cada vez os aperta mais com impostos? No final, o que vemos? Que as necessidades do País não estão sendo atendidas.

Agora, por exemplo, há esse problema da febre aftosa. O próprio Ministro da Agricultura, que é empresário e grande ministro – vamos reconhecê-lo – admite que faltou dinheiro no momento exato. Outros dizem que não, que era dever dos proprietários, dos criadores cuidar desse lado.

Mas vejamos: se o Brasil hoje é o maior exportador de carne do mundo, o Governo tinha que ficar atento a isso. Se somos o maior exportador de carne, carne é algo que gera divisas para o País; e, se gera divisas, o Governo tem que estar atento para não deixar faltar nada a um setor que gera divisas e que poderia gerar bem-estar à população brasileira.

Há ainda os produtores de grãos de soja, por exemplo. Somos os maiores produtores de soja e exportadores do mundo. O Governo tinha que estar atento para que não faltassem recursos para esse setor produtivo de tamanha importância, que gera emprego.

Assim como disseram os nossos companheiros que ocuparam a tribuna hoje, como acabei de mencionar o Senador Garibaldi, creio que podemos trabalhar daqui para frente. No próximo ano, haverá eleição para escolha de um novo Presidente. Domingo agora haverá um plebiscito, para que se diga “sim” ou “não” à venda de armas. Os argumentos de um lado ou de outro nos levam à conclusão de que o problema não é esse. O assunto já foi discutido aqui.

O problema de segurança não é ter ou não ter arma. É que se instalou no País um clima em que as armas são entregues aos fora-da-lei, que impõem condições. Vi ontem no jornal que, numa determinada cidade do Estado do Rio de Janeiro, os fora-da-lei, que os jornais chamam de bandidos, determinaram um horário que deveria ser cumprido: quando fecha isso, quando abre aquilo. E quem manda? Eles, porque têm armas provenientes do narcotráfico.

Creio que o Governo, a esta altura, teria que aplicar em dois lugares bem claros o dinheiro para manter a célula viva desta Nação, que é o município, garantindo-lhe a sobrevivência, dando-lhe a arma de que precisa: recursos para o saneamento, educação, segurança e emprego, que teriam que ser garantidos. A Constituição o assegura. Contudo, não é cumprida, porque há contingenciamento. Então, há um equívoco.

Por que há contingenciamento? Porque o Orçamento não é suficiente para pagar as dívidas do País. Portanto, temos que consertar. Alguma coisa está errada. Estamos aqui fazendo o quê? Só leis ou aprovando as MPs que chegam aqui? Ou podemos contribuir como

devemos, como representantes que somos do povo que nos mandou para cá? O que devemos fazer?

Creio que está na hora de reunirmos homens como o meu amigo e grande ex-Governador da Paraíba, Senador José Maranhão, aqui presente, além do Senador Garibaldi Alves Filho. Devemos juntar as experiências de ex-Governadores que fomos para trazer a esta Casa um projeto de resolução que traga ao Governo uma saída, mas o Governo deve se comprometer a cumprir o que dissermos aqui.

E o que vamos dizer? Baixar esse juro? É um caminho. Delfim Netto diz que é. E é um grande economista. Mário Henrique Simonsen, um dos luminares brasileiros no campo da economia, se estivesse vivo, diria a mesma coisa. Roberto Campos, que esteve conosco aqui, diria a mesma coisa. Temos que encontrar uma maneira de não apertar o povo brasileiro, que já não tem como pagar, desempregado que está. O que se arrecadar deve ser aplicado de maneira que haja produção nos municípios.

Estou montando com alguns companheiros um projeto. Como trabalhei com o biodiesel, alguns dizem que eu sou o “pai do biodiesel”. Não. Fui alguém que tratou desse assunto há 30 anos e estou vendo agora que ele está em pauta. Todos falam em biodiesel, falam em plantar mamona, mas não se harmonizou ainda uma lei, um regulamento para cuidar do biodiesel. Propus ao Presidente Lula a criação da Biobras, para pôr ordem nessa casa nova, para produzir o combustível do futuro, porque o combustível fóssil está no fim – ele é finito.

O nosso País tem sol, solo, água e gente desempregada. O projeto que estou elaborando emprega três mil lavradores, em três Municípios do Piauí. Associá-los porque eles sozinhos, soltos, não vão a lugar nenhum. E essa associação é registrada. Conseguimos fazer com que o Banco do Nordeste concorde em que aquele Pronaf que é concedido ao lavrador – e ele leva para casa e pergunta à mulher “O que está faltando?” –, pela nossa proposta, seja depositado na conta do lavrador daquela associação. E o Banco do Nordeste concorda em doze meses. Todo mês, o cartãozinho dele só dá direito a retirar R\$250,00, mas chegamos à conclusão de que devemos trabalhar a economia doméstica dessas famílias, levando a elas o conhecimento da soja e do fogão. Encontrei um engenheiro, meu colega, que dizia: “Eu inventei o fogão a álcool”. E eu dizia: “Eu inventei um a carvão”. É tão barato o funcionamento, que vamos tentar instituir esses fogões que gastam pouco e que não causam vexame ao pobre lavrador, que está cozinhando o feijão, o botijão de gás seco e, como ele não possui meios, vai nos pedir R\$35,00.

Portanto, devemos ajudá-los, na economia doméstica, a obter um alimento barato. E a soja é um caminho. Não temos a cultura da soja, e sim a do feijão. A da soja nos ajudaria. Hoje mesmo, um de meus companheiros foi a minha casa e disse: “Eu troco o bife de carne por esse bife de soja”. E fui eu que fiz. Fui para a cozinha. Quero aprender para poder ensinar. Como não? Troco carne de boi por carne de soja. A carne e o leite de soja são tão baratos que a economia do lavrador passa a poder conviver com o mundo de hoje, tão cheio de discussão, tão sem esperança.

Por isso, na tarde de hoje, digo à minha gente, à gente do meu Estado e do meu País: Vamos ter esperança. Não vamos pensar que não tem remédio. Tem remédio sim; só não tem para a morte.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Alberto Silva?

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Com todo prazer, ouço o nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Senador Alberto Silva, não pretendo chamar V. Ex<sup>a</sup> de velho, até porque V. Ex<sup>a</sup> é uma pessoa tão ativa que temos inveja da vitalidade de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Mas gostaria de dizer que sou inteiramente solidário, sobretudo com a energia que V. Ex<sup>a</sup> revela, com a preocupação de resolver os problemas brasileiros. Quando V. Ex<sup>a</sup> ocupa a tribuna não o faz apenas para protestar, para dizer da sua indignação com o aspecto da vida brasileira, mas apresenta sugestões e soluções. Por isso mesmo, eu me congratulo com o Senador Alberto Silva.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Alberto Silva?

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Com a autorização do Presidente, ouço V. Ex<sup>a</sup> com muito prazer.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Eu também, Senador Alberto Silva, não faço o aparte por obrigação, mas com muita alegria, até porque sou e fui testemunha, durante todos os anos que passei aqui, mais do que da vitalidade política de V. Ex<sup>a</sup>, dos debates programáticos, das alternativas concretas, ágeis e eficazes que eram apresentadas. Para mim, era sempre constrangedor identificar alguém relatando uma matéria ou fazendo um debate sobre determinado tema que não fosse V. Ex<sup>a</sup>. Como sou muito estudiosa e disciplinada, eu até me sentia mal de falar sobre algum projeto relativo a determinados temas votados



na Casa. Quando não tinha V. Ex<sup>a</sup> como Relator, eu até comentava: “Estou aqui falando, mas, muito além do que estudei, aprendi com o Senador Alberto Silva aqui nesta Casa, trabalhando sobre o tema”.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Obrigada, Senadora.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Gostaria também de dar um testemunho. Na semana passada, recebi uma comissão do Movimento dos Sem-Terra do Pontal do Paranapanema, uma área muito difícil, de muitos conflitos, de muita violência no campo. Estavam José Rainha e vários outros militantes do MST. Quando estiveram comigo, falando sobre a questão da mamona e do biodiesel – e já haviam visto, pela TV Senado, V. Ex<sup>a</sup> tratar do tema –, liguei para o Senador Alberto Silva, que disse: “Estou à disposição. Marque com a equipe do Movimento dos Sem-Terra para que possamos conversar. Tenho o maior prazer em ajudar”. Enfim, independentemente de qualquer circunstância ideológica ou política, de pronto, V. Ex<sup>a</sup> se disponibilizou a receber aquela comissão a fim de discutir o que é essencial para a dinamização da economia local, para a geração de emprego, para a geração de renda, para a proteção econômica e, portanto, social dessas famílias, que, muitas vezes, são assentadas e ficam completamente à mercê do mercado transitório; que elas possam conhecer as alternativas específicas, a política de preços, as compras, o intermediário – ou não –, as pequenas indústrias de beneficiamento que podem ser estabelecidas. Portanto, publicamente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, que se colocou à disposição, como profundo conhecedor do tema, capacitado, competente tecnicamente, a fim de que pudéssemos realizar a reunião com José Rainha, com Alemão, com os militantes do Movimento dos Sem-Terra do Pontal do Paranapanema. Agradeço, portanto, a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alberto Silva.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena.

Sr. Presidente, permita-me apenas fazer um comentário final a respeito do que acabei de ouvir. A Senadora Heloísa Helena, batalhadora incansável, como todos os que aqui se encontram, me deixa sensibilizado quando fala que durante todo esse tempo aprendeu comigo, e lamenta que eu não estivesse, em algum momento, como Relator.

Mas, Senadora Heloísa Helena, a vida é assim mesmo. Fui prefeito duas vezes, e governador duas vezes, como tantos aqui. Está aí o companheiro Senador José Maranhão, Governador duas ou três vezes da Paraíba; e o Senador Garibaldi Alves Filho. E gostaria, Senadora Heloísa Helena, de vê-la, quem sabe... Os jornais dizem que V. Ex<sup>a</sup> é candidata a Presidente da

República, outros dizem que é candidata ao Governo do Estado de Alagoas. Mas sei, e aqui vejo, que todos nós, com os nossos conhecimentos, com a nossa disposição, temos um dever: o dever para com o País, para com a nossa gente. E V. Ex<sup>a</sup> é uma defensora intransigente do povo brasileiro, do povo de seu Estado.

Por isso, nesta tarde em que V. Ex<sup>a</sup> me dá mais entusiasmo, assim como o Senador Garibaldi Alves Filho acabou de me dar mais um empurrão, e tenho certeza de que também o Senador José Maranhão, que está ali e concorda comigo, pois somos companheiros da mesma jornada no Nordeste, faço votos de que V. Ex<sup>a</sup> não saia da política. Se terminar um mandato, terá outro. Deus há de iluminá-la a que não saia da vida pública brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador, que é um exemplo de entusiasmo e de raciocínio lógico para esta Casa, com idéias claras e soluções práticas, que, infelizmente, não foram adotadas, apesar de sugeridas.

Concedo a palavra, por ordem de inscrição, ao Senador José Maranhão, por dez minutos.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, a título de pós-aparte, gostaria de me referir, com duas palavras somente, ao Senador Alberto Silva. Todas as vezes que S. Ex<sup>a</sup> ocupa a tribuna, faço questão de ouvir seu pronunciamento, pois de suas palavras objetivas, claras, com o raciocínio de engenheiro que é, mas de político sensível aos problemas sociais, sempre traz muitas lições. E a lição maior que nos dá é a de que o espírito não tem idade. O homem se impõe pelos seus conceitos, pelos seus princípios, pelo seu ponto de vista e não pela sua idade física. Jovem é aquele que, como Alberto Silva, traz sempre a iluminação de idéias jovens, de idéias novas, de idéias revolucionárias.

Lembro-me de que, nos primeiros dias de meu mandato, pelo menos uma vez por semana, eu tinha a satisfação de ouvir Alberto Silva aqui, da tribuna, defendendo projetos que representavam propostas inovadoras para a administração pública. Inovadoras e sustentadas. Vamos usar o termo que está tão em voga: sustentada.

Decorridos dois anos, o Governo resolveu encampar uma das suas idéias. Ninguém mais de que ele falou desse assunto, o biodiesel, daqui da tribuna Senado da República. Alberto Silva foi pioneiro no lançamento dessa idéia e não se limitou a apresentá-la de forma panfletária. Ele apresentou essas idéias de forma objetiva, com projetos viáveis – não projetos ilusionistas daqueles que querem fazer magia com idéias

e com palavras retumbantes muitas vezes, mas com propostas absolutamente objetivas e viáveis.

Estávamos convencidos disso há muito tempo e, finalmente, o Governo resolveu se convencer – também rendo minhas homenagens ao Governo, porque aceitou as boas idéias, as novas idéias defendidas por Alberto Silva.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Peço licença a V. Ex<sup>a</sup>, para prorrogar a sessão por mais 20 minutos.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Agradeço a generosa decisão de V. Ex<sup>a</sup>, que vai permitir, tanto a mim quanto a outros oradores que vão me suceder nesta tribuna, fazer o seu pronunciamento.

Sr. Presidente, hoje quero, eu não diria bater na mesma tecla, mas falar sobre o mesmo assunto: a crise gerada pela erupção de um surto de febre aftosa no Mato Grosso do Sul.

Tenho ouvido muitos pronunciamentos a respeito dessa questão. Alguns têm realmente o objetivo de colaborar, de ajudar o Governo a se orientar, a escolher um norte, um caminho. O Presidente da República não precisava dizer que a responsabilidade pela febre aftosa ou pela não utilização da vacina que evita a febre aftosa é dos criadores. Na verdade, o primeiro responsável por essa questão é o Governo. Em primeiro lugar, porque a aftosa é um problema de saúde pública que afeta não somente a saúde dos animais, mas também a saúde da população nacional. Em segundo lugar, porque a febre aftosa traz prejuízos efetivos para o Brasil. O Governo anda muito preocupado com balança de pagamentos, com as exportações. Pois bem, a febre aftosa traz prejuízos ao Brasil. Este é um ponto.

Outro ponto, esse pequeno deslize verbal do Presidente da República deve-se ao fato de Sua Excelência ter sido mal-assessorado, tenho certeza. Certamente, antes de pronunciar aquela entrevista, ele não tinha conversado com o Ministro da Agricultura, pessoa altamente competente. Se tivesse conversado com o Sr. Roberto Rodrigues, se aconselhado com ele, certamente não teria feito aquela declaração, que motivou tanta exploração por parte de certos segmentos da imprensa e até da Oposição. Sim, porque o Presidente quis tirar o corpo e, ao mesmo tempo, chamou para si a responsabilidade.

Dizia Carlos Lacerda que o excesso de habilidade milita contra o habilidoso. Lá no sertão da Paraíba, dizemos: sabedoria demais é pecado. Sua Excelência jamais poderia ter dado aquela declaração, porque, se por um lado é dever dos pecuaristas vacinar o seu rebanho, por outro, é papel do Estado coordenar essa imunização que precisa ser feita no rebanho brasileiro.

Nós sabemos que no Brasil existem Estados onde a aftosa ainda não foi debelada. Muitos Estados. Estados até que têm peso na pecuária brasileira não conseguiram controlar, ainda, o surto de febre aftosa.

Não existe outro caminho, senão a vacinação continuada, permanente, constante, regular. Quem induz os proprietários, os pecuaristas a fazerem, com regularidade, essa vacinação? É o Governo. Aí, sim, é o papel do Governo: induzir, por intermédio de campanhas inteligentes.

Nós votamos aqui e aprovamos, há alguns meses, um acordo comercial com o Paraguai, sobre o qual até me pronunciei. Nesse acordo, havia uma cláusula que obrigava o Governo brasileiro a financiar a vacinação do rebanho do País vizinho, sob o argumento de evitar a transmissão de aftosa existente naquele País.

Ora, se o Brasil tem dinheiro para financiar a vacinação contra a aftosa em um país vizinho, por que não tem dinheiro para financiar a vacinação do seu próprio rebanho? Eu abordei essa questão quando se discutia aquele acordo comercial.

Então, a situação é esta. Não comporta polêmicas, porque o assunto é de uma clareza que não equivoca nem uma criança de cinco anos. Cabe ao Governo e ao Ministro da Agricultura, que considero um homem capaz, um homem da área, conhecedor dos problemas, no mínimo apresentar ao Congresso Nacional, à opinião nacional, por intermédio dos meios de comunicação, o que o Governo vai fazer.

Não estou aqui para fazer discurso de crítica, se não para apresentar essas observações, à guisa da justificativa do requerimento que vou apresentar à Mesa. O requerimento diz o seguinte:

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, considerando as perdas econômico-financeiras de mercado derivadas do surto de febre aftosa em Mato Grosso do Sul,...

E posso dizer aqui, sem nenhum caráter de alarma, que esse surto que grasse no Mato Grosso do Sul poderá ocorrer em vários Estados brasileiros em que a aftosa não está controlada. O próprio Ministério da Agricultura sabe que, quando o Estado atinge níveis de controle total, é emitido um certificado. Muitos Estados brasileiros não têm, ainda, esse certificado.

...além dos prejuízos para a reputação brasileira, como livre exportador de carne bovina, requeiro sejam prestadas pelo Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as seguintes informações. (...)

É bom que o Ministro responda a este pedido de informação que não tem nenhum objetivo de mistificar, de politizar essa questão que é econômica e não política.

1. Qual o efetivo prejuízo que o surto de febre aftosa identificado no Estado do Mato Grosso do Sul causou às exportações brasileiras de carne bovina e derivados?

O País precisa saber qual foi o prejuízo que teve com isso.

2. Qual a abrangência da área atingida pela doença no Mato Grosso do Sul?

Porque o surto de febre aftosa nunca é territorialmente geral, ele sempre acontece em lugares determinados, mas pode se alastrar, pode se alastrar porque não existe processo curativo para a aftosa; o que existe é o processo preventivo, a vacina, e a vacina não cura; alguns medicamentos podem até curar uma rês, um boi, uma vaca, um bezerro, mas com certeza o animal ficará com seqüelas que podem inclusive ser transmitidas ao homem.

3. Há incidência da doença em outros Estados da Federação e qual o efetivo do rebanho afetado?

Acrescento agora neste requerimento outro pedido: Quais os Estados brasileiros que ainda estão sujeitos à ocorrência de febre aftosa? Nesses Estados, o que o Governo pretende fazer no sentido de estimular a vacinação, de ajudar na vacinação?

Acredito que, dentro desta emergência, seria até lícito que o Governo subsidiasse as vacinas, isentasse-as de tributos, impostos, de modo a torná-las mais acessíveis aos pecuaristas, sobretudo aos pequenos. Conheço essa resistência à vacinação, que ocorre mais entre os pequenos criadores e por motivos econômicos.

5. Quais os recursos envolvidos para evitar a propagação de novos surtos?

Isso é importante. Temos que sair da situação de acusadores do Governo por causa desse surto. Nesse aspecto, o Governo teve muita culpa quando tentou jogar a responsabilidade, única e exclusivamente, para os pecuaristas do Brasil. Ele teve muita culpa porque aí chamou para si todas as responsabilidades no julgamento da opinião pública.

Então seria bom que o Ministro da Agricultura respondesse a esse pedido de informação que encaminho agora à Mesa do Senado, muito mais em consideração à opinião nacional do que propriamente a esta Casa da representação popular brasileira.

Concedo um aparte ao Senador Alberto Silva.

**O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI)** – Se me permite, Sr. Presidente, gostaria de me congratular com o Senador José Maranhão por esse requerimento e, ao mesmo tempo, pela maneira como S. Ex<sup>a</sup> o propõe. Essa resposta, Senador José Maranhão, talvez nos permita formular aqui uma proposta para o Governo. Eu dizia há pouco que, se o Brasil é o maior exportador de carne do mundo, atingiu esse patamar, a pecuária deve ser olhada pelo Governo com o maior interesse. Ele não pode deixar esse setor cair. E do que depende um rebanho tão grande como o nosso? Que haja prevenção. V. Ex<sup>a</sup> disse com muita propriedade: trata-se de uma questão de saúde pública. E, na verdade, é uma questão econômica. Se o Governo aplicar R\$ 100 milhões ou R\$ 150 milhões em vacinação agora, como foi proposto por V. Ex<sup>a</sup>, ele vai ganhar muito mais na exportação dessa quantidade imensa de carne que o Brasil tem. Parabéns V. Ex<sup>a</sup> por esse oportuno requerimento e conclamo todos nós, a começar por V. Ex<sup>a</sup>, que foi Governador e que tem experiência de gerência, e como político também, a fim de que façamos algo para ajudar o Governo. Tudo bem, devemos aconselhar se for preciso, mas também apresentar propostas. Estamos prontos. V. Ex<sup>a</sup> está sendo muito feliz e oportuno quando requer e, ao mesmo tempo, se propõe a contribuir para que se resolva de uma vez esse problema.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Apenas para ilustrar o seu aparte, eu lembraria que agora mesmo a Imprensa nacional e internacional está divulgando, com muita frequência, os efeitos da chamada gripe asiática, que assolou a avicultura de países asiáticos.

Há alguns anos, a Inglaterra – quem diria, um país de Primeiro Mundo – teve um surto da chamada vaca louca, que deu prejuízos colossais àquele País não somente no que respeita à exportação mas também em termos de consumo interno. As pessoas se negavam a consumir a carne. Foi preciso que o Governo explicasse à população onde havia aquele surto, qual era a região atingida por ele. Mesmo assim, ainda durante muito tempo, prevaleceu uma desconfiança muito grande da população com relação à carne bovina, e as pessoas procuravam outras alternativas: peixe, aves, etc.

Portanto, essa questão precisa ser enfrentada, sobretudo pelo Ministério da Agricultura. O Ministro da Agricultura é um homem que tem muita vivência e experiência neste assunto. Entretanto, não sei se S. Ex<sup>a</sup> está tendo os recursos financeiros necessários para implementar esta e outras providências, que são absolutamente essenciais para garantir a produção, tanto pecuária como agrícola, no País.

Na última vez em que estive com o Ministro, senti-o pessimista ou pelo menos extremamente inconfor-

mado com os cortes que estavam sendo impostos ao seu orçamento, e uma das coisas que S. Ex<sup>a</sup> alegou foi o problema da vacinação.

Não podemos abrir mão de discutir esta questão. Sobretudo, devemos ter uma participação mais ativa e objetiva, oferecendo sugestões que, porém, têm que vir com base em informações que o próprio Governo precisa dar, informações claras, precisas, com muita transparência, porque, afinal de contas, não é motivo para o Governo se envergonhar ou para se sentir diminuído com a ocorrência de um fato natural em função de imprudência e omissão que não vêm deste Governo. O quadro de dependência da febre aftosa é crônico no Brasil e já vem de muitos Governos.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 478, DE 2005**

(Nº 1.637/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Terenos – MS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terenos, Estado de Mato Grosso do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 157, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Terenos – MS a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terenos, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 885, DE 2004**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 137, de 16 de abril de 2004 – Associação Novo Horizonte dos Pequenos Produtores

Rurais e Moradores do Bairro Santa Cruz, na cidade de Palmas de Monte Alto – BA;

2 – Portaria nº 138, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão e Ação Social – Jerusalém, na cidade de Pé de Serra – BA;

3 – Portaria nº 139, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de Rio do Antônio – ACOMPPRA, na cidade de Rio do Antônio – BA;

4 – Portaria nº 146, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada – GO e Distritos, na cidade de Cachoeira Dourada – GO;

5 – Portaria nº 157, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Terenos – MS, na cidade de Terenos – MS;

6 – Portaria nº 160, de 16 de abril de 2004 – Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Salgado São Félix – PB, na cidade de Salgado de São Félix – PB;

7 – Portaria nº 161, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária Nossa Senhora da Penha, na cidade de Gameleira – PE;

8 – Portaria nº 164, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Florestópolis, na cidade de Florestópolis – PR; e

9 – Portaria nº 170, de 16 de abril de 2004 – Associação Cultural e Artística de Sertaneja – ACASE, na cidade de Sertaneja – PR.

Brasília, 15 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 153 EM

Brasília, 11 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Terenos – MS, situada na cidade de Terenos, no Estado do Mato Grosso do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações

permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53.670.001.763/01, que ora faço acompanhar, conta finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

#### **PORTARIA Nº 157, DE 16 DE ABRIL DE 2004**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.670.061.763/01 e do Parecer/Conjur/MC nº 403/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Terenos – MS, com sede na Rua Eduardo Carlos Glagau, nº 52, Vila Demetria Veiga, na cidade de Terenos, no Estado do Mato Grosso do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-à pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º27'03"S e longitude em 54º51'57"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

#### **RELATÓRIO Nº 37/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC**

**Referência:** Processo nº 53.670.001.763-01, protocolizado em 17-9-2001.

**Objeto:** Requerimento para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Terenos – MS, localidade de Terenos, Estado de Mato Grosso do Sul.

#### **I – Introdução**

1. A Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Terenos – MS, inscrita no CNPJ sob o número 04.669.181/0001-02, no Estado do Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Eduardo Carlos Glagau, nº 52, Vila Demetria Veiga, cidade de Terenos, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 17 de setembro de 2001, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU** de 16 de agosto de 2001, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras duas (2) entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação de Difusão Comunitária a Voz para Liberdade de Temos – MS – Processo nº 53.700.000.133/01, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos utilizando-se o critério da representatividade, constatou-se que esta Entidade conta com menor número de manifestações de apoio que sua concorrente, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 9882, datado de 5/10/02. (cópia anexa)

b) Associação Rádio Comunitária Terena FM – Processo nº 53.700.000.134/01, arquivado pelos

seguintes fatos e fundamentos utilizando-se o critério de representatividade, constatou-se que esta Entidade conta com menor número de manifestações em apoio que sua concorrente conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 9883, datado de 15-10-02. (cópia anexa)

## II – Relatório

### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente

processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Elvira Mathias de Oliveira s/nº – Centro, na cidade de Terenos, Estado do Mato Grosso do Sul, de coordenadas geográficas em 20º26'30"S de latitude e 54º52'00"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas e endereço propostos foram retificados passando a estar na Rua N, nº 456 – Bairro: Vila Ferreira em 20º27'03"S de latitude e 54º51'57"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 16-8-01.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 98, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Depar-

tamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, IV, IX e X da Norma nº 2/98, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede Diante da regularidade técnico –jurídica a Entidade foi selecionada, tendo sido solicitada à apresentação do projeto técnico (fls. 101 a 213).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 189/190, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 214 e 215. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 213 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos à maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos

XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de outorga de serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Terenos – MS

#### • quadro diretivo

Presidente: Francisco de Assis da Silva  
Vice-presidente: Carla Castro Rezende Diniz Brandão  
1º Secretário: Humberto Pereira  
2º Secretário: Gilberto Antero  
Tesoureira: Keylle Louise Lima de Rezende Xavier

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua N, nº 456 – Vila Ferreira, cidade de Terenos, Estado do Mato Grosso do Sul.

#### • coordenadas geográficas

20º27'03" de latitude e 54º51'57" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 214 e 215, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 189 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Terenos – MS, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no

Processo Administrativo nº 53.670.001763/01, de 17 de setembro de 2001.

Brasília, 4 de fevereiro de 2004. – **Sibela Leandra Portela**, Relatora da conclusão Jurídica, Chefe de Divisão / SSR – **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Divisão /SSR, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 4 de fevereiro de 2004. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 4 de fevereiro de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 37/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 4 de fevereiro de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica Substituto.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

#### Nº 479, DE 2005

(Nº 1.640/2005, na Câmara dos Deputados)

#### **Aprova o ato que autoriza a Associação Esperança e Liberdade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candiba, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 653, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Esperança e Liberdade a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Candiba, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 887, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo

relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 2.953, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 628, de 9 de dezembro de 2003 – Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana – FUNCRAVA, na cidade de Valença – PI;

2 – Portaria nº 530, de 8 de outubro de 2003 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura, na cidade de Lages – SC;

3 – Portaria nº 572, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária dos Moradores de Cacimba de Areia, na cidade de Cacimba de Areia – PB;

4 – Portaria nº 583, de 5 de novembro de 2003 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Jaguaruna, na cidade de Jaguaruna – SC;

5 – Portaria nº 653, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Esperança e Liberdade, na cidade de Candiba – BA;

6 – Portaria nº 688, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Candelariense – ACOM-CAN, na cidade de Candelária – RS;

7 – Portaria nº 721, de 15 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso, na cidade de São Sebastião do Paraíso – MG;

8 – Portaria nº 768, de 22 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Ágape Mantense de Radiodifusão, na cidade de Mantena, – MG; e

9 – Portaria nº 773, de 22 de dezembro de 2003 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária, na cidade de José Boiteux – SC.

Brasília, 15 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 636 EM

Brasília, 26 de dezembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Esperança e Liberdade, na cidade de Candiba, Estado da Bahia, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de ma-

neira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53640.001296/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

#### **PORTARIA Nº 653, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2003**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53640.001296/98 e do Parecer/Conjur/MC nº 1426/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização a Associação Esperança e Liberdade., com sede na Rua Castro Alves, s/nº – Centro, na cidade de Candiba, Estado da Bahia, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 14º24'29"S e longitude em 42º51'57"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no



prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

### RELATÓRIO Nº 285/2003-DOSR/SSR/MC

**Referência:** Processo nº 53.640.001.296/98, protocolizado em 14 de setembro de 1998.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Esperança e Liberdade, localidade de Candiba Estado da Bahia.

#### I – Introdução

1. A Associação Esperança e Liberdade, inscrita no CNPJ sob o número 02.706.641/0001-91, no Estado da Bahia, com sede na Rua Castro Alves, s/n – Centro, cidade de Candiba, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 05 de setembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU** de 18 de março de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento á citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

#### II – Relatório

##### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de

Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 06-08-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Castro Alves, s/n, na cidade de Candiba, Estado da Bahia, de coordenadas geográficas em 14º24'29"S de latitude e 42º51'57"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 18-3-1999.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 110 e 111, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, IV, V e VIII da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 114 a 206).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 183, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 207 e 208. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço,

diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 208 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação Esperança e Liberdade;

#### • quadro diretivo

Presidente: Regina Lima de Azevedo Carvalho  
 Vice-presidente: Vanuza Moreira Costa da Silva  
 1ª Secretária: Helena Rosa Moitinho  
 2ª Secretária: Maristela de Oliveira Silva

1º Tesoureiro : Valdimir Pereira Reis

2ª Tesoureira: Aparecida Nunes Rodrigues Barbosa

Dir. Patrim.: Raimundo José de Oliveira

2º Dir. Patrim.: Ana Lúcia Silva (ilegível)

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Castro Alves, s/nº – Centro, cidade de (???), Estado da Bahia

#### • coordenadas geográficas

14º24'29" de latitude e 42º51'57" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 207 e 208, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 183 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Esperança e Liberdade, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na modalidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº (??) 3.640.001.296/98, de 14 de setembro de 1998.

Brasília, 13 de outubro de 2003. – **Aline Oliveira Prado**, Relatora da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relatora da conclusão Técnica  
 De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços. Brasília, 14 de outubro de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica. Brasília, 14 de outubro de 2003. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 285/2003/DOSR/SSR/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 14 de outubro de 2003. – **Eugênio de Oliveira Fraga**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 480, DE 2005

(Nº 1.662/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Cultural de**

### **Timbó a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 694, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Cultural de Timbó a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### **MENSAGEM Nº 917, DE 2004**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 694, de 9 de dezembro de 2003, que outorga autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural de Timbó para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina.

Brasília, 20 de dezembro de 2004. – **Luis Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 591 EM

Brasília, 26 de dezembro de 2003.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Difusão Cultural de Timbó, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto

com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53820.000611/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

### **PORTARIA Nº 694, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2003**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53820.000611/98 e do Parecer/Conjur/MC nº 1.466/2003, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Difusão Cultural de Timbó, com sede na Rua General Osório, nº 311, sala nº 202 – Centro Comercial Diplomata, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 26º49'32"S e longitude em 49º16'00"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no

prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

### **RELATÓRIO Nº 316/2003-DOSR/SSCE/MC**

**Referência:** Processo nº 53820.000.611/98, protocolizado em 02 de setembro de 1998.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Comunitária de Difusão Cultural de Timbó, localidade de Timbó, Estado de Santa Catarina.

#### **I – Introdução**

1. A Associação Comunitária de Difusão Cultural de Timbó, inscrita no CNPJ sob o número 02.686.476/0001-53, no Estado de Santa Catarina, com sede na Rua General Osório, 311 – sala 202 – Centro Comercial Diplomata, cidade de Timbó, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 02 de setembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 09 de setembro de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento á citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

#### **II – Relatório**

##### **• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a

documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua General Osório, 311 – sala 202, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, de coordenadas geográficas em 26º49'32"S de latitude e 49º16'21"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas propostas foram retificadas, passando a estar em 26º49'32"S de latitude e 49º16'00"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 9-9-1999.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 61, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II e VIII da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente, declaração do endereço da sede e documento declarando que a Entidade não possui vínculos, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido apresentado projeto técnico voluntariamente (fls. 77 a 113).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 61, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 73 e 74. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 113 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação Comunitária de Difusão Cultural de Timbó;

#### • quadro diretivo

Presidente: Dionei José Stringari

Vice-presidente: Adenis René Lenzi

Secretário Geral: Odair Krönke

2º Secretária: Mirian Maria Floriani Berto

1º Tesoureiro: Álvaro Loes

2º Tesoureiro: Zenaide Loes

Dir. Social: Renato da Silva

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua General Osório 311 2º andar, sala 202 – Centro, cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina;

#### • coordenadas geográficas

26º49’32” de latitude e 49º16’00” de longitude, correspondentes aos dados dipostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls.73 e 74, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 61 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Difusão Cultural de Timbó, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.820.000.611/98, de 02 de setembro de 1998.

Brasília, 28 de outubro de 2003. – Relator da conclusão Jurídica. Relator da conclusão Técnica. – **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços. Brasília, de outubro de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica. Brasília, 29 de outubro de

2003. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 316 /2003/DOSR/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 29 de outubro de 2003. – **Eugenio de Oliveira Fraga**. – Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – Decisão Terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

**Nº 481, DE 2005**

(Nº 1.666/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amargosa, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 449, de 28 de agosto de 2003, que outorga permissão à Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amargosa, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 65, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 449, de 28 de agosto de 2003, que outorga permissão à Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Amargosa, Estado da Bahia.

Brasília, 10 de fevereiro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 378 EM

Brasília, 11 de setembro de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 050/2000-

SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Amargosa, Estado da Bahia.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. (Processo nº 53640.000318/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

### PORTARIA Nº 449, DE 28 DE AGOSTO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640.000318/2000, Concorrência nº 050/2000-SSR/MC, e do Parecer Conjur/MC nº 875, de 28 de julho de 2003, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Bispo Guaporé Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Amargosa, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º o contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tomar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira**.

# CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL BISPO GUAPORÉ RADIODIFUSÃO LTDA

SENADO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
ORIGINAL  
Em 26/NOV/2007



Denominação Social: "BISPO GUAPORÉ RADIODIFUSÃO LTDA, com sede na cidade à BR: 364, KM: 05, saída para Presidente Medici, CEP: 78961-970, Ji-Paraná estado de Rondônia, tem como objetivo a execução de serviços de Radiodifusão sonora ( AM, FM, OM, OT e OC ), de sons e imagens ( TV ) e de televisão por assinatura ( TVA ).

Síntese: **PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL PARA:**

- 1- Inclusão de cláusula no contrato social.
- 2- Alteração de Capital Social

Por este instrumento de alteração de contrato social da sociedade por cotas de responsabilidade limitada, os abaixo assinados:

"GENEBALDO DA SILVA BISPO", Brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado à AV. 25 de Agosto, Nº: 5107, centro, nesta comarca de Rolim de Moura, portador da cédula de identidade RG: 9.110.121 SSP/SP, e do CPF/MF: 084.617.405-72.

"JAIR DA SILVA BISPO", brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à AV. Macapá, Nº: 5363, centro, nesta comarca de Rolim de Moura/RO, portador da cédula de identidade RG: 1.891.487 SSP/BA, e do CPF/MF: 459.491.749-68.

Únicos sócios da empresa denominada "BISPO GUAPORÉ RADIODIFUSÃO LTDA", cujos atos de constituição e alteração estão arquivadas na JUCER – Junta Comercial do Estado de Rondônia, com o respectivo nº:

- Registro do Contrato dia 02/05/00 N.º 112/0035016,

### 1- INCLUSÃO DE CLÁUSULA:

Fica neste ato acrescentado as seguintes cláusulas no contrato social:

I – O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras;



II – O quadro do pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3( dois Terços ) de trabalhadores brasileiros;

III – A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão

IV – As cotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, e;

V – A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Parágrafo Único – As empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima deverão, ainda, fazer constar em seu estatuto social as ações representativas do capital social serão sempre nomeadas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em. 26 NOV 2002

## 2 - DO CAPITAL SOCIAL E DAS COTAS

### 2.1 – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social que é de R\$ 40.000,00 ( Quarenta Mil Reais ), fica alterado neste ato para R\$ 70.000,00 ( Setenta Mil Reais ), divididas em 70.000 ( Setenta Mil ) cotas, no valor unitário de R\$ 1,00 ( um real ), integralizados neste ato, em moeda corrente nacional e vigente no país.

### 2.2- DAS COTAS

Capital Social acha-se distribuído entre os sócios quotistas da sociedade, na forma abaixo discriminada:

SOCIO	%	COTAS	VALOR( R\$ )
JAIR DA SILVA BISPO	71,43	50.000	50.000,00
GENEBALDO DA SILVA BISPO	28,57	20.000	20.000,00
	=====	=====	=====
TOTAL	100,00	70.000	70.000,00

### 3 – CONSOLIDAÇÃO:

O contrato social fica consolidado da seguinte forma:

AUTENTICAÇÃO  
CARTÓRIO DA VILA BRASÍLIA  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Vila Brasília 70 JUL. 2000  
Bráulmar Queiroz Brasil  
Oficial Tabelião

### CLÁUSULA PRIMEIRA:

A sociedade girará sob a denominação social **BISPO GUAPORÉ RADIODIFUSÃO LTDA**, com sede na cidade de **JI-PARANÁ**, à BR: 364, KM: 05, SAÍDA PARA PRESIDENTE MEDICI, CEP: 78961-970, JI-PARANÁ/RO, podendo instalar ou suprimir filiais, agências e recursais em qualquer ponto do território nacional após prévia autorização de Poder Público concedente



## CLÁUSULA SEGUNDA:

A sociedade tem como principal objetivo: a execução de serviços de radiodifusão sonora ( AM, FM, OT e OC ), de sons e imagens ( TV ) e de televisão por assinatura ( TVA ), seus serviços afins ou correlatos tais como:

- Serviços especiais de música
- Repetição ou retransmissão de sons ou imagens
- Imagens de radiodifusão
- Intermediação publicitárias
- Publicidade
- Apoio em marketing e produção de áudio vídeo
- Edição de jornais e revistas
- Produção de panfletos
- Anuários e documentários, sempre com

finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como: exploração de concessão ou permissão, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

Serviço Público Federal  
 Serviço de Comunicações  
 CONFERE ORIGINAL  
 Em 26/NOV 2007

## CLÁUSULA TERCEIRA:

I – O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras;

II – O quadro do pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 ( dois Terços ) de trabalhadores brasileiros;

III – A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão

IV – As cotas ou ações representativas do capital social serão inalienáveis e incaucionáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, e;

V – A empresa não poderá efetuar nenhuma alteração do seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Parágrafo Único – As empresas constituídas sob a forma de sociedade anônima deverão, ainda, fazer constar em seu estatuto social, que as ações representativas do capital social serão sempre nominativas..

*[Handwritten signature]*

## CLÁUSULA QUARTA:

### DO INÍCIO E VIGÊNCIA DA SOCIEDADE

O início das atividades será em: 01 DE MAIO DE 2000  
o prazo de duração da sociedade, será por tempo indeterminado.

## CLÁUSULA QUINTA:

### DO CAPITAL SOCIAL E SUA DIVISÃO

O capital social é de R\$: 70.000,00 ( Setenta Mil Reais ), dividido em 70.000 ( Trinta Mil ) cotas de R\$: 1,00 ( Um Real ) cada, integralizado em moeda corrente nacional neste ato à importância total, distribuído entre os sócios, da seguinte forma:

SÓCIO	%	COTAS	VALOR( R\$ )
JAIR DA SILVA BISPO	71,43	50.000	50.000,00
GENEBALDO DA SILVA BISPO	28,57	20.000	20.000,00
	=====	=====	=====
TOTAL	100,00	70.000	70.000,00

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A responsabilidade de cada sócio é limitada nos termos do Decreto nº: 3.708/19, ao valor total do capital social.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As cotas representativas do capital social são incaucionáveis e inalienáveis direta e indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas, dependendo qualquer alteração contratual, bem como, qualquer transferência de cotas de prévia autorização do poder Público concedente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As cotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

**PARÁGRAFO QUARTO:** As cotas são livremente transferíveis entre os quotistas, desde que haja prévia autorização do Poder Público Concedente.

SERVIÇO DE REGISTRO FEDERAL  
DIRETORIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 28 NOV 2002

**CLÁUSULA SEXTA:**

A propriedade da empresa é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** É vedada a participação de pessoa jurídica no capital social da empresa, exceto a de partido político e de sociedade cujo capital pertença exclusivamente e nominalmente a brasileiros.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A participação referida no parágrafo anterior só se efetuará através de capital sem direito a voto e não poderá exceder a 30% ( Trinta por Cento) do capital social

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DE COMUNICAÇÕES  
CONFERE ORIGINAL  
Em. 26 NOV 2002

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

Os encargos de gerentes, procuradores, administradores, locutores e encarregados das instalações radioelétricas, somente serão exercidos por brasileiros natos, de acordo com o estipulado no Artigo 8 ( Oitavo ) do Decreto nº: 52.795/63, sendo que, o quadro de pessoal será composto, no mínimo, por 2/3 ( Dois Terços ) de trabalhadores nacionais.

**CLÁUSULA OITAVA:****DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

A gerência da empresa será exercida pelo sócio **GENEBALDO DA SILVA BISPO**, no cargo de **Gerente** a quem caberá a representação ativa ou passiva judicial ou extrajudicial da sociedade, a ele cabendo, quando na representação legal as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes da sociedade por cotas de responsabilidade limitada.

**CLÁUSULA NONA:**

O uso da denominação social caberá ao (s) gerente(s) nomeado(s) na cláusula Sétima, em juízo ou fora dele, somente em negócios que consultem os interessados sociais, ficando pois, defeso o seu uso em transações estranhas aos objetivos sociais, especialmente em: avais, fianças, abonos, endossos, etc., respondendo civil e criminalmente pelos excessos que praticarem.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O(s) a(s) gerente(s) terá(ão) direito a uma retirada mensal, cujo valor será de 01 ( Um ) salário mínimo mensal, a título de pro-labore, levada a débito na conta de despesas da sociedade observados os limites estabelecidos pela legislação do imposto de renda, exercido no exercício financeiro.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 28 NOV 2002

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

O(s) a(s) gerente(s), depois de ouvido o Poder Público Concedente, poderão em nome da entidade, nomear procuradores para a prática de gestão administrativa e orientação intelectual, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos, com prazo de duração determinado, não superior a 01 ( Um ) ano, e especificando os atos ou operações que poderão praticar, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, provada essa condição.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:**

Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou a totalidade de suas cotas de capital, tendo preferência absoluta, para a aquisição, os demais sócios, que deverão ser comunicados, por escrito, com uma antecedência mínima de 30 ( Trinta ) dias.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A aquisição das cotas de capital será efetuada pelo(s) sócio(s) na proporção direta do percentual do capital social de que for(em) detentor(es).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

Em caso de retirada, inabilitação, interdição ou morte de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá desde que o(s) sócio(s) remanescente(s) providenciem um balanço geral, na data do evento para apuração dos direitos e deveres do sócio retirante, inabitado, interdito ou falecido, pagando ao mesmo, ou aos herdeiros legais do falecido, seus direitos e haveres mediante a emissão de 12 ( doze ) notas promissórias, pagáveis a primeira no ato da emissão e as restantes sucessivamente de trinta em trinta dias, com os juros e taxas legais.

*Handwritten scribbles and initials, possibly "15".*

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

Excetuada a hipótese de sucesso hereditária, não será permitida a transferência de concessão ou permissão, antes do prazo previsto no Artigo 91 do Decreto nº: 52.795/63, com a redação dada pelo Decreto nº: 91.837/85.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
 CONFERE COM O ORIGINAL  
 Em 26 NOV 2002

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

O exercício coincidirá como ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço geral da sociedade como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos cotistas na proporção de suas cotas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

A distribuição de lucros será sempre sustada quando verificar-se a necessidade de atender a despesas inadiáveis ou que impliquem o funcionamento das estações.

AUTENTICAÇÃO  
 CARTÓRIO DA VILA BRASÍLIA  
 CONFERE COM O ORIGINAL  
 Vila Brasília 7 JUL. 2000  
 Basilmir Queiroz Brasil  
 Oficial Tabelião

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

Em caso de liquidação, os próprios cotistas serão liquidantes, ficando estipulado que o patrimônio social, depois de liquidado todo o passivo, será distribuído aos sócios na proporção das cotas que cada um possuir.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

A partir do instante em que a sociedade seja concessionária ou permissionária de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, nenhuma alteração poderá ser feita sem a prévia e expressa autorização do Poder Público Concedente.

SENADO FEDERAL  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 26 NOV 2002!

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA:

O instrumento da alteração contratual será assinado, necessariamente por sócios que representem a maioria do capital social e, havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no Órgão Público competente e ressalva dos direitos dos interessados.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA:

A sociedade por todos os seus cotistas se obriga a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelos Poderes Públicos Concedentes.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:

Os sócios cotistas declaram que não estão incurso em crimes previstos em lei que impedem de exercer a atividade mercantil.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:

Os casos não previstos no presente instrumento serão resolvidas de acordo com os dispositivos legais que regulam o funcionamento das sociedades por cotas de responsabilidade limitada, pelos quais a entidade se regerá e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:**

Para dirimir quaisquer dúvidas que não possam ser resolvidas amigavelmente fica desde já eleito o foro da sede da sociedade com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por assim acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 ( Três ) vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas que também o assinam para que possa produzir os efeitos legais desejados.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 26 NOV 2002

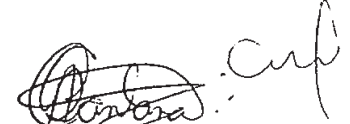
Ji-Paraná – RO, 19 de Junho de 2.000

  
Genebaldo da Silva Bispo

  
Jair da Silva Bispo

**AUTENTICAÇÃO**  
CARTÓRIO DA VILA BRASÍLIA Nº 200-2100  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Vila Brasília 70 JUL 2000  
Brasília Queiroz Brasil  
Oficial Tabelião

**Testemunhas:**

  
Antonio Carlos Santana  
RG: M-4.150.493 SSP/RO

  
Adilson Santos da Silveira  
RG: 469.527 SSP/RO

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 482, DE 2005**

(Nº 2.675/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Artística de Sertaneja – ACASE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertaneja, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 170, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação Cultural e Artística de Sertaneja – ACASE a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sertaneja, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 885, DE 2004**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 137, de 16 de abril de 2004 – Associação Novo Horizonte dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores do Bairro Santa Cruz, na cidade de Palmas de Monte Alto – BA;

2 – Portaria nº 138, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão e Ação Social – Jerusalém, na cidade de Pé de Serra – BA;

3 – Portaria nº 139, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de Rio do Antônio – ACOMPPRA, na cidade de Rio do Antônio – BA;

4 – Portaria nº 146, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada – GO e Distritos, na cidade de Cachoeira Dourada – GO;

5 – Portaria nº 157, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Terenos – MS, na cidade de Terenos – MS;

6 – Portaria nº 160, de 16 de abril de 2004 – Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Salgado São Félix – PB, na cidade de Salgado de São Félix – PB;

7 – Portaria nº 161, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária Nossa Senhora da Penha, na cidade de Gameleira – PE;

8 – Portaria nº 164, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Florestópolis, na cidade de Florestópolis – PR; e

9 – Portaria nº 170, de 16 de abril de 2004 – Associação Cultural e Artística de Sertaneja – ACASE, na cidade de Sertaneja – PR.

Brasília, 15 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 172 EM

Brasília, 17 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural e Artística de Sertaneja – ACASE, situada na cidade de Sertaneja, no Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53.740.000.486/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**



**PORTARIA Nº 170, DE 16 DE ABRIL DE 2004**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.740.000.486/99 e do Parecer/Conjur/MC nº 249/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural e Artística de Sertaneja – ACASE, com sede na Rua Monsenhor Celso, nº 837, Centro, na cidade de Sertaneja, no Estado do Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 23º02'14"S e longitude em 50º48'47"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

**RELATÓRIO****Nº 045/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC – AOP**

**Referência:** Processo nº 53.740.000.486/99, protocolizado em 10 de maio de 1999.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Cultural e Artística de Sertaneja – ACASE, localidade de Sertaneja, Estado do Paraná.

**I – Introdução**

1. A Associação Cultural e Artística de Sertaneja – ACASE, inscrita no CNPJ sob o número 02.599.289/0001 –32, no Estado do Paraná, com sede na Rua Monsenhor Celso, 837, cidade de Sertaneja, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 27 de abril de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Co-

munitária aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou-se o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 9 de setembro de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

**II – Relatório****• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-2998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Monsenhor Celso, 401 – Centro na cidade de Sertaneja, Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 23º02'21"S de latitude e 50º49'00"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas e endereço propostas foram retificados passando a estar na Rua Monsenhor Celso, 837 – Centro, em 23º02'14"S de latitude e 50º48'47"W de longitude consoante aos dados constantes no Aviso publicado no **DOU.**, de 9/9/1999.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 51 e 52, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante,

outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 61 incisos I, II, VIII, X da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente, declaração do endereço da sede, comprovação de manifestações de apoio e documento declarando que a Entidade não possui vínculos, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls.56 a 165).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 127, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 160 e 161. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 165 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação Cultural e Artística de Sertaneja – ACASE

#### • quadro diretivo

Presidente: Aparecido dos Santos Francelino

Vice Presidente: Ernesto Emilio Teibel

Tesoureiro: Mauro Müller

Vice-Tesoureira: Maria Helena Geraldo

Secretária: Vilma Feliciano

Vice-Secretário: Antonio Pedro Liu

Diretor Adm.: Benedito de Paula

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Monsenhor Celso, 837 – Centro, cidade de Sertaneja, Estado do Paraná.

#### • coordenadas geográficas

23°02'14” de latitude e 50°48'47” de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de instalação da Estação” – fls. 160 e 161, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 127 e que se referem à localização da estação.

II. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cultural e Artística de Sertaneja – ACASE, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão

são comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.740.000.486/99, de 10 de maio de 1999.

Brasília, 05 de fevereiro de 2004. – **Aline Oliveira Prado**, Relatora da conclusão Jurídica – **Ana Maria das Dores e Silva**, Relatora da conclusão Técnica  
De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 5 de fevereiro de 2004. – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora  
De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 5 de fevereiro de 2005. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 045/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 5 de fevereiro de 2004. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica Substituto

(*À Comissão de Educação decisão terminativa.*)

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 483, DE 2005**

(Nº 1.676/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana – FUNCRAVA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado do Piauí.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.953, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 628, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana – FUNCRAVA a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado do Piauí.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### **MENSAGEM Nº 887, DE 2005**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo

relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 2.953, dd 18 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 628, de 9

de dezembro de 2003 – Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana – FUNCRAVA, na cidade de Valença – PI;

2 – Portaria nº 530, de 8 de outubro de 2003 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura, na cidade de Lages – SC;

3 – Portaria nº 572, de 5 de novembro de 2003 – Associação Comunitária dos Moradores de Cacimba de Areia, na cidade de Cacimba de Areia – PB;

4 – Portaria nº 583, de 5 de novembro de 2003 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Jaguaruna, na cidade de Jaguaruna – SC;

5 – Portaria nº 653, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Esperança e Liberdade, na cidade de Candiba – BA;

6 – Portaria nº 688, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Candelariense – ACOM-CAN, na cidade de Candelária – RS;

7 – Portaria nº 721, de 15 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso, na cidade de São Sebastião do Paraíso – MG;

8 – Portaria nº 768, de 22 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária Àgape Mantense de Radiodifusão, na cidade de Mantena, – MG; e

9 – Portaria nº 773, de 22 de dezembro de 2003 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária, na cidade de José Boiteux – SC.

Brasília, 15 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 187 EM

Brasília, 30 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portais de outorga de autorização e respectiva

documentação para que a entidade Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana – FUNCRAVA, na cidade de Valença, Estado do Piauí, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radio-

difusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância dessa iniciativa, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53760.000013/2001, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

#### **PORTARIA Nº 2.953, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53760.000013/2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana – FUNCRAVA, com sede na Avenida 15 de novembro nº 1.564, Centro, na cidade de Valença, Estado do Piauí, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 06º02'45" S e longitude em 41º43'09" W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

#### **PORTARIA Nº 628, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2003**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II, do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53760.000013/01 e do Parecer/Conjur/MC nº 1.472/2003, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1º, da Portaria nº 2.953, de 18 de dezembro de 2002, publicada no **Diário Oficial** da União de 19 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Autorizar a Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana – FUNCRAVA, com sede na Avenida 15 de Novembro nº 1.564 – Centro, na cidade de Valença, Estado do Piauí, a executar pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão comunitária, sem direito de exclusividade.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

#### **RELATÓRIO Nº 624/2002-DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53.760.000.013/01 de 6 de Fevereiro de 2001.

**Objeto:** Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana – FUNCRAVA, na localidade de Valença /PI.

#### **I – Introdução**

1. Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana – A FUNCRAVA, inscrito no CGC sob o número 04.232.359/0001-45, no Estado do Piauí, com sede na Av. 15 de Novembro, 1.564, centro, Cidade de Valença/PI, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 6 de Fevereiro de 2001, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 11 de Dezembro de 2001, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de

junho de 1998.", apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

## II – Relatório

### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 113, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e nor-

mativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

## III – Relatório

### • informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Av. 15 de Novembro, 1515, centro, cidade de Valença, Estado do Piauí, de coordenadas geográficas em 06º 24' 51" S de latitude e 41º 43' 96" W de longitude, conforme consta na Análise Técnica, fls. 69, consoante os dados constantes no aviso no **DOU** de 11-12-2001,;Seção 3

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 69 denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom". Posteriormente foram indicadas as novas coordenadas que foram aceitas e analisadas por Engenheiro responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação de alteração estatutária e do subitem 6.7, I e VIII e subitem 6.11, (Projeto Técnico), da Norma 2/98, (fls. 72 e 96).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fls. 101, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

– diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 111 e 112.

15. É o relatório.

#### IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana – FUNCRANA

- **quadro diretivo**

Dir. Presidente: Ronaldo Sobreira

Dir. Vice Presidente: Lília Moura de Alcântara

Dir. Secretária: Ivaltânia Vieira Nogueira P. da Silva

Dir. Secretário: Orlando Pereira Rodrigues

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Av. 15 de Novembro, 1564, centro, Cidade de Valença, Estado do Piauí.

- **coordenadas geográficas**

06°24'51"S de latitude e 41°43'09"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 101, e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RADCOM", fls. 111 e 112, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana – FUNCRANA, rio sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.760.000.013/01, de 06 de Fevereiro de.

Brasília, 04 de dezembro de 2002. – Relator da conclusão Jurídica, **Luciana Coelho**, Chefe de Serviço

/ SSF Relator da conclusão Técnica. **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Divisão / SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 9 de dezembro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 9 de dezembro de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Aprovo o Relatório nº 624/2002/DOSR/SSR/MC.

Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 10 de dezembro de 2002. – **Antonio Carlos Tardeli**, Secretário de Serviço de Radiodifusão, Interino.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 484, DE 2005

(Nº 1.689/2005, na Câmara dos Deputados)

#### Aprova o ato que autoriza a Associação Cristã de Ação Social Comunitária do Cajuru a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 25, de 15 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação cristã de Ação Social Comunitária do Cajuru a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### MENSAGEM Nº 85

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de exposições de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 18, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Cultural Comunitária Tapiratibense, na cidade de Tapiratiba – SP;

2 – Portaria nº 19, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Centro de Assistência Social e Educacional “John F. Kennedy” (CASE), na cidade de Belo Oriente – MG;

3 – Portaria nº 23, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Pojuca, na cidade de Pojuca – BA;

4 – Portaria nº 25, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Cristã de Ação Social Comunitária do Cajuru, na cidade de Curitiba – PR;

5 – Portaria nº 44, de 15 de janeiro de 2004 – ACR – Associação Comunitária de Radiodifusão, na cidade de Petrópolis – RJ;

6 – Portaria nº 47 de 16 de janeiro de 2004 – Associação de Moradores e Entidades Comunitárias de Figueirópolis – Tocantins, na cidade de Figueirópolis – TO;

7 – Portaria nº 48, de 16 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária Novos Rumos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, na cidade de Barbosa – SP;

8 – Portaria nº 52, de 16 de janeiro de 2004 – Associação Cambaraense de Rádio Comunitária, na cidade de Cambará – PR;

9 – Portaria nº 56, 16 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária da Cidade de Denise – MT, na cidade de Denise – MT;

10 – Portaria nº 82, de 23 de janeiro de 2004, alterada pela de nº 298, de 29 de julho de 2004 – Associação Rádio Comunitária e Cultural de Adustina FM-MHz no Município de Adustina – BA; e

11 – Portaria nº 88, de 23 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária Artística e Cultural de Ariranha, na cidade de Ariranha – SP.

Brasília, 16 de fevereiro de 2005.



MC Nº 99 EM

Brasília, 13 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a V. Ex<sup>a</sup> portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cristã de Ação Social Comunitária do Cajuru, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em con-

formidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por V. Ex<sup>a</sup>, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53740.001624/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

#### **PORTARIA Nº 25, DE 15 DE JANEIRO DE 2004**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 92 e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.001624/98 e do PARECER/CONJUR/MC nº 6/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cristã de Ação Social Comunitária do Cajuru, com sede na Rua Amador Bueno, nº 1.163, Vila Centenário, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para executar serviço de Radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas ge-

ográficas com latitude em 25°27'57"S e longitude em 49°12'06"W, utilizando a frequência de 104.9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Miro Teixeira.**

### **RELATÓRIO Nº 416/2003-DOSR/SSCEMC**

**Referência:** Processo nº 53.740.001.624/98, protocolizado em 7 de dezembro de 1998.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Cristã de Ação Social Comunitária do Cajuru, localidade de Curitiba, Estado do Paraná,

#### **I – Introdução**

1. A Associação Cristã de Ação Social Comunitária do Cajuru,, inscrita no CNPJ sob o número 02.730.914/0001-33, no Estado do Paraná, com sede na Rua Amador Bueno, nº 1163, Vila Centenário, Bairro do Cajuru, cidade de Curitiba, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 27 de novembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União** – DOU, de 18 de março de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

#### **II – Relatório**

##### **• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para regular análise dos requerimentos, passou

ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com a petição da folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 02/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na R. Arábia. Nº 15, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 25°27'59"S de latitude e 49°12'05"W de longitude: Ocorre que, posteriormente, as coordenadas propostas foram retificadas mediante solicitação datada de 28 de setembro de 2001, passando a estar na Rua Anador Bueno, 1163 – Cajuru em 25°27'57"S de latitude e 49°12'06"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 18 de março de 1999.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 93, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, IV, V, VIII e X da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente, declaração do endereço da sede e declaração de que a entidade não possui nenhum vínculo, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls.96 a 194).



8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 154, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 181 e 182. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e da localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 194, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos à maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação

de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação Cristã de Ação Social Comunitária do Cajurú;

#### • quadro diretivo

Presidente: Etelvina Pereira de Melo.

Vice-presidente: Madalena Bordin Moreira

1º Secretário: Salvador Soares Portella

2º Secretário: Marilda da Veiga Pereira

1º Tesoureiro: Izaias Paulino de Oliveira

2º Tesoureiro: Dolores do Rosário dos Santos

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua: Amador Bueno, 1.163 cidade de Curitiba, Estado do Paraná;

#### • coordenadas geográficas

25º27'57" de latitude e 49º12'06" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 181 e 182, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 154 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cristã de Ação Social Comunitária do Cajurú, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.740.001.624/98, de 7 de dezembro de 1998.

Brasília, 8 de dezembro de 2003. – Relator da conclusão Jurídica, **Vilma F. Alvarenga**, Chefe de serviços/SSR – Relator da conclusão Técnica, **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço/SSR.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 485, DE 2004

(Nº 1.702/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à Radiodifusão Ramadam Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.916, de 16 de dezembro de 2002, que outorga permissão à Radiodifusão Ramadam Ltda., para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 86, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 2.916, de 16 de dezembro de 2002 – Radiodifusão Ramadam Ltda., na cidade de Santo Antônio das Missões – RS;

2 – Portaria nº 255, de 2 de junho de 2004 – Rádio Serrana FM Ltda., na cidade de Santo Muro – BA;

3 – Portaria nº 265, de 3 de junho de 2004 – Grupo Monte Alegre de Radiodifusão Ltda., no município de Várzea da Roça – BA;

4 – Portaria nº 318, de 24 de agosto de 2004 – Sistema Casson de Radiodifusão Ltda., no município de Bicas – MG;

5 – Portaria nº 342, de 13 de setembro de 2004 – Rádio Mirandiba FM Ltda., no município de Mirandiba – PE; e

6 – Portaria nº 343, de 13 de setembro de 2004 – Rádio Castanho Ltda., no município de Careiro – AM.

Brasília, 16 de fevereiro de 2005.



MC Nº 136 EM

Brasília, 24 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este

Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 029/98-SSR/MC, com vistas à implantação

de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santo Antônio das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

2. A Comissão Especial de Âmbito Nacional, criada pela Portaria nº 63, de 5 de fevereiro de 1997, alterada pela Portaria nº 795, de 17 de dezembro de 1997, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Radiodifusão Ramadam Ltda., (Processo nº 53790.000385/98) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

### PORTARIA Nº 2.916, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2002

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000385/98, Concorrência nº 029/98-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Radiodifusão Ramadam Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santo Antônio das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

## CONTRATO SOCIAL

FAUZI ALBERTO GEWEHR RAMADAM, brasileiro, casado, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 0032840385 expedida pela SSP/RS, CIC 357.365.420-72 e LUCIANE DE OLIVEIRA RAMADAM, brasileira, casada, comerciante, portadora da Carteira de Identidade nº 5027047942 expedida pela SSP/RS, CIC nº 883.372.190-68, ambos residentes e domiciliados na Av. Senador Pinheiro Machado 2.220 na cidade de São Luiz Gonzaga, RS, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, constituir uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sob as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade girará sob a denominação social de **RADIODIFUSÃO RAMADAM LTDA**, com sede na cidade de Santo Antônio das Missões, na Av. Floresta José Marques s/nº, Estado do Rio Grande do Sul.

### CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade terá por objetivo a exploração de serviço de radiodifusão em quaisquer de suas modalidades, em localidades do país, onde receber autorização do Governo Federal.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em, 03 OUT 2002

### CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, iniciando suas atividades imediatamente após o registro da mesma no órgão competente.

O capital social é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) cotas de um real cada uma e assim distribuído entre os sócios:

a) O sócio FAUZI ALBERTO GEWEHR RAMADAM, detentor de 50 % (cinquenta por cento) do capital social, totalizando assim R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) e

b) A sócia LUCIANE DE OLIVEIRA RAMADAM, detentora de 50 % (cinquenta por cento) do capital social, totalizando assim R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Total: 50.000 cotas correspondendo a R\$ 50.000,00.

#### CLÁUSULA QUINTA

Os sócios integralizam, neste ato, em moeda corrente nacional, 50 % (cinquenta por cento) do capital social que subscrevem desta forma:

O sócio FAUZI ALBERTO GEWEHR RAMADAM, R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) e a sócia LUCIANE DE OLIVEIRA RAMADAM, R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) totalizando assim R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ou 50 % do capital social, e o restante 50% (cinquenta por cento) serão integralizados no prazo de até 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA SEXTA

A responsabilidade dos sócios é limitada ao montante do capital social.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

A administração da sociedade será exercida pelo sócio FAUZI ALBERTO GEWEHR RAMADAM, com a função de Gerente, que a representará ativa e passivamente, em juízo ou fora dela.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em. 03/OUT/2002

Pelo efetivo exercício da administração, o sócio FAUZI ALBERTO GEWEHR RAMADAM, fará jus a uma retirada de pró-labore, porém sempre respeitando a legislação do imposto de renda em vigor.

#### CLÁUSULA NONA

Os administradores deverão ser brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos e sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Governo Federal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

As deliberações sociais serão tomadas em conjunto por ambos os sócios, de forma a poder alterar, no todo ou em parte, as cláusulas e condições constantes no presente Instrumento contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

As cotas representativas do capital social são inalienáveis e intransmissíveis direta ou indiretamente a estrangeiros, e a participação de pessoas jurídicas fica limitada em até 30% do capital social.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Nenhuma alteração contratual poderá ser realizada sem a prévia autorização do Governo Federal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A transferência de cotas entre os sócios é livre, mas a sessão a terceiros ficará condicionada a concessão do direito de preferência por expresse, ao outro sócio, que gozará do prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a aquisição das cotas a serem alienadas, nas mesmas condições oferecidas a terceiros, bem como a aprovação do Governo Federal.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Em 03/OUT 2002

Anualmente em 31 de dezembro, será levantado um balanço geral, quando os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos entre os sócios na razão direta de suas cotas de capital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A morte, impedimento ou insolvência de qualquer dos sócios não importará na dissolução da sociedade, procedendo-se os pagamentos dos deveres, aos herdeiros ou sucessores.

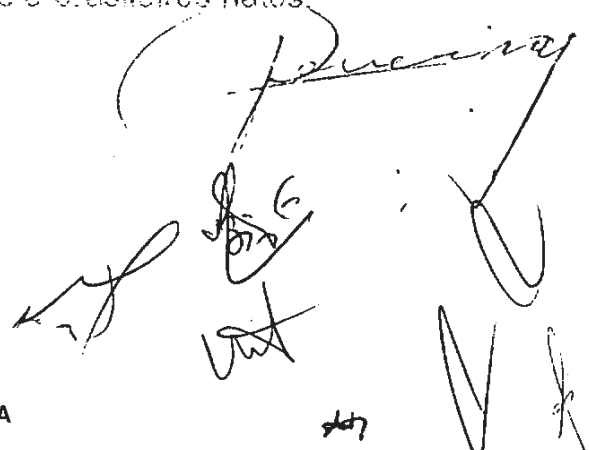
#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Os casos omissos ou duvidosos que surgirem na vigência do presente contrato social, serão dirimidos de conformidade com a legislação em vigor, ficando eleito o foro desta cidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

O quadro de pessoal da sociedade será sempre constituído, ao menos, de dois terços de trabalhadores brasileiros.

O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre a pessoas físicas brasileiras e a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos.



À COMISSÃO DE EDUCAÇÃO EM DECISÃO TERMINATIVA

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 486, DE 2005**

(Nº 1.723/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Sítio São Miguel – ASMOSSM – Sossego – PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sossego, Estado da Paraíba.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Pica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 392, de 28 de julho de 2003, que autoriza a Associação dos Moradores do Sítio São Miguel – ASMOSSM – Sossego – PB a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sossego, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 79, DE 2005**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 392, de 28 de julho de 2003, que autoriza a Associação dos Moradores do Sítio São Miguel – ASMOSSM – Sossego – PB a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sossego, Estado da Paraíba.

Brasília, 16 de fevereiro de 2005.



MC Nº 328 EM

Brasília, 19 de agosto de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação dos Moradores do Sítio São Miguel – ASMOSSM – Sossego – PB, na cidade de Sossego, Estado da Paraíba, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade como **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de ma-

neira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53103.000159/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

**PORTARIA Nº 392 DE 28 DE JULHO DE 2003**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53103.000159/01 e do Parecer/Conjur/MC nº 755/2003, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação dos Moradores do Sítio São Miguel – ASMOSSM – Sossego – PB, com sede no Sítio São Miguel – Zona Rural, na cidade de Sossego, Estado da Paraíba, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 06º46'11"S e longitude em 36º14'47"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

## RELATÓRIO Nº 72/2003-DOSR/SSR/MC

**Referência:** Processo nº 53103000159/01, protocolizado em 24-4-2001.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação dos Moradores do Sítio São Miguel – ASMOSSM – Sossego/PB, localidade de Sossego, Estado da Paraíba.

### I – Introdução

1. A Associação dos Moradores do Sítio São Miguel – ASMOSSM – Sossego/PB, inscrita no CNPJ sob o número 00.733.661/0001-26, no Estado da Paraíba, com sede no Sítio São Miguel – Zona Rural, cidade de Sossego, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 11 de Dezembro de 2001, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

Objeto:

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 3,5Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

### II – Relatório

atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em

área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Ascindino Melo, 143, na cidade de Sossego, Estado da Paraíba, de coordenadas geográficas em 06°46'01"S de latitude e 36°49'07"W de Longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas e endereço propostos foram retificados, passando a estar na Rua Manoel, 150, Centro, em 06°46'11"S de latitude e 36°14'47"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 11-12-2001.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 97, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, III, IV, V e VIII da Norma nº 2/98, cópia do CNPJ da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 100 a 167).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas – fls. 107, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 164 e 165. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência ativa irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço,



diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 174, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o projeto técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### – nome

Associação dos Moradores do Sítio São Miguel – ASMOSSM – Sossego/PB;

#### – quadro diretivo

Presidente: Pedro Ferreira dos Santos

Vice-presidente: Francisco de Assis Silva

Secretário: Francisco de Assis Freire Comes

Tesoureiro: Josefa Adriana Gomes de Oliveira

#### – localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Manoel, 150, centro, cidade de Sossego, Estado da Paraíba;

#### – coordenadas geográficas

06°46'11" de latitude e 36°14'47" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 164 e 165, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 107 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação dos Moradores do Sítio São Miguel – ASMOSSM – Sossego/PB, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53103.000.159/01, de 27 de Abril de 2001.

Brasília, 16 de Maio de 2003. – Relator da conclusão Jurídica, **Luciana Coelho**, Chefe de Serviço/SSF – Relator da conclusão Técnica, **Regina Aparecida Monteiro**, Chefe de Serviço/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica. Brasília, 16 de Maio 2003. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 72/2003/DOSR/SSR/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 16 de Maio de 2003. – **Eugênio de Oliveira Fraga**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 487, DE 2005

(Nº 1.727/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Cambaraense de Rádio Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambará, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 52, de 16 de janeiro de 2004, que autoriza a Associação Cambaraense de Rádio Comunitária a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cambará, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### MENSAGEM Nº 85, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 18, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Cultural Comunitária Tapiratibense, na cidade de Tapiratiba – SP;

2 – Portaria nº 19, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Centro de Assistência Social e Educacional “John F. Kennedy” (CASE), na cidade de Belo Oriente – MG;

3 – Portaria nº 23, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária de Pojuca, na cidade de Pojuca – BA;

4 – Portaria nº 25, de 15 de janeiro de 2004 – Associação Cristã de Ação Social Comunitária do Cajuru, na cidade de Curitiba – PR;

5 – Portaria nº 44, de 15 de janeiro de 2004 – ACR Associação Comunitária de Radiodifusão, na cidade de Petrópolis – RJ;

6 – Portaria nº 47 de 16 de janeiro de 2004 – Associações de Moradores e Entidades Comunitárias de Figueirópolis – Tocantins, na cidade de Figueirópolis – TO;

7 – Portaria nº 48, de 16 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária Novos Rumos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, na cidade de Barbosa – SP;

8 – Portaria nº 52, de 16 de janeiro de 2004 – Associação Cambaraense de Rádio Comunitária, na cidade de Cambará – PR;

9 – Portaria nº 56, 16 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária da Cidade de Denise – MT, na cidade de Denise – MT;

10 – Portaria nº 82, de 23 de janeiro de 2004, alterada pela de nº 298, de 29 de julho de 2004 – As-

sociação Rádio Comunitária e Cultural de Adestina FM-MHZ no Município de Adestina – BA; e

11 – Portaria nº 88, de 23 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária Artística e Cultural de Ariranha, na cidade de Ariranha – SP.

Brasília, 16 de fevereiro de 2005.



MC Nº 51 EM

Brasília, 13 de abril de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cambaraense de Rádio Comunitária, na cidade de Cambará, Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223 da Constituição, e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53740.001041/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Oliveira.**

**PORTARIA Nº 52, DE 16 DE JANEIRO DE 2004**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.001041/98 e do Parecer/CONJUR/MC nº 0051/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cambaraense de Rádio Comunitária, com sede na Rua Monsenhor João Belchior, nº 988 – Centro, na cidade de Cambará, Estado do Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 23º02'21"S e longitude em 50º04'39"W, utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

**RELATÓRIO Nº 452/2003-DOSR/SSCE/MC**

**Referência:** Processo nº 53.740.001.041/98, protocolizado em 10 de setembro de 1998.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Cambaraense de Rádio Comunitária, localidade de Cambará, Estado do Paraná.

**I – Introdução**

1. A Associação Cambaraense de Rádio Comunitária, inscrita no CNPJ sob o número 02.480.808/0001-49, no Estado do Paraná, com sede na Rua Monsenhor João Belchior, nº 988, Centro, cidade de Cambará, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 26 de agosto de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do

Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU**, de 18 de março de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

**II – Relatório****• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 1, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Monsenhor João Belchior, nº 988, na cidade de Cambará, Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 23º02'21"S de latitude e 50º04'39"W de longitude, consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 18-3-1999.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 95 e 96, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IRGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: para a apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 inciso II da Norma nº 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente, declaração do endereço da sede e documento declarando que a entidade não possui

vínculos, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 99 a 151).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 142, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 153 e 154. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 151 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos à maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar nº 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar nº 2/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar nº 2/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação

de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação Cambaraense de Rádio Comunitária

#### • quadro diretivo

Presidente: Antônio Rômulo Micheleto  
Vice-presidente: José Gonzalez Cenizo  
Secretário: Afonso Perez Uribe  
Tesoureiro: Reinaldo Ferreira Oliveira  
Dir.Patrim: Antonio Carlos Cavassani

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Monsenhor João Belchior, 988 – Centro, cidade de Cambará, Estado do Paraná;

#### • coordenadas geográficas

23°02'21” de latitude e 50°04'39” de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 153 e 154, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 142 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Cambaraense de Rádio Comunitária, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.740.001.041/98, de 10 de setembro de 1998.

Brasília, 22 de dezembro de 2003. – **Aline Oliveira Prado**, Relator da conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Relator da Conclusão Técnica.  
De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços. Brasília, 26 de dezembro de 2003. – **Jayme Marques de Carvalho Neto**, Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio e Imagem.  
De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 26 de dezembro de 2003. – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Aprovo o Relatório nº 452/2003/DOSR/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 26 de dezembro de 2003. – **Eugenio de Oliveira Fraga**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 488, DE 2005**

(Nº 1.739/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de março de 2005, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 12 de julho de 1999, a concessão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 146, DE 2005**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 15 de março de 2005, que “Renova a concessão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, pelo prazo de quinze anos”.

Brasília, 16 de março de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 299 EM

Brasília, 9 de dezembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de V. Ex<sup>a</sup> o incluso projeto de decreto, que renova a concessão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, pelo prazo de 15 (anos) anos.

2. A requerente recebeu a outorga pelo Decreto nº 64.576, de 23 de maio de 1969, publicado no **Diário Oficial** da União de 27 de maio de 1969. A outorga da concessão foi renovada por 15 anos, a partir de 12 de julho de 1984, nos termos do Decreto nº 91.496, de 29 de julho de 1985, publicado no **Diário Oficial** da União de 30 de julho de 1985.

3. Pretende a requerente a renovação de sua concessão por igual período, ou seja, quinze anos, a partir de 12 de julho de 1999.

4. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

5. Cumpre ressaltar que o pedido foi analisado pelos órgãos técnicos desta Pasta e considerado de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que levou a Consultoria Jurídica deste Ministério a concluir pela regularidade do pedido.

6. Nessa conformidade, e em observância aos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53650.000150/2001, que lhe deu origem.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

**DECRETO DE 15 DE MARÇO DE 2005**

**Renova a concessão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Fortaleza, Estado do Ceará, pelo prazo de quinze anos.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53650.000150/2001,

Decreta:

Art. 1º Fica renovada, a partir de 12 de julho de 1999, a concessão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda., para executar, pelo prazo de quinze anos, serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Fortaleza, Estado do Ceará.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de março de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

JUCECE Nº 232.148.258

**TELEVISÃO VERDES MARES LTDA****CGC/MF nº 07.199.664/0001-70****22º ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL**

CONTRATO SOCIAL ARQUIVADO SOB O Nº 23200087532 EM 24.03.77

**YOLANDA VIDAL QUEIROZ**, brasileira, viúva, comerciante, residente e domiciliada em Fortaleza-Ceará, à Rua Osvaldo Cruz nº 712, Carteira de Identidade nº 48.898-SSP-Ce e CPF/MF nº 010.139.473-04, representando 74,032% do Capital Social da sociedade por cotas de responsabilidade limitada **TELEVISÃO VERDES MARES LTDA**, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 07.199.664/0001-70, com sede e foro jurídico na cidade de Fortaleza-Ce, por este instrumento e na melhor forma de direito, resolvem alterar o Contrato Social da aludida Sociedade, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará, conforme números e datas acima designados, de acordo com o exposto a seguir:

**PRIMEIRA:** Fica aumentado o Capital Social da Sociedade de R\$109.629.000,00 (cento e nove milhões, seiscentos e vinte e nove mil reais), para R\$ 138.917.500,00 (cento e trinta e oito milhões, novecentos e dezessete mil e quinhentos reais), mediante a capitalização da seguinte reserva:

R\$ 1.774.171,85 (um milhão, setecentos e setenta e quatro mil, cento e setenta e um reais e oitenta e cinco centavos) da conta "Reservas Estatutárias".

R\$ 21.993.091,04 (vinte e um milhões, novecentos e noventa e três mil, novecentos e um reais e quatro centavos) da conta "Reserva de Lucros a Realizar".

R\$ 5.521.237,11 (cinco milhões, quinhentos vinte e um mil, duzentos e trinta e sete reais e onze centavos) da conta "Lucros (Prejuízos) Acumulados", na qual permanece um resíduo de R\$ 28.194,54 (vinte e oito mil, cento e noventa e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).

**SEGUNDA:** Conseqüentemente, fica alterada a Cláusula 5a. do Contrato Social que passa a ter a seguinte redação:

**22º ADITIVO-TELEVISÃO VERDES MARES LTDA.**

"Cláusula 5a.- O Capital Social totalmente Subscrito e Integralizado é de R\$ 138.917.500,00 (cento e trinta e oito milhões, novecentos e dezessete mil e quinhentos reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) cotas, do valor nominal de R\$ 2.778,35 (dois mil, setecentos e setenta e oito reais e trinta e cinco centavos), assim distribuídas entre os sócios:

a) YOLANDA VIDAL QUEIROZ - 37.016 (trinta e sete mil e dezesseis) cotas, no valor de R\$ 102.843.403,60 (cento e dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e três reais e sessenta centavos), representando 74,032% do Capital;

b) AIRTON JOSÉ VIDAL QUEIROZ - 2.164 (dois mil, cento e sessenta e quatro) cotas, no valor de R\$ 6.012.349,40 (seis milhões, doze mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos), representando 4,328% do Capital;

c) EDSON QUEIROZ FILHO - 2.164 (dois mil, cento e sessenta e quatro) cotas, no valor de R\$ R\$ 6.012.349,40 (seis milhões, doze mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos), representando 4,328% do Capital;

d) MYRA ELIANE VIDAL QUEIROZ - 2.164 (dois mil, cento e sessenta e quatro) cotas, no valor de R\$ R\$ 6.012.349,40 (seis milhões, doze mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos), representando 4,328% do Capital;

e) RENATA QUEIROZ JEREISSATI - 2.164 (dois mil, cento e sessenta e quatro) cotas, no valor de R\$ R\$ 6.012.349,40 (seis milhões, doze mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos), representando 4,328% do Capital;

f) LENISE QUEIROZ ROCHA - 2.164 (dois mil, cento e sessenta e quatro) cotas, no valor de R\$ R\$ 6.012.349,40 (seis milhões, doze mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos), representando 4,328% do Capital;

g) PAULA QUEIROZ FROTA - 2.164 (dois mil, cento e sessenta e quatro) cotas, no valor de R\$ R\$ 6.012.349,40 (seis milhões, doze mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos), representando 4,328% do Capital;


**TERCEIRA**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato social que não foram explicitas ou implicitamente modificadas por este instrumento


22º ADITIVO-TELEVISÃO VERDES MARES LTDA.

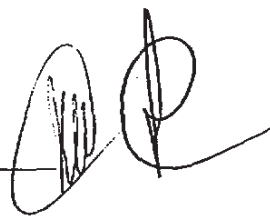
E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de Aditivo ao Contrato Social em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo a tudo presentes.

Fortaleza, 30 de abril de 1999.

  
Yolanda Vidal Queiroz  
YOLANDA VIDAL QUEIROZ

TESTEMUNHAS:

  
Ana Carla Carvalho Firmino  
CPF no. 221794373-15  
RG no. 166967-80 - SSP-CE

  
Francisco Silo Araújo Aragão  
CPF no. 059845993-68  
RG no. 91002206246 - SSP-CE

08 JUN 2004

A presente cópia fotostática confere com o original exibido nestas datas. Dou fé,  
Fortaleza, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2004  
Em testemunha \_\_\_\_\_ da verdade

Cartório Municipal de Registro Civil  
400 Rua da Liberdade  
1º andar - Torre B  
Fortaleza - Ceará - CEP 61010-000  
Fone: (85) 3222-4444

Cartório de Registro Civil  
Rua da Liberdade, 400  
Fortaleza - Ceará - CEP 61010-000  
Fone: (85) 3222-4444

03  
AUTENTICAÇÃO  
373077

Selo de Autenticidade

08 JUN 2004

(À Comissão de Educação - decisão Terminativa)



**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 489, DE 2005**

(Nº 1.755/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Presidente Castelo Branco – ACODECAB, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.836, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 742, de 19 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Presidente Castelo Branco – ACODECAB, a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 912, DE 2004**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 2.836, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 742, de 19 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Presidente Castelo Branco – ACODECAB, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná.

Brasília, 20 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 171 EM

Brasília, 30 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a V. Exª portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Presidente Castelo Branco – ACODECAB, na cidade de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço,

cujas documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância dessa iniciativa, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, substanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53740.000173/1999, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

**PORTARIA Nº 2.836, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000173/1999, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Presidente Castelo Branco – ACODECAB, com sede na Rua Andarilho Troleis nº 820, Jardim Esperança, na cidade de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 23º16'59"S e longitude em 52º09'11"W, utilizando a frequência de 105,9MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

### PORTARIA Nº 742, DE 19 DEZEMBRO DE 2003

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II, do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000173/99 e do Parecer/CONJUR/MC nº 1376/2003, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 2.836, de 11 de dezembro de 2002, publicada no **Diário Oficial** da União de 13 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Presidente Castelo Branco – ACODECAB, com sede na Rua Andarilho Troleis, nº 120, Jardim Esperança, na cidade de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, a executar pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão comunitária, sem direito de exclusividade.”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

### RELATÓRIO Nº 615/2002-DOSR/SSR/MC

**Referência:** Processo nº 53.740.000.173-99 de 11 de fevereiro de 1999.

**Objeto:** Requerimento de outorga da autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Presidente Castelo Branco – ACODECAB, na localidade de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná.

#### I – Introdução

Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Presidente Castelo Branco – ACODECAB, inscrita no CNPJ sob o nº 01.737.222/0001-54, com sede na Rua Andarilho Troleis, nº 820, Jardim Esperança, na localidade de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 8 de fevereiro de 1999, subscrito por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 9 de Setembro de 1999; Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

#### II – Relatório

##### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, em face dos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 314 dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

### III – Relatório

#### • informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Euclides Faccin, nº 105, Jardim Horizonte, de coordenadas geográficas em 23°16'31"S de latitude e 52°09'30"W de longitude, consoante os dados constantes no aviso no **DOU** de 9-9-1999, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 250, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom". Posteriormente foram apresentadas novas coordenadas que foram analisadas e aceitas pelo engenheiro responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
  - compatibilização de distanciamento do canal;
  - situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
  - planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se as diligências para apresentação de alteração estatutária, apresentação dos subitens, 6.7 II, IV, V, VI e X e XI e 6.11 (Projeto Técnico) e 14.2.7.1.1, da Norma nº 2/98 (fls. 253-336).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fls. 336, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência

efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;

- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 337 e 338.

15. É o relatório.

### IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

#### – nome

Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Presidente Castelo Branco – ACODECAB

#### – quadro diretivo

Presidente: José Carlos Gomes de Souza

Vice-Presidente: Joel Marcos Faccin

Secretário: Antônio de Souza Filho.

Tesoureiro: Milton Troleis

Dir. Prom. Cult.: Elvira Tamioso de Souza

Dir. Administrativo: José Carlos Grosso Lourenço

#### – Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Andarilho Troleis, nº 820, Jardim Esperança, na cidade de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná.

#### – coordenadas geográficas

23°16'59"S de latitude e 52°09'11"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 336 e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RADCOM", fls. 337 e 338, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Presidente Castelo Branco – ACODECAB, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Pro-

cesso Administrativo nº 53.740.000.173-99, de 11 de fevereiro de 1999.

Brasília, 27 de Novembro de 2002. – **Sibela Leandra Portella**, Relator da conclusão Jurídica – **Neide Aparecida da Silva**, Relator da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 28 de novembro de 2002. – **Nilton Geraldo Lemes de Lemos**, Coordenador-Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 28 de Novembro de 2002. – **Hamilton de Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão.

Aprovo o Relatório nº 615/2002/DOSR/SSR/MC.

Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 2 de dezembro de 2002. – **Antonio Carlos Tardeli**, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

(*À Comissão de Educação – decisão terminativa.*)

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 490, DE 2005**

(Nº 1.756/2005, na Câmara dos Deputados).

#### **Aprova o ato que autoriza a Associação Rioclarense dos Colecionadores de Discos de Vinil a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria a 2.842, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 632, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Rioclarense dos Colecionadores de Discos de Vinil a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

#### **MENSAGEM Nº 74, DE 2004**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de

radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos e entidades:

1 – Portaria nº 2.841, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 625, de 9 de dezembro de 2003 – Rádio Comunitária Terra FM, na cidade de Terra Rica – PR;

2 – Portaria nº 2.842, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 632, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Rioclarense dos Colecionadores de Discos de Vinil, na cidade de Rio Claro – SP;

3 – Portaria nº 2.849, de 11 de dezembro de 2002, alterada pela de nº 626, de 9 de dezembro de 2003 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jaguapitã, na cidade de Jaguapitã – PR;

4 – Portaria nº 400, de 28 de julho de 2003 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Costa Verde – SIDERAL FM, na cidade de Maricá – RJ;

5 – Portaria nº 528, de 8 de outubro de 2003 – Associação Comunitária Cultura e Cidadania de Jardim, na cidade de Jardim – CE; e

6 – Portaria nº 584, de 5 de novembro de 2003 – Associação Rádio Comunitária de Parapuã, do Município de Parapuã, na cidade de Parapuã – SP.

Brasília, 12 de fevereiro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 185 EM

Brasília, 30 de julho de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rioclarense dos Colecionadores de Discos de Vinil, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. Referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração de informações benéficas em todos os seguimentos, e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, determinei análises técnica e jurídica da petição apresentada, constatando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada nos autos do Processo Administrativo nº 53830.000986.99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos educacionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Miro Teixeira.**

#### **PORTARIA Nº 2.842, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000986/99, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Rioclarense dos Colecionadores de discos de Vinil, com sede na Avenida 14, nº 970, Bairro Santa Cruz, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, a executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de três anos, sem direito de exclusividade.

Art. 2º Esta autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 3º A entidade fica autorizada a operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º24'24"S e longitude em 47º33'57"W, utilizando a frequência de 107,9 MHz.

Art. 4º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Juarez Quadros do Nascimento.**

#### **PORTARIA Nº 632, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2003**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II, do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000986/99 e do Parecer/Conjur/MC nº 1.471/2003, resolve:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 2.842, de 11 de dezembro de 2002, publicada no **Diário Oficial** da União de 13 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Autorizar a Associação Rioclarense dos Colecionadores de Discos de Vinil, com sede na Avenida 14, nº 970, Bairro Santa Cruz, na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, a executar pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão comunitária, sem direito de exclusividade.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Miro Teixeira.**

#### **RELATÓRIO Nº 551/2002-DOSR/SSR/MC**

**Referência:** Processo nº 53.830.000.986-99 de 17 de Junho de 1999.

**Objeto:** Requerimento de outorga de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação Rioclarense dos Colecionadores de Discos de Vinil, na localidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.

#### **I – Introdução**

1. Associação Rioclarense dos Colecionadores de Discos de Vinil, inscrita no CNPJ sob o nº 03.143.308/0001-84, com sede à Av. 14, nº 970, Santa Cruz, Cidade de Rio Claro, SP, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, por meio de requerimento datado de 20 de maio de 1999, assinado por representante legal, demonstrando interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade que indica.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU**, de 16 de agosto de 2001, Seção 3, que contempla o logradouro onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. A requerente, por final, solicita “a designação de canal para a prestação do serviço, nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.”, apresentando ao Ministério a documentação constante dos presentes autos.

#### **II – Relatório**

##### **• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios**

4. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, por determinação do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão, passa ao exame do pleito formulado pela requerente, consubstanciado na Petição de folha 1, bem como a documentação apresentada, relatando toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a le-

gislação, especialmente a lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. A requerente, como mencionado na introdução (item 1), ao demonstrar interesse em explorar o serviço, faz indicação da localidade onde pretende instalar seus equipamentos transmissores, complementando com o endereço da respectiva estação e coordenadas geográficas, além de pedir a designação de canal para a prestação do serviço, atendendo os requisitos do item 6.4 da Norma Complementar nº 2/98 e, ainda, juntando a documentação necessária.

6. A documentação (item 6.7 e incisos, da Norma nº 2/98), está contida nos autos, correspondendo ao seguinte:

- Estatuto Social;
- ata de constituição e eleição de dirigentes;
- declarações e comprovantes relativos a responsabilidades e obrigações de dirigentes, enquanto vinculados à entidade, face aos ditames legais pertinentes;
- manifestações de apoio da comunidade;
- plantas de arruamento, com indicação do local de instalação do sistema irradiante, e respectivas coordenadas geográficas;
- informações complementares de dirigentes da entidade, como declaração de residência e declaração de fiel cumprimento às normas, recolhimento da taxa de cadastro e cópias de documentos pessoais.

7. Toda a documentação mencionada está contida no intervalo de folhas 1 a 292, dos autos.

8. Analisados os documentos apresentados inicialmente e após o cumprimento de exigências, este Departamento constatou conformidade legal e normativa, pelo que passa a examinar as informações técnicas de relevância.

### III – Relatório

#### • informações técnicas

9. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Oito, 1547, sala 8, B, Santa Cruz, Cidade de Rio Claro, SP, de coordenadas geográficas em 22°24'25"S de latitude e 47°33'54"W de longitude, consoante os dados constantes no aviso no **DOU** de 16-8-2001, Seção 3.

10. A análise técnica desenvolvida, demonstra que, as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 218, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom". Posteriormente foram apresentadas novas coordenadas que foram analisadas e aceitas pelo Engenheiro Responsável.

11. O mesmo documento trata de outros dados, conforme se segue:

- informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE;
- compatibilização de distanciamento do canal;
- situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena;
- planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante;
- outros dados e conclusão.

12. Seguiram-se diligências para apresentação dos subitens 6.7 VI e 6.11 da Norma nº 2/98 (fls. 221-303).

13. Cumpridas as exigências, foi expedido o "Formulário de Informações Técnicas", fls. 296, firmado pelo engenheiro responsável, onde estão resumidas as seguintes informações:

- identificação da entidade;
- os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio;
- características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço;
- diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

14. Segue-se o Roteiro de Verificação de Instalação da Estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, folhas 304 e 305.

15. É o relatório.

### IV – Conclusão/Opinamento

16. O Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do serviço de radiodifusão comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente.

17. Assim, a requerente, de acordo com o seu Estatuto Social, e nos termos de seu requerimento, atende os requisitos legais e normativos ao seu pleito, seguindo-se informações básicas sobre a entidade:

– **nome**

Associação Rioclarense dos Colecionadores de Discos de Vinil

– **quadro diretivo**

Presidente: Clóvis Sant'ana Bezerra

Vice-Presidente: Lázaro Roberto Campaga

Secretário: Antônio César Lopes

Tesoureiro: Nivaldo Aparecido Racosta

– **Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua 8, nº 1547, Bairro Santa Cruz, Estado de São Paulo.

– **coordenadas geográficas**

22°24'24"S de latitude e 47°33'57"W de longitude, correspondentes aos dados constantes no "Formulário de Informações Técnicas", fls. 296 e "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RADCOM", fls. 304 e 305, que se refere à localização da estação.

18. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação Rioclarense dos Colecionadores de Discos de Vinil, no sentido de conceder-lhe a Outorga de Autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.830.000.986-99 de 17 de Junho de 1999. – **Sibela Leandra Portela**, Relatora da conclusão Jurídica – **Regina Aparecida Monteiro**, Relatora da conclusão Técnica.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 10 de outubro de 2002. – **Nilton Geraldo**

**Lemes de Lemos**, Coordenador Geral.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Radiodifusão.

Brasília, 15 de outubro de 2002. – **Hamilton de**

**Magalhães Mesquita**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão.

Aprovo o Relatório nº 551/2002/DOSR/SSR/MC.

Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 21 de outubro de 2002. – **Antonio Carlos**

**Tardeli**, Secretário de Serviços de Radiodifusão.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 491, DE 2005**

(Nº 1.761/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Salgado São Félix – PB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Salgado de São Félix, Estado da Paraíba.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 160, de 16 de abril de 2004, que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Salgado São Félix – PB a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salgado de São Félix, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 885, DE 2004**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 137, de 16 de abril de 2004 – Associação Novo Horizonte dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores do Bairro Santa Cruz, na cidade de Palmas de Monte Alto – BA;

2 – Portaria nº 138, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária Jerusalém de Radiodifusão e Ação Social – Jerusalém, na cidade de Pé de Serra – BA;

3 – Portaria nº 139, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Moradores e Pequenos Produtores de Rio do Antônio – ACOMPPRA, na cidade de Rio do Antônio – BA;

4 – Portaria nº 146, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada – GO e Distritos, na cidade de Cachoeira Dourada – GO;

5 – Portaria nº 157, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Terenos – MS, na cidade de Terenos – MS;

6 – Portaria nº 160, de 16 de abril de 2004 – Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Salgado São Félix – PB, na cidade de Salgado de São Félix – PB;

7 – Portaria nº 161, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária Nossa Senhora da Penha, na cidade de Gameleira – PE;

8 – Portaria nº 164, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Florestópolis, na cidade de Florestópolis – PR; e

9 – Portaria nº 170, de 16 de abril de 2004 – Associação Cultural e Artística de Sertaneja – ACASE, na cidade de Sertaneja – PR.

Brasília, 15 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 171 EM

Brasília, 17 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Salgado São Félix – PB, na cidade de Salgado de São Félix, Estado da Paraíba, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o **caput** do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53000.003284/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

#### **PORTARIA Nº 160, DE 16 DE ABRIL DE 2004**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.003284/01 e do Parecer/Conjur/MC nº 320 – 1.08 /2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/ Salgado São Félix – PB, com sede na Rua Eunice Barbosa, nº 22, Centro, na cidade de Salgado de São Félix, Estado da Paraíba, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 07º21'21"S e longitude em 35º26'21"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira.**

#### **RELATÓRIO**

#### **Nº 54/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC – SLP**

**Referência:** Processo nº 53.000.003.284-01, protocolizado em 13 de setembro de 2001.

**Objeto:** Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

**Interessado:** Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Salgado São Félix – PB, localidade de Salgado de São Félix, Estado da Paraíba.

#### **I – Introdução**

1. A Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Salgado São Félix – PB, inscrita no CNPJ sob o número 04.423.051/0001-87, no Estado da Paraíba, com sede na Rua Eunice Barbosa, nº 22, Centro, cidade de Salgado de São Félix, dirigiu-se ao Senhor Ministro do Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 2 de maio de 2001, subscrito por representante Legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço



de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial da União – DOU** de 12 de novembro de 2001 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

## II – Relatório

### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Eunice Barbosa, nº 22, Centro, na cidade de Salgado São Félix, Estado da Paraíba, de coordenadas geográficas em 07°35'69,4"S de latitude e 35°44'56"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas propostas foram retificadas passando a estar na em 35°26'21"S de latitude e 35°26'26"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 12-11-01.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 02-03, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal,

situação da estação em faixa de fronteira endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, III, IV, V, VIII, IX, X da Norma nº 2/98, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada à apresentação do projeto técnico (fls. 04 a 102).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 96, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma nº 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 103 e 104. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 105 dos autos, correspondente ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei nº 9.612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 2/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 2/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Salgado São Félix – PB

#### • quadro diretivo

Presidente: Alonso Magney Correia e Silva

Vice Presidente: José Roberto da Silva

1º Secretária: Maria das Graças Dias Correia

2º Secretário: Joselito Correia da Silva

1º Tesoureiro: Antônio Alves da Silva

2º Tesoureiro: Edvaldo Justino Silva

Diretor Cult. e Com. Soc.: João Honório Silva

#### • Localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Eunice Barbosa, nº 22, Centro, cidade de Salgado de São Félix, Estado da Paraíba.

#### • coordenadas geográficas

07º21'21" de latitude e 35º26'21" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" – fls. 103 e 104, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls. 96 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Salgado São Félix – PB, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.000.003.284-01 de 13 de setembro de 2.001.

Brasília, em 11 de maio de 2004, Relator da conclusão Jurídica, **Sibela Leandra Portela**, Chefe de Divisão/SSR, relator da conclusão Técnica, **Neide Aparecida da Silva**, Chefe de Divisão/SSR.

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 11 de fevereiro de 2004, – **Alexandra Luciana Costa**, Coordenadora.

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 11 de fevereiro de 2004, – **Carlos Alberto Freire Resende**, Diretor do Departamento de Outorga de Serviço.

Aprovo o Relatório nº 0054/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 11 de fevereiro de 2004, – **Carlos Alberto Freire Resende**, Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica Substituto.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 492, DE 2005

(Nº 1.770/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que autoriza o Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobral, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 144, de 16 de abril de 2004, que autoriza o Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobral, Estado do Ceará.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 128, DE 2005**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 50, de 16 de janeiro de 2004 – Associação Comunitária Itaiense, na cidade de Itai –SP;

2 – Portaria nº 144, de 16 de abril de 2004 – Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral, na cidade de Sobral – CE;

3 – Portaria nº 154, de 16 de abril de 2004 – Associação Cultural de Heliadora – ACHÉ, na cidade de Heliadora – MG;

4 – Portaria nº 162, de 16 de abril de 2004 – Associação Comunitária Beneficente de Lagoa dos Gatos, na cidade de Lagoa dos Gatos – PE;

5 – Portaria nº 167, de 16 de abril de 2004, alterada pela de nº 411, de 12 de novembro de 2004 – Associação Educacional e Cultural – Interativa, na cidade de Medianeira – PR;

6 – Portaria nº 248, de 31 de maio de 2004, alterada pela de nº 382, de 27 de outubro de 2004 – Associação Comunitária Beneficente do Município de Uiraúna, no município de Uiraúna – PB; e

7 – Portaria nº 307, de 20 de agosto de 2004 – AMEI – Associação Comunitária Municipal Educacional e Informativa, no município de Aragarças – GO.

Brasília, 9 de março de 2005 – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

MC Nº 173 EM

Brasília, 17 de maio de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral, situado na cidade de Sobral, no Estado do Ceará, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da

comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Como se depreende da imponente da iniciativa comandada por Vossa

Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53.650.000.788/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira**.

**PORTARIA Nº 144, DE 16 DE ABRIL DE 2004**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.650.000.788/99 e do Parecer/Conjur/MC nº 0222 – 1.08/2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização ao Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral, com sede na Rua das Carnaúbas, nº 29, Bairro Sinhá Sabóia, cidade de Sobral, Estado do Ceará, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 03º42'47”S e longitude em 40º20'10”W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação – **Eunício Oliveira**.

### RELATÓRIO

#### Nº 26/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC – LHMB

**Referência:** Processo nº 53.650.000.788/99, protocolizado em 19 de abril de 1999.

**Objeto:** Requerimento exploração Radiodifusão de autorização para a do Serviço de Comunitária.

**Interessado:** Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral, localidade de Sobral, Estado do Ceará.

#### I – Introdução

1. O Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral, inscrita no CNPJ sob o número 01.374.252/0001-43 no Estado do Ceará, na Rua das Carnaúbas, nº 29 – Sinhá Sabóia, cidade de Sobral, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 19 de abril de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no **Diário Oficial** da União – **DOU** de 18 de março de 1999, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes.

#### II – Relatório

##### • atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabeleci-

dos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela requerente, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, relatar toda a instrução do presente processo administrativo, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19-2-1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3-3-1998 e Norma nº 2/98, de 6-8-1998.

5. Preliminarmente, a requerente indicou em sua petição que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1km, com centro localizado na Rua Jonh Sanford, nº 1670 – Junco na cidade de Sobral, Estado do Ceará, de coordenadas geográficas em 03º40'50"S de latitude e 40º21'35"W de longitude. Ocorre que, posteriormente, as coordenadas e endereço propostos foram retificados passando a estar na Rua das Carnaúbas, nº 29 – Sinhá Sabóia em 03º42'47"S de latitude e 40º20'10"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no **DOU**, de 18 de março de 1999.

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 51/54, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arrumamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II, III, V, IX, X da Norma 2/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, comprovação das manifestações de apoio à iniciativa; certidão cartorária comprovando o registro da Ata de constituição; cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica

resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 63 a 270).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls 217, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 2/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 255 e 256. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

9. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e comida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 271 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;

- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;

- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;

- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;

- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

### III – Conclusão/Opinamento

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, conclui a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo informações básicas sobre a entidade:

#### • nome

Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral.

#### • quadro diretivo

Presidente: Francisco Crizanto Rodrigues

Vice Presidente: José Nilson Comes da Silva

Secretária: Maria Herlane Martins

Tesoureiro Fleurismar Braga Rodrigues

Diretor de Comunicação.: Edilson Mariano da Silva

#### • localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua das Carnaúbas, nº 29 – Sinhá Sabóia, cidade de Sobral, Estado do Ceará.

#### • coordenadas geográficas

03°42’47” de latitude e 40°20’10” de longitude, correspondentes aos dados dispostos no “Roteiro de Análise de Instalação da Estação” – fls. 255 e 256, bem como “Formulário de Informações Técnicas” – fls. 217 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pelo Instituto de Radiodifusão de Desenvolvimento Comunitário de Sobral, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.650.000.788/99. de 19 de abril de 1999.

Brasília, 16 de janeiro de 2004, – Relator da conclusão Jurídica, Lúcia **ilegível**, Relator da conclusão Técnica, **Neide Aparecida da Silva**, Chefe **ilegível/SSR**.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 493, DE 2005

(Nº 1.786/2005, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Assistencial e de Difusão Educativa e Cultural de Joinville – FUNADEJ para**

**executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 16, de 27 de janeiro de 2005, que outorga permissão à Fundação Assistencial e de Difusão Educativa e Cultural de Joinville – FUNADEJ para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 349, DE 2005**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, conforme os seguintes atos:

1 – Portaria nº 289, de 12 de julho de 2004-Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dou-rada, no município de Belém – PA;

2 – Portaria nº 5, de 20 de janeiro de 2005 – Fun-dação Barcarena de Comunicação e Assistência Social, no município de Barcarena – PA;

3 – Portaria nº 16, de 27 de janeiro de 2005 – Fundação Assistencial e de Difusão Educativa e Cultural de Joinville – FUNADEJ, no município de Joinville – SC; e

4– Portaria nº 182, de 21 de fevereiro de 2005 – Fundação Arnóbio Abreu, no município de Assú – RN.

Brasília, 9 de junho de 2005. – **Luis Inácio Lula da Silva.**

MC Nº 26 EM

Brasília, 15 de fevereiro de 2005.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Repú-blica,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.003083/2002, de interesse da Fundação Assis-tencial e de Difusão Educativa e Cultural de Joinville – FUNADEJ, objeto de permissão para executar ser-

viço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

2. De acordo com o art. 13, § 1º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

3. Cumpre ressaltar que o pedido encontra-se devidamente instruído, de acordo com a legislação aplicável, demonstrando possuir a entidade as qualificações exigidas para a execução do serviço, conforme análise procedida pela Consultoria Jurídica deste Ministério.

4. Esclareço que, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente, – **Eunício Lopes de Oliveira.**

**PORTARIA Nº 16, DE 27 DE JANEIRO DE 2005.**

O Ministro de Estado das Comunicações, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.003083/2002, e do PARECERIMC/CONJUR/MRD/Nº 0024– 1.07 / 2005, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Fundação Assis-tencial e de Difusão Educativa e Cultural de Joinville – FUNADEJ para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusiva-mente educativos, no município de Joinville, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. – **Eunício Oliveira,** Ministro de Estado das Comunicações.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DE ÁUDIO**  
**COORDENAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DA REGIÃO SUL**

**PARECER Nº 4.326 /2004/COSMS/CGSA/DOS**

**REFERÊNCIA:** Processo nº 53000.003083/2002

**INTERESSADA:** FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E DE DIFUSÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE JOINVILLE - FUNADEJ

**ASSUNTO:** Outorga de serviço de radiodifusão para fins educativos.

**EMENTA:** Indepe de edital a outorga para serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

**CONCLUSÃO:** À apreciação da doutra CONJUR.

### I – DOS FATOS

A **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E DE DIFUSÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE JOINVILLE – FUNADEJ**, com sede no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, requer lhe seja outorgada permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Joinville/SC, mediante utilização do canal 298-E, previsto no Plano Básico de Distribuição de Canais do referido serviço.

Trata-se de fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira que estipulou, dentre seus objetivos, executar e manter serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Para atender aos requisitos estabelecidos pela legislação que tutela os serviços de radiodifusão, a entidade apresentou toda a documentação pertinente.

A escritura pública com o estatuto social da entidade encontra-se devidamente matriculada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas sob o 002305, fls. 055, no livro A-016, atendendo a todos os requisitos dispostos no Código Civil Brasileiro e na legislação específica de radiodifusão.

O cargo de Diretor Presidente está ocupado pelo Sr. **Antônio de Souza Siqueira**, cabendo a ele a representação ativa e passiva da entidade, nos atos de sua administração.

Compõem a Diretoria Executiva da entidade, ainda, o Sr. **Carlos Antônio Finamor** (Diretor Vice-Presidente), o Sr. **Moisés Rodrigues Cavalheiro** (Diretor Administrativo) e a Sr. **Celso Silva** (Diretor Financeiro).

## II - DO MÉRITO

A outorga de permissão, concessão e autorização para executar serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens está prevista na Constituição Federal (art. 21, inciso XII, alínea "a").

É também a Carta Magna, em seu art. 223, que atribui ao Poder Executivo competência para outorgar concessão, permissão e autorização para o referido serviço. A eficácia do correspondente ato está condicionada à deliberação do Congresso Nacional.

O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em seu art. 13, com a redação que lhe deu o Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, publicado no D.O.U. de 26 subsequente, dispensa a publicação de edital para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

*"Art. 13*

*(...)*

*§1º - É dispensável a licitação para outorga para execução de Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente educativos".*

A documentação instrutória concernente à entidade e aos seus diretores está em ordem. A entidade encaminhou a declaração prevista na Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, publicada no D.O.U. de 19 de abril de 1999 (fl. 47).

O deferimento da outorga pretendida não implicará em descumprimento dos limites fixados pelo Decreto-lei nº 236/67, quanto aos diretores, conforme declaração nos autos (fl. 83).

Não há concorrentes para outorga de permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, naquela localidade.

## III - CONCLUSÃO

Face à correta instrução do processo, em observância aos dispositivos legais que regem os serviços de radiodifusão, sugerimos o envio destes autos à douta Consultoria Jurídica deste Ministério, para apreciação.

Posteriormente à decisão da outorga, o processo deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, onde o ato de outorga será apreciado, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 223).

É o parecer "sub-censura".


Brasília, 20 de *dez*.



**REGINA MÔNICA DE FARIA SANTOS**  
Advogada



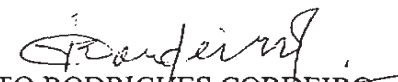
De acordo. À apreciação do Sr. Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio.

  
ERIKO MENDES DOMENICI  
Coordenador de Radiodifusão – Regiões Sul e Centro-Oeste

Brasília, 20 de ~~10~~, de 2004.

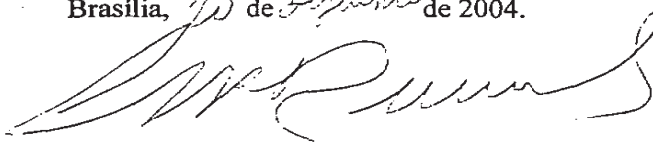
De acordo. À consideração do Sr. Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 20 de ~~DEZEMBRO~~ de 2004.

  
ANACLETO RODRIGUES CORDEIRO  
Coordenador-Geral de Outorga de Serviços de Áudio

De acordo. À consideração do Sr. Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 20 de ~~Agosto~~ de 2004.

  
CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE  
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Encaminhem-se os presentes autos à Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

Brasília, 20 de ~~10~~, de 2004.

Assino, nesta data, ato de minha competência.

  
SERGIO LUIZ DE MORAES DINIZ  
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

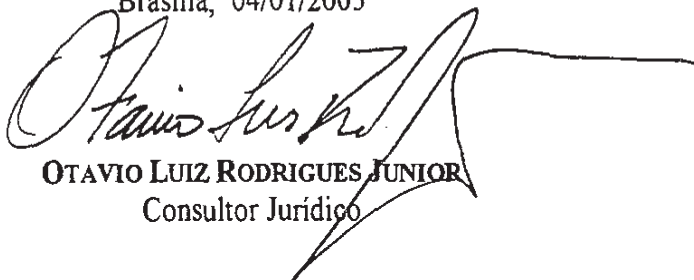
**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONSULTORIA JURÍDICA**

DESPACHO CONJUR-MC

Processo : 53000.003083/2002-25

1. À Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica para manifestação.
2. Expedientes.

Brasília, 04/01/2005



OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR  
Consultor Jurídico

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 14 / 02 / 05



(À Comissão de Educação (Decisão Terminativa))

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 494, DE 2005**

(Nº 1.341/2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de agosto de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**MENSAGEM Nº 862, DE 2001**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 49, inciso XII, combinado com o § 3º do artigo 223, da Constituição Federal, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante do Decreto de 14 de agosto de 2001, que “Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências”. As entidades mencionadas são as seguintes:

1 – Fundação Evangelli Nuntiandi, originariamente Rádio Alvorada de Parintins Ltda., a partir de 16 de julho de 1995, na cidade de Parintins – AM (onda média);

2 – Rádio Barra do Mendes Ltda., a partir de 30 de abril de 1996, na cidade de Barra do Mendes – BA (onda média);

3 – Radiosul Emissoras Integradas Ltda., a partir de 27 de fevereiro de 1996, na cidade de Campo Grande – MS (onda média);

4 – Empresa de Radiodifusão Sete Cidades de Piracuruca Ltda., a partir de 17 de dezembro de 1995, na cidade de Piracuruca – PI (onda média);

5 – Alagamar Rádio Sociedade Ltda., a partir de 10 de abril de 1996, na cidade de Macau – RN (onda média);

6 – Sociedade Rádio Difusora de Rancharia Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Rancharia – SP (onda média);

7 – Rádio Araranguá Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Araranguá – SC (onda média);

8 – Rádio Globo Catarinense Ltda., originariamente Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Blumenau – SC (onda média);

9 – Rádio Nereu Ramos Ltda., originariamente Rádio Estadual Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Blumenau – SC (onda média);

10 – Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Brusque – SC (onda média);

11 – Diário da Manhã Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Florianópolis – SC (onda média);

12 – Rádio Canoinhas Ltda., a partir de 18 de fevereiro de 1985, na cidade de Florianópolis – SC (onda média);

13 – Rádio Difusora Itajaí Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Itajaí – SC (onda média);

14 – Rádio Sociedade Catarinense Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Joaçaba – SC (onda média);

15 – Rádio Princesa Ltda., a partir de 20 de agosto de 1994, na cidade de Lages – SC (onda média);

16 – Rádio Clube de São João Batista Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São João Batista – SC (onda média);

17 – Rádio Jornal A Verdade Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São José – SC (onda média);

18 – JK Santa Catarina Empresa de Comunicações Ltda., originariamente Rádio Canoinhas Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Tubarão – SC (onda média);

19 – Rádio Princesa do Oeste Ltda., a partir de 19 de fevereiro de 1995, na cidade de Xanxerê – SC (onda média);

20 – Televisão Cidade Modelo Ltda., a partir de 30 de setembro de 1995, na cidade de Dourados – MS (sons e imagens); e

21 – Firenze Comunicação e Produção Ltda., originariamente TV Barriga Verde Ltda., a partir de 6 de junho de 1994, na cidade Florianópolis – SC (sons e imagens).

Brasília, 21 de agosto de 2001. – **Fernando Henrique Cardoso.**

MC Nº 325 EM

Brasília, 25 de junho de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Submeto à consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de decreto que trata da renovação de concessões, outorgadas às entidades abaixo relacio-

nadas, para explorar serviço de radiodifusão, nas localidades e Unidades da Federação indicadas:

- Fundação Evangelli Nuntiandi, concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Parintins, Estado do Amazonas (Processo nº 53630.000063/95);

- Rádio Barra do Mendes Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Barra do Mendes, Estado da Bahia (Processo nº 53640.000882/95);

- RadioSul Emissoras Integradas Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.001495/95):

- Empresa de Radiodifusão Sete Cidades de Piracuruca Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Piracuruca, Estado do Piauí (Processo nº 53760.000239/95);

- Alagamar Rádio Sociedade Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 53780.000210/95);

- Sociedade Rádio Difusora de Rancharia Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Rancharia, Estado de São Paulo (Processo nº 50830.000312/94);

- Rádio Araranguá Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000208/94);

- Rádio Globo Catarinense Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina (Processo nº 50820.00005/94);

- Rádio Nereu Ramos Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000241/94);

- Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000212/94);

- Diário da Manhã Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000191/94);

- Rádio Canoinhas Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000951/94);

- Rádio Difusora Itajaí Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na

cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000235/94);

- Rádio Sociedade Catarinense Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina (Processo nº 50820.000060/94);

- Rádio Princesa Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000454/94);

- Rádio Clube de São João Batista Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São João Batista, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000358/94);

- Rádio Jornal a Verdade Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000233/94);

- JK Santa Catarina Empresa de Comunicações Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000219/94);

- Rádio Princesa do Oeste Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000919/94);

- Televisão Cidade Modelo Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul (Processo nº 53700.000336/95);

- Firenze Comunicação e Produção Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina (Processo nº 53820.000230/94).

2. Observo que a renovação do prazo de vigência das outorgas para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.

2. Cumpre ressaltar que os pedidos foram analisados pelos órgãos técnicos deste Ministério e considerados de acordo com os dispositivos legais aplicáveis, demonstrando possuir as entidades as qualificações necessárias á renovação da concessão.

4. Nessa conformidade, e em observância ao que dispõem a Lei nº 5.785, de 1972, e seu Regulamento. Decreto nº 88.066, de 1983. submeto o assunto á superior consideração de Vossa Excelência para decisão e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao § 3º do art. 223 da Constituição.

Respeitosamente, **Pimenta da Veiga**, Ministro de Estado das Comunicações.

**DECRETO DE 14 DE AGOSTO DE 2001****Renova concessão das entidades que menciona, para explorar serviços de radiodifusão, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, 33, § 3º da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e tendo em vista o disposto no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983,

Decreta:

Art. 1º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de dez anos, serviço de radiodifusão sonora em onda média:

I – Fundação Evangelli Nuntiandi, a partir de 16 de julho de 1995, na cidade de Parintins, Estado do Amazonas, outorgada originariamente à Rádio Alvorada de Parintins Ltda., conforme Decreto nº 55.931, de 19 de abril de 1965, renovada pelo Decreto nº 91.437, de 15 de julho de 1985, e transferida pelo Decreto de 15 de julho de 1996, para a concessionária de que trata este inciso (Processo nº 53630.000063/95);

II – Rádio Barra do Mendes Ltda., a partir de 30 de abril de 1996, na cidade de Barra do Mendes, Estado da Bahia, outorgada pelo Decreto nº 92.485, de 21 de março de 1986 (Processo nº 53640.000882/95);

III – Radiosul Emissoras Integradas Ltda., a partir de 27 de fevereiro de 1996, na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 92.335, de 27 de janeiro de 1986 (Processo nº 53700.001495/95);

IV – Empresa de Radiodifusão Sete Cidades de Piracuruca Ltda., a partir de 17 de dezembro de 1995, na cidade de Piracuruca, Estado do Piauí, outorgada pelo Decreto nº 91.865, de 1º de novembro de 1985 (Processo nº 53760.000239/95);

V – Alagamar Rádio Sociedade Ltda., a partir de 10 de abril de 1996, na cidade de Macau, Estado do Rio Grande do Norte, outorgada pelo Decreto nº 92.412, de 20 de fevereiro de 1986 (Processo nº 53780.000210/95);

VI – Sociedade Rádio Difusora de Rancharia Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Rancharia, Estado de São Paulo, outorgada pela Portaria MVOP nº 1.064, de 9 de dezembro de 1948, renovada pela Portaria nº 252, de 9 de outubro de 1985, e autorizada a passar à condição de concessionária em virtude de aumento de potência de sua estação transmissora, conforme Exposição de Motivos nº 112, de 15

de setembro de 1994, do Ministério das Comunicações (Processo nº 50830.000312/94);

VII – Rádio Araranguá Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria nº 142, de 11 de fevereiro de 1948, e renovada pelo Decreto nº 89.591, de 27 de abril de 1984 (Processo nº 53820.000208/94);

VIII – Rádio Globo Catarinense Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, outorgada originariamente à Sociedade Rádio Difusora Vale do Itajaí Ltda., pela Portaria MVOP nº 393, de 8 de maio de 1957, transferida para a Empresa Rádio Difusora Cidade Jardim Ltda., pela Portaria MC nº 62, de 23 de abril de 1981, renovada pelo Decreto nº 89.591, de 27 de abril de 1984, e transferida para a entidade de que trata este inciso, pelo Decreto de 6 de outubro de 1997 (Processo nº 50820.000057/94);

IX – Rádio Nereu Ramos Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, outorgada originariamente à Rádio Estadual Ltda., conforme Portaria MVOP nº 236, de 25 de março de 1958, transferida pela Portaria nº 1.282, de 5 de dezembro de 1978, para a concessionária de que trata este inciso, e renovada pelo Decreto nº 91.012, de 27 de fevereiro de 1985 (Processo nº 53820.000241/94);

X – Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 177, de 19 de fevereiro de 1948, e renovada pelo Decreto nº 89.591, de 27 de abril de 1984 (Processo nº 53820.000212/94);

XI – Diário da Manhã Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 663, de 21 de julho de 1954, e renovada pelo Decreto nº 89.409, de 29 de fevereiro de 1984 (Processo nº 53820.000191/94);

XII – Rádio Canoinhas Ltda., a partir de 18 de fevereiro de 1985, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 55.094, de 1º de dezembro de 1964, e renovada pelo Decreto nº 90.770, de 28 de dezembro de 1984 (Processo nº 53820.000951/94);

XIII – Rádio Difusora Itajaí Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 770, de 21 de setembro de 1945, e renovada pelo Decreto nº 89.426, de 8 de março de 1984 (Processo nº 53820.000235/94);

XIV – Rádio Sociedade Catarinense Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Joaçaba, Estado

de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 945, de 13 de novembro de 1945, e renovada pelo Decreto nº 89.409, de 29 de fevereiro de 1984 (Processo nº 50820.000060/94);

XV – Rádio Princesa Ltda., a partir de 20 de agosto de 1994, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 54.063, de 30 de julho de 1964, e renovada pelo Decreto nº 91.561, de 23 de agosto de 1985 (Processo nº 53820.000454/94);

XVI – Rádio Clube de São João Batista Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São João Batista, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MJNI nº 341-E, de 28 de novembro de 1961, renovada pelo Decreto nº 89.627, de 8 de maio de 1984 (Processo nº 53820.000358/94);

XVIII – Rádio Jornal A Verdade Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de São José, Estado de Santa Catarina, outorgada pela Portaria MVOP nº 887, de 28 de novembro de 1957, e renovada pelo Decreto nº 90.099, de 23 de agosto de 1984 (Processo nº 53820.000233/94);

XVIII – JK Santa Catarina Empresa de Comunicações Ltda., a partir de 1º de maio de 1994, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, outorgada originariamente à Rádio Canoinhas Ltda., conforme Portaria MVOP nº 452-C, de 23 de junho de 1961, transferida pela Portaria MC nº 235, de 31 de outubro de 1984, para a concessionária de que trata este inciso, e renovada pelo Decreto nº 91.571, de 23 de agosto de 1985 (Processo nº 53820.000219/94);

XIX – Rádio Princesa do Oeste Ltda., a partir de 19 de fevereiro de 1995, na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, outorgada pelo Decreto nº 55.093, de 1º de dezembro de 1964, e renovada pelo Decreto nº 90.768, de 28 de dezembro de 1984 (Processo nº 53820.000919/94).

Art. 2º Fica renovada a concessão das entidades abaixo mencionadas, para explorar, sem direito de exclusividade, pelo prazo de quinze anos, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão):

I – Televisão Cidade Modelo Ltda., a partir de 30 de setembro de 1995, na cidade de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, outorgada pelo Decreto nº 85.063, de 25 de agosto de 1980 (Processo nº 53700.000336/95);

II – Firenze Comunicação e Produção Ltda., a partir de 6 de junho de 1994, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, outorgada originariamente à TV Barriga Verde Ltda., pelo Decreto nº 83.310, de 4 de abril de 1979, autorizada a mudar sua denominação social para a atual, conforme

Portaria nº 37, de 8 de julho de 1994 (Processo nº 53820.000230/94).

Art. 3º A exploração do serviço de radiodifusão, cujas concessões são renovadas por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 4º A renovação da concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de agosto de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

#### **PARECER/SEJUR/DRMC/SC Nº 18/97**

**Referência:** Processo nº 53820.000212/94.

**Interessada:** Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda.

**Origem:** SECOM/DRMC/SC.

**Assunto:** Renovação de Outorga.

**Ementa:** Concessão Para Executar Serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, cujo prazo teve seu termo final em 1º-5-94. Pedido apresentado intempestivamente. Regulares a situação técnica e a vida societária.

**Conclusão:** Pelo Deferimento.

A Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, na cidade de Brusque, SC, requer renovação do prazo de vigência de sua concessão, cujo termo final ocorreu em 1º-5-94.

#### **I – Dos Fatos**

Mediante Portaria MVOP nº 177, de 19 de fevereiro de 1948, **DOU** de 22-4-48, foi autorizada permissão a Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda., para explorar por 10 anos o serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias, na cidade de Brusque, Santa Catarina.

A outorga em questão começou a vigorar em 22-4-48, data da publicação da portaria de permissão no **Diário Oficial** da União.

A concessão em tela foi objeto de duas transferências indiretas: a primeira, autorizada pela Portaria nº 987, de 4-10-75, **DOU** de 10-10-75 e a segunda, autorizada pela EM nº 57/MC de 27-5-93, **DOU** de 7-7-93.

A entidade obteve aumento de potência para sua emissora passando a condição de concessionária

ria, razão pela qual o pedido de renovação deverá ser encaminhado a consideração do Sr. Presidente da República, a quem compete a decisão.

Cumpra ressaltar que durante o período de vigência da outorga a entidade sofreu penas e foi advertida, conforme se verifica de seus assentamentos cadastrais.

As punições aplicadas foram as seguintes: 1 (uma) multa e 4 (quatro) advertências, conforme fl. 34 dos autos.

## II – Do Mérito

O Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estabelece os prazos de 10 (dez) anos para os serviços de radiodifusão sonora e 15 (quinze) anos para os serviços de radiodifusão de som e imagem, que estes poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais (art. 33, § 3º), períodos estes mantidos pela atual Constituição.

De acordo com o art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, as entidades que desejarem a renovação do prazo de sua outorga, deverão redigir requerimento ao órgão competente, no período compreendido entre o 6º e o 3º mês anterior ao término do respectivo prazo.

O prazo de vigência desta concessão teve seu termo final dia 1º-5-94, porquanto começou a vigorar em 1º-5-84, com a publicação do Decreto nº 89.591, de 27 de abril de 1984, **Diário Oficial** de 30-4-84, que renovou a mencionada concessão, e os efeitos jurídicos da outorga foram mantidos pelo prazo residual, conforme disposto no Decreto de 10 de maio de 1991, publicado no **Diário Oficial** de 13 subsequente, cabendo esclarecer que o prazo desta concessão já foi renovado anteriormente, no período próprio.

O pedido de renovação da outorga, ora em exame, foi protocolizado nesta delegacia, no dia 18-3-94, intempestivamente, uma vez que de acordo com a lei de renovação o pedido deveria ser apresentado entre 1º-11-93 e 1º-2-94.

A requerente tem seus quadros societário e diretivo aprovados pelo Poder Concedente com a seguinte composição:

NOMES DOS SÓCIOS	No. de COTAS	VALOR EM R\$
CIRO MARCIAL ROZA	1.960.000	1.960.000,00
DENISE MACHADO ROZA	490.000	490.000,00
TOTAL	2.450.000	2.450.000,00

A emissora se encontra operando regularmente, dentro das características técnicas que lhe foram atribuídas, conforme indica o setor de Engenharia a fl. 33.

É regular a situação da concessionária perante o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, consoante informação de fl. 33.

Consultado o Cadastro Nacional de Radiodifusão verificou-se que a entidade, seu sócios e dirigentes não ultrapassam os limites fixados pelo art. 12 e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Finalmente observa-se que o prazo de vigência da outorga deverá ser renovado a partir de 1º-5-94.

### Conclusão:

Do exposto, concluímos pelo deferimento do pedido, sugerindo o encaminhamento dos autos ao Departamento de Outorgas, que o enviará a Consultoria Jurídica, para prosseguimento.

É o parecer **sub censura**.

Florianópolis, 6 de maio de 1997. – **Secundino da Costa Lemos**, Advogado – OAB/SC-11066.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 478 a 494, de 2005**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Educação, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, b, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 273/2005 – GLDPT

Brasília, 19 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Paulo Paim como membro titular da Comissão de Educação do Senado Federal, em substituição ao Senador Cristovam Buarque.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do Partido dos Trabalhadores.

Ofício nº 274/2005 – GLDPT

Brasília, 19 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Serys Shessarenko, como membro titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em substituição ao Senador Cristovam Buarque.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do Partido dos Trabalhadores.

Ofício nº 275/2005 – GLDPT

Brasília, 19 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Flávio Arns, como membro titular da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, em substituição ao Senador Cristovam Buarque.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do Partido dos Trabalhadores.

Ofício nº 276/2005 – GLDPT

Brasília, 19 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Delcídio Amaral, como membro suplente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, em substituição ao Senador Cristovam Buarque.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do Partido dos Trabalhadores.

Ofício nº 277/2005 – GLDPT

Brasília, 19 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Fátima Cleide como membro suplente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, em substituição ao Senador Cristovam Buarque.

Atenciosamente, – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 145/2005-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 19 de outubro de 2005.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão apro-

vou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que “Dispõe sobre a contratação de empresas prestadoras de serviços a terceiros pela Administração Pública Federal”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 110/05

Brasília, 20 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Arthur Virgílio, pelo Senador Antero Paes de Barros, como membro titular, na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão Especial Mista destinada a elaborar projetos de lei necessários à regulamentação da matéria tratada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Cordialmente, – Senador **Tasso Jereissati**, No exercício de Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Será feita a substituição solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2003** (nº 735/2003, na Casa de origem), que *altera a redação dos arts. 165, 276, 277 e 302 da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro* (dispõe sobre dirigir sob a influência de álcool ou qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica).

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2003**, de autoria



da Senadora Serys Slhessarenko, que *define os crimes resultantes de discriminação ao portador do vírus HIV ou ao doente de aids, e dá outras providências*.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR)

– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 80, DE 2005

#### **Altera dispositivos da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, que “institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar”.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O artigo 1º da Resolução nº 20, de 1993 passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 1º O Senador, ainda que licenciado, assim como os respectivos suplentes, submetem-se às disposições constitucionais, legais e regimentais, bem como às deste Código. (NR)

Art. 2º O Inciso II do artigo 4º passa a vigorar com a seguinte redação, suprimindo-se o seu § 2º, transformando seu § 1º em parágrafo único:

Art. 4º .....

I – .....

II – dirigir ou gerir empresas, órgãos, meios de comunicação, tais como jornais, agências de publicidade, revistas, periódicos, editoras de livros e similares, além de empresas que executem serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens;

III – .....

Parágrafo único. .... (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

A proposição em tela visa eliminar a possibilidade de distorções quanto às condutas durante a atividade parlamentar. Com efeito, a questão hoje é relevante e urge a necessidade de pleno esclarecimento do que seja, no exercício do mandato senatorial, a prática de atitudes e comportamentos que possam motivar a abertura de procedimento de apuração de possível quebra da ética e do decoro parlamentar.

O problema que se torna imprescindível resolver diz respeito às atividades exercidas por Senador licenciado. Pergunta-se: são passíveis de investigação, procedimento ou representação, junto ao Conselho de

Ética e Decoro Parlamentar, os atos praticados por Senador licenciado, seja para assumir cargo ou função pública, seja por motivação particular?

A Resolução nº 20 de 1993, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar, não elucida a polêmica. De fato, do texto em vigor depreende-se que somente o parlamentar, no caso Senador, no pleno exercício do mandato está sujeito às suas disposições.

A Câmara dos Deputados, em face de situação semelhante, no caso específico: processar ou não Deputado por atividade incompatível com a ética e o decoro parlamentar, quando no exercício de cargo no Executivo. Aquela Casa Legislativa houve por bem contornar o problema mediante aprovação, pelo seu Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de “estudo” elaborado por Consultor Legislativo daquela Casa.

Creemos que tal solução não seja a mais adequada. Dada a constituição de nosso estado legal ser firmemente alicerçada no direito positivo, nada mais adequado e necessário do que a explícita e inequívoca normalização do assunto. Afinal, além da impropriedade e do vácuo jurídico, temos que lembrar que as conseqüências de processos por eventual quebra do decoro podem levar a penas como a perda do mandato, que foi legitimamente conquistado pelo voto, e havendo equívocos nestes processos, estaria sendo afrontado o grave princípio constitucional da democracia e da soberania popular.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

#### *LEGISLAÇÃO CITADA*

#### RESOLUÇÃO Nº 20, DE 1993

#### **Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.**

O Senado Federal resolve:

#### CAPÍTULO I

#### **Dos Deveres Fundamentais do Senador**

Art. 1º No exercício do mandato, o Senador atenderá às prescrições constitucionais e regimentais e às contidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos.

Art. 4º É, ainda, vedado ao Senador:

I – celebrar contrato com instituição financeira controlada pelo Poder Público, incluídos nesta vedação, além do Senador como pessoa física, seu cônjuge ou companheira e pessoas jurídicas direta ou indiretamente por ele controladas;

II – dirigir ou gerir empresas, órgãos e meios de comunicação, considerados como tal pessoas ju-

rídicas que indiquem em seu objeto social a execução de serviços de radiodifusão sonora ou de sons e imagens;

III – praticar abuso do poder econômico no processo eleitoral.

§ 1º É permitido ao Senador, bem como a seu cônjuge ou companheira, movimentar contas e manter cheques especiais ou garantidos, de valores correntes e contrato de cláusulas uniformes, nas instituições financeiras referidas no inciso I.

§ 2º Excluem-se da proibição constante do inciso II a direção ou gestão de jornais, editoras de livros e similares.



### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, DE 2005

#### **Altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 74, o inciso I do art. 79 e o **caput** do art. 99 da Lei nº 10.741/2003, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 74. ....

I – .....

II – promover e acompanhar as ações de saúde, de alimentos, de medicamentos, de interdição total ou parcial, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida e oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco;

Art. 79. ....

I – acesso às ações, serviços de saúde, alimentação e medicamentos;

II – .....

III – .....

IV – .....

Parágrafo único. ....

Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos, de medicamentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:

Pena – detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 2º Se resulta a morte:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

#### **Justificação**

Esta proposição vem suprir lacuna existente no Estatuto do Idoso, que, sem dúvida, é uma das normas mais justas, coerentes e avançadas do País. Entretanto, como ocorre com algumas leis, sua aplicabilidade fica comprometida quando na prática da lei são identificadas ações e responsabilidades que não são assumidas pelas instituições que lhes compete, aliando-se a este vácuo de gestão à respectiva omissão punitiva. Corrigir estas lacunas é o objetivo deste projeto.

Especificamente, ele se refere ao direito que tem o idoso tem de receber, gratuitamente, medicamentos, conforme dispõe o art. 15 do Estatuto. Via de regra os órgãos de saúde têm se eximido desta responsabilidade, e devido ao disposto na regra em vigor, para fazer valer seus direitos, líquidos e imediatos pelo Estatuto, o idoso tem que necessariamente provocar o Poder Judiciário, com o ônus do tempo e das custas processuais.

A proposta atribui ao Ministério Público a tutela sobre as ações que envolvam a fragilização do direito ao medicamento, além de, por coerência e simetria, remir estas situações lesivas aos aspectos e ditames punitivos de sua ação.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

#### *LEGISLAÇÃO CITADA*

#### LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003

Art. 74. Compete ao Ministério Público:

I – instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso;

II – promover e acompanhar as ações de alimentos, de interdição total ou parcial, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida e oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco;

III – atuar como substituto processual do idoso em situação de risco, conforme o disposto no art. 43 desta lei;

IV – promova a revogação de instrumento procuratório do idoso, nas hipóteses previstas no art. 43 desta Lei, quando necessário ou o interesse público justificar;

V – instaurar procedimento administrativo e, para instruí-lo:

a) expedir notificações, colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado da pessoa notificada, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar;

b) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta e indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias;

c) requisitar informações e documentos particulares de instituições privadas;

VI – instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, para a apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção ao idoso;

VII – zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados ao idoso, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

VIII – inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata esta Lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas;

IX – requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços de saúde, educacionais e de assistência social, públicos, para o desempenho de suas atribuições;

X – referendar transações envolvendo interesses e direitos dos idosos previstos nesta Lei.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações cíveis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo dispuser a lei.

§ 2º As atribuições constantes deste artigo não excluem outras, desde que compatíveis com a finalidade e atribuições do Ministério Público.

§ 3º O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a toda entidade de atendimento ao idoso.

Art. 79. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados ao idoso, referentes à omissão ou ao oferecimento insatisfatório de:

I – acesso às ações e serviços de saúde;

II – atendimento especializado ao idoso portador de deficiência ou com limitação incapacitante;

III – atendimento especializado ao idoso portador de doença infecto-contagiosa;

IV – serviço de assistência social visando ao amparo do idoso.

Parágrafo único. As hipóteses previstas neste artigo não excluem da proteção judicial outros interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, próprios do idoso, protegidos em lei.

Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:

Pena – detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena – reclusão de 1 (um) à 4 (quatro) anos.

§ 2º Se resulta a morte:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

*(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a último a decisão terminativa.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005-COMPLEMENTAR**

**Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º .....

II – .....

m) os magistrados, até dois anos depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções;

III – .....

a) os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República especificados nas alíneas a e m do inciso II deste artigo e, no tocante às demais alíneas, quando

se tratar de repartição pública, associação ou empresas que operem no território do Estado ou do Distrito Federal, observados os mesmos prazos;

.....  
IV- .....

**a)** no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, observado o prazo de dois anos, quanto aos magistrados, e de quatro meses, quanto aos demais, para a desincompatibilização;

.....  
V - .....

**a)** os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República especificados nas alíneas a e m do inciso II deste artigo e, no tocante às demais alíneas, quando se tratar de repartição pública, associação ou empresa que opera no território do Estado, observados os mesmos prazos;

.....  
VII- .....

**a)** no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para o Senado Federal e para a Câmara dos Deputados, observado o prazo de dois anos, quanto aos magistrados, e de quatro meses, quanto aos demais, para a desincompatibilização;

..... (NR)''

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o item 8 da alínea a do inciso II do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

### Justificação

Dada sua dignidade e importância, o direito subjetivo público do cidadão de ser eleito para cargo político, também denominado direito de sufrágio passivo ou **Jus Honorum**, tem suas normas de regência emanadas diretamente da Constituição da República (art. 14) ou delegadas à lei complementar, na forma do art. 14, § 9º, da própria Carta Magna.

Nesse sentido, a sede legal desses preceitos é a vigente Lei Complementar nº 64, de 1990, que, em seu art. 1º, estabelece todo um rol de inelegibilidades.

Em correlação com a abordagem doutrinária e, portanto, científica do tema, em que se podem identificar

dois grandes tipos de inelegibilidades (as cominadas e as inatas ou originárias), assim também o legislador cuidou de estremá-las, positivamente, dedicando o inciso I do art. 1º para as primeiras e os incisos de II a VII para as últimas.

Isso porque nem sempre a inelegibilidade, entendida como impossibilidade jurídica de concorrer às eleições, tem finalidade sancionadora, servindo como inflição de pena pela prática de atos exprobatíveis, como é o caso das inelegibilidades ditas cominadas.

Muitas vezes, a inelegibilidade visa, tão-somente, à prevenção do equilíbrio da disputa eleitoral, proporcionando meios de salvaguarda dos princípios da isonomia entre os candidatos e o da moralidade pública.

Tal é, aliás, o objetivo desta proposição ora apresentada à consideração dos membros do Congresso Nacional.

De há muito nos preocupa a situação peculiar dos magistrados, especialmente os ocupantes de cargos nos tribunais superiores, em face de sua participação nos pleitos eleitorais na qualidade de candidatos.

Parece-nos que o prazo de desincompatibilização previsto na Lei Complementar 64/90 – 6 meses – para seu afastamento dos cargos e inadequado e insuficiente para prevenir eventual (e freqüente) utilização do prestígio da função não apenas como fonte de influências indesejáveis no processo eleitoral, como até mesmo para viabilizar candidaturas.

Por um lado, à magistratura se reserva posição privilegiada no processo eleitoral, agravada pela natureza vicariante da Justiça Eleitoral, alimentada por quadros oriundos da Justiça Comum.

Nesse aspecto, parece-nos que o papel destacado dos juízes na organização dos prélios, decidindo sobre questões estratégicas para a verdade eleitoral, como registro de estatutos partidários, filiações, domicílio eleitoral e outras, já não recomendam como adequado o exíguo prazo de desincompatibilização a que se sujeitam para concorrer aos pleitos.

Mas, o problema que nos parece ainda mais sério nessa matéria, e verdadeira inspiração deste projeto, é o agravamento recente de uma situação da quase dupla militância de alguns membros dos Tribunais Superiores, sempre cogitados como aspirantes aos cargos eletivos de maior relevo da República, com sua conduta notória e impudente como “pré-candidatos”, tirando partido das prerrogativas de sua posição funcional.

Chega-se a falar até em “bancada do governo” em alguns Pretórios, o que é, à toda evidência, nefasto para as instituições democráticas e para a eficácia esperada do princípio da separação dos Poderes do Estado.

Assim, aumentando para 2 anos o período de afastamento definitivo das funções judicantes por parte do magistrado-candidato, a presente iniciativa tem não só a função de tentar remover uma vantagem indevida ostentada pelos magistrados pelo exercício de seus cargos nas imediações dos certames eleitorais, restabelecendo o equilíbrio dos pleitos e a isonomia dos candidatos, mas também a de imunizar o Poder Judiciário contra excessiva politização, danosa à própria credibilidade do poder togado, cujo esteio reside na neutralidade, ausência de paixões e imparcialidade dos provimentos jurisdicionais.

É preciso e urgente, ao nosso ver, conferir-se o maior cunho de profissionalismo possível e máxima isenção aos exercentes da magistratura.

E, nesse diapasão, é de todo indesejável a promiscuidade entre a função jurisdicional e a função política, especialmente, em nosso ordenamento jurídico-constitucional, onde já é grande a injunção política, notadamente por parte do Poder Executivo, na escolha de juízes e ministros dos tribunais, mercê de previsão constitucional de suas nomeações pelo Presidente da República.

Assim, cremos convir ao interesse público, senão impedir, ao menos criar dificuldades adicionais razoáveis para o juiz transitar livremente entre o exercício da judicatura e o de mandato político eletivo.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2005. – Senador **Jefferson Peres**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

- I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
- II – facultativos para:
  - a) os analfabetos;
  - b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o pleno exercício dos direitos políticos;
- III – o alistamento eleitoral;
- IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V – a filiação partidária;
- VI – a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para governador e vice-governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para deputado federal, deputado estadual ou distrital, prefeito, vice-prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo seja titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I – se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II – se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pre-

gressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

§ 10. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11. A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 64,  
DE 18 DE MAIO DE 1990

**Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação, e determina outras providências.**

.....

Art. 1º São inelegíveis:

I – para qualquer cargo:

**a)** os inalistáveis e os analfabetos;

**b)** os membros do Congresso Nacional, das assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto no art. 55, I e II, da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 3 (três) anos subsequentes ao término da legislatura;

**c)** o governador e o vice-governador de Estado e do Distrito Federal, o prefeito e o vice-prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 3 (três) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;

**d)** os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem 3 (três) anos seguintes;

**e)** os que forem condenados criminalmente, com sentença transitada em julgado, pela prática de crime contra a economia popular, a fé pública, a administra-

ção pública, o patrimônio público, o mercado financeiro, pelo tráfico de entorpecentes e por crimes eleitorais, pelo prazo de 3 (três) anos, após o cumprimento da pena;

**f)** os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

**g)** os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se a questão houver sido ou estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 5 (cinco) anos seguintes, contados a partir da data da decisão;

**h)** os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político apurado em processo, com sentença transitada em julgado, para as eleições que se realizarem nos 3 (três) anos seguintes ao término do seu mandato ou do período de sua permanência no cargo;

**i)** os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade;

II – para Presidente e Vice-Presidente da República:

**a)** até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções:

1. os ministros de Estado;

2. os chefes dos órgãos de assessoramento direto, civil e militar, da Presidência da República;

3. o chefe do órgão de assessoramento de informações da Presidência da República;

4. o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;

5. o advogado-geral da União e o consultor-geral da República;

6. os chefes do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

7. os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica;

8. os Magistrados;

9. os presidentes, diretores e superintendentes de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas e as mantidas pelo poder público;

10. os governadores de estado, do Distrito Federal e de Territórios;

11. os interventores federais;

12. os secretários de estado;

13. os prefeitos municipais;

14. os membros do Tribunal de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal;

15. o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal;

16. os secretários-gerais, os secretários-executivos, os secretários nacionais, os secretários federais dos ministérios e as pessoas que ocupem cargos equivalentes;

**b)** os que tenham exercido, nos 6 (seis) meses anteriores à eleição, nos Estados, no Distrito Federal, Territórios e em qualquer dos poderes da União, cargo ou função, de nomeação pelo Presidente da República, sujeito à aprovação prévia do Senado Federal;

**c)** (Vetado);

**d)** os que, até 6 (seis) meses antes da eleição, tiverem competência ou interesse, direta, indireta ou eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades;

**e)** os que, até 6 (seis) meses antes da eleição, tenham exercido cargo ou função de direção, administração ou representação nas empresas de que tratam os arts. 3º e 5º da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, quando, pelo âmbito e natureza de suas atividades, possam tais empresas influir na economia nacional;

**f)** os que, detendo o controle de empresas ou grupo de empresas que amem no Brasil, nas condições monopolísticas previstas no parágrafo único do art. 5º da lei citada na alínea anterior, não apresentarem à Justiça Eleitoral, até 6 (seis) meses antes do pleito, a prova de que fizeram cessar o abuso apurado, do poder econômico, ou de que transferiram, por força regular, o controle de referidas empresas ou grupo de empresas;

**g)** os que tenham, dentro dos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito, ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, por contribuições impostas pelo poder Público ou com recursos arrecadados e repassados pela Previdência Social;

**h)** os que, até 6 (seis) meses depois de afastados das funções, tenham exercido cargo de presidente, diretor ou superintendente de sociedades com objetivos exclusivos de operações financeiras e

façam publicamente apelo à poupança e ao crédito, inclusive através de cooperativas e da empresa ou estabelecimentos que gozem, sob qualquer forma, de vantagens asseguradas pelo poder público, salvo se decorrentes de contratos que obedeçam a cláusulas uniformes;

**i)** os que, dentro de 6 (seis) meses anteriores ao pleito, hajam exercido cargo ou função de direção, administração ou representação em pessoa jurídica ou em empresa que mantenha contrato de execução de obras, de prestação de serviços ou de fornecimento de bens com órgão do Poder Público ou sob seu controle, salvo no caso de contrato que obedeça a cláusulas uniformes;

**j)** os que, membros do Ministério Público, não se tenham afastado das suas funções até 6 (seis) meses anteriores ao pleito;

**l)** os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, inclusive das fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais;

III – para governador e vice-governador de Estado e do Distrito Federal;

**a)** os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República especificados na alínea **a** do inciso II deste artigo e, no tocante às demais alíneas, quando se tratar de repartição pública, associação ou empresas que operem no território do Estado ou do Distrito Federal, observados os mesmos prazos;

**b)** até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos ou funções:

1. os chefes dos Gabinetes Civil e Militar do governador do Estado ou do Distrito Federal;

2. os comandantes do Distrito Naval, região Militar e zona Aérea;

3. os diretores de órgãos estaduais ou sociedades de assistência aos municípios;

4. os secretários da administração municipal ou membros de órgãos congêneres;

IV – para prefeito e vice-prefeito:

**a)** no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, observado o prazo de 4 (quatro) meses para a desincompatibilização;

**b)** os membros do Ministério Público e Defensoria Pública em exercício na Comarca, nos 4 (quatro)

meses anteriores ao pleito, sem prejuízo dos vencimentos integrais;

**c)** as autoridades policiais, civis ou militares, com exercício no município, nos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito;

V – para o Senado Federal:

**a)** os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República especificados na alínea **a** do inciso II deste artigo e, no tocante às demais alíneas, quando se tratar de repartição pública, associação ou empresa que opere no território do estado, observados os mesmos prazos;

**b)** em cada Estado e no Distrito Federal, os inelegíveis para os cargos de governador e vice-governador, nas mesmas condições estabelecidas, observados os mesmos prazos;

VI – para a Câmara dos Deputados, Assembléia Legislativa e Câmara Legislativa, no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para o Senado Federal, nas mesmas condições estabelecidas, observados os mesmos prazos;

VII – para a Câmara Municipal:

**a)** no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para o Senado Federal e para a Câmara dos Deputados, observado o prazo de 6 (seis) meses para a desincompatibilização;

**b)** em cada município, os inelegíveis para os cargos de prefeito e vice-prefeito, observado o prazo de 6 (seis) meses para a desincompatibilização.

§ 1º Para concorrência a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até 6 (seis) meses antes do pleito.

§ 2º O vice-presidente, o vice-governador e o vice-prefeito poderão candidatar-se a outros cargos, preservando os seus mandatos respectivos, desde que, nos últimos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, não tenham sucedido ou substituído o titular.

§ 3º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes, consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Os projetos de lei do Senado que acabam de

ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas. ao **Projeto de Resolução nº 80, de 2005**, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, **a**, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 57, DE 2005

**Dá nova redação ao § 4º do Art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda à Constituição:

Art. 1º O § 4º do Art. 66 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 66. ....

§ 4º O veto será apreciado separadamente, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos senadores e dos deputados, em escrutínio secreto, aplicando-se, no que couber, as disposições do Art. 65 desta Constituição.(NR)

.....”

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

Esta proposta de emenda constitucional que apresentamos à consideração das Casas do Congresso Nacional visa a alterar o § 4º do Art. 66 da Lei Maior, que dispõe:

“§ 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores, em escrutínio secreto.”

Temos constatado que, dentre os problemas da eficácia constitucional, no âmbito do processo legislativo, avulta a difícil deliberação do Congresso Nacional sobre vetos. Trata-se, frise-se, de assunto não adequadamente resolvido sob a égide da Carta de 1988.



Tanto isso é verdade que, sem pretendermos analisar as razões, resta sem deliberação, um grande número de vetos, alguns apostos há vários anos.

A nova sistemática restabelece que o veto seja apreciado separadamente, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, não mais, por conseguinte,

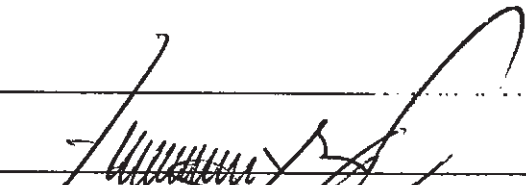



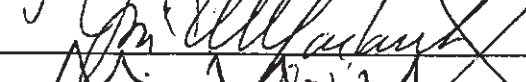


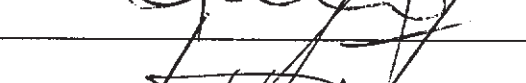





em sessão conjunta, do Congresso Nacional, tornando assim menos demorada sua apreciação.

Esperamos que a presente PEC possa, após sua discussão, ser acolhida pelos integrantes do Senado Federal e Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2005.

	MARCO MACIEL
	GERARDO MESQUITA JR
	Augusto Botelho
	FERNANDO AZEITEIRO
	CRISTOVAN BUARQUE
	CAMILLO SALES
	WELLINGTON SALGADO
	JUVENAL JUVENCIO
	Juvenal Juvêncio

	CÉSAR BORGES
Saturucino	Azeiteiro
HELOISA HELENA	Helôise Helena
	Armando de Sá
	Ely de Sá
	SÉRGIO DE SA
	GILBERTO MESQUITA
	J. PERES
	ALBERTO SILVA
	MÁRCIO MALTA
	JOÃO CARLOS
	J. CAPIBERIBE
	Manoel de Cássio
	JORGE BORJA
	ALEX RIBEIRO
	JOÃO BAPTISTA DE MATTOS
	E. LORA
	ACM
	SÉRGIO
	Reginaldo Duarte

	FERNANDO BEZERRA
	JOÃO NOGUEIRA
	ACIVALDO
	ANA JÚLIA CARREIRA
	JOSÉ MARANHÃO
	Flávio ARNS
	AMIR LANDO
	ROMERO JUCÁ
	JOSÉ AGRIPINO
	Tião Viana
	GARIBALDI ALVES
	SERGIO CABRAL
	Depelto

## LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
 Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.  
 .....

.....  
 § 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.  
 .....

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 58, DE 2005

**Altera o art. 159, da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente a, o saldo de suas balanças comerciais com o exterior.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 159 .....

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, ressalvada a parcela referida no inciso IV, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados;

IV – do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados incidente na importação, trinta por cento aos Estados e Distrito Federal proporcionalmente ao saldo positivo anual de suas balanças comerciais com o exterior, limitada a participação de cada unidade federada a dez por cento do saldo que produzir.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos dos incisos II e IV, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Os valores de que trata o inciso IV serão aplicados em infra-estrutura econômica destinada, preferencialmente ao fomento das exportações. (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor no exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.

### Justificação

O fomento à atividade exportadora é uma necessidade das economias emergentes. O acúmulo de reservas cambiais garantido pelo saldo positivo da balança comercial vem possibilitando, ao Brasil, atravessar com certa tranquilidade os choques internos e externos que, em outros tempos, poriam o País em profunda crise econômica.

No campo tributário, esse estímulo se faz pela desoneração fiscal das exportações. Nesse sentido, as normas isentivas, que já constavam do texto original da Constituição, foram ampliadas com a Emenda Constitucional (EC) nº 42, de 2003. A partir da emenda, avançou-se no objetivo de não “exportar tributos”.

Essas medidas, de inquestionável interesse para o desenvolvimento econômico nacional, reclamam,

porém, a adoção de mecanismo legal capaz de evitar que as unidades federadas sejam penalizadas com perda expressiva de receita tributária em decorrência daquela desoneração, uma vez que parte considerável de sua produção – a destinada ao mercado internacional – fica impedida de ser tributada pelo imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), principal imposto estadual.

No caso dos Estados que apresentam saldo positivo na sua balança comercial com o exterior, precisamente os que mais contribuem para o superávit do orçamento cambial da União e o bom desempenho das contas externas, o prejuízo é ainda mais acentuado. Em razão de exportarem mais do que importam, o ICMS devido nas operações de importação não é suficiente para compensar o que deixou de incidir nas de exportação. Este é o caso do nosso Estado do Pará.

Para corrigir essa evidente injustiça fiscal, a presente proposta estabelece que parte do imposto de importação (II) e do imposto de produtos industrializados (IPI) vinculado à importação seja entregue aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao saldo positivo da respectiva balança comercial com o exterior.

Trata-se de medida adequada e razoável, voltada a evitar que, com a desoneração das exportações, penalizem-se os Estados que exportam mais do que importam e que são, reitera-se, os que mais contribuem para o superávit de nossa balança comercial.


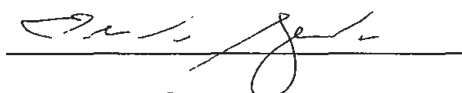
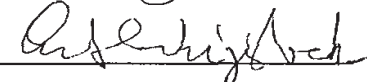

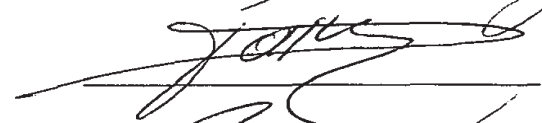
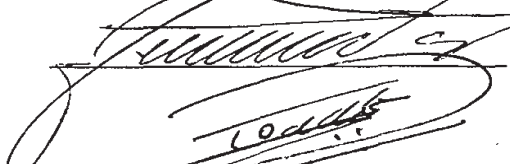

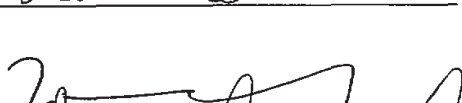
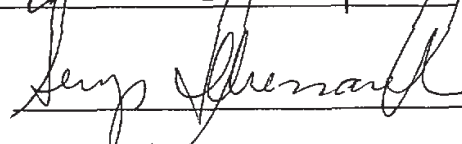
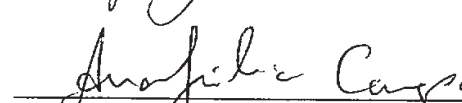
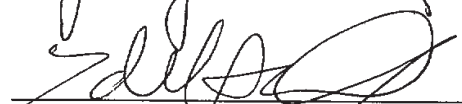

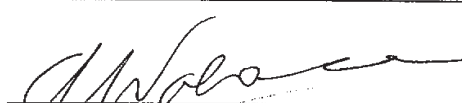
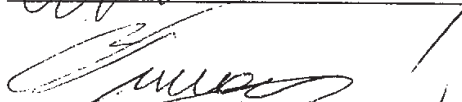

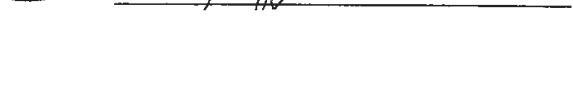
Ressalve-se, ainda, que a medida não coarctas as prerrogativas do legislador infra-constitucional de alterar as citadas alíquotas para atender os interesses da economia nacional. Dessa forma, a função extrafiscal dos referidos tributos, de instrumento regulador do comércio exterior, não sofrerá qualquer restrição.

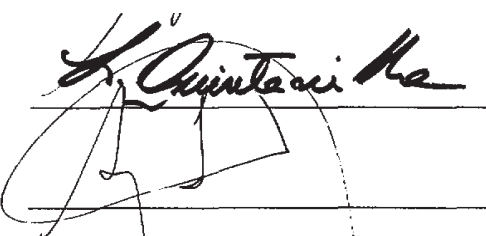
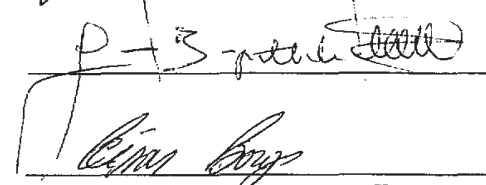
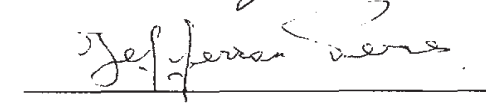
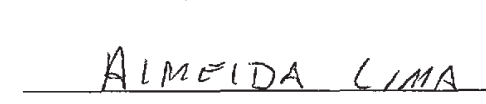
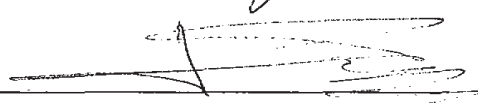


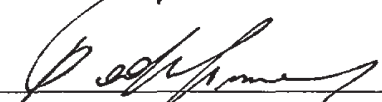
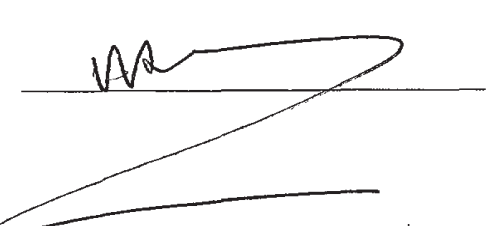
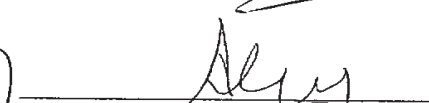

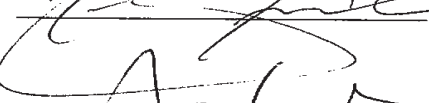
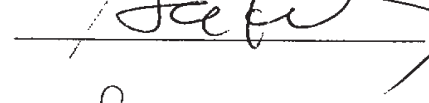
Por fim, ao vincular essas novas receitas ao financiamento da infra-estrutura econômica, voltada preferencialmente para o incremento das exportações, reforça-se o sentido compensatório dos repasses. No longo prazo, o afluxo constante e suficiente de recursos para obras de infra-estrutura exportadora elevará o Brasil, definitivamente, ao papel de protagonista na economia mundial,

Ante todo o exposto, acreditamos poder contar com a compreensão dos nossos Pares para aprovação desta proposta, cujo objetivo primordial é reparar uma injustiça fiscal e recompensar o esforço dos Estados em colaborar para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**.

- 1- Luiz Otávio Campos.
- 2- EDUARDO AZORODO
- 3- Álvaro Azevedo
- 4- E M Serrão
- 5- Paulo R. Paiva
- 6- Helton Freitas
- 7- DEMOSTENES TOULLES
- 8- Jairo Lima
- 9- Mão Santa
- 10- SERYS SLHESARENKO.
- 11- ANA JÚLIA CAREÇA
- 12- Ideli Salvati
- 13- Elio Medeiros
- 14- ANTONIO CARLOS VAREJÃO
- 15- Romeu Zuma
- 16- Romeu Zuma

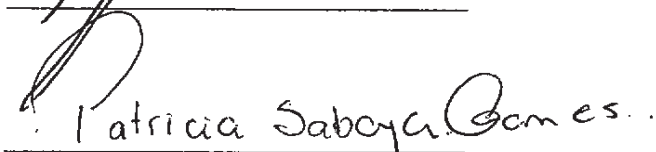
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 

- |     |   |  |
|-----|---|--|
| 17- | LEOMAR QUINTANILHA  |    |
| 18- | AMIR LANDO  |    |
| 19- | João Baptista Motta   |    |
| 20- | Leão Borges   |    |
| 21- |  |    |
| 22- |  | ALMEIDA LIMA   |
| 23- |  | PEDRO SIMON  |
| 24- | VALMIR AMARAL   |   |
| 25- | Antônio Carlos Magalhães  |  |
| 26- | Jarbas Passaroti  |  |
| 27- | Saturcino   |  |
| 28- | Luiz de Fátima  | Elton Machado  |
| 29- | José Torquato   |  |
| 30- | José Sarney   | JOSE SARNEY  |


31 - WILLIAM COSTA JUNIOR



32 - Patricia Saboya Gomes

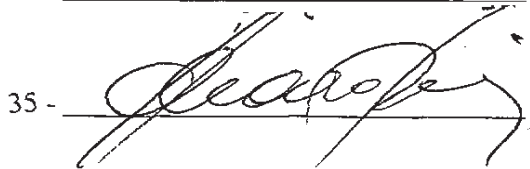
  
Patricia Saboya Gomes.

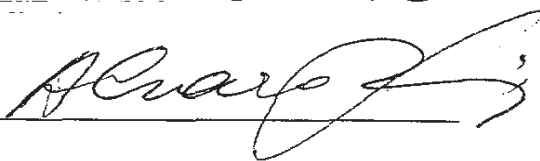
33 - GERALDO MESQUITA JR

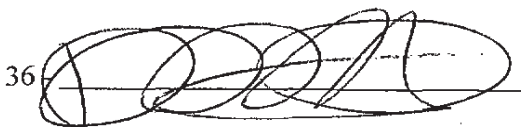


34 - HELOISA HELENA

Heloise Helene

35 - 



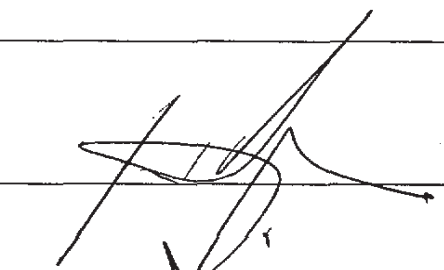
36 - 

Augusto Botelho

37 - WILSON A.

WILSON

38 - JOSE AGRIPINO



39 - FERNANDES MOURA'S



40 - MAURO FERREIRA




41 - GILBERTO GOELLNER



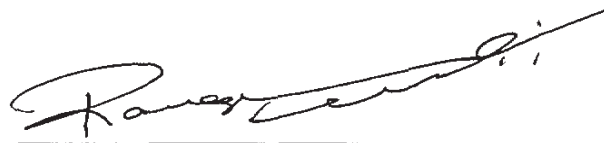
42 - WILSON A. (M. MACIEL)

43 - ST

RODOLFO TOURINHO  


44 - HERNANILTO

45 - RAMÉR TEBET



46 - M U U

Flávio Arnus

47 - Autu

Sergio Guerra

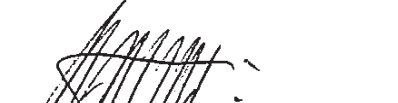
48 - Alvaro Mercedes

Alvaro Mercedes

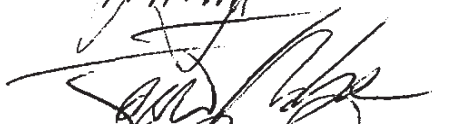
49 - ALBERTO SILVA

ALB

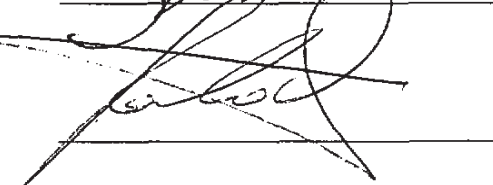
50 - VALDIR RAUPO



51 - Sergio Buarque



52 - Paulo Bonavio



53 - Sapalio Vas

Sapalio Vas

54 - TEOTONICO VILELA



55- SERGIO CABRAL



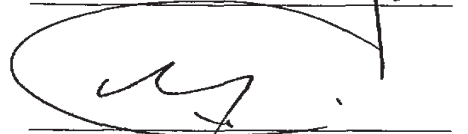
56-



E.S.C.

57-

CAMARGO

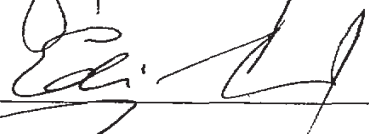


58-



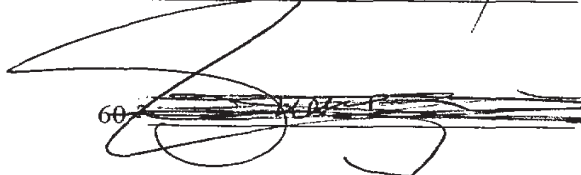
GILBERTO MESQUITA

59-



EDISON LOBAS

60-



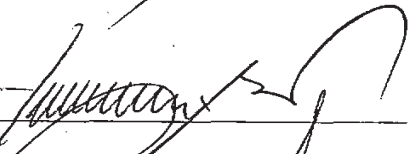
~~Ribamar Feghali~~

61-

MARIO DO CARMO ALVES

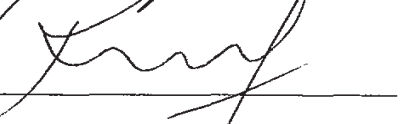
MARIO DO CARMO ALVES

62-



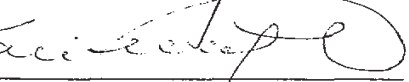
FERNANDO BELLERA

63-



ROMERO JUCA

64-



GARI BACCI A. FICHO <sup>LV.FS</sup>

65-



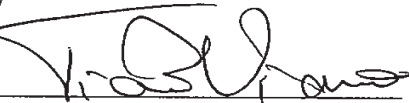
Antonio S. de Barros

66-



NET SOASSUNA

67-



TIAO VIANA



68 -

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~

MOZARILDO

Reginaldo Duarte

69 -

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~

70 -

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~

Márcio Matta

71 -

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~

JOSÉ CARANHÃO

72 -

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~

J. CAPIBERIBE

73 -

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~

T. FERREIRA

74 -

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~

(Pl tramitado) Fátima Cleide

75 -

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~

Delcírio Amador

76 -

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~

OSMAR DIAS

77 -

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~

Vitor Bornhausen

78 -

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~

JUVENCIO FONSECA

79 -

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~

Renan Cabral

80 -

~~\_\_\_\_\_~~  
~~\_\_\_\_\_~~

Marcos Crivan

*LEGISLAÇÃO CITADA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

§ 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

.....  
Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

**a)** vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

**b)** vinte e dois inteiros décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

**c)** três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

**d)** II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

**e)** III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os

Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada estado Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

.....  
**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 59, DE 2005**

**Acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do Pasep sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 239 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 239. ....

.....  
§ 5º Pertence à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o produto da arrecadação das contribuições previstas neste artigo, devida por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem, a ser aplicado em ações e serviços de amparo aos respectivos servidores públicos, inclusive para efeito de formação e requalificação profissional e de pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

A presente iniciativa legislativa visa a corrigir uma flagrante injustiça que incorre a atual cobrança de PIS-PASEP – Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público das administrações públicas. Tal contribuição financia o pagamento do seguro-desemprego através do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador para trabalhadores demitidos e sua requalificação profissional.

Este não é o caso dos servidores públicos que dispõem de estabilidade no emprego, mas não são beneficiados por programas de treinamento, como o PLANFOR – Plano de Qualificação Profissional. Por-

tanto, para corrigir essa situação, a presente Proposta de Emenda à Constituição propõe a criação do Fundo de Amparo aos Servidores Públicos, similar ao FAT, em cada uma das unidades de governo do País que, deste modo, passariam a reter e aplicar, em tais funções, o Pasep por eles devidos.

Não se trata de imunidade, muito menos de benefício, mas sim de dar um tratamento justo e equânime tanto aos contribuintes, sejam eles empresas privadas, sejam órgãos de governo, quanto aos trabalhadores, sejam eles do setor privado, sejam servidores públicos.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2005 – Senador **Arthur Virgílio – Edison Lobão.**

1		JOSÉ AGUIRINO
2	EDUARDO ABEURO	
3	FLORA RIBEIRO	
4	GABRIEL ALDIACRO ALVES	
5	DEMÓSTENES TORRES	
6	SERGIO URBAN	
7	José Viana	
8	Rogério Duarte	
9		
10		
11	JUIZ OTÁVIO	
12	José Sáenz	
13	João Baptista Motta	
14	JOSE MARANHÃO	
15	EDUARDO TORRES	
16		ANTÔNIO CARLOS VALADÃES
17		MARCO MACIEL
18	Miriam A.	
19	HELOISA HELENA	
20	PAULO STANIS	
21		
22		GILBERTO MESQUITA JR
23		
24	GERALDO MESQUITA JR	
25	FLÁVIO CIMA	
INJUNTE		
26	Patrícia Saboya	PATRICIA SABOYA
27	ANTÔNIO TRAZZ	
28	Américo Cunha	
29	JOSE MARANHÃO	
30	ASSIS FERREISSATI	

*LEGISLAÇÃO CITADA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....  
Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

.....  
Art. 239. A arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, passa, a partir da promulgação desta Constituição, a financiar, nos termos que a lei de dispuser, o programa do seguro-desemprego e o abono de que trata o § deste artigo. (Regulamento)

§ 1º Dos recursos mencionados no **caput** deste artigo, pelo menos quarenta por cento serão destinados a financiar programas de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor.

§ 2º Os patrimônios acumulados do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público são preservados, mantendo-se os critérios de saque nas situações previstas nas leis específicas, com exceção da retirada por motivo de casamento, ficando vedada a distribuição da arrecadação de que trata o **caput** deste artigo, para depósito nas contas individuais dos participantes.

§ 3º Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até dois salários mínimos de remuneração mensal, é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição.

§ 4º O financiamento do seguro-desemprego receberá uma contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei.

.....  
**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR)  
– As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e remetidas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 1.168, DE 2005**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, que “acrescenta § 7º ao art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.287, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências”, submetido à audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2005 – Senador **Aloizio Mercadante**.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do disposto no art. 255, inciso II, alínea “c”, item 4, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 1.169, DE 2005****Solicita informações sobre a Mensagem nº 123, de 2000.**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 133, V, d, e art 138, II, do **RISF**., requeiro a Vossa Excelência sejam solicitadas a Exm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informações atualizadas sobre o objeto da Mensagem nº 123, de 2000, que “solicita ao Senado Federal seja autorizada a elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, em

R\$3.330.000.000,00 (três bilhões, trezentos e trinta milhões de reais), a serem destinados ao alongamento da dívida, sem aumento do endividamento total, sendo R\$2.220.000.000,00 (dois bilhões e duzentos e vinte milhões de reais) a serem contratados no corrente exercício e R\$1.110.000.000,00 (um bilhão, cento e dez milhões de reais), em 2001”, bem como sobre sua pertinência em face dos acontecimentos ocorridos entre a sua origem e o presente momento, visando subsidiar o reexame do assunto pela Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, pelo Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2005. – Senador **Luiz Otávio** PMDB-PA.

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ASSINARAM O ENCAMINHAMENTO À MESA DO SENADO FEDERAL, PARA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS, O REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES À MINISTRA DA CASA CIVIL NA REUNIÃO DE 28/10/05, OS SENHORES(A) SENADORES(A):

PRESIDENTE: \_\_\_\_\_

RELATOR(A): \_\_\_\_\_

## Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
VAGO	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

## PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3- VAGO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
JOSÉ MARANHÃO	8-VAGO

## Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLYCY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (SEM PARTIDO)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

## PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

**REQUERIMENTO Nº 1.170, DE 2005**

Senhor Presidente,

Com base no Art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no Art. 216, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministério da Fazenda estimativas do impacto fiscal, no período 2005-2007, da eventual entrada em vigor do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2004 – complementar ou de seus apensados, Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2003, Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2004 e Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2004.

Solicito ainda que os Projetos, atualmente à espera de votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aguardem o resultado deste requerimento para prosseguir sua tramitação.

Vale registrar que tal estimativa é exigência prévia da aprovação de projetos que possam ter impacto fiscal, conforme se depreende da leitura do art. 117, da Lei de Diretrizes (LDO) referente ao orçamento de 2005 (Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004).

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2005 – Senador **Eduardo Suplicy**.

## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ASSINARAM O ENCAMINHAMENTO À MESA DO SENADO FEDERAL, PARA AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS, O REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES AO MINISTRO DA FAZENDA NA REUNIÃO DE / / 05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: \_\_\_\_\_

RELATOR(A): \_\_\_\_\_

## Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
VAGO	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

## PMDB

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3- VAGO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
JOSÉ MARANHÃO	8-VAGO

## Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRICIA SABOYA GOMES (SEM PARTIDO)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

## PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------



**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.171, DE 2005**

Requeiro a prorrogação do prazo para o encaminhamento da indicação para a candidatura ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, à Mesa do Senado Federal, que conforme prevê o artigo 3º da Resolução nº 2, de 2001, deverá ser feita até o dia 1º de novembro de cada ano, passando assim, a ser encaminhada até o dia 1º de dezembro de 2005.

#### **Justificação**

Tendo em vista as dificuldades apresentadas por conta da grande dispersão parlamentar causada pelos exaustivos trabalhos nas CPMI, que ocorrem simultaneamente, e em decorrência da necessidade de atingir número maior de entidades que possam indicar nomes para a premiação, solicita-se a prorrogação do prazo de inscrição estipulado na Resolução nº 2, de 2001.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2005 – Senadora **Serys Shlessarenko**.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – A Presidência comunica ao Plenário que deferiu o requerimento da Senadora Serys Shlessarenko, Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, ficando o prazo para encaminhamento das indicações prorrogado para o dia 1º de dezembro próximo.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.172, DE 2005**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 174,

de 2001, e do Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2001, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2005 – Senador **Aloizio Mercadante**.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, “c”, 8, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Passa-se à

#### **ORDEM DO DIA**

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças para apreciação do item 1.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

**1**

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 25, DE 2005** (Proveniente da Medida Provisória nº 255, de 2005) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 255, de 2005), que *prorroga o prazo para opção pelo regime de Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoa Física dos participantes de planos de benefícios; altera as Leis nºs 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e 9.311, de 25 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Amir Lando  
Prazo final: 31-10-2005

**2**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 256, DE 2005** (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 256, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, no valor global de quatrocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, setecentos e trinta e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:  
Prazo final: 18.11.2005

**3**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 257, de 2005** (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, Medida Provisória nº 257, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, e de Encargos Financeiros da União, no valor global de um bilhão, duzentos e quatorze milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:  
Prazo final: 18.11.2005

4

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2005***(Em regime de urgência, nos termos do art. 64,**§ 1º, da Constituição Federal)**(Incluído em Ordem do Dia, nos termos**do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)**(Encontra-se sobrestando a pauta a partir de 02.10.2005)*

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.*

Dependendo de leitura dos pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

5

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 477, DE 2005***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do**parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005.*

6

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2005***(Em regime de urgência, nos termos do**Requerimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.*

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 87, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**SUBSTITUTIVO À****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 12, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 12, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 59, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

11

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 162, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e  
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

12

**SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência*.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

13

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

14

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

15

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

16

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí*.

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

### 17

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

### 18

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

### 19

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

### 20

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países

de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.

Parecer favorável, sob nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

### 21

#### REQUERIMENTO Nº 823, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.

Parecer sob nº 1.770, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Roberto Saturnino, favorável, com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece, que conclui pela apresentação de Voto de Solidariedade para com o povo japonês e todas as vítimas das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, há sessenta anos; e que esse Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília.

### 22

#### REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Rodolpho Tourinho.

### 23

#### REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição,

seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta, pelo tempo que resta da sessão.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, faço minhas as palavras proferidas nesta sessão pelo nobre Senador José Maranhão no que diz respeito à pessoa do Senador Alberto Silva. Perfeitas colocações, homenagens sinceras, homenagens justas que se fazem a um homem público do caráter, da envergadura, da competência desse grande piauiense que é o Senador Alberto Silva.

Senador Alberto Silva, eu, que admiro tanto as suas propostas, que admiro tanto a sua coragem de propor num País onde propostas nada valem, onde as propostas, os programas e os projetos são jogados na lata de lixo, registro que sou testemunha viva do trabalho que V. Ex<sup>a</sup> teve para que fosse implantado o biodiesel. Não acredito, de forma alguma, que esse projeto tenha andamento nesse Governo. Apostamos na capacidade de gerenciamento do Presidente Lula, homem de passado limpo e bonito. Imaginávamos que Sua Excelência teria condições de implementar uma política capaz de corrigir os erros cometidos no passado. No entanto, o Presidente Lula implantou, na prática, um regime parlamentarista. Ele cuidou de viajar, de ser Chefe de Estado, e deixou o Ministro José Dirceu na condição de primeiro-ministro. Só que não deu certo, porque, no parlamentarismo, o primeiro-ministro é nomeado pelo povo, ou seja, pelo Congresso, representando o povo. No caso em pauta, o primeiro-ministro foi nomeado pelo Presidente; portanto, era seu empregado. Não funcionou.

Assim, estamos perdendo quatro anos. Isso no que diz respeito ao biodiesel. Seria uma coisa linda, maravilhosa se a proposta do Senador Alberto Silva fosse implantada. Veríamos toda a frota circulando, gastando combustível renovável e que não traria poluição. O combustível seria renovável e sobretudo gerador de empregos, já que hoje, na indústria, os homens são aliados da produção. Fui participar da inauguração de uma fábrica em São Paulo, uma expansão da SKF, empresa maravilhosa, competente, séria, digna e honrada, que vai produzir cinco milhões de rolamentos por mês para exportação. Só que essa fábrica, para produzir cinco milhões de rolamentos/mês, vai utilizar, na linha de montagem, na fabricação, três funcioná-

rios! As máquinas é que vão fabricar. O homem está aliado do trabalho.

Graças a Deus que a tecnologia chegou a esse ponto. Só que precisamos de inteligência para superar as dificuldades do INSS, da seguridade social, tomar providências, já que a ciência e a tecnologia caminham aceleradamente rumo ao futuro, e nós, políticos, continuamos parados, aplicando uma lei de seguridade elaborada no Governo de Getúlio Vargas, no início do século. É uma tragédia.

Eu queria dizer também que o Senador Alberto Silva não se preocupa somente com a maravilha do biodiesel. S. Ex<sup>a</sup> propôs ao Governo Federal a criação de uma câmara de gestão, para que algumas pessoas do Governo, algumas pessoas competentes pudessem acabar com a burocracia que assola o País. Não temos mais estradas para transitar. Não adiantou toda essa coragem, toda essa cabeça, todo esse cérebro do Senador Alberto Silva. Não se criou a câmara de gestão, nem se cuidou de tapar os buracos, mas está se cuidando de fazer uma obra de R\$7 bilhões, que é a transposição do rio São Francisco. Também não se faz a Norte-Sul, e precisamos tanto de ferrovias.

A Vale do Rio Doce não constrói trilhos, não constrói estradas, que é obrigação dela. Por que a Vale do Rio Doce não constrói? Porque as leis do meio ambiente implantadas em nosso País não deixam a Vale do Rio Doce trabalhar. Isso é um absurdo.

Estou com um projeto para fazer com que a Vale do Rio Doce pague tributo quando ela exportar produtos **in natura**, que não geram emprego e não agregam valor. Mas não adianta, Senador Alberto Silva, pois estamos acabando com o nosso minério. A Vale exportou 218 milhões de toneladas no ano passado, para faturar apenas US\$4 bilhões, quando a soja, que pode produzir biodiesel, contribuiu com US\$10 bilhões para nossa balança de pagamentos, Senador Alberto Silva.

Com relação à aftosa, eu queria também parabenizar o Senador José Maranhão pelo que disse aqui. Este País não tem política para o homem do campo. Quando o Presidente Lula assumiu o Governo, um quilo de carne custava R\$2,00 para o produtor. Hoje, custa R\$1,50 apenas. Você, com um litro de água, compra um quilo e meio de carne. Os pecuaristas, Senador José Maranhão, estão falidos. Um saco de arroz no interior deste País custa apenas R\$15,00. Quem é que vai produzir arroz para vender a R\$15,00? A soja caiu para R\$20,00. Está abaixo do custo do produtor.

Só resta dizer o seguinte: nós temos de fazer com que os intelectuais dessa política, aqueles que vêm para a televisão comemorar a desgraça do produtor nacional, mandem suas genitoras para o campo

trabalhar, porque o trabalhador brasileiro não suporta mais isso!

Senador Alberto Silva, o que será deste País, sem política para o campo? Não temos programa para nada, não temos projeto para nada. A China tem programações para daqui a cem anos, cinquenta anos, vinte anos. Nós não temos programação para nada. Será que nós não temos ninguém com capacidade para programar?

**O Sr. José Maranhão** (PMDB – PB) – V. Ex.<sup>a</sup> permite-me um aparte, Senador José Batista Motta?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Perfeitamente, Senador José Maranhão.

**O Sr. José Maranhão** (PMDB – PB) – Eu estava ansioso para parabenizá-lo pelo discurso que está fazendo, sobretudo pela cobrança de uma política agrícola para o País. Temos programas pontuais. O Programa da Reforma Agrária, até hoje, tem-se limitado ao assentamento de pessoas.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Que nada vão produzir, porque, sem máquina, sem tecnologia, não produzirão!

**O Sr. José Maranhão** (PMDB – PB) – Nesse ponto, não há diferença alguma com o Governo Fernando Henrique Cardoso, que tinha um programa exatamente igual. Isso não é reforma agrária! A reforma agrária exige todo um complexo de providências e de medidas, que não somente assentam o homem, que não somente dão um pedaço de terra a ele, mas dão também os meios, os instrumentos, inclusive os tecnológicos, preparando-os para a atividade agropecuária. V. Ex.<sup>a</sup> tem razão quando exige isso. Agora, gostaria de ponderar a V. Ex.<sup>a</sup>: vamos criticar o Governo pelos seus aspectos negativos, e não pelos seus aspectos positivos. V. Ex.<sup>a</sup> nasceu em um Estado que não tem problemas com relação à água de beber. O meu Estado, o Rio Grande do Norte, o Ceará e boa parte de Pernambuco carecem de recursos hídricos até para alimentar sua população. Na verdade, dentro do quadro ecológico e da situação hídrica desses Estados do Nordeste setentrional, não existe outra solução capaz de garantir o futuro das populações senão a transposição do São Francisco. V. Ex.<sup>a</sup> está elogiando o plano decenário da China para a agricultura. Isso é verdade. Aquele país programa inteiramente todas as atividades econômicas. E eu acrescentaria a V. Ex.<sup>a</sup> mais o seguinte sobre a China, que V. Ex.<sup>a</sup> cita como um parâmetro certo: a China, agora mesmo, está fazendo para a sua população a maior transposição de águas da história universal. Ela já fez uma grande transposição dois mil anos antes de Cristo. Todos os países do mundo – eu diria todos com um pouco de exagero, mas boa parte, a China, a Índia, os Estados Unidos, a Espanha – Is-

rael nem se fala, é o milagre da transposição –, todos já fizeram, Senador. É preciso ter compreensão para a realidade de cada região. A realidade do seu Estado é um pouco diferente da realidade da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, do sertão de Pernambuco. É claro que V. Ex.<sup>a</sup> tem muitos problemas no seu Estado, mas nenhum problema é do tamanho da falta de água para beber, e esse é o problema maior do meu Estado e de todo o Nordeste Setentrional.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Senador José Maranhão, eu quero aqui me penitenciar se eu deixei transparecer que sou contra o projeto. Eu defendo o projeto igualmente, V. Ex.<sup>a</sup> defende. Eu sei da necessidade do seu Estado, eu conheço o Norte e o Nordeste do meu País. Eu sei que é uma obra divina e maravilhosa, necessária sob todos os pontos de vista. Eu apenas quis aqui citar que é uma obra de sete bilhões.

**O Sr. José Maranhão** (PMDB – PB) – Quatro bilhões e meio.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que estou inteiramente favorável, estou do seu lado para defender o projeto, com unhas e dentes. Apenas eu queria que o Governo, que tem a coragem de fazer uma obra desse porte, pelo menos cuidasse da sanidade dos nossos rebanhos, que pelo menos tape buracos. Não temos estradas.

**O Sr. José Maranhão** (PMDB – PB) – V. Ex.<sup>a</sup> tem razão, e, agora, quem quer se penitenciar sou eu, por uma razão muito simples. Eu não estava entendendo o seu discurso. V. Ex.<sup>a</sup> diz que a obra é importante e necessária. Esse é o ponto central. E digo mais: essa é uma obra de economia para o Erário. A ocorrência de cada seca custa possivelmente, algumas delas, um valor muito maior do que o valor que se vai investir para dar uma solução radical e definitiva às conseqüências da seca: a morte da população por sede; a doença da população por receber água contaminada de carro-pipa; a falta de perspectiva da população por não ter um pedaço de terra fértil para trabalhar.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – É uma verdade, Senador. É uma verdade e é constrangedora.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador, permita-me prorrogar a sessão por mais cinco minutos, para V. Ex.<sup>a</sup> conceder o aparte e para encerrar.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Muito obrigado, Senador, de coração.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup>?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Senador Alberto Silva, quero apenas concluir a mi-

nha resposta a S. Ex<sup>a</sup> e dizer o seguinte: por várias vezes, desta tribuna, pedi ao Presidente Lula que usasse o Ministro que tem, novo, forte, muita garra, que é o Ministro Ciro Gomes, para ser o presidente desta Câmara de Gestão. Eu tenho certeza de que o Ministro Ciro Gomes teria acabado com todos os buracos deste País. Em seguida, faríamos a transposição do rio São Francisco; em seguida acabaríamos a Norte-Sul; em seguida, acabaríamos a Transamazônica, que é outra necessidade que vem rolando desde a época da revolução.

Só isso, Senador José Maranhão, é o meu intuito. A obra é divina, maravilhosa, mas temos outras obras tão importantes que ficam paradas, estragando, como é o caso da Transamazônica, e que o Governo não está acordado para elas.

Queria ouvir o Senador Alberto Silva.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Eu creio que é oportuna a observação e o discurso que faz V. Ex<sup>a</sup> neste instante. Agora, vou meter um pouco da minha colher nesse problema. V. Ex<sup>a</sup> diz com toda a razão que é favorável, como todos somos, a que se leve uma água do rio que não é utilizada, isto está muito claro; é uma obra cara, mas é onde vou meter a minha colher. V. Ex<sup>a</sup> começou falando naquela Câmara de Gestão. Sabe quanto economizaria o País se não tivessem os buracos e tivesse asfalto em todos os vinte mil quilômetros? De saída, R\$6 bilhões!

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Dá para fazer a transposição.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – A transposição e ainda sobra um pedacinho...

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Isso. Isso...

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Sabe para quê? Aí a minha colher: a água do São Francisco, na transposição, vai chegar a pontos determinados. Por exemplo: do Ceará, ela vai entrar no Castanhão, e o Castanhão alimenta o rio Jaguaribe. Mas a grande região seca do Ceará, que eu conheço como a palma da mão, não tem acesso a essa água. Então essa diferença, que eu acho devemos incluir nesse projeto, é a distribuição dessa água, interligando as bacias dos açudes existentes com a água do São Francisco, porque aí se leva água a todo o território semi-árido, porque neste primeiro momento a água vai para determinados lugares. Eu cito o Ceará porque conheço de perto. A água vai para o Castanhão, mas o Castanhão está longe do semi-árido. Por exemplo: a cidade de Irauçuba, no Ceará, que é o epicentro de uma enorme região seca, está distante do Castanhão mais de duzentos quilômetros. E como é que a água do São Francisco chega a essa região do Ceará? Então, a distribuição

dessa água deve ir paralelamente, custe mais R\$2 bilhões ou R\$3 bilhões. Só a economia dos buracos dá R\$6 bilhões. Com os R\$4 bilhões que eles já têm, dá para fazer. Parabéns! Que o meu amigo Maranhão entenda que a minha interferência é para ajudar.

**O Sr. José Maranhão** (PMDB – PB) – Sem dúvida. Senador Motta, V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Ouço o Senador José Maranhão.

**O Sr. José Maranhão** (PMDB – PB) – Essa questão da distribuição da água da transposição é a parte que toca aos Estados envolvidos. Na minha administração, no Estado da Paraíba, nós construímos quase oitocentos quilômetros de adutoras, levando água dos açudes preexistentes – e esses vão ser receptores da transposição – para regiões onde não existe água nem possibilidade de construir-se reservatórios locais, como é o caso do Vale do Sabugi – terra do Senador Efraim Morais, como é o caso da região do Curimataú, a região mais seca do semi-árido paraibano, e da região do Cariri. Nós construímos adutoras que já estão levando água para essas cidades. São quase oitocentos quilômetros de adutoras. Eu sempre acreditei muito na transposição do São Francisco. Estava me antecipando a este fato, Senador Alberto Silva, que, graças a Deus, hoje está acontecendo: a transposição.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Se V. Ex<sup>a</sup> me permite?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> permite?

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Só um minuto, para completar. Conheci o Senador José Maranhão como Governador. É claro que se, na transposição, forem acrescentados mais dois bilhões e se entregar a execução dessa distribuição aos Governadores do Estado, pouparíamos os governos. O Governador José Maranhão o fez com recursos do Estado, mas às vezes não há recursos. Se vamos gastar com a transposição, gastemos logo por completo. Mais dois bilhões e todos os Estados teriam a oportunidade de distribuir água. De qualquer maneira, o tema levantado por V. Ex<sup>a</sup> é oportuno. Quero parabenizá-lo neste fim de tarde no Senado, em que se propõem ações concretas para o Brasil e para a nossa gente. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> e muito obrigado pela referência que fez a mim.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES) – Eu queria agradecer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alberto Silva, e também ao Senador José Maranhão, duas cabeças pensantes, dois gênios que o Nordeste produziu e que hoje tanto brilham no Senado brasileiro.

Sr. Presidente, para finalizar, gostaria de registrar a presença entre nós do Vereador Davi. Trata-se de um suplente de Vereador que temos no Município

de Serra, que teve quase três mil votos e não assumiu na Câmara por causa daquela famigerada decisão que tirou vários Vereadores de nossas Câmaras injustamente. Mas estamos aqui lutando para que eles amanhã tenham o seu lugar nas suas Câmaras.

Finalizando, Sr. Presidente, pediria mais um minuto. A campanha do desarmamento, a campanha do “Sim” vive dizendo aí, Senadores colegas, amigos da gente que dizem que se V. Ex<sup>a</sup> votar “Não”, a criminalidade vai aumentar; se votar “Sim”, estamos com o problema da violência resolvido.

Queria dizer ao povo brasileiro que isso não é verdade. Está-se contando uma grande mentira. Foi aprovado nesta Casa o Estatuto do Desarmamento que não permite, hoje, que nenhum cidadão brasileiro,...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)**  
 –...nenhum cidadão ande armado; que apenas o dono de uma arma que, dentro de sua casa, deixa à disposição de uma criança para que aconteça um acidente. E o resultado são quatro anos de prisão. Não podemos enganar o povo ao dizer que, se votarmos “Sim”, ninguém mais vai andar armado. Sabemos aqui perfeitamente que droga é proibido, mas ninguém deixa de usá-la neste País. As armas vão continuar nas mãos e nas cinturas dos bandidos, porque temos uma fronteira devassada, onde o contrabando é grande. Vamos apenas colocar na nossa porta uma placa dizendo: “bandido, entre à vontade, porque aqui não há arma”. Como um cidadão no interior do País, um fazendeiro com duas, três filhas na sua fazenda, morando numa casa isolada, não vai ter uma espingarda para matar uma cobra? E eles vêm aqui e dizem: não, para o homem do campo pode. É mentira, Sr. Presidente. Não pode! Está previsto apenas para aquele cidadão pobre que precisa da arma para matar uma caça e sustentar a sua família. Se V. Ex<sup>a</sup> tiver um sítio no interior do Brasil, não vai dizer na Polícia Federal que precisa comprar uma arma para sustentar seus filhos. V. Ex<sup>a</sup> não pode dizer isso. Cidadão brasileiro nenhum vai poder dizer isso. Vão poder dizer meia dúzia de pessoas que realmente necessitam e que aí receberiam o porte de arma de caçador. Isso é uma piada! Podemos votar no “Sim” ou podemos votar no “Não”, mas não temos o direito de mentir para a população brasileira.

O Estatuto aqui aprovado é maravilhoso para se tirar o registro de porte de arma para poder ter em casa. Tem que provar tudo: bons antecedentes, que votou no dia certo, que não deve nada a ninguém,...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)**  
 –...que não deve nada à Justiça Federal, que não deve

nada à Justiça Estadual, que não deve nada a ninguém. Só aí ele vai poder comprar uma arma de baixo calibre e guardar em sua casa para, por exemplo, matar uma cobra que estiver, por acaso, entrando porta adentro em sua casa – ninguém vai pegar uma cobra à mão. Isso, no interior, é comum. Pode acontecer com um bicho qualquer que apareça. Há lugares neste País em que as onças freqüentam o quintal dos lavradores, dos pobres. Não podemos confundir este Brasil imenso, maravilhoso, grandioso, um País de dimensões continentais; não podemos comparar isso com aqueles que vivem nas cidades, que moram em um edifício de 20 andares e que dizem que é melhor estar todo mundo desarmado, porque posso parar no sinal luminoso e ninguém virá me tirar o relógio ou vai atirar em mim porque agora está todo mundo desarmado.

Nós precisamos acabar com essa farsa. Vote “Sim” ou vote “Não”, mas não vamos mentir para a nossa população...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)**  
 – Esse plebiscito de nada vale. O que está valendo, o que é bom, o que é maravilhoso, é o Estatuto do Desarmamento, aprovado por esta Casa, que já protege o cidadão de bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Um bom fim de semana para todos.

**O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR)** – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Antonio Carlos Valadares, Arthur Virgílio, Leonel Pavan, Papaléo Paes, Reginaldo Duarte, Sérgio Guerra, Alvaro Dias, João Batista Motta, Flexa Ribeiro, Antero Paes de Barros, Paulo Octávio e Augusto Botelho enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, requero a inclusão, nos Anais do Senado Federal, da reportagem do **Jornal do Dia**, em anexo, sobre a transposição do rio São Francisco.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



**Jornal do Dia**

# Transposição ainda preocupa Valadares

**Jornal do Dia** - O que levou o senhor a apresentar uma PEC destinando 0,5% do Orçamento da União para a revitalização do rio São Francisco?

**Antônio Carlos Valadares** - Há cerca de oito anos que venho mostrando no Senado o perigo para a nossa região da implantação do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. O governo de FHC pregava abertamente a transposição, alardeando que dispunha de um projeto que visava transferir as águas do Velho Chico para o Nordeste Setentrional. Para mostrar que a obra era faraônica e inadmissível, em virtude do impacto ambiental que poderia causar às populações ribeirinhas, fiz vários discursos condenando a temerária decisão governamental. Cheguei a publicar um deles sob o título "Salvem o Velho Chico", chamando a atenção das autoridades para as condições deploráveis do rio que, dentre outras degradações conduzidas pela ação inconsciente e irresponsável do homem, havia perdido quase que a totalidade de suas matas ciliares; os bancos de areia, em virtude da erosão, haviam reduzido a sua capacidade de navegação; os peixes praticamente haviam desaparecido de suas águas; não havia saneamento em mais de 500 cidades integrantes da bacia, as quais jogavam os esgotos domiciliares e dejetos industriais diretamente na esbelta do rio. Colhi dezenas

de assinaturas de senadores e entrou em novembro de agosto de 2001 à Câmara da REC da revitalização, uma proposta de emenda à Constituição. A emenda cria o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. Além de vários discursos criticando a implantação da obra da transposição, apresentei um projeto de decreto legislativo dispondo sobre a realização de um plebiscito entre os Estados da Bacia do rio São Francisco que não chegou a ser apreciado pelo Senado.

**JD** - A emenda recebeu aprovação no Senado Federal e foi para a Câmara Federal. A qual motivo o senhor atribui toda essa demora para a sua aprovação?

**Valadares** - A emenda foi aprovada em abril de 2002, por unanimidade, antes de completar um ano de sua tramitação. Raramente isso acontece no Senado. Impulsei a sua aprovação com manifestações frequentes na tribuna. Eu era um parlamentar de oposição e o governo FHC permitiu que os senadores de sua base de sustentação dessem apoio à minha iniciativa tentando estancar a resistência ao seu projeto de transposição. No momento, depois de tramitar pela Comissão de Justiça da Câmara, ela se encontra na Comissão Especial, constituída exclusivamente para instruí-la antes de ser levada a plenário. Durante esse período representantes do governo e espe-

cialistas foram convocados e ouvidos, dando oportunidade para que o contraditório fosse estabelecido. O relator, deputado Fernando Ferro, do PT de Pernambuco, escreveu um substitutivo, que ainda não foi votado, reduzindo o percentual de participação da União, de 0,5% para 0,2%, mas eleva em 10% a participação de royalties oriundos da energia elétrica, Valadares não acredita que o substitutivo venha a ser aprovado por contrariar interesses de estados e municípios.

Com relação ao substitutivo do deputado federal Fernando Ferro (PT/PE), que reduz o percentual de participação da União de 0,5% para 0,2%, mas eleva em 10% a participação de royalties oriundos da energia elétrica, Valadares não acredita que o substitutivo venha a ser aprovado por contrariar interesses de estados e municípios.

Para o senador, os recursos investidos (mais de R\$ 4 bilhões) numa obra que causará impacto ambiental imprevisível precisam ser mais discutidos.

cialistas foram convocados e ouvidos, dando oportunidade para que o contraditório fosse estabelecido. O relator, deputado Fernando Ferro, do PT de Pernambuco, escreveu um substitutivo, que ainda não foi votado, reduzindo o percentual de participação da União, de 0,5% para 0,2%, mas eleva em 10% a participação de royalties oriundos da energia elétrica, Valadares não acredita que o substitutivo venha a ser aprovado por contrariar interesses de estados e municípios.

**JD** - Que prejuízo pode trazer para a PEC as emendas que estão sendo apresentadas?

**Valadares** - O substitutivo do relator não tem o respaldo da maioria da Comissão, por várias razões. Uma delas porque retira recursos de Estados como o Paraná, um grande produtor de energia elétrica que certamente vai reclamar de sua queda de receita em face da retirada de 10% dos royalties. Essa mudança pode criar um impasse e, também, uma má situação para o governo já que assumi recentemente um compromisso com o Bispo Dom Luis Flávio, antes de suspender a greve de fome, do qual a Nação inteira tomou conhecimento, de que tudo faria para agilizar na Câmara a aprovação da chamada PEC da revitalização. O melhor seria não aceitar a imposição do Ministério da Fazenda e aprovar

imediatamente a proposta original, sem emendas. Para tanto, eu tenho contado com a Bancada de Sergipe que integra a Comissão.

**JD** - O senhor acredita que a greve de fome do bispo de Cabrobó reacendeu a discussão sobre a PEC de sua autoria?

**Valadares** - Reacendeu sim. Todos esperavam que o governo adotasse uma postura favorável às reivindicações do Bispo que colocou a sua vida em sacrifício na defesa do Velho Chico. A PEC da revitalização foi utilizada como base para a negociação. Espero que a luta do Bispo e a de quantos desejam o rio São Francisco totalmente recuperado sejam coroadas de êxito com a aprovação da matéria que há quase cinco anos se encontra em debate no Congresso.

**JD** - Qual a avaliação do senhor sobre a posição do bispo?

**Valadares** - O Bispo, ao adotar aquela atitude extrema, conseguiu chamar a atenção do governo e da sociedade para um problema que tem causado muita polêmica, a obra da transposição do rio São Francisco. Ganhou o adiamento, o aprofundamento do debate em torno da questão e ainda trouxe à tona uma discussão que estava quase que amortecida, a necessidade da revitalização do rio.

**JD** - A transposição das águas do Rio São Francisco merece uma discussão mais ampla do que o que aconteceu até hoje?

**Valadares** - Concordo que

muitos pontos ainda precisam de um maior esclarecimento. O povo quer saber se realmente está sobrando água no nordeste setentrional como afirmam muitos especialistas. Para onde deverá ser canalizada a água retirada do rio? Para abastecer as comunidades de água potável ou para projetos milionários de irrigação? Vai se investir mais de quatro bilhões numa obra que causará impactos ambientais imprevisíveis, sem nenhuma segurança de que em benefício do rio doador, degradado em toda a sua extensão, seja oferecido um projeto integrado de revitalização?

**JD** - Alguns setores tem dito que o senhor não tem usado a tribuna do Senado para discutir o seu projeto. Por que o senhor anda tão calado?

**Valadares** - Acho que quem diz isso se esquece de que quem iniciou nacionalmente a cruzada na defesa do rio São Francisco fui eu no Senado Federal. Continuo lutando do jeito que eu sei fazer, discursando na tribuna do Senado, como sempre fiz, e trabalhando na Câmara e junto ao governo para viabilizar a emenda da revitalização.

**JD** - A posição do governo Lula e do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, em tocar a obra a todo custo, causou alguma decepção ao senhor?

**Valadares** - Sinceramente, como eu não esperava da parte do presidente Lula qualquer iniciativa visando a transposição do rio São Francisco. Já no caso do ministro Ciro, ele nunca negou o seu interesse em fazer essa obra, que tem hoje o apoio de Lula. O governo jamais comentou ou criticou essa minha postura, talvez porque vem de muitos anos o meu engajamento ao esforço e à luta dos sergipanos contra o projeto de transposição. Por outro lado, escuto muita conversa e muito blá-blá-blá sobre o rio São Francisco, mas a única proposta concreta que traduz o desejo de quantos dependem do Velho Chico foi apresentada por mim no Senado Federal, que é a PEC da revitalização.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar e, ao mesmo tempo, elogiar o denso, detalhado e sofisticado trabalho da revista **Veja**, de 12 de outubro do corrente, em sua reportagem especial sobre a questão ambiental e a destruição da natureza.

As matérias mostram, inequivocamente, como a interferência irresponsável do homem na natureza resulta em uma destruição ambiental que passa, entre outras coisas, pela ameaça de esgotamento das fontes de água limpa, mudança climática, perda de biodiversidade, poluição e redução dos recursos energéticos.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que as seguintes matérias sejam consi-

deradas como parte integrante deste pronunciamento: “Perigo real e imediato”, de autoria da Vilma Gryzinski; “O paradoxo da água”, de autoria de João Gabriel de Lima; “Um olhar sobre o futuro”, de autoria de Monica Weinberg; e “A Terra é o paraíso”, de autoria de Anna Paula Buchalla e Giuliana Bergamo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Especial

# PERIGO REAL E IMEDIATO

Para onde vamos com nossas agressões ao planeta? O pessimismo da resposta varia, mas há um consenso: a hora de agir é já

Vilma Gryzinski

**D**esde que a era das fotografias espaciais começou, há quarenta anos, uma nova e prodigiosa imagem se formou no arquivo mental da humanidade sobre o que é o planeta no qual vivemos. Do nosso ponto de vista no universo, provavelmente não existe nada que se compare à beleza desta vívida esfera azul, brilhando na imensidão do espaço, água e terra entrelaçadas num abraço eterno, envoltas num cambiante véu de nuvens. O que as fotos não mostram, mas sabemos existir mais abaixo, é igualmente de arrepiar. A luxuriante diversidade da vida espalhada por florestas, montanhas, desertos, oceanos, rios, vibrando num diapásio constante que evoca uma história de 3,5 bilhões de anos, desde as bactérias primevas até tudo o que respira, exala, anda, rasteja, suga, fotossintetiza-se, multiplica-se e replica-se, neste momento exato, em nosso planeta. Além de tudo cuja existência conhecemos, ainda há o que apenas supomos. “A totalidade da vida, conhecida como biosfera pelos cientistas e criação pelos teólogos, é uma membrana tão fina de organismos que en-

volve a Terra que não pode ser vista a partir de uma nave espacial, porém internamente é tão complexa que a maior parte das espécies que a compõem está por ser descoberta”, escreveu, numa tentativa de síntese da grandiosidade do fenômeno, Edward O. Wilson, o grande biólogo americano.

Wilson está entre os cientistas de vulto que clamam insistentemente pela atenção da humanidade para o perigo real e cada vez mais imediato para a sobrevivência de nós mesmos, que podemos ser arrastados num paroxismo de autodestruição, levando conosco as formas mais complexas de vida. Claro, sempre sobrarão as baratas. Nas reportagens das próximas páginas, **VEJA** traça um panorama das armadilhas produzidas pelos homens para si mesmos, desde a exaustão de recursos vitais como a água até os efeitos incontornáveis do aquecimento global, que podem ser amenizados, na melhor das hipóteses, ou agravados em proporções dantescas, na pior. Duas das reportagens registram também pequenas resmas de esperança que podem vir a ser a salvação do planeta.

Até recentemente, era comum falar em ameaças que poderiam afetar a vida de nossos netos — uma perspectiva bastante incômoda, mas sem a premência dos desastres iminentes. Hoje, até a palavra ameaça ficou superada. Os fenômenos deletérios estão em andamento e muitos de seus efeitos serão sentidos ainda dentro da expectativa de vida de boa parte da humanidade. Propaga-se, por exemplo, a noção de que está em curso a sexta extinção em massa. As cinco anteriores conhecidas pela ciência deixaram regis-

tros geológicos concretos. A maior aconteceu há 250 milhões de anos; a mais conhecida, a que extinguiu os dinossauros, há 65 milhões. Extinções, evidentemente, fazem parte da história da Terra — menos de 10% das espécies que em algum momento existiram continuam a ter um bilhete no ciclo da vida do planeta. A taxa de extinção considerada normal é de uma espécie em 1 milhão por ano; a atual gira em torno de 1 000 por ano entre espécies conhecidas e ainda não catalogadas. O aquecimento global tampouco é apenas uma hipótese no horizonte do médio prazo. Todas as grandes geleiras do planeta vêm diminuindo, os oceanos estão se tornando mais quentes, animais mudam suas rotas migratórias, a diferença de temperatura entre dia e noite cai. Os níveis de dióxido de carbono são os mais altos dos últimos 420 000 anos. Se as emissões continuarem, atingirão um estágio que ocorreu pela última vez no Eoceno, há 50 milhões de anos.

As previsões catastrofistas sobre o futuro da humanidade têm sido desacreditadas desde que Thomas Malthus escreveu seu *Ensaio sobre o Princípio da População*, no fim do século XVIII, prevendo uma superpopulação avassaladora. Ridicularizar os profetas do pessimismo freqüentemente se revela um exercício saudável. A capacidade de adaptação humana, somada aos vertiginosos avanços do conhecimento no último século, desmentiu mais de um cenário apocalíptico. Mas hoje pouca gente está para brincadeiras. Um levantamento recente de trabalhos científicos sobre as mudanças climáticas mostrou que 75% endossavam a hipótese do aquecimento global — os outros 25% foram considerados neutros, pois analisavam métodos e procedi-

mentos. Quando tratam dos efeitos das transformações em curso, alguns estudiosos usam palavras que parecem saídas de obras de ficção científica. "Acredito que as chances de nossa civilização na Terra sobreviver até o fim do século presente não passam de 50%", escreve o cientista inglês Martin Rees, professor de cosmologia em Cambridge, no livro *Hora Final*. Mesmo quando pende para um lado mais conservador, Rees pinta um quadro de amargar: "As mudanças globais — poluição, perda de biodiversidade, aquecimento global — não têm precedentes em sua velocidade. Ainda que o aquecimento global aconteça na ponta mais lenta do espectro provável, suas consequências — competição por suprimentos de água e migrações em ampla escala — podem engendrar tensões desencadeadoras de conflitos internacionais e regionais, sobretudo se eles forem excessivamente alimentados por crescimento populacional contínuo."

A capacidade humana de alterar o planeta em escala geológica atingiu tal ponto que o cientista holandês Paul Crutzen propõe que a época atual, Holoceno, iniciada há apenas 10 000 anos, já acabou. Vivemos, diz ele, em pleno antropoceno — e isso começou no fim do século XVIII, com a invenção da máquina a vapor, desencadeadora do processo que mudou a face da Terra. A vaga de alarmismo que permeia o mundo no momento é tamanha que permite perguntas altamente incômodas. Em escala cosmológica, qual seria a importância do desaparecimento dos humanos da Terra (ainda que levassem, em sua irresponsabilidade genocida, uma enormidade de espécies consigo)? Mais ainda: o mecanismo de autodestruição não está embutido na própria espécie, para barrar sua propagação virulenta e descontrolada, e entrou em ação justamente num momento crítico?

Fazer perguntas para as quais não se tem respostas é próprio da espécie hu-

mana. Podemos, no entanto, conjecturar. Uma resposta possível à primeira pergunta é que a importância provavelmente é nenhuma. Mesmo que o surgimento de vida inteligente e consciente tenha resultado de uma cadeia de eventos tão improvável que tenha acontecido uma única vez — aqui mesmo, na nossa magnífica esfera azul —, a extinção da espécie humana, por mais inominável que nos pareça, não significa o fim da vida. A segunda pergunta, só podemos responder que, como não estaremos aqui para saber se a hipótese se confirma, temos a obrigação de trabalhar com a idéia contrária: não estamos programados para a extinção, ou pelo menos não agora. A vida começou na Terra há cerca de 3,5 bilhões de anos e ainda há 6 bilhões pela frente antes que o sol incinere a Terra. Cerca de 60 bilhões de seres humanos já viveram antes de nós. Seria demais deixar um desaparecimento catastrófico acontecer justo no nosso turno. ■

# O PARADOXO DA ÁGUA

Setenta por cento da superfície do planeta é coberta por água, mas só 1% de todo esse enorme reservatório é próprio para o consumo do homem. O desafio é evitar a poluição, o desperdício e distribuir melhor esses recursos hídricos

João Gabriel de Lima

Uma das visões mais espetaculares do século passado foi a primeira imagem da Terra feita do espaço, na década de 60: uma gigantesca massa azul, com 70% de sua superfície coberta por água. Neste início de século, uma preocupação recorrente — e justificada — é a de que a água, tão abundante, se torne paradoxalmente cada vez mais escassa para uso humano. Em março deste ano, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan, decretou os anos que vão de 2005 a 2015 como a Década da Água. O objetivo é que nesse prazo se reduza à metade o número de pessoas sem acesso a água encanada, cifra que ultrapassa 2 bilhões de pessoas. Mantidos os atuais níveis de consumo, estima-se que em 2050 dois quartos da humanidade viverão em regiões premidas pela falta crônica de recursos hídricos de qualidade. É um dado gravíssimo quando se leva em consideração que 60% das docças conhecidas es-

tão relacionadas de alguma forma com a escassez de água. Como isso é possível em um planeta com tantos recursos hídricos? O problema pode ser equacionado em dois termos: má distribuição e má gestão. O primeiro se deve à própria natureza, o segundo é culpa do homem. A água é realmente a substância mais comum na Terra. No entanto, 97% dela está nos mares, sendo assim imprópria para o uso agrícola e industrial e para o consumo humano. Outros 2% estão nas calotas polares, em forma de gelo ou neve. Resta, assim, apenas 1% de água doce, aquela disponível nos rios, lagos e lençóis freáticos. Essa água é extremamente mal distribuída. Países como o Canadá e a Finlândia têm muito mais do que precisam, enquanto o Oriente Médio praticamente nada tem.

O Brasil, dono da maior reserva hídrica do mundo — 13,7% da disponibilidade de água doce do planeta —, expressa internamente esse paradoxo. Dois terços da água estão concentrados na região com menor densidade populacional, a Amazônia. Isso significa que um brasileiro de Roraima tem 1 000 vezes mais água à disposição do que um conterrâneo que vive no interior de Pernambuco. A água é pesada e difícil de transportar. Levá-la de um lugar a outro tem sido o grande desafio dos seres humanos desde o tempo dos romanos, que construíam aquedutos por toda parte. O segundo problema relativo à água é a má gestão — e, nessa área, há outro paradoxo. Mesmo sendo essencial para a economia, a água sempre foi dada de graça. Até, recentemente, nem os industriais nem os agricultores, para não falar dos consumidores domésticos, pagavam pela água, apenas pelo serviço de distribuição. É claro que, aplicando-se à risca o princípio econômico segundo o qual não existe almoço grátis, esse raciocínio não se sustenta. No fundo, toda a sociedade paga quando o governo subsidia empresas estatais para que tratem a água que um empresário vai usar em sua fábrica, ou quando constrói uma barragem para que um rio seja colocado à disposição dos lavradores para a irrigação. Quando não se paga pelo que se consome, o resultado inevitável é o desperdício. Por isso, quando se fala em solucionar os problemas da água no mundo, uma palavra surge como um mantra: precificação. Significa que o governo, que é o dono em última análise dos mananciais naturais de um país, deve cobrar pelos recursos hídricos consumidos por seus cidadãos, revertendo o dinheiro para a cobertura dos custos de tratamento da água e preservação dos ecossistemas ligados a ela.

Isso já ocorre em países como França e Alemanha, considerados exemplares na gestão de água. No procedimento mais utilizado, o empresário ou o agricultor paga duas vezes: pela água em si e pela licença para jogar os resíduos nos rios. Com isso, ele é incentivado a gastar pouco e a tratar ele próprio a água antes de devolvê-la à natureza. "Cobrar pela água é muito mais eficaz do que estabelecer milhares de leis de preservação, quando se sabe que o Estado não vai ter como contratar gente para fiscalizar e cobrar multas", diz Benedito Braga, diretor da Agência Nacional de Águas, criada em 1997. A agência iniciou recentemente um projeto piloto de cobrança da água no Rio Paraíba do Sul, compartilhado pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. No ano passado, foram arrecadados na cerca de 6 milhões de reais, os quais serão reinvestidos em estações de tratamento em doze cidades.

No futuro, os consumidores domésticos também terão de repartir a conta da água com empresários e agricultores, ainda que respondam por apenas 10% do gasto de água doce no mundo. Afinal, são os esgotos não tratados os principais responsáveis pela poluição dos rios, principalmente os das grandes metrópoles. O problema só será resolvido quando se começar a cobrar pela água em si, não apenas por seu abastecimento. Embora a idéia da precificação

seja praticamente unânime, existem os que argumentam que ela tornaria a água mais cara para quem mais precisa dela: a população mais pobre. Existem várias maneiras de evitar que isso ocorra. Na África do Sul foi estabelecido um consumo máximo por pessoa — apenas acima disso se cobra pela água. A verdade é que o que sai caro, para a população pobre, e não ter água. Nos países onde a carência é dramática, são as mulheres as encarregadas de ir até o rio mais próximo com um vaso na cabeça — e, como ele freqüentemente fica a quilômetros de distância, às vezes se perde o dia inteiro nessa empreitada.

Há pelo menos três mitos sobre a questão da água, magnificados pela grita dos ambientalistas radicais mas que não condizem com a realidade. O primeiro reza que a água do planeta estaria acabando. Não é verdade. A água é um recurso infinitamente renovável, já que, em seu ciclo, ela cai das nuvens em forma de chuva, fertiliza a terra, vai para o mar pelos rios e evapora de volta às nuvens, novamente como água doce. O segundo diz que o consumo doméstico desmedido estaria acabando com a água do planeta. Trata-se de outro exagero. Apenas um décimo da água potável disponível é gasto para que os homens cozinhem, lavem roupa e façam a higiene pessoal, enquanto 70% são alocados pa-

## USO IRRESPONSÁVEL DA NATUREZA

A natureza é uma grande prestadora de serviços para a humanidade. E é ela quem dá os elementos básicos para a vida humana e o desenvolvimento econômico. A água é o mais fundamental desses serviços, que incluem também os alimentos, as fontes de energia e os materiais usados na fabricação de todos os objetos que nos rodeiam. Nas últimas semanas, VEJA mostrou, em reportagens especiais, que esses serviços têm um custo — altíssimo, dependendo da maneira como os utilizamos. A reportagem "A cegueira das civilizações" (7 de setembro) discutiu o risco de a humanidade estar repetindo o erro de sociedades do passado que entraram em colapso porque não evitaram a destruição ambiental causada por elas próprias. Em "Seis provas do aquecimento global" (21 de setembro), VEJA demonstrou que a mudança climática da Terra, acelerada pelo homem, é um fenômeno real e que seus efeitos não podem mais ser ignorados. É hora de rever a forma como os recursos naturais são explorados.

## O homem está tirando da natureza mais do que ela pode dar

A superexploração dos recursos naturais criou cinco situações ambientais críticas: a ameaça de esgotamento das fontes de água limpa, a mudança climática, a perda de biodiversidade, a poluição e a redução dos recursos energéticos

### 1 ÁGUA

Em 100 anos, seu consumo multiplicou-se por seis e hoje um terço da humanidade vive em áreas onde falta água limpa

### 2 MUDANÇA CLIMÁTICA

A temperatura média da Terra elevou-se em 1 grau nos últimos 120 anos, fazendo derreter o gelo das calotas polares e aumentando a intensidade dos furacões

### 3 BIODIVERSIDADE

840 espécies catalogadas de seres vivos foram extintas nos últimos 500 anos

### 4 POLUIÇÃO

A concentração de gás carbônico na atmosfera cresceu 30% nos últimos 150 anos e as mortes relacionadas ao ar poluído chegam a 3 milhões por ano

### 5 ENERGIA

O consumo de energia aumentou 32 vezes no último século

## Pólo Norte sem gelo

A cobertura de gelo do Ártico no verão deste ano foi a menos extensa desde 1979, ocupando uma área 20% menor que a média histórica do período. O fenômeno é atribuído ao aquecimento global

# UM OLHAR SOBRE O FUTURO

Contra as previsões apocalípticas, há uma esperança: a inventividade humana pode mudar tudo

Monica Weinberg

ra a irrigação agrícola — esta, sim, a grande vilã do desperdício. O terceiro mito, derivado desse, é o de que os recursos hídricos vão acabar porque, quanto mais o mundo se desenvolve, mais ele precisa de alimentos e, conseqüentemente, de água. Também não é exato. A modernização das técnicas agrícolas vem fazendo com que caia o consumo de água. De acordo com uma estimativa do Pacific Institute, um dos mais respeitadas centros de estudos mundiais sobre o assunto, o consumo total de água nos Estados Unidos era de 600 quilômetros cúbicos por ano na década de 80. Hoje está em menos de 500. A queda se deve também à economia na indústria e no consumo doméstico. Nas fábricas, nos anos 30, gastavam-se em média 200 toneladas de água para obter 1 tonelada de aço. Hoje, usando-se os métodos modernos, esse consumo caiu para 3 toneladas. Nas casas, por exemplo, a quantidade média de água utilizada nas descargas dos banheiros caiu para um quarto do que era há vinte anos. O verdadeiro dilema é conseguir que, com uma população mundial em constante crescimento, os recursos sejam mais bem distribuídos e que sua qualidade seja mantida. A história ensina que o ser humano administra melhor aquilo que é tratado como bem econômico. A água, que está na base de todas as cadeias produtivas, faz jus a esse tratamento ■

**A** ansia de antever o futuro é uma característica da espécie humana tão forte quanto a de procurar uma lógica, um padrão nos fenômenos naturais e sociais. Essa segunda característica permitiu que os homens olhassem para as estrelas e enxergassem constelações. A primeira produziu os profetas, abriu caminho para o charlatanismo dos videntes e para o trabalho mais sério dos chamados cenaristas, os profissionais das previsões econômicas. O catastrofismo parece ser uma terceira marca da humanidade. Em todas as eras as pessoas emprestaram o ouvido a quem anunciasse o fim da comida, da água, do ar — enfim, do mundo. A novidade é o fato de as previsões terem aumentado sobremaneira seu grau de acerto. As modelagens matemáticas feitas com a ajuda de computadores são a mais

confiável janela para o futuro já colocada à disposição da humanidade. A ciência ambiental é uma das maiores beneficiadas. Para projetar os rumos do aquecimento global ou a sobrevivência da era do petróleo, robustos computadores processam mais de 1 milhão de dados — em média, 200 vezes mais do que há apenas três décadas. Já é possível também traçar cenários levando em conta sutilezas do comportamento humano. Numa previsão sobre quanto restará de água potável no planeta, considera-se o que parece ser o detalhe do detalhe: que a taxa de desperdício varia de acordo com a faixa etária e a classe social de cada pessoa.

A credibilidade aumentou. Mas prever o futuro continua sendo uma atividade não totalmente à prova

de falhas. Isso é bom por um lado, pois as desgraças associadas ao aquecimento global podem não se materializar. Os especialistas concordam que uma razão decisiva para os equívocos é a impossibilidade de medir os efeitos do avanço tecnológico, cada vez mais veloz. Estima-se que a produção científica tenha dobrado de tamanho a cada ano nas últimas décadas. Quem diria que os carros brasileiros passariam a emitir apenas um vigésimo dos poluentes no ar quando comparados aos modelos que rodavam nos anos 70? Diz João Meyer, diretor do Instituto de Matemática e Estatística da Unicamp: "Enfrentamos as limitações de fazer previsões com base nas informações disponíveis no momento. Por isso, sempre restarão incertezas sobre a dinâmica da tecnologia".

Esse é o lado otimista das previsões sombrias: os avanços científicos podem tratar de sepultá-las. Tome-se como exemplo o que ocorreu com a célebre profecia do demógrafo inglês Thomas Malthus. No século XVIII, ele previu que milhões de pessoas morreriam de fome como consequência do crescimento da população. Malthus tinha convicção de que os alimentos não seriam suficientes para todo mundo. Com isso, ele ignorou as melhorias agrícolas que fizeram a produção no campo aumentar a uma velocidade centenas de vezes maior do que o número de habitantes. Sobrou comida. Em 1968, o americano Paul Ehrlich reafirmou a profecia de Malthus

no best-seller *The Population Bomb* (A Bomba Populacional), projetando os mesmos estragos para o século XXI. A população de fato dobrou nas quatro décadas seguintes à previsão, mas, graças ao ganho de eficiência com a irrigação e o uso dos fertilizantes, o planeta produziu bem mais alimentos do que Ehrlich havia calculado. No período em que ele

afirmou que a fome grassaria, as pessoas passaram a ingerir, em média, 24% mais calorias. Ehrlich não aprendeu com o próprio erro e voltou a carecer de bom senso ao tentar adivinhar outros efeitos catastróficos do aumento populacional (veja quadro).

As profecias de Malthus, Ehrlich e de vários outros preeminentes especialistas são pessimistas ao extremo porque deixam de contabilizar a capacidade humana de aprender a produzir mais com menos recursos naturais. Com a pesquisa tecnológica, con-

seguiu-se promover o uso mais racional das matérias-primas. Nas últimas três décadas, a máquina de lavar passou a funcionar com a metade da energia e um carro americano, a consumir 80% menos combustível. Os catastrofistas podem até dizer que se trata de um paliativo, uma vez que o petróleo está com os dias contados. O que eles também não estão levando em conta é que a espécie humana já demonstrou habilidade para criar alternativas diante da escassez. Ao que tudo indica, acontecerá com o petróleo o mesmo que se passou com o carvão na Inglaterra nos tempos da Revolução Industrial: deixará de ser a principal fonte de energia do planeta antes de sua extinção. O mundo já caminha para o desenvolvimento de fontes alternativas. A indústria automobilística, por exemplo, aposta que o carro movido a hidrogênio sairá da linha de montagem a preços razoáveis em duas décadas. Em todos os tempos a inventividade humana derrotou os profetas do apocalipse. Está nas mãos da atual geração manter essa formidável história de sucesso. ■

## VENCEU O BOM SENSO

Em 1980, uma aposta entre dois professores americanos ganhou publicidade por seu ineditismo no meio acadêmico. O alvo era o preço que cinco diferentes metais alcançariam na Bolsa de Chicago nos dez anos seguintes à aposta. De um lado estava o biólogo Paul Ehrlich, convicto de que o valor dos metais subiria com o aumento da demanda provocado pelo crescimento populacional. Segundo a lógica de Ehrlich, quanto mais gente surgisse no planeta, maior seria a procura por tais matérias-primas — e fatalmente os metais encareceriam. O economista Julian Simon tinha visão oposta. Ele acreditava que, numa década, a tecnologia teria um papel determinante para o aumento da produtividade. Isso levaria à queda do preço das matérias-primas. Simon estava certo. Uma década depois, não só o preço de mercado dos cinco metais havia despencado como sua visão mais otimista sobre a dinâmica econômica prevaleceu sobre as catastróficas previsões de Ehrlich — que perdeu a aposta.

# O TAMANHO DA DESTRUIÇÃO NO BRASIL

O BRASIL PERDEU 36% DE SUA COBERTURA VEGETAL DESDE O DESCOBRIMENTO

200 000 QUEIMADAS SÃO IDENTIFICADAS POR SATELITES NO BRASIL POR ANO  
24,5 MILHÕES DE METROS CÚBICOS DE ÁRVORES FORAM DERRUBADOS NA AMAZÔNIA EM 2004  
60% DESSA MADEIRA FICOU ABANDONADA NA FLORESTA, APODRECENDO

75% DAS EMISSÕES DE GÁS CARBÔNICO DO BRASIL VÊM DAS QUEIMADAS NA AMAZÔNIA, O QUE COLOCA O PAÍS ENTRE OS CINCO MAIORES POLUIDORES DO MUNDO

A ÁREA DE CULTIVO DE SOJA EM MATO GROSSO AVANÇA A UM RITMO 3 VEZES MAIS RÁPIDO QUE HA QUINZE ANOS, SUBSTITUINDO A VEGETAÇÃO NATIVA

DESDE 1990, O NÚMERO DE GABECAS DE GADO AUMENTOU 144% NA AMAZÔNIA, 4 VEZES MAIS DO QUE NO RESTANTE DO PAÍS

# A TERRA É O PARAÍSO

Para os vírus e as bactérias, a destruição da natureza e a vida moderna formam o cenário perfeito de proliferação

Anna Paula Buchalla e Giuliana Bergamo

**C**onsiderada uma das mais letais infecções bacterianas, com uma taxa de mortalidade da ordem de 90%, a febre de La Oroya é uma doença da região dos Andes. O mosquito que a transmite é o *Lutzomyia*, o mesmo da leishmaniose, mas o microrganismo que a causa é mais raro. A *Bartonella bacilliformis* (ou bartonella, simplesmente) é típica de altitudes entre 600 e 2 800 metros. Ou pelo menos costumava ser. Em 2004, dezenove pessoas foram vítimas da febre de La Oroya numa região de terras baixas: a província peruana de Madre de Diós, que faz fronteira com o Brasil. Ainda não se sa-

be como a bartonella ampliou dessa maneira sua área de incidência, mas tudo indica que foi a depredação ecológica que criou a oportunidade para que isso acontecesse. Ao invadir áreas antes inexploradas da floresta e ser picado pelo *Lutzomyia*, o homem parece ter ajudado a bactéria a fazer a transição para altitudes menores. Mais ainda que perplexas, as autoridades sanitárias ficaram em estado de alerta com o episódio.

A proximidade da bartonella com o Brasil é um exemplo clássico de como os microrganismos respondem aos avanços da civilização sobre

## A revanche dos micróbios

Ao interferir no meio ambiente, o homem entra em contato com agentes infecciosos desconhecidos. O quadro mostra como alguns desses micróbios se alastraram pelo mundo

### Marburg

**Características:** vírus altamente letal, que pode matar até 80% dos infectados, por febre hemorrágica

**Quando surgiu:** em 1967, na Alemanha e na Sérvia

**Como se propagou:** 31 pessoas foram infectadas por macacos importados de Uganda, na África

**Comentário:** o hospedeiro do vírus é desconhecido e nem todas as suas formas de transmissão foram descritas. Sabe-se que o contato com fluidos contaminados pode causar a infecção. O último surto da doença data de outubro de 2004, em Angola.

Desde então, 350 pessoas morreram

### Vírus do Nilo Ocidental

**Características:** picadas de mosquitos contaminados causam quadros de encefalite

**Quando surgiu:** em 1937, em Uganda, na África

**Como se propagou:** em 1999, o vírus saiu de seu reduto natural e ganhou os Estados Unidos. Nos últimos anos, sua transmissão tem sido facilitada pelo aquecimento global, que propiciou a proliferação dos mosquitos transmissores da doença

**Comentário:** já há registros da presença do vírus na América Central e América do Sul

### *Bartonella bacilliformis*

**Características:** transmitida pelos mesmos mosquitos da leishmaniose, a bactéria causa a febre de La Oroya, cuja letalidade pode chegar a 90%

**Quando surgiu:** em 1871, no Peru

**Como se propagou:** no rastro do desmatamento amazônico, já está na fronteira da Bolívia com o Brasil

**Comentário:** se a bartonella chegar ao Brasil, sua disseminação poderá ser acelerada. Além de abrigar o mosquito transmissor da doença, o país não dispõe de profissionais de saúde treinados para contê-la



## A matemática das epidemias

Como a vida moderna influencia a propagação das doenças

### SUPERPOPLAÇÃO

População mundial

1900	2005
1,65 bilhão	6 bilhões

+

### CIDADES INCHADAS

Agglomerados com mais de 10 milhões de habitantes

1900	2005
0	25

+

### VIAGENS RÁPIDAS

Tempo médio para dar a volta ao mundo

1900	2005
100 dias	2 dias

■ Em 1918, o vírus da gripe espanhola levou um mês para sair de seu reduto original, os Estados Unidos, e chegar ao segundo país atingido pela doença, a Espanha

■ Em 2003, depois do registro do primeiro caso, na China, em apenas duas semanas a sars já estava em dezesseis países

### HIV

**Características:** o vírus da aids é muito mutável, o que dificulta o seu combate

**Quando surgiu:** em 1959, no Congo

**Como se propagou:** acredita-se que a epidemia de aids tenha tido início com o hábito africano de comer carne de chimpanzé

**Comentário:** com o crescimento das cidades em direção ao habitat dos chimpanzés, deflagrou-se a transmissão em larga escala do HIV. Em 1981, ela chegou aos Estados Unidos. Hoje, são quase 40 milhões de contaminados no mundo

### sars

**Características:** infecção virótica, a síndrome respiratória aguda é de fácil transmissão

**Quando surgiu:** em 2003, na China

**Como se propagou:** a epidemia teve início no interior da China. Um médico contaminado levou-a para Hong Kong e de lá ela ganhou o mundo

**Comentário:** a sars é um bom exemplo da rapidez com que um vírus pode se alastrar. Em duas semanas, a doença atingiu dezesseis países

### H5N1

**Características:** causador da gripe do frango, o vírus é a grande ameaça atual. Ele pode matar seis em cada dez infectados

**Quando surgiu:** em 1997, em Hong Kong

**Como se propagou:** o H5N1 é o único vírus circulante que salta diretamente das aves para os humanos

**Comentário:** o grande medo é que o H5N1 se combine com o vírus humano da gripe e passe a ser transmitido de pessoa para pessoa. Há indícios de que o vírus já saiu da Ásia e avança em direção à Europa

### Ebola

**Características:** o Ebola é um vírus altamente letal. Mata cerca de 90% dos infectados. Suas vítimas morrem em decorrência de hemorragias intensas

**Quando surgiu:** em 1976, no Congo e no Sudão, na África

**Como se propagou:** acredita-se que o Ebola tenha se espalhado entre os humanos a partir do contato de caçadores com gorilas e chimpanzés contaminados, em áreas até então inexploradas

**Comentário:** o hospedeiro do vírus ainda não foi identificado, o que dificulta o controle da doença

### Peste negra

**Características:** causada pela bactéria *Yersinia pestis*, ela foi transmitida ao homem por ratos. Matou um terço dos europeus no século XIV

**Quando surgiu:** o surto teria começado na China, em 1333

**Como se propagou:** sua proliferação deve ter ocorrido por meio de uma tropa de nômades mongóis

**Comentário:** o controle da epidemia só foi possível com os progressos no campo sanitário

### Gripe espanhola

**Características:** fez 50 milhões de vítimas no mundo todo.

No Brasil, apenas no Rio de Janeiro, matou 15 000 em um mês

**Quando surgiu:** em 1918, nos Estados Unidos

**Como se propagou:** com a movimentação dos soldados durante a I Guerra Mundial, ela se alastrou facilmente

**Comentário:** cientistas recriaram o vírus em laboratório, o que deve ajudar a entender os surtos atuais de gripe

o meio ambiente: ao romper o equilíbrio ecológico de uma região, o homem recebe o toco e se torna alvo de um agente infeccioso. Mas não só o desmatamento ou a invasão das florestas propiciam a propagação de doenças. O aquecimento global, por exemplo, favorece a proliferação de moléstias como a dengue e a malária. A transmissão da dengue tem sido incrementada nos últimos anos tanto pelo aumento da temperatura da Terra quanto pela quantidade de chuvas — o mosquito transmissor, o *Aedes aegypti*, prefere climas quentes e úmidos. Outro fator é a poluição das águas. O despejo de detritos diretamente nos rios, sejam eles químicos ou humanos, é responsável pela morte de 3 milhões de pessoas todos os anos, vítimas da cólera. Além de aumentar a incidência de algumas velhas doenças, a destruição do meio ambiente também traz à tona moléstias desconhecidas, chamadas de "emergentes". Desde 1976, foram descobertos pelo menos trin-

ta novos micróbios — o HIV e o Ebola estão entre os mais famosos.

Uma vez que entra em contato com a civilização, um microrganismo encontra condições propícias para se espalhar. Nos últimos 100 anos, a população mundial quadruplicou e as cidades incharam. Em 25 metrópoles já se superou a marca de mais de 10 milhões de habitantes. Até a década de 50, apenas Londres e Nova York atingiam esse patamar. Calcula-se que, nos grandes centros urbanos, as pessoas passem 92% de seu dia em ambientes fechados. É o paraíso dos micróbios. Imagine manter uma pessoa gripada confinada num ônibus lotado, com as janelas fechadas. O contágio é certo. Há que levar em conta ainda a maneira como as populações se movimentam pelo globo. A bordo de um avião, é possível dar a volta ao mundo em 48 horas. Cerca de 700 milhões de pessoas transitam pelos ares mensalmente. Os infectados podem carregar os vilões silenciosos de um lado para o outro do planeta e deflagrar verdadeiras pandemias em pouco tempo. "Atualmente a Terra é um caldeirão de infecções", diz o infectologista

Luiz Jacintho da Silva, professor da Universidade Estadual de Campinas.

É essa conjunção de fatores que faz do vírus H5N1, o causador da chamada gripe do frango, a grande preocupação dos infectologistas. Único vírus em circulação a pular diretamente das aves para o organismo humano, o H5N1 mata 60% de suas vítimas (veja quadro). O receio é que ele sofra uma mutação e passe a ser transmitido de pessoa para pessoa com a mesma facilidade com que se propaga o vírus tradicional da gripe. Se isso acontecer, a estimativa é que o H5N1 faça, no mínimo, 7 milhões de mortos. Como contrapeso a esse cenário negativo, é preciso dizer que a ciência de hoje possui ferramentas poderosas e progride em ritmo acelerado. "Sou otimista quanto à produção de vacinas e remédios cada vez mais potentes para atacar os vírus emergentes", disse a VEJA o professor Scott Weaver, pesquisador do centro de doenças infecciosas emergentes da Universidade do Texas, nos Estados Unidos. Observar os limites da natureza também não é uma má estratégia. ■

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista intitulada “Crime organizado se espalhou”, concedida pelo Senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), Relator da CPI dos Bingos, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição do último dia 10 de outubro do corrente.

O texto destaca que o Senador Garibaldi Alves, Relator da CPI dos Bingos, foi criticado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter convocado seu chefe de Gabinete, Gilberto Carvalho. Segundo o Relator da CPI dos Bingos, “os tentáculos do crime organizado se espalham de tal maneira que chegam ao jogo, aos

transportes, à coleta de lixo. Só critica a CPI quem não tem noção da extensão dos tentáculos do crime organizado”.

Pela oportunidade do assunto, requeiro que a referida entrevista seja dada como lida e considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# ‘Crime organizado se espalhou’

Garibaldi Alves reage a críticas de Lula dizendo que o tema da CPI dos Bingos não são só bingueiros, mas a lavagem de dinheiro

**CRISE NO GOVERNO LULA**  
**ENTREVISTA**  
**GARIBALDI ALVES**  
**RELATOR DA CPI DOS BINGOS**

Rosa Costa  
BRASÍLIA

Criticado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ter convocado seu chefe de Gabinete, Gilberto Carvalho, para depor na CPI dos Bingos, o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) reagiu também de forma dura, explicando que a CPI “apura também lavagem de dinheiro e crime organizado”, – então apressa a atividade dos bingueiros. Foi além, no seu contra-ataque: “Os tentáculos do crime organizado se espalham de tal maneira que chegam ao jogo, aos transportes, à coleta do lixo”. Assim, o esclarecimento de supostas esquemas de corrupção nessas atividades, na prefeitura de Santo André em 2002, faz com que Garibaldi, só critica a CPI para Garibaldi, só critica a CPI quem não tem noção “de extensão dos tentáculos do crime organizado”.

Político veterano – exerceu o segundo mandato no Senado, já foi duas vezes governador do Rio Grande do Norte, uma vez prefeito de Natal e quatro vezes deputado estadual – Garibaldi Alves citou o próprio presidente para justificar suas decisões: “O presidente deveria recordar, o que ele mesmo disse: a corrupção tem de ser apurada antes de ele descomber o que está sendo apurado no contrato da Caixa com Gechi – que, segundo o Tribunal de Contas da União, já deu à Caixa um prejuízo de R\$ 439 milhões.

te do que foi dito por João Francisco e Bruno Daniel (segundo eles, Carvalho teria admitido que levou o dinheiro proveniente da corrupção na prefeitura para o deputado José Dirceu”, afirma. “Também estranhei o fato de ele desconhecer o que está sendo apurado com relação ao contrato da Caixa Econômica Federal com a Gechi – que, segundo o Tribunal de Contas da União, já deu à Caixa prejuízo de R\$ 439 milhões”, critica.

Como o senhor responde aos que acusam a CPI dos Bingos de não ter um alvo definido de investigação? A CPI apura também lavagem de dinheiro e o crime organizado. Os tentáculos do crime organizado se espalham de tal maneira que chegam ao jogo, aos transportes, à coleta do lixo. É uma vasta rede de corrupção que dificulta uma seleção.

A crítica de Lula à CPI, de que nenhum bingueiro foi chamado para depor, indica que ele não percebeu a abrangência da investigação? O presidente deveria recordar o que ele mesmo disse: “a corrupção tem de ser apurada antes de onde vier, doa a quem doer”. Também estranhei o fato de ele desconhecer o que está sendo apurado no contrato da Caixa com Gechi – que, segundo o Tribunal de Contas da União, já deu à Caixa um prejuízo de R\$ 439 milhões.

A reação dele não foi por causa da segunda convocação, desta vez para o gabinete de Gilberto Carvalho? Também. O presidente achou que seu secretário particular deveria ser poupado da acusação, assim como o irmão de Celso Daniel. Não havia como atender a suas expectativas diante do que foi dito por João Francisco e Bruno Daniel.

A CPI terá condições de apontar quais seriam os mandantes da morte do prefeito?

Não. O que a comissão pode fazer é apurar se houve, por trás da morte, um esquema de corrupção. Isso pode ajudar a encontrar o mandante.

O que mostram os dados colhidos sobre a morte de Daniel? Há indícios fortes de que havia esquema de corrupção. Ao que parece, Daniel enfrentava o desejo dessa corrupção para outros fins que não o de caixa do PT.

Com relação às denúncias ligadas à gestão de Antonio Palocci (ministro da Fazenda) na prefeitura de Ribeirão Preto, o senhor acha que há motivos para a CPI ouvir o ministro ou concordar com a maneira de deposição quando aos reflexos na economia?

Essa convocação só deve ser marcada quando as apurações estiverem avançadas. Tem a acusação que o (Rogério) Baruffi (ex-assessor de Fernando) fez, de que a Leão Léo dava a Palocci R\$ 50 mil mensais que eram repassados ao PT, mas precisamos avançar na apuração.

Um dos momentos mais agitados da CPI foi a acusação com os cinco envolvidos nos contratos da Gechi. Os depoimentos ajudaram nas investigações?

Sim, porque desvendaram os interesses contrariados de dois esquemas chefiados por Waldomiro Diniz e de Brunetti. Eu os tenho como exemplos da operação, mas ainda não podemos identificar quem estava por trás.

**CPI defende afastamento de conselheiro da Fazenda**

Marcelo de Moraes  
BRASÍLIA

Integrantes da CPI dos Correios e líderes da oposição defenderam ontem o afastamento de Márcio Machado, Caldeira, integrante do Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda. A CPI descobriu contatos telefônicos de Caldeira com o empresário Marcos Valério de Souza e seus sócios, além do pagamento de pelo menos quatro passagens aéreas para ele. Os gastos consistiram da agenda de Fernando Kurim Sorragio, ex-secretária de Valério.

Caldeira admitiu que o celular é dele, mas afirma que nunca falou com Valério. Sobre as passagens, diz que o amigo pagava os bilhetes e não sabia de onde isso vinha.

Para o líder do PFL na Câmara, Rodrigo Maia (RJ), a solução é atá-lo. “A participação no Conselho está comprometida”, diz. Para o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), isso prova a inidêntica “danosa” do empresário no governo. “Valério cooperou numa rede de conjuventes no governo Lula para fazer seus negócios.”

Os dados de sigilo telefônico da CPI mostram que Valério trocou no mínimo 31 telefonemas com Márcio Machado Caldeira, da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda. Outros dados mostram cerca de 27 ligações dos sócios de Valério, entre 2002 e 2005. ●

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Os intelectuais e a crise”, de autoria do historiador Boris Fausto, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, do último dia 6 de setembro do corrente.

O artigo trata do papel dos intelectuais na atual crise que assola o Governo Lula e o Partido dos Trabalhadores. Sobre isso, o historiador mostra “a grande responsabilidade dos intelectuais de esquerda, por semear muitas ilusões e por colaborar na construção da figura carismática de Lula”. E ainda: “O irmão-gêmeo do carisma foi o desprezo pela bagagem cultural – o pão nosso de cada dia dos intelectuais! –, em nome de uma intuição rara, que fazia do líder carismático ‘o melhor dentre todos nós’”.

O autor termina seu artigo com a seguinte conclusão: “Tudo isso acabou como acabou. Hoje, há quem se agarre ao barco que navega num pântano, de quem dele saiu há bom tempo, e há quem se entregue a silêncios embaraçados e até a delírios conspiratórios”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## *Os intelectuais e a crise*

BORIS FAUSTO

### *O culto ao ‘Cavaleiro da Esperança’ potenciou um traço da nossa cultura, isto é, a crença no herói salvador*

ENTRE OS muitos produtos da crise, ganhou algum destaque a discussão sobre o papel dos intelectuais. Indo direto ao assunto, iniciemos com uma pergunta: quem são os intelectuais?

Se quisermos não propriamente uma definição, mas uma descrição aproximativa, diríamos que os intelectuais constituem um grupo social que se distingue por um nível cultural específico, mais voltado para a formulação de idéias abrangentes e pelo objetivo de definir visões do mundo. Desse modo, diferenciam-se de grupos com conhecimentos especializados de ordem prática, como economistas, advogados, ou dedicados a analisar cenários sociopolíticos de maior imediatidade — caso dos jornalistas. Ressalvemos que o recorte não exclui linhas de aproximação, nem pretende sugerir uma gradação de hierarquia entre “sábios pensantes” e pessoas apenas especializadas.

Embora situados no plano das formulações mais abstratas, em países como o nosso, os intelectuais tendem também a intervir na vida política, em graus variados. Seu alvo preferencial de atenções concentra-se no poder, seja para criticá-lo, muitas vezes com virulência, seja para se agasalhar, confortavelmente, sob suas asas. Houve até um momento na história do Brasil, no período do Estado Novo (1937-1945), que, com as devidas cautelas, alguns intelectuais desempenham concomitantemente esses papéis.

O grupo intelectual, como se sabe, é essencialmente heterogêneo, ocupando diversas posições no espectro político. Nos países marcados por fortes injustiças sociais, tende a situar-se majoritariamente à esquerda, num arco histórico que vai da social-democracia ao comunismo. No Brasil e em outros países, a corrente comunista ganhou maior influência, por ter atrás de si o aparelho internacional montado pela União Soviética e por contar com um discurso como o marxismo, detentor da “chave da história”.

Essa opção de muitos intelectuais redundou na crença nas virtudes do partido único, portador da consciência do

proletariado, capaz de realizar a tarefa revolucionária de implantação do socialismo. Redundou também na crença de que essa tarefa vinha sendo efetivada, desde 1917, na União Soviética. Mais ainda, redundou na glorificação de Stálin — guia genial dos povos — e na entronização dos líderes nacionais dos partidos comunistas, no altar-mor do stalinismo. O ícone brasileiro, quase não seria preciso dizer, foi Luiz Carlos Prestes.

O culto à personalidade do “Cavaleiro da Esperança” potenciou um traço da nossa cultura, isto é, a crença no herói salvador, capaz de acabar com o sofrimento do povo, encarnando o partido, cuja linha errática estava sempre certa. Dessa e de outras distorções resultaram o abandono da tarefa da construção da cidadania e a descrença nos princípios democráticos. Por muitos anos, um grande número de intelectuais de esquerda acreditou que “democracia formal” não passava de um simples instrumento, a serviço de um radioso futuro revolucionário.

O relatório Krushev, a queda do Muro de Berlim, a transformação da China do ícone Mao Tse-tung numa versão peculiar de capitalismo autoritário e o advento do regime militar no Brasil, dolorosamente, abriram os olhos da maioria dos intelectuais de esquerda. No processo de democratização do país, nos anos 1980, um grande número desses integrou-se na construção do PT, alguns com uma perspectiva socialista democrática, outros ainda encantados com o autoritarismo revolucionário e outros ainda a partir de razes católicas, tingidas de messianismo. Foi uma op-

ção respeitável, por um partido que pretendia organizar a classe trabalhadora a estar à frente dos movimentos sociais.

Mas a ressalva não serve para deixar de lado a grande responsabilidade dos intelectuais de esquerda, por semear muitas ilusões e por colaborar na construção da figura carismática de Lula, em circunstâncias por certo distintas dos tempos do PCB. A trajetória social e as características pessoais do atual presidente, inusitada na história do Brasil, facilitaram essa tarefa. Engendrou-se assim, engatando com as tradições de nossa cultura política, o carisma do herói salvador, por mais que se exaltassem as virtudes da organização partidária. O irmão-gêmeo do carisma foi o desprezo pela bagagem cultural — o pão nosso de cada dia dos intelectuais! —, em nome de uma intuição rara, que fazia do líder carismático “o melhor dentre todos nós”. A contrapartida para quem apontasse a inadequação desse caminho ou criticasse as formulações equivocadas sobre a economia e a natureza da sociedade era a rotulação desqualificadora: elitista, preconceituoso, colonizado, neoliberal etc.

Tudo isso acabou como acabou. Hoje, há quem se agarre ao barco que navega num pântano, de quem dele saiu há bom tempo e há quem se entregue a silêncios embaraçados e até a delírios conspiratórios.

Mas essas opções pessoais importam pouco. Importa bem mais a percepção de que os intelectuais podem ter um papel relevante na sua área específica, ou seja, na ampliação de perspectivas, na análise mais abrangente de nossos problemas, na formulação de propostas. Duas condições mínimas para tanto me parecem, porém, indispensáveis: o respeito ao pluralismo democrático e a certeza de que, mesmo para avançar no campo especulativo, é preciso levar em conta o saber técnico e não se desprender da terra, embarcando no mundo dos sonhos.

Boris Fausto, historiador, é presidente do Conselho Acadêmico do Geacti (Grupo de Conjuntura Interacional) da USP. É autor de, entre outras obras, “A Revolução de 30” (Cia. das Letras).

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “É tudo mentira”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 9 de outubro do corrente.

O artigo destaca as declarações do Presidente Lula na reunião da Bancada do PT. Segundo o autor, Lula disse que seus companheiros de Partido que estão envolvidos na corrupção “não são corruptos”. “É claro que o Presidente sabe que quem utiliza o caixa dois é, sim, corrupto. Se não soubesse, teria aprendido ainda na semana passada com o notável advogado Márcio

Thomaz Bastos, de resto seu Ministro da Justiça, que chamou de ‘bandidos’ o pessoal do caixa dois”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

## É tudo mentira

**MADRI** - *É óbvio que se equivocaram tremendamente os petistas que reproduziram para os jornalistas as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o encontro com parte da bancada do PT.*

*Nem o mais ferrenho opositor seria capaz de acreditar que o presidente é leviano a ponto de passar atestado de inocência aos parlamentares que estão na fila de cassação.*

*“Não são corruptos”, teria dito Lula. É claro que o presidente sabe que quem utiliza o caixa dois é, sim, corrupto. Se não soubesse, teria aprendido ainda na semana passada com o notável advogado Márcio Thomaz Bastos, de resto seu ministro da Justiça, que chamou de “bandidos” o pessoal do caixa dois.*

*Como o presidente sabe que os petistas acusados já confessaram o uso de “dinheiro não-contabilizado” (um vício de linguagem típico da mandragem safada), sabe também, por extensão, que são corruptos.*

*Tanto sabe que disse em rede nacional de TV que havia sido traído. É claro que ninguém poderia pensar*

*que o presidente da República é capaz de dizer uma coisa num dia e outra completamente diferente algum tempo depois.*

*A menos que os opositoristas estejam comparando o que Lula dizia quando era oposição com o que passou a fazer e dizer depois que assumiu o governo. Aí, sim, é água e vinho (ou vinho e água, dependendo do gosto de cada um). Mas, sejamos condescendentes: Lula reconheceu que, na oposição, fazia apenas “bravatas”. Não era, portanto, para ser levado a sério.*

*Agora, na Presidência, nem o mais ferrenho opositorista acreditaria que o presidente não falaria sério. Logo, só pode ser reprodução incorreta o que disseram que Lula disse.*

*Afinal, o que se espera de um presidente é que diga que seus correligionários são inocentes, não que são iguais aos outros, estes, sim, corruptos, mesmo não sendo caixa dois um ato de corrupção, segundo a infeliz versão de petistas para a fala dele.*

@ → [crossi@uol.com.br](mailto:crossi@uol.com.br)

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “A missão do camarada Aldo”, publicada na revista **Época**, edição de 3 de outubro do corrente.

Segundo a matéria, o Deputado Aldo Rebelo foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados com a missão de “esvaziar a crise política e dar fôlego a Lula”. Para isso, contou com total apoio do Governo, que liberou verbas, ofereceu cargos e até fez promessas para os Parlamentares ameaçados de cassação.

A matéria, enfim, mostra a atuação do Governo nos bastidores da eleição.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# A missão do camarada Aldo

## Eleito pelo rolo compressor do governo, o novo presidente da Câmara vai tentar esvaziar a crise política e dar fôlego a Lula

THOMAS TRAUMANN e GUSTAVO KRIEGER

**A**ldo Rebelo é um militante comunista. Isso significa, acima de tudo, alguém pronto a cumprir tarefas e desempenhar missões, por piores que elas pareçam. Foi assim que sobreviveu tanto tempo como ministro da Coordenação Política, fustigado pela artilharia pesada de José Dirceu. E foi por isso que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva o escolheu para ser presidente da Câmara. Eleito na quarta-feira para concluir o desastroso mandato de Severino Cavalcanti, Aldo Rebelo é a aposta de Lula para chegar a 2006 com chances reais de ser reeleito presidente. “Se o PFL tivesse ganho, no dia seguinte tentariam me derrubar. Eu ia ser massacrado”, disse um Lula aliviado, durante o jantar de comemoração da vitória de Aldo.

Com esse tipo de frase, é fácil entender por que a tarefa principal do novo presidente será a de diminuir a intensidade da crise. Pelo plano dos assessores de Lula, nos próximos dias vários dos deputados envolvidos no mensalão renunciariam para tentar retornar à Câmara pelo voto em 2006. Com os restantes (como José Dirceu), Aldo teria pressa para colocar os casos em plenário.

Ao mesmo tempo, ainda na ótica do governo, Aldo teria má vontade em qualquer prorrogação das CPIs, especialmente a dos Correios, que deveria terminar em 15 de dezembro. Por último, Aldo e os partidos aliados tentariam um acordo com a oposição para iniciar uma “agenda positiva”, a votação de projetos como o que diminui impostos para construção civil, lei das microempresas, marco regulatório de saneamento, conclusão dos projetos de reforma tributária e da Previdência e ainda uma reforma política que dificulte o caixa dois. Cumpridas essas tarefas até dezembro, Aldo seria peça fundamental para Lula come-

çar 2006 com uma crise política morna, o discurso de que foi “o presidente mais investigado na História do país” e ainda dono de prováveis 30% de votos no primeiro turno. O problema é que na lista de tarefas de Aldo falta combinar com o outro lado.

Diz um ditado alemão que o diabo está nos detalhes. Aldo Rebelo venceu o pefelista José Thomaz Nonô por uma diferença de 15 votos, exatamente o número de deputados sob ameaça de cassação. Além de terem eles mesmos votado em Aldo, os cassáveis foram fundamentais para arregimentar apoio no PT, PP e PL. José Dirceu foi consultado sobre se vetaria o nome de Aldo antes mesmo do anúncio. Não só aceitou o antigo desafeto, como ajudou a enquadrar o PT a favor. No dia da votação, Dirceu foi um consultor informal para indicar ao governo quem valia a pena procurar e o que valia a pena oferecer. Valdemar Costa Neto, ex-deputado e presidente do PL, apoiou Aldo já no primeiro turno, numa promessa de ao menos 35 votos. José Janene (PP)

**“Nunca acreditei que o mensalão existisse. Fui líder do governo e ministro da Coordenação Política, e nunca ouvi nada a respeito de pagamento a deputados”**

**ALDO REBELO,**  
presidente da Câmara

jura ser o responsável por 40 votos pró-governo no segundo turno. Nas conversas particulares com os cassáveis,

### QUEM GANHA E QUEM PERDE

A chegada de Aldo Rebelo à presidência da Câmara foi a primeira vitória relevante do governo no Congresso depois de meses de crise

Quem ganha

**Lula**  
Foi o principal vencedor da disputa. Aldo deverá ser uma barreira às tentativas de abertura de processo de impeachment.

**Janene**  
O deputado do PP foi o principal beneficiário da vitória de Aldo. Eleito presidente da Câmara, Janene terá a palavra em primeiro lugar no plenário.

**Renan Calheiros**  
Ao constituir o quadro de líderes, Calheiros garantiu a permanência de Aldo no cargo. O líder do PFL e do grupo oposicionista do PMDB se transformou em homem de confiança de Lula.

Quem perde

**PFL**  
O partido mais interessado num processo de impeachment contra Lula ficou sem a presidência da Câmara.

**Michel Temer**  
Terminou duplamente derrotado pela ala governista do PMDB. Foi obrigado a retirar sua candidatura, apoiou José Thomaz Nonô e perdeu.

**Tucanos**

A turma do PSDB queria a derrota de Aldo para enfraquecer o governo e minar a reeleição de Lula em 2006. Não deu certo

**PT**

Petistas passaram meses conspirando contra o ministro Aldo. Sem candidato próprio, não tiveram alternativa senão apoiá-lo e vê-lo ganhar a disputa

Aldo repetiu várias vezes que era contra "julgamentos sumários". Em discurso ao plenário, defendendo sua então candidatura, tascou: "Terei coragem para levar adiante os processos de quem é culpado, mas também terei coragem para defender os inocentes".

Por tudo isso, a bancada dos casáveis saiu da eleição da quarta-feira com o peito estufado. "Aqui ninguém vai renunciar", diz Janene, líder do PP. Ele procurou outros deputados casáveis para tirarem uma posição unida. Na quinta-feira convenceu o colega Vadão Gomes (PP-SP) a rasgar sua carta de renúncia.

O Planalto, no entanto, não pretende desistir da estratégia. Apenas decidiu concentrar-se nos petistas. Na quinta e na sexta-feira, a pedido do presidente, ministros passaram a ligar para alguns parlamentares pedindo a renúncia. Os alvos principais são os petistas José Mentor, João Magno, Professor Luizinho, Paulo Rocha, Josias Gomes e o ex-líder do PMDB José Borba. No limite, o próprio Lula pretende ligar para os petistas pedindo a renúncia como uma "tarefa partidária", oferecendo em troca a garantia de legenda em 2006.

No caso das CPIs, o desafio do governo é se entender. Pelo cronograma do senador petista Delcídio Amaral, presidente da CPI dos Correios, é possível encerrar os trabalhos até o Natal. Mas na semana foram os petistas que esvaziaram as sessões, abrindo a possibilidade de os trabalhos avançarem janeiro adentro.

A maior preocupação da equipe de Lula é quanto à CPI dos Bingos, na qual a oposição tem ampla maioria. Senadores do PFL articulavam na semana passada a possibilidade de convocar Fábio Lula da Silva, o filho do presidente que vendeu parte de sua empresa à Telemar. Enviados do Planalto informaram ao PSDB que, se apoiarem a iniciativa, os petistas arranjarão fórmula de investigar Paulo Henrique Cardoso, filho do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Aldo estreou no cargo na quinta-fei-

ra tentando preparar uma agenda de votações na Câmara. Começou mal. As oposições não aceitaram um acordo mínimo para a reforma política, mas é possível ainda um acordo com base numa proposta do senador Tasso Jereissati, que basicamente adia as definições sobre as regras das eleições de 2006 para 31 de dezembro deste ano. "Queremos um acordo para a Câmara voltar à normalidade. Mas não vamos facilitar a vida do governo", diz Rodrigo Maia, líder do PFL.

**A estratégia de Aldo é ressuscitar o "colégio de líderes", uma antiga tradição do Congresso. Com ela, os líderes das grandes bancadas se reúnem com a mesa diretora da Câmara, estabelecem a pauta de votações e fecham acordos sobre o conteúdo. Quando chega ao plenário, o assunto está resolvido.**

Eleito pelo baixo clero, como são chamados os deputados desconhecidos do Congresso, Severino desmontou o colégio de líderes. O resultado foi a paralisação da agenda da Câmara. Em conversas reservadas, Aldo condena a linha política do antecessor. Acha que Severino acumulava a função de presidente da Câmara com a de uma espécie de líder da bancada do baixo clero. Assim, cada votação importante era precedida por centenas de negociações individuais entre o governo e seus "aliados".

O primeiro teste da nova estratégia será a espinhosa votação da reforma política. A tarefa é ainda mais complicada porque, antes de discutir as mudanças nas regras das eleições, é preciso um acordo que permita a aprovação da emenda constitucional que estende o prazo para fazer as alterações. Para convencer os líderes, ele aposta em inverter a ordem da discussão. "Vamos definir primeiro em quais assuntos não se pode mexer", antecipa. Ele é contra mudanças que possam beneficiar algum partido específico, como ampliar o prazo para que os parlamentares troquem de legenda.

"Vamos nos concentrar em pontos que afetem igualmente a todos, como a redução no tempo de campanha no rádio e na TV, ou a proibição de imagens externas." Não vai ser fácil esfriar a cabeça para começar a conversa. A oposição saiu da vitória de Aldo com o discurso de que o governo passara o "rolo compressor" no Congresso. É verdade. Mas, por outro lado, foi exatamente o que aconteceu em várias votações no governo FHC. Pilotado pelo ministro da Coordenação Política, Jaques Wagner, o trator governista incluiu promessas, afagos e muita negociação de verbas. Alguns exemplos:

■ Na reunião em que o PL decidiu apoiar Aldo Rebelo, Valdemar Costa Neto recebeu ligação do ministro Jaques Wagner. "Vamos juntos?", perguntou o ministro. "Só se a gente receber um ministério", respondeu Valdemar. "Mas vocês já têm o dos Transportes", retrucou o ministro. "Esse é o problema. Temos o ministro, mas não o ministério. Quem decide quais estradas vão ser construídas é a equipe econômica", explicou Valdemar. A conversa foi encerrada com o governo garantindo que o ministro Alfredo Nascimento terá mais poderes para decidir os destinos das verbas no ministério.

■ No caso do PTB, a conversa ocorreu entre o primeiro e o segundo turno. "Vocês não podem me abandonar", discursou o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, quase aos prantos. "Se vocês forem com a oposição, vou ter de deixar o governo." Formalmente, o PTB decidiu fechar questão com Aldo. Mas dos 40 deputados do partido menos de 30 apoiaram o candidato do governo. O restante, a mando do deputado cassado Roberto Jefferson, despejou votos na oposição.

■ Ciro Nogueira, candidato do PP e afilhado do ex-presidente Severino Cavalcanti, recebeu uma ligação do presidente do Senado, Renan Calheiros, às 19 horas. Acertaram que os cargos que o PT continua mantendo no Ministério das Cidades serão trocados por gente do PP. Até hoje, apesar de o ministro Márcio Fortes ser indicação do

**O que o governo prometeu para eleger Aldo**

Liberar R\$ 500 milhões para pagar emendas individuais de parlamentares ao Orçamento da União

Dar ao PL o controle das verbas do Ministério dos Transportes. Apesar de controlado pelo partido, o ministério tinha de obedecer às ordens do Planejamento, controlado pelo PT

Acertar nomeações de aliados para cargos em estatais

Separar o julgamento dos parlamentares ameaçados de cassação

## Para vencer, o governo liberou verba até para deputados cassados

PP, a hierarquia da pasta continuava tomada por petistas. Enquanto o telefonema corria, Severino Cavalcanti ligou para o deputado Simão Sessim (PP-RJ). "Vamos de Nonô", mandou Severino. Minutos depois, Severino voltou a ligar. "Pelo amor de Deus, meu amigo, me ouça: temos de ficar com o governo, vota no Aldo, por favor, pela minha família", suplicou Severino. No dia seguinte, usando indevidamente o broche de deputado, Severino apareceu feliz da vida numa solenidade no Palácio do Planalto. Ao final das trocas, o governo conseguiu ressuscitar antigos aliados. Ao menos no *Diário Oficial* e no Orçamento da União. Severino Cavalcanti viu a liberação de R\$ 1,1 milhão, que ele incluiu no Orçamento. Roberto Jefferson conseguiu R\$ 1,2 milhão e Valdemar

Costa Neto R\$ 1,1 milhão. Mesmo nenhum deles sendo mais deputado.

No PMDB, o maior partido da Câmara, o corpo-a-corpo foi feito pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa, e pelo presidente da Fundação Nacional da Saúde, Paulo Lustosa. O primeiro contava animado aos deputados sobre a nova tecnologia de rádio digital, que no mundo político abre a possibilidade de alguns milhares de novas concessões. Lustosa carregava pastas revelando as liberações de emendas dos deputados.

No dia seguinte à eleição de Aldo, dois ilustres peemedebistas aportaram no Palácio do Planalto. O presidente do Senado, Renan Calheiros, e seu escudeiro, Ney Suassuna, reuniram-se com o presidente Lula. No bolso, levavam a longa lista de nomeações reivindicadas pelos parlamentares do partido. "Podem procurar os ministros", autorizou o presidente. Ao contrário do que se especulou durante a crise, Lula não prometeu ministérios aos aliados. Ele odeia mexer no primeiro escalão da equipe. As promessas foram de vagas em estatais e nos cargos federais espalhados pelo país. Ministros podem mudar, mas só no início de 2006, quando alguns nomes do

primeiro escalão podem ser convencidos a disputar as eleições.

Um dos grandes vencedores da eleição da Câmara é um político que, em princípio, não deveria ter nada a ver com o assunto. De seu gabinete no Senado, Renan Calheiros operou o esvaziamento da candidatura de Michel Temer, presidente nacional do PMDB. Renan trabalhou para que a maior parte da bancada peemedebista apoiasse

Aldo. Recebeu o troco em plenário. No discurso em que deveria defender sua candidatura, Temer renunciou em favor de Nonô e acusou Renan de traição. Temer, que normalmente é incapaz de um insulto, chamou Renan de "um reles sacripanta". Ao menos foi uma contribuição para elevar o nível das agressões na política brasileira. Sacripanta, segundo o *Dicionário Houaiss*, significa "velhaco, patife ou indigno". Renan não acusou o golpe. Ao contrário, capitalizou a vitória, tornou-se o principal operador político do Planalto no Congresso e prepara-se para uma nova briga. Desta vez pelo comando do PMDB. ■

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "Lula vence no PT", publicado no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 14 de outubro do corrente ano.

O artigo mostra que "tão logo a crise do 'mensalão' mostrou a sua força sobre a direção do PT – derrubou o Presidente, o tesoureiro e o secretário-geral –, o Palácio do Planalto articulou uma operação para que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não perdesse o comando do partido. Em lance raras vezes visto na política brasileira, dois ministros de Estado desceram de seus postos para

a missão". Tarso Genro e Ricardo Berzoini foram os escolhidos para deixar os ministérios que ocupavam e ajudar o Presidente Lula a se manter no comando do PT.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Não rouba, não deixa roubar e combate o roubo”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense**, de 9 de outubro do corrente.

O artigo trata dos trabalhos das CPIs em andamento no Congresso Nacional e dos resultados das investigações sobre a caixa-preta do sistema que perpetrou o fabuloso assalto ao dinheiro do povo.

Segundo o autor, “Se alguém se der ao trabalho de levantar o número de pessoas exoneradas ou afastadas das funções públicas, por corrupção ou suspeita de corrupção, que exerciam cargos de confiança na vigente era lulista, vai dar também conta da falência

daquela moral petista resumida na trombeteada declaração de que ‘o governo não rouba, não deixa roubar e combate o roubo’”.

E o autor conclui o seu artigo: “Ora Veja! Não roubar, não deixar roubar e combater o roubo. Que mentirinha de lascar. Durma-se com essa”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## LULA VENCE NO PT

**T**ÃO LOGO a crise do “mensalão” mostrou sua força sobre a direção do PT —derrubou o presidente, o tesoureiro e o secretário-geral—, o Palácio do Planalto articulou uma operação para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não perdesse o comando do partido. Em lance raras vezes visto na política brasileira, dois ministros de Estado desceram de seus postos para a missão.

O primeiro, que herdou a presidência interina da agremiação e foi o nome pretendido para assumi-la em definitivo, naufragou. Tarso Genro deve ter cometido seu erro capital em algum momento entre a defesa que fez de que o PT não permitisse a candidatura do deputado federal que, ameaçado de cassação, renunciasse a seu mandato e a sua disposição de topiar briga com o ex-ministro José Dirceu. Coube ao segundo, Ricardo Berzoini, cumprir a missão.

Do ponto de vista substantivo, resulta na máxima de Lampedusa —“As coisas precisam mudar para permanecerem as mesmas”— o coitejo entre o PT que sai das urnas da

eleição interna e o que existia antes. Berzoini já deu sinais mais que tranquilizadores aos deputados que quiserem renunciar de que terão legenda para disputar as eleições de 2006.

Tampouco os ameaça seriamente com processo por falta ética. No máximo, o PT vai expulsar Delúbio Soares, acalentando a fábula de que o ex-tesoureiro foi o único responsável pelo esquema criminoso de coleta e distribuição de recursos ilegais.

Assim, sintonizado com o Planalto, o presidente eleito do PT praticamente convida os “cassáveis” à renúncia, pois isso, calcula o lulismo, abreviaria a crise e daria mais tempo para Lula cuidar de sua prioridade, que é a mesma de Berzoini: a campanha para a reeleição presidencial.

É o PT de sempre o que emerge das eleições internas. O PT de Lula, de José Dirceu, de Ricardo Berzoini, do “valerioduto”. É o partido que tenta dourar a pílula de ocupar o centro de um dos maiores escândalos políticos da história brasileira recente na tentativa de permanecer mais quatro anos no Palácio do Planalto.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Câmbio: Furlan contesta Palocci”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 7 de outubro do corrente.

A matéria destaca que os Ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, deram declarações divergentes sobre o câmbio. Segundo a autora da matéria, “Palocci afirmou que, apesar da valorização do real, as exportações seguem batendo recordes. Furlan

observou, porém, que essa avaliação só é válida no curto prazo”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Não rouba, não deixa roubar e combate o roubo

**MAURÍCIO CORRÊA**  
*Autógrafo*

**N**a semana passada, com o marasmo registrado nas três CPIs da corrupção, deu-se conta de que, salvo pequeno saldo positivo, o principal mesmo, que é o esclarecimento de toda a pouca vergonha instalada nas obscuras relações entre o Palácio do Planalto, o PT e seus aliados, um bom contingente de parlamentares e os inexplícitos financiamentos de campanhas eleitorais, permanece sem qualquer solução. A sociedade está ávida para saber o que está contido na misteriosa caixa-preta — expressão repetidas vezes utilizada pelo presidente para lançar suspeitas sobre membros do Poder Judiciário — do sistema que perpetrou o fabuloso assalto ao dinheiro do povo.

Em artigo que escrevi neste espaço publicado em 4 de setembro do mês passado, manifestei a preocupação de que, sem os holofotes que atacam a vaidade, o interesse de membros das CPIs estava se esvaindo. Afirmava que, além dos depoimentos tomados, não se poderia deixar de atentar para o grande acervo de documentos já reunidos e dependentes de exame. Com a cobrança da imprensa, a indignação da sociedade e o protesto de vários parlamentares, foram retomados os trabalhos e algumas providências já estão em curso. Ótimo que assim seja e que a verdade ainda não revelada venha à tona.

Será a maior frustração para o povo, depois de tantos gastos e da imensa expectativa gerada em torno dos fatos em apuração, se os autores intelectuais e executores da artimanha e seus beneficiários não forem devidamente identificados para que, com a prova, possa o Ministério Público submetê-los a julgamento. De pronto, é prudente que todos se acautelem quanto às votações de cassações. Com o empenho demonstrado pelo presidente da República, que colocou toda a máquina do governo a serviço da vitória de seu candidato à presidência da Câmara dos Deputados — vitória saudada com gáudio e certo alívio pelos deputados apontados como be-

neficiários das propinas que sustentaram o suborno —, torna ainda mais imprevisível o resultado que de tudo isso possa advir.

De lado a questão relacionada com as cassações de mandatos parlamentares, a grande dúvida até agora não resgatada com a nação pelas CPIs que apuram os atos de selvageria ao patrimônio do povo, sobretudo a dos Correios, diz respeito à explicação que se impõe seja dada à origem da dinheirama que jorrou da cornucópia do grupo de Marcos Valério e que, a mancheias, foi distribuída entre os sócios dessa inusitada comandita de foras-da-lei.

Toda o compromisso dos parlamentares que desejam fazer o jogo da verdade deve ser compreendido para que as peças desse enigma sejam desvendadas. Por outro lado, cada vez mais se robustece a convicção de que, para a formulação de todo o esquema da coleta e distribuição do dinheiro sujo, só poderia ter havido a anuência implícita ou mesmo explícita do senhor Lula. Não nos esqueçamos que tais criminosos do centro do mesmo governo que prometera o maior respeito ético na condução dos negócios do país. Do mesmo modo, foi a deposta direção do PT que dirigiu a urdidura do plano de ataque aos cofres da nação, bem como gerenciou o ingresso na trama de parceiros que vão de Marcos Valério, o homem da mala, a deputados mercedários de votos e a outros apóstatas da mesma estirpe até doleiros lavadores de dinheiro escuro.

Quando se agitavam na Câmara dos Deputados as discussões sobre a votação da reforma da Previdência, tal como se originou a proposta do Executivo, não dava para entender porque alguns líderes partidários que tinham atávicos compromissos com os trabalhadores, que não deturpam apoio à idêntica proposta no governo FHC, passaram arduamente a defendê-la. Hoje se infere a que título operata tão inesperada metamorfose.

Fundador do PT, cuja vida acompanhou com carinho de um

filho, cercado por companheiros da mais estreita amizade e confiança, só um ingênuo e tolo admitiria que o presidente pudesse ignorar o que seus correigionários urdiam às suas barbas, com plena liberdade de acesso ao gabinete presidencial e dele se retirando quando bem entendessem.

Se alguém se der ao trabalho de levantar o número de pessoas exoneradas ou afastadas das funções públicas, por corrupção ou suspeita de corrupção, que exerciam cargos de confiança na vigência era lulista, vai dar também conta da falência daquela moral petista resumida na trombeta de declaração de que “o governo não rouba, não deixa roubar e combate o roubo”.

Patoco brinca de mais, mas é verdade: Que caras de pau! Pois bem, ao contrário da gabolice moralista, qual tartufos, roubaram, deixaram roubar e só começaram a agir contra o roubo quando forçados pelo clamor popular — se é que realmente estão combatendo pra valer o roubo.

O grande problema está em que muitos que roubaram, como sugerem provas já colhidas nas CPIs, continuam por aí como se nada tivesse acontecido. Não seria o caso de já agir contra eles? A impunidade é a maior tormenta que aflige a consciência nacional.

Ora veja! Não roubar, não deixar roubar e combater o roubo. Que mentirinha de lascas. Durma-se com essa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Câmbio: Furlan contesta Palocci”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 7 de outubro do corrente.

A matéria destaca que os Ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, deram declarações divergentes sobre o câmbio. Segundo a autora da matéria, “Palocci afirmou que, apesar da valorização do real, as exportações seguem batendo recordes. Furlan observou, porém, que essa avaliação só é válida no curto prazo”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso 1 e § 2º, do Regimento Interno.)*

**O ESTADO DE S. PAULO**

# Câmbio: Furlan contesta Palocci

Ministro do Desenvolvimento se junta ao seu colega da Agricultura nas críticas aos efeitos do real valorizado sobre as exportações

**POLÍTICA CAMBIAL**

Renata Verissimo  
BRASÍLIA

Os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, deram ontem declarações divergentes sobre o câmbio. Palocci afirmou que, apesar da valorização do real, as exportações seguem batendo recordes. Furlan observou, porém, que essa avaliação só é válida no curto prazo.

“Na fotografia de hoje, ele (Palocci) tem razão. Mas nós aqui, por sermos a bandeira do desenvolvimento, temos a obrigação de olhar o futuro. Estamos colhendo hoje o que foi plantado em 2003 e 2004. E, no ano que vem, e nos anos subsequentes, vamos colher o que estamos plantando agora”, alertou. “O conforto de hoje não garante o sucesso de amanhã.”

Com isso, Furlan se junta a seu colega da Agricultura, Roberto Rodrigues, nas críticas à condução da macroeconomia. Em entrevista publicada na terça-feira pelo **Estado**, Rodrigues alertou que o câmbio desvalorizado tem pesado contra o

agronegócio, reduzindo a receita dos exportadores. “Contra esse câmbio, não tem política agrícola que resolva”, desabafou.

O ministro Furlan reconheceu que o Banco Central e o Tesouro fazem uma política autônoma de reconstituição de reservas e compras de dólares, mas alertou que os problemas derivados do câmbio desfavorável já começam a surgir. Ele informou que fabricantes de automóveis, eletrodomésticos da linha branca e calçados estão revendo para baixo seus planos de investimento para 2006 e refreando seu “ímpeto exportador”, porque não têm mais rentabilidade em alguns mercados.

O risco, avaliou o ministro do Desenvolvimento, é o câmbio eliminar a presença de algumas empresas brasileiras no mercado internacional. “A nossa preocupação já não é mais com 2005, em que os dados estão praticamente consolidados. Queremos que 2006 e 2007 sigam essa tendência de crescimento das exportações de 20% ao ano”, disse Furlan.

**SEM ALTERAÇÕES**

Apesar das críticas de Furlan e

Rodrigues, Palocci reafirmou ontem que o governo não vai alterar a política cambial, por dois motivos: “Porque não é uma boa política e porque nunca dá certo isso”, disse ele. “O mais importante é que a gente acompanhe os indicadores da economia e veja que eles são favoráveis do ponto de vista das contas externas e continue atuando com os instrumentos que estão sendo efetivos para o crescimento do País”, afirmou Palocci, após participar de solenidade no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

“Não rediscutimos a nossa política cambial, que é de câmbio flutuante desde 1999, porque achamos que ela presta um bom serviço à economia brasileira.” Palocci argumentou que as contas externas passaram de um déficit de 5% do PIB em transações correntes para um superávit de cerca de 2% do PIB. “É um ajuste de quase 7% do PIB, feito em função de um equilíbrio macroeconômico e de um câmbio flutuante. Então, nós não devemos interferir e tentar levar o câmbio a um valor que possa agradar a um ou outro setor.”

Palocci disse ainda que a valorização do real representa a melhoria da renda das famílias. “Nós não podemos lutar contra a renda das famílias. Precisamos favorecer esta evolução.”

**COMPETITIVIDADE**

Também em defesa da política cambial, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, comentou que as exportações de produtos manufaturados tiveram aumento de US\$ 7 bilhões no primeiro semestre deste ano ante igual período do ano passado. “Este crescimento mostra a força da competitividade da economia brasileira.”

Meirelles ressaltou que as vendas de manufaturados apresentaram expansão mais em razão da quantidade de produtos vendidos ao exterior do que pela variação dos preços. Segundo ele, a quantidade de produtos manufaturados exportada teve alta de 17,5% no primeiro semestre, em relação a igual período do ano passado. Os preços, por sua vez, tiveram variação de apenas 10,7% no período.

• Colaborou: Gustavo Freire

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro de mais uma manifestação de incompetência deste Governo do Partido dos Trabalhadores. Desta vez, o descaso e a falta de responsabilidade do Governo implicaram o aparecimento de um foco de febre aftosa em Eldorado, Mato Grosso do Sul, região que abriga o maior plantel bovino do Brasil.

A reação do Governo foi, novamente, a de entrar num jogo de “empurra-empurra” das responsabilidades. O Presidente da República chegou ao ponto de culpar os produtores pela situação. A incompetência da administração petista serviu para “fechar” o mercado

externo para grande parte da carne brasileira. Só nos resta esperar que se tomem as medidas necessárias para que o País recupere a sua credibilidade.

Sr. Presidente, é nesse contexto que requero que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que constem dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Colheu o que plantou

Para economizar dinheiro e os juros, governo corta verba do campo, e país toma prejuízo bilionário por causa da febre aftosa

CÁTIA LUZ, LEANDRO LOYOLA E MURILO RAMOS

**D**essa nem os banqueiros vão gostar. O governo fez o que pôde para agradar a eles, retendo nos cofres até o orçamento de programas básicos, como o controle sanitário da criação de bovinos no país. Agora acabará gastando muito mais para cobrir o estrago causado pela economia mal calculada. Sem o controle adequado, um foco de febre aftosa apareceu no rebanho de uma fazenda de Mato Grosso do Sul e pôs a

perder as exportações de carne bovina do fim do ano. Todos os países importadores baixaram embargo contra a carne brasileira, o que fará com que o país deixe de exportar até US\$ 1,5 bilhão no fim do ano. Sairia mais barato se o governo tivesse gasto o previsto em prevenção. O orçamento para a área era de R\$ 169 milhões no ano, mas o fôlego do superávit primário fez com que apenas R\$ 37 milhões fossem desembolsados até o mês passado.

A única pessoa a sair a público pa-

ra dizer que o problema não tem relação com o corte de gastos foi o presidente Luiz Inácio Lula da Silva: “Não faltou recurso”, disse, com insistência, à saída de uma reunião em Portugal. Já os ministérios da Fazenda e da Agricultura estão ocupados em transferir a responsabilidade um para o outro. O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, reclamava das verbas desde abril e lançava alertas de que o risco de um foco de aftosa era real. Role nos bastidores, ele diz que seria suficiente ter conseguido receber ▶

## ECONOMIA BURRA

O governo cortou verba para fiscalizar a carne e o fôlego do superávit primário dos ovos de ouro

O Brasil é o maior exportador de carne do mundo. Um em cada quatro quilos de carne que são vendidos em todo o planeta é brasileiro. Neste ano, o país deveria exportar 1,9 milhão de toneladas e faturar US\$ 4,75 bilhões

O Ministério da Agricultura pediu R\$ 169 milhões para gastar neste ano com a fiscalização de vacinas. O Ministério da Fazenda liberou R\$ 91 milhões até agora. O restante, cerca de R\$ 78 milhões, foi economizado para reforçar o superávit primário. Esse valor representa 0,1% do superávit que o governo precisa produzir

O foco de febre aftosa fechou o mercado para boa parte da carne brasileira. Por querer economizar, R\$ 78 milhões, o país pode ter um prejuízo que talvez chegue a R\$ 3,375 bilhões (US\$ 1,5 bilhão) neste ano só nas exportações. Sem contar em prejuízo no setor

o tempo os R\$ 169 milhões previstos no orçamento. Teve nas mãos apenas um quinto disso até o mês passado, o que significa que o ministério esteve quase inoperante – a menos que o programa estivesse superestimado, o que também não seria novidade no setor público brasileiro.

Assessores de Antônio Palocci devolvem parte da responsabilidade à pasta da Agricultura. A área econômica lembra, mandou reter 46,9% do orçamento do ministério em março, mas não disse quais programas seriam afetados. O ministro Rodrigues teve autonomia para isso, e foi quem distribuiu os recursos internamente. É verdade que a escolha é difícil, já que cabe ao ministério cuidar não só de bois, mas também de sementes transgênicas ou pragas no algodão. Em todo caso, a caneta de Rodrigues está no processo.

O aparecimento da doença é um golpe na auto-estima de um setor que se via como moderno e competitivo. "A aftosa é típica do subdesenvolvimento", explica o veterinário Pedro de Fêlício, ph.D. em produtos de origem animal. A doença não existe no Japão e na América do

Norte. Por isso o aparecimento de um foco é motivo para bloquear a importação imediatamente. A aftosa não causa mal a pessoas que consumam a carne de animais doentes, mas seu vírus se espalha como um rastilho de pólvora nos rebanhos. Quando isso acontece, é uma catástrofe econômica. Animais infectados param de comer e perdem peso rapidamente. Em suínos o efeito é ainda mais devastador. A doença tem o poder de quizimar criações inteiras.

Se falhou na prevenção, o governo foi rápido na crise. Abateu todo o rebanho da Fazenda Vezozzo, onde o vírus foi achado, comunicou oficialmente todos os países compradores de carne e criou barreiras sanitárias na área afetada. Em seguida enviou técnicos para explicar o problema aos governos da Rússia e da União Européia. Essas conversas podem render a liberação nos próximos dias das exportações de Estados não-afetados pelo vírus, como São Paulo e Paraná. Mas toma tempo para que o mercado passe a comprar do Brasil como antes. "Leva pelo menos um ano", disse Cesário Ramalho, da Sociedade Rural Brasileira.

Joga a favor do esforço do governo o fato de que o Brasil tem peso nesse mercado. O país é o maior exportador mundial, e, por isso, sua produção faz falta para os grandes compradores. "Os países não têm interesse em embargar toda a carne do Brasil porque o mercado está enxuto", diz Fabiano Tito Rosa, da consultoria especializada em agricultura Scot. Estados brasileiros que controlam a doença com o uso de vacinas acreditam até que o foco em Mato Grosso do Sul é uma oportunidade para crescerem. Goiás deve se beneficiar diretamente.

O que pode atrapalhar as negociações é que o governo ainda não tem como explicar aos potenciais compradores como o foco foi aparecer no país. Uma hipótese é a do contrabando. O município de Eldorado, onde foi encontrada a doença, fica perto da fronteira com o Paraguai, assim como Naviraí, Mato Grosso do Sul, onde a aftosa havia aparecido pela última vez, em 1999. A Polícia Federal investiga ainda possibilidades como ineficácia da vacinação e até sabotagem de adversários comerciais. Tantas possibilidades mostram que os controles andavam mesmo frouxos. ■

# UM TIRO NO PÉ

Descaso, corrupção e ganância fazem ressurgir a febre aftosa no maior pólo produtor de carnes do país. O prejuízo é incalculável

**D**eve-se ao agronegócio uma das contribuições mais relevantes à recuperação da economia brasileira nos últimos três anos. O crescimento dramático da produtividade agrícola, associado à conquista de novos mercados, rendeu divisas cruciais para a melhoria das finanças do país. Esse avanço fica patente no resultado das exportações. Em 2000, somavam 55 bilhões de dólares. Saltaram para 96 bilhões de dólares em 2004. No mesmo período, a participação do agronegócio nas vendas externas aumentou de 15% para 25%. Esses números já eram conhecidos. O que não se sabia é que sob essa aura de sucesso se escondiam males arcaicos do setor agrícola brasileiro — como o descaso oficial e o conluio entre fiscais corruptos e produtores gananciosos. Ao que tudo indica, esses vícios foram responsáveis pelo aparecimento de um foco de febre aftosa em 142 cabeças de gado em Eldorado, Mato Grosso do Sul, região que abriga o maior plantel bovino do Brasil, com 20 milhões de animais. Agora, ao menos parte do avanço brasileiro no setor agropecuário poderá ser revertida.

A febre aftosa é devastadora para os países produtores de bois, porcos, ovelhas e cabritos. Isso porque o animal contaminado perde peso, produz menos leite e recomenda-se que seja sacrificado. Foi porque aparentemente a doença havia sido controlada em regiões como Sul e Centro-Oeste que a carne fresca dessas áreas conseguiu abrir novos mercados. E estava prestes a desembarcar nos Estados Unidos e no Japão, as duas maiores economias do mundo. Com a descoberta do problema, esse ingresso fica no mínimo adiado. Mais de trinta países já suspenderam total ou parcialmente a compra da carne brasileira, por temer a contaminação de seus rebanhos. *Estimativa da Confederação Nacional da Agricultura (CNA)* fixa em pelo menos 1 bilhão de dólares os prejuízos para as exportações do país com a crise deflagrada pela doença.

Como de hábito, o governo reagiu ao vendaval com o freqüente empurra-empurra de responsabilidades. A administração de Mato Grosso do Sul, do PT, reclamou de falta de verbas federais para o combate à doença. O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, jogou o problema no colo do colega Antonio Palocci, da Fazenda, reclamando da contenção de recursos. Palocci foi chiar com Lula, dizendo que o problema é de falta de gestão, não de dinheiro. Em Portugal, o presidente fugiu da briga ao empurrar a culpa para os produtores, que, segundo ele, deveriam cuidar melhor de seus rebanhos.

O fato é que não se sabia até sexta-feira como o problema surgiu. *Indícios apontam para a hipótese de o vírus ter vindo do Paraguai para o Brasil, em animais contrabandeados por negociantes gananciosos, com a ajuda de fiscais corruptos.* A fazenda contaminada fica a 30 quilômetros do país vizinho. Na divisa, há um trecho chamado de fronteira seca, sem barreiras nem fiscalização, por onde passa de tudo: drogas, armas e também gado irregular. Os animais paraguaios custam no mínimo 30% menos que os brasileiros. Para “esquentarem” os bichos no Brasil, os contrabandistas armam esquemas para obter falsas Guias de Trânsito Animal (GTAs), concedidas pela Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro). Com

as guias “compradas”, os contrabandistas não só fingem que o gado veio de outro destino como atestam que já foi vacinado. “Esse tipo de prática é contumaz na região”, diz o presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Mato Grosso do Sul, Roberto Rachid Bacha.

O Iagro é investigado desde 2003 por corrupção e falsificação de documentos. A Polícia Federal mantém pelo menos dez inquéritos em andamento sobre o assunto. Uma das investigações, que indica a falsificação de 475 guias, só não avança porque o Iagro não fornece as informações solicitadas pela polícia. A descoberta de corrupção coincidiu com o período em que o órgão era presidido por José Antonio Felício — amigo pessoal do governador Zeca do PT e primo em primeiro grau do presidente nacional da CUT, João Felício. Advogado tributarista sem formação no setor agrícola, o Felício do Mato Grosso do Sul deixou o Iagro em novembro de 2004. Hoje representa o Ministério da Agricultura no estado. “Foi por meu empenho que essas irregularidades foram detectadas”, diz.

Luiz Vezozzo, um dos donos da fazenda onde surgiu a aftosa, afirma ter se

surpreendido com a doença porque vacinou seu rebanho. Agora, quer ser indenizado. Além dos 142 animais doentes, todo o gado da propriedade, 584 cabeças mais oito porcos, foi sacrificado para eliminar o risco de propagação do foco. Fiscais do Ministério da Agricultura e os fabricantes da vacina desconfiam dessa versão. “Não me recordo de nenhum caso de aparecimento da doença depois da utilização correta desse tipo de vacina”, diz Emílio Salani, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Saúde Animal (Sindan).

O presidente Lula e representantes do governo prometem liberar novas verbas para o combate da doença. Aproveitam compromissos no exterior para convencer os compradores da carne brasileira de que o problema se limita aos municípios de Eldorado, Itaqueraí, Iguatemi, Novo Mundo e Japorã — onde também existe a suspeita de gado contaminado. Tanto esforço retórico pode ser insuficiente, já que a febre aftosa funciona como a doença da corrupção: não adianta convencer-se de que está tudo certo. É preciso convencer os outros de sua inocência. Diante de tudo isso, resta, agora, reconstruir pacientemente e sem falhas a credibilidade da pecuária brasileira no exterior. ■

Com reportagem de Francisco Mendes  
e Victor Martino

## NOTÍBAMA DESLEIXI CORRUPÇÃO

A corrupção, assim como as bactérias, dissemina-se com maior velocidade em organismos fragilizados. No Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a desordem administrativa e as irregularidades ganharam um órgão vital do Estado brasileiro. Justamente o que cuida da saúde do meio ambiente do país. Um relatório recém-concluído da Controladoria-Geral da União, sobre a gestão em 2004, lista 22 grupos de irregularidades cometidas pela administração do instituto. A lista inclui compras ilegais de passagens aéreas, desaparecimento de automóveis, contratos com fornecedores que simplesmente não prestam os ser-

viços e pagamentos irregulares de auxílio-moradia. Há casos prosaicos, como a realização de um café-da-manhã para 1.500 servidores, sem embasamento legal. Quem convidou foi a ministra Marina Silva, mas a responsabilidade recaiu no ex-diretor que assinou a papelada, Leonardo Tinoco, sobre o qual já havia suspeita mais grave: Tinoco contratara a empresa Estratégia Consultores S/C por 1,9

milhão de reais, sem licitação. A empresa está em nome de pessoas ligadas a ele. A CGU solicitou ao presidente do Ibama, Marcus Barros, que apurasse a denúncia, mas ainda não obteve resposta. Também soa irônica por óbvio que é a recomendação dos auditores da CGU para que sejam exigidas pelo Ibama notas fiscais como comprovação de despesas. Toda essa balbúrdia desaguou no estado de apo-

recimento da máquina do Ibama. A importância do relatório da CGU é mostrar o caldo de cultura no qual a corrupção nasce e se desenvolve. Foi nele que surgiu o mercado paralelo das chamadas autorizações para transporte de produtos florestais, denunciado por VEJA em junho. Com essas autorizações, as madeiras conseguiam desmatar muito além de sua cota.

## MORTAL PARA O GADO, INOFENSIVA PARA O HOMEM

A febre aftosa é economicamente devastadora. Ela pode matar metade de um rebanho confinado em menos de duas semanas

**O QUE É** — Doença altamente contagiosa que afeta bois, porcos, ovelhas e cabritos. Espécies selvagens como bisões, antílopes e búfalos também podem ser afetadas. Os cavalos são imunes à moléstia, que é causada por sete tipos de vírus. Foi descoberta na Itália, em 1514. O primeiro caso no Brasil foi registrado em 1764

**EFEITO EM ANIMAIS** — Os principais sintomas são o aparecimento de feridas dolorosas (parecidas com aftas) na boca, nas patas e nas tetas. O animal contaminado perde peso rapidamente, pois a dor o impede de comer. A taxa de mortalidade varia de 5% a 50% no caso de infecções por cepas mais malignas. Em 2001, na Inglaterra, uma epidemia desse tipo provocou a morte de 6 milhões de animais

### EFEITO EM HUMANOS — Nenhum.

A doença é inofensiva para o homem. O vírus não consegue penetrar em suas células. Comer carne de gado afetado pela aftosa não provoca doença em seres humanos

**TRANSMISSÃO** — O vírus se espalha pelo contato entre os animais e pela contaminação da superfície do solo e da água. Também pode ser transportado pelo vento, por até 60 quilômetros. Para evitarem a contaminação de seus rebanhos, alguns países suspendem a importação de carne produzida em regiões com foco da doença. Tratadores do gado podem carregar o vírus na roupa, debaixo das unhas e até no trato respiratório

### Últimos quatro casos no Brasil

Nos últimos três anos, casos de febre aftosa só foram registrados em estados como o Amazonas e o Pará, distantes dos principais pólos de exportação de carne do Brasil. É por

isso que, nesses episódios, as vendas do produto ao exterior não foram afetadas. Agora, a situação é diferente. Mato Grosso do Sul abriga o maior rebanho bovino do país

2001 ▶ Presidente Dutra, no Maranhão

2002 ▶ Jóia, no Rio Grande do Sul

2004 ▶ Monte Alegre, no Pará

2004 ▶ Careiro da Várzea, no Amazonas

### Ranking dos principais compradores de carne do Brasil

De janeiro a setembro de 2005 (em milhões de dólares)	RÚSSIA	406
	EGITO	205
	HOLANDA	154
	REINO UNIDO	153
	CHILE	136

Fontes: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

### Impacto econômico

Justamente por ter controlado a doença, o Brasil tornou-se o maior exportador mundial de carne bovina. O aparecimento de um foco em área tida como livre do vírus pode destruir a confiança duramente conquistada. Até sexta-feira passada, mais de trinta países já haviam anunciado veto total ou parcial à carne brasileira. Serão necessários de 18 a 24 meses para que a região retorne à categoria de "área livre de aftosa com vacinação"

Venda de carne in natura ao exterior (em toneladas)



\* De janeiro a agosto  
Fontes: Abiec, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

## OPINIÃO ECONÔMICA

### Lições da carne

GESNER OLIVEIRA

O APARECIMENTO de foco de febre aftosa em Mato Grosso do Sul constitui mais um erro grave de política pública. Atribuir a culpa aos produtores, como fez o presidente Lula nesta semana, ofende não apenas a classe produtora mas o bom senso. Em vez de encontrar bodes expiatórios, é preciso atacar o problema e derivar as lições corretas para evitar novas crises.

O custo do episódio ainda está em aberto. Estima-se que a perda de receita de exportação possa chegar a US\$ 1 bilhão em prazo de 12 meses. Mas tal número depende naturalmente da abrangência e da duração do embargo dos parceiros comerciais do Brasil.

O impacto sobre a inflação é ambíguo. O aparecimento da febre aftosa representa um choque simultâneo de demanda e oferta. A demanda externa se contraiu subitamente com o embargo, mas o mesmo ocorreu com a oferta, em virtude do fechamento da fronteira das regiões afetadas. O efeito líquido sobre o preço da carne dependerá da intensidade de cada um desses choques.

Há pelo menos cinco lições principais a serem retidas. Em

primeiro lugar, não se faz economia de palito. A cada contingenciamento linear dos recursos do Orçamento, várias despesas essenciais deixam de ser feitas, e os efeitos nefastos são inevitáveis. O resultado do corte efetuado nos gastos de defesa sanitária se tornou visível nesse caso com o surto de febre aftosa e o conseqüente embargo internacional. Mas quantos outros problemas estão sendo gestados na atualidade? Quantos produtos deixam de entrar no mercado pela lentidão da burocracia? Ou pela morosidade do sistema de registro de marcas e patentes? Embora difíceis de serem mensurados, tudo indica que tais custos não são pequenos.

Em segundo lugar, não é suficiente cobrar a vacinação do gado de cada produtor individual. Isso se deve a um fato simples: o que está em jogo não é apenas o patrimônio daquele produtor mas um valor muito maior e intangível da imagem do produto nos mercados nacional e internacional. A vacinação constitui exemplo típico no qual ocorre uma externalidade positiva. Esse jargão é utilizado para descrever uma situação na qual o benefício

social de uma atividade (vacinação) é maior do que o privado, justificando estímulo por parte do setor público mediante subsídio.

Em terceiro lugar, o problema não se restringe à vacinação adequada. É preciso fiscalização e rastreabilidade. Cada animal precisa ter CIC e RG. É preciso igualmente promover mais esforços no sentido de cumprir o cronograma de implementação do sistema brasileiro de identificação e certificação de origem bovina e bubalina (Sisbov).

Em quarto lugar, não adianta fazer todo esse esforço sem o consumidor ficar sabendo. É preciso chamar a atenção para as vantagens da carne brasileira e isso significa gasto com promoção comercial. Não basta, neste momento, tranquilizar os clientes principais acerca da gravidade da situação. É preciso transmitir que o principal interessado em garantir a qualidade do produto e em evitar novos surtos é o próprio Brasil.

Em quinto lugar, a implementação do conjunto de políticas para uma cadeia produtiva como a carne requer perfeita coordenação entre os governos estaduais e

federal. A natureza de atividade de fiscalização e regulamentação da defesa animal requer a constituição de agências estaduais e federal devidamente capacitadas. A situação brasileira está longe da ideal.

Muitas vezes se imagina que a agregação de valor na pauta de exportação se dá apenas pela venda de produtos mais sofisticados tecnologicamente. Embora tais itens possam de fato agregar valor, a exportação de commodities como a carne exige crescente investimento em serviços e diferenciação do produto. Se bem-sucedidas, tais ações podem diferenciar o produto nacional e conferir prêmio em termos de preço. Infelizmente, contudo, o mediatismo da política governamental está apontando no sentido oposto. A crise da febre aftosa poderia ao menos servir para uma mudança efetiva de rumo.

Gesner Oliveira, 49, é doutor em economia pela Universidade da Califórnia (Berkeley), professor da FGV-EAESP, presidente do Instituto Tendências de Direção e Economia e ex-presidente do Cade. Internet: [www.gesneroliveira.com.br](http://www.gesneroliveira.com.br)

✉ → E-mail: [gesner@fgvsp.br](mailto:gesner@fgvsp.br)



**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, na última terça-feira no Salão Negro do Congresso acompanhamos um grande gesto de cidadania e solidariedade: a abertura da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Mais de duas mil pessoas lotaram o salão. O evento contou com a participação dos atores Marcos Frota e Bruna Marquezine, que interpretam personagens com deficiência visual na novela América e vêm mostrando para todo o País as dificuldades e as vitórias que essas pessoas enfrentam diariamente. Esteve presente também Dona Weslian Roriz, Primeira-dama do Distrito Federal, responsável pelo Integra Instituto de Integração Social e de Promoção da Cidadania –, que desenvolve o pioneiro projeto Cão-Guia, iniciado há quatro anos na Academia do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal, na qual funciona um moderno centro de treinamento para os cães.

Quero parabenizar o senador Renan Calheiros por garantir que nesta Casa trabalharemos para acelerar a tramitação de matérias de interesse de pessoas portadores de deficiência, que representam atualmente mais de 10% da população brasileira.

Durante a abertura da Semana de Valorização da Pessoa, foi emocionante ver os trabalhos do cantor Sérgio Sá e do artista plástico Siron Franco, além de outros artistas.

Nós, Parlamentares, temos a obrigação cívica de criar mecanismos para inclusão social de portadores de deficiência em nosso País. Atividades como pegar um ônibus, atravessar uma rua com segurança, trabalhar, freqüentar lugares públicos, restaurantes e **shopping centers** devem ser exercidos de forma digna por qualquer cidadão.

O Senado Federal vem dando exemplo de apoio a atividades de portadores de deficiência visual, como a publicação de livros e textos legais em Braille. Mas é preciso fazer mais. Quero lembrar aqui que tenho em tramitação nesta Casa um projeto de vital importância para a inclusão social dessa expressiva parcela da população: a confecção de cédulas de tamanhos diferenciados e/ou com sinais táteis que possibilitem um identificação fácil pelo deficiente visual.

Sobre este assunto, relembro às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores o filme “Ray”, que mostra a vida do ilustre e famoso cantor de Jazz norte-americano Ray Charles. Esse fantástico filme mostra uma situação que vem corroborar enormemente com o assunto em questão. Ray Charles, ainda neófito na carreira de cantor, não confiava nos donos das casas de espetáculos e exigia que seus cachês fossem pagos em notas de 1 dólar, tentando assim não ser enganado. Como está registrado

no filme, essa situação trouxe vários constrangimentos para o cantor. Imaginem só se cada brasileiro cego fosse receber seu dinheiro em notas de um real?!

É a partir dessa constatação que venho a este plenário ressaltar a importância do Projeto de Lei Complementar do Senado nº 90, de 2003, o qual determina que as cédulas utilizadas como meio circulante possuam dimensões claramente diferenciadas, contendo marcas ou signos, possibilitando assim uma identificação tátil por parte das pessoas que possuem deficiência visual.

Este projeto virá a facilitar a vida dos portadores desse tipo de deficiência. Imaginem só, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, se para cada situação diária em que nós fôssemos efetuar algum pagamento ou mesmo receber um troco, precisássemos pedir ajuda a algum desconhecido? Imaginem o quanto seria constrangedor!

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o amadurecimento democrático de nossa sociedade passa, necessariamente, pela inserção plena dos portadores de deficiência. Embora as mudanças ainda não tragam a resolução da questão de forma abrangente, a legislação brasileira dá um importante passo nesse processo.

Certo da compreensão das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores, encerro os meus dizeres.

Muito obrigado.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, temos hoje, em nosso País, segundo dados do IBGE, cerca de 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de incapacidade ou deficiência visual, mental, auditiva ou física.

Contudo, a despeito de formar esse importante contingente de brasileiros, nossos deficientes ainda estão longe de receber o tratamento adequado por parte do Poder Público. Nossas cidades, mesmo as maiores, ainda carecem de equipamentos especiais que possibilitem aos portadores de necessidades especiais o exercício pleno da cidadania.

As dificuldades persistem em diversos segmentos. Recentes pesquisas indicaram que, dos brasileiros com até 3 anos de formação educacional, 30% são deficientes. Já entre os com mais de 11 anos de formação educacional, apenas 10% apresentam alguma deficiência ou incapacidade.

A sociedade brasileira, por sua vez, já percebeu a importância do respeito e da compreensão com os deficientes. Não é por outra razão que, de forma progressiva, vem cobrando dos poderes públicos mecanismos de integração e inserção dos portadores de necessidades especiais ao meio em que vivem.

Mas, se é verdade que a situação dos deficientes no Brasil ainda está longe do ideal, temos a obrigação de reconhecer que algumas importantes iniciativas têm sido tomadas em benefício desses brasileiros especiais. Talvez a mais importante seja o incentivo à prática do esporte paraolímpico em nosso País, seguindo uma forte tendência mundial de apoio a esse segmento.

Sr. Presidente, pelo esporte, não temos dúvidas de que a tentativa de inclusão dos deficientes se torna muito mais fácil e exitosa, ao proporcionar lazer e cidadania a centenas de milhares de brasileiros antes marginalizados. Quantos e quantos portadores de deficiência tiveram renovados o ânimo e a alegria de viver após começarem a praticar, regularmente, alguma modalidade esportiva?

O esporte paraolímpico tem sua origem no pós-Guerra, na Europa, quando milhões de combatentes e civis sofreram seqüelas físicas ou razão das sangrentas batalhas do grande conflito mundial, formando um imenso contingente de deficientes nos países envolvidos.

Era necessário, portanto, integrá-los à vida cotidiana e às atividades normais. A prática esportiva, então, surgiu como elemento de inserção e afirmação dos portadores de deficiência naquele contexto.

No dia 29 de julho de 1948, data da abertura dos Jogos Olímpicos de Londres, foi disputada a primeira grande competição para atletas com algum tipo de deficiência, no Centro Nacional de Amputados de Stoke Mandeville, na Inglaterra. O movimento foi crescendo e ganhando proporções mundiais, até que, em 1960, foram realizados os primeiros Jogos Paraolímpicos, paralelamente à Olimpíada de Roma.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao praticar uma atividade de competição, o portador de deficiência já se sente um vencedor. A prática atlética lhe devolve a confiança e a auto-estima muitas vezes perdidas em uma cadeira de rodas ou presas numa cama.

Daí vem a importância de criarmos e apoiarmos, cada vez mais, centros esportivos apropriados para a prática do paraolimpismo. O fortalecimento do Comitê Paraolímpico Brasileiro e o regular repasse de recursos para as entidades a ele ligadas, nesse sentido, são fundamentais para o constante avanço das competições esportivas envolvendo portadores de deficiência no Brasil.

Recentemente, testemunhamos o lamentável imbróglio envolvendo o Comitê Paraolímpico Brasileiro e a Associação Brasileira de Desporto de Cadeiras de Rodas – Abradecar. Esta última, organizadora dos Jogos Mundiais em Cadeira de Rodas, no Rio de Janeiro, alegava que não tinha recursos suficientes para bancar a participação brasileira no evento. O Comitê

Paraolímpico Brasileiro, por sua vez, relutava em repassar os recursos, alegando algumas irregularidades na gestão da Abradecar.

Sr. Presidente, o fato triste era que os nossos atletas, alheios a essas pendências administrativas, estavam intranqüilos e inseguros quanto à participação no evento esportivo. Mas, felizmente, tudo se resolveu, e o dinheiro para a inscrição e os gastos gerais da delegação nacional foi finalmente liberado, garantindo assim os desportistas brasileiros na disputa da competição.

Tal episódio deve nos servir de lição para impedir que novas questões burocráticas venham a atrapalhar a prática do desporto paraolímpico em nosso País. Não é fácil conseguir patrocinadores privados para as competições, por ainda não despertar um forte apelo comercial. Dessa forma, o apoio financeiro do governo é essencial para a realização de eventos e para a participação da equipe nacional em Jogos Paraolímpicos.

Nesse sentido, a Lei Agnelo/Piva, que destina 2% da arrecadação total das loterias da Caixa Econômica ao nosso comitê olímpico e ao nosso comitê paraolímpico, tem sido de fundamental importância para a manutenção das atividades desportivas regulares durante todo o intervalo de 4 anos entre a realização das Olimpíadas.

Fundamental, também, tem sido o patrocínio das empresas estatais ao esporte olímpico nacional. A Caixa Econômica Federal, os Correios, o Banco do Brasil e a Petrobrás, principalmente, têm contribuído, de forma decisiva, para os bons resultados olímpicos do Brasil.

Antigamente, nossos atletas só tinham à disposição os recursos necessários para a preparação pouco antes do início das competições. Os atletas paraolímpicos, então, nem isso tinham, e penavam para conseguir algo ali ou acolá.

Agora a realidade é outra, e nos últimos Jogos Paraolímpicos realizados em Atenas em 2004, logo após as Olimpíadas tradicionais, pudemos acompanhar pela televisão os excelentes resultados obtidos pela equipe brasileira, a maior delegação nacional em todos os tempos.

Quem não se emocionou ao acompanhar as braçadas do supercampeão Clodoaldo Silva nas piscinas gregas? Ou não correu junto com a velocista Ádria dos Santos, cuja deficiência visual não a impediu de quebrar recordes e superar barreiras?

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tais resultados, a despeito do talento individual de nossos atletas, não foram obtidos casualmente. Eles foram fruto de im-

portantes investimentos feitos na formação, preparação e treinamento de nossos futuros campeões.

E em se tratando de portadores de deficiência, nossos campeões não somente subiram ao pódio nas modalidades paraolímpicas que conquistaram. Sagraram-se campeões, sobretudo, em empenho, em dedicação, em superação. Ganharam o valioso título de vencedores da vida.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.)*

**(OS Nº 17186/05)**

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 19 DE OUTUBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Obrigado pela deferência, Sr. Presidente. Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Antes de mais nada, abordo uma questão que começa no meu Estado, mas tem implicações federais. O Tribunal de Contas da União determinou à Superintendência da Zona Franca de Manaus que cobre dos servidores usuários de três números de celulares que restituam aos cofres públicos valores de contas que ultrapassaram o que foi fixado por portaria. E essa portaria limita em R\$300,00, R\$200,00 e R\$150,00 mensais, para os cargos DAS 06, 05 e 04, respectivamente, o que poderia ser consumido por esses celulares.

V. Ex<sup>a</sup> sabe que sou figadal adversário do Governo Lula. Assim como devo proclamar que a regeneração da Suframa e o *boom* das exportações começou no Governo passado, devo dizer que tenho muito orgulho do trabalho realizado pelo Presidente Fernando Henrique, pelo Ministro José Serra, pelo Superintendente Mauro Ricardo Costa, pelo Superintendente da Suframa Ozias Monteiro. Mas eu não sou obrigado, registro com prazer que o Governo Federal, o Governo Lula acertou ao indicar a Dr<sup>a</sup> Flávia Skrobot Barbosa Grosso para comandar essa autarquia tão importante. Este ano, o Pólo Industrial de Manaus vai apresentar um faturamento de US\$16 bilhões, com exportações de US\$2 bilhões no final do ano. Há alguns anos, eram de irrisórios US\$100 bilhões ao ano, Sr. Presidente.

Eu hoje já mantive contato com a Suframa, com o Deputado Luiz Carlos Hauly, autor da denúncia e figura de boa-fé, e com o Tribunal de Contas da União para dizer que parece que gastaram demasiadamente, mas não o fizeram. Eu tenho confiança nisso. A Dr<sup>a</sup> Flávia é uma pessoa séria.

Final de contas, dizem aqui que gastou R\$40 mil ao ano em um telefone, ou R\$50 mil. Que tivessem sido R\$80 mil! E as exportações de US\$2 bilhões? Será que não justificam essas chamadas todas para o exterior? Será que as exportações não justificam todo esse empenho, todas essas viagens, todo esse gasto que parece, na contabilidade fria, ser gasto de custeio, mas, quando se pensa com olhos grandiosos aquela região estratégica e bonita, vê-se que são gastos parecidos muito mais com investimento?

Então, faço um desagravo à Dr<sup>a</sup> Flávia Grosso, em quem confio. Lutarei de maneira denodada para que não se perca seu concurso. Desanimada, ela chegou a pensar em abandonar o cargo, o que seria um gesto absolutamente impensado, pois ela faria falta. Trata-se de uma pessoa correta, que merece o apoio do Senado da República e o nosso testemunho perante o Tribunal de Contas da União.

É fundamental olhar não a letra fria de um regulamento que pode até ser mudado por portaria. Se é portaria, pode ser mudado por portaria. Deve-se saber se aquele investimento foi bem usado ou não, e percebo que o foi, porque se gastou um pouquinho, R\$120 mil de telefone, mas e os US\$2 bilhões de exportação? Isso tudo deve entrar na conta de quem pensa com grandeza e generosidade a administração pública e, portanto, a região amazônica e a Suframa.

Agora, Sr. Presidente, volto à minha posição de Líder de um partido de Oposição. Aliás, tem muita honra este Partido de ser integrado por V. Ex<sup>a</sup>, que é um Senador de absoluta seriedade e de muita competência a dar orgulho ao Estado do Amapá, Senador Papaléo Paes. Volto, então, ao meu mister fundamental, que é apontar os defeitos de um governo que, para mim, é cheio de defeitos.

**O Governo** petista do Presidente Lula não quer que o caso do assassinato do Prefeito Celso Daniel, de Santo André, seja, afinal, investigado numa das CPIs em funcionamento no Congresso.

Agora, já não é suposição. É informação. Do Ministro das Relações Institucionais do Governo, Deputado Jaques Wagner. E está nos jornais de hoje. Ele anunciou que o Governo petista pretende bater às portas do STF – Supremo Tribunal Federal – para impedir essas investigações. Em vão. Já está marcado para o dia 26, na CPI dos Bingos, a acareação entre os dois irmãos de Celso Daniel – Bruno Daniel e Francisco

– frente a frente com o chefe-de-gabinete de Lula, Dr. Gilberto Carvalho.

Cabe aqui uma pergunta semelhante a de Edward Albee, em seu clássico teatral do seu século XX: Quem tem medo de Virginia Woolf?

Hoje, já não é Virginia. É Celso. Celso Daniel, assassinado em 20 de janeiro de 2002. O palco agora é a cidade de Santo André, que se tornou a precursora do “mensalão”.

Refiro-me ao “mensalão” do ABC, em que os donos de empresas de ônibus eram obrigados a contribuir com R\$40 mil mensais, ou mais, para uma caixinha do Partido dos Trabalhadores.

Dinheiro sujo, recebido em notas vivas, dentro de envelopes. Dinheiro sujo, segundo as denúncias, entre outras coisas, para ajudar a eleger o atual Presidente da República.

Essa caixinha político-eleitoral ficou sendo a certeza de que em Santo André, lá sim, e em nenhum outro lugar mais, se montou um esquema satânico, que hoje, diz a revista **Veja** desta semana, é um fantasma que assombra o PT.

Após a descoberta desse esquema delituoso, o PT procurou espalhar a versão de que Celso Daniel, o Prefeito, morreu porque tentou pôr fim a essa coleta de propina.

A versão não vingou e, com as investigações pelo Ministério Público, ficou infelizmente quase impossível inocentar Celso, de quem não cheguei a ser amigo, mas de quem fui dileto colega de Câmara dos Deputados, sob a alegação de que ele não participava do esquema.

A história completa, dividida em capítulos intitulados de Mistérios, foi condensada esta semana pela **Veja**.

No que a revista chama de V Mistério, as oito linhas finais concluem que, da morte de Celso Daniel, para cá, os personagens desse caso continuam levando vida normal. E mais: quase todos eles, como José Dirceu, Gilberto Carvalho, a Sr<sup>a</sup> Miriam Belchior, Maurício Mindrisz, Ronam Maria Pinto, Klinger Luiz de Oliveira Souza e o próprio Sérgio Gomes da Silva, com o apelido sinistro de “o sombra” e mais sinistro ainda e inexplicável de “o chefe”, continuam participando de Governos do PT, próximos ao PT, ou quem sabe fazendo negócios com o Governo do PT.

E aí vem o que me levou a evocar Virgínia Woolf: na semana passada, um relatório do Conselho de Defesa da Pessoa Humana, órgão ligado ao Ministério da Justiça, recomendou que se reabrisse o caso Celso Daniel. O parecer provocou ira no Governo.

No cemitério da Saudade, em Santo André, jaz um corpo embalsamado.

O caso, um dos mais tenebrosos da história política contemporânea do Brasil, Senador Alvaro Dias, está, pois, aberto.

Ao que já foi dito e repetido, acrescento, em contribuição e para justificar as investigações, os nomes das pessoas assassinadas após a morte de Celso Daniel. É bom que esses nomes passem a constar de maneira oficial, sistemática, sistêmica, dos Anais do Senado da República.

Os mortos eram seis. Agora são sete, Senador Antero Paes de Barros, com a morte ainda envolta em mistério do legista do caso Celso Daniel, na semana passada.

Eis os nomes dos que morreram:

Primeiro: Dionízio Aquino Severo, em 10 de abril de 2002. Apontado como elo entre Sérgio Gomes da Silva e a quadrilha contratada para matar Celso Daniel. Foi assassinado dentro de uma detenção por outros presos, com golpes e estiletagens. Até aí alguém poderia dizer que não é nada de mais, que se trata de coincidência, pois quem está preso dentro do sistema penitenciário brasileiro está sujeito a essas coisas.

Segundo: Sérgio “Orelha”, em 11 de novembro de 2002. Nos dias seguintes à morte de Celso Daniel, deu abrigo em sua casa ao fugitivo Dionízio Aquino Severo. Então, Sérgio Orelha foi atingido por vários tiros e colocado no porta-malas de um carro.

Terceiro assinado: Antônio Palácio de Oliveira, em 8 de fevereiro de 2003. Esse era o pobre garçom que atendeu à mesa de Celso Daniel e de Gomes da Silva na noite do seqüestro. Teria ouvido a conversa entre os dois. Foi perseguido por dois homens e sua moto colidiu com um poste.

Quarto assassinado: Paulo Henrique Brito, em 28 de fevereiro de 2003. Esse, coitado, Senador Antero Paes de Barros – já lhe concedo um aparte –, foi testemunha da morte do garçom, ou seja, morreu o garçom que testemunhou a conversa e morreu aquele que testemunhou a morte do garçom. É algo em cadeia, do tipo *serial killer*. É algo muito grave. O Sr. Paulo Henrique Brito, testemunha da morte do garçom, foi assassinado com um tiro vinte dias após esse assassinato.

No mínimo, Sr. Presidente, estamos desmoralizando o santo, porque santo, geralmente, pela nossa crença religiosa, faz milagre. Esse aí estaria permitindo que se envolvessem com o nome dele mortes e mais mortes. Até em desagravo ao santo, é preciso que se investigue até o final esse episódio.

Quinto assassinado: Otávio Mercier. Telefonemas do investigador do Departamento de Narcóticos para o celular de Severo foram rastreados na véspera do crime contra Celso Daniel. Sua casa foi invadida por seis homens e ele foi morto com dois tiros.

Sexto assassinado: Iran Moraes Redua, em 23 de dezembro de 2003, antevéspera do Natal. Agente funerário que reconheceu Celso Daniel na estrada em Jucituba, ou seja, Senador Alvaro Dias, o agente funerário que reconheceu Celso Daniel foi também assassinado. Ele estava trabalhando quando foi atingido por dois disparos letais de arma de fogo.

Sétimo assassinado, fora o Prefeito Celso Daniel: Sr. Carlos Delmonte, o legista que apontou sinais de tortura no Prefeito Celso –, encontrado morto no apartamento na semana passada. Ele trabalhava em outro caso emblemático para o PT, o assassinato de Toninho do PT, que era Prefeito de Campinas. O delegado José Antônio do Nascimento, do Departamento de Homicídios – diz notícia publicada hoje em **O Estado de S. Paulo** –, considera descartada a hipótese de morte natural do legista.

O relevante nesse caso é que ele escreve para a sua família como se fosse morrer, e depois morre de morte natural – só espero que de morte mais natural que a do Prefeito, que foi muito pouco natural.

Antes de conceder um aparte ao Senador Antero Paes de Barros, eu gostaria de saudar a presença neste plenário de três Parlamentares muito ilustres do meu Estado, os Deputados Francisco Garcia\*, Carlos Souza\* e Silas Câmara\*, três diletos companheiros de Bancada amazonense e amazônica, três figuras públicas que neste momento abrilhantam este final de sessão do Senado Federal.

Ouçõ a palavra do Senador Antero Paes de Barros, cujo aparte só honrará o meu discurso. Em seguida, ouvirei o Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT)** – Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e lamentar que o PT e o Governo Lula insistam em não pretender a apuração do caso Celso Daniel. O Celso era uma figura importante do Partido dos Trabalhadores e seria o coordenador econômico da campanha do Lula. Falta, na nossa avaliação, um nome na lista lida por V. Ex<sup>a</sup>: o do filho do legista. Antes de morrer o legista, morreu o filho. Isso também já foi noticiado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Assassinado? Ou não se sabe?

**O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT)** – Não se sabe, assim como também não se sabe se o legista morreu assassinado; como também não se sabe se o Celso morreu assassinado. Sabe-se que o Dionísio morreu assassinado, que o garçom morreu assassinado, que quem ouviu a conversa morreu assassinado, mas é muita coincidência. Há muita coincidência! E é muita coincidência também o fato que constatamos, quando presidi a CPMI do Banestado – só estou dizendo isso porque o assunto é público –, de que uma empresa de

nome Roanoake, que é de Ronan Maria Pinto, sócio de Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, mandou muito dinheiro para fora, e foi feito um enorme esforço para evitar a vinda do Ronan Maria Pinto à CPMI, como acabou ocorrendo. O Governo tratou o caso assim: nós temos maioria, não vamos deixar funcionar. E ele acabou não vindo. Esse episódio de Santo André é um dos mais difíceis de ser visto com naturalidade na República. Os depoimentos dos irmãos do Celso Daniel aqui foram relatos de pessoas que estão buscando justiça. Portanto, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>. Espero que a Justiça, o Ministério Público, as investigações caminhem no verdadeiro sentido da apuração, porque há, Senador Arthur Virgílio, um esforço governamental para impedir as apurações. O Lula tem tudo a ver com tudo que está ocorrendo, e há uma pessoa principal no episódio de barrar as investigações contra, no nosso entendimento pessoal, o direito da Comissão Parlamentar de Inquérito. É um absurdo que o Ministro da Justiça deste País insista em negar a uma CPMI, que tem poderes judiciais, inclusive para mandar buscar os documentos quando em território pátrio, informações referentes às contas do Sr. Duda Mendonça. Eles usaram essa mesma estratégia com relação ao Maluf, quando impediram que a CPMI do Banestado tivesse acesso às contas do Maluf na Suíça.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Porque havia certa eleição e certo interesse nos votos malufistas. É um pouco essa a verdade.

**O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT)** – Houve uma recomendação do Ministro da Justiça. O PT tinha “malufado”. O Maluf era a grande esperança da Marta e do PT. O Ministro da Justiça mandou uma carta – isto tudo foi documentado na CPMI do Banestado –, pedindo aos procuradores que não entregassem os documentos. Todos os acordos internacionais do Brasil têm a cláusula de sigilo. O que ocorreu? Eles não entregaram os documentos à CPMI do Banestado. A Rede Globo publicou todos os documentos. Mesmo depois de publicados os documentos, eles continuaram não os entregando à CPMI do Banestado. Hoje, eles dizem que a CPMI do Banestado vazou documentos. Isso não é verdade! Esses documentos do Maluf são a prova de que o Governo está operando, Senador Arthur Virgílio, no sentido de que a CPMI não conheça quem depositou o dinheiro na conta do Sr. Duda Mendonça porque vai fechar a história. Eles querem que isso seja conhecido só depois da eleição. Eles perdem a eleição; o Ministro da Justiça será outro, provavelmente aquele que se esquecerá de que é advogado criminalista, que se esquecerá de que é advogado de bandido, que não vai se comportar, no Ministério da Justiça, como advogado de bandido e

que vai permitir que a sociedade tenha acesso aos documentos. Então, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e deixar registrada a minha indignação. Qual é a tese do Lula? Não apurar quem depositou o dinheiro. Mas aí ele impede que a Comissão tenha acesso aos documentos. Está desmoralizado o Congresso Nacional, estão desmoralizadas as CPIs, e está provado que o Executivo não tem nada a ver. Ora, veja se alguém na população brasileira pode resistir a esse deboche intelectual do Presidente da República!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Querem nos convencer de que aquela cueca não é do Executivo, de que aquela cueca é autônoma.

**O Sr. Antero Paes de Barros** (PSDB – MT) – Pois é, é do Legislativo. Só se for emprestada pelo “superzé”.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Dinheiro duplamente sujo aquele da cueca.

Sr. Presidente, antes de concluir e de ouvir o aparte do Senador Alvaro Dias, eu gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que estou tomando amanhã duas providências. Uma delas é pedir ao Ministro da Justiça proteção ao Sr. Ailton, figura relacionada – e com ficha criminal densa – a todos esses assassinatos do presidio; pedir proteção a ele, afinal de contas ele é uma testemunha do caso, e nada me tira da cabeça que sua vida não corra perigo.

A segunda providência é pedir ao Ministro da Justiça – novamente a ele – que conceda imediata proteção à vida dos irmãos do Sr. Celso Daniel, sim, porque não custa redundar, não custa abundar. É melhor assim do que amanhã haver mais surpresas.

As coincidências para mim já não são coincidências, as coincidências para mim já extrapolaram o razoável. É tanta morte correlata uma com a outra que me parece mais fácil acertar na Mega-Sena\* do que supor que pudesse acontecer tanta coincidência: morre o garçom, morrem os que assassinaram, em cadeia, morre o que viu o garçom morrer, morre fulano, morre o legista, morre o filho do legista! Ou seja, pode ser que seja uma coincidência brutal, mas é estatisticamente mais fácil acertar na Mega-Sena do que ver, em algum outro caso, repetida tanta coincidência funesta, fúnebre, nefasta e até mesmo fantasmagórica.

Senador Alvaro Dias, ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> antes de concluir o meu pronunciamento.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, quero destacar a competência de V. Ex<sup>a</sup> ao estabelecer prioridades para a sua atuação no Congresso Nacional. Este assunto, por si só, torna o Governo indigno de merecer o respeito popular. É um crime insolúvel, porque há uma “operação abafa” que parte do Palácio do Planalto. Tive acesso, Senador

Arthur Virgílio, a uma gravação que escapou à destruição, porque autorizada judicialmente. Posteriormente, alegou-se que o juiz que a autorizou não tinha competência para tal, e um determinado promotor a destruiu, mas uma cópia escapou à destruição. Essa gravação, então, chegou ao nosso conhecimento, e a encaminhei à CPI dos Bingos. Ela revela as ações do chefe de gabinete do Presidente da República e do ex-Ministro José Dirceu, com consultas, inclusive, ao Presidente da República, para a orientação de testemunhas, para a orientação de advogados, escolha deles, enfim, para a orientação de uma versão que nos levasse à conclusão de que se trata de crime comum, e não de crime com inspiração política. Isso é muito grave, e estamos próximos de assistir a uma acareação que envolverá exatamente o Chefe de Gabinete do Presidente da República...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Alvaro Dias, permita-me.

A sessão foi prorrogada, primeiramente, até às 20 horas e quero prorrogá-la por mais dez minutos, para que o Senador Arthur Virgílio conclua seu discurso.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Agradeço, Sr. Presidente, pela atenção que V. Ex<sup>a</sup> dispensa a este Senador.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Agradecendo também ao Presidente Papaléo Paes, concluo meu aparte, para que o Senador Arthur Virgílio possa concluir seu importante pronunciamento, dizendo que essa acareação que ocorrerá na CPI dos Bingos é o que está atemorizando agora o Governo. O Sr. Ministro Jacques Wagner está ameaçando ir ao Supremo na tentativa de impedir que a CPI dos Bingos investigue os crimes de Santo André. Não querem investigação, querem impunidade. Perderam, definitivamente, a vergonha. Não há como se admitir que vergonha há quando o comportamento é esse de acobertar crimes. Senador Arthur Virgílio, esse crime não ficará insolúvel, não pode ficar. E temos o dever de contribuir para que ele seja solucionado, evidenciando culpas, responsabilidades, estabelecendo o caminho para a punição a mais rigorosa possível. Obrigado pelo aparte.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu é que agradeço, Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Antero Paes de Barros** (PSDB – MT) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Já concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Alvaro Dias, de fato, alguém vai ao Supremo quando se dispõe a defender um direito, uma legitimidade, uma legalidade, quando quer a reafirmação de algo legítimo, algo legal. V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão de se estarrecer com isso. Então, o Ministro

vai ao Supremo para impedir que se elucide até o final uma cadeia de assassinatos? Para impedir que a CPI exerça aquilo que é direito e dever dela própria, constituída dentro da soberania do Senado Federal? Olha, é de cair o queixo, é de cair o queixo mesmo. Mas confio muito e sempre aceito toda decisão que emana da Suprema Corte brasileira.

Concedo um aparte ao Senador Antero Paes de Barros, antes de completar o meu pronunciamento.

**O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT)**

– Somente trinta segundos. Estou lendo uma notícia no *site* do jornalista Ricardo Noblat que não sei se V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento, pois foi postada às 18 horas e 17 minutos. Ela tem o seguinte título: “Agora é com Lula”. Diz a matéria: “Dona Renilda, mulher do empresário Marcos Valério, reuniu-se no domingo 9 deste mês com o ex-tesoureiro Delúbio Soares, do PT, e ameaçou: ou ele dava um jeito para que o Governo conseguisse o desbloqueio das contas do marido ou ela se ofereceria para depor novamente na CPI dos Correios. E então revelaria fatos capazes de abalar a República. Delúbio procurou o Deputado José Dirceu – esse que diz que não tem nada a ver com nada, que não é chefe de nada e que não tem chefe acima dele – e contou o que ouvira de Dona Renilda”. Resposta do Dirceu para o Delúbio: “Não posso fazer nada. Diga para ela procurar Lula – respondeu Dirceu”. A notícia foi postada às 18 horas e 17 minutos pelo jornalista Ricardo Noblat.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Veja V.**

Ex<sup>a</sup> como é frágil a base que sustenta esse Governo, que se recusa a enfrentar a verdade dos fatos. É frágil a base. O Ministro José Dirceu, a esta altura atormentado pela dificuldade que vive... Devo registrar que S. Ex<sup>a</sup> tem sido bravo na luta pelo que ele imagina que seja o seu direito. Se fosse Deputado, eu votaria pela cassação do seu mandato, mas não posso deixar de reconhecer essa ponta de bravura dos que preferiram não renunciar. Respeito muito mais os que vão até o fim de uma caminhada do que os que optaram pelo caminho mais fácil da fuga, do suposto drible na Nação brasileira. Veja como é frágil, Senador Antero, a base em que se assenta o Governo, que tem medo da verdade.

Mas, Sr. Presidente, os fatos que acabo de lembrar, atualizados até a data de hoje, comprovam o que eu disse ontem neste mesmo Plenário: as famílias correm perigo.

Estamos vendo sete assassinatos em Santo André, se é que foi assassinado o legista, se é que ele foi envenenado. Morte natural não foi. Podem ser oito, se for confirmada a suspeita do Senador Antero de que algo de grave possa ter se passado também com o filho do legista.

Mas o fato é que isso aí é um filme de terror. É um filme que tira o sono. Eu faço uma higiene do sono para dormir e não posso ver um filme desse de noite.

Eu passo a noite em claro e, no dia seguinte, venho trabalhar tresnoitado e mal-humorado. Não dá para conviver com esse tipo de película, com esse tipo de filme, com esse tipo de encenação, até porque, nesse caso, tristemente, não é encenação: o sangue é real, a dor das famílias é verdadeira, as mortes são palpáveis e o pavor que o Governo tem de ver o caso elucidado é mais do que comprovado, até por essa ida ou ameaça de ida do Ministro Jacques Wagner ao Supremo Tribunal Federal. Pelo amor de Deus! Então, o Ministro quer ir ao Supremo para impedir que a CPI cumpra o seu dever de investigar?

Não é à toa, Sr. Presidente, e nem por acaso que o Governo petista do Presidente Lula se travesse em personagens do dramaturgo norte-americano Edward Albee, considerado o mestre do denso e do patético, a exemplo de seu livro **Quem tem medo de Virginia Wolf?**

Confrangedor, denso e envolto em nuvens carregadas que podem despencar a qualquer momento, o caso Celso Daniel mete medo ao PT e ao Governo.

Desde agosto, a Polícia Civil de São Paulo voltou a investigar as circunstâncias que envolveram o assassinato do Prefeito de Santo André. Agora o caso chega ao âmbito de uma CPI. Se o Governo e o PT tinham medo, parece-me que agora não vão mais dormir. O medo vira pesadelo. É um verdadeiro fantasma a assombrar tanta gente importante nesta Nação indigitada.

Sr. Presidente, concluo pedindo a transcrição, por inteiro, de matérias que respaldam o meu pronunciamento, matérias publicadas nos jornais de hoje, a começar por essa do jornal **O Estado de S. Paulo**. Estão todas elas aqui. Peço a publicação na íntegra, Sr. Presidente.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, aproveitando o tempo que ainda me resta, que ainda não consegui falar em febre aftosa, porque a corrupção não deixa. É impressionante, Senador Alvaro Dias: a corrupção não deixa. Parece-me que há uma aliança entre a corrupção e a febre aftosa, porque ainda não consegui espaço para falar. A tribuna não me pertence, tenho direito a falar com as vantagens dos Líderes e com as limitações de todos os demais Senadores. É corrupção de manhã, de tarde e de noite, e nesse caso de Santo André, corrupção misturada com imagens e cenas de um verdadeiro e terrível filme de terror, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era, por ora, o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Quarta-feira, 19 de Outubro de 2005

**Brasil fez alarde da crise, diz Lula** Para presidente, 'o mundo tratou o problema da aftosa com muito mais seriedade do que alguns setores no próprio País" **Luciana Nunes Leal** No dia em que apresentou ao presidente russo Vladimir Putin os argumentos brasileiros para a suspensão do embargo à carne produzida em Mato Grosso do Sul, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que "o mundo tratou (o problema) com muito mais seriedade do que determinados setores dentro do próprio Brasil". Lula não quis citar a quem se referia, mas insistiu que "200 cabeças de gado não vão jogar por terra 200 milhões de cabeças de gado". A doença, no entanto, pode exigir o sacrifício de mais de 5 mil animais. Lula fez as declarações antes da reunião com Putin, no Palácio do Kremlin. Depois do encontro oficial, se disse satisfeito com o que ouviu do presidente russo. "O Putin teve a compreensão do que aconteceu no Brasil com a febre aftosa e não vai levar isso como em outros tempos", disse Lula. O presidente referia-se a um embargo ainda mais rigoroso determinado pelo governo russo em setembro do ano passado e que durou seis meses. Lula disse ainda que Putin foi "generoso" ao tratar do tema. "Ele foi compreensivo para entender que a Rússia vai continuar mantendo um grande comércio com o Brasil", elogiou Lula. A delegação brasileira ficou satisfeita ao ouvir do presidente russo que o governo chegou a cogitar suspender a compra de carnes de outros Estados, mas depois decidiu restringir o embargo a Mato Grosso do Sul. O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que se juntou à comitiva brasileira na Rússia exclusivamente para tratar do embargo, disse que a reação dos russos "foi muito positiva" e que tem "esperança" de suspensão do embargo em pouco tempo. "Eles mesmos reafirmaram a importância de só terem embargado Mato Grosso do Sul, embora tivessem todo direito institucional de embargar todos os Estados vizinhos (Mato Grosso, Goiás, Minas, São Paulo e Paraná). Isso nos dá esperança de agilizarmos o mecanismo de suspensão do embargo", declarou o ministro. Roberto Rodrigues minimizou o aparecimento de novos focos, além do que já tinha sido descoberto no início da semana passada. "É o mesmo foco, o que acontece é que a identificação, a sorologia, foi feita em dias diferentes. Mas é na mesma região sanitária", afirmou. Segundo o ministro, as autoridades russas já sabiam da existência de novos casos antes mesmo de iniciarem a reunião de trabalho de ontem. O presidente Lula fez questão de



ressaltar as qualidades do gado brasileiro, dizendo que "deve ser o mais saudável de todo rebanho bovino do mundo, porque nós criamos boi no pasto, sem ração animal". Ele foi mais cauteloso ontem, depois de declarar, anteontem, que a febre aftosa estava debelada: "Vamos debelar esse foco. Agora é tocar o barco e vender nossa carne." [economia@estado.com.br](mailto:economia@estado.com.br)  
<mailto:economia@estado.com.br>

Quarta-feira, 19 de Outubro de 2005

**'Nenhuma provocação vai me tirar do sério. E vamos continuar viajando'** Lula comemora resultado 'excepcional' de visita à Rússia e diz não temer a volta ao País: 'Sem problema, não tinha política'  
**Luciana Nunes Leal Enviada especial MOSCOU** No último dia da viagem de uma semana que incluiu Portugal, Espanha, Itália e sua primeira visita à Rússia (o 77.º país que ele visita desde a posse), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou ontem o "resultado excepcional" do encontro oficial com o presidente Vladimir Putin e disse não temer a volta ao Brasil, para enfrentar de novo a crise política e as denúncias de corrupção envolvendo companheiros do PT. "Problemas fazem parte da política. Não acredito em nenhum país do mundo que não tenha problema. Se não tivesse problema, se resolveria tudo no convento", afirmou o presidente no fim da tarde de ontem, ao deixar o hotel onde passou rapidamente pela Reunião do Conselho Empresarial Brasil-Rússia. Lula reagiu aos críticos da política econômica e da política externa, dizendo que não vai mudar o rumo do governo. "Nenhuma provocação vai me fazer sair do sério, do rumo que estabelecemos para a economia brasileira. Vamos continuar crescendo, gerando empregos, distribuindo e transferindo renda. Sei que isso incomoda muita gente porque muita gente nunca viu no Brasil fazer coisa para pobre e nós vamos fazer. E vamos continuar viajando o mundo para poder colocar o Brasil com muito mais força no mercado internacional", avisou. O presidente evitou comentar a decisão de cinco deputados petistas denunciados pelas CPIs dos Correios e do Mensalão de não renunciar e enfrentar o processo de cassação no Conselho de Ética da Câmara. Mas voltou a dizer que a mentira e a verdade "ainda vão aparecer". "Vivemos uma situação muito engraçada em que se joga suspeição sobre todo mundo e se prova muito pouca coisa. Vai ter um tempo em que isso vai ter um veredicto final." Para o presidente, cabia aos deputados petistas

decidir sobre seu futuro. "Eles é que sabem o clima que estão vivendo", observou. Depois, disse ter conversado por telefone, às 2h da madrugada de ontem (8 da noite da segunda-feira, no Brasil), com o ministro Jaques Wagner. "Estava tranqüilo. Do PT, apenas o Paulo Rocha pediu renúncia. O restante resolveu fazer o debate político. Eu não esperava nada. Esperava que os deputados fizessem aquilo que achavam que tinham que fazer. Quando terminar tudo, vamos ver o quanto tem de verdade, o quanto tem de mentira. Somente o tempo vai poder provar." SONHO A programação do presidente na Rússia começou com um improviso: às 11h da manhã, ele fez um inesperado passeio pela Praça Vermelha, que incluiu uma visita ao corpo embalsamado de Lenin, o líder da revolução comunista que derrubou a monarquia em 1917. Acompanhou depois a primeira-dama, Marisa Letícia, até a porta da Catedral de São Basílio. Horas depois, durante comunicado conjunto com Putin, Lula confessou: "Realizei dois sonhos meus: visitei a Praça Vermelha e fui ver o corpo de Lenin." Antes de seguir para o Kremlin, Lula colocou flores no Túmulo do Soldado Desconhecido. Quando chegou ao suntuoso palácio, o termômetro marcava 8 graus, mas o vento e a umidade davam a impressão de um frio bem maior. Depois dos compromissos bilaterais, Lula foi para a Embaixada brasileira, onde almoçou e recebeu um grupo de brasileiros que moram em Moscou, entre eles vários jogadores de futebol. Wagner Love não foi, porque, segundo a Embaixada, o CSKA o impediu, por estar fora de forma. Mas lá estavam Dudu Cearense e Daniel Carvalho. De volta ao Palácio do Kremlin, Lula e Marisa foram homenageados pelo casal Vladimir e Lyudmila Putin com um jantar. Não faltou o brinde com pequenos copos de vodka. Na cardápio, salada de frutos do mar, sopa de carneiro, frango defumado, truta e sorvete de sobremesa. A orquestra alternava músicas russas e brasileiras. Destaque para o sucesso da marchinha "Mamãe eu quero", a mais aplaudida da noite. Pouco antes das 22h, Lula embarcou de volta ao Brasil.

**ATA DA 1ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 16 DE  
FEVEREIRO DE 2005**

**(Publicada no Diário do Senado Federal nº 3, de 17 de fevereiro de 2005)**

**RETIFICAÇÕES**

À página nº 420, 1ª coluna, no despacho referente ao Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2005,

**Onde se lê:**

*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação*

**Leia-se:**

*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última decisão terminativa.*

À página nº 421, 1ª coluna, inclua-se, por omissão, o seguinte despacho referente ao Projeto de Resolução nº 1, de 2005,

*À Comissão Diretora*

À página nº 423, 2ª coluna, na fala do Senhor Presidente Tião Viana,

**Onde se lê:**

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT-AC) - Os projetos que acabam de ser lidos vão à publicação.

**Leia-se:**

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT-AC) - Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 21 a 23, de 2005, que acabam de ser lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**ATA DA 9ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 1º DE  
MARÇO DE 2005**

**(Publicada no Diário do Senado Federal nº 12, de 2 de março de 2005)**

**RETIFICAÇÃO**

À página nº 3598, 2ª coluna, no despacho referente ao Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2005,

**Onde se lê:**

*À Comissão de Assuntos Econômicos.*

**Leia-se:**

*À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

**ATA DA 11ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 2 DE  
MARÇO DE 2005**

**(Publicada no Diário do Senado Federal nº 13, de 3 de março de 2005)**

**RETIFICAÇÃO**

À página nº 3987, 2ª coluna, no despacho referente ao Projeto de Lei do Senado nº 50, de 2005,

**Onde se lê:**

*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

**Leia-se:**

*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa.*

# Ata da 185ª Sessão não Deliberativa em 21 de outubro de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Augusto Botelho, da Srª Íris de Araújo  
e dos Srs. Romero Jucá, Luiz Otávio, Paulo Octávio e Sibá Machado.*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso:

É lido o seguinte:

### **AVISO Nº 44, DE 2005-CN**

(Nº 1.790-SGS-TCU/2005, na origem)

Do Tribunal de Contas da União, que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.569, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente à auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins na BR-060 no Estado de Goiás, divisa DF/GO – entroncamento BR-153/GO – Programa de Trabalho nº 26.782.0237.5730.0001 (TC nº 003.584/2001-0)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O expediente que acaba de ser lido retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### **REQUERIMENTO Nº 1.173, DE 2005**

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, seja encaminhado à Ministra do Meio Ambiente, Exmª Srª Marina Silva, o seguinte pedido de informações.

Com o intuito de esclarecer o Senado Federal em relação à publicação em vários meios de comunicação de matérias sobre as exigências feitas pelo Ibama, mais especificamente por um de seus principais

projetos, o Projeto Tamar, para continuidade de um empreendimento turístico de 200 hectares localizado no Município de Mata de São João no litoral norte da Bahia, solicito as seguintes informações:

1) As notícias publicadas listam vários itens exigidos pelo Projeto Tamar para continuidade da obra que somam cerca de R\$2,7 milhões, dentre eles dois veículos 4X4 tipo Mitsubishi Pajero, um Palio Adventure, um Fiat Strada, três quadriciclos, duas carretas para quadriciclos, dois televisores 34 polegadas, aparelho de DVD, dois **notebooks**, estação meteorológica, máquina fotográfica com lentes grande ocular e teleobjetiva, além de alojamentos com louças, talheres, cama, mesa e sofá. Indaga-se, inicialmente, se este Ministério e o Ibama têm conhecimento das exigências feitas pelo Projeto Tamar?

2) O Ministério do Meio Ambiente e o Ibama respaldam as exigências feitas pelo Projeto Tamar?

3) Como o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama avaliam a necessidade de equipamentos que não possuem, aparentemente, qualquer relação com o Projeto Tamar, tais como aparelho de DVD, jipes com tração nas quatro rodas, importados e de alto luxo — que não deveriam sequer circular próximos aos animais - televisores de 34 polegadas, entre outros, com tamanha especificidade?

4) Qual é a avaliação deste Ministério e do Ibama sobre as afirmações da Diretora do Centro de Recursos Ambientais, CRA, demonstrando estranheza em relação às exigências citadas, na medida em que no seu entendimento o licenciamento da obra contou com a participação de todos os atores envolvidos — Ibama, Projeto Tamar, Ministério Público e CRA - e tem sido cumprido?

5) O empreendimento citado é composto por quatro hotéis cinco estrelas, lotes residenciais, centro de convenções, entre outros, com orçamento de R\$350 milhões e geração atual de 2.500 empregos diretos, no entanto, diante das exigências do Projeto Tamar e da negativa por parte do grupo proprietário, o empreendimento foi embargado. Este Ministério e o Ibama têm conhecimento do embargo a que foi submetido o empreendimento turístico em questão?

6) Segundo a imprensa nacional, além do embargo sofrido, o empreendimento também foi multado

pelo órgão competente em R\$2 milhões. O Ministério do Meio Ambiente e o Ibama têm conhecimento desta multa?

7) Qual o posicionamento deste Ministério e do Ibama em relação ao embargo e à multa aplicados ao empreendimento turístico mencionado?

8) O Ministério do Meio Ambiente tem conhecimento de alguma ação junto ao Ministério Público ao contrário às exigências do Projeto Tamar feitas junto ao grupo proprietário do empreendimento citado?

9) Quais providências serão tomadas no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama em relação a todos os fatos relacionados?

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2005. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

*(À Mesa, para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que terminou ontem, quinta-feira, dia 20 do corrente, o prazo, sem interposição de recursos, para que os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 9, 10 e 11, de 2005–CN**, fossem apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional, nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2003–CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004).

Os projetos vão à promulgação e será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 339/PT

Brasília, 20 de outubro de 2005

Excelentíssimo Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Congresso Nacional

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar que seja o Deputado José Pimentel (PT/CE) indicado como membro suplente da Comissão de Orçamento na vaga do Deputado Zarattini (PT/SP).

Atenciosamente, – Deputado **Henrique Fontana**, Líder do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 397/2005

Brasília, 14 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o meu remanejamento, para a titularidade, em vaga existente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — CCJ e informar a nova composição dos membros suplentes da referida Comissão.

1º Suplente — Senador Luiz Otávio

2º Suplente — Senador Wellington Salgado

3º Suplente — Senador Sérgio Cabral

4º Suplente — Senador Almeida Lima

5º Suplente — Senador Leomar Quintanilha (vaga cedida ao PCdoB)

6º Suplente — Senador Garibaldi Alves Filho

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB nº 398/2005

Brasília, 21 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Almeida Lima, como membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Cabral, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito “criada para apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar o direito de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior”.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes

Of. nº 521/05/PS-GSE

Brasília, 18 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Moraes  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
Nesta  
Assunto: arquivamento de projeto de lei

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presi-

dência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 4.590/04, do Senado Federal (PLS nº 7104, na origem), que “Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências.”

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,  
Primeiro-Secretário.

Of. nº 522/05/PS-GSE

Brasília, 18 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Moraes  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
Nesta

Assunto: arquivamento de projeto de lei complementar

Senhor Secretário,

Comunico a vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o § 4º, do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, à Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de prejudicialidade do Projeto de Lei Complementar nº 159/93, do Senado Federal (PLS nº 40/93, na origem), que “Altera o § 4º do artigo 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964”.

2. Comunico ainda que o PLP nº 82/96, do Senado Federal, (PLS nº 5/95, na origem), apensado ao projeto mencionado acima, também foi arquivado.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,  
Primeiro-Secretário.

PS-GSE nº 528/05

Brasília, 17 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Moraes  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
Nesta

Assunto: Comunica aprovação de proposição e envio à sanção.

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 3.983, de 2000, do Senado Federal (PLS nº 138/00, na Casa de origem), que “Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, a doar ao Município de Alvorada do Gurguéia, Estado do Piauí o imóvel que especifica”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,  
Primeiro-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os ofícios que acabam de ser lidos serão publicados e anexados aos processados dos respectivos projetos de lei do Senado.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo por até 15 minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se for possível, gostaria de falar, por cinco minutos, pela Liderança após a Senadora Iris de Araújo.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Exª falará logo após a Senadora Iris de Araújo, que tem a palavra.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a população do Entorno de Brasília já se aproxima dos três milhões de habitantes, mas, em 2004, a receita do ICMS somou apenas R\$102,53 milhões – 2,5% do total.

Após a inauguração de Brasília, em 1960, iniciou-se um rápido processo de ocupação na região, motivado pela política governamental incentivadora da migração de mão-de-obra para a construção de Brasília.

A alta concentração urbana decorrente dessa corrente migratória criou sérios desequilíbrios econômicos e sociais entre o Distrito Federal e os municípios vizinhos. Diante das imensas carências da região, o então senador Íris Rezende propôs, e foi criada através da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, a RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno: um mecanismo que, por meio de uma ação integrada entre a União, o Distrito Federal, os Estados e Municípios que integram a região, se torna capaz de implantar soluções imediatas e de médio prazo para os problemas ali existentes.

Mas o que está no papel, Sr. Presidente, é quase letra morta.

Sabe-se, inclusive, por meio da imprensa, que as medidas recentemente adotadas pela União permitiram que o país aumentasse seu superávit primário, honrasse os compromissos com o Fundo Monetário Internacional e derrubasse o risco-país. Mas é às custas do sacrifício de todos os seus municípios que o Brasil vive este atual momento de pré-crescimento sustentado da economia.

Na vida real, milhões de pessoas têm um cotidiano muito diferente do ar condicionado dos gabinetes,

em especial nas pequenas cidades. Por mais que o cinto aperte, os dirigentes municipais não podem deixar de fornecer remédio, dar atenção básica à saúde, garantir o transporte escolar, recolher o lixo e viabilizar o funcionamento das creches.

Pois bem, Sr. Presidente, uma das regiões mais pobres do Brasil está nas barbas do Palácio do Planalto e deste Congresso Nacional: trata-se aqui de nosso Entorno de Brasília, formado por dezenove cidades goianas e três mineiras, que continua sendo um tremendo desafio para as autoridades brasileiras, pois exhibe a face da pobreza em contraste com o esplendor e a opulência da Capital da República.

Um exemplo clamoroso dessa desordem urbana é Águas Lindas de Goiás, a cerca de apenas 50 km de Brasília e emancipado em 1997. Fruto da proliferação de loteamentos irregulares, o município teve sua população aumentada em cinco mil pessoas no início dos anos de 1990, para 147 mil em 2000, segundo o IBGE.

Outro exemplo emblemático, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é até surreal: em Santo Antônio do Descoberto não existe cemitério, então seus mortos são enterrados em cidades vizinhas.

A falta de segurança é outro dilema: semeia medo, pânico, dor e sofrimento nos municípios do Entorno. Sem contar o desemprego que não pára de crescer e acaba arrastando jovens, pais e mães para o desespero.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar esta belíssima platéia de jovens que hoje chega aqui ao Senado Federal – creio que com sua professora, não é? (Pausa.)

Então, é um grande prazer cumprimentá-la por seu trabalho e cumprimentar a platéia que aqui hoje nos honra com sua presença.

Meus cumprimentos a todos!

Os poucos que conseguem trabalho – estou falando para uma platéia composta quase somente de jovens – são obrigados, diariamente, a enfrentar os péssimos serviços de transporte público – chance de emprego só mesmo em Brasília... Então, usam ônibus que, além de verdadeiras latas de sardinha, quebram a cada percurso.

Certa vez, um usuário, que é meu conhecido, teve o trabalho de contar os passageiros de um ônibus: constatou nada menos de duzentas pessoas em apenas um único veículo sujo, deficitário, sem condições de tráfego e com preço de tarifa absolutamente inaceitável – cerca de dois reais e sessenta centavos!

Ontem mesmo, a manicure que trabalha aqui na barbearia do Senado Federal, a Marisa, me fazia uma observação – ela fazia as minhas unhas num horário

extraordinário, à noite –, dizendo o seguinte: “Senadora, para vir trabalhar, tenho que gastar nove reais por dia” – ela deve estar até me ouvindo por aí. Achei um absurdo para uma pessoa que vive de seu pequeno salário como manicure.

Os serviços de saúde nos Municípios do Entorno são igualmente os mais precários possíveis – o que provoca uma superlotação das estruturas existentes em Brasília. A estrutura educacional é frágil e carente de investimentos, com a agravante da violência constante que acomete as escolas, por meio da ação de vândalos e marginais.

Não há como, Sr. Presidente, cruzar os braços e ficar impassível diante dessa verdadeira panela de pressão em que se transformou o Entorno de Brasília – uma ameaça não apenas à integridade física de seus sofridos e valorosos moradores, mas também à própria estrutura da planejada e suntuosa Capital da República – um oásis cercado de fome e de miséria.

Será possível – eu pergunto – que as mulheres e os homens de bem que hoje são responsáveis pelos destinos do Brasil não têm a sensibilidade mínima para suprir a RIDE dos recursos de que a região necessita?

### **Não há mais tempo a perder!**

Espanta e causa profunda apreensão essa apatia latente no Palácio do Planalto para as questões concretas, cruciais, emergenciais do Brasil! Será que não existe uma única consciência sensata nos umbrais do Poder para avisar ao Presidente Lula que o Governo deve ser, sobretudo, praticidade, ação e resultados?!

Vejam que absurdo: famílias estão sitiadas no alto do Amazonas porque os afluentes secaram, sendo obrigadas a consumir água contaminada! Será que existiria sequer um helicóptero do Governo para lançar àqueles nossos irmãos brasileiros o alimento que falta na panela e a água limpa de forma que suas crianças não morram à míngua?!

E logo aqui, na face do Poder?!... Bastaria uma vitória mínima de qualquer organismo ligado à defesa dos direitos humanos para se constatar que, no Entorno, assim como na Amazônia e no Nordeste, brasileiros estão sendo massacrados pela omissão e irresponsabilidade dos agentes públicos que não enxergam nada além do que as danosas exigências do FMI na ânsia pelo superávit primário.

Aí está o Brasil superavitário, de cofres cheios. Enquanto isso, os brasileiros morrem à míngua, os criminosos continuam com a sua cruel epopéia de sangue, e nossas crianças assistem a tudo isso como a lição da triste realidade de uma Nação que não quer aprender a ser justa, responsável, fraterna, humana e solidária.



Nego-me, Sr. Presidente, a concluir os poucos dias que tenho deste mandato sem antes dizer com todas as letras o que penso sobre esta Nação. Sinto-me cada dia mais revoltada e entristecida, Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, nas andanças constantes que faço pelas cidades do Entorno que conheço, praticamente, rua por rua, porque há anos o percorro. Corta-me a alma o olhar de carência de nossos meninos e meninas, e o apelo de mães machucadas pela rotina de perdas e danos provocados por uma realidade pesada, violenta, cruel.

É preciso dar um basta à atuação política baseada nesse chamado jogo de cintura, em que as realidades são camufladas em face dos acordos partidários!! É preciso por terra essa máscara e, claramente, reconhecer que o Governo atual, assim como o anterior, se revela incapaz na resposta às necessidades de um Brasil que chora, de um Brasil corroído pela miséria, de um Brasil que precisa de um alento para redescobrir a esperança.

Não temo afirmar, Sr. Presidente: esta economia forçada para fazer caixa destinado ao superávit primário gerou a atual tragédia do Mato Grosso do Sul, com o ressurgimento da febre aftosa. Faltaram recursos sim! É esta mesma “economia de guerra” que impede os recursos constitucionais da Ride de serem aplicados no Entorno de Brasília, que não tem mais como esperar, assim como a Amazônia e o Nordeste.

Que sejamos capazes, Sr. Presidente, de provocar uma reviravolta neste País, para, pelo menos, socorrer os brasileiros que estão com fome e que convivem com a dor e a tragédia à sua volta. Sem isso, nós, agentes políticos, que estamos aqui por delegação da população, do seu Estado, do meu Estado, não teremos como caminhar de cabeça erguida, menos ainda, Senadora Heloísa Helena, dormir com a consciência tranqüila.

Recursos emergenciais são inadiáveis. É imprescindível o socorro às áreas críticas, a começar por aqui mesmo, pelo Planalto Central. Se já não mais existe a razão solidária, que ao menos o coração possa direcionar as autoridades brasileiras, neste momento, em nome dos irmãos nortistas ou nordestinos que ficaram na seca das suas cidades ou migraram para formar o Entorno de Brasília.

Era o que eu tinha a dizer nesta manhã, Sr. Presidente.

Muito obrigada pela oportunidade.

*Durante o discurso da Sra. Íris de Araújo, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigada, Senadora.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos. Em seguida, o Senador Rodolpho Tourinho.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao longo de toda esta semana, inúmeros Parlamentares – Senadoras e Senadores – tiveram oportunidade de vir a esta tribuna para tratar do assunto que levará brasileiras e brasileiros às urnas neste domingo para a participação do referendo, que trata da proibição ou não da comercialização das armas no nosso País.

E, em relação a esse referendo, que causa muita polêmica, temos tido inúmeros debates colocados cotidianamente e de forma crescente no último período, provocado exatamente pelo entendimento do que se irá ou não deliberar, do que se irá ou não manifestar por meio do voto neste domingo.

Como não poderia deixar de fazê-lo, também quero deixar expressa, aqui na tribuna, a minha profunda convicção da importância do que o Brasil vai manifestar neste domingo, em primeiro lugar, porque a questão da violência é de muita complexidade, de causas profundas que vão desde questões econômicas e sociais a questões culturais, na maneira como as pessoas se posicionam, como vêem a resolução dos conflitos, como buscam, por meio do seu comportamento e da sua ação, encarar, enfrentar e superar conflitos.

Sabemos que a situação da violência sob o aspecto cultural vem, inúmeras vezes, permeada daqueles tradicionais preconceitos que estão na nossa sociedade, que vão desde a violência contra a mulher – as famosas brigas entre marido e mulher, nas quais não metemos a colher, mas cuja decorrência termina, muitas vezes, em violência e, quando há arma até resulta em morte –, até o preconceito de raça e de gênero, que vem de uma lógica cultural de considerar-se superior a alguém ou a determinados setores e grupos da sociedade.

Também temos, de forma muito concreta e mostrada em inúmeras oportunidades, a manifestação violenta desse preconceito e dessa forma de ver e de se colocar nas relações interpessoais e intersociais. Ter a arma à disposição é um forte elemento para provocar violência, morte e acidentes que geram grande prejuízo físico para a vítima.

Sou uma pessoa absolutamente convencida de que devemos eliminar toda e qualquer possibilidade de acesso às armas. A utilização de armas tem de ser reduzida a casos extremos de defesa organizada e não à emergência de um pequeno conflito ou a qualquer outra situação.

Portanto, seguindo a lógica de diminuir, de proibir ou de eliminar o fluxo de armas em situações não autorizadas pela sociedade para a defesa, neste domingo, vou-me manifestar com profunda convicção votando “sim”.

Tenho procurado conversar com as pessoas e influenciá-las, pelo mandato, mostrando a lógica que me move a votar “sim” no domingo.

Tenho a convicção de que a pergunta está pessimamente formulada, porque se tem de dizer “sim” para algo que é “não”, a proibição da comercialização de armas. Isso tem criado muita confusão, muita dúvida na cabeça das pessoas. Cidadãos que não querem que a comercialização se amplie, seja mantida, seja feita de forma mais explícita, que querem que não se venda arma é que têm de votar “sim”. Então, é um “sim” à proibição, é um “sim” ao não. A formulação da pergunta dificultou o entendimento daqueles que não estão no cotidiano desse debate.

Senador Rodolpho Tourinho, com relação aos argumentos sobre o custo do referendo, de que ele poderia ter sido feito em outro momento, acoplado à eleição do próximo ano, gostaria de terminar o meu posicionamento falando de forma muito clara: democracia custa dinheiro. Democracia envolve gasto vultoso. Não é pequeno o gasto que se tem com a democracia. Portanto, tudo aquilo que permite que as pessoas manifestem sua opinião, por meio do voto, sobre questões fundamentais e importantes como essa gera um gasto que, do meu ponto de vista, é bem aplicado. O aprimoramento da democracia exige gastos, sim, e todos os recursos direcionados à ampliação do direito democrático de decidir pela maioria dos brasileiros e das brasileiras são bem aplicados.

Se o debate fosse acoplado à outra eleição, esse assunto não teria a dimensão que acabou tendo. Hoje, não existe um único lugar aonde a gente chegue em que o assunto do desarmamento e da violência não esteja sendo debatido. Mesmo que a deliberação no domingo seja algo pontual – como é a comercialização ou não das armas de fogo –, o assunto “violência” tomou a cena e está sendo discutido em todas as ruas, em todos os cantos, em mercados, em farmácias, em bares, em rodas de amigos e de familiares. Isso é extremamente salutar. Mesmo que a deliberação feita no domingo refira-se apenas a um aspecto desse contexto maior da violência, trazer o assunto à baila é muito importante.

Por isso, gostaria de registrar a importância do referendo e conclamar todos os que estão acompanhando a sessão do Senado a comparecerem às urnas no domingo e a votarem com sua consciência, de forma clara.

Espero que o “sim” vença, porque estou convencida de que, quanto menos armas, menos tiros, menos mortes, menos violência, melhor será para todos. A solução negociada e conversada, apesar de ser muitas vezes a mais difícil, é indiscutivelmente a que mais se coaduna com a nossa condição de seres humanos racionais, com capacidade de encontrar saídas que não a da eliminação de outra pessoa.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Íris de Araújo.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Íris de Araújo, inicialmente agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> pela aprovação ontem de um projeto de minha autoria na Comissão de Assuntos Sociais, noticiada hoje, no **Jornal do Senado**:

CAS veda cessão de jogadores durante torneio.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deu parecer favorável ao projeto de lei (PLS 218/04) que veda a cessão ou a transferência, para entidade desportiva estrangeira, de jogador profissional inscrito em qualquer campeonato em andamento reconhecido pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

O projeto, de minha autoria, foi relatado de forma muito competente pela Senadora Íris de Araújo, do PMDB de Goiás. Gostaria muito de agradecer a V. Ex<sup>a</sup>, Sr<sup>a</sup> Presidente, pelo interesse.

O futebol tem para nós, brasileiros, uma importância muito grande. Somos hoje a melhor seleção do mundo, a que conquistou o pentacampeonato, a que se mantém no *ranking* como a número um das seleções do mundo inteiro. Ganhamos a Copa América, somos campeões da Copa das Confederações, conquistamos o primeiro lugar no grupo sul-americano para ir à próxima Copa do Mundo. No entanto, apesar desse imenso sucesso, o futebol doméstico vive uma grande crise, também uma crise moral, muito parecida com a que vivemos do mensalão, do caixa dois. Parece que isso, lamentavelmente, contaminou também o futebol. Além dessas denúncias de corrupção envolvendo árbitros brasileiros em campeonatos nacionais e até continentais, presenciamos o esfacelamento financeiro também da grande maioria dos clubes brasileiros.

Apresentei duas proposições, Senadora, a esta Casa. Numa delas, V. Ex<sup>a</sup> me deu a honra de ser a Relatora; foi aprovada ontem na CAS.

**A SRA. PRESIDENTE** (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Se V. Ex<sup>a</sup> me permite, Senador, gostaria de apartear-lo.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – É claro.

**A SRA. PRESIDENTE** (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Senador Rodolpho Tourinho, honrou-me muito ter sido a Relatora do seu projeto, que, como V. Ex<sup>a</sup> está dizendo, é da maior importância. Como V. Ex<sup>a</sup> acaba de mencionar, trata-se de um desrespeito o fato de um jogador ter seu passe negociado quando os torcedores estão empenhados no sucesso do seu time e aguardam que esse jogador faça aquilo que eles esperam. Concordo com V. Ex<sup>a</sup>, pois não há uma diferença muito grande entre isso e essa categoria de mensalões e de mensalinhos a que estamos assistindo pelo País afora.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Não há não. Muito obrigado, Senadora.

Esse projeto, que foi o primeiro deles, é de 2004 e tem exatamente o objetivo de vedar a cessão ou a transferência para o exterior de atletas profissionais que estejam inscritos em campeonatos, em andamento, reconhecidos pela CBF.

Repito: o projeto em questão pretende coibir o êxodo absolutamente sem controle dos jogadores brasileiros para outros países, no momento em que evoluímos o formato do campeonato nacional, por meio da disputa em pontos corridos. Ainda assim, observamos o desmantelamento completo de equipes no meio de uma competição.

Ao final, pode-se afirmar que o campeonato brasileiro é dividido em duas partes, antes e depois do início da temporada internacional de futebol, o que, na minha opinião, configura um desrespeito ao nosso campeonato, ao nosso País e aos nossos torcedores.

Esse chamado craque brasileiro, há algum tempo, é produto de exportação. Basta analisarmos hoje que, a rigor, há duas seleções brasileiras: uma feita só com os jogadores que jogam no exterior, e outra, a chamada equipe B, com os que jogam no País, o que já é uma divisão também muito ruim. Quer dizer, os bons são só aqueles que estão lá fora. Isso permite uma renovação do futebol brasileiro, que é grande, não há dúvida, mas que, de alguma forma, é distorcida.

Isso agrava a situação de alguns clubes, que vêem seus times desmantelados e atendendo, às vezes, a interesses que não são os da coletividade e, sim, interesses pessoais dos dirigentes de futebol.

Outra proposição que fiz é o Projeto de Lei nº 286, de 2005, que tem o objetivo de conferir ao Ministério Público a função institucional de resguardar o futebol como patrimônio cultural brasileiro. Apresentado em 16

de agosto do corrente, possui uma enorme correlação, uma enorme relação com a atual situação vivida pelo esporte no País.

Inicialmente apresentado na forma de uma emenda à Medida Provisória que criava o Timemania, que depois foi cancelada pelo Governo, acabei transformando essa emenda num projeto de lei. Esse projeto de lei dá o poder ao Ministério Público de interferir nos clubes, no sentido de cobrar responsabilidade, de cobrar transparência, de cobrar seriedade dos dirigentes de futebol.

Acho que, diante desta crise que se instalou no País, em paralelo à crise do Caixa 2, em paralelo à crise do mensalão, em paralelo a toda a crise moral que atinge alguns Partidos brasileiros, essa proposição de permitir, de deixar claro que o Ministério Público pode agir também no futebol, nos clubes de futebol é muito importante para a situação atual do futebol brasileiro, que passa por um problema sério. Assistimos a uma confusão muito grande na primeira divisão do futebol brasileiro. E pergunta-se: por que não está sendo levada essa mesma análise para a segunda divisão?

Enfim, são questões que têm que ser respondidas não com o tempo, mas, também, com muito bom senso e com a atuação que deve ter a CBF e o Superior Tribunal de Justiça Desportiva.

Sr<sup>a</sup> Presidente, um outro assunto que quero trazer hoje aqui, e para o qual peço a colaboração do Senador Romero Jucá, ex-Ministro da Previdência, é a questão da contribuição prevista na reforma da Previdência sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para o regime geral da Previdência, no caso de quem é portador de doença incapacitante.

Ficou claro, na nossa aprovação aqui, que, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante, ele só recolheria por aquela diferença. Na verdade, em relação ao que os aposentados pagam hoje – os 11% da Previdência –, supunha-se que a lei em vigor serviria para tratar desse assunto, mas a lei não serve, e o Governo, mais uma vez, atrasa o envio de uma lei, que é da maior importância para essas pessoas portadoras de doenças incapacitantes.

Eu não apresento o projeto de lei, que é simplicíssimo de ser feito, porque há dúvida se o Parlamentar poderia ou não apresentá-lo. Então, na dúvida, prefiro subir à tribuna e pedir ao Governo que trabalhe um pouco nesse sentido. Esse projeto de lei é muito simples. Ou não há vontade política em relação àquele portador de doença incapacitante ou o Governo é absolutamente irresponsável ao não tratar desse tema que é da maior importância para essas pessoas.

Não é conveniente sempre, mas talvez fosse o caso de o Governo editar uma medida provisória ou, então, na MP nº 255 – que deverá, em princípio, ser votada aqui na próxima semana – incluir um artigo em que defina claramente essa questão. E, se quiser não ter muito trabalho e homenagear o Senador Paulo Paim, basta que encaixe o Projeto de Lei nº 251, de autoria de S. Ex<sup>a</sup>, que possui apenas um artigo, na MP nº 255. Além da homenagem que estaria sendo prestada a quem tanto lutou pelas questões da Previdência, também estaríamos resolvendo um problema muito grande para os portadores de doenças incapacitantes, pessoas que, no fundo, têm alguma limitação, que pode atingir também seus ganhos e, portanto, eles precisam ser protegidos. Esse foi o espírito da lei a razão por que a lei foi feita.

O Projeto de Lei nº 251, do Senador Paulo Paim, dispõe o seguinte:

Art. 1º. O artigo 3º da Lei nº 9.717, de novembro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único.

Parágrafo único. Consideram-se doenças incapacitantes, para fins de incidência da contribuição previdenciária sobre proventos da aposentadoria dos servidores públicos e sobre pensões de seus dependentes, aqueles que concedem a seus portadores isenção de Imposto de Renda, na forma da legislação própria.

Vejam como é simples resolver esse problema. Só não é resolvido, porque o Governo não quer. Essa é a verdade.

Esse é mais um ponto em que o Governo mostra sua total inaptidão para questões gerenciais ou, o que é pior, uma falta de atenção muito grande ao portador de doença incapacitante, que, como todos sabemos, tem problemas que muitas vezes são difíceis de serem superados. Trata-se muito mais de uma questão de insensibilidade deste Governo.

Lamento tratar o assunto dessa forma, mas entendo que chegou a hora de se resolver esse problema, se não por meio da Medida Provisória nº 255, que será votada na próxima semana, com uma simples emenda, conforme aprovada e comentada aqui, aproveitando o projeto de lei do Senador Paulo Paim, para que o Governo não tenha o trabalho de pensar. É só aproveitar aquele projeto de lei e estaremos resolvendo um problema sério para milhares de pessoas portadoras de doenças incapacitantes neste País.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

Em seguida, falará a Senadora Heloísa Helena.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, pedi a palavra apenas para fazer um registro da importância dos entendimentos que estão sendo construídos pela relatoria do Senador Amir Lando na Medida Provisória nº 255, a fim de que se retomem dispositivos aprovados neste Senado, na Medida Provisória nº 252, conhecida como Medida Provisória do Bem, aprovada, mas que perdeu a sua eficácia por conta do prazo de validade.

Fui o relator da Medida Provisória nº 252 e ali conseguimos inserir uma série de mecanismos importantes para o País, importantes para o desenvolvimento econômico, para a melhoria das exportações; mecanismos com melhoria das condições sociais da população, enfim, uma série de aspectos que agora voltam à tona, voltam à baila na discussão, por meio dessa nova medida provisória, inclusive medidas de desoneração fiscal, ou seja, medidas que diminuem impostos.

Registro a importância desse entendimento e resalto que é fundamental para Casa, para todos os Senadores e Senadoras, que possamos votar essa matéria na próxima terça-feira, exatamente porque essa matéria, assim como a Medida Provisória nº 252, precisa ser votada rapidamente na Câmara dos Deputados com as modificações que nós iremos fazer aqui no Senado. A Medida Provisória nº 255 perde a sua validade no próximo dia 31 de outubro e, portanto, se não for votada, provavelmente quinta-feira na Câmara dos Deputados, não haverá tempo útil até segunda-feira para que ela seja votada e sancionada.

Então, faço este apelo a todas as lideranças partidárias e a todos os Senadores e Senadoras que estão participando desse debate.

Ontem, reunimo-nos com o Presidente do Congresso, Renan Calheiros, ampliando a discussão com Deputados e Lideranças da Câmara dos Deputados para que seja construído um pré-consenso e se antecipe o debate que ocorrerá naquela Casa. Com isso, ganharemos tempo.

As posições foram construtivas. É claro que existem segmentos com colocações específicas que precisam ser analisadas, mas, sem dúvida alguma, Sr<sup>a</sup> Presidente, entendo que, com o passo que foi dado ontem, caminhou-se bastante.

Faço o registro do brilhante e competente trabalho que está sendo realizado pelo Senador Amir Lando, no sentido de procurar construir esse consenso e absorver os dispositivos que coloquei na Medida Provisória nº 252, por meio de emendas de Relator, que beneficiam os taxistas, que terão estendido até 2009 o prazo para não-pagamento de determinados

impostos na compra de carros, assim como a diminuição do prazo de interstício da sua compra de três para dois anos, criando, portanto, um benefício para toda a classe e dando-lhe condição de prestar um melhor serviço à população.

Ficam aqui o meu apelo, a minha esperança e a minha confiança de que iremos votar essa matéria na próxima terça-feira. De minha parte, estarei empenhado no debate para que possamos agregar o máximo possível de dispositivos que beneficiem a população, porque esse deve ser o trabalho principal do Congresso.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos sendo visitados por uma comissão de jovens surdos-mudos.

*(A Sr<sup>a</sup> Senadora faz uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras).*

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sejam muito bem-vindos. Aqui, no Senado, no dia de hoje, há alguns que trabalham, há alguns que passeiam...

Sr<sup>a</sup> Presidente e Srs. Senadores, vou tratar, rapidamente, no tempo que me cabe, de três assuntos.

Um deles é o debate que está vinculado ao “sim” ou “não” no referendo. No P-SOL, do qual sou Presidente, adotamos a resolução de respeitar os nossos militantes e Parlamentares, que farão as duas opções. Como já tive oportunidade de dizer na Casa, há mulheres e homens de bem e de paz que votam “não” e mulheres e homens de bem e de paz que votam “sim”, do mesmo jeito que existem demagogos, corruptos, cínicos, fascistóides que votam “sim” e demagogos, cínicos, corruptos, fascistóides que votam “não”. Então, estabelecer um maniqueísmo em relação ao “sim” ou “não”, efetivamente, não é algo sério.

Senadora Iris, teremos a oportunidade de, já na outra semana, identificar quem está-se posicionando nesse referendo de forma demagógica ou fascistóide, ou de ambas as formas, durante a visita do Presidente Bush ao Brasil – o neofascista, assassino em série, que dinamiza a economia local dos Estados Unidos produzindo armas e guerras. Todos sabem exatamente o que são as guerras patrocinadas pelos Estados Unidos, disputando petróleo e destruindo nações inteiras, estuprando mulheres com fuzil e estourando cabeças de crianças com as mais diversas formas de armas, cuja produção é incentivada pelo governo americano. Não é à toa que o Presidente Bush e o governo ame-

ricano disponibilizam mais de 60% do seu orçamento para a produção de armas.

Nessa ocasião, teremos a oportunidade de identificar quem está votando “sim” ou “não” por concepção, por honestidade, pelo argumento responsável, e quem é cínico, demagogo ou fascistóide, porque é evidente que quem votar “sim” não poderá receber o Presidente Bush. É até uma demagogia explícita, pois vão comer carne. Pena que a aftosa não seja transmitida aos seres humanos, senão eu até desejaria que comessem carne contaminada. Se não bastassem todas as guerras que tem patrocinado, o Presidente Bush virá comer um churrasco em companhia do Presidente Lula e de outras lideranças políticas. Isso é, no mínimo, um cinismo gigantesco, porque se deveria fazer um protesto e mostrar ao Presidente Bush que ele é **persona non grata** no Brasil, solicitando-lhe que não produzisse mais armas e guerras e que não matasse nações inteiras como está fazendo.

Do mesmo jeito, quem tem um bom coração e, por motivos nobres, está votando “não” também não poderá apoiar a vinda do Sr. Bush, porque o que está por trás da indústria de armas é uma coisa absolutamente abominável, especialmente no caso das que são produzidas nos Estados Unidos, que são diferentes daquelas compradas pelo cidadão comum: são fuzis, granadas, AR-15 e outras coisas mais.

Assim, teremos oportunidade de, na visita do Bush, identificar quem vota “sim” ou quem vota “não” por princípio, concepção e argumento honesto, ou quem o faz por cinismo, dissimulação e uma concepção fascistóide qualquer.

Portanto, volto a afirmar que os militantes do P-SOL, bem como os seus dirigentes e Parlamentares, estão liberados para votar no referendo. Continuo acreditando que existem mulheres e homens de bem e de paz que votarão “sim” e mulheres e homens de bem e de paz que votarão “não”, do mesmo jeito que existem corruptos, cínicos e demagogos nas duas posições também.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vou tratar de mais dois outros temas.

Hoje, um importante jornal do Brasil apresentou, em manchete, um problema envolvendo o Senador Geraldo Mesquita, dizendo que S. Ex<sup>a</sup> cobra “mensalinho” de funcionários do seu gabinete.

Evidentemente, como todos os Parlamentares e militantes de Partido sabem, todas as pessoas são obrigadas a dar uma contribuição para o Partido. Todas as pessoas fazem isso, ou por obrigação, ou por vontade de fazê-lo. Todo mundo faz isso, que é completamente diferente de extorsão. Obrigar-se uma pessoa a disponibilizar o dinheiro é algo completamente diferente.

Falei com o Senador Geraldo Mesquita, que me disse estar com a consciência tranqüila, pois não tem absolutamente nada a ver com qualquer mecanismo de corrupção.

Doar dinheiro a uma estrutura partidária é uma coisa completamente diferente e não tem relação com mensalão. Eu estou dando mais de 70% para a construção do meu Partido, que será um instrumento de luta para a classe trabalhadora. Ninguém está-me extorquindo, ninguém está exigindo que eu dê 70% do meu salário para contribuir com o P-SOL. Da mesma forma, há militantes do P-SOL que dão zero, zero do salário, porque não podem dar. É completamente diferente. Inclusive, como nosso estatuto é provisório, não estabelece qual o percentual que vai ser dado. Assim, há quem não dê absolutamente real algum, há os que dão e aqueles que, como nós, Parlamentares, damos muito mais – e não são os nossos assessores.

Discuti com o Senador Geraldo Mesquita, que diz que isso é perseguição, inclusive dos adversários do PT que tem no Estado. Ele continua insistindo que foi uma grande armação feita contra ele e terá oportunidade de se defender, tanto na Executiva do P-SOL, como no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa. Ainda hoje, estarei protocolando um requerimento para que o Senador Geraldo Mesquita, nosso companheiro, dê as suas explicações no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Ao contrário de outros que, quando aparecem denúncias, fazem o abafão e jogam lama nos outros para, de alguma forma, tentar espalhar a podridão e esconder o seu próprio odor fétido, vamos esclarecer a verdade, porque eu não tenho dúvida de que isso ocorrerá.

O Senador Geraldo Mesquita Júnior disse que está absolutamente tranqüilo. Também queremos ficar tranqüilos e esperamos que S. Ex<sup>a</sup>, que hoje está no Acre, se reúna com a Executiva do P-SOL. Ainda hoje, protocolaremos, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, requerimento para que ali S. Ex<sup>a</sup> preste os seus esclarecimentos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, também quero abordar outro tema. Hoje não vou tratar da pocilga de corrupção do Governo Lula, mas da exploração de mulheres pelos militantes os mais diversos. É algo realmente impressionante. Não vou falar no nome de ninguém, nem de Ministro, nem de Senador, nem de Deputado, embora eu tenha a má-sorte de ter conhecimento de alguns Senadores e Deputados que eram fregueses da cafetina, aqui em Brasília, quando iam comemorar o dinheiro público roubado que recebiam da promiscuidade Palácio do Planalto-Congresso Nacional. Não vou dizer os nomes porque quem quiser preservar os seus casamentos de mentira e de fachada

que o faça e que as suas consciências um dia serão capazes de falar ou não alguma coisa. Também não vou falar o nome do Ministro até porque não sei ao certo se S. Ex<sup>a</sup> estava envolvido, embora a própria direção da Volkswagen esteja dando declarações sobre isso. Não vou falar o nome de Ministro.

Quero apenas deixar aqui registrado – já tive oportunidade de fazê-lo outras vezes – o quanto de infâmia existe na exploração de mulheres. É absolutamente abominável. Agora, um jornal alemão... Uma das maiores indústrias automobilísticas do mundo, a Volkswagen, está abrindo várias auditorias, vários procedimentos porque se descobriu que os altos executivos dessa grande empresa pagavam viagens de turismo sexual, portanto alugavam meninas espalhadas pelo mundo, para convencer – imaginem que safadeza! –, para, de alguma forma, tentar minimizar as relações tensas entre a liderança sindical e o altos executivos da empresa automobilística. E eles usavam dinheiro dessas empresas automobilísticas para promover turismo sexual, contratando garotas de programa. Os altos executivos diziam que faziam isso com o dinheiro da empresa, promoviam turismo sexual para, de alguma forma, “convencer” as lideranças sindicais para que estas agissem com mais tolerância diante dos executivos.

Do mesmo jeito, para mais uma vez deixar aqui registrado, lembro a forma absolutamente promíscua, desavergonhada como se comemorava o recebimento do dinheiro público roubado aqui, no Congresso Nacional, em Brasília. Como é de conhecimento de todos, o atual Governo montou um balcão de negócios sujos aqui, no Congresso Nacional, onde, além de liberar cargos, prestígio, emendas, poder. Além do “propinódromo”, metodologia que outros Governos também faziam para comprar Parlamentares, o atual Governo parece que acabou inovando, porque muitos Senadores e Deputados da base de bajulação do Governo, quando iam receber o dinheiro público roubado, comemoravam alugando andares nos hotéis de luxo daqui de Brasília, contratando meninas – certamente, meninas pobres – de programa, para promoverem orgias sexuais às custas do dinheiro público roubado. Isso, sem dúvida, merece o nosso protesto veemente. E eles agiam de maneira tão desavergonhada que não possibilitavam sequer que as meninas comessem, para que elas não pudessem ter sono. Eles faziam isto: colocavam as pobres meninas de programa para pegarem dólar ou os reais roubados que eles recebiam da promiscuidade Palácio do Planalto-Congresso Nacional e mandavam que elas pegassem o dinheiro com a boca.

Então, fica realmente muito difícil: além de agüentar a pocilga da corrupção, implementada na relação

promíscua Palácio do Planalto-Congresso Nacional, ainda identificar orgias sexuais e exploração de mulheres para comemorarem o recebimento do dinheiro público roubado, do mensalão ou qualquer denominação que essa podridão tenha, merece o veemente protesto de qualquer pessoa de bem e de paz.

Portanto, aqui fica também o meu protesto.

*Durante o discurso da Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena, a Sr<sup>a</sup> Íris de Araújo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá.*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PDSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. PMDB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB.

Em seguida, pela ordem de inscrição, falará o Senador Tião Viana.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho à tribuna para abordar um tema que, eu insisto, não é jamais paroquial, não é meramente regional; ao contrário, é de enorme interesse do País, até porque é de interesse visivelmente planetário. Refiro-me à vazante, que é cíclica, mas desta vez, no meu Estado, com conseqüências, em vários Municípios, desastrosas, conseqüências que me fazem pensar se estamos ou não à beira de um desastre ecológico.

Há desmatamentos nas cabeceiras dos rios. Isso é grave. Há atividades, como a soja, rentáveis, boas para exportação, geradoras – sobretudo do ponto de vista indireto – de empregos, que têm de ser avaliadas do ponto de vista do peso que podem ter sobre esses eventos.

Há, de fora para dentro, a responsabilidade de países desenvolvidos e a poluição desenfreada que produzem, gerando o aquecimento das águas dos oceanos e, sem dúvida alguma, talvez exercendo influência sobre o regime de chuvas na região Amazônica.

Eu tenho a crença de que não se precisa desmatar toda a floresta Amazônica para se transformar esse tesouro num deserto.

Eu tenho a crença de que basta se chegar a um determinado nível, a um determinado percentual de desmatamento e, a partir daí, se terá uma alteração radical no regime de chuvas e, a partir daí, se terá o chamado *point of no return*, o ponto de não retorno, que, na aviação, é muito bem conhecido como aquele avião que sofre pane: ele tem três horas de viagem e já cruzou mais da metade do caminho; com pane ou sem pane, ele tem de seguir para algum lugar. É melhor ir para a frente do que retornar, porque é mais perto ir

para o próximo aeroporto, que está a menos da metade do percurso total. Então, temo muito isso.

Aqui digo que um Senador do meu Estado, o Senador Evandro Carreira, nem sempre tratado com a seriedade que o seu discurso merecia, foi o primeiro parlamentar a abordar a questão da Amazônia, tentando dar a essa abordagem foro de cientificidade. Não foi muito ouvido, mas gostaria de começar a resgatá-lo. Gostaria, mais ainda, de dizer que é preciso se juntar a experiência empírica dos habitantes da minha região ao acúmulo de cultura científica de entidades como o Museu Goeldi, como a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal do Amazonas, as Universidades Federais dos Estados da região, todos, o INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia(\*)), para nós, fazendo um grande *brainstorm*, uma grande tempestade cerebral, podermos chegar a diagnósticos precisos sobre o que se passa na Região Amazônica.

É extremamente grave, a meu ver, não o fato de a vazante ter ocorrido, mas o fato de a vazante ter ocorrido com as conseqüências que nós vimos e que, a meu ver, diferem de outras de décadas passadas.

Quando cheguei, Sr. Presidente, de volta ao meu Estado - eu estudava no Rio de Janeiro, cheguei em 1978 de volta ao Amazonas - eu estava reiniciando uma vida que tinha deixado de ser minha. Cheguei lá e vi alguém se referir, no interior do Estado, ao período da “seca”. Eu dizia: período da “séca”? Será que ele não está pronunciando direito a palavra seca? E fiquei pensando naquilo; fui para casa pensando naquilo com muito cuidado: período da “séca”? Eu sabia que período da cheia era água. Todo mundo sabe que cheia é igual a água. E “séca” eu ligava à seca que vemos comumente no Nordeste.

O homem do interior da Amazônia é tão sábio que inventou uma palavra. Ele dizia: seca é para o Nordeste, é um fenômeno do Nordeste. “Séca” é um fenômeno de uma região que tem tanta água, que não se pode dizer que nela há seca. Então, inventou a palavra “séca”. Isso mereceria um verbete no dicionário Houaiss, no dicionário Aurélio. E até uma idéia, escrever a sugestão aos dicionaristas para que incluam esse verbete.

Recomendo que além desse rame-rame, de todo esse feijão com arroz, toda essa história de ministro sobrevoa e governador visita – e eu estou solidário com o Governador para estar solidário com o meu povo – mais cesta básica. E o governo promete, o governo cumpre, o governo não cumpre. Isso tudo faz parte de um certo rame-rame, de um certo feijão com arroz, que não é o que estou propondo. Estou propondo, primeiro, um governador com inserção no mundo, com interlocução com o mundo.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) - Proponho, Sr. Presidente, um governador do Amazonas com capacidade de falar para o mundo, de estabelecer uma interlocução com o mundo. Ser recebido numa ONU, não trivialmente, mas, pelo menos, com o **status** que cabia, digamos, a um Yasser Arafat\*, falecido líder da OLP.

Final de contas, o Amazonas é a pátria da água; com a Amazônia, é a pátria da biodiversidade, da cobertura florestal. É a pátria do futuro mais brilhante desta Nação.

Proponho, portanto, que, além das providências de praxe e que dão a impressão de uma falsa normalidade, ou seja, tão assim as águas voltarem – elas já estão voltando – tudo passa, e temos que aguardar algumas décadas para termos nova enchente, nova vazante, com proporções que ainda não podemos definir quais seriam – e temo que sejam mais desastrosas ainda. Quero pensar numa Amazônia para milênios, quero pensar na Amazônia como “galinha dos ovos de ouro”; não quero pensar na Amazônia para ganhos de curto prazo, para ganhos egoísticos, privilegiando uma racionalidade que não seja a racionalidade do futuro.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, proponho uma grande reflexão do Congresso Nacional, da comunidade científica brasileira, da comunidade científica da minha região, levando em conta a experiência empírica dos habitantes da Amazônia e, sem dúvida alguma, nós todos nos alçando à compreensão de que não tem nada mais importante neste País do que diagnosticar a Amazônia com inteligência e precisão, porque, para mim, a vazante não foi meramente uma repetição do que houve de outras vezes – as conseqüências foram funestas – e não hesitarei em me colocar contra qualquer ganho econômico de curto prazo se eu perceber que está em jogo o futuro do meu povo, o futuro dos nossos netos, dos nossos filhos, dos nossos bisnetos, dos nossos pósteros, o futuro de uma região sem a qual o Brasil será um país medíocre.

Com a Amazônia, o Brasil será, necessariamente, um país brilhante. Sem a Amazônia, o Brasil será, forçosamente, um país medíocre, e não pretendo a mediocridade nem a insanidade para este País. E deixar a Amazônia ao Deus dará significa contemplar a idéia da insanidade em nome de ganhos econômicos imediatos. Recomendo que o Governo brasileiro seja duro cobrando dos países desenvolvidos a parte que lhes cabe nesse processo que pode estar sendo iniciado de irreversível destruição da floresta amazônica.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. PMDB – RR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Apenas, meu caro Presidente, como tenho um compromisso que é inadiável, não tenho como ficar e fazer o pronunciamento que gostaria...

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. PMDB – RR) – V. Ex<sup>a</sup> é o próximo orador; já ia chamá-lo.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR TIÃO VIANA NA SESSÃO DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. PMDB – RR) – O pleito de V. Ex<sup>a</sup> será atendido de acordo com o Regimento.

Com a palavra o Senador Alberto Silva, seguindo a ordem de inscrição.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto à tribuna, hoje, por estar inscrito, para falar ao Governo sobre o problema das crianças da pré-escola. Tem-se discutido muito o assunto, pois a pré-escola não está regulamentada no País. O Ministério da Educação, naturalmente, cuida do ensino a partir dos sete anos, por essa razão, os que têm sete anos vão para a escola. E agora o Programa Bolsa-Escola garante ajudar as famílias, contanto que as crianças vão para a escola. Mas isso apenas a partir dos sete anos.

Parece-me que houve uma decisão de reduzir a idade para seis anos. Grande coisa! E os meninos de um a sete anos, cujas famílias estão em dificuldades financeiras – como todos sabemos –, como alimentam essas crianças?

Como tive uma experiência absolutamente vitoriosa quando era Governador do Piauí, gostaria de passá-la aos brasileiros, prefeitos, governadores e ao próprio Ministério da Educação.

Será muito caro atender às crianças de dois a seis anos?

Nós não construímos prédios. Nós não criamos escolas para as crianças de dois a seis anos, mas fizemos um acordo com as associações de bairro da capital do Piauí e depois estendemos a várias outras cidades. Cada uma das famílias cedeu sua casa, às vezes até um barraco, para que ali colocássemos uma



mesinha e seis cadeiras. Adotamos um sistema de ensino trazido por uma psicóloga e usado no Canadá, em alguns lugares dos Estados Unidos e na Europa para desenvolver as faculdades psicomotoras das crianças. Podem crer, senhoras e senhores brasileiros que estão me ouvindo, que isso é uma revolução.

Aquelas crianças de dois a seis anos ocupavam uma mesinha numa casa de bairro que adaptamos, naturalmente, com a higiene necessária que ali, às vezes, não tinha. E o que era essa adaptação? Às vezes um sanitário, às vezes uma salinha melhorada. Na verdade, não gastamos dinheiro em prédios.

Convocamos estudantes do instituto de educação – na minha capital mais ou menos 1.500 se formavam por ano –, que aprenderam aquela nova maneira de ensinar. Eu lhes dizia: “Vocês estão recebendo o dinheiro do anel de formatura, mas, na verdade, estão trabalhando pelo Brasil, porque essas crianças são os futuros brasileiros.”

Se não ensinarmos ou, mais do que isso, se não alimentarmos essas crianças como elas merecem e precisam, os seus neurônios enfraquecerão. Não sou especialista nesse assunto, mas todos sabemos que quem não se alimenta, principalmente nessa idade, aos sete anos terá bastante dificuldade em aprender.

No Brasil, as crianças de sete anos entram na rede pública muitas vezes sem saber ler nem escrever. Em alguns lugares, corrige-se ou se tenta corrigir isso por meio das creches. Mas o que são creches? Às vezes, ficam nas creches crianças de várias idades, porque não há possibilidade de se criar escolas para elas.

O que fizemos é econômico, é didático, operacionalmente viável; sobretudo, estabelecemos a merenda escolar. E usamos a soja, senhores! A civilização ocidental não tem a cultura da soja, mas a Embrapa está aí, ensinando a todos nós, e, àquela época, já aprendi com ela o que fazer da soja. Por exemplo, com meio quilo de soja, que custa R\$0,50 centavos, obtêm-se quatro litros de leite, podem-se fazer 20 bifés. Assim, uma família de cinco ou seis pessoas tem o alimento que não teria nunca por R\$0,50 centavos! Anotem bem: por R\$0,50 centavos. E, agora, que a soja está caindo de preço, por que o Governo não determina que isso seja feito?

Vejo ali nosso eminente companheiro e grande Governador, que foi Ministro, Senador Pedro Simon. Com todo o prazer, ouço o aparte de S. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Sr. Senador, considero da maior importância o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Trago apenas uma experiência pessoal. Em minha passagem pelo Ministério da Agricultura,...

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Lembro bem.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – ...criamos a chamada “vaca mecânica”.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Isso mesmo.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Em todos os Municípios que o desejassem, o Ministério da Agricultura instalava a “vaca mecânica”. Foi impressionante, principalmente no Nordeste, o número de Municípios que se apresentavam, especialmente porque era quase gratuito, já que a soja fazia parte dos estoques reguladores do Governo. Assim, a soja era praticamente gratuita, e ali as pessoas tinham leite à vontade, de graça – meio litro, um litro, o quanto bem entendessem. À época, a aceitação foi total, absoluta. Conseguimos verbas para que o Ministério instalasse a “vaca mecânica” em todos os colégios, públicos ou não, principalmente no Nordeste. O êxito foi total. Não consigo entender por que isso parou. Por que isso não continuou? Não consigo entender.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Fico muito agradecido, Senador Pedro Simon, pela oportuna intervenção de V. Ex<sup>a</sup>. Lembro bem: eu era Governador, e V. Ex<sup>a</sup>, Ministro.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, isso é possível, é viável. Agora, meu caro Senador Simon, aprendemos com a Embrapa que podemos fazer tudo isso em casa. Nessa escola a que me estou referindo, ensinamos as donas-de-casa a fazerem o leite e o bife. É muito simples! Naturalmente, num curto espaço como esse, não vamos aqui dar uma receita, mas tenho certeza de que poderíamos reeditar a idéia. V. Ex<sup>a</sup> falou na “vaca mecânica”. Poderíamos adaptar aquele instrumento de produção de leite, criado à sua época, mas agora há mecanismo mais avançado, mais moderno.

A Embrapa descobriu – e temos informações precisas sobre isso – que o gosto ruim da soja é proveniente de duas enzimas. No entanto, se dermos um choque térmico na soja, com uma fervura de cinco minutos, é possível tirar aquele gosto. Daí para frente, os grãos podem ser transformados em leite, em carne etc., e tudo isso pode ser feito em casa.

Mas eu me referia ao ensino propriamente dito dado às crianças de dois a seis anos naquela escola, digamos assim, original, nas casas. Acontecia algo fantástico, porque as famílias se entrosavam nos subúrbios da Capital. Por exemplo, os filhos de uma família não estudavam na mesma casa; estudavam na outra casa. O serviço social e as professoras, ou monitoras, que adotavam essa metodologia faziam uma seleção prévia. Sentíamos a presença do Governo dentro das casas, ajudando as famílias, com assistência médica e odontológica – muitas vezes, descobríamos doenças

nos olhos. Tínhamos um ônibus que andava pela cidade. Aquelas professoras, no contato com as famílias, descobriam que o marido, às vezes, estava bebendo, e lá íamos nós ajudá-los a entrar nos Alcoólicos Anônimos. Salvamos quanta gente e quantas famílias! Lembro que elas perguntavam: “Como vai o meu filho aí na sua casa?” “Ele vai muito bem. E o seu?” “Também.” Esse conagraçamento evitou violência, era algo que unia as famílias e mostrava que o Governo estava atento ao ensino do pré-escolar e, principalmente, à alimentação das crianças. Depois, foi-se avolumando, e chegamos a atender a 50 mil crianças na Capital e a outras tantas no interior. Aí fizemos uma fábrica de alimentos, usando a soja como elemento principal.

Quanto ao Bolsa-Escola, como sou engenheiro e gosto dos números, apresento uma pequena regrinha aritmética. O valor do Bolsa-Escola está em torno de R\$90,00, se não me engano. Vamos avaliar: um litro de leite, que é essencial para a família, não dá cinco copos e custa mais de R\$1,00 – são R\$30,00 por mês; um bujão de gás, R\$35,00 – lá se vão R\$65,00; o pão, R\$0,20 – lá se vão mais R\$30,00. E acabaram-se os R\$90,00. E o feijão? E o arroz? E a carne? E o sal? E o óleo? E o café? O Bolsa-Escola não dá para isso, mas, se adotássemos o sistema pré-escolar, estaríamos com os próprios R\$90,00.

Senador Pedro Simon, é fácil entender. V. Ex<sup>a</sup> acabou de dizer: o leite é praticamente de graça. Mesmo comprando a soja a R\$1,00, meio quilo de soja rende quatro litros de leite e 20 a 25 bifés. Isso fica barato. E o que sobra? O pão, naturalmente. E, agora, deveríamos pensar um pouco.

Ontem, trouxe essa idéia e vou ajudar a desenvolvê-la como engenheiro. Um colega meu, engenheiro, descobriu um fogão a álcool. O Brasil, hoje, fabrica mais de 16 bilhões de litros de álcool. É claro que tem mercado franco, mas poderíamos dobrar ou triplicar a produção de álcool para esse uso também. O botijão de gás de cozinha custa R\$35,00. Fiquei tonto com os números relativos ao fogão a álcool desse meu colega, meu caro Senador Simon. Um litro de álcool custa R\$1,80. Põe-se meio litro de água, porque o álcool é a 90º, e o álcool do fogão é a 42º. Então, ele me mostrou que, com um litro de álcool, se pode cozinhar por dois dias, por três dias. Devemos ajudar as famílias a terem também um combustível. Às vezes, nós, políticos – V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem disso –, chegamos às casas das pessoas quando estão cozinhando o feijão, e, de repente, o gás acaba. Aí não tem jeito, a pessoa precisa comprar outro bujão, e não há bujão de um quilo ou de meio quilo. O bujão custa R\$35,00, e ele não tem esse dinheiro.

Assim, temos de ajudar a criar calor de cozimento. Com o carvão vegetal, estou desenvolvendo uma idéia sobre isso. Meu colega já tem um fogão a álcool. Não vamos acabar com o fogão a gás. Que o gás seja para quem pode pagá-lo! Os mais pobres – isto é o que nos interessa –, principalmente para fazer a merenda escolar em casa, precisam ter um combustível barato.

Com todo o prazer, meu nobre Senador, ouço V. Ex<sup>a</sup>. Penso que o assunto é interessante para o Brasil, e V. Ex<sup>a</sup> é um dos grandes defensores...

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Desculpe-me por importunar o seu pronunciamento.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> não me importuna, porque é sempre uma voz a favor do Brasil nesta Casa.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Quando fui Governador, havia um serviço especial de escuta da Assembléia Legislativa. Eu ouvia os pronunciamentos, principalmente da Oposição, para verificar pelas críticas o que estava acontecendo e para procurar consertar ou dar uma resposta. Com relação às sugestões, eu procurava acatá-las e ver o que era possível fazer. Quando estive no Ministério da Agricultura, fiz o mesmo com meus dois assessores. Coloquei um deles no Senado e outro na Câmara dos Deputados. Várias vezes eu convidava o parlamentar a vir ao meu gabinete ou ia ao gabinete do Senador ou do Deputado pedir que ele me orientasse sobre o seu pronunciamento, sobre a experiência que ele tinha. Eu estou falando isso porque várias vezes, lá no Rio Grande do Sul, as pessoas têm se referido a V. Ex<sup>a</sup>, perguntando: “Quem é aquele Senador, se vê que ele entende, que vale a pena ouvir ele coisa nova que eu fico com pena, porque o Governo não responde, não tenta fazer. Eu falo com toda sinceridade: com os pronunciamentos de V. Ex<sup>a</sup> dá para fazer um livro. Acho que o Governo poderia copiar e executar, pôr à prova, muitas e muitas de suas idéias. Não são só essas – importantíssimas – que V. Ex<sup>a</sup> agora expõe. V. Ex<sup>a</sup> já fez referência à água, ao uso da água, ao equacionamento do problema do Nordeste, principalmente no que se refere ao seu município...”

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – *Biodiesel*.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – ... ao seu Estado do Piauí e ao próprio Nordeste e quando V. Ex<sup>a</sup> se pronuncia sempre traz um exemplo concreto. V. Ex<sup>a</sup> não é um homem que vem e faz críticas dizendo que é uma barbaridade, que lá está faltando isso ou aquilo e não se faz nada. Não. V. Ex<sup>a</sup> analisa, apresenta propostas, dá sugestões, idéias, enfim, apresenta uma saída e, geralmente, essa saída tem uma grande profundidade.

Por isso, eu não consigo entender por que o Governo não o chama para que muitas dessas idéias possam ser postas em prática. V. Ex<sup>a</sup> é um representante do Nordeste que honra aquela região, porque V. Ex<sup>a</sup> não é apenas mais um dos nordestinos na Câmara e no Senado que dizem que falta água, falta luz, que abandonaram o Nordeste, que esqueceram o Nordeste. V. Ex<sup>a</sup> apresenta propostas concretas e objetivas, fatos que podem ser respondidos, que podem ser atendidos, mas que, lamentavelmente, não o são. Meus cumprimentos do fundo do coração por seu estilo de trabalho. Um jovem ainda, mas um jovem na terceira idade, V. Ex<sup>a</sup> não perdeu a fé, o gosto, a vontade de que as coisas mudem. Desde o nosso primeiro mandato, em 1979, até hoje, V. Ex<sup>a</sup> tem a mesma garra, a mesma disposição e as mesmas propostas...

*(Interrupção do som.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Nobre Senador Pedro Simon, fico muito grato pela intervenção de V. Ex<sup>a</sup> e quero retribuir, porque V. Ex<sup>a</sup> também é assim – como ministro o foi, como governador por duas vezes, e nesta Casa. Poderíamos fazer aqui uma espécie de comissão para apresentar idéias, porque V. Ex<sup>a</sup> as tem, é uma voz brilhante neste plenário e para o País, é conhecido e reconhecido. Agradeço pela referência e, ao mesmo tempo, convoco V. Ex<sup>a</sup> para formarmos aqui um grupo de trabalho capaz de influenciar o Governo. Vamos dar ao Governo uma oportunidade. Façamos as nossas propostas, apresentemos experiências, suas, minhas e de outros companheiros nossos, ao Governo.

Que nos mandem agora uma MP, mas uma MP robusta, cheia de idéias – das nossas ou das de outros – que atendam o povo brasileiro, o povo sofrido, principalmente as crianças, que são os futuros brasileiros.

Muito obrigado pela intervenção. Façamos essa comissão e não paremos aqui. Vamos fazer alguma coisa. Algo deve ser feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade que me deu.

**O SR. PRESIDENTE** (Romero Jucá. PMDB – RR) – Com a palavra o Senador Pedro Simon pela ordem de inscrição.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu prezado amigo Presidente, Senador Jucá, senhoras e senhores, o que raramente faço farei agora: lerei meu pronunciamento de hoje, e assim farei pela importância que a ele dou, pela análise que apresenta de um dos

assuntos que considero da maior importância neste País, que é o problema da educação.

Difícil e complexo é o processo de construção de uma Nação. Trata-se de algo que se estende no tempo, sujeito a idas e vindas, em cujo desenrolar êxitos e fracassos se alternam. Não por outra razão, acredito que uma das mais significativas lições oferecidas pela civilização contemporânea é que, com determinação, força de vontade e clareza de objetivos, o projeto nacional se materializa a despeito das inúmeras dificuldades.

Nada mais fácil e simples, no entanto, do que promover a destruição de uma Nação ou impedir que ela se concretize como tal. Em meio a tantas formas possíveis de se chegar a esse trágico resultado, uma se sobressai: nas condições históricas do mundo de hoje, basta impedir o acesso da população ao conhecimento, mediante a ausência de um adequado sistema educacional, para que a essência do que se entende por Nação deixe de existir.

Afinal, Nação não se confunde com Estado. Tampouco se resume a território, com fronteiras definidas e asseguradas. Ainda que se identifique também com esses conceitos, a Nação os supera em termos de amplitude, alicerçada que está nos sentimentos coletivos de quem se julga pertencente à mesma comunidade. São homens e mulheres que se aproximam pela língua, pelo passado, pelas crenças e pelos valores comuns. É dessa aproximação que brota e se fortalece o sentimento da nacionalidade.

Onde impera a extrema desigualdade e a exclusão se torna ostensiva e permanente, as possibilidades de existência de uma Nação acabam por se restringir aos aspectos formais, não mais do que aos aspectos formais. Nesse caso, parcelas expressivas da sociedade ficam à margem dos processos decisórios e, quando muito, neles são admitidos na condição de meros coadjuvantes, facilmente manipulados.

Essa tem sido, desgraçadamente, a marca registrada da História do Brasil.

Mesmo que se leve na devida conta que o País não ficou parado no tempo, ainda que se admita a ocorrência de inegáveis transformações ao longo de sua trajetória histórica, o Brasil luta com absurdas dificuldades para se tornar uma autêntica Nação. Na base e no fundo desse drama, avulta a inacreditável, incompreensível e inaceitável incapacidade de oferecer aos seus filhos a educação de qualidade, sem a qual a plenitude da cidadania jamais será conquistada.

Essa realidade imoral e aética, que nasce como modelo da exploração colonial imposto pela metrópole portuguesa, substantivamente não se altera com a conquista da independência política. Justamente

por assim ser, chegamos ao século XXI ostentando altas taxas de analfabetismo absoluto e outras ainda mais agressivas de analfabetismo funcional – que é a situação de milhões de brasileiros, os quais, mesmo conhecendo as letras e conseguindo assinar o nome, não se sentem aptos a redigir um mísero bilhete ou a entender o sentido de uma frase por mais simples que ela seja.

*(Intervenções fora do microfone.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Posso continuar?

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Por favor.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Jogar a responsabilidade desse drama no passado colonial é cômodo e fácil, aparentemente correto, mas tangencia o foco principal. Com isso, acalenta-se a desculpa salvadora para quem, tendo a oportunidade de solucionar o problema, outra coisa não fez senão fugir dele ou, na melhor das hipóteses, enfrentou-o de maneira acovardada e mesquinha.

Longe de mim, Sr. Presidente, desconhecer o peso da estrutura colonial que, por mais de três séculos, marcou a inserção do Brasil na chamada civilização ocidental. Nesse particular, sabe-se que nossa experiência foi ainda mais traumática que a das nossas vizinhas, as colônias espanholas. Diferentemente delas, que chegaram a possuir universidades, a vigilância extremada do regime absolutista português impediu-nos de conhecer esse tipo de instituição durante a colonização. Pior ainda: com a expulsão dos jesuítas, determinada pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, desestruturou-se o precário sistema de educação então existente, praticamente toda ele de caráter confessional, sem que nada fosse colocado em seu lugar.

Ora, fez-se a independência política em 1822, mas mantiveram-se intactas as estruturas básicas que sustentavam o esquema da colonização. Assim, ao lado de uma economia basicamente agroexportadora de relações sociais de produção majoritariamente assentadas na mão-de-obra escrava e na descomunal concentração fundiária, o nascente Estado Nacional brasileiro independente permaneceu insensível à melhoria das condições de vida da maioria da população, que continua marginalizada em termos educacionais.

A substituição do regime monárquico pelo republicano, que coincide, grosso modo, com a chegada do Século XX, não foi suficiente para alterar esse quadro de agrura e exclusão. Em termos relativos, os estratosféricos índices de analfabetismo permaneceram de pé, o que se comprova, facilmente, pela diminuta

porcentagem de eleitores – já que o direito ao voto estava condicionado ao saber ler e escrever – e pela existência de escolas voltadas quase que exclusivamente para os filhos da elite.

Esse é o cenário, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no qual transcorre o drama social brasileiro em boa parte do Século XX. É a partir de 1930, com o projeto nacional modernizador da Era Vargas, a despeito do seu viés altamente centralizador, quando não claramente ditatorial, como se viu de maneira inequívoca durante o Estado Novo, entre 1937 e 1945, que o quadro começa a ser alterado. Foi preciso que acontecesse um movimento armado, da dimensão daquele que permitiu a chegada de Vargas ao poder, para que se criasse, no âmbito do Estado, um ministério voltado para a educação. Afinal, o que prevalecia no País era a velha tese sintetizada na célebre expressão atribuída ao Presidente Washington Luís, segundo a qual a “questão social era caso de polícia!”

O movimento conhecido como “Escola Nova”, surgido nesse contexto histórico, agregou pessoas desejosas de ver o Brasil passado a limpo e dar as costas ao arcaísmo de um passado antinacional e socialmente excludente. Gestava-se, pois, um outro tipo de educação, bem mais comprometida com as demandas da contemporaneidade e voltada para os mais amplos setores da sociedade. Pena que em nosso País, tradicionalmente, a velocidade das transformações seja quase sem exceção inversamente proporcional às necessidades sociais que as suscitam.

Não obstante isso, o Brasil se move. Impressiona observar o que aconteceu conosco a partir da segunda metade dos anos 40. Coincidentemente, era o fim da Segunda Grande Guerra, que mudara radicalmente o mapa do poder, e da Era Vargas, que lançara os fundamentos da modernização econômica do País. Ao mesmo tempo em que a economia iniciava um novo processo de desenvolvimento crescentemente assentado em tecnologias inovadoras, o Brasil começava a avançar em termos industriais, processo que teve na construção da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda seu mais eloquente símbolo.

Punha-se em marcha, naquele momento, no Brasil, um dos mais espantosos processos de urbanização que o mundo contemporâneo já assistiu. Para ter idéia do significado do fenômeno, basta atentar para os dados produzidos por dois censos gerais realizados pelo IBGE. Atentem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: em 1950, algo em torno de 70% da população brasileira estava localizada no campo. Em 1950, 70% da população brasileira estava localizada no campo. Em apenas cinco décadas, atesta o censo de 2000, o quadro mais que se inverteu, e a população urbana atinge a impressio-

nante marca de 82% do total dos habitantes – 1950, 70% no campo; 2000, 18% no campo.

Creio que a melhor imagem de que se pode fazer uso para definir o que estava acontecendo com o Brasil nesse período é a frase consagrada pela historiografia nacional: “Um País em movimento”. Movimento incessante, ininterrupto, que modifica radical e celeremente a fisionomia do Brasil. Num curto espaço de tempo, milhões e milhões de brasileiros afastam-se dos campos e abandonam os “grotões” – como assim os chamava o saudoso Presidente Tancredo Neves – e chegam aos centros urbanos em busca de uma vida melhor.

São milhões e milhões de brasileiros que agora ganham visibilidade. Nas cidades, esse enorme contingente de homens e mulheres passa a apresentar suas demandas, a princípio intuitiva e desorganizadamente, a seguir, com crescente densidade política. São demandas que se expressam na luta por moradia, emprego, habitação, transporte, assistência à saúde e, coroando a tudo, por acesso à educação.

Havia uma certeza entre aqueles brasileiros que, afastando-se das seculares más condições encontradas no campo, buscavam na cidade a possibilidade de encontrar uma vida melhor: a escola, identificada como templo sagrado do saber, haveria de abrir as portas de um futuro mais promissor para seus filhos. Por meio dela, seus descendentes haveriam de escapar à condenação de uma vida pequena, sem perspectiva, com a qual seus antepassados e eles próprios estiveram enredados desde sempre.

Impossível entender, em toda sua extensão, a riqueza de conteúdo, o clima de efervescência vivido pelo Brasil entre meados de 1950 e, principalmente, em princípios da década de 60, se não atentarmos para esse pano de fundo no qual pontificava o magnífico cenário do movimento social, demográfico, econômico, político e cultural. O País vivia, então, a inédita e bendita experiência de ser agente da sua própria história. Momento glorioso no qual o silêncio, que parecia eterno, dava lugar a um debate apaixonado. Nas grandes e nas pequenas cidades, nos campos, em todos os lugares, enfim, sentia-se o gosto de uma incipiente cidadania. Nas palavras de um atento estudioso de nossa História, “o Brasil estava irreconhecivelmente inteligente...”

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Com todo prazer.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Fico embevecido com os discursos de V. Ex<sup>a</sup>. Precisávamos ter mais memórias no Senado. V. Ex<sup>a</sup> tem sido a memória política do Senado. Sempre que estamos em algum dilema ou em alguma situação embaralhada, V. Ex<sup>a</sup>

lembra os exemplos do passado e rememora os casos vividos. Isso nos dá uma orientação. Tenho muita pena de um país com memória pequena. V. Ex<sup>a</sup> tem sido a memória do nosso Senado. Parabéns!

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado, nobre Líder. Nesse sentido, Sr. Presidente, entendo o que aconteceu em 1964 como algo bem mais profundo do que simples golpe militar. Na interrupção da normalidade institucional, com a deposição do Presidente João Goulart, sacramentava-se a vitória de um entre os dois projetos de Brasil postos em discussão naquele contexto da acentuada polarização ideológica. Vencia o projeto da modernização conservadora do País, em razão do qual se admitiria, sem maiores escrúpulos, a adoção do autoritarismo político. Da “ditadura envergonhada” à “ditadura escancarada”, na já consagrada conceituação de Elio Gaspari, tênue seria a fronteira entre ambos os estágios.

Resulta desse regime autoritário, de seu próprio projeto de modernização do Brasil, a decisão política que atinge em cheio a educação brasileira, de cujos efeitos socialmente perversos somos vítimas até hoje. De fato, ao se ver impelido a optar entre o financiamento da infra-estrutura essencial à consecução do sonho dourado – ou de pura megalomania, diria alguém – de um Brasil grande potência e o da expansão de um sistema educacional digno de nome, em condição de responder aos desafios da realidade contemporânea, o regime militar não titubeou: jogou todas as suas fichas na primeira alternativa, de que seriam exemplos notáveis as inúmeras empresas estatais que vieram à luz.

Tinha início, naquele momento, um processo de conseqüências funestas para a Nação, das quais ainda não nos libertamos e que, pelo visto, estamos longe de superar. Refiro-me ao fato de que se buscou nos ombros largos do professorado o esteio para sustentar a inadiável expansão do sistema educacional brasileiro.

O Estado decidiu-se pelo que considerava mais fácil, optando por subtrair do salário dos professores os recursos necessários à construção e ao equipamento dos prédios escolares. Começava, então, o absurdo processo de desvalorização social do professor, ao atingir violentamente sua remuneração. A ditadura foi finalmente derrotada, o País redemocratizou-se plenamente em termos políticos, mas, passados tantos anos do fim daquela longa noite de arbítrio, pouco ou quase nada se conseguiu avançar na direção do efetivo reconhecimento do professor.

Derrotado pelos salários aviltantes, o professor dos diversos níveis da educação básica se viu compelido a duplicar, quiçá triplicar, sua jornada de trabalho. Não é necessário ser especialista para imaginar

o que isso representa para a diminuição de sua auto-estima e pela perda de qualidade de seu trabalho. À grande quantidade de horas em sala de aula, soma-se o tempo despendido com preparação, correção de trabalhos, cadernos e provas, reuniões pedagógicas e administrativas e as mais diversas tarefas. Desse conjunto, compreende-se, com mais nitidez, o estado lastimável em que se encontra o profissional da educação em nosso País.

Deploro, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as oportunidades perdidas para a real solução do grave problema educacional brasileiro. No passado recente, a despeito de todas as condições políticas favoráveis e de uma inédita reeleição, o Governo Fernando Henrique pouco avançou nessa direção. Em oito anos, restou, naquilo que é verdadeiramente essencial, a adoção do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, o conhecido Fundef.

Claro que foi um avanço, mas muito aquém do necessário. Ainda que a adoção desse mecanismo financeiro tenha propiciado aumento salarial de professores, isso se deu apenas naquelas regiões nas quais a remuneração docente atingia as raias do ridículo ou da inconstitucionalidade, muitas vezes inferior ao próprio salário mínimo. Acima de tudo, não se pode esquecer que o Fundef é um fundo contábil, cuja função – meritória, por certo, mas insuficiente – sempre foi a de organizar com mais racionalidade os recursos financeiros já existentes – e não novos recursos.

Em outras palavras, o Fundef, tão diligentemente alardeado pela publicidade oficial – esta, sim, regada com a abundância de recursos sonogados à educação propriamente dita –, não significou, jamais, um centavo a mais do Governo Federal para o financiamento do ensino fundamental, que dirá da educação básica! Parece que estamos condenados a robustecer a educação apenas pela via da retórica, caminho que os governos tendem a percorrer com mínimas variações de trajeto.

Agora mesmo, Sr. Presidente, acompanhamos os esforços do Ministério da Educação para a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, o Fundeb. A princípio, um óbvio avanço em relação ao que foi instituído à época dos tucanos, quando nada por duas razões fundamentais: a ampliação de sua abrangência, não mais se fixando apenas no nível da escolaridade obrigatória, o fundamental, mas voltando-se para os três níveis da educação básica – a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio –; além disso, outra novidade digna de louvor, que é a introdução de dinheiro novo da União para o financiamento do sistema educacional.

Todavia, duas observações iniciais, ambas de enorme significado, merecem ser feitas. A primeira refere-se à insensibilidade, já tantas vezes provada e comprovada, da tal “área econômica” do Governo Federal, absolutamente refratária a qualquer proposta de ampliação dos investimentos federais na área da social, como é o caso da educação. Na lógica implacável desses “donos” do dinheiro público, é preferível garantir o superávit para o pagamento de uma dívida colossal, jamais auditada e provavelmente cheia de impropriedades, a capacitar minimamente o sistema educacional para oferecer às crianças, aos adolescentes e aos jovens brasileiros os instrumentos necessários ao exercício digno da vida pessoal, do desempenho profissional e da cidadania consciente.

Quanto tempo se gastou nos embates entre a equipe do MEC e os “doutos” representantes da “área econômica”? Ao final, chega-se à proposta, em condições de ser encaminhada ao exame do Congresso Nacional, cautelosa e prudente, o que é atestado pela decisão de escalonar o montante de recursos adicionais a serem repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Ainda assim, quando tudo parecia sacramentado entre os próprios agentes do Governo Federal, ensaia-se, uma vez mais, a possibilidade do retrocesso, ante o temor do setor econômico com o desequilíbrio das contas públicas. Francamente, não há “realismo mágico” que possa concorrer com o realismo concreto do Poder Público financeiro em nosso País!

O segundo aspecto problemático presente na proposta do MEC para a nova forma de financiamento da educação brasileira consiste no fato de que algo como 75% dos recursos orçamentários do Tesouro para o Ministério seriam reservados para a manutenção e o desenvolvimento da educação superior, fundamentalmente voltados para as instituições federais.

Longe de mim questionar o apoio federal ao ensino superior público. Indago-me, no entanto, se tal decisão, ainda que correta e respaldada pelo texto constitucional, é intrinsecamente justa ante o universo coberto – ou que deveria ser coberto – pela educação básica. Temo que, uma vez mais, nos esforcemos para tapar o sol com a peneira e, neste caso, repetirmos o equívoco monstruoso de não jogar todas as fichas na educação básica. Afinal, na situação de penúria em que se encontram, Estados e Municípios, sobre os quais recaem as responsabilidades de oferta da educação básica, em relação à qual a União atua apenas de modo suplementar, previsivelmente não terão recursos em volume suficiente para dar cabo da missão.

Que estranha maldição é essa que impede nossos governantes de enxergar a realidade? Que estranhos

desígnios são esses que insistem em fazer do Poder Executivo uma entidade alheia à realidade, incapaz de aprender algo com as lições do passado?

Não fosse assim, saberiam perfeitamente bem que um vizinho nosso, a Argentina, fez sua revolução educacional na década de 1880, em razão da qual se consolidou como Nação educada, culta e próspera, mantendo por décadas a condição de um dos dez países mais ricos do mundo. A Argentina, com a sua reforma educacional, de 1880, é até hoje um país culto.

Não fosse assim, lembrariam que o Japão fez de sua Era Meiji, a partir dos anos 1860, o rito de passagem para a modernidade, realçada, entre outras medidas, pela universalização de um sistema educacional de qualidade. Foi tomando decisões dessa natureza que o velho Japão feudal deu lugar ao país que assombrou o mundo no Século XX.

Não fosse assim, teriam em mente a experiência protagonizada pela Coreia do Sul no pós-Segunda Guerra Mundial. Ao optar pelo investimento maciço na educação básica, os sul-coreanos deixaram definitivamente para trás um passado acanhado e sem maiores perspectivas e encantaram o mundo com sua prodigiosa capacidade de produzir e inovar.

Não fosse assim, procuraríamos entender a trajetória de um outro país bem próximos do nosso, o Chile, que se refez da longa e traumática experiência da sanguinária ditadura de Pinochet, recobrou a plenitude democrática e incorporou, fazendo-a avançar, uma política educacional racional e de bons resultados.

Enfim, a História contemporânea está cheia de exemplos a esse respeito. Não se conhece, a rigor, nos dias de hoje, caso algum de nação próspera e socialmente mais equilibrada que não tenha resolvido, na base e como premissa, a estratégica questão educacional. Por tudo isso e pelo que apresentamos ainda hoje, podemos afirmar que, no campo da educação, infelizmente, ainda não ultrapassamos o século XIX. Cronologicamente no alvorecer do século XXI, carecemos de uma revolução educacional que nos faça contemporâneos de nosso próprio tempo!

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, recuso-me a acreditar não haver saída para a tragédia da educação brasileira. Em primeiro lugar, que se compreenda ser impossível dotar um país de um sistema educacional inclusivo e de qualidade sem o aporte de recursos compatíveis com a dimensão da empreitada. Não, não estou inovando. O grande Tavares Bastos, em **A Província**, obra clássica que a excelente Comissão Editorial do Senado teve a sensibilidade de reeditar, em seu libelo contra o caráter unitário do Império brasileiro, teve a inspiração de cobrar do Poder Público a atenção para com a educação pública, não sem antes reiterar

que a montagem, a manutenção e o desenvolvimento de um sistema educacional de qualidade custa caro, muito caro, mas nada pode substituí-lo. Pelo visto, a advertência mais que centenária do bravo Tavares Bastos ainda está à procura de ouvidos que possam escutá-la e compreendê-la...

Não há, pois, chance alguma de êxito para um correto projeto nacional de educação que não disponha de recursos suficientes. Insistir no contrário é enganar a sociedade, é postergar para sempre um futuro que não chega nunca. O dinheiro existe. A questão central, que faz de todas as outras peças acessórias, é tomar a decisão política de encaminhá-lo para a educação, único meio historicamente comprovado de construir, nas condições ditadas pelo mundo contemporâneo, uma autêntica Nação.

A esse respeito, ousar fazer uma proposta, que pode assustar à primeira vista. Federalista que sempre fui, adversário contumaz das práticas político-administrativas centralizadoras, as quais identifico quase sempre como sinônimo de abjeto autoritarismo, pergunto-me se algo não está errado com o federalismo republicano brasileiro, sobretudo este com o qual convivemos nas últimas décadas. Enquanto as unidades da Federação andam à míngua, de pires na mão, em face da voracidade arrecadadora da União, inversamente proporcional à sua disposição para repartir o bolo, sobre elas recaem as responsabilidades inerentes à oferta da Educação Básica.

Penso, sinceramente, que talvez fosse oportuna uma espécie de “moratória federativa” na área educacional. Assim, por um tempo consensualmente acertado entre as partes, a União substituiria seu papel coadjutor em relação à Educação Básica por uma ação mais consistente, direta e supostamente eficaz. Desse modo, para além de políticas, programas e projetos, o Governo Federal, sempre em parceria e de forma pactuada com Estados e Municípios, teria a missão de agir mais diretamente nos sistemas estaduais e municipais de educação.

Imagino, Sr. Presidente, que a ação federal, neste momento, é de fundamental importância, a começar pela implantação de uma política nacional de valorização do magistério, em que necessariamente fossem atendidos aos aspectos cruciais, como o da remuneração e o da formação – hoje, abaixo da crítica! – inicial e continuada dos professores. Não vejo como Estados e, principalmente, Municípios possam, isolada e solitariamente, dar conta dessa tarefa inadiável. Vislumbro, inclusive, a chancela da República na certificação desses e dos demais profissionais da educação, passo decisivo para a valorização e o reconhecimento social dos educadores.

Relativamente à remuneração, não vejo outra forma para superar, de imediato, o inaceitável cenário atual. Planilha elaborada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a aguerrida CNTE, mostra como é grande a parcela de docentes cujo salário mensal oscila entre R\$300,00, R\$400,00,00 e R\$500,00. Confirmei esses dados ao ter acesso ao portentoso trabalho produzido pelo escritório local da Unesco, **O Perfil dos Professores Brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam**, recentemente publicado, que informa a existência de expressivo contingente de educadores em nosso País que ganham até dois salários mínimos mensais.

De igual modo, essa presença incisiva da União será vital para que a rede física das escolas seja recuperada e, quando e onde necessário, ampliada. Não é crível imaginar bom desempenho escolar com prédios caindo aos pedaços, sem os equipamentos necessários em bom estado, com bibliotecas inexistentes ou insuficientes, sem a disponibilidade e a plena utilização de modernos recursos didáticos e, acima de tudo, sem profissionais motivados, respeitados em sua dignidade, e adequadamente remunerados e bem formados, tanto para iniciarem a carreira como para nela permanecerem serem atualizados.

Em educação, como em tudo na vida, as inovações são sempre bem-vindas. Contudo, não carece a reinvenção da roda. Assusta-me, por exemplo, saber que o MEC se prepara para gastar uma fábula com a realização da avaliação dos estudos brasileiros um a um, escola por escola. Meu Deus! A concretização desse desatino é a prova cabal de que, para o atual Governo, são inúteis as técnicas de pesquisa que tanto se desenvolveram nos últimos anos, são inconfiáveis as amostragens estatísticas!

Ora, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o conhecido e respeitado SAEB, nos oferece seguras informações acerca das mazelas de nosso sistema educacional, indicando seus pontos mais críticos...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – ... a exemplo da enorme dificuldade que nossos estudantes têm no manejo das operações matemáticas básicas e na compreensão da Língua Portuguesa. Ainda é tempo, imagino, de o Governo recuar diante dessa idéia e dar destinação mais razoável aos recursos de que dispõe para a educação.

Encerro este pronunciamento, Sr. Presidente, pedindo escusas pela extensão que o texto acabou por assumir. Moveu-me, tão-somente, a indignação frente

a um quadro histórico desabonador, e que, no limite, põe em risco nossa sobrevivência como Nação.

Apóio-me em verdades cruéis, dolorosas, que precisam ser enfrentadas. Não há mais como se conformar com a existência de cerca de 24 milhões de brasileiros analfabetos, fora os analfabetos funcionais. Não dá para admitir que menos de um quarto da população brasileira estude. É de estarrecer que cerca de 44% de nossa população tenham concluído apenas a terceira série do ensino fundamental. Que um quarto dos brasileiros que vive nos campos não tenha escolaridade alguma e, quando a tem, não passa de um ano de estudo. Que pouco mais de 3% da população tenham concluído curso superior. Que acintosa é a defasagem entre idade e a série escolar! Que vergonhosos são os índices da evasão e da repetência nessas escolas!

Chega! Que assumamos coletivamente a missão de dotar o Brasil de um sistema educacional a altura das nossas necessidades, dos nossos melhores sonhos, da esperança mais bela que sempre nos impulsionou. Repetindo Tancredo no discurso da posse frustrada, vale lembrar Tiradentes: “Se todos quisermos, podemos fazer deste País uma grande Nação!”.

Muito obrigado, Sr. Presidente, peço desculpe pelo tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Ao contrário, Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul, V. Ex<sup>a</sup> permite que não apenas as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores, como também todos os telespectadores e o povo brasileiro tenham a oportunidade de ouvi-lo e vê-lo da forma mais correta, mais didática, inclusive para o conhecimento da nossa população.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Romero Jucá, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.*

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB do Estado da Paraíba.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PDDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, agradeço ao Senador Paulo Octávio a permissão para que eu falasse na sua vez. Muito obrigado, Senador.

Esta foi uma semana muito movimentada, aqui, no Senado da República. Nós recebemos muitas visitas importantes, pleiteando assuntos também importantes. Nós recebemos a representação de seis mil empresas que lutam por uma área que praticamente



ninguém toma conhecimento, mas que é importância vital para o nosso País, que é o combate às pragas urbanas. Essas empresas combatem ratos, baratas, insetos. Todo mundo acha que essa é uma coisa de menor importância, mas isso não é verdade, Senador Alberto Silva. Apenas para que V. Ex<sup>a</sup> tenha uma idéia, cerca de 30% da nossa safra são desperdiçados por essas pragas. Num País que produz 130 milhões de toneladas de grãos, cerca de 37 milhões são jogadas fora devido a pragas como o gorgulho, ratos etc. Também devido a isso, abarrotam-se os hospitais de pacientes com doenças gástricas, principalmente, oriundas da proximidade e do contato desses agentes com os seres humanos.

Eles aqui vieram pedir a regulamentação sanitária, a fim de que possam ser também vetores no combate aos insetos e a outros animais que criam tantos problemas para o ser humano. A exemplo do que ocorre no SUS, eles também pretendem fazer a terceirização.

Para se ter uma idéia, o volume dessa área, nos Estados Unidos, é de US\$14 bilhões; no Brasil, US\$400 milhões. Nós, como país tropical, deveríamos ter um combate maior que o de um país temperado, mas, infelizmente, aqui ninguém presta muita atenção no assunto.

Muitas vezes, pela falta de regulamentação, são usados venenos excessivamente tóxicos, como o chumbinho e as massas para matar baratas, que as crianças podem levar à boca, quando podiam estar sendo usados produtos de ponta e, com certeza, de menor risco para a nossa população.

Eles fizeram mais ainda, pois trouxeram uma exposição de todas essas pragas, com animais e insetos vivos e mortos, a qual se encontra ao lado do Senado no que chamam de eco-móvel. O eco-móvel, uma vitrine das pragas e de suas conseqüências, está aqui desde anteontem, no outro lado do anexo do Senado, à disposição para visitaçào. Muitas escolas já a estão fazendo, e o eco-móvel, que está passando por todos os Estados, deve ir para várias áreas do Distrito Federal.

Assim, quero louvar a ação dessas pessoas, que tentam organizar o seu setor e, mais do que isso, procuram ser importantes no combate a essas distorções. Lamentavelmente, a nossa saúde pública não tem prestigiado esse segmento, e tampouco nós, do Congresso, temos feito legislações a respeito. Por isso, eles trouxeram, depois da realização de um fórum de bastante tempo, algumas solicitações de melhoria de legislação, para que possam ser úteis à nossa República.

A segunda visita que recebemos foi de cientistas que vieram falar sobre a regulamentação da Lei de

Biossegurança. Hoje, não falarei desse assunto com profundidade, porque eles ainda estão conversando com alguns Ministros, e, ao se completar esse fim de semana, haverá mais respostas. Na próxima semana, falarei sobre essa regulamentação. Desde março, a lei foi promulgada, mas a regulamentação completa não foi feita, e há muitas bancas de universidades com teses paralisadas, o que atinge a Embrapa, laboratórios e toda a área científica e agropecuária.

A outra visita de importância vital para o nosso País foi a do Ministro das Relações Exteriores do Irã, o Sr. Saeed Jalili. O Irã é um país em crescimento, que tem 80 milhões de habitantes e que produz cerca de oito milhões de barris de petróleo/dia, o que o transforma numa nação rica. Trata-se de uma potência em sua região e, a cada dia, estreita mais a sua relação com o Brasil.

Para os senhores terem uma idéia, estamos comprando deles US\$250 milhões, e eles, de nós, US\$2 bilhões, mas, a cada ano, esse valor quase dobra. Eles vieram exatamente para dizer como vêem o Brasil: como uma nação irmã. Eles evitam comprar dos países colonialistas, hegemônicos, e estão querendo prestigiar o Brasil, pois o têm como exemplo de democracia e progresso. Por isso, vieram estreitar essa aproximação. Hoje, serão recebidos – e até deverei acompanhá-los – pelo Presidente Lula, para que lhe seja entregue uma carta do Presidente do Irã, eleito recentemente, tentando algumas aproximações maiores do Brasil com aquele país.

Será um mercado importante para nós. O Irã tem uma cultura milenar, e é bom que quem não conhece seus filmes deles tome conhecimento, para ver que coisa encantadora.

Então, esses foram os três itens principais. Já houve outras visitas importantes à Liderança do PMDB, mas essas foram as três principais, que eu queria registrar.

Agradeço ao Senador Paulo Octávio. Conforme prometi, fiz uma curta intervenção, apenas para frisar a importância desses três eventos para a vida do nosso País, seja comercialmente, seja do ponto de vista de saúde ou de qualquer outro que estejamos olhando.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, do PFL do Distrito Federal.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, inicialmente, quero cumprimentar o Senador Ney

Suassuna por ter a capacidade de fazer um pronunciamento conciso, em tão curto espaço de tempo.

O que me traz à tribuna é Brasília, esta cidade construída em mil dias. Brasília marca uma epopéia de brasileiros de todos os quadrantes, sob a liderança forte e determinada de Juscelino Kubitschek. Esta cidade está impregnada de misticismo e de espiritualismo, pois nasceu sob o signo da religiosidade, a partir do sonho de Dom Bosco e do idealismo dos inconfidentes, de Tiradentes e do Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva.

Ocorre que a nossa Capital, que hoje abriga 2,3 milhões de habitantes, tem uma iniciativa privada pujante, com indústrias não poluentes, com pequenas fábricas, como indústrias de mobiliário e de vestuário, com um comércio forte, com segmentos importantes, e torna-se, a cada dia que passa, uma referência no comércio de toda a Região Centro-Oeste, um grande pólo atacadista. Trata-se de uma cidade que trabalha, que produz e que não vive somente dos salários governamentais. Brasília não se circunscreve unicamente à Praça dos Três Poderes.

Brasília possui os melhores indicadores sociais e econômicos do País. Aqui, temos uma das mais altas rendas **per capita**, uma quantidade enorme de telefones celulares – a maior média da América do Sul –, de automóveis, enfim, a cidade tem buscado o desenvolvimento econômico e o tem conseguido com muito sucesso. No entanto, não é só dos indicadores econômicos que nos orgulhamos.

Queremos falar alto e bom som sobre os indicadores sociais, como o mais alto índice de pessoas com nível superior – temos nada menos do que 64 faculdades –, a menor evasão escolar, o maior índice de escolaridade, de serviços de eletricidade e de água por habitante, e muitos indicadores de saneamento e de saúde e outros sociais, educacionais e culturais.

O Distrito Federal tem a sua maior concentração fora da área da Capital, onde se instauram os bolsões de carência social, cuja assistência por parte do Governo dá-se por conta dos 64 programas sociais por ele empreendidos, atendendo às mais diversas áreas e instâncias das necessidades da população mais pobre. Mais de 500 mil pessoas no DF foram atendidas, no ano passado, por alguns dos projetos sociais empreendidos pelo Governo.

Esta cidade tem outra característica: é uma cidade sem favelas, graças ao trabalho do Governador Roriz, que, pacificamente, de forma ordeira e organizada, extinguiu mais de 60 favelas no Plano Piloto, criando os chamados assentamentos populacionais, no início e, hoje cidades, com regiões administrativas, e dispondo

dos serviços básicos de água, eletricidade, escolas, hospitais, asfalto, comércio e indústrias.

São cidades que surgiram do dia para a noite e, com as dimensões gigantescas da nossa capital, em menos de dez anos, transformaram-se em verdadeiras metrópoles, maiores do que milhares de cidades centenárias brasileiras. Falo de Ceilândia, Samambaia, cidades que têm mais de 300 mil habitantes, um fenômeno que, no Brasil, só acontece em Brasília.

Além de tudo isso, a cidade propiciou, facilitou e ajudou a desenvolver todo o Centro-Oeste: o nosso querido Estado de Goiás – que cedeu uma parte de seu território para a construção da capital –, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, ampliando nossas fronteiras agrícolas, que se tornaram campeãs de produtividade no campo, superando, em soja, milho e outros produtos, os índices de produtores tradicionais, como o Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, essa pujança econômica e social de Brasília que acabo de relatar rejeita o rótulo de cidade corrupta que lhe vem sendo imputado pela imprensa e por grande parte da opinião pública brasileira, em função do escândalo político atual que abala o PT e o Governo.

No último dia 18, terça-feira, foi a vez de a modelo Daniela Cicarelli – que, recentemente, obteve destaque pelo seu casamento, desfeito de forma muito rápida, com o nosso craque Ronaldinho – fazer um pronunciamento extremamente infeliz no programa do Jô Soares, da Rede Globo, afirmando, em alto e bom som, para todo o Brasil, referindo-se ao jogo de buraco, em que rouba profissionalmente: “Parece que nasci em Brasília”. Ela demonstrou profundo desconhecimento da sociedade candanga, pautada nos melhores valores éticos. Indignou a nossa sociedade ao associar os filhos de Brasília a atos de corrupção no meio político.

Existe aqui uma confraria, dentre as muitas existentes na cidade, à qual me orgulho de pertencer: a Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília, fundada pelo jornalista de Taguatinga, Wilton Wander Lopes.

O título de cidadão honorário é a maior honraria que me orgulho de ter recebido e é conferido pela Câmara Legislativa de Brasília.

Em função das declarações da apresentadora Hebe Camargo, em que disse ter medo de vir a Brasília, e de outras publicações na imprensa, referindo-se equivocadamente a Brasília como foco da corrupção, a Confraria divulgou um manifesto à Nação sob o título: “O Povo de Brasília Merece Respeito”. Repito: O Povo de Brasília Merece Respeito. Nele, a Confraria se manifesta a favor da cidade e de seus valores contra a ironia e o sarcasmo com que setores da imprensa, especialmente comentaristas e humoristas, têm tratado

a nossa cidade, confundindo sua comunidade com políticos que, vindos de todo o Brasil, usam a Praça dos Três Poderes como palco para as suas atividades.

Esses comentários maldosos afetam a boa imagem de Brasília, envergonhando as pessoas mais humildes e jovens que, não tendo condições de rebatê-los de pronto ou por não terem idéia de que tais comentaristas tomam a parte pelo todo, aderem à infeliz “brincadeira”, ou fogem do assunto, sempre se envergonhando ante outras pessoas, especialmente parentes de outras cidades. Isso ocorre muito no período das férias escolares, quando os brasilienses vão às praias e são objeto de escárnio e de comentários maldosos, quando não de desprezo por parte dos brasileiros. E são cidadãos honestos, trabalhadores, que nada têm a ver com os erros dos Parlamentares que vêm a Brasília eleitos por todos os Estados brasileiros.

Por isso, a apresentadora Hebe Camargo, diante da reação da Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília, divulgou nota publicada na íntegra pelo jornal **Correio Braziliense**, em que pede desculpas aos brasilienses do Plano Piloto e cidades satélites. E diz que muita gente dos mais variados pontos do País incorre no mesmo erro: Brasília assume o ônus de abrigar políticos de todos os Estados brasileiros, políticos do País.

No Manifesto, a Confraria proclama a todo o Brasil que:

1. Brasília não é apenas a Praça dos Três Poderes; é uma cidade humana e vibrante, admirada em todo o mundo, vivida por mais de dois milhões de habitante, os quais têm orgulho e satisfação de abrigar e de servir a todos os nacionais e estrangeiros que a procuram como capital de todos os brasileiros.

2. Responsável por realizar a maior obra da história do Brasil em apenas três anos, o povo de Brasília não concorda com os fatos negativos praticados por políticos que aqui aportam, eleitos por todas as demais unidades da federação e que usam Brasília na sua condição de capital federal.

3. Refuta, por isso, com vigor e indignação cidadã, a infeliz confusão que setores da mídia fazem, com sarcasmo e ironia, entre a capital federal e a comunidade de Brasília, cidade construída e habitada por gente honesta e trabalhadora, orgulhosa de ter realizado, também, em apenas 45 anos, o sonho de integração nacional que foi proposta pelo saudoso Presidente Juscelino Kubitschek.

Esse é o teor da nota da Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília.

Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, V. Ex<sup>a</sup> que vive em Brasília, que ama Brasília; Senadora Iris Araújo, nossa Senadora de Goiás, que representa tão bem

o povo goiano, tão bem integrado a esta cidade, todos sabemos da epopéia da construção desta cidade. Foi difícil construir Brasília – um gesto corajoso daqueles brasileiros, há 50 anos, num manifesto iniciado em Jataí, cidade goiana onde começou a construção desta cidade. Foi muita coragem de todo o País.

Por isso, temos de preservar esta cidade. Brasília tem de ser motivo de orgulho nacional. A capital de um país é o símbolo dele. Brasília é o símbolo da cidadania brasileira. Realmente, temos muita responsabilidade por esta cidade. Então, é importante que brasileiros, que muitas vezes assistem, nos noticiários de televisão, a problemas da política, não venham a culpar e a punir Brasília e seu povo, trabalhador, ordeiro, honesto, que nada tem a ver com as mazelas políticas. Brasília merece respeito.

Por isso, Sr. Presidente, vim aqui hoje, fiz questão de fazer este pronunciamento, pedindo ao Senado, aos Senadores, ao Congresso Nacional o devido apoio, a todos os Deputados e Senadores que vivem em Brasília, que sabem como a cidade é importante, como ela tem um papel importante para o desenvolvimento do nosso País. Esta cidade merece respeito. Não podemos mais aceitar brincadeiras desse tipo, feita por comentaristas, jornalistas, atletas. Não podemos aceitar.

É importante que o Brasil todo tenha a visão do que é a cidade que abrigou brasileiros de todos os cantos do País, e os abrigou bem. Quem veio para Brasília ama esta cidade, e vieram para cá pessoas de todos os Estados brasileiros. E o que é mais importante: estamos aqui construindo uma sociedade melhor, pautada, talvez pela miscigenação, em valores éticos, em valores de responsabilidade social. É por isso que, em Brasília, muitas vezes, campanhas de cidadania dão certo. Brasília iniciou aqui, há algum tempo, a campanha de apoio à faixa de pedestre. E foi um sucesso. É uma das poucas cidades no Brasil onde os automóveis param para as pessoas atravessarem as ruas. Foi lançada recentemente no Senado uma campanha de valorização às pessoas portadoras de necessidades especiais, de atendimentos especiais. E Brasília tem mostrado a cara nesse sentido. São vários e vários setores que estão abrigando as pessoas, que estão abrindo as portas para as pessoas portadoras de deficiência, o que realmente é um marco da cidade.

Aqui, em Brasília, temos um governo comprometido com o social, tanto é que há 64 projetos atendendo ao social, projetos que realmente têm dado às comunidades mais carentes possibilidade de viver melhor.

Então, Brasília é uma cidade marcada pelo social. Aqui foi feito um programa urbanístico, uma revolução urbanística onde conseguimos acabar com as favelas. Brasília é uma cidade que construiu, em quinze anos,

várias cidades, mais de dez cidades, que hoje abrigam pessoas que moravam em favelas.

Estamos dando um bom exemplo. Brasília tem passado ao Brasil esse sentimento de participação, de solidariedade. A cidade é solidária. Uma cidade solidária como esta, que recebe brasileiros vindos de todos os cantos do País, que aqui vêm e são recebidos com calor humano; todos os dias chegam brasileiros, muitas vezes desamparados em seus Estados, e são bem recebidos. Uma cidade que não têm porta fechada para ninguém. Bem sabem os Senadores que vêm de outros Estados brasileiros como são bem recebidos aqui em Brasília, com carinho. E, de repente, a Cidade passa a ser estigmatizada por questões políticas.

Não é justo. Não é justo, e quero aqui deixar muito claro o meu manifesto contrário a esse tipo de insinuações, de brincadeiras. É o momento de parar. Os jornais e as televisões brasileiras devem ter essa responsabilidade de parar de brincar com uma Cidade que tem de ser o símbolo do País, motivo de orgulho nacional.

Por isso, trago essa manifestação, em nome da comunidade brasiliense, que está revoltada, indignada. Ontem, os jornais da cidade fizeram seus manifestos. O **Jornal de Brasília** foi muito claro, trouxe o Manifesto do Povo, várias pessoas dando as suas opiniões; o **Correio Braziliense** fez o mesmo – os jornais que têm peso na cidade.

Agora, é importante que todos os Senadores façam isso em seus Estados, resgatem a moral, a dignidade desta cidade em que vivem. Mostrem ao Brasil que não é a Cidade culpada pelas dificuldades políticas de partidos, de Deputados ou de Senadores; pelo contrário, abriga e recebe a todos com carinho, com dignidade, com humanidade. Realmente, eu diria, é um exemplo a ser seguido por tantas outras cidades brasileiras. Brasília é um símbolo do nosso País.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha a dizer, resgatar para todos os brasilienses, para essa comunidade candanga os melhores valores, que conheço bem porque sou representante desta cidade, amo esta cidade e, conseqüentemente, sei, na minha caminhada por todos os cantos de Brasília, como esse tipo de maldade prejudica a vida das famílias, principalmente dos jovens, que ficam desarmados e não sabem que respostas podem dar às pessoas de outros Estados que, em brincadeiras maldosas, acabam prejudicando a imagem da sociedade e a imagem da nossa cidade.

Fica, portanto, registrada a minha indignação e o meu pedido para que manifestos como esses, declarações como essas não venham jamais a serem incentivadas ou publicadas nos jornais brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA)  
– Antes de dar continuidade à lista de oradores inscritos, dou conhecimento a esta Casa e à Nação de expediente do Supremo Tribunal Federal, **Ofício nº 1.236, de 21 de outubro de 2005**, questão de ordem em Recurso Extraordinário nº 446907.

Recorrentes: João Alberto Rodrigues Capiberibe e outro (a/s).

Recorridos: Diretório Regional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, e outro (a/s).

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária, realizada em 20 de outubro de 2005, por maioria, resolveu a questão de ordem no sentido de comunicar a decisão tomada por esta Corte, em 22/09/2005, a qual, também por maioria de votos, não conheceu do RE nº 446907, interposto contra acórdão do Tribunal Superior Eleitoral, que confirmou a cassação dos registros e diplomas expedidos em favor de JOÃO RODRIGUES CAPIBERIBE E OUTROS. Determinou-se, ainda, que a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, confirmada por esta Corte no julgamento do Recurso nº 446907 (22/09/2005), produza os efeitos de direito, independentemente da publicação do respectivo acórdão.

Atenciosamente,

Nelson Jobim

Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O expediente encaminhado ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, foi recebido na Secretaria e agora vai à publicação e providências.

O expediente lido vai à publicação e providências.

É o seguinte o ofício lido:

Of. nº 1.236/P

Brasília, 21 de outubro de 2005

**Questão de Ordem em Recurso Extraordinário nº 446937**

**RECORRENTES: João Alberto Rodrigues Capiberibe e outro(a/s)**

**RECORRIDOS: Diretório Regional do Partido do Movimento**

**Democrático Brasileiro — PMDB e outro (a/s)**

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 20 de outubro de 2005, por maioria, resolveu a questão de ordem no sentido de comunicar a decisão tomada por esta Corte em 22-9-2005, a qual, também por

maioria de votos, não conheceu do RE nº 446907, interposto contra acórdão do Tribunal Superior Eleitoral que confirmou a cassação dos registros e diplomas expedidos em favor de João Rodrigues Capiberibe e outros. Determinou-se, ainda, que a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, confirmada por esta Corte no julgamento do RE nº 446907 (22-9-2005), produza os efeitos de direito, independentemente da publicação do respectivo acórdão.

Atenciosamente, – **Nelson Jobim**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Eu gostaria de usar da palavra e passarei a Presidência a V. Ex<sup>a</sup> Senador Paulo Octávio. (Pausa.)

*O Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Octávio. PFL – DF)

– Com a palavra o eminente Senador Luiz Otávio.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ontem, na sessão plenária do Senado Federal, usei da tribuna para fazer um apelo ao Presidente Lula e ao Ministro da Integração Ciro Gomes com relação às questões desse momento em que a Amazônia, o Estado do Amazonas e o meu Estado, o Pará, encontram-se com relação à seca que já atinge vários Municípios. Inclusive, o Governador Eduardo Braga, do PMDB do Amazonas, decretou estado de calamidade pública. No Pará, o Governador Simão Jatene, do PSDB, em parceria com o Governo Federal, também tem dado seqüência às questões de atendimento emergencial para esses Municípios. Tenho convicção de que essa decisão de enfrentarmos essa realidade, com certeza, dará resultado imediato para atendimento desse estado de calamidade.

Em face desse problema da seca no oeste do Pará, que já está atingindo centenas e milhares de paraenses que vivem naquela região, quero registrar e elogiar a ação rápida e imediata do Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, dirigida pelo Coronel Jorge do Carmo Pimentel, que acionou o Diretor de Minimização de Desastres, o Sr. Sérgio Bezerra, e o Diretor de Respostas a Desastres, Sr. José Luis D'Ávila, os quais se encontram em Belém, prontos para viajar, ainda hoje, para Santarém, com o objetivo de montar o posto de comando da defesa civil na região afetada pela seca no oeste paraense.

Já fui informado de que amanhã será realizado um vôo de reconhecimento para identificação das localidades atingidas, e o Governo do Pará, por meio do Governador Simão Jatene, está fazendo o levantamento do número de pessoas que possa necessitar para que seja efetuada a distribuição de cestas básicas de

alimentos e de medicamentos. A ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia) também está apoiando a operação e deverá receber recursos da Secretaria de Defesa Civil para agilizar as compras de gêneros alimentícios para ser atendida principalmente a população dessa região.

Mas, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ontem mesmo, o IBGE anunciou, e a mídia nacional toda utilizou grande espaço para falar a respeito de uma previsão relativa à nossa produção agrícola do próximo ano. O IBGE estima uma redução de 5% na nossa produção que vinha subindo sistematicamente nos últimos anos. É a primeira vez que o sinal amarelo de alerta para o Ministério da Agricultura é acionado para que os produtores agrícolas do País possam realmente tomar decisões e iniciativas no processo de mudança nesse paradigma, nesse objetivo. Da forma como está, não podemos deixar de reconhecer o estado em que nos encontramos, inclusive com a estiagem do Rio Grande do Sul que também foi muito forte e que reduziu praticamente à metade a produção de determinadas culturas. Agora também a Região Norte sofrendo com essa estiagem. Isso, como mostrado ontem na mídia, isso diminui a capacidade de transporte de grãos de produção agrícola do Centro-Oeste brasileiro, bem como da nossa capacidade de exportar os produtos eletrônicos da Zona Franca de Manaus. Com a diminuição do nível das águas, reduz-se a capacidade das embarcações e dos navios em que são levados os componentes e os produtos eletrônicos exportados para os países asiáticos e americanos. Com isso, a nossa região e o Brasil inteiro realmente sentiram esse impacto pela redução na produção de grãos no próximo ano, além, logicamente, de também afetar, de atingir a equipe econômica – o Ministro Antonio Palocci, o Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Joaquim Levy, e o próprio Banco Central, do Ministro Henrique Meirelles.

Isso nos leva a repensar a variação da taxa cambial, pois esta também influenciou muito nesse resultado. Precisamos nos cuidar e nos prevenir, porque isso pode alastrar-se e aumentar. Já pensando na produção do próximo ano, devemos tomar decisões para voltarmos, pelo menos, à produção anterior. O certo seria continuar crescendo, o que vinha ajudando muito a manutenção da taxa de inflação. A taxa de juros já começa a declinar e, nos últimos dias, o Copom tomou a decisão de baixar a taxa de juros nacional. No entanto, faz-se necessário viabilizar a taxa cambial para incentivar cada vez mais as exportações.

Com certeza, vivemos da capacidade de gerar produtos e vender a outros mercados. É uma decisão que temos de tomar. O Congresso Nacional está próximo da votação do Orçamento da União, do Governo

Federal. A Comissão Mista de Orçamento já começou a funcionar, e precisamos estabelecer prioridades, principalmente no que se refere à produção agrícola nacional, na liberação de financiamentos. Temos certeza de que, por meio da produção agrícola, do setor agropecuário, do setor de agronegócios, poderemos não só expandir nossas fronteiras, como gerar emprego e renda. Assim, dentro da nossa balança comercial, será possível um resultado mais positivo, para realmente gerar emprego e renda.

Sr. Presidente, nesta manhã, já início de tarde desta sexta-feira, faço esse alerta à população brasileira e, principalmente, ao Governo Federal, aos governos estaduais e municipais, no que se refere a esse estado de calamidade em que nos encontramos na região amazônica, com essa seca. A última seca parecida com essa ocorreu ainda na década de 60, há praticamente 45 anos. Com certeza, causam-nos muita expectativa os desdobramentos desses acontecimentos.

Nos próximos dias, teremos a votação do projeto das nossas florestas da Amazônia, das florestas naturais. Esse projeto já foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, está aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e aguarda votação no plenário do Senado Federal.

Na próxima semana, haverá aqui também uma discussão bastante dura com relação à Medida Provisória nº 255, que, na verdade, trata apenas de aspectos previdenciários. No entanto, ela será consolidada com todas as emendas apresentadas à Medida Provisória nº 252, que a Câmara Federal não votou. Assim sendo, a Medida Provisória nº 252, a famosa “MP do bem”, foi extinta pelo prazo. A Medida Provisória nº 255, cujo Relator é o Senador Amir Lando, terá seu período de votação iniciado na próxima terça-feira. Nós temos até o dia 27 para votá-la, pois ela se extingue no dia 31 de outubro.

Então, com certeza, a próxima semana será bastante movimentada, bastante agitada, porque essa medida provisória trará novamente aquelas emendas que tratam de questões na área previdenciária, da produção pecuária, bem como, na “MP do bem”, a questão do aumento do limite do Simples, que atinge não só o Governo Federal, mas todos os governos estaduais. E, com o aumento do limite das isenções, há possibilidade de diminuirmos a participação nos Fundos de Participação dos Estados e o recolhimento dos impostos. Essas matérias serão muito discutidas nesta Casa.

Então, a Medida Provisória nº 255, com certeza, trará a agilização desse projeto, necessária para restabelecer a “MP do bem”, que permite à economia brasileira, pelo menos, um período de satisfação, não

diria plena, mas parcial. Na verdade, trata-se de uma renúncia de receitas. É aí que o Governo Federal e a equipe econômica medem o limite possível de redução na arrecadação.

Nossa discussão, aqui, foi muito bem feita, e chegamos a aprovar a “MP do bem”. Na Câmara, contudo, surgiu uma emenda com relação aos juizados de pequenas causas, de limites de casos que estão sendo resolvidos, se não me engano, até R\$6 mil. Parece pouco, mas há milhares de ações no Brasil inteiro. Fala-se em R\$2 a 3 bilhões de renúncia fiscal. Percebam a importância disso.

Na verdade, todas as causas nos juizados de pequenas causas são decididas rapidamente. Logicamente, a Ordem dos Advogados do Brasil, defendendo a sua categoria, está também pressionando o Congresso Nacional para que mantenha essa emenda, essa cláusula, a ser absorvida pela medida provisória.

Defendemos e aprovamos isso aqui no Senado Federal, porque se trata de uma proteção às pessoas com menor poder aquisitivo, que aí podem recorrer. Recentemente, tivemos uma discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a respeito da Defensoria Pública. Sinceramente, fiquei estupefato e fui surpreendido por uma manifestação do Senador Juvêncio da Fonseca, porque vários Estados não têm as suas defensorias públicas. Não é o caso do meu Estado do Pará, onde já existe há 40 anos. Mas, com certeza, trata-se de um benefício para as pessoas que têm dificuldades para pagar um advogado, recorrer de uma sentença, ou buscar um resultado positivo, principalmente nas ações de pequenos valores. Assim, poderão receber seus direitos de imediato. Essa é a grande vantagem do juizado de pequenas causas.

Portanto, como aprovamos aqui – e na Câmara foi mantido –, o Governo realmente trabalhou para que a medida provisória anterior, a Medida Provisória nº 252 fosse extinta por decurso de prazo, mas a Medida Provisória nº 255, que votaremos na próxima semana, será tema de muita discussão nesta Casa por vários motivos, inclusive por causa da inclusão da Área de Livre Comércio da Zona Franca de Macapá. Com certeza, esses temas suscitarão muitas discussões nesta Casa, porque afetam a economia regional, a Amazônia é atingida. Hoje, temos a questão da Zona Franca de Manaus, mas, com certeza, essa questão de Macapá, do Amapá, vai levantar polêmica.

O Pará tem uma posição definida. Ontem chegamos a apresentar uma proposta ao Senador José Sarney, idéia encabeçada pelo Governador Simão Jatene e apoiada pela Bancada Federal – a Senadora Ana Júlia Carepa e o Senador Flexa Ribeiro. Nosso objetivo é encontrarmos uma solução que, sem preju-

dicar ninguém, atenda a todos os Estados, o Estado do Amazonas, o Estado do Amapá e, agora, incluir o Estado do Pará.

Se não pudermos incluir o Estado do Pará nesse projeto, o Governador Simão Jatene se propõe a vir aqui na próxima semana para ter uma conversa com o Senador José Sarney para tentarmos fazer um acordo, nos moldes do que foi apresentado ontem no gabinete do Senador José Sarney, um acordo que possa realmente viabilizar a votação, porque, da forma que está, pode e deverá acontecer o que já aconteceu anteriormente: a emenda ser rejeitada.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – É sobre o processo de financiamento do Maranhão?

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA) – Não. A Senadora Heloísa Helena me pergunta se estou me referindo ao projeto do Maranhão, ao financiamento dos US\$30 milhões. Não estou. Com relação ao projeto que trata do financiamento do Estado do Maranhão, dos US\$30 milhões para investimento aprovados pelo Bird: está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e tem como Relator agora o Senador João Batista Motta, que pediu vista do projeto. O Relator era o Senador Edison Lobão, que deu parecer favorável e trabalhou por sua aprovação. O Senador João Alberto e o Senador José Sarney também fizeram acordo para a agilização da tramitação, mas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senador João Batista Motta pediu vista do projeto. O projeto será votado na próxima quarta-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, e, de lá, o projeto retorna à Comissão de Assuntos Econômicos, onde o Relator era o Senador Ney Suassuna.

Concedo aparte à Senadora Heloísa Helena do P-SOL do Estado de Alagoas.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Senador Luiz Otávio, desculpe-me por ter interrompido V. Ex<sup>a</sup>. Em função do pronunciamento feito pelo Senador Paulo Octávio, ainda vou me pronunciar, mas, enquanto V. Ex<sup>a</sup> falava, acabei, por estar resolvendo muitas coisas ao mesmo tempo, de alguma forma, atrapalhando...

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA) – De jeito nenhum.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – ... e introduzindo outro tema: a autorização de crédito externo para o Maranhão. Na semana passada, tive oportunidade de dar uma entrevista – se não me engano, à Rádio Educativa do Maranhão. O radialista, de pronto, me perguntou sobre esse assunto. É evidente que ele fez colocações sobre as disputas políticas locais. Aqui, todos sabemos exatamente dessas coisas; o próprio Governador do Maranhão esteve aqui presente. Tive

oportunidade de falar sobre isso com o Senador Edison Lobão, que disse que estava empenhado em garantir a aprovação dessa autorização de crédito externo. Não sou da Comissão de Assuntos Econômicos. Depois do processo de expulsão, o PT me tirou de todas as comissões – aliás, isso aconteceu já na época em que eu não queria votar no Sr. Henrique Meirelles. Fiquei muito preocupada e disse ao radialista que me entrevistou, da Rádio Educativa do Maranhão, que estava à disposição. Inclusive, falei com o Senador Edison Lobão sobre isso, e S. Ex<sup>a</sup> disse que estava se empenhando no sentido de garantir a aprovação. Espero realmente que não haja nenhuma circunstância política por trás dessa operação. Muitas operações de crédito externo já foram aprovadas aqui, inclusive algumas para a então Prefeita Marta Suplicy, contra todas as resoluções do Senado que davam conta até da falta de capacidade de endividamento dos Municípios. Seria muito ruim, muito feio para esta Casa que ela acabasse se movimentando à luz das disputas políticas em qualquer Estado. Como Presidente da Comissão, V. Ex<sup>a</sup> acabou prestando esclarecimentos a mim e ao povo do Maranhão. Desculpe-me V. Ex<sup>a</sup> por ter introduzido outro tema, mas é que fiquei muito preocupada com a colocação feita. Anteontem encontrei vários cidadãos e cidadãs do Maranhão. Não faço disputa política no Maranhão, não sei se existem problemas de um lado ou de outro – espero realmente que isso não exista –, mas espero que o projeto seja aprovado o mais rápido possível. V. Ex<sup>a</sup> e vários Parlamentares desta Casa sabem exatamente até o que penso em relação a essas autorizações de crédito externo: essa coisa vergonhosa de pedir empréstimo internacional às instituições de financiamento multilaterais para financiar programas sociais é uma desmoralização até para o Estado brasileiro, é como se o Estado brasileiro não tivesse sequer capacidade de investir em programas de renda mínima, em programas para os pobres, e precisasse se endividar externamente em função disso. No entanto, neste caso específico, parece-me essencial a aprovação da matéria, porque vai ficar muito feio para o Senado Federal não fazê-lo: é como se esta Casa estivesse sendo parte de um jogo, de uma disputa política que realmente não leva a absolutamente nada. Agradeço V. Ex<sup>a</sup> pelos esclarecimentos e espero que, o mais rápido possível, possamos garantir a aprovação dessa autorização de crédito externo. Quem é da Oposição que controle e veja como é que o Governador está gastando; se ele está fazendo de forma errada, que se proceda às denúncias aqui, na Comissão de Fiscalização e Controle, ou no Ministério Público, onde quer que seja, mas não podemos é ser parte de uma briga política local, prejudicar o Estado

do Maranhão em função de disputas políticas. Preocupada por causa da entrevista que dei, Senadora Iris de Araújo – as pessoas cobram que o projeto seja aprovado –, falei com o Senador Edison Lobão, que disse que estava empenhado em aprovar a matéria. O que espero é que o Senado Federal não se deixe usar em razão de disputas políticas e se coloque de um lado ou de outro. Sei que isso já aconteceu outras vezes aqui, mas é algo inadmissível, é prejudicial para o Senado Federal, que tem a obrigação de defender a Federação, não de se posicionar do lado de um ou de outro grupo político. Quem está na Oposição que faça o controle, que exerça pressão política, veja se estão usando o dinheiro de forma legal; o que não pode é obstaculizar esse tipo de votação. Peço desculpas novamente, Senador Luiz Otávio, por mudar o tema de seu pronunciamento.

**O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA)** – Acato o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Heloísa Helena.

Para encerrar, Sr<sup>a</sup> Presidente, com relação ainda à questão da super Zona Franca do Amapá, quero dizer que tenho certeza de que temos como encontrar uma solução incluindo o Pará – por exemplo: Almeirim, que está bem próximo de Santana, que tem, inclusive, ligações comerciais diretas com o Estado do Amapá já que somos estados vizinhos. Na verdade, o Pará e o Amapá são muito próximos, inclusive a população nossa está sempre lá no Amapá, como a do Amapá está no Pará. Há uma ligação, inclusive histórica, muito grande entre os dois Estados.

Para encerrar mesmo, Sr<sup>a</sup> Presidente, gostaria de deixar aqui o meu agradecimento, o meu reconhecimento ao Prefeito do Município de Belém, o Prefeito Duciomar Costa, ex-Senador da República, nosso colega de plenário desta Casa, pelo ofício que encaminhou ao meu gabinete em que faz referência ao grande sucesso da seleção brasileira no Estado do Pará, em Belém do Pará. Foi uma grande festa no nosso estádio olímpico, o Mangueirão – rendeu, só num treino da seleção, um registro para o Guinness Book: a maior platéia, a maior assistência a um treino da seleção brasileira, foram mais de setenta mil pessoas assistindo o treino da seleção.

Agradeço o ofício enviado pelo Prefeito Duciomar Costa e registro o grande sucesso: não só a vitória da seleção brasileira por 3 a 0 sobre a Venezuela como também pela classificação em primeiro lugar da Seleção Brasileira.

Meus cumprimentos à Confederação Brasileira pela grande festa que proporcionou à Amazônia inteira. Para lá foram visitantes de todos os Estados, de Estados vizinhos. Foi um congoçamento muito grande,

porque o jogo da Seleção foi realizado logo depois do Círio de Nazaré, que se deu no domingo.

Contamos com a presença marcante da Senadora Heloísa Helena, convidada por todos os paraenses que se encontravam com ela na rua – eram milhares; são dois milhões de paraenses acompanhando o Círio – para comer um pato em suas casas. E ela, magrinha, dizia: “Mas não posso ir a todas as casas”. Davam até o endereço e diziam: “Senadora, vá lá! Vou-lhe esperar!”. Esse é o modo de o paraense receber as pessoas. Realmente, o paraense é muito carinhoso. O povo paraense tem uma capacidade muito grande de se relacionar, de receber as pessoas.

Foi um momento realmente muito bonito. Também contamos com a presença do Senador Renan Calheiros e do Senador Wellington Salgado no grande jogo da Seleção Brasileira.

E o Senador Eduardo Suplicy disse apenas para a Senadora Heloísa Helena tomar cuidado com a corda, porque ele, atleta como é, não conseguiu vencer toda a procissão. Mas a Senadora Heloísa Helena está-se preparando fisicamente para enfrentar a corda no próximo ano.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, nosso companheiro, nosso amigo do Partido dos Trabalhadores do Estado do Acre.

**O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC)** – Senador Luiz Otávio, apenas quero dizer que, embora tenha morado no Pará durante quase oito anos, nunca tive oportunidade de assistir à festa do Círio de Nazaré. Mas a acompanho muito pela TV. Também estou pedindo o aparte para falar sobre futebol, que V. Ex<sup>a</sup> lembrou, porque tomei conhecimento de que um dos estádios que têm maior presença de público por partida tem sido o Estádio de Futebol de Belém. É incomum se ver em Estados do Nordeste e da Amazônia torcidas tão definidas por times locais. Só vejo isso no Pará. As pessoas têm uma ligação muito forte com o futebol do Sudeste. Geralmente se torce por um time de Minas, do Rio, de São Paulo ou, em alguns casos, dos Estados do Sul. Mas suar a camisa e fazer qualquer sacrifício para estar presente em jogos de futebol de times locais, só se vê isso no Pará. Estou dizendo isso, porque fico feliz por V. Ex<sup>a</sup> ser daquela terra tão maravilhosa, de população tão hospitaleira, como já disse, e também muito festiva e amante do futebol local. Parabéns! Transmita minhas satisfações ao pessoal do Paissandú Futebol Clube.

**O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA)** – É verdade. Tanto o Paissandú quanto o Clube do Remo são recordistas em renda e em número de expectadores em todo o campeonato nacional. O Remo e o Paissandú têm uma capacidade enorme de levar aos estádios



seus torcedores e de manter essa disputa, essa rixa, que é muito grande. Diz um amigo meu, o Deputado Carmona, que um fica cercado o outro. Quando um está bem, a torcida fica dividida. O estádio fica sempre cheio, com 40 mil, 50 mil, 60 mil pessoas num dia de treino, como foi o caso da Seleção Brasileira. O time adversário que lá vai jogar tem torcida. Se ou o Remo ou o Paissandu está disputando uma partida, a torcida pelo time contrário está lá – é uma rixa. Tal qual a comida do Pará, como o pati e a maniçoba, também são conhecidos o Remo e o Paissandu. O Pará tem essa característica de disputa muito grande.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena.

**A Srª Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Não vou entrar em debate sobre time de futebol, até porque meu coração já está dividido entre o Papão e o Leão. Então, está tudo bem! Há militantes do Paissandu e do Remo no P-SOL. É uma danação tão grande lá! Não se pode nem falar nisso lá.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA) – É verdade.

**A Srª Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Um dia desses, quando cheguei lá, o Remo estava numa situação muito difícil. Era enterro do Leão para cima e para baixo. Fiquei até com pena e disse: “Estou com pena desse time”. O Babá, então, falou: “Você não pode ter pena, porque eu sou homem do Paissandu”. Outro torcedor do Remo, por sua vez, disse: “É preciso ter pena, sim!”. Portanto, meu coração já está igualmente dividido entre os dois. Mas não poderia deixar de fazer um aparte, Senador Luiz Otávio, porque estive lá e fiquei muito emocionada. Já participei de outras romarias no Brasil. Todos os anos, vou para Juazeiro com os padres da minha infância, o Padre João Manoel Henrique, o Padre Guimarães, o Padre Heraldo. Fiquei realmente muito emocionada com a fé do povo. Sei que V. Exª e o Senador Flexa Ribeiro já falaram sobre o Círio de Nazaré, mas quero dizer que fiquei muito emocionada com todo aquele movimento, com toda a romaria e a procissão, com a manifestação de fé das pessoas. Havia muitos jovens. No dia anterior, foram os jovens na corda, pedindo para passar no vestibular, com uma carteirinha profissional na missa de 5h30 a que compareci. Embora sejam muito humildes, as pessoas juntam seu dinheirinho para comprar a réplica de uma casa ou de uma parte do corpo pela qual estão fazendo a prece ou agradecendo a graça conquistada. É algo muito emocionante, porque, além da celebração da fé, do amor por Nossa Senhora de Nazaré, é um momento de partilha – algo muito bonito – e do encontro. As famílias vêm do interior, Senadora Iris de Araújo, e trazem o pato, a maniçoba e outras coisas para a partilha. Tive a oportunidade de ficar

na casa da família do nosso Deputado Babá. Como o Senador Luiz Otávio disse – o Jô disse que estou muito magrinha –, todo mundo me chamava para comer alguma coisa. Foi muito lindo! Realmente fiquei muito emocionada com a celebração da fé e com esse momento de compartilhamento, de partilha. Aonde eu chegava, já diziam logo: “Bom Círio! Feliz Círio!”. Assim, novamente, por meio do aparte a V. Exª, atrapalhando-o novamente...

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA) – Não, pelo contrário.

**A Srª Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – ...quero, mais uma vez, dizer que fiquei muito feliz e muito emocionada com o carinho das pessoas. Fiquei muito feliz de ser humildemente parte – bem pequenina – daquele momento de celebração da fé, da partilha e da generosidade, como vi lá no Círio de Nazaré. Então, desculpe-me por atrapalhar o pronunciamento de V. Exª.

**O SR. LUIZ OTÁVIO** (PMDB – PA) – Insiro também no meu pronunciamento a manifestação da Senadora Heloísa Helena, do P-SOL do Estado de Alagoas, e do Senador Sibá Machado, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Acre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer neste início de tarde.

*Durante o discurso do Sr. Luiz Otávio, o Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Iris de Araújo.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Senadora Iris de Araújo, de fato, eu faria um aparte ao pronunciamento do Senador Paulo Octávio, mas acabei não tendo a oportunidade de fazê-lo.

O Senador Paulo Octávio tem todo o direito de fazer considerações positivas acerca do Governador Roriz, da mesma forma que, quando eu era militante e Líder do PT, tive oportunidade de fazer as críticas que entendia necessárias. Não me manifestei naquele momento, Senador Paulo Octávio – respeito o pronunciamento de V. Exª –, até para evitar fazer outras considerações.

A fala do Senador Paulo Octávio é uma fala que também já fiz na Casa, e sei que todos aqui temos a oportunidade de fazê-lo. Tive a oportunidade de dizer, até na presença de sua esposa, que eu não queria me meter na confusão que foi instalada aqui, muito

clara, entre os apaixonados pelo Governador Roriz e os apaixonados pelo Senador Cristovam Buarque. Eu não ia ficar nesse debate aqui, mas me sinto na obrigação de dizer o quanto Brasília sempre nos acolheu com generosidade. A mim, de forma muito especial, sempre me acolheu como uma filha querida, como uma mãe generosa que abraça uma filha querida, e foi assim em vários momentos da minha vida. Desde que cheguei aqui, pela primeira vez, em momentos muitos difíceis que passei nesta Casa, em momentos difíceis que passei com meu filho, em que foram feitas correntes de orações por católicos e evangélicos de Brasília, pessoas mandaram oraçõezinhas para mim quando o meu filho foi atropelado na cidade e ficou em coma no Hospital de Base.

Então, Brasília sempre me acolheu e acolhe a todos, não só a mim. Tenho a oportunidade de ver isso em todos os espaços, porque é como se fosse – o Senador Paulo Octávio também falou sobre esse aspecto – uma cidade de todos, é como se Brasília soubesse reconhecer que é uma cidade feita por todos, embora tenha sido idéia de Juscelino, pois todos participaram da construção das suas belezas arquitetônicas ou dos seus jardins.

É claro que tem banditismo político. Claro que o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto, com esse maldito balcão de negócios sujos, acabam fazendo com que as conseqüências sobrem para o povo de Brasília, que não tem nada a ver com isso, como já aconteceu em relação a Alagoas, à época da República das Alagoas, e a Rondônia. No entanto, ocorre mais em relação à Brasília, em função de todas essas malditas denúncias de corrupção.

E não tenho dúvida de que o povo de Brasília não ficou magoado com a Hebe, que só foi muito explícita, é o jeito dela. Ela disse aquilo que muitos brasileiros acabam dizendo, mas depois teve a grandeza de se desculpar perante o povo de Brasília. São as malditas forças de expressão que, às vezes, usamos de forma errada, depois nos arrependemos e temos de ter a grandeza de nos desculpar.

Tenho certeza de que o povo de Brasília não fica com raiva de uma ou outra pessoa que faz uma consideração. Fica com raiva mesmo – e tem razão – dos maus políticos, das pessoas que acabam criando problemas para a imagem de Brasília. Às vezes, até eu fico com raiva, não do povo de Brasília nem do Congresso Nacional. Sempre achei o Congresso Nacional tão bonito arquitetonicamente e hoje não consigo achar. Vejam só, uma obra tão maravilhosa de Oscar Niemeyer! São tantas coisas terríveis que vivenciamos aqui e que marcam o nosso corpo, a nossa alma, o nosso coração que, às vezes, nós olhamos os monumentos

de forma diferente. Continuo a achar linda a Catedral, mas não acho mais lindo o Congresso Nacional, que nada tem a ver com isso, porque foi uma conquista da democracia. Tantas pessoas entregaram o seu sangue, as suas lágrimas para que estivéssemos aqui hoje. O Congresso não tem nada a ver com isso, mas às vezes, olho-o e não o acho tão bonito, porque fico lembrando da outra imagem que, de fato, representa.

Não sou Senadora de Brasília, mas me sinto Senadora daqui também. É a segunda casa de todos nós. De fato, é a segunda casa de todos os Deputados, de todos os Senadores e de todos que para cá vieram de lugares tão diferentes. Hoje, somos todos brasilienses também.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Octávio, mas não poderia deixar de dar a minha solidariedade e o meu carinho ao povo de Brasília, que é maravilhoso, trabalhador e generoso, como as pessoas dos outros Estados.

Então, tem-se que se arranjar um jeito de dizer as coisas para não machucar o coração e a dignidade das mulheres e dos homens de bem e de paz de Brasília, em função dos políticos, ou de Brasília ou que estão em Brasília, que de fato desrespeitam, com a corrupção, esse povo tão bom e tão generoso que acolhe a todos nós.

Ouçó V. Ex<sup>a</sup>, Senador.

**O Sr. Luiz Octávio (PFL – DF)** – Senadora Heloisa Helena, o seu pronunciamento me toca profundamente, porque não sou nascido em Brasília, mas cheguei aqui muito cedo, em 1962, e com 43 anos de Brasília, sinto-me brasiliense, sou da geração antiga. Hoje os brasilienses são maioria. Não é a primeira vez que V. Ex<sup>a</sup> se manifesta defendendo esta cidade, como, recentemente, no aniversário de JK, no aniversário de Brasília. Seu pronunciamento é muito importante, porque morando em Brasília há tanto tempo, com seus filhos, com a sua família, vivendo a vida da cidade, sabe como ela é humana e recebe bem as pessoas. O que foi aqui colocado é isto: Brasília é uma cidade aberta, recebe muito bem todos os brasileiros, de todos os Estados. É diferente de outras cidades que muitas vezes fecham suas portas, onde a sociedade é fechada. Não. Aqui vivemos várias sociedades abertas, existem várias cidades se consolidando. Têm brasileiros de todos os lados e muitos alagoanos, muitos alagoanos. Quero dizer da minha alegria em ouvir o seu pronunciamento. Transmitirei sua mensagem a todo o povo candango, acho muito importante. Nós, que vivemos aqui, temos esse compromisso. E também os Senadores de outros Estados têm o compromisso de defender esta cidade, porque vivem aqui, sabem o que se passa e sabem que o povo que está trabalhando nesta Casa, servi-

dores do Senado e da Câmara, que mora em Brasília, não tem nada a ver com as mazelas políticas do nosso País, com as dificuldades enfrentadas pelos partidos. Não têm nada a ver, são apenas trabalhadores. E são essas pessoas que pagam um preço, que sairão de férias em dezembro, chegarão aos Estados onde nasceram e lá serão vítimas de brincadeiras. É isso que temos de evitar, porque essas brincadeiras machucam principalmente os jovens, que não têm como se defender. Pensam que Brasília é o que muitas vezes um ou outro programa ou um ou outro humorista diz na televisão. Então, temos de tomar muito cuidado. Volto a repetir: esta cidade é símbolo de um país. Uma capital é motivo de orgulho. Toda capital, em todos os países, é motivo de orgulho. Temos de mudar esse simbolismo de Brasília, que tem de passar a ser o orgulho do povo brasileiro. Por isso, entendo que a sua mensagem é importante e conclamo todos os Senadores a fazerem o mesmo: defendam Brasília, que recebe bem os Senadores de todos os Estados, que diariamente trabalham no Senado e são muito bem tratados pelo povo da cidade.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – São mesmo. Tenho dito várias vezes que, quando eu for embora daqui – pode ser que eu tenha de ir –, vou guardar muitas recordações boas da cidade. Além dos funcionários da Casa, de todas as pessoas que nos cumprimentam com alegria e contam sobre as suas vidas, há aqueles que estão vendendo um paninho de chão no sinal ou a meninada pobre, que às vezes passa por situações terríveis na rodoviária. Isso porque Brasília não é só a ilha da fantasia: há os que trabalham, os que produzem, mas há os pobres, aqueles que passam por situações terríveis. Mas a imagem que mais passa é justamente a dessas malditas formas de se apropriar do dinheiro público, essas relações de gangues partidárias e essas outras coisas mais, que o povo de Brasília, como o povo de Alagoas, de Rondônia ou de qualquer outro Estado que esteja sendo denunciado por corrupção, acaba sofrendo, principalmente as pessoas mais simples, queridas e maravilhosas.

Às vezes, as pessoas sem querer acabam fazendo uma declaração ruim. Lembro-me de que, uma vez, eu disse: “É a cidade dos corações de pedra”. Eu estava falando do Parlamento, que não tem nada a ver com o povo de Brasília, que é um povo maravilhoso, generoso, acolhedor. A pessoa pode fazer uma colocação errada, mas tem a obrigação de se redimir. Às vezes, vêm aqui os estudantes e eu digo: “Vieram ver o templo dos rituais cínicos do Congresso Nacional”. Claro que não estamos dizendo que são todos os funcionários ou os Parlamentares. Então, é muito ruim que façamos esse tipo de colocação imprecisa,

porque uma generalização muito perversa acaba machucando as pessoas que querem trabalhar no Congresso ou na cidade.

Que todos nós sejamos capazes de reconhecer as afirmações erradas, como a própria Hebe fez de uma forma muito ativa e generosa. Ela se arrependeu e saudou com alegria esse povo da nossa segunda casa.

Portanto, Brasília, o meu beijo, o meu abraço e o meu profundo agradecimento por todas as coisas boas que já passei aqui. Passei muitas coisas tristes, mas não com o povo de Brasília.

**O Sr. Paulo Octávio** (PFL – DF) – Senadora Heloisa Helena, fica o pedido para que se faça uma correção da visão de V. Ex<sup>a</sup> para que possa ver o Congresso Nacional como ele é, um monumento bonito, onde trabalham milhares de brasilienses e que essa correção de visão se faça rapidamente, porque temos o compromisso de consertar esta Casa.

E acho que, realmente, estamos passando esta Casa a limpo.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – É por isso que estou aqui, senão já teria ido para casa, cuidar dos meus filhos. É porque tenho a esperança de que um dia isso mude.

**O Sr. Paulo Octávio** (PFL – DF) – Senadora Heloisa Helena, sem dúvida, o Congresso de 2006 será muito melhor do que o Congresso de 2005.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Tomara!

**O Sr. Paulo Octávio** (PFL – DF) – Acho que nós fizemos um bom trabalho este ano e, certamente, a sua visão votará a ser o que era: um belo monumento de Niemeyer, um belo monumento da democracia, que é o Congresso Nacional.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Ainda mais Niemeyer, que é uma pessoa maravilhosa. Em pleno ano de 2005, alguém que ainda se reivindicava um comunista convicto ...

**A SRA. PRESIDENTE** (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo mais um minuto para que V. Ex<sup>a</sup> conclua o seu discurso.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – ... que nunca abriu mão das suas convicções, sem dúvida, merece a admiração de todos nós, Senador.

**A SRA. PRESIDENTE** (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente Iris de Araújo, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vim uma única vez à tribuna da Casa para tratar do referendo que ocorrerá no próximo domingo, quando todos

os brasileiros terão a oportunidade de se manifestar a respeito da proibição ou não da venda de armas de fogo no Brasil.

Fiz uma fala mais na linha da comparação entre direitos dos cidadãos, o cidadão rico e o cidadão pobre. Hoje vou me ater um pouco mais a alguns números, algumas estatísticas a respeito das armas.

Em primeiro lugar, quero ressaltar que o meu voto será “sim”. Defendo o voto “sim” no referendo e vou apresentar mais algumas razões nessa direção:

1) O Brasil é o País do mundo com o maior número de pessoas mortas por arma de fogo. Em 2003, foram 108 mortes por dia, quase 40 mil mortes por ano. Arma de fogo é a primeira causa de morte de homens jovens no Brasil! Mata mais que acidente de trânsito, Aids ou qualquer outra doença ou causa externa.

2) Existem armas demais neste País. Estima-se que o número total de armas em circulação no Brasil seja de 17,5 milhões. Apenas 10% dessas armas pertencem ao Estado (Forças Armadas e polícias). O resto, ou seja, 90% estão em mãos de civis. Penso que está na hora de o Brasil se desarmar!

3) As armas foram feitas para matar. Quando se olha para um pão, sabe-se que ele serve para alimentar; uma roupa serve para vestir; um calçado serve para calçar; e existem instrumentos que, embora sejam utensílio de trabalho, podem ser utilizados também para matar. Cito o exemplo do campo: um machado, uma foice, um terçado ou outro instrumento de trabalho no campo pode ser utilizado como arma; mas, quando se trata de arma de fogo, não há dúvida, ela é para matar.

No Brasil, 63,9% dos homicídios são cometidos por arma de fogo, enquanto 19,8% são causados por arma branca, no caso um utensílio doméstico, como uma faca de cozinha. Por quê? Porque armas de fogo matam com eficácia e sem o menor ou nenhum risco para o agressor. Diante de uma faca, a pessoa pode correr, gritar, pedir socorro e até mesmo revidar, pegar uma pedra, um tijolo, um pedaço de madeira e, quem sabe, se livrar da agressão de faca. Mas, com uma arma de fogo, é muito mais complicado. As reações são danosas. Quando se reage a um assalto, geralmente acaba-se consumando uma agressão mais definitiva.

Vejam os dados. A chance de morrer em uma agressão com arma de fogo é muito maior: de cada quatro feridos, nos casos de agressão com arma de fogo, três morrem. As tentativas de suicídio com arma de fogo também são mais eficazes: 85% dos casos acabam em morte.

4) Ter armas em casa aumenta o risco, não a proteção. Usar armas em legítima defesa só dá certo nos filmes, no cinema. Segundo o FBI, instituição policial dos

Estados Unidos, “para cada sucesso no uso defensivo de arma de fogo em homicídio justificável, houve 185 mortes com arma de fogo em homicídios, suicídios ou acidentes”. É um dado absurdo: um para 185.

Os pais guardam armas para defender suas famílias, mas os próprios filhos acabam por encontrá-las, provocando-se, assim, trágicos acidentes. No Brasil, duas crianças entre 0 e 14 anos são feridas por tiros acidentais todos os dias.

5) A presença de uma arma pode transformar qualquer cidadão em criminoso. Armas de fogo transformam desavenças banais em tragédias irreversíveis. Em São Paulo, segundo a Divisão de Homicídios da Polícia Civil, o primeiro motivo para homicídios é vingança entre pessoas que se conhecem e que não possuem nenhum vínculo com o tráfico de drogas ou com outras atividades criminosas. Para se ter uma idéia, em São Paulo, as vítimas de latrocínio – matar para roubar – correspondem a menos de 5% das vítimas de homicídio.

6) Quando existe uma arma dentro de casa, a mulher corre muito mais risco de levar um tiro do que o ladrão. Nas capitais brasileiras, 44% dos homicídios de mulheres são cometidos com armas de fogo. Dois terços dos casos de violência contra a mulher têm como autor o próprio marido ou companheiro. De acordo com os dados do FBI, relativos a 1998, para cada vez que uma mulher usou uma arma em legítima defesa, 101 vezes essa arma foi usada contra ela.

7) Em caso de assalto à mão armada, quem reage com arma de fogo corre mais risco de morrer. É um mito considerar que, com uma arma, o cidadão está mais protegido. Na maioria dos assaltos, mesmo pessoas treinadas não têm tempo de reagir e sacar a sua arma. Quando o cidadão reage, corre mais riscos de se ferir ou ser morto. Uma pesquisa realizada no Estado do Rio de Janeiro mostra que: “a chance de se morrer numa reação armada a roubo é 180 vezes maior do que morrer quando não há reação”. A chance de ficar ferido é 57 vezes maior do que quando não há reação.

8) Controlar as armas legais ajuda na luta contra o crime. O mercado legal abastece o ilegal. Para se ter uma idéia, 80% das armas apreendidas pela Polícia do Estado do Rio de Janeiro (de 1993 a 2003) são armas curtas e 76% são armas fabricadas no Brasil; 30% delas tinham registro legal. As armas que mais matam no Brasil são armas fabricadas em nosso próprio País, principalmente os revólveres calibre 38.

9) As armas compradas legalmente correm o risco de cair em mãos erradas, seja por roubo, perda ou mesmo revenda. Só no Estado de São Paulo, segundo a Secretaria de Segurança Pública, entre 1993 e 2000,

foram roubadas, furtadas ou perdidas 100.146 armas (14.306 por ano). Ou seja, bandidos não compram armas em lojas, mas são as armas compradas em lojas que vão parar nas mãos dos criminosos.

10) O Estatuto do Desarmamento é uma lei que desarma o bandido.”

A maioria dos artigos do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826, de 22/12/2003) dá meios à polícia para aprimorar o combate ao tráfico ilícito de armas e para desarmar os bandidos. Ele estabelece a integração entre a base de dados da Polícia Federal, sobre armas apreendidas, e a do Exército, sobre produção e exportação de armas. Agora, as armas encontradas nas mãos de bandidos podem ser rastreadas e as rotas do tráfico desmontadas. Pela nova lei, todas as novas armas serão marcadas na fábrica, o que ajudará a elucidar crimes e investigar as fontes de contrabando. Para evitar e reprimir desvios dos arsenais das forças de segurança pública, todas as munições vendidas para elas também vão ser marcadas. A implementação do Estatuto em sua totalidade é um dos principais instrumentos de que dispõe, hoje, a sociedade brasileira para desarmar os bandidos.

11) Controlar as armas salva vidas. As leis de controle de armas ajudam a diminuir os riscos para todos. Na Austrália, cinco anos depois de uma lei que praticamente proibiu a venda de armas de fogo, a taxa de homicídios por arma de fogo caiu 50%. Entre as mulheres, a diminuição foi de 57%. Um estudo da Unesco, publicado em 2005, mostra que Austrália, Inglaterra e Japão, onde as armas são proibidas, estão entre os países do mundo onde menos – frise-se – se mata com arma de fogo, enquanto os Estados Unidos, um dos países mais liberais com as armas, aparecem em 8º lugar, entre os mais violentos do mundo. No Brasil, comparando-se os sete primeiros meses de 2004 com os sete primeiros meses de vigência da Campanha do Desarmamento – agosto de 2004 a fevereiro de 2005 –, um estudo do Ministério da Saúde mostrou que o índice de redução de internações por lesões com arma de fogo no Rio de Janeiro foi de 10,5% e, em São Paulo, de 7%.

12) Desarmamento é o primeiro passo. A proibição do comércio de armas de fogo e munição, isoladamente, não é capaz de solucionar o problema da criminalidade, mas é um passo fundamental em direção a uma sociedade mais segura. Devemos continuar trabalhando por pactos internacionais pelo desarmamento, por melhorias no sistema de justiça e nas polícias, e, claro, pela redução da desigualdade social em nosso País. Para isso, é preciso dar o primeiro passo: no dia 23 de outubro, vai acontecer o primeiro referendo da história do Brasil. É a nossa oportunidade de mostrar

em que tipo de sociedade queremos viver. A vitória do “Sim” pode ser o início de uma nova história, o começo da “virada de página” na questão (in)segurança no Brasil!

Srª Presidente, em comentários passados, lembrei que Israel, Palestina, Iraque, Irã, Afeganistão e Paquistão são países que vivem instabilidades devido à disputa por território. Nesses casos em que há estado de guerra, pode-se pensar que o armamento da população compensa. Por isso, é comum ver-se, na televisão, crianças portando fuzis e armas de alta potência. No Brasil, porém, não há problema de fronteira, não existe guerra civil ou estado que se possa dizer que seja problema de segurança pública.

A lei é para todos. Assim, todos poderão, em condições que a lei permitir, adquirir uma arma de fogo – vamos pensar dessa forma. Agora, vamos para o poder aquisitivo: quem pode comprar uma 765 ou um 38 numa loja? Quem pode comprar uma caixa de bala, se há pessoas querendo comprar pão e lei para levar para casa? Então, haverá segurança para quem pode tê-la e insegurança para os que não podem. Nesse caso, digo, sem temer, que votar “não” é discriminar, mais uma vez, ricos e pobres no Brasil. Não posso aceitar isso, absolutamente! Isso é inaceitável.

Portanto, por tudo o que já foi dito, se arma resolvesse o problema, vamos distribuí-la para todos – todos –, no Brasil. Pessoas com 16 anos de idade terão o direito de possuir uma arma de fogo. Vamos armar todos – 170 milhões de pessoas. O Estado brasileiro comprará as armas e as porá nas mãos das pessoas.

Eu disse e vou repetir: além de o Estado brasileiro dar uma arma para cada pessoa acima de 16, deverá dar, também, escola para que se aprenda a atirar, porque alguém que tem arma e não sabe usá-la pode acabar atirando em si próprio. Serão colocadas escolas de tiro ao alvo em cada esquina, de cada cidade, e também serão criadas escolas de defesa pessoal ou coisa parecida.

Portanto, Srª Presidente, esse debate é muito complicado. Muito complicado. Infelizmente, acredito que não precisaríamos fazer um referendo dessa natureza. Isso é um absurdo, porque, se é para se reclamar da questão da segurança no Brasil, do poder das polícias, do comportamento dos policiais e das autoridades, da promiscuidade na relação com o crime ou coisa parecida, bastaria pegarmos os cabeças disso tudo e trancafiá-los em cadeias, isolados e sem comunicação. Dessa forma, seriam quebrados os seus elos e logo teríamos resultados importantes.

Algumas pessoas pensam que votando no “sim” estarão colaborando com o “não”. Esse é um negócio complicado e a explicação não ficou à altura do discer-

nimento das pessoas que não estão acompanhando as propagandas.

Não me lembro do enunciado da pergunta que deveremos responder, Sr<sup>a</sup> Presidente – se V. Ex<sup>a</sup> puder me ajudar, ficarei muito feliz –, mas as pessoas que votarem “não” estarão sendo favoráveis às armas e as que optarem pelo “sim” estarão votando contra o uso de armas de fogo no Brasil.

Em nome da paz do nosso País, eu faço um apelo a todas as pessoas: vamos votar “sim”, que é o nº 2, no próximo domingo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral, por 15 minutos.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desde o começo deste mês de outubro, o meu Estado, Mato Grosso do Sul, está envidando todos os esforços possíveis no sentido de minimizar os danos decorrentes da descoberta da febre aftosa. Assim que o novo foco foi encontrado, na Fazenda Vezozzo, localizada no Município de Eldorado, todas as providências foram tomadas de modo célere e transparente.

Nota técnica do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encarregou-se de notificar o evento à Organização Mundial de Saúde Animal – OIE, ao Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, aos países vizinhos e aos blocos econômicos com os quais o Brasil mantém relações comerciais. No mesmo sentido, as autoridades brasileiras e os órgãos de imprensa passaram a acompanhar, praticamente em tempo real, meu caro Presidente Sibá, as atividades de contenção sanitária da febre aftosa.

A rapidez das autoridades sanitárias em isolar o novo foco da doença, fato louvável, é fundamental para que o Estado de Mato Grosso do Sul se recupere o mais rapidamente possível desse trágico evento. Utilizo o termo tragédia para tentar ilustrar, Sr. Presidente, a exata dimensão desse novo foco para a economia do meu Estado, para as centenas de milhares de pessoas que dependem da renda do boi para a sua subsistência.

As notícias sobre a febre aftosa, doença cujo risco para o ser humano é praticamente nulo, caíram como uma bomba se analisarmos o impacto socioeconômico sobre frigoríficos, curtumes, fazendeiros e boiadeiros de um Estado considerado como modelo em tecnologia e em investimento na pecuária.

Vários Municípios de Mato Grosso do Sul dependem da produção e processamento de carne para sobreviver. No Município de Nova Andradina, por exem-

plo, distante cerca de 250 quilômetros de Eldorado, onde o primeiro foco foi descoberto, o frigorífico local abate aproximadamente mil animais por dia, quase todos destinados, Sr. Presidente, à União Européia. São 1.500 trabalhadores envolvidos na indústria do abate e do processamento da carne, mais centenas de outros trabalhando com couro e o transporte das mercadorias. Esse é apenas um exemplo. Há dezenas de outros, de importância similar.

O transtorno gerado pela febre aftosa não se restringe, infelizmente ao rebanho bovino. Nas áreas sob risco de contaminação, suínos, ovinos e caprinos têm de ser sacrificados também. E não é só, Sr. Presidente: os subprodutos desses rebanhos, como leite e queijo, também ficam impedidos de circular.

É por isso que a ajuda e a compreensão do Governo Federal são muito desejáveis, senão imprescindíveis para os produtores sul-mato-grossenses. Nesse contexto, o fundo emergencial do Governo, hábil a indenizar os produtores que estiverem com ficha sanitária em ordem, deve vir acompanhado de medidas compatíveis com o grau de importância que a indústria bovina adquiriu neste País.

Sr. Presidente, nosso *status* no comércio mundial de carne é, hoje, o de superpotência. No ano passado, por exemplo, o Brasil tornou-se o maior exportador mundial de carne bovina. Neste ano, as previsões da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação davam conta de que o Brasil responderia por mais de 23% do comércio bovino em todo o mundo. É válido frisar que tal crescimento brasileiro vem sendo obtido sem o risco de desabastecimento do mercado interno.

A produtividade da pecuária para o nosso País é referência mundial, o que faz de sua indústria setor estratégico da economia nacional. Respondendo por mais de US\$8 bilhões por ano, além de gerar centenas de milhares de empregos, a indústria da carne bovina é crucial para a inserção competitiva do Brasil no comércio mundial.

Mais de cem países consomem a carne brasileira. Se o elo mais fraco da cadeia produtiva se romper, as consequências são proporcionais à importância do setor: férias coletivas, desabastecimento, demissões, perda de competitividade interna e externa.

É por esses motivos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que defendemos, de forma enfática, o estabelecimento de mecanismos de controle e cooperação sanitária, tanto no âmbito interno quanto em relação aos países vizinhos. Neste sentido, o Governador de Mato Grosso do Sul propôs, de forma acertada, que o controle da febre aftosa se transforme em pauta permanente do Mercosul.

A luta para fazer da América do Sul região livre da febre aftosa é de responsabilidade de todos os países da região. Alcançar essa meta é algo perfeitamente exeqüível, Sr. Presidente!

Como afirmou, com muita propriedade, o chileno Eduardo Correa de Melo, Diretor do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa, que funciona no Estado do Rio de Janeiro, os fazendeiros brasileiros fizeram “um grande esforço para eliminar a febre aftosa. Isso fez o País ter mais de 140 milhões de cabeças em áreas livres da enfermidade. É um grande feito, mas, lamentavelmente, enquanto houver áreas com problemas, haverá riscos para todos”.

A vacina contra a febre aftosa é eficaz, resolve o problema, desde que manuseada de modo correto. Portanto, está longe de ser utopia fazermos da nossa região área livre de aftosa. Afinal de contas, foi a cooperação entre os Estados Unidos, o México e o Canadá que permitiu a erradicação da doença na América do Norte. Na América Central, a doença nunca existiu.

O que falta para alcançarmos a meta de erradicação na América do Sul, Sr. Presidente? Sinergia entre as autoridades de todos os países interessados em fazer do subcontinente sul-americano área livre da febre aftosa.

No momento em que o Brasil negocia, de forma brilhante, a abertura da agricultura no comércio multilateral, na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, não podemos nos dar ao luxo – em hipótese alguma – de sofrer restrições de caráter sanitário na pecuária. A segurança alimentar é conceito crucial no comércio mundial, mesmo porque sabemos que medidas de caráter sanitário são tomadas, muitas vezes, para disfarçar a praga do protecionismo dos países ricos.

Como se diz no linguajar popular: eles não merecem essa “colher de chá”. Nesse ponto, refiro-me não apenas à febre aftosa, pois estou convencido de que nosso horizonte de preocupações é mais amplo. Refiro-me, também, ao mal da vaca louca, à ameaça da gripe aviária, à sigatoga negra na cultura da banana, à mosca branca na cultura do algodão, à pinta preta na cultura da laranja. O combate a esses problemas é de interesse e dever do Governo, bem como da iniciativa privada agropecuária.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento vem trabalhando no sentido de modernizar a regulamentação de conceito-chave nesse processo: a rastreabilidade no setor agropecuário. Nas palavras do Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério, Dr. Márcio Portocarrero, trata-se de desenvolvermos a capacidade de identificar todas

as etapas no processo de produção, “da fazenda até a mesa do consumidor”.

Regulamentarmos, de forma eficiente, o rastreamento, o controle e a fiscalização do Poder Público em todas as etapas da produção alimentar significa garantirmos, aos olhos do mundo, que o setor agropecuário brasileiro observa padrões internacionais de respeito, por exemplo, ao meio ambiente. Significa, também, que as condições sociais, sanitárias e trabalhistas são compatíveis com as exigências globais mais rigorosas.

Quanto à proteção dos direitos humanos e trabalhistas, vale mencionar o valor que o mercado da União Européia passou a dar ao chamado *fair trade* que, por meio do mecanismo de certificação, fornece ao consumidor a certeza de que o produto foi produzido em consonância com padrões aceitáveis nas relações de trabalho.

Aprimorarmos a rastreabilidade permite, também, maior controle e punição do contrabando, que presta enorme desserviço aos produtores legalizados e a todos os países da região.

O empresário Antônio Ermírio de Moraes, em recente artigo na **Folha de S.Paulo**, levanta o seguinte questionamento: “Quanto vale a confiança no comércio internacional?”

É uma pergunta legítima, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. É muito difícil mensurá-la, mas podemos ter a certeza de que vale muito. No comércio internacional, além dos critérios objetivos, técnicos, há as injunções políticas, os *lobbies* dos produtores daqueles países que vêm, no embargo ao produto brasileiro, oportunidade de ouro para incrementar seus negócios.

A credibilidade internacional do Brasil é inestimável. Nosso superávit na balança comercial, milhões de empregos e mesmo o desenvolvimento brasileiro dependem de nossa capacidade de administrar e solucionar problemas tais como a erradicação da febre aftosa.

Temos recursos e capacidade para alcançar essa meta. Nossos esforços e nossa dedicação têm de ser compatíveis com nossos interesses. No caso, sabemos que são imensos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade, principalmente em função das duas semanas em que sofremos bastante em consequência da febre aftosa.

*Durante o discurso do Sr. Delcídio Amaral, a Sra. Íris de Araújo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Siba Machado.*

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Delcídio Amaral, esta Presidência se solidariza com o Estado de V. Ex<sup>a</sup> pela situação da

economia local. Rogamos pela imediata solução dos problemas.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Romero Jucá, Sérgio Guerra, Papaléo Paes, Reginaldo Duarte, Arthur Virgílio, João Batista Motta, Flexa Ribeiro, Antero Paes de Barros e Gerson Camata enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Lula tenta minimizar as denúncias que envolvem parlamentares do Partido dos Trabalhadores e da base aliada, sob inspiração, quem sabe, do ex-tesoureiro Delúbio Soares, que vaticinou que dentro de poucos anos a atual crise fará parte do “anedotário de salão”. S. Ex<sup>a</sup> afirmou que “vivemos uma situação muito engraçada”, em que se joga suspeição sobre todo mundo, mas se prova muito pouca coisa”.

Sr. Presidente, não há nenhum ingrediente na atual crise ética que denote ou revele graça. Mas agora o Presidente da República resolveu inovar, alternando bazófia e escárnio.

O axioma da crise em curso pode ser pinçado de uma máxima do Presidente Lula, dita em Moscou: “... e vamos continuar viajando”. Nesse contexto, Senhor Presidente, gostaria de tecer breves comentários com referência aos deslocamentos presidenciais ao exterior e sobre a política externa.

Qualificar como “excepcional” a viagem à Rússia (o 77º país visitado por sua excelência, desde a posse) é um exagero, a não ser pelo aspecto turístico da visita e pelas concessões e compromissos, que só beneficiam os russos. Como apoiar a entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio – OMC -, e a possibilidade de ceder a base de Alcântara para os russos. Em momento algum o Presidente Vladimir Putin fez qualquer menção ao pleito do Brasil de obter apoio à reforma acelerada do Conselho de Segurança da ONU.

Talvez o contrato assinado para envio do cosmonauta brasileiro ao espaço, ao custo de US\$10 milhões, seja o ponto alto da visita, e a garantia que o embargo russo vai se limitar à carne proveniente do Mato Grosso do Sul.

No nosso entorno, seria temerário o Brasil celebrar acordo nuclear com o Presidente Hugo Chávez. Apesar dos desmentidos formais do governo, o próprio presidente venezuelano confirmou ontem ao jornal **Estado de S. Paulo**, que está negociando um acordo de cooperação nessa área.

As relações bilaterais com o nosso vizinho e parceiro do Mercosul, o Paraguai, também precisam receber mais atenção do Itamaraty. O grau de deterioração das relações bilaterais vem se ampliando a cada dia.

No episódio da febre aftosa diversas autoridades brasileiras, inclusive o próprio Governador do Mato Grosso do Sul, emitiram opinião, sem respaldo técnico, afirmando que o responsável pela contaminação do rebanho em nosso País era causada por vírus proveniente do Paraguai.

O Paraguai protestou pelo fato de o Brasil descumprir o acordo firmado em 2004, que prevê troca de informações logo após surgirem suspeitas da doença. Segundo a Embaixada do Paraguai, em Brasília, o Brasil comunicou a ocorrência do foco de aftosa dez dias após a suspeita (surgida em 26 de setembro).

Vale ressaltar, Sr. Presidente, o Paraguai tem certificação concedida em janeiro passado pela Organização Mundial de Saúde animal – de zona livre de febre aftosa sem vacinação.

Hoje, dia 20 de outubro, em Montevidéu, o Paraguai deve apresentar uma queixa formal durante reunião do Conselho Veterinário permanente do Mercosul. O Paraguai deverá exigir provas das suspeitas lançadas pelo Governador do Mato Grosso do Sul, de que a doença teria sido causada por bovinos vindos do país vizinho.

Talvez seja sintomática a alegação do Paraguai: há pouca transparência por parte do Governo brasileiro.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, também ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Land Rover também é caixa 2?”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 14 de outubro do corrente ano.

A matéria destaca que o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Ferreira Mendes, afirmou que se faz necessário uma distinção entre irregularidade financeira e arrecadação de dinheiro de corrupção. Essa declaração foi dada após a o presidente eleito do PT, Ricardo Berzoini, ter dito que caixa 2 de campanhas eleitorais faz parte do folclore político. Segundo o ministro Gilmar Mendes, “o que é caixa 2 de campanha? Dinheiro vindo de corrupção é também caixa 2 de campanha? Land Rover oferecido a dirigente partidário também é caixa 2? Espero que façam as devidas distinções entre mera irregularidade financeira de campanha e dinheiro de corrupção”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo seja considerado como parte deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



# ‘Land Rover também é caixa 2?’

Gilmar Mendes, do STF e TSE, cobra as ‘devidas distinções’

**Mariângela Gallucci**  
BRASÍLIA

Um dia após o presidente eleito do PT, Ricardo Berzoini, ter dito que o caixa 2 das campanhas eleitorais faz parte do folclore político, Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que é necessário fazer distinção entre irregularidade financeira e arrecadação de dinheiro de corrupção. Além de integrante do STF, Mendes é vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

“Eu espero que façam as devidas distinções. O que é caixa 2 de campanha? Dinheiro vindo de corrupção é também caixa 2 de campanha? Land Rover oferecido a dirigente partidário

também é caixa 2?”, disse Mendes, lembrando o carro que o ex-secretário-geral do PT, Silvío Pereira recebeu de presente de uma empreiteira. “Espero que façam as devidas distinções entre mera irregularidade finan-

**“Um dos piores crimes é o eleitoral, porque atenta contra a democracia”**

ceira de campanha e dinheiro de corrupção.”

As declarações de Berzoini repercutiram negativamente no TSE e na comissão de juristas formada pelo tribunal para propor mudanças na legislação

eleitoral e tentar inibir a prática de crimes como o caixa 2. O entendimento da comissão é de que caixa 2 é uma irregularidade gravíssima, que caracteriza crime, além de ser um comportamento antiético.

Integrante da comissão e procurador-geral no Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado disse que “um dos piores crimes é o eleitoral porque atenta contra a democracia”. E acrescentou: “Não se pode considerar como normal algo que a legislação considera crime. A rigor, o crime eleitoral parece que não tem vítima. Esses crimes têm normalmente baixa reprovação social, mas não quer dizer que eles não sejam um dos crimes mais danosos à democracia.” ●

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou recentemente um dos mais importantes estudos dos últimos anos sobre a economia e os problemas sociais do Brasil.

Trata-se de “BRASIL – o estado de uma nação: uma análise ampla e objetiva dos principais problemas e desafios do País”.

Certamente, havia uma demanda nacional por um trabalho dessa magnitude, pois o que temos visto são estudos pontuais, não abrangentes e particulares de diversos tópicos de nossa complexa problemática social e econômica.

“BRASIL – o estado de uma nação” representa uma espécie de “volta às origens” do IPEA, como entidade encarregada de cumprir a missão de criticar, repensar e propor alternativas para o processo de desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Não estamos reduzindo o valor de outros estudos e publicações do IPEA, mas é importante destacar o imenso valor de um trabalho que examina nossos problemas e desafios com grandes oculares, de uma

maneira ampla, com objetivos de longo prazo, sem desprezar os elementos conjunturais.

O Estado da Nação Brasileira, neste ano em que o Brasil completa 20 anos de sua redemocratização, “retrata o País em suas mais diversas dimensões” e procura aumentar nosso autoconhecimento como povo e nação e organizar os debates, os desafios e as oportunidades nas áreas de desenvolvimento econômico, social, cultural, político e institucional.

O tema central, foco principal das discussões, das análises, é: desenvolvimento e inclusão social hoje e no futuro.

Desenvolvimento social e econômico e inclusão social representam as maiores aspirações e necessidades do Brasil neste início de Terceiro Milênio, pois descuidar de qualquer dessas prioridades representa a falência futura de nosso País como nação moderna e a negação de tudo aquilo que estabelecemos como meta suprema de nossa Constituição.

“Instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvi-

to, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social” são objetivos definidos em nossa Constituição que somente se concretizarão quando conseguirmos estabelecer mecanismos e políticas de desenvolvimento e inclusão social.

“BRASIL – o estado de uma nação” representa a busca desses mecanismos, desse conhecimento, dos métodos, das políticas e dos programas necessários para deixarmos de ser um país potencialmente rico e imensamente injusto.

Estabilidade e crescimento; Inovação e competitividade; Pobreza e exclusão social; Cidadania e participação; Território e nação; Amazônia: desenvolvimento e soberania; O Estado e a Federação; e Juventude no Brasil formam os oito capítulos em que se subdividem os estudos e pesquisas realizados por uma equipe multidisciplinar e competente para diagnosticar e propor cursos de ação para transformar os anseios de nosso povo em mais justiça, mais igualdade, mais democracia, mais desenvolvimento e mais inclusão social.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a importância, a abrangência, a complexidade e a dimensão deste trabalho do IPEA certamente requerem mais reflexão e maior tempo de análise e exame do conjunto dessa importante pesquisa.

O tempo de que disponho, certamente, não me permite analisar, com o grau de profundidade que o trabalho merece, a imensa gama de variáveis que são consideradas em todos os temas abordados.

Voltarei a esta Tribuna para analisar alguns dos relevantes temas estudados em “BRASIL – o estado de uma nação”, pois o assunto não se esgota, tanto pelo seu dinamismo como pelo caráter estrutural e de longo prazo de diversos vetores analisados e pesquisados.

Neste momento, gostaria de enfatizar apenas um dos muitos temas estudados por essa equipe comandada pelo Ministro Paulo Bernardo e por Glauco Arbix, presidente do IPEA, com a dedicação de Fernando Rezende e Paulo Tafner e um grande grupo de economistas, sociólogos, pesquisadores e cientistas sociais.

Ressalto a importância do capítulo referente à nossa Juventude, pois, ainda que todos os outros temas e assuntos mereçam elevado grau de prioridade, nenhum consegue rivalizar com o mais importante fator de nosso desenvolvimento atual e futuro: o papel da Juventude.

Se o Brasil perseverar no atual estado de coisas em que a prioridade para a juventude não passa de *boas intenções*, não há dúvida de que a profecia de Stephan Sweig, “*Brasil, país do futuro*”, continuará a ser mera figura de retórica.

Pior do que a não realização dessa profecia, estaremos legando aos pósteros um país dividido, um país dilacerado, um país injusto e um país derrotado, por incompetência de suas elites dirigentes.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil possui quase 35 milhões de jovens, entre 15 e 24 anos, o que representa quase 20% do total de nossa população.

São esses 35 milhões de jovens que irão definir o futuro do Brasil e tentar responder à célebre questão: *que País é este?*

Atualmente, muitos desses 35 milhões de jovens são vítimas de heranças trágicas, como a pobreza e a indigência de suas famílias, pela grande desigualdade de renda e da riqueza, pela falta de educação de qualidade, pela ausência de serviços adequados de habitação, saúde pública, transporte, saneamento básico e segurança pública, pela falta de oportunidades de trabalho.

Certamente, o Brasil ainda não está oferecendo aos jovens tudo aquilo que eles necessitam, merecem e podemos ofertar, como oportunidades adequadas de educação e condições de progresso individual e coletivo.

A violência é a causa maior de mortalidade entre os jovens de 10 a 29 anos.

Não podemos admitir que homicídios continuem a dizimar nossa juventude e tornar o Brasil um país numa espécie de guerra civil não declarada.

É para nossa juventude que dedico este meu pronunciamento, com um apelo para que todos nós que temos responsabilidade política adotemos as medidas urgentes de salvação de nossa juventude, pois sem ela o Brasil não subsiste como nação nem como país civilizado.

Aos técnicos e dirigentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) deixo os meus cumprimentos pela excelência do trabalho realizado, com a sugestão de sua permanente atualização, para que possamos retirar lições e importantes ensinamentos no campo das políticas públicas e de desenvolvimento e inclusão social.

Muito obrigado.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar o artigo intitulado “Oportunidade perdida”, de autoria do ex-embaixador do Brasil nos EUA e na Grã-Bretanha, Rubens Barbosa, publicado no jornal O Estado de S. Paulo do último dia 27 de setembro do corrente.

O autor, em seu artigo, ao tratar das relações entre Brasil e Estados Unidos, destaca que “nos dois últimos anos, poucos avanços efetivos foram registrados, refletindo a perda de prioridade dos EUA na política externa brasileira”. Ao afirmar que o Brasil deveria aproveitar melhor “o que o país mais importante e o maior mercado do mundo têm a oferecer”, destaca que “visões diferentes deste enfoque, ideologicamente motivadas, pertencem ao universo da retórica e – mais uma oportunidade perdida – deixam de maximizar os benefícios que o Brasil pode extrair desse relacionamento”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Oportunidade perdida

Rubens Barbosa

Em mais de 180 anos de relações diplomáticas, políticas, econômicas, comerciais e financeiras, o Brasil e os EUA mantiveram um intenso intercâmbio marcado por encontros e desencontros expressivos.

Tive o privilégio de acompanhar intimamente, por cinco anos, o desenvolvimento recente do relacionamento bilateral, como chefe da missão diplomática brasileira em Washington, até abril de 2004.

A política norte-americana em relação ao Brasil ainda se baseia em percepções pouco claras, mitos, estereótipos e distorções da realidade, derivados da falta de melhor conhecimento da nossa realidade política, econômica, social e cultural. O resultado é uma combinação de baixa prioridade, cálculo político por vezes superficial e imediatista, interesses econômicos e comerciais concretos, mas aquém de desenvolvimento potencial da relação. Não mencionando o paternalismo conservador e o evangelismo, marcas da atual administração Bush, a recíproca também é verdadeira – inclusive no que se refere à baixa prioridade.

Nos últimos cinco anos, de modo geral, as relações foram boas. Em alguns momentos, excelentes. Hoje são apenas corretas. Nunca, porém, foram livres de alguma tensão, geralmente motivada por conflitos comerciais ou preocupações com a segurança.

Durante o governo FHC e até a primeira visita do presidente Lula (junho de 2003), as relações estavam em expansão, como ficou demonstrado no curso da visita presidencial com histórica reunião entre dez ministros de cada país, com a criação de três grupos de trabalho nas áreas de macroeconomia, energia e agricultura e com a definição de uma agenda positiva. Nos dois últimos anos, poucos avanços efetivos foram registrados, refletindo a perda de prioridade dos EUA na política externa brasileira, segundo se infere de declarações oficiais.

Longe de ser nostalgia da subserviência, essas iniciativas representaram uma atitude pragmática e objetiva, visando a melhor aproveitar o que o país mais importante e o maior mercado do mundo têm a oferecer.

Visões diferentes deste enfoque, ideologicamente motivadas, pertencem ao universo da retórica e – mais uma oportunidade perdida – deixam de maximizar os benefícios que o Brasil pode extrair desse relacionamento.

As relações bilaterais experimentaram uma gradual transformação qualitativa, positiva para o Brasil, se forem entendidos os sinais que estão sendo dados. O Brasil começou a ser tratado de maneira diferenciada pelos EUA em diversas frentes, tais como a financeira, a do intercâmbio político-diplomático, sobretudo nos temas regionais. Nota-se clara disposição de Washington de minimizar e evitar diferenças e atritos.

Se os EUA estendessem tal tratamento à esfera mais ampla das relações internacionais, seria distinta a atitude americana, por exemplo, na consideração da incorporação do Brasil ao atual G-8 e ao Conselho de Segurança da ONU, na condição de membro permanente.

É sintomático que a Doutrina de Segurança Nacional dos EUA, publicada em 2002, não incluía o Brasil nem entre as "grandes potências", categoria em que figuram Rússia, Índia e China, nem entre os "aliados".

Exemplo da gradual mudança de percepção é o trabalho elaborado pelo National Intelligence Council, instituto de pesquisa da CIA, sobre o *Panorama Mundial em 2020*, no qual o Brasil é projetado como uma das potências econômicas globais, como comentei em artigo de 8 de fevereiro.

Do lado americano, o Brasil foi incluído em 2002 pelo Departamento do Comércio como um dos seis principais parceiros, ao lado de China, Índia, México, Canadá e Turquia. Por outro lado, o Brasil é o único dos grandes países sem uma estratégia coerente junto à comunidade decisória em Washington.

Embora não se observe uma clara política de promoção comercial que dê prioridade ao maior mercado importador do mundo, os EUA continuam sendo nosso maior parceiro comercial e o mercado mais importante para os produtos brasileiros. Dado o dinamismo das duas economias e dos respectivos setores privados, arrisco-me a prever que, nos próximos dez anos, o comércio bilateral deverá pelo menos dobrar, com ou sem a Alca.

O foco principal continuará a ser, no futuro previsível, a área comercial – ressalvada, é claro, a possibilidade de eventuais crises de maior gravidade, que nos envolvam nos planos bilateral, regional ou mundial.

No contexto hemisférico, somente o Brasil pode criar para si mesmo um espaço diplomático capaz de assegurar-lhe algum grau de autonomia como potência regional.

Apesar de reconhecer o papel efetivo e potencial de liderança que o Brasil pode desempenhar na América do Sul, começa a ganhar corpo em certos setores, da administração norte-americana a percepção dos que

## O BRASIL É O ÚNICO DOS GRANDES PAÍSES SEM UMA ESTRATÉGIA COERENTE COM OS EUA

enxergam, do nosso lado, o projeto de "desafiar" a projeção dos EUA no continente, em razão do sentimento antiamericano por parte de setores do governo.

Trata-se, de longe, da mais importante relação bilateral do e para o Brasil. Por isso penso que deveríamos buscar, pragmaticamente, ampliar os campos de cooperação e os vínculos comerciais, ao mesmo tempo que devemos resguardar, de forma intransigente, o interesse nacional.

Ocorrem-me essas reflexões no momento em que está sendo publicado um livro, do qual sou co-organizador, no qual os diferentes ângulos do relacionamento bilateral, diplomático, econômico, comercial e de segurança são examinados por acadêmicos, políticos e diplomatas dos dois países.

O livro *Relações Brasil-Estados Unidos: Assimetrias e Convergências* (Editora Saraiva), que analisa, histórica e tematicamente, o conjunto das relações do Brasil com os EUA, incluindo a agenda de negociações em torno de uma área hemisférica de livre comércio, está sendo lançado hoje, com debate sobre as relações bilaterais, no Instituto Fernando Henrique Cardoso. ■

Rubens Barbosa, consultor, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp, foi embaixador do Brasil nos EUA e na Grã-Bretanha.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar o desaparecimento, na Polícia Federal, de cerca de R\$2 milhões – 667 mil euros, US\$63 mil e R\$22 mil – referentes à ação da polícia na chamada “Operação Caravelas”.

O dinheiro seria enviado de avião do Rio de Janeiro para sede da PF, em Goiânia, tendo em vista a redistribuição do inquérito, da 7ª Vara Federal de Justiça do Rio para 11ª Vara Federal Criminal de Goiânia.

Sr. Presidente, é imprescindível que se proceda a uma intensa investigação do Ministério Público

diante deste gravíssimo fato, uma vez que há indícios veementes da participação policiais federais na ação audaciosa ação dos criminosos. É nesse contexto que solicito que a matéria intitulada “Dinheiro seria enviado para Goiânia”, publicada no **Jornal do Brasil**, de 20 de setembro do corrente, seja inserida nos anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## *Dinheiro seria enviado para Goiânia*

O procurador da República Gino Liccione, do grupo de Controle Externo da Atividade Policial, instaurou procedimento administrativo para apurar o desaparecimento do dinheiro na sede da PF e deu 24 horas para ser informado sobre os nomes e cargos de todos os policiais que participaram da Operação Caravelas. Em 48 horas, a PF terá que entregar também cópias dos documentos referentes às atividades policiais até a apreensão.

O procurador quer saber por que o montante não havia sido depositado em instituição bancária oficial. Os cerca de R\$ 2 milhões – 677 mil euros, US\$ 63 mil e R\$ 22 mil – seriam enviados hoje de avião para a sede da PF em Goiânia. A decisão só pôde ser tomada depois que a 7ª Vara Federal de Justiça do Rio passou todo o inquérito para a 11ª Vara Federal Criminal de Goiânia, onde o caso teve os processos unificados. A PF pediu à Justiça o seqüestro dos bens de todos os acusados.

Outros US\$ 490 mil encontrados em um Porsche do filho de José Antônio de Palinhos Jorge Pereira, acusado de ser o operador da quadrilha no Brasil, haviam sido mandados para Goiânia no sábado. Segundo Roberto Prel, esta parte do dinheiro foi enviada antes porque um acordo com a Justiça de Goiás havia sido feito especificamente para a apreensão do Porsche e os dólares encontrados nele. No mesmo voo em que foi enviada a quantia estava Sandra Tolpiakow, sócia da rede de restaurantes Satyricon e Capricciosa, hoje presa na carceragem da PF de Goiânia.

Além do modelo esportivo, outros 16 dos 20 carros de luxo da quadrilha sob custódia da PF serão transportados hoje em caminhões-cegonha para a PF de Brasília, segundo Ronaldo Magalhães. Dos cinco integrantes da quadrilha ainda presos no Rio, três iriam ontem à noite para Goiás e os outros dois hoje.

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “O grande expurgo”, de autoria do jornalista Diogo Mainardi, publicado na revista **Veja** em sua edição de 12 de outubro do corrente.

Segundo o autor, “Lula está morto. Mas o petismo ainda sobrevive. Se soubermos aproveitar a morte política de Lula para enterrar definitivamente o petismo, o país sairá um pouco menos emburrecido

dessa enrascada em que se meteu. Prometo cumprir minha parte”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## DIOGO MAINARDI

### O grande expurgo

Depois de derrubar Lula, não quero uma medalha, não quero uma estátua equestre, não quero que me cubram de dinheiro. Meus desejos são mais singelos. Quero que me chamem para comandar o grande expurgo do petismo na imprensa.

Minha primeira medida será eliminar, para sempre, qualquer notícia sobre figuras como Hélio Bicudo. Ele errou em todas as suas escolhas políticas. Não estou interessado em conhecer as atuais escolhas políticas de um velhinho que, até hoje, só errou. Claro que Hélio Bicudo é apenas um exemplo. Minha lista de personagens proscritos é longa e abrangente. Os petistas estão em todos os lugares. Tomaram conta de tudo. Os jornais cismam em perguntar o que eles pensam sobre os mais variados assuntos. Mesmo que, comprovadamente, eles não pensem nada que valha a pena. É o caso de Luiz Eduardo Soares. Qualquer reportagem sobre a criminalidade precisa contar com sua opinião, embora ele tenha fracassado em suas inúmeras passagens pelo governo, municipal, estadual ou federal. Não vejo o menor motivo para consultá-lo sobre o tema. Mas lá está ele, agora mesmo, pontificando sobre o desarmamento.

É um erro confundir o petismo com o PT. O petismo é muito mais danoso e muito mais antigo que o PT. Há pelo menos sete décadas ele atrofia o pensamento nacional. Há pelo menos sete décadas ele condena o país ao atraso. É preciso erradicar o petismo das cartilhas escolares, do comércio agrícola, da pesca submarina, da FiEsp, da Febraban, do PSDB. Do meu lado, posso ajudar a erradicá-lo da imprensa. Tenho olho para petistas. Consigo identificá-los até pelo cheiro. Mostre-

me um artigo de Luiz Garcia, e eu saberei lhe dizer exatamente como, quando e onde ele é petista. Outro dia, um sindicato de jornalistas protes-

tou porque, em tom de blague, eu disse que doaria dinheiro a Pat Robertson, o pastor americano que defendeu o assassinato de Hugo Chávez. Minha maior alegria, no campo profissional, é saber que estou tirando o emprego de um desses jornalistas petistas.

Não que a batalha seja fácil: O petismo contaminou todas as áreas da imprensa, das charges políticas às páginas esportivas. Até o horóscopo é petista. Marcelo Madureira me deu de

presente um livro intitulado *O Governo Lula e os Astros*. Foi publicado em 2003. Nele, a astróloga petista Bárbara Abramo, do jornal *Folha de S.Paulo*, fazia suas previsões sobre o futuro do Brasil. Ela garantia que Lula e José Dirceu conseguiriam “mudar o país”, promovendo melhorias “dignas de nota na educação, na saúde, no meio ambiente”. A entrada do Sol em Áries daria origem a “um novo jeito brasileiro de ser, resgatando ri-

quezas culturais da floresta, das populações esquecidas por este Brasilão de meu Deus”. Eu não quero o resgate das riquezas culturais da floresta. Quem quer o resgate das riquezas culturais da floresta é Aldo Rebelo.

Lula está morto. Mas o petismo ainda sobrevive. Se soubermos aproveitar a morte política de Lula para enterrar definitivamente o petismo, o país sairá um pouco menos emburrecido dessa enrascada em que se meteu. Prometo cumprir minha parte.

**“Lula está morto.  
Mas o petismo  
sobrevive.  
Se soubermos  
aproveitar a morte  
política de Lula  
para enterrar  
definitivamente o  
petismo, o país  
sairá um pouco  
menos emburrecido  
dessa enrascada  
em que se meteu”**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro de matéria intitulada “A fronteira do sucesso”, publicada na revista **ISTOÉ**, em sua edição de 12 de outubro do corrente.

A matéria mostra que o Governador de Roraima, Ottomar Pinto, do PSDB, está reconstruindo o Estado, investindo na área social e em infra-estrutura.

Segundo a matéria, “Ottomar Pinto tem priorizado a modernização de hospitais e escolas, além da recuperação das estradas para escoar as safras”.

Sr. Presidente, solicito, para que conste dos Anais do Senado Federal, que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que quero tratar é o seguinte:

**Mais Grave Que A Aftosa é a Incompetência do Governo Lula, Responsável**

**Pela Ocorrência da Moléstia**

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a melhor definição para essa história toda do surto de aftosa no Brasil veio em letra de forma, num editorial de **O Estado de S. Paulo** de hoje: *incompetência!*

Concordo e já tive ensejo de assinalar aqui, como enfatiza hoje o jornal paulista: *mais grave que a aftosa é outra doença que grassa no atual Governo petista: incompetência.*

É grave. O Governo Lula, que, quando está no Brasil, é notícia (Chegou ao Brasil o Presidente da República!), já intitulado de *Presidente Ausente*, jogou pela janela todo o esforço de controle sanitário realizado ao longo dos oito anos de Fernando Henrique Cardoso. Esta é que é a verdade. E para que isso fique gravado, estou anexando a este breve pronunciamento o editorial de hoje do **Estadão**.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**EDITORIAIS O ESTADO DE S. PAULO**

Sexta-feira, 21 de outubro de 2005

Aftosa e incompetência

A doença menos grave exposta pelo surto de aftosa em Mato Grosso do Sul é a própria aftosa. A mais grave é a incompetência. Tanto em Brasília quanto em Campo Grande, o governo revelou-se, mais uma vez, incapaz de enfrentar as tarefas indispensáveis a um país moderno e com peso internacional. Pior que isso: jogou fora o esforço de controle sanitário realizado na última década.

Em vez de avançar, ao menos alguns passos, a administração pública retrocedeu. Ontem, o Ministério da Agricultura confirmou haver aumentado de 31 para

41 o número de países com restrição parcial ou total à importação de carne do Brasil. As autoridades brasileiras podem ser autocomplacentes. Mas não devem esperar do mundo a mesma tolerância às suas falhas.

A aftosa, nesse episódio, pode ter vindo ou não do Paraguai. Se não tiver vindo, terá sido por mera sorte. O controle na fronteira é quase nulo, como acaba de comprovar a imprensa. O contrabando de gado é comum na região, admitiu o delegado do Departamento de Operações de Fronteira, Antônio Carlos Videira, segundo reportagem do Estado.

O descontrole foi mostrado também, de forma inequívoca, pelo jornal Valor. Percorrendo 60 quilômetros de fronteira, uma repórter encontrou gado solto e circulando livremente entre os dois países. Fazendas brasileiras se estendem sobre a divisa, ocupando território do Brasil e do Paraguai. No fim do trajeto, um posto desativado do Ministério da Fazenda é um sinal de passagem do governo.

Segundo o governador do Departamento paraguaio de Amambay, Roberto Acevedo, o Brasil não fez sua parte e demorou a comunicar às autoridades paraguaias o aparecimento da aftosa em Mato Grosso do Sul.

Segundo o diretor do Serviço Nacional de Qualidade e Saúde Animal do Paraguai, Hugo Corrales, a última vacinação contra aftosa, no país, ocorreu no fim de julho e 98% do rebanho está imunizado.

As autoridades paraguaias estão informadas sobre as falhas do governo brasileiro. O governador do Departamento de Amambay, fronteiro com o Estado de Mato Grosso do Sul, lembrou que o Brasil investiu apenas 2% do orçamento previsto para o combate à aftosa.

Enquanto não se comprova a origem da doença, os dois lados podem continuar trocando censuras e nenhum dos dois países lucrará com isso. Paraguai, Brasil e Argentina comprometeram-se há vários anos a desenvolver um trabalho conjunto de combate à aftosa para livrar a região da doença. Em 2001, o governo brasileiro ofereceu ajuda técnica ao Paraguai para a execução das tarefas.

No fim do ano passado, quando o governo paraguaio anunciou seu novo calendário de vacinação, o acordo entre os três países foi novamente mencionado. Se autoridades brasileiras, agora, manifestam dúvidas quanto à situação sanitária no Paraguai, é porque o acompanhamento conjunto dos trabalhos não se realizou ou foi abandonado.

O desleixo na fronteira, de toda forma, é uma demonstração bastante clara de como o programa de controle tem sido executado em Mato Grosso do Sul tanto pelas autoridades federais quanto pelas do Estado.

A multiplicação dos focos da doença, em poucos dias, é mais uma prova do descontrole. Diante do desastre, resta fazer, de imediato, o que o governo federal já começou: implantar um perímetro de segurança e sacrificar os animais nas áreas de infecção.

Mas há resistência à realização desse trabalho. Fazendeiros protestam contra a matança do gado e

exigem compensação antecipada. O caso mais grave é o de pequenos proprietários, instalados em assentamentos da política agrária. Faltou a esses assentados, tudo indica, o mínimo de assistência técnica e financeira para a defesa sanitária de seus animais.

Tem faltado às autoridades federais, assim como às do Estado de Mato Grosso do Sul, a visão necessá-

ria a quem pretende apresentar ao mundo uma agropecuária moderna e competitiva.

Quando se pretende exportar, os cuidados sanitários têm de valer tanto para os grandes quanto para os pequenos fazendeiros. A fiscalização de fronteiras tem de ser implacável e minuciosa, assim como os controles da vacinação e da qualidade das vacinas.

### Os números de Roraima

Atuação do governo		Desempenho pessoal do governador	
Descrição	%	Descrição	%
Excelente	7,6	Excelente	7,8
Boa	29,4	Bom	38,6
Regular positiva	30,0	Regular positivo	20,7
Regular negativa	13,1	Regular negativo	11,4
Ruim	9,4	Ruim	7,5
Péssima	7,9	Péssimo	9,7
NS/NR	2,6	NS/NR	4,3

Promessas de campanha		Nota média para o desempenho do governo na	
Descrição	%		
Estão sendo cumpridas	46,6	Segurança	6,91
Não estão sendo cumpridas	40,5	Saúde	6,76
NS/NR	12,9	Agricultura	6,54
		Educação	6,50
		Habitação	6,35
		Construção de estradas	6,25
		Industrialização	5,92
		Geração de empregos	5,88

No atual governo, o Estado	
Descrição	%
Melhorou	48,4
Está na mesma situação	37,5
Piorou	12,4
NS/NR	1,7

Pesquisa feita no Estado pelo Instituto Databrain com 1.112 pessoas, entre os dias 21 e 23 de setembro

# A FRONTEIRA

BRASIL

PESQUISA

## Disposto a reconstruir Roraima, Ottomar Pinto investe no social e em infra-estrutura

ANA CARVALHO – Boa Vista (RR)

**D**epois da passagem de uma nuvem de gafanhotos que devastou Roraima, a terra de Macunaíma, é chegada a hora da reconstrução. Um desafio que cabe ao brigadeiro Ottomar de Souza Pinto (PSDB), 74 anos, que assumiu o Estado em novembro do ano passado. Governar Roraima não é novidade para o militar que já esteve à frente do Executivo estadual em duas outras oportunidades. Em 1979, quando nomeado para comandar o então território, e em 1989, quando tornou-se o primeiro governador eleito.

No dia 10 de novembro do ano passado, o pernambucano de Petrolina assumiu pela terceira vez o comando do que ele chama de “fronteira do sucesso”, graças à vocação agrícola de Roraima, que faz fronteira com a Venezuela, com a Guiana e com o Amazonas e o Pará. Bom de briga, Ottomar decidiu entrar na Justiça para que 4,2 milhões de hectares – o que equivale a três Sergipes – passem do Incra para as mãos do Estado, como determina a Constituição, a fim de que o modelo agroindustrial planejado seja, de fato, desenvolvido.

O secretário de Planejamento, Haroldo Amor dos Santos, explica que com a questão fundiária resolvida será possível usufruir dos R\$ 120 milhões do FNO, um fundo de fomentos ligados ao Banco da Amazônia. “Sem titularidade não há terra. Sem terra não há garantia, sem garantia

**ISTO É**  
**Databrain**  
 GOVERNO BEM AVALIADO  
 RORAIMA

# DO SUCESSO



não há empréstimo e conseqüentemente investimento para aumento de produção e geração de riquezas”, explica. Haroldo ressalta que 93% das terras do Estado – 22 milhões de hectares – pertencem ao Ibama, ao Exército, ao Incra e às reservas indígenas.

**Dívidas** – Mas os problemas, que são muitos, não abalam a determinação do brigadeiro e menos ainda a sua popularidade, conforme demonstra a pesquisa ISTOÉ/Databrain, realizada entre os dias 21 e 23 de setembro com 1.112 eleitores. Para os entrevistados (somados excelente, bom e regular positivo), tanto a atuação do governo como o desempenho do governador chegam a 67%. Ottomar, segundo colocado nas eleições, assumiu a chefia do Executivo há 11 meses, no lugar do então governador Flamarion Portela e seu vice Salomão Cruz, cassados pelo TSE por abuso do poder econômico nas eleições de 2002. O brigadeiro conta que herdou uma dívida de R\$ 400 milhões, uma estrutura viária destruída, sem contar com as áreas de saúde e educação abandonadas. E são esses os setores prioritários. Com o estio, que começou este mês, já pôs as poucas máquinas em funcionamento para tirar do atoleiro os mais de três mil quilômetros de estradas vicinais. Elas são vitais para atender não só aos grandes produtores, mas principalmente aos agricultores familiares.

A área da saúde, menina-dos-olhos de Ottomar, tem recebido atenção especial. O coeficiente de mortalidade geral por dez mil habitantes é de 46,03. Já o infantil é de 16,1 por dez mil nascidos vivos. Para aplacar os números, foram reformados o Hospital Geral, a Unidade de Tratamento Intensivo e o centro cirúrgico. O governo adquiriu equipamentos automatizados para o laboratório de

análises clínicas, que realiza, em média, 28 mil exames por mês. Na Maternidade Nossa Senhora de Nazaré, a única do Estado com capacidade de atendimento para bebês prematuros, foram incrementados a UTI neonatal e o berçário, e construído um banco de leite.

Nos mais de dez leitos, todos lotados, está o pequeno Alquimã, nascido em 30 de agosto na Serra do Sol, aldeia Ingaricó, que fica próxima ao monte Roraima. No colo da mãe, Manon, 19 anos, ele é tratado para adquirir peso e sair da área de risco. Manon (que

**PRIORIDADES**  
**Ottomar Pinto**  
**tem priorizado**  
**a modernização**  
**de hospitais**  
**e escolas,**  
**além da**  
**recuperação**  
**das estradas**  
**para escoar**  
**as safras**

significa vem cá menina) olha desconfiada, mas ao ver sua foto no visor da câmera digital sorri e conta que foi transferida às pressas porque Alquimã, seu segundo filho, “nasceu antes da lua certa”. Mas o que lhe conforta é que o sol da serra dos ingaricós não deixou de brilhar para o caçula da sobrinha do pajé da tribo. O governo quer implementar um novo modelo de gestão para tirar a saúde de Roraima da UTI. Apesar dos atritos gerados com a terceirização, Ottomar está determinado a contratar a empresa Pró-Saúde, que administra a rede São Camilo, em São Paulo, para compartilhar a administração

do setor. Na educação, ele turbinou a merenda escolar, melhorou a qualidade do material, principalmente dos livros didáticos, e passou a distribuir uniformes e tênis para os estudantes da rede.

O que pode transformar Roraima num grande pólo exportador de grãos, capaz de impulsionar o Estado, que comemorou 17 anos na quarta-feira 5, são as terras. Nas proximidades de Boa Vista encontram-se os grandes plantadores de soja. Eles conseguem obter safras maiores e melhores do que as registradas em Mato Grosso e no Sul do País. Daniel Gianluppi, presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente e pesquisador da Embrapa, ressalta que a ponta-de-lança para começar o desenvolvimento e a industrialização é o agronegócio. “O governo federal vai completar a rodovia até o porto de Georgetown, na Guiana. Estaremos a 400 quilômetros dele e dez horas mais perto do comércio internacional do que o Sul do País”, aposta.

Quanto ao arroz irrigado, avaliado por Gianluppi como um dos melhores do País, o problema se torna maior por envolver as terras indígenas, como a reserva São Marcos e a Raposa Serra do Sol, homologada em abril pelo governo Lula. Nessas regiões é possível colher 6,5 toneladas por hectare. Dos 25 mil hectares de fazendas de arroz em Roraima, 17 mil estão em áreas indígenas. “E agora, com a homologação, os fazendeiros terão que deixar suas terras e a produção cairá. O problema dessa crise não é o índio. A prova disso foi a la-

voura em parceria que eles fizeram com os arroteiros na reserva São Marcos, na maloca do Contão, habitada por macuxis, taurepang e wapixanas. Ignorando as recomendações da Funai, eles emprestaram as terras e receberam dinheiro como parte do lucro da safra de 40 mil sacas”, lembra Gianluppi.

**Ilegal** – Essa é mais uma briga comprada pelo brigadeiro com Brasília. Ele, além de criar um dia de luto pela homologação da Raposa Serra do Sol, contesta a forma como o processo foi feito. Ao disparar contra a Funai, afirmou que o presidente Lula foi enganado e “não soube de tudo que ocorreu no processo de demarcação, que excluiu os fazendeiros. A Funai usou métodos ilegais e cometeu um estelionato ideológico”, disparou. A reação de Ottomar agradou aos entrevistados, conforme mensurou o instituto Databrain em seu estudo: 70,1% apoiaram sua posição, contra 20,3% e 9,6% que não souberam responder à pergunta. O céu, quando o assunto é Raposa Serra do Sol, não é de brigadeiro, mas Ottomar assegura que não desistirá de tentar alterar o decreto a fim de livrar as áreas produtivas que, para ele, integram o desenvolvimento de Roraima. ■

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Saga dos alvos mutantes”, de autoria do jornalista Otávio Cabral, publicada na revista *Veja* em sua edição de 12 de outubro do corrente.

A referida matéria mostra como o discurso do Presidente Lula mudou ao longo dos últimos cinco meses dessa crise ético-política que assola o seu governo.

Segundo o autor, “Ao procurar desmoralizar as denúncias e investigações, embora tenha, em outro momento, prometido apurações rigorosas, o presidente Lula provoca uma desorientação na opinião pública, tal a sua oscilação de foco. Afinal, no que o presidente realmente acredita?”

A matéria traz, ainda, análise do filósofo Roberto Romano, professor da Unicamp: “Lula é um mestre da demagogia populista, da arte de arengar. Ele muda seu discurso na tentativa de desviar as pessoas da realidade”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento e, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# SAGA DOS ALV

Agora, Lula tenta desprezar as denúncias, mas é tamanha sua mudança de foco que até os áulicos têm dificuldade de saber em que Lula acredita

Otávio Cabral

**O** presidente da República entrou numa nova fase na semana passada. Depois de incorporar em público figurinos tão díspares quanto o do líder autista, alheio à crise e a seus desdobramentos, e o da autoridade diligente, fiadora de investigações rigorosas e punições exemplares “doa a quem doer”, o presidente Lula deu agora para desdenhar das denúncias que sangram seu governo. Entusiasmado com a trégua de novas acusações, e fortalecido pela eleição do deputado Aldo Rebelo ao comando da Câmara, Lula abriu uma temporada de declarações depreciativas. Primeiro, ao falar a empresários paulistas, disse que o país ficara à deriva do “denuncismo” por “quatro ou cinco meses”. Depois, ironizou o trabalho da CPI dos Bingos, dizendo que ela nunca convocara “um bingueiro”. Nesse caso, o presidente estava irritado com o fato de que a CPI chamara seu secretário Gilberto Carvalho para uma acareação

O presidente: Helmut Kohl e Bettino Craxi tiveram um pouco mais de compostura

# OS MUTANTES

## Afinal, em que Lula acredita?

Em cinco meses de crise, o discurso do presidente Lula sofreu intensas mutações. Ao lado, as principais fases

### FASES

### DURAÇÃO

### PONTO ALTO

#### FASE 1 Crise? Que crise?

É o período em que Lula mostra indiferença em relação às denúncias e pede a abertura de investigações em tom protocolar

24 dias (de 14 de maio, quando VEJA divulga o vídeo da corrupção nos Correios, até 6 de junho, quando o então deputado Roberto Jefferson denuncia o mensalão em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo*)

No dia 20 de maio, cercado por jornalistas que lhe pediam que comentasse a crise, o presidente debocha e diz: "Olha para minha cara para você ver se eu estou preocupado com isso"

#### FASE 2 Doa a quem doer

Nesse período, o presidente reconhece que existe uma crise e passa a prometer investigações rigorosas e punições exemplares "doa a quem doer". José Dirceu é demitido da Casa Civil

16 dias (de 7 de junho, quando o governo passa a reagir às denúncias de Jefferson, até 22 de junho, quando inaugura a fase seguinte)

No dia 7 de junho, Lula, ao discursar num evento promovido pela ONU, promete "cortar na própria carne" e levar as investigações até as "últimas conseqüências"

#### FASE 3 "Eu fui traído"

É a época em que o presidente se diz vítima de traição e passa a culpar o PT pela crise. Nessa fase, cai a cúpula do partido, inclusive seu presidente, José Genoíno

29 dias (de 23 de junho, quando Lula diz que não há "governo mais honesto" que o seu, até 21 de julho, quando começa a fase seguinte)

No dia 15 de julho, Lula dá entrevista em Paris na qual culpa o PT pela crise e diz que caixa dois é uma prática sistemática no Brasil

#### FASE 4 "Vão ter que me engolir"

É quando Lula passa a atacar as elites. Diz que é vítima de preconceito, que não vai se matar nem renunciar e que políticos e mídia são "aves de mau agouro"

43 dias (de 22 de julho, quando ataca as elites em discurso em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, até 2 de setembro, quando entra numa fase de silêncio)

No dia 3 de agosto, em discurso exaltado na sua terra natal, Garanhuns (PE), acusa a imprensa e as elites de conspirar contra seu governo e, imitando o técnico Zagallo, diz que terão de engoli-lo num segundo mandato

#### FASE 5 Ah, esse Congresso...

É o período em que o presidente fica num silêncio discreto, aproveitando que as atenções se voltaram para a prisão de Paulo Maluf e as investigações sobre o mensalinho de Severino Cavalcanti

30 dias (de 3 de setembro, quando VEJA publica a denúncia do mensalinho de Severino, até 2 de outubro, quando começa a fase seguinte)

No dia 18 de setembro, quando o PT fazia a eleição mais importante de sua história, Lula fica em sua casa em São Bernardo do Campo assistindo ao jogo entre Corinthians e Figueirense

#### FASE 6 Era tudo mentira

Aliviado com a entressafra de denúncias, Lula passa a desqualificar o que veio a público até agora

Começou na semana passada

Num dia, Lula disse que o país ficou quatro meses submetido a denúncias que não se comprovaram e, no dia seguinte, desdenhou da CPI dos Bingos afirmando que ela nunca convocou um "bingueiro"

sobre o assassinato do prefeito de Santo André. No outro caso, mais grave, Lula aderiu ao coro dos que pelem para fabricar na opinião pública a impressão de que todas as denúncias são infundadas e as motivações dos investigadores — CPI, polícia, imprensa — são espúrias.

É natural que um presidente acossado por suspeitas, como tem acontecido com Lula, tente defender a si mesmo e a seu governo — mas é raro que, nesse afã, saia atirando contra instituições cuja missão é justamente investigar. Nas democracias mais sólidas, os chefes de governo, mesmo aqueles enlameados por suspeitas de corrupção, tendem a ter mais compostura. Helmut Kohl, ex-chanceler alemão, foi acusado de receber ilegalmente 1 milhão de dólares para seu partido e enfrentou as investigações fazendo tudo para provar sua inocência — em vão, ao final —, mas sem jamais desmerecer quem o investigava. Até Bettino Craxi, o ex-primeiro-ministro da Itália pilhado num monumental esquema de corrupção, esperneou quanto pôde se dizendo vítima de perseguição política e fugindo depois para a Tunísia, onde morreu, mas nunca acusou aqueles encarregados de investigá-lo. Aqui, é diferente. E olha que as “denúncias infundadas” já ceifaram a cabeça de um ministro, nove funcionários do governo e catorze executivos de estatais, além de ameaçar dezesseis deputados de cassação, fora um que já foi cassado e outros três que renunciaram...

Ao procurar desmoralizar denúncias e investigações, embora tenha, em outro momento, prometido apurações rigorosas, o presidente Lula provoca uma desorientação na opinião pública, tal a sua oscilação de foco. Afinal, no que o presidente realmente acredita? Acredita, como ele próprio já disse, que as denúncias são motivadas por preconceito da elite, que conspira para derrubá-lo? Ou acredita, como ele também já disse, que foi

traído pelos próprios companheiros? Ou, como diz agora, que as denúncias são levianas e tudo não passa de jogo político? “Se eu fosse caridoso, diria que a mudança nos discursos de Lula é uma técnica de controle da opinião pública, comum na política, praticada com maior ou menor competência, dependendo do governante”, analisa o filósofo Roberto Romano, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). “Como não sou caridoso, digo que Lula é um mestre da demagogia populista, da arte de arengar. Ele muda seu discurso na tentativa de desviar as pessoas da realidade.”

A nova estratégia do desdém começou a ser posta em prática na semana passada, mas o presidente Lula não foi seu único ativista. Houve outros, dentro e fora do governo. O ministro Jaques Wagner, das Relações Institucionais, querendo aliviar a culpa do PT, que comprovadamente mantinha um caixa com dinheiro clandestino, disse que caixa dois é algo inofensivo como “jogo do bicho” ou “dólar paralelo”. Esqueceu-se de combinar com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que antes dissera que caixa dois é coisa de

“bandidos”. O ministro da Justiça também apresentou uma criação de sua própria lavra para desacreditar as denúncias. Disse que a Polícia Federal já está investigando um “comércio da delação premiada”, pelo qual advogados estimulariam seus clientes a superfaturar acusações em troca de redução de pena. A única suspeita de “comércio” da qual o ministro se lembrou foi o caso do doleiro Toninho da Barcelona, que — coincidentemente — acusou o próprio ministro. Em tempo: a Polícia Federal, desmentindo o ministro, informa que não há investigação sobre o assunto. Há apenas uma pesquisa — procedimento estranho à rotina da polícia — sobre casos de delação premiada no país.

Fora do governo, mas em seu auxílio, apareceu o presidente do Senado, Renan Calheiros, para dizer que as CPIs estariam “patinando” e “sem foco”. Até o deputado José Dirceu, aquele que está “cada vez mais convencido” da própria inocência, resolveu pontificar, dizendo que as “CPIs perderam o foco” — e o mais espantoso, além da ironia de seu diagnóstico, é o fato de Dirceu supor que está autorizado a mudar de lugar no meio do jogo, trocando o banco dos réus pela cadeira dos jurados... O ex-ministro Tarso Genro é outro que enveredou para o caminho da crítica às CPIs na semana passada. Disse que haverá fundadas suspeitas de que as CPIs estão fazendo corpo mole caso não investiguem a origem do dinheiro que irrigou o valerioduto. Ora, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares jura que o dinheiro veio dos tais empréstimos contraídos por Marcos Valério nos bancos BMG e Rural. Ninguém acredita nisso, e agora se descobre que nem Tarso Genro acredita, mas é bom lembrá-lo, ele que cobra tanto resultado das CPIs, de que Delúbio Soares — o mentiroso, certo? — ainda não foi nem expulso do PT. Tarso Genro preside o PT. ■

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar a matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, de 8 de outubro de 2005, intitulada “Presidente da Biblioteca Nacional pede demissão”.

A matéria destaca que o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, aceitou o pedido de demissão de Pedro Corrêa do Lago, que deixou ontem a Presidência da Fundação Biblioteca Nacional. Após se tornar alvo de suspeitas de irregularidades, a gestão de Pedro Corrêa, começou a ser investigada pela comissão formada

por representantes da Controladoria Geral da União, Ministério Público e Polícia Federal.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**CULTURA** Pedro Corrêa do Lago diz sair por possuir poucos recursos; sua gestão é investigada por supostas irregularidades

# Presidente da Biblioteca Nacional pede demissão

DA SUCURSAL DO RIO

O colecionador Pedro Corrêa do Lago deixou ontem a presidência da Fundação Biblioteca Nacional, que dirige desde o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003.

Corrêa do Lago formalizou antontem, por carta, seu pedido de demissão, aceito ontem pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil. Alvo de suspeitas de irregularidades, a gestão de Corrêa do Lago está sendo investigada desde segunda-feira por comissão formada por representantes da Controladoria Geral da União, do Ministério Público e da Polícia Federal.

Na quarta-feira, em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo”, Gil disse que havia “suspeita de quebra de confiança, irregularidades, eventualmente de fato”.

Ontem, o ministro divulgou nota conciliatória. “Acolhi seu desejo de que uma auditoria completa fosse conduzida com a CGU para esclarecer e apurar quaisquer suspeitas de irregularidades”, Gil diz ainda, na nota, que lamentava sua saída, que ele havia inovado na gestão da Biblioteca.

Corrêa do Lago diz que sua saída estava acertada há dois meses. “Saio por projetos pessoais e pela decepção com as limitações orçamentárias”, afirmou, negando todas as irregularidades e dizendo que poderá provar sua inocência.

“Ele acreditava que a Biblioteca Nacional não podia ser só um depósito de livros, jornais e fotos, mas precisava produzir idéias. Por isso, queria reabrir exposições e abrir o prédio para exposições. Minha contribuição está dada e não fui em cargo de convidado. Mas fizemos muita coisa lá. O ministro Gilberto Gil luta para aumentar o orçamento e consegue pouco”, declarou Corrêa do Lago.

O ex-presidente demitiu funcio-

nários e terceirizou funções, o que fez com que passasse sua gestão em conflito com os servidores da biblioteca, que fizeram várias manifestações pedindo a sua saída.

Com a morte de Waly Salomão, em maio de 2003, Corrêa do Lago passou a ser o homem forte do governo na área de livros. Era responsável pela distribuição de volumes para as bibliotecas criadas pelo projeto Fome de Livro.

#### “Nossa História”

Uma das iniciativas das quais Corrêa do Lago mais orgulhava, a revista “Nossa História”, tornou-se um problema. Em maio último, o procurador Maurício Manso entrou com uma denúncia acusando-o de improbidade administrativa porque a publicação fora criada em novembro de 2003 sem licitação e sem um contrato de parceria com a editora Vera Cruz, proprietária legal da revista.

Corrêa do Lago, então, rompeu de vez com a editora e criou a “Revista de História”, com o mesmo projeto gráfico da “Nossa História”. Depois de ação judicial da Vera Cruz (empresa do banqueiro Aloísio Faria), o projeto gráfico foi mudado. A época, a assessoria de Corrêa do Lago disse que o projeto original da revista pertencia à Biblioteca Nacional e que a Vera Cruz é quem deveria alterar a sua publicação.

Ontem, horas antes do anúncio da demissão, o Ministério Público Federal pediu pela segunda vez o afastamento de Corrêa do Lago — a primeira vez foi neste ano, por causa de ação judicial que contestava a parceria com a Biblioteca Nacional com a Vera Cruz.

O fato novo foi a descoberta de que ele tentou registrar em 2002, registrar em nome da Livraria Corrêa do Lago a marca “Nossa História”, o que configuraria mistura de interesses públicos e particulares. A marca “Revista de História” também tem registro no

INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) em nome da livraria Corrêa do Lago.

Pedro Corrêa do Lago diz que o pedido de registro foi feito ao INPI antes de ele assumir o cargo da Biblioteca Nacional e que ele já abriu mão dos direitos sobre as duas marcas.

## PF apura suposto uso de influência

JOSÉ MESSIAS VIEIRA  
DA SUCURSAL DO RIO

A Polícia Federal diz que instalada na terça-feira inquérito para apurar se o ex-presidente da Fundação Biblioteca Nacional Pedro Corrêa do Lago usou sua influência quando estava no cargo para pressionar fiscais da Alfândega a retirar do país, sem serem vistoriadas, caixas com obras de arte para exposição em Paris.

O embarque ocorreu no dia 26 de setembro. Uma funcionária da Biblioteca Nacional levou para o Aeroporto Internacional Tom Jobim caixas com gravuras e quadros para serem expostos no Museu do Louvre, em Paris, a partir do dia 28. Ao passar pela Alfândega, um fiscal solicitou que as caixas fossem abertas. A polícia investiga se o ex-presidente da Biblioteca impediu que a inspeção ocorresse antes da intimidação de funcionários da Alfândega.

Pedro Corrêa do Lago afirmou à **Folha** desconhecer qualquer tipo de pressão sobre a Alfândega do aeroporto do Rio para que as caixas não fossem abertas e disse que, no dia do embarque das

peças, já se encontrava em Paris.

“Ele será investigado sob suspeita de prevaricação, e o fiscal titular será responsabilizado em inquérito. As caixas tinham de ser vistoriadas. Nada pode sair do país sem sabermos o que é”, afirmou o delegado Deodoro da Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Histórico da PF do Rio. So Lago, quando do embarque, estavam sendo embarcadas 18 gravuras do acervo da Biblioteca Nacional e três quadros de colecionadores particulares para serem expostos no Louvre. “É a primeira vez que o Brasil tem um espaço no Louvre. Por que acontece isso agora? Eu nem estava no Rio, estava em Paris. Como poderia interferir? Nem sei se houve vistoria ou não”.

O ex-presidente da Biblioteca Nacional também afirmou que os papéis para o envio das obras para a França estavam regulares.

“As caixas foram abertas no aeroporto de Paris, e estava tudo certo. As obras foram expostas e retornarão ao Brasil intactas. Tenho tranquilidade para dizer que tudo foi feito corretamente”, diz.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Relator do processo decide pedir a cassação de Dirceu”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, de 6 de outubro do corrente.

A matéria trata do processo de cassação do ex-Ministro José Dirceu pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados e mostra que “o Relator recomendará a cassação de mandato devido a um conjunto de evidências que ligam Dirceu ao esquema do ‘mensalão’”.

A matéria mostra ainda que, nesse conjunto de evidências, o Relator, Deputado Júlio Delgado, “dará destaque às idas do publicitário Marcos Valério à Casa Civil. Duas delas para tratar com Dirceu. Outra deze-

na para falar com Sandra Cabral, assessoria do então Ministro da Casa Civil, encarregada da nomeação de cargos”. As idas do publicitário à Casa Civil servirão de argumento para mostrar que o Deputado José Dirceu, apesar de se dizer afastado da coordenação política do Governo, exercia, na prática, essa função.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**ESCÂNDALO DO “MENSALÃO” / HORA DAS CASSAÇÕES**

*Deputado Júlio Delgado (PSB-MG) deve encerrar hoje fase de apurações sobre ex-ministro*

## Relator do processo decide pedir a cassação de Dirceu

KENNEDY ALENCAR  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Relator do processo no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados contra o deputado federal José Dirceu (PT-SP), Júlio Delgado (PSB-MG) pedirá a cassação do mandato parlamentar do ex-ministro da Casa Civil. Hoje, Delgado deverá encerrar a fase de instrução (investigação) do processo, o que levará o relatório a ser finalizado no prazo de cinco sessões do Conselho de Ética. Ou seja, o processo entrará na reta final. Segundo apurou a Folha junto a colegas de Delgado no Conselho de Ética, o relator recomendará a cassação de mandato devido a um conjunto de evidências que ligam Dirceu ao esquema do “mensalão”. O ex-ministro nega seu envolvimento e argumenta que não existem provas contra ele.

Em conversas informais no conselho, o relator avalia que esse conjunto de evidências é suficiente para responsabilizar politicamente o ex-ministro pelo “mensalão” —esquema ilegal de financiamento ao PT e a partidos da base aliada montado pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e pelo publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza.

Procurado pela Folha, Delgado afirmou ontem que não comenta o teor do relatório. Disse apenas que deverá finalizá-lo em breve. “Se eu tiver a convicção da inocência do deputado José Dirceu, não recomendaré a cassação. Se eu tiver a convicção de sua responsabilidade, recomendaré”, limitou-se a dizer.

No entanto, a Folha apurou que Delgado acha que Dirceu não terá escapatória e que o conselho aprovará o envio do processo de cassação ao plenário da Câmara. No plenário, dificilmente escapará, apesar de que ministros estão ligando para membros das bancadas partidárias a fim de medir sua chance de não ser cassado.

Com o fim da fase de instrução (investigação), será acelerado o desfecho da situação de Dirceu no Conselho de Ética, o que ajuda a explicar por que ele recorreu ontem ao STF (Supremo Tribunal Federal) pedindo que seu processo tivesse a tramitação suspensa. Como há o feriado na próxima quarta-feira, dia 12, o relatório só deverá ser submetido ao conselho no dia 17, o prazo final das cinco sessões no Conselho.

### Relatório

A Folha apurou que, no conjunto de evidências, Delgado dará destaque às idas do publicitário Marcos Valério à Casa Civil. Duas delas para tratar com Dirceu. Outra dezena para falar com Sandra

Cabral, assessora do então ministro da Casa Civil encarregada da nomeação de cargos. Essas passagens de Valério pela Casa Civil servirão de argumento para mostrar que Dirceu, apesar de se dizer afastado da coordenação política, exercia na prática essa função.

O empréstimo do banco BMG à ex-mulher de Dirceu Maria Angéla Saragoça para a compra de um apartamento também deverá aparecer no relatório como evidência de tráfico de influência. Rogério Tolentino, sócio de Marcos Valério, já disse que comprou o apartamento por saber que ele pertencia à ex-mulher de Dirceu. Saragoça também obteve emprego no BMG por meio de Valério.

Apesar de o presidente do BMG, Ricardo Guimarães, ter dito à CPI dos Correios que Valério intermediou audiência da direção do banco com Dirceu, informações de bastidor que chegaram ao conhecimento do Conselho de Ética contestam essa versão.

De acordo com membros do Conselho de Ética, foi Delúbio Soares quem pediu ao BMG que desse o empréstimo de R\$ 2,4 milhões ao publicitário Marcos Valério. Ou seja, não foi Valério que disse a Delúbio que podia tomar a quantia emprestada e dá-la ao PT. Simultaneamente, Delúbio, e não Valério, marcou a audiência do BMG com Dirceu.

Seria a evidência de uma triangulação de Delúbio para obter do BMG uma concessão de um empréstimo por meio de Valério e dar à instituição financeira uma contrapartida (abertura de portas no governo). Essa triangulação ajudará o relator a formar a convicção da responsabilidade de Dirceu no mensalão.

Outra informação de bastidor que chegou ao relator Delgado dá conta de que o Roberto Marques que sacou R\$ 50 mil das contas de empresa de Valério é mesmo um artigo e antigo assessor de Dirceu. Se confirmada até a apresen-

tação do relatório, ela complicará mais a situação do ex-ministro. Dirceu e Marques negam.

Por último, a passagem de Dirceu pelo conselho administrativo da Petrobras no início de 2003 será usada para justificar a competência do Conselho de Ética para julgá-lo. Dirceu nega que era ministro à época do mensalão e que, por isso, não pode ser cassado porque não exercia o mandato.

A Constituição proíbe que um congressista receba como conselheiro de estado, sob pena de perder o mandato. Tanto que Dirceu se afastou da Petrobras. Na avaliação do Conselho de Ética, isso mostra que a condição de ministro não exclui a de congressista e que o órgão pode processar Dirceu. Mas há jurisprudência na Câmara que diz que pode haver cassação por ato praticado fora do mandato. A passagem pela Petrobras poderia ser utilizada como motivo para cassação, mas o relator não deve usá-la para isso.

# Deputado vai ao STF contra cassação

ANA FLOR

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O deputado José Dirceu entrou ontem com um mandado de segurança no STF (Supremo Tribunal Federal) pedindo o arquivamento do processo disciplinar da Câmara dos Deputados que pode resultar em sua cassação.

Dirceu pediu ainda, por meio de liminar, a suspensão do procedimento na Câmara até que o Supremo julgue o caso. O relator dos dois pedidos será o ministro Sepúlveda Pertence.

A ação, "por ato ilegal e abusivo", é movida contra a Mesa Diretora da Câmara, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e contra seu relator, Júlio Delgado (PSB-MG).

O pedido, protocolado ontem no STF pelo advogado do deputado José Luis Oliveira Lima, foi feito com base em um único argumento: o de que Dirceu era ministro da Casa Civil na época em que ocorreram os fatos dos quais é acusado. Por isso, não poderia ser julgado por falta de decoro parlamentar na Comissão de Ética da Casa.

Dirceu é acusado pelo deputado cassado Roberto Jefferson de ser

um dos comandantes do suposto "mensalão" — esquema de pagamento de mesada a parlamentares da base aliada em troca de apoio na Câmara. A representação foi feita pelo PTB. O deputado nega.

Segundo Lima, a liminar é importante porque o processo contra Dirceu na Câmara está em fase de finalização da instrução. "A qualquer momento poderá o impetrante [Dirceu] ser submetido a julgamento pela Câmara dos Deputados por atos que lhe são inveridicamente imputados e que teriam sido praticados quando não estava no exercício de seu mandato", escreveu.

O pedido ao STF não chega a discutir a não-comprovação do "mensalão" denunciado por Jefferson (PTB).

O texto prefere enfatizar a necessidade de um julgamento jurídico e não político.

"A questão que se pretende ver apreciada é de natureza jurídica, e não política". "Em um Estado Democrático de Direito, o poder político encontrar-se submetido a limites jurídicos, sobretudo quando estejam em jogo direitos fundamentais".

Givaldo Barbosa/Andarés O Globo

Os advogados combatem a tese conhecida como "interna corporis", em que a questão deveria ser decidida apenas pelo Legislativo, por se tratar da falta ou não de decoro de um deputado.

A defesa do ex-ministro cita como precedente o caso de três ex-deputados cassados — Aloysio Nunes Ferreira, Hildebrando Pascoal e Feres Nader.

Os advogados citam ainda que Dirceu foi "eleito por mais de meio milhão de votos". Segundo eles, estariam em jogo, além dos direitos do deputado, os direitos de seus eleitores.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para dizer que este é um País que surpreende de forma positiva. Mesmo diante de todas as suas dificuldades o nosso povo dá o máximo de si para o futuro da Nação. Há inúmeros brasileiros, Sr. Presidente, que dedicam o precioso tempo para voluntariamente ajudar aos mais necessitados e, em especial, aos jovens a prepararem-se para o ingresso ao mercado de trabalho.

São milhares de pessoas que merecem ter seus nomes citados nesta Casa, mas em nome deles, eu gostaria de citar pessoas como Mário Amato, Ozires Silva – fundador da Embraer, Otto Beiser, Fernando Fontana, Lucilo Varejão, Oswaldo de Miranda, Adir Bachour, Mércio Felsky, Antenor Barros e Paulo Nathanael e muitos outros, que dirigem, sem receber qualquer remuneração, ao lado de profissionais como Luís Gonzaga Bertelli e Jossyl Nader, uma das maiores organizações não governamentais de assistência social do País. Estou falando, Sr. Presidente, do Centro de

Integração Empresa-Escola – CIEE, que tive o prazer de conhecer as suas instalações há alguns dias.

Organização, com mais de 41 anos de trabalho intenso, de qualidade, voltada para a promoção da integração ao mercado de trabalho dos jovens estudantes através de vários projetos sociais. É um verdadeiro movimento social que tem, atualmente, mais de 300 mil jovens em estágio; já qualificou para o mercado de trabalho mais de cinco milhões de estudantes; através deste instituto, promove a alfabetização de jovens e adultos e a chamada alfabetização digital.

Mantido pelo empresariado nacional, propicia o aprimoramento da formação das futuras gerações de profissionais. Promove para os estudantes, gratuitamente, o Programa de Desenvolvimento Estudantil, que já orientou mais de 530 mil jovens. No Espírito Santo, executa o Programa Adolescência e Cidadania que faz parte das suas propostas filantrópicas e que atende a mais de um milhão de jovens por ano.

Todas as suas unidades são dotadas de estrutura moderna, equipamentos de ponta, o que permite



a comunicação com mais de oito mil jovens por dia, para inscrevê-los em seu banco de dados, convidá-los e encaminhá-los para estágio. Esse trabalho hercúleo usa tecnologia de informação própria, comunicação com os destinatários de seus serviços sociais via central telefônica, **Internet** e telefonia celular. O estudante não precisa se deslocar de sua casa para o CIEE – economiza a passagem, ao consultar via telefone ou a **Internet**, as vagas disponíveis para ele.

Embora os trabalhos e resultados sociais do CIEE sejam conhecidos, nenhum de seus fundadores e dirigentes, que são dezenas de educadores, executivos e empresários, têm qualquer pretensão de aparecer. Preocupam-se exclusivamente fazer o bem muito bem feito! Por isso, Sr. Presidente, tomei a iniciativa de homenageá-los nesta Casa.

Por tudo isso, ao congratular-me com os conselheiros, dirigentes e funcionários dessa importante Organização brasileira, sei que presto uma homenagem a todas associações de educação, serviços e

assistência social, que fazem resplandecer o nosso grande Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando a próxima sessão em dia e horário regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 12 horas e 51 minutos.)*

## Ata da 186ª Sessão Não Deliberativa, em 24 de outubro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência do Sr. Tião Viana, da Srª Serys Silhessarenko, e dos Srs. Valdir Raupp,  
Sérgio Zambiasi e Arthur Virgílio*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

### **MENSAGEM Nº 240, DE 2005**

(Nº 666/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Luis Fernando Schuartz para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Brasília, 7 de outubro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

## **CURRICULUM VITAE RESUMIDO**

### **LUIS FERNANDO SCHUARTZ**

#### **1) DADOS PESSOAIS**

**Nascimento:** 22/07/1966 (São Paulo)

**RG:** 5.850.719

**CPF:** 118.937.938-42

**Filiação:** Carlos Schuartz e Anna Kaufman Schuartz

## **2) ATUAIS OCUPAÇÕES PROFISSIONAIS**

- Professor Titular da Fundação Getúlio Vargas (Escola de Direito – RJ)
- Responsável pela Área de Direito Econômico de Barbosa, Müssnich e Aragão Advogados

## **3) ESTUDOS**

### ***I – Graduação***

- Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC (1988)
- Bacharelado em Matemática Pura pelo Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo (9º semestre)

### ***II – Especialização / Pesquisa / Pós-graduação***

- Totalidade dos Créditos para Doutorado em Direito Público da Faculdade de Direito da Universidade Complutense de Madrid (1989-1991)
- Pesquisador visitante no Departamento de Direito Público da Universidade de Firenze, sob orientação do Prof. Umberto Allegretti (1991)
- L.L.M. na Faculdade de Direito da Johann Wolfgang Goethe-Universität, Frankfurt am Main (1992).



- Visitante no Departamento de Filosofia do Northwestern University, com participação em curso e seminário oferecido pelo Prof. Jürgen Habermas (1999)
- Doutor pela Faculdade de Direito da Johann Wolfgang Goethe-Universität, Frankfurt am Main (1999)
- Pesquisador Visitante no Departamento de Filosofia da Universidade de Pittsburgh, sob orientação de Robert Brandom (2002)

#### **4) OUTRAS FUNÇÕES ACADÊMICAS / AULAS MINISTRADAS**

- Assistente na Cadeira de Introdução ao Estudo do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (de 1993 a 1995)
- Assistente no Curso de Pós-graduação em Direito da Concorrência na Faculdade de Direito da PUC-SP (1994)
- Professor no Curso de Pós-graduação em Direito Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie (1999)
- Professor no II Curso de Defesa da Concorrência realizado no CADE (1999)
- Professor em Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da PUC-SP, na disciplina Filosofia do Direito (2002), ministrada em conjunto com o Professor Willis Santiago
- Professor Convidado no Curso de Teoria do Direito do GvLaw (desde 1º semestre de 2004) – Coordenador: Prof. Marcelo Neves. Tema das Aulas: Direito e Economia.
- Professor Convidado no Curso em Direito Econômico do GvLaw (2º semestre de 2004) – Coordenadores: Profs. Paulo Todescan Mattos e Diogo Coutinho. Tema das Aulas: Teoria dos Jogos e Direito da Concorrência.
- Professor da disciplina Análise Sócio-Econômica das Sentenças, no âmbito do Mestrado Profissional para Juízes realizado pela FGV Direito Rio com o apoio da Escola Nacional de Magistratura, da Associação dos Magistrados Brasileiros e do Ministério da Justiça.



- Aula ministrada sobre “Arcabouço do Direito da Concorrência no Brasil”, no âmbito do curso “Regulação do Setor Elétrico”, realizado na FGV Rio sob a coordenação da Profa. Elena Landau (13/5/2005)
- Coordenador do Curso de Direito Econômico Regulatório da pós-graduação em direito da FGV Direito Rio
- Coordenador do Núcleo de Direito e Economia da FGV Direito Rio

## **5) PUBLICAÇÕES**

### **5.1) – Livros**

- (1) Die Hoffnung auf radikale Demokratie. Fragen an die Theorie des kommunikativen Handelns, Peter Lang, 2002
- (2) Norma, Contingência e Racionalidade. Estudos Preparatórios para uma Teoria da Decisão Jurídica, com previsão de publicação para Agosto de 2005 pela Editora Renovar

### **5.2) – Artigos em Livros**

- (1) Mercados de Novas Tecnologias. Crise Anunciada do Direito da Concorrência? in: *Direito e Internet. Relações Jurídicas na Sociedade Informatizada*, Marco Aurélio Greco e Ives Gandra da Silva Martins (org.), Revista dos Tribunais, 2001, 95-135
- (2) Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico e Atuação do Estado no Domínio Econômico, in: *Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico e figuras afins*, Marco Aurélio Greco (coordenador), Dialética, 2001, pgs. 35-60
- (3) O Direito da Concorrência e seus Fundamentos, in: *Ensaio sobre Economia e Direito da Concorrência*, Mário Luiz Possas (coordenador), Singular, 2002, pgs. 33-74
- (4) Acordos entre Concorrentes e Ilícito Antitruste, in: *obra citada*, pgs. 97-134.



(5) Significado e Implicações do “Paradigma do Bem-Estar Social” no Âmbito da Regulação Econômica e da Defesa da Concorrência (com Paulo C. Aragão), in: *Desenvolvimento em Debate*, 3 vols., Ana Célia Castro (org.), BNDES, 2003, *Painéis do Desenvolvimento Brasileiro-I*, pgs. 305-328.

### 5.3) – *Artigos em Revistas Especializadas*

#### (a) **Direito Econômico**

(1) Import of Software: Available Mechanisms and Applicable Taxes (com Juliana L.B.Viegas), in: *Latin American and Business Report*, World Trade Executive, Inc., Volume 1, Number 4, March 1993, pp. 7-11.

(2) Contribuição à redação da parte relativa à Ordem Econômica no volume “Estudos para a Revisão Constitucional de 1993”, organizado pelo Instituto dos Advogados de São Paulo (parte relativa à Ordem Econômica)

(3) Poder Econômico e Abuso do Poder Econômico na Lei de Defesa da Concorrência Brasileira, in: *Revista dos Tribunais*, Ano I, Nº 4, *Cadernos de Direito Tributário e Finanças Públicas*, Julho/Setembro 1993, pp. 280-294, Editora Revista dos Tribunais.

(4) Banco Central: Questões Jurídico-Políticas na Constituição de 1988, in: *Revista de Direito Mercantil*, N.93, Janeiro/Março de 1994, pp. 36-48

(5) Mercado Relevante e Defesa da Concorrência (com José Del Chiaro), in: *Revista de Direito Econômico*, 21, Outubro/Dezembro de 1995, pp. 65-73

(6) Abuso do Poder Econômico e (I)legitimidade, in: *Revista de Direito Mercantil*, N.95, Julho/Setembro de 1994, pp. 57-63

(7) As Medidas Preventivas no art. 52 da Lei 8.884/94, in: *Revista do IBRAC*, Volume 3, N. 5, Maio de 1996, pp. 114-123

(8) Fundamentos do Direito de Defesa da Concorrência, in: *Revista de Direito Econômico*, 22, Janeiro/Março de 1996, pp. 89-94

(9) Dogmática Jurídica e Lei 8.884/94, in: *Revista de Direito Mercantil*, 107, Julho/Setembro de 1997, pp. 70-98

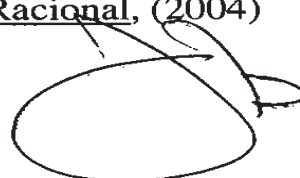
- (10) Habilitação em licitações públicas e Direito da Concorrência (com Mario Possas), in: Estudos Econômicos da Construção, 3, Número 1 (5), 1998, 1-34
- (11) As Razões do Direito da Concorrência, in: Revista de Direito Mercantil, 118, Abril/Junho de 2000, pg. 77-87
- (12) O Direito da Concorrência e seus Fundamentos. Racionalidade e Legitimidade na Aplicação da Lei 8884/94, in: Revista de Direito Mercantil, 117, Janeiro/Março de 2000, pg. 57-86
- (13) Monopolization, Attempt to Monopolize e a Interpretação do Inciso II, do Artigo 20, da Lei 8.884/94, in: Revista de Direito Mercantil, 119, Julho/Setembro de 2000, pgs. 128-136.
- (14) Acordos entre Concorrentes e Ilícito Antitruste, in: Revista de Direito Mercantil, 124, Outubro/Dezembro de 2001, pgs. 47-71.
- (15) Merger Control in Brazil, in: Competition and Antitrust 2002, International Financial Law Review, 105-107
- (16) Abuso do Direito de Defesa e Reforma Processual, in: Revista da EMERJ, Vol. 8, nº 29, 2005, 205-219

#### **(b) Teoria/Filosofia/Sociologia do Direito**

- (1) Observações sobre a “Forma Sistema/Ambiente” em Luhmann, in: Revista Brasileira de Filosofia, 204, Out./Nov./Dez./2001
- (2) Kelsen e a Concepção da Norma como “Esquema de Interpretação”, in: Direito, Estado e Sociedade, 20, Jan-Jul 2002, Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

#### **5.4) – Working Papers**

- (1) Articulações entre os Conceitos de Sentido, Complexidade e Estrutura na Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann, (2003)
- (2) O Paradigma Canônico em Teoria da Decisão Racional, (2004)



(3) As Regras do Jogo, (2004)

(4) Fundamentos da Análise Econômica do Direito – Parte I: A Escolha Individual, (2005) [adaptação e complementação de (2), tendo em vista um artigo em duas partes]

## **6) SEMINÁRIOS / PALESTRAS**

(1) Participação como palestrante em evento promovido pela OAB/SP acerca da aplicação do direito da concorrência ao setor bancário, realizada em São Paulo, em 2004

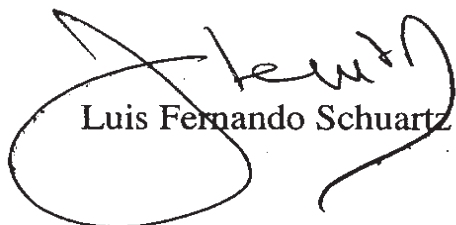
(2) Participação como debatedor na palestra proferida pelo Professor Gunther Teubner em 9.3.2005, na Fundação Getúlio Vargas, SP

(3) Participação como coordenador e debatedor no Seminário sobre Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas, realizado na EMERJ – Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, em 11.3.2005 e 8.4.2005

(4) Participação como debatedor na palestra proferida pelo Professor Christian Joerges, realizada na Faculdade de Direito da PUC-Rio, em 20.04.2005

(5) Participação como debatedor no seminário promovido por SDE / IPEA / ANPEC, sobre “Estudo em Métodos Quantitativos Aplicados à Defesa da Concorrência e à Regulação Econômica”, realizado em Brasília, em 28.4.2005

Rio de Janeiro, 26 de julho de 2005



Luis Fernando Schuartz



Aviso nº 1.061 – C. Civil

Brasília, 7 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Morais  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Luis Fernando Schuartz para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado  
Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

## **MENSAGEM Nº 241, DE 2005**

(Nº 667/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea **f**, da Constituição, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Abraham Benzaquen Sicsú para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Brasília, 7 de outubro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

## **CURRICULUM VITAE**

### **ABRAHAM BENZAQUEN SICSÚ**

**Recife, outubro de 2005**

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

## **1. IDENTIFICAÇÃO**

### **1.1 - Dados Pessoais**

Nome: **ABRAHAM BENZAQUEN SICSÚ**

Nascimento: 02 de agosto de 1952      <sup>1</sup> Local: Tanger - Marrocos

Filiação: Isaac Benzaquen  
Alejandrina Sicsú K. Benzaquen

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Casado

Filhos: Júlia Figueredo Benzaquen  
Guilherme Figueredo Benzaquen

Identidade: 5.399.767 SSP-SP Emissão: 29/12/1977

CPF: 845.944.708-15

C. Profissional: 093091-444

CREA: 50878-D

C/Ç 8563-4 Banco do Brasil (Ag. de Casa Amarela) N. 2802-9

PASEP: 107.103.635-64

ISS :

CIM: 267.814-4

Banco: Banco do Brasil

Agência: 2802-9 Casa Amarela

C/C8563-4

Endereço Residencial: Rua Luís Barbalho, 120 - apto. 902 - Derby,  
Recife-PE 50070-120

Fone: (081) 3221-1951

E-mail: asicsu@globo.com

Instituição de Origem: Fundação Joaquim Nabuco

Função: Pesquisador Titular

Endereço Comercial: Fundação Joaquim Nabuco

Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos

CEP 52071-440 Recife - PE

Fone: (081) 3441-5900 R. 287

Fax: (081) 3441-4201

E-mail: sicsu@fundaj.gov.br

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

## **2. ESCOLARIDADE**

### **Graduação**

Engenharia de Produção

Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - 1976

Monografia: “Diagnóstico, Problemas e Controle de Produção”, orientado pelo professor Melvin Cymbalista.

### **Mestrado**

Economia

Universidade Federal de Pernambuco. Recife-PE, 1980.

Dissertação: “Um Estudo da Viabilidade da Utilização da Cana-de-Açúcar e da Mandioca como Insumos Complementares para a obtenção de Álcool no Estado de Pernambuco”, orientado pelo professor Ph.D. Adriano Batista Dias.

### **Doutorado**

Economia

Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 1985.

Tese: “O Setor Energético no Contexto do Desenvolvimento Brasileiro”. Orientado pelo professor Dr. Luís Gonzaga de Mello Belluzo.

### **2.1- Cursos Complementares**

- . Curso Básico e Intermediário de Inglês na União Cultural Brasil-Estados Unidos, de 1966 a 1970.
- . Curso de controle Estatístico e Metrologia de qualidade I.B.A.Q., 1977.
- . Seminário de Fundamentação Econômica. Associação de Engenheiros Agrônômicos do Estado de São Paulo. São Paulo, 1978.
- . Seminário de História Econômica do Nordeste. Núcleo de História Econômica e Social/Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1979.
- . Seminário sobre Economia e Sociedade no Brasil Atual. Conselho Regional de Economia, 3a. Região e O. 1982.
- . Curso de Formação de Examinadores na Metodologia do PNQ (Curso 2), realizado em São Paulo, em 04 de maio de 2001, com carga horária de 8 horas. Curso realizado pelo Projeto Excelência na Pesquisa Tecnológica ABIPTI-CNPq.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

### **3 - ATIVIDADES ATUAIS**

3.1 - Professor Adjunto, nível IV, do Departamento de Engenharia de Produção e Curso de Doutorado em Economia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

3.2 – Pesquisador Titular da Fundação Joaquim Nabuco desde Junho/1980

### **4. ATIVIDADES ACADÊMICAS**

#### **4.1 - Didáticas**

##### **Universidade Federal de Pernambuco/Departamento de Economia:**

- Professor Colaborador. 1979-1981

- Professor Assistente. 1981-1985

- Professor Adjunto, nível IV, a partir de setembro de 1985, ministrando cursos de: Elementos de Economia Matemática I, Elementos de Economia Matemática II, História Econômica Geral, Formação Econômica do Brasil, Economia Industrial, Organização Industrial, Economia Brasileira e Matemática Financeira.

- Professor do Curso de Doutorado em Economia da Universidade Federal de Pernambuco, a partir de março de 1986 tendo ministrado as disciplinas Organização Industrial, Economia de Energia, Economia Industrial e Tópicos Especiais de Teoria Econômica.

##### **Universidade Federal da Paraíba - Campus II (Campina Grande)**

- Professor Conferencista na disciplina *Estudos de Problemas Brasileiros*. (1989).

##### **Universidade Federal do Pará**

- Professor Conferencista do I Curso Internacional de Política Científica e Tecnológica na Amazônia, coordenando os Seminários de Planejamento Regional em C&T. (1989).

##### **Centrais Hidroelétricas do São Francisco - CHESF**

- Professor do Programa de Desenvolvimento Gerencial da CHESF, responsável pela disciplina *A Organização no Ambiente Sócio-Econômico*. (1987).

##### **Centrais Elétricas do Pará - CELPA**

**Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú**

- Professor do Programa de Desenvolvimento Gerencial da CELPA, responsável pela disciplina A Organização no Ambiente Sócio-Econômico. (1989).

**4.2 - Orientações**

- Bolsas de Iniciação Científica - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Agência Regional Nordeste, de março de 1981 a março de 1982. Orientador dos trabalhos de pesquisa dos alunos de graduação em Economia, Roberto Batista Viana Júnior e Flávio Burle Menezes, na área de Economia Mineral.
- Bolsas de Aperfeiçoamento - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal - CAPES, a partir de junho de 1988 até maio de 1989. Orientador dos trabalhos de pesquisa das economistas Adriana Gomes de Freitas e Cláudia Calábria.
- Orientador das tese de Mestrado de Werter de Macedo, intitulada "Organização industrial e perfis tecnológicos de principais ramos do complexo metal-mecânico em Pernambuco" defendida em 1990, no Curso de Economia da Universidade Federal de Pernambuco.
- Orientador da tese de Mestrado do Reynaldo Rubem Ferreira Júnior, intitulada "O padrão de concorrência da indústria de cerâmica vermelha de Pernambuco: um estudo de organização industrial", defendida em 1990, no Curso de Economia da Universidade Federal de Pernambuco
- Orientador dos trabalhos de formatura dos alunos de Economia, Ana Maria Pinheiro e Renata Andrade Lima no 1o. semestre de 1989.
- Orientador da tese de Mestrado de Ana Paula Sobreira, a partir de julho de 1991, defendida na UFPE.
- Orientador do bolsista de iniciação da CAPES no Programa PET, Paulo Frederico Bastos Soares, a partir de janeiro de 1993 até 1995.
- Orientador da tese de Mestrado de Fernando Vieira, defendida em março de 1993, no PIMES/UFPE.
- Orientador da Tese de Mestrado de Paulo Fernando de Moura Bezerra Cavalcanti Filho, "Análise de Diversidades Tecnológicas na Indústria de Química Fina Brasileira - Evolução Recente e Perspectivas Futuras" - PIMES/UFPE - 1995.
- Orientador da monografia de graduação de Paulo Frederico Bastos Soares, "Acompanhamento e Avaliação dos Impactos da C&T na Economia de Pernambuco - 1988-1993" - 1995. Este trabalho ganhou o 3o. lugar do II Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa.

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

- Orientador da Tese de Mestrado de Milena A. Pinheiro do Prado, "A Indústria Incentivada do Nordeste no Período 1978-1988: Um Estudo Comparativo de suas Características Estruturais.
- Orientador da tese de mestrado de Adelina Patrícia Des. Bernhoeft, "O novo paradigma da microeletrônica e a tendência recente de desemprego no Brasil". UFPE/PIMES. Maio/98.
- Orientador da tese de mestrado de João Alexandre de Lira Cavalcanti, "Reestruturação Industrial no Setor Eletrô-Metal-Mecânico em Pernambuco: sob a Perspectiva do Paradigma da Produção Flexível", UFPE/PIMES, 16 de dezembro de 1998.
- Orientador de Cristiane de Souza Flor, sob o título *Sistemática de incentivos da Sudene: do 34/18 ao FINOR/Debêntures – uma visão crítica*, do Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste UFPE/SUDENE/PNUD.
- Orientador da dissertação de Mestrado Acadêmico de Alexandre de Lira Marinho, intitulada *Proposta de um Sistema Híbrido de PCP constituído das técnicas de MRP II e JIT*, na Coordenação de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 09 de agosto de 2001.
- Orientador da dissertação de Mestrado Acadêmico de Joyce Lene Gomes, intitulada *Incubadoras de Empresas: uma experiência em Pernambuco*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, declarado em 14 de novembro de 2002.
- Orientador do Trabalho de Conclusão de Mestrado Profissionalizante de Francisco Antônio Neto, intitulado *Políticas Públicas de Meio Ambiente e Reforma Agrária (Um estudo de caso em Belém de Maria – Assentamento Sítio do Meio, seus problemas e novas perspectivas)*, apresentada ao Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas da Fundação Joaquim Nabuco, em 10 de julho de 2003.
- Orientador da dissertação de Carlos Figueira, intitulada "Exclusão Digital, uma avaliação de políticas públicas municipais - O caso da cidade de Bonito, PE", apresentada ao Curso de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE / Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - Sudene / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em 29 de setembro de 2003.
- Co-orientador da dissertação de Mestrado de Edvaldo Henrique Von Söhsten Calheiros da Silva, intitulada "A comunidade de prática virtual como ferramenta da gestão do conhecimento: Uma proposta para o Tribunal de Justiça de Pernambuco, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 26 de março de 2004.

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

- Orientador da dissertação de Mestrado de José Aluizio Andrade de Oliveira, intitulada “Estudo da Produtividade das Empresas Prestadoras de Serviços de manutenção de Redes de Acesso da TELEMAR na Região Metropolitana do Recife”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 07 de abril de 2004.
- Orientador do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão em Negócios de Henrique de Queiroz Chaves, da Turma 2003/2004 do Programa MBA-Executivo do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Pernambuco, intitulado “Porto Digital de Pernambuco: Um Instrumento de Viabilização Competitiva na área de Tecnologia da Informação”, apresentada ao corpo docente do referido Programa MBA-Executivo em 19 de maio de 2004.
- Orientador do Trabalho de Iniciação Científica/PIBIC de Eminência Lumumba Gomes, intitulado “Cadeias Produtivas do Nordeste e a Integração no Mercosul”, na Universidade Católica de Pernambuco. Recife, setembro de 2004.
- Orientador do Trabalho de Iniciação Científica/PIBIC de Esmeraldo Mendes das Chagas Neto, intitulado “Exportações e Importações Nordestinas e as Possibilidades de Integração no Mercosul”, na Universidade Católica de Pernambuco. Recife, setembro de 2004.
- Orientador da dissertação de Ecila Fernandes de Assis Lins, intitulada “A Cultura do Abacaxi em São Miguel do Taipu – Estado da Paraíba – Limites e Perspectivas Institucionais”, apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco / Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Recife, novembro de 2004.
- Orientador da monografia de graduação de Mirella Guimarães, “Aplicação da Gestão do Conhecimento e Balanced Scorecard: Gerenciando Vantagens Competitiva em um Operador Logístico” do curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 11 de fevereiro de 2005.
- Orientador da dissertação de Mestrado Profissionalizante de Sérgio Kelner Silveira, intitulada “Competitividade Sistêmica do Setor Sucroalcooleiro: analisando as perspectivas de Pernambuco”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 01 de julho de 2005.
- Orientador da dissertação de Mestrado Acadêmico de Harley dos Santos Martins, intitulada “Aspectos Inovativos do Turismo em Belém do Pará. É possível Clusterizar?”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 28 de julho de 2005.

#### Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

- Orientador da dissertação de Mestrado Acadêmico de Soraya Santana do Santos, intitulada “Territórios Produtivos de Baixa Densidade Econômica: Um Modelo na Busca de Competitividade – O caso de Alagoas”, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 12 de agosto de 2005.

#### **4.3 - Concursos**

1. Classificado em 2o. lugar no concurso para Professor Assistente do Departamento de Economia da UFPE, realizado em maio de 1981.
2. Classificado em 1o. lugar no Exame de Títulos para Ascensão Funcional para Professor Adjunto do Departamento de Economia da UFPE, realizado em 1985.

#### **4.4 - Participação em Bancas Examinadoras**

1. Membro da Comissão de Avaliação do Projeto de Dissertação de Mestrado de Sérgio de Jesus Barbosa, em 1981.
2. Membro da Banca Examinadora de Tese de Mestrado de Benedito Dias Pereira, apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da UFPE, em 1986.
3. Membro da Banca Examinadora de Tese de Mestrado de José Teles da Silva, apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da UFPE, em 1986.
4. Membro da Banca Examinadora de Tese de Mestrado de Pedro Vieira, apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da UFPE em 1987.
5. Membro da Banca Examinadora da Tese de Mestrado de Paulo César Gonçalves Egler, apresentada ao Curso de Mestrado em Energia da COPPE-UFRJ, em 1987.
6. Membro da Banca Examinadora de Tese do Exame de qualificação para Doutorado de Newton Ferreira da Silva Marques, em 1988.
7. Membro da Banca Examinadora de Tese de Mestrado de Luiz Alberto Almeida Reis, apresentada ao Curso de Mestrado em Energia da COPPE-UFRJ, em 1989.
8. Membro da Banca Examinadora da tese de Mestrado de Moacir Tavares R. Anjos Júnior, apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da Universidade de Campinas, em 1990.
9. Membro do Comitê de Seleção de Candidatos a cursos de Pós-Graduação da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária - IPA, em 1991.



## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

10. Membro da Banca Examinadora da tese “O critério do valor futuro líquido na avaliação de projetos”, de Fernando Antônio Bastos Vieira, defendida em 25 de março de 1993.
11. Presidente da Banca Examinadora para Professor Auxiliar na área de Teoria Econômica do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão. São Luís-MA, 21-23 de março de 1994.
12. Titular na Banca Examinadora da defesa de tese de doutoramento de Nilton Pedro da Silva, intitulada “Contribuição ao Estudo da Modernização Autoritária no Nordeste Brasileiro”, apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, em 12 de agosto de 1994.
13. Presidente da Comissão Examinadora do Concurso para Professor Assistente na Área de Métodos Quantitativos Aplicados à Economia do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco - 1995.
14. Titular na Banca Examinadora da tese de Mestrado de Ana Cláudia Albuquerque Arruda, “O Eixo Químico no Nordeste como Instrumento Potencial de Integração Competitiva da Economia Regional” - CEDEPLAR - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - 1996.
15. Titular na Banca Examinadora da defesa de tese de Mestrado em Economia de José Lúcio Alves Silveira, “A Conta Corrente do Setor Público: 1970-1989 Evolução e Crise”, apresentada ao Departamento de Economia da UFPE.
16. Titular da Banca Examinadora da monografia de Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota, “Sistemas de Inovação Tecnológica de Economias Periféricas”, apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará, em 25/05/98.
17. Titular da Banca Examinadora da defesa de tese de Alexandre Stamford da Silva, “Alterando o trade off entre a utilização das águas para geração de energia elétrica e para irrigação pelo uso de aquecimento solar à luz de modelo de crescimento ótimo., apresentada ao Departamento de Economia da UFPE. Em 06 de novembro de 1998.
18. Titular da Banca Examinadora da monografia de Ana Célia Siebra de Queiroz, “A Experiência do Programa de Gestão Tecnológica para Competitividade/PGTEC – Um Estudo de Caso no Ceará”, apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará, em 17/06/98.
19. Titular da Banca Examinadora de defesa da tese intitulada “Determinantes de Investimentos em capacitação tecnológica nas empresas brasileiras”, da doutoranda Sandra Maria Santos, apresentada à Coordenação do Programa de

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

- Pós-Graduação do Departamento de Economia/UFPE, em 15 de dezembro de 1998.
20. Titular da Banca Examinadora da defesa da dissertação de Mestrado intitulada "Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE: Uma Avaliação Exploratória" do mestrando Cláudio Roberto de Barros Alencar, realizada em 08 de fevereiro de 1999 no Programa de Pós-Graduação em Economia – PIMES PIMES/UFPE.
  21. Titular da Banca Examinadora da defesa da dissertação de Mestrado intitulada "A Indústria de Confeções do Ceará: Uma Análise dos Investimentos dos anos 90", da mestranda Márcia Jucá Teixeira, apresentada ao Curso de Mestrado da Universidade Federal do Ceará, em 30/09 e 01/10/1999.
  22. Titular da Banca Examinadora de defesa da dissertação de Mestrado de Diva Ester Okasaki Rowe, intitulada "A Influência do Processo de Privatização nos Recursos Humanos: um estudo de caso na TELEMAR-AL", apresentada ao Mestrado em Administração da Universidade Federal de Alagoas, em 26/05/2000.
  23. Titular da Banca Examinadora de defesa da dissertação de Mestrado Liliâne Caraciolo Ferreira, intitulada "Diversificação e Renovação do Proálcool: uma perspectiva de reestruturação da Zona da Mata de Pernambuco", apresentada ao Mestrado de Administração Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, em 19/09/2000.
  24. Titular da Banca Examinadora da defesa da tese de Doutorado de Ricardo Oliveira Lacerda de Melo, intitulada "Mudança de Regime Comercial e Desenvolvimento Regional no Brasil nos Anos 90", apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, em 22/09/2000.
  25. Titular da Banca Examinadora da defesa de dissertação de mestrado em Engenharia de Produção, de Lautemir Xavier Cavalcanti Canel, intitulada "Incremento da competitividade da indústria de manufatura no Nordeste: ênfase no setor de serviços especializados como uma alternativa", apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 25/10/2000.
  26. Titular da Banca Examinadora da defesa de dissertação de mestrado de Paulo José Moraes do Carmo intitulada "Mortalidade das pequenas e médias empresas na construção civil em Pernambuco", apresentada ao Curso de Mestrado em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, em 31/10/2000.
  27. Titular da Comissão Examinadora da defesa de dissertação de mestrado de Eduardo Henrique Diniz Fittipaldi, intitulada "Comercialização de energia elétrica em um mercado competitivo: experiência internacional aplicada ao caso brasileiro", apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 26/12/2000.

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

28. Titular da Comissão Examinadora na defesa de dissertação de mestrado de Eduardo Azevedo Rodrigues, intitulada "Abordagem computacional modular para avaliação técnico-econômica de sistemas de co-geração de energia", apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 27 de dezembro de 2000.
29. Titular da Comissão Examinadora na defesa de dissertação de mestrado de Luciano Menezes Bezerra Sampaio, intitulada "Eficiência das usinas hidrelétricas brasileiras: uma abordagem utilizando o método D.E.A.", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 13 de fevereiro de 2001.
30. Titular da Comissão Examinadora na defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico de Wladimyr José Ribas Correia, intitulada "Modelo para Integração dos Sistemas de Gestão da Qualidade (ISSO 9001), Meio Ambiente (ISSO 14001) e Saúde e Segurança (OHSAS 18001), utilizando o QFD como Ferramenta", em 25 de junho de 2001, no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Centro de Tecnologia e Geociências da Universidade Federal de Pernambuco
31. Titular da Comissão Examinadora na defesa de dissertação de Mestrado Acadêmico de Alexandre de Lira Marinho, intitulada "Proposta de um Sistema Híbrido de PCP constituído das técnicas de MRP II e JIT", na Coordenação de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 09 de agosto de 2001.
32. Titular da Comissão Examinadora na defesa de dissertação de mestrado de Wendell de Oliveira Cansanção, intitulada *Proposta de um modelo integrado de gestão dos sistemas ISO 9000 e ISO 14000*, apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade de Pernambuco, em 06 de setembro de 2001.
33. Titular da Comissão Examinadora na defesa de dissertação de Mestrado Acadêmico de Daniella Pereira de Lima, intitulada *Uma análise dos sistemas integrados de gestão em empresas brasileiras dos setores químico, eletro-eletrônicos e metal-mecânico*, apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco em 21 de setembro de 2001.
34. Titular da Banca Examinadora na defesa de dissertação de mestrado de Ana Paula Sobreira Bezerra, intitulada *A indústria Têxtil do Estado de Pernambuco: indicadores de competitividade e emprego no período de 1990 a 1999*, apresentada ao Curso de Mestrado em Economia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, em 26 de dezembro de 2001.

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

35. 3<sup>o</sup> Examinador da Banca Examinadora na defesa de dissertação de Edna de Almeida Sampaio, apresentada à Coordenação de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco em 07 de dezembro de 2001.
36. Titular da Comissão Examinadora na defesa de dissertação de mestrado de Cristiane Conceição Maia Fragoso, intitulada *Perfil produtivo das empresas recicladoras do plástico pós-consumo da Região Metropolitana do Recife*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 28 de janeiro de 2002.
37. Titular da Comissão Examinadora do trabalho de conclusão de Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste UFPE/SUDENE/PNUD, de Cristiane de Souza Flor, intitulada *Sistemática de incentivos da Sudene: do 34/18 ao FINOR/Debêntures – uma visão crítica*. Recife, 30 de janeiro de 2002 .
38. Titular da Comissão Examinadora na defesa de dissertação de Mestrado Acadêmico de Germana Lucena de Araújo, intitulada *O desenvolvimento do empreendedorismo e criação de incubadoras de empresas nas instituições de ensino superior*, apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 1<sup>o</sup> de março de 2002.
39. Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público para Professor Adjunto – Referência 1 do Departamento de Engenharia de Produção do Centro de Tecnologia e Geociências da Universidade Federal de Pernambuco, nos dias 04 e 05 de março de 2002.
40. Examinador Externo na Banca Examinadora de qualificação do projeto de Dissertação em Ciência Política de Milza Costa Barreto, intitulado *A inserção do Vale do São Francisco no Mercado Internacional*, em 08 de abril de 2002 no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.
41. Titular da Comissão Examinadora na defesa de Dissertação de Mestrado Profissionalizante de Ana Regina Bezerra Ribeiro, intitulada *Estudo sobre o impacto das consultorias PATMECIN sobre a produtividade da MPE's*, apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 26 de abril de 2002.
42. Examinador Titular Externo da Banca Examinadora de Dissertação de Hiran Teixeira Parente, intitulada “Inovação Tecnológica e Estrutura Organizacional: o caso do Centro de Tratamento de Cartas/Recife da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)”, em 27 de junho de 2002, no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

43. Titular na Banca de Defesa do projeto de tese intitulado *A reinserção do Brasil nos fluxos internacionais de capitais e a fragilidade fiscal do setor público entre 1990-2001*, do aluno José Lúcio Alves Silveira, na Pós-graduação em Economia/PIMES-UFPE. Em 05 de agosto de 2002.
44. Titular da Comissão Examinadora da defesa de dissertação de Mestrado Acadêmico de Maria Auxiliadora do Nascimento Mélo, intitulada *Gestão da qualidade em empresas prestadoras de serviços na área de saúde*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 01 de novembro de 2002.
45. Titular da Comissão Examinadora da defesa de dissertação de Mestrado Acadêmico de Joyce Lene Gomes Cajueiro, intitulada *Incubadoras de Empresas: uma experiência em Pernambuco*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 14 de novembro de 2002.
46. Examinador Externo da Banca Examinadora de Dissertação de Mestrado, de Milza Costa Barreto, intitulada *A inserção da fruticultura de exportação do Vale do São Francisco no Mercado Internacional*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de Pernambuco, em 09 de dezembro de 2002.
47. Titular da Banca Examinadora de defesa de tese de doutorado de Paulo Fernando de Moura Cavalcanti Bezerra Filho, intitulada *Ciclo Econômico e instabilidade estrutural: um modelo evolucionário multissetorial Minsky-Keynes-schumpeterianos*, apresentada ao Curso de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 2002.
48. Membro da Banca Examinadora do Concurso Público para Professor Adjunto – Ref. 1 do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe – UFS, 2003, realizada em janeiro de 2003.
49. Titular da Comissão Examinadora da defesa de dissertação de Mestrado Acadêmico de Felipe Cabral Araújo Gois, intitulada *Sistemas integrados de produção “breakthrough” ou apenas uma evolução do sistema Toyota de produção: a comparação através de dois modelos teóricos*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 20/01/2003.
50. Examinador Titular Externo, na Banca Examinadora de dissertação de André Felipe de Albuquerque Fell, intitulada *Análise do Comércio eletrônico (CE) da pequenas e médias empresas (PMEs) da Região Metropolitana do Recife (RMR) – barreiras e obstáculos*, em 29/01/2003, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

51. Presidente da Comissão Examinadora do trabalho de conclusão de mestrado de Carlos Santos Figueira, sob o título *Exclusão digital, uma avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento do Nordeste*, apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Sudene, em 13/01/2003.
52. Titular da Comissão Examinadora na Defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico de Flávia de Oliveira Assunção, intitulada *Impactos da implantação do sistema de gestão da qualidade em empresas de Engenharia Consultiva, na Construção Civil, do Estado de Pernambuco: a visão das empresas*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 31 de janeiro de 2003.
53. Membro da Comissão Examinadora do Projeto TCM – Trabalho de Conclusão de Mestrado de Ecila Fernandes de Assis Lima, intitulada *Desenvolvimento Territorial e Arranjo Produtivo Local, O Caso da abacaxicultura da Paraíba*, apresentada à Sudene / UFPE, em 24 de abril de 2003.
54. Titular da Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico de Ana Cláudia Costa Gomes, intitulada *Gestão do Conhecimento como Diferencial Competitivo: Um Estudo de Caso do Processo de Aprendizagem em uma Pequena Empresa Hoteleira*, apresentando ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 22 de maio de 2003.
55. Membro da Banca do Exame de Qualificação do orientando de doutorado Metódio Varejão de Godoy, do Departamento de Engenharia de Produção da UFPE, realizado em 08 de julho de 2003.
56. Membro da Banca do Exame de Qualificação do orientando de doutorado Carlos Alberto Silva, do Departamento de Engenharia de Produção da UFPE, realizado em 09 de julho de 2003.
57. Membro da Banca do Exame de Qualificação da aluna de doutorado Adriana Clericuzzi, do Departamento de Engenharia de Produção da UFPE, realizado em 10 de julho de 2003.
58. Membro da Banca Examinadora da dissertação de mestrado de Juliana Pacheco Barbosa, do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba, intitulada *Setor elétrico brasileiro: impacto do processo de privatização sobre o emprego*, realizada em 01 de agosto de 2003, na UFPB/CCSA.
59. Membro (1º Examinador) da Banca de dissertação de mestrado de Eduardo Sérgio Almeida, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco, intitulada “A Condição Humana do Trabalho”, realizada em 03 de setembro de 2003, na UFPE/Centro de Ciências Jurídicas-CCJ.

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

60. Titular da banca examinadora da dissertação de Carlos Figueira, intitulada “Exclusão Digital, uma avaliação de políticas públicas municipais - O caso da cidade de Bonito, PE”, apresentada ao Curso de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE / Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - Sudene / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em 29 de setembro de 2003.
61. Membro da banca examinadora da dissertação de mestrado de Alessandra Souza Lopes de Almeida, intitulada “Gestão do conhecimento como ferramenta para o aumento de competitividade em sistemas integrados de gestão”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 03 de outubro de 2003.
62. Membro da banca (3º examinador) da dissertação de Mônica Maria de Arruda Cavalcanti, intitulada “Construção de indicadores para avaliação do programa de parcerias: estudo do caso ENAP/FUNDAJ (1996 a 2002)”, apresentada ao Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas da Fundação Joaquim Nabuco, em 15 de outubro de 2003.
63. Membro da banca (Orientador) da dissertação de Carlos José de Albuquerque, intitulada “A modernização administrativa do Hemope: estudo do progestão”, apresentada ao Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas da Fundação Joaquim Nabuco, em 17 de novembro de 2003.
64. Membro da banca (Orientador) da dissertação de Sandra Helena Pereira Rodrigues, intitulada “Comitê para democratização de informática de Glória do Goitá - uma estratégia de inserção digital: avaliando os impactos”, apresentada ao Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas da Fundação Joaquim Nabuco, em 26 de novembro de 2003.
65. Membro da banca (Titular) da dissertação de Fernanda Estelita Lins, intitulada “Mensurando a inovação tecnológica: indicadores e determinantes”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 29 de novembro de 2003.
66. Membro da banca (Examinador interno) de Ana Elizabete Tavares de Lima Bezerra, intitulada “Políticas Públicas e Parceria: Polícia Militar de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco 1991-2002”, apresentada ao Curso de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas da Fundação Joaquim Nabuco, em 02 de dezembro de 2003.
67. Membro da banca (Orientador) da dissertação de Noab Martins Carvalho Rocha, intitulada “O pólo industrial de calçados de Campina Grande: é um cluster potencial?”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 02 de dezembro de 2003.

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

68. Membro da banca da dissertação de Francisco de Melo Granata, intitulada “Empreendedorismo no espaço rural – Um estudo da inovação turística em engenhos da região da Mata Norte de Pernambuco”, apresentada ao Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural, do Departamento de Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal Rural de Pernambuco em 12 de dezembro de 2003.
69. Membro da banca da dissertação de Carlos José de Andrade Lira, intitulada “Custos para tomada de decisão: Estudo de caso aplicado numa empresa de Engenharia de Pernambuco”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 29 de dezembro de 2003.
70. Membro da banca da dissertação de Valéria Maria Ribeiro de Sá, intitulada “Custo da qualidade nas indústrias de transformação de Pernambuco”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 29 de dezembro de 2003.
71. Titular da Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado Profissionalizante de Luiz Carlos Aliandro Júnior, intitulada “Licenciamento de Produtos: Aplicações de Análise de Investimento ao setor de Manufatura de Brinquedos”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 30 de janeiro de 2004.
72. Integrante da Comissão Julgadora da defesa de tese de doutorado de Luciana Peixoto Santa Rita, intitulada “Serviços no setor de telefonia móvel: uma análise sob a dimensão da competitividade”, apresentada à Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, em 19 de fevereiro de 2004.
73. Examinador externo da dissertação de Antônio Pessoa Nunes Neto, intitulada “Articulação de Ações Locais de Modernização Produtiva e Gerencial em Pequenas Empresas: o caso do CIN – Centro de Inovação e Negócios de Pernambuco”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, em 26 de fevereiro de 2004.
74. Examinador Externo da Banca Examinadora de Tese de Economia do doutorando José Lúcio Alves Silveira, intitulada “A Reinserção do Brasil nos Fluxos Internacionais de Capitais e a Fragilidade Fiscal da União no Período 1990/2001”, apresentada ao PIMES/UFPE em 05 de março de 2004.
75. Membro da Banca Examinadora da dissertação de Mestrado de Edvaldo Henrique Von Söhsten Calheiros da Silva, intitulada “A comunidade de prática virtual como ferramenta da gestão do conhecimento: Uma proposta para o Tribunal de Justiça de Pernambuco, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 26 de março de 2004.



## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

76. Titular da Comissão Examinadora da defesa de Tese de Doutorado de Gisele Cristina Sena da Silva, intitulada "Aplicação da Metodologia de Checkland em Programas de Produção Mais Limpa Nas Empresas Prestadoras de Serviços", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 05 de abril de 2004.
77. Titular da Comissão Examinadora da defesa de Dissertação de Mestrado Profissionalizante de José Aluizio Andrade de Oliveira, intitulada "Estudo da Produtividade das Empresas Prestadoras de Serviços de manutenção de Redes de Acesso da TELEMAR na Região Metropolitana do Recife", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 07 de abril de 2004.
78. Membro da Banca (Orientador) Orientador do trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão em Negócios de Henrique de Queiroz Chaves, da Turma 2003/2004 do Programa MBA-Executivo do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Pernambuco, intitulado "Porto Digital de Pernambuco: Um Instrumento de Viabilização Competitiva na área de Tecnologia da Informação", apresentada ao corpo docente do referido Programa MBA-Executivo em 19 de maio de 2004.
79. Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público de Títulos e Provas para provimentos de Cargo Docente na Carreira de Magistério Superior, Professor Adjunto, Referência 1, com Dedicção Exclusiva, Área de Especialidade Gestão da Qualidade do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Em 27 e 28 de maio de 2004.
80. Titular da Comissão Examinadora da defesa de dissertação de Mestrado Profissionalizante do aluno Paulo Fernando de Miranda Medeiros, intitulada "Ferramentas da qualidade para a melhoria dos serviços prestados: Uma aplicação na Celpe no período 2002-2003", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE em 05 de agosto de 2004.
81. Titular da Comissão Examinadora da defesa de dissertação de Mestrado Acadêmico de Luciana Aiko Hiramine, intitulada "Gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional: Um estudo em uma instituição de educação profissional", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE em 04 de outubro de 2004.
82. Presidente da Banca Examinadora do Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste de Ecila Fernandes de Assis Lima, intitulada "A Cultura do Abacaxi em São Miguel de Taipu – Limites e Condicionantes da Competitividade Sistêmica", realizada na Universidade Federal de Pernambuco em 17 de novembro de 2004.

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

83. Titular da Comissão Examinadora da Pré-Banda de dissertação de Mestrado Acadêmico de Paulo Silva, intitulada “O Design e a inovação incremental nas MPes do setor moveleiro”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Design, Centro de Artes e Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE em 22 de dezembro de 2004.
84. Titular da Comissão Examinadora da defesa de dissertação de Mestrado Profissionalizante de Abner Dantas de Mesquita Júnior, intitulada “Identificação da necessidade não atendida do consumo 24 horas de bens alimentícios no Pólo Médico Hospitalar localizado no bairro da Ilha do Leite – Recife/PE”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em 28 de dezembro de 2004.
85. Titular da Comissão Examinadora da defesa de tese de Doutorado de Lautemir Xavier Cavalcanti Canel, intitulada “Análise de Projetos de Desenvolvimento na Região Nordeste do Brasil: A Experiência do Sistema FINOR, nos anos de 1962 a 2001”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em 25 de fevereiro de 2005.
86. Examinador Externo da defesa de tese de dissertação de Pós-Graduação de Uranilson Barbosa de Carvalho, intitulada “Momentos de Capitais e Crescimento Econômico – A Reinserção do Brasil ao Crédito Internacional na Década de 90”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em 18 de abril de 2005.
87. Titular Externo da Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas intitulado: “Impacto de Títulos de Crédito de Carbono em Empreendimentos Eólicos”, de autoria do mestrando Hemerson Luis Schafhauzer, apresentado na FJN, em 04 de maio de 2005.
88. Membro da Banca Examinadora do Exame de Qualificação do Curso de Doutorado em Administração intitulado: “Redes Intra e Inteorganizacionais: como apreender sua contribuição para o desenvolvimento institucional local”, de autoria da aluna Celina Maria Fernandes da Cunha Bastos, apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração – NPGA da Universidade Federal da Bahia, em 23 de maio de 2005.
89. Examinador Externo da Banca de Dissertação de Laudeny Fábio Barbosa Leão, intitulada “Arranjos Produtivos Locais como Estratégias de Desenvolvimento em Regiões Periféricas: o caso do Arranjo Produtivo do Bambu, Cajueiro, Alagoas”, apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas – PRODEMA/UFAL, em 28 de junho de 2005.
90. Titular da Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado Profissionalizante de Sérgio Kelner Silveira, intitulada “Competitividade Sistêmica do Setor Sucro-Alcooleiro: analisando as perspectivas de Pernambuco”, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 01 de julho de 2005.

**Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú**

91. Titular da Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico de Larissa Maria Argollo de Arruda, intitulada “Uma Proposta para a Avaliação da Qualidade dos Serviços da Administração de Shopping Centers, utilizando o Modelo SERVQUAL”, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 08 de julho de 2005.
92. Titular da Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico de Harley dos Santos Martins, intitulada “Aspectos Inovativos do Turismo em Belém do Pará. É possível Clusterizar?”, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 28 de julho de 2005.
93. Titular da Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado Acadêmico de Soraya Santana dos Santos, intitulada “Territórios Produtivos de Baixa Densidade Econômica: Um Modelo na Busca de Competitividade – O Caso de Alagoas”, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, em 12 de agosto de 2005.
94. Titular da Banca de Defesa Pública de Dissertação de Arícia Elena Ferrão, intitulada “Gestão Compartilhada Participativa para o Desenvolvimento Local de Simão Dias – Se – Farol do Desenvolvimento”, apresentada ao Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente do Núcleo de Pós-Graduação em Estudos do Semi-Árido – NESSA, da Universidade Federal de Sergipe – UFS, em 17 de agosto de 2005.

**4.5 - Honrarias**

1. Professor homenageado da turma de formandos em Economia do 1o. semestre de 1987 da UFPE.
2. Proferiu palestra de encerramento sobre a Vida de Karl Marx, para a turma “Karl Marx” de formandos em Economia do 2o. semestre de 1987 da UFPE.
3. Comenda do Sesquicentenário dos Cursos de Ciências Agrárias em Pernambuco. (1987)
4. Paraninfo da turma de formandos em Economia do 1o. semestre de 1989 da UFPE. Turma Dilson Funaro.
5. Medalha Comemorativa dos 40 anos da Fundação Joaquim Nabuco. (1989).
6. 2º lugar no II Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional, categoria profissional. (julho, 1998)
7. Honra ao mérito por ter obtido o 2º lugar no II Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional, com o trabalho “Revisitando o setor sucro-alcooleiro do

**Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú**

Nordeste: o novo contexto e a reestruturação possível", concedida pela Universidade Federal de Pernambuco. Recife, março de 1999.

8. Diploma de Honra ao Mérito da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - Delegacia em Pernambuco, pela colaboração prestada ao XXXII Ciclo de Estudos de Política e Estratégia, na qualidade de conferencista. Recife, 18 de outubro de 2001.
9. Certificado de Mérito pela apresentação do painel: O Papel da Universidade na Sociedade do Conhecimento, durante o Seminário Sociedade do Conhecimento: Novos Desafios Universitários.
10. Prêmio de Melhor Trabalho apresentado nas Sessões Técnicas do II Seminário Internacional de Gestão da Inovação Tecnológica no Nordeste – INOVA 2005, do texto “Desenvolvimento Regional e C, T & I: opções tomadas e caminhos possíveis para o Nordeste”. Fortaleza, 08 de julho de 2005.

**5. OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS**

- 5.1 - D.F. VASCONCELOS S/A - Optica Mecânica de Alta Precisão - janeiro-julho de 1976.

Função: Estagiário

Área de Auditoria Interna  
- Diagnóstico da Empresa

Área de Programação e Controle de Produção  
- Estudos de Formulários  
- Reestruturação dos Controles de Produção  
- Estudos estoques  
- Controle dos estoques

- 5.2 - COPLASA S/A - julho-dezembro de 1976

Função: Estagiário  
- Alocação de Recursos  
- Acompanhamento de Projetos

- 5.3 - Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa de São Paulo - janeiro-abril de 1977.

Função: Consultor Industrial

. Cremart-Durilm S/A - Tintas e Vernizes

**Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú**

- Diagnóstico de Produção
- Manual de Encargos
- Estudo de Balanceamento de Produção
- Elaboração de Apostila para Curso de Produtividade

**5.4 - Marx Eberhardt Cia. Ltda. - abril-dezembro de 1987.****Função: Gerente de Produção**

- Responsável pela Produção, Manutenção Ferramentária e Controle de Produção
- Responsável pelos estudos de melhoria de métodos, controle de estoques e layout.

**5.5 - Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS e Instituto Brasileiro de Gás - IBIG - janeiro a dezembro de 1978.****Função: Engenheiro**

- Projetos de financiamento - BNDES, FINEP, SEBRAE.
  - Estudos mercadológicos de medidores de gás e de tubulação para gás.
  - Coordenação do Seminário de Energia Solar e do Seminário de Energia da Biomassa, promovidos pelo IBG. (1978).
  - Coordenação do Seminário sobre Transporte e Manuseio de G.L.P., promovido pelo IBG e pelo Sindicato dos Distribuidores de G.L.P. - SINDIGAS. (1978).
  - Normalização de aparelhos e gás, sendo secretário da Comissão de Estudos de Máquinas de Aquecimento da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
  - Responsável pela organização de um Banco de Dados Estatístico sobre o setor Gás e Afins no IBG.
  - Estudos de Fontes Alternativas para a Produção de Gás Combustível.
  - Construção de um Terminal de Vaporização de Gás Liquefeito de Petróleo para distribuição canalizada.
- 5.6 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/Agência Regional Nordeste - julho de 1979 a dezembro de 1990.**

**Função: Técnico de Desenvolvimento Científico**

**Áreas: Economia Mineral  
Economia Industrial**

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

Energia  
Política Científica e Tecnológica

Função: Superintendente da Agência Regional Nordeste do CNPq, de abril de 1986 a junho de 1990.

5.7 - Fundação Joaquim Nabuco/Instituto de Tropicologia/Departamento de Estudos Avançados em Áreas Tropicais-DESAT - dezembro de 1990.

Função: Analista de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de dezembro de 1990 a janeiro de 1992.

Pesquisador, a partir de janeiro de 1992.

5.8 - Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco - ITEP (cedido ao Estado de Pernambuco) - julho de 1990-outubro de 1991...

Função: Presidente

5.9 - Secretaria de Planejamento, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (cedido ao Estado) - dezembro de 1991 a outubro de 1992.

Função: Diretor de Ciência e Tecnologia

5.10 - Diretor de Estudos e Pesquisas do Instituto dos Economistas de Pernambuco - IEP (Gestão 93-95).

5.11 - Secretário Adjunto na Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais (cedido ao Estado), de fevereiro de 1995 a abril de 1996.

## 6. Participação em Comissões e Núcleos

Membro da Comissão Mista CNPq/SUDENE para o Programa do Trópico Semi-Árido, de janeiro de 1982 a junho de 1990.

Membro da Comissão Mista CNPq/SUDENE/MME para apoio ao Desenvolvimento da Tecnologia Mineral no Nordeste, de janeiro de 1981 a junho de 1990.

Membro do Núcleo de Política Científica e Tecnológica da UFPE, desde janeiro de 1981.

Membro da Comissão Mista CNPq/SUDENE/BNDES/FINEP para incentivo a Indústrias de Alta Tecnologia no Nordeste.

Consultor do III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação.

Representante do CNPq nos Conselhos Deliberativos dos Parque Tecnológico da Paraíba e no Instituto Tecnológico de Pernambuco, a partir de 1987.

**Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú**

Membro do Conselho Comunitário do Estado de Fernando de Noronha, a partir de 1988 a 1993.

Membro Suplente do Conselho Diretor da Fundação Joaquim Nabuco, a partir de 1988 a janeiro de 1993.

Diretor Suplente do Comitê Diretivo da Associação Latino-Americana de Política científica e Tecnológica, representando o Brasil, para o período de 1988-1990.

Membro Suplente do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, a partir de 1988.

Membro do Conselho de Administração do Núcleo de Tecnologia Industrial do Estado do Ceará, a partir de 1988.

Membro do Conselho de Administração da Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Estado da Bahia - CEPED, a partir de 1988.

Membro do Conselho de Administração da Paraíba - FUNCETI, a partir de 1988.

Representante do CNPq, junto ao Governo do Estado da Paraíba, para Implantação do Projeto Estação Ciência, a partir de 1988.

Membro do Conselho Consultivo do Instituto dos Economistas de Pernambuco, para o período 1989-1990.

Representante do CNPq, como titular, junto ao Centro Tecnológico e Afins - CIMA, a partir de 1989.

Representante do ITEP, como titular, junto à Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa Tecnológica Industrial -ABIPTI, a partir de 14 de julho de 1990.

Membro do Conselho Editorial da Revista A Revista Brasileira de Inovação, da Finep, a partir de 2002.

Membro do Conselho de Administração da FINEP, como representante da ABIPTI. Vice-Presidente da ABIPTI, de setembro de 1990 a outubro de 1991.

Membro da Câmara de Assessoramento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco - FACEPE, em 1990.

Membro da Câmara Setorial de Estudos em Economia Mineral do Centro de Tecnologia Mineral - CETEM, a partir de junho de 1990.

Secretário Regional da SBPC para Pernambuco, eleito para o período de julho/1990 a julho/1992.

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

Membro da Comissão Coordenadora da I EXPOCIÊNCIA, promovida pela SBPC.

Consultor no trabalho de pesquisa “Estudo das Perspectivas da Indústria de Minerais não Metálicos para o Nordeste Brasileiro”, desenvolvido pela SUDENE e FUNDAJ.

Membro do Comitê Assessor do Programa de Revitalização dos Institutos de Pesquisa do Estado de Pernambuco - Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco - FACEPE.

Coordenador do Programa de Indução em Capacitação Tecnológica das Empresas Industriais Pernambucanas/Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco - FACEPE.

Membro do Comitê Executivo da RECITEC Revista de Ciência e Tecnologia – Política e Gestão para a Periferia / Fundação Joaquim Nabuco. Desde 1996.

Conselheiro Nacional Eleito da SBPC para o quadriênio 1995-1998.

Membro do Grupo de Trabalho de Indicadores em C&T no Brasil - MCT/MEC - 1994-1995.

Membro da coordenação e instrutor do *workshop* “Introdução ao Planejamento e Gestão de C&T” - Fundação Joaquim Nabuco

Membro da Comissão Julgadora do Prêmio Delmiro Gouveia de Vanguarda Industrial de 1996 - FIEPE/FUNDAJ.

Participação da Comissão de Avaliação dos Resumos de Comunicações, encaminhadas para a 49a. Reunião Anual da SBPC (Belo Horizonte, MG - 13 a 18 de julho de 1977).

Membro da Comissão de Elaboração de Normas para Estagiários Nacionais e Estrangeiros no âmbito da Fundação Joaquim Nabuco (Portaria no. 070/97, de 07 de maio de 1997).

Membro da Comissão de Avaliação de Projetos CAPES/PGCT do PADCT II.

Membro do Comitê Externo para o processo de seleção dos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, Convênio FACEPE/CNPq, em 03 e 04 de julho de 1997.

Integrante da comissão julgadora do Prêmio Delmiro Gouveia de Vanguarda Industrial 1996 e 1997.

Integrante da Comissão Julgadora do Concurso Nelson Chaves /97 de Teses sobre o Norte e Nordeste, para os melhores trabalhos na área de Economia.



Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

Integrante da Comissão Julgadora do 5º Prêmio Delmiro Gouveia de Vanguarda Industrial – Versão 1997.

Integrante da Comissão de Avaliação dos Resumos de Comunicações da área de Economia e Administração para 50ª Reunião Anual da SBPC.

Membro do Comitê Científico do I Seminário Internacional sobre Gestão da Inovação Tecnológica no Nordeste, realizado em Fortaleza pelo Banco do Nordeste, em 9-11 de junho de 1999.

Membro do Comitê de Ética na Pesquisa, da Universidade de Pernambuco, conforme Portaria n. 115/2000, de 22/02/2000.

Membro da Comissão de Avaliação da condições iniciais de oferta do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia e Administração Domus, para fins de autorização conforme Processo 23000005255/98-79, conforme Portaria n. 464, da Secretaria de Ensino Superior do MEC, de 08/03/2000.

Membro da Comissão Técnica de Análise de Projetos do Programa Estadual de Formação para o Trabalho da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social do Governo do Estado de Pernambuco, em 26/04/2000.

Membro do Conselho Editorial da Revista Eletrônica Internacional de Economía de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación. Sergipe, 2000.

Editor Associado da Revista Brasileira de Inovação – RBI / Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, desde 2002.

Titular do Concurso Público para Professor Adjunto, na matéria de ensino Análise Microeconômica realizado nos dias 22 e 23/01/2003, do Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco.

Membro do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pernambuco. Desde 2003.

Membro do Conselho Técnico Científico do ITEP – Instituto Tecnológico de Pernambuco. Desde 2004.

Membro da Comissão Especial de Estudo da Questão de Inovação e Empreendedorismo na Universidade Federal de Pernambuco, no período de 05 de fevereiro a 05 de maio de 2004, conforme Portaria de Pessoal Nº 238/2004-UFPE.

Membro da Comissão Editorial da Revista Sísifo – PET de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco. Desde 2004.

**Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú**

Membro do Comitê de Avaliação do Prêmio Samuel Benchimol 2004, pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Membro da Comissão Julgadora do Prêmio FINEP de Inovação Tecnológica 2004. Etapa Regional Nordeste. Recife, 02 de setembro de 2004.

Participação do XI SIMPEP – Simpósio de Engenharia de Produção, no período de 8 a 10 de novembro de 2004, como Avaliador de Trabalhos Científicos.

Membro do Conselho de Administração do Espaço Ciência. Recife, março de 2005.

Membro do Comitê Científico da Gestão da Inovação Tecnológica do Nordeste – INOVA 2005. Fortaleza, junho de 2005, como Avaliador de Trabalhos Científicos.

Membro do Comitê Externo de Avaliação no processo de seleção PIBIC/UPE/CNPq-2005-2006. Recife, 2 de junho de 2005.

Presidente da Comissão de Seleção de Bolsistas para a Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP/OS. Recife, 11 de agosto de 2005.

**11. Trabalhos Publicados**

SICSU, Abraham Benzaquen. Novas lógicas do planejamento regional e a valorização do local: estudos de casos em Alagoas e Pernambuco. In: 11º Congresso da APDR – O Papel das Universidades no Desenvolvimento das Regiões 2005, Faro / Portugal. Resumos...Faro: APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 2005. p. 48.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Bioética e Sustentabilidade. In: VI Congresso Brasileiro de Bioética, I Congresso de Bioética del Mercosur e Fórum da Redbioética/UNESCO 2005, Foz do Iguaçu/PR. Resumos... Foz do Iguaçu: SBB – Sociedade Brasileira de Bioética, 2005. p. 28.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Desenvolvimento Regional e C, T&I: opções tomadas e caminhos possíveis para o Nordeste. In: Seminário Internacional de Gestão da Inovação Tecnológica no Nordeste INOVA 2005, 2., 2005, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Federação das Indústria do Estado do Ceará, 2005. CD-ROM.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; CAJUEIRO, Joyce Lene Gomes. Incubadoras de empresas: uma experiência em Pernambuco. In: Revista do Centro de Ciências Administrativas. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2004. v. 10, n. 1, p. 147-163.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; CAJUEIRO, Joyce Lene Gomes. O processo de transferência de conhecimento na Universidade: a visão dos alunos de uma Instituição de ensino privado. In: COSTA, Ana Paula Cabral Seixas; SOUZA, Fernando Menezes

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

Campello de. (Org.). Otimização e Gestão em Educação. Recife: Editora Universitária/UFPE. 2005. p. 129-139.

SICSÚ, Abraham; JUNG, Andrés; KATZ, Frederico; VASQUEZ, Silvia, organizadores. Pequenas e Médias Empresas de Áreas Periféricas do Mercosul: Oportunidades e Vulnerabilidades a partir de uma Análise de Cadeias Produtivas de Integração e Logística de Distribuição. Relatório Técnico (finalidade): Fortalecimento do Relacionamento entre a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e a Universidade Católica do Uruguai (UCU). Junho – 2005, 224 p.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; ROSENTHAL, David, organizadores. Gestão do conhecimento empresarial: concepção e casos práticos. - Recife: FASA gráfica 2005, 192 p. – (Coleção NEAL; n.7). ISBN 85-7084-053-5.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; KATZ, Frederico Jaime. Mudanças Tecnológicas e modelos gerências: discutindo tendências de transformações no processo de trabalho. In: Prof. Alfredo de Oliveira Moraes (Organizador), Razão nos Trópicos: Festschrift em homenagem a Paulo Meneses no seu 80º aniversário. Recife: Editora FASA 2005, 398p., pp. 177-204. ISBN 85-7084-047-0.

SICSÚ, Abraham. Inovação Tecnológica e Novos Investimentos Produtivos: Estudos de casos no Nordeste Brasileiro. In: EPISTEME Revista Multidisciplinar da Universidade Técnica de Lisboa. Ano V – nº 13-147 (2004) – 2ª série – Internet: [www.utl.pt/episteme](http://www.utl.pt/episteme) ISBN 0874-0437.

SICSÚ, Abraham; KATZ, Frederico Jaime; PARADISO, Romina. MERCOSUL, sua Evolução, Crises e Propostas. Disponível em AmerSul – Asociación Civil [www.amersul.org.ar](http://www.amersul.org.ar) (Seção “Novidades”).

SICSÚ, Abraham; CABRAL, Ana Paula; LIMA, Mária Ferreira. Sistemas de Workflow e Groupware na G.C. como Diferencial Competitivo. In: V Workshop Internacional sobre Inteligência Empresarial e Gestão do Conhecimento na Empresa – INTEMPRESS. Recife de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2004. CD-ROM.

SICSÚ, Abraham; CALÁBRIA, Felipe Alves; MEDEIROS, Denise Dumke de. Análise dos Processos de Inovação. In: V Workshop Internacional sobre Inteligência Empresarial e Gestão do Conhecimento na Empresa – INTEMPRESS. Recife de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2004. CD-ROM.

SICSÚ, Abraham; TELES, Francisco de A. Silva. Arquitetura Estratégica para o Trabalho Colaborativo. In: V Workshop Internacional sobre Inteligência Empresarial e Gestão do Conhecimento na Empresa – INTEMPRESS. Recife de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2004. CD-ROM.

SICSÚ, Abraham; KATZ, Frederico. Questionando a periodização ‘Fordismo’ - ‘Neo-Fordismo’. Mudanças tecnológicas e reflexos no mundo do trabalho. In: IV Colóquio

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

Latino-Americano de Economistas Políticos, 31 out. a 02 nov. 2004, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo-SP.

SICSÚ, Abraham; KATZ, Frederico; PARADIZO, Romina. MERCOSUL, Sua Evolução, Crises e Propostas. In: IV Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos, 31 out. a 02 nov. 2004, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo-SP.

SICSÚ, Abraham. Financiamento Estadual de C&T: evolução e perspectivas. In: Reunião SBPC/AAPC – Ciência “Tecnología y Sociedad – Política Científica, Tecnológica y de Innovación en el Mercosur”, Buenos Aires, 1 a 5 de novembro de 2004.

CAJUEIRO, Joyce; SICSÚ, Abraham. A Experiência de Incubadoras de Empresas em Pernambuco. XIII ENBRA – Encontro Brasileiro de Administração, Natal-RN, 9 a 11/10/04.

CAJUEIRO, Joyce; SICSÚ, Abraham. O Processo de Transferência de Conhecimento na Universidade: A Visão dos Alunos de uma Instituição de Ensino Privado. XIII ENBRA – Encontro Brasileiro de Administração, Natal-RN, 9 a 11/10/04.

NASCIMENTO, Juliano Diniz do; ALMEIDA, Adiel Teixeira de; SICSÚ, Abraham. Projeto de Software Livre em Pernambuco: Solução Integrada de Colaboração Corporativa. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 23., 2003. Anais... Curitiba: 19 a 22 out. 2004. CD-ROM.

VAZ, Antônio; SICSÚ, Abraham; CARVALHO FILHO, Edson Costa. Desenvolvimento do Planejamento Estratégico para a Estruturação do Emergente de Fotônica e Eletroeletrônica do Estado de Pernambuco. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 23., 2003. Anais... Curitiba: 19 a 22 out. 2004. CD-ROM.

SILVA, Carlos Alberto; SICSÚ, Abraham. O Pólo Mineiro-Químico e seus impactos na economia Sergipana: Uma análise a partir do referencial de Arranjo Produtivo Local. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 23., 2003. Anais... Curitiba: 19 a 22 out. 2004. CD-ROM.

SICSÚ, Abraham. Tecnologia nos trópicos. In: SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA, 2004, Recife. Anais. in [www.tropiologia.org.br/conferencia.html](http://www.tropiologia.org.br/conferencia.html)

SICSÚ, Abraham. Análise das Tendências Tecnológicas nas Estruturas (Operadoras de Planos de Saúde, Hospitais, Clínicas e Laboratórios) do Núcleo do Pólo Médico do Recife. In: LIMA, João Policarpo Rodrigues (Coord.), O Pólo Médico do Recife: cadeia

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

de valor, desafios e oportunidades. Recife: Editora Universitária UFPE, 305p., pp. 247-271. ISBN: 85-7315-245-1.

SICSÚ, Abraham (Coord. Técnico); COUTINHO, Luciano (Coord.); LIMA, João Policarpo R.; HULAK, Maria Helena. Inserção Competitiva do Nordeste: Proposta para a contribuição da Ciência e Tecnologia. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004. ISBN: 85-87062-29-8.

SICSÚ, Abraham. Novas Lógicas do Planejamento Regional e a Valorização do Local: Estudos de Casos em Alagoas e Pernambuco. Disponível em Federação Nacional dos Economistas - FENECOM <<http://www.fenecom.org.br>> (Seção "Artigos Interessantes").

SICSÚ, Abraham. Proyecto Territorios Productivos en Alagoas. Nueva visión del desarrollo local. Disponível em GESTEC 2004 – VIII Seminario Internacional de Gestión Tecnológica y su Aplicación en la Industria, Cuba, Julio 2004 <<http://www.disaic.cu>>

SICSÚ, Abraham Benzaquen; MELO, Silvio Alexandre Beisl Vieira de. Pesquisa tecnológica em instituições privadas: o caso do Instituto de Tecnologia e Pesquisa da Universidade Tiradentes. *Anais...* Belo Horizonte: Congresso ABIPTI 2004 - Tecnologias para inclusão social: o papel dos sistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação. Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica, abril/2003. (Anais em CD-ROM).

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Gestão do conhecimento nas pequenas e médias organizações: princípios para a busca da competitividade. *Anais...* Belo Horizonte: Congresso ABIPTI 2004 - Tecnologias para inclusão social: o papel dos sistemas de Ciência, Tecnologia e Inovação. Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica, abril/2003. (Anais em CD-ROM).

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, José Fernandes de; IRMÃO, José Ferreira; ALVELOS, José Manuel Pinto; SANTOS, Gilvan dos; AGUIAR, Moisés de; BRASIL, Paulo; MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de. 2004. Planejamento Estratégico: Uma proposta de desenvolvimento sustentável para a região de Xingó. Aracaju: Instituto de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Xingó, 40p.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; SILVA, Carlos Alberto da; BOLAÑO, César R.S.; SILVA, Luiz Marcos de Oliveira; LOPES, Vaneide Ferreira. Para uma Análise Comparativa das Cadeias Produtivas da Saúde de Aracaju e Recife - Uma Primeira Aproximação. Economia da Saúde - FINEP, Janeiro 2004. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/economiasaude/adm/arquivos/sala/analise\\_comparativa\\_das\\_cadeias\\_produtivas\\_pe.pdf](http://www.ipea.gov.br/economiasaude/adm/arquivos/sala/analise_comparativa_das_cadeias_produtivas_pe.pdf)

SICSÚ, Abraham Benzaquen; ROSENTHAL, David; KATZ, Frederico. Alca, Brasil y Estados Unidos: del rechazo contundente a la batalla diplomática. Observatorio de Análisis de los Sistemas Internacionales. Bogotá: Universidad Externado de Colombia. 384p. pp. 333-338. ISSN 1657-7558. (Out./2003). Janeiro, 2004.

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

- SICSÚ, Abraham Benzaquen; ROSENTHAL, David; KATZ, Frederico. Opportunities and Vulnerabilities in Mercosur: Looking for Room for Peripheral Regions. Anais... Guadalajara: 8<sup>th</sup> International Conference on Global Business and Economic Development – Managing Business Environment: Balancing Local and Global Challenges, 7 – 10 janeiro 2004. ISBN 0-9747415-0-7 (Trabalho completo em CD-ROM)
- SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo. Pólo Médico do Recife: Clusterização, Desafios e Tendências em Curso. Anais... Recife: VIII Seminário Modernização Tecnológica Periférica, novembro 2003. (Trabalho completo em CD-ROM)
- SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo. Pólo Médico do Recife: Clusterização, Desafios e Tendências em Curso. Anais... Recife: V Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, novembro 2003. (Trabalho completo em CD-ROM)
- SICSÚ, Abraham Benzaquen. Resgatando a cidadania através da sustentabilidade. In: MOLINA, Aurélio; ALBUQUERQUE, Maria Clara; DIAS, Emanuel. Bioética e Humanização: vivências e reflexões. Recife: Editora Universidade de Pernambuco - EDUPE, 2003. 168p. pp.137-140. ISBN: 85-87102-48-6.
- SICSÚ, Abraham Benzaquen; MORAES, Alfredo de Oliveira. O ambiente e a tecnologia: Um enfoque necessário em Bioética. In: MOLINA, Aurélio; ALBUQUERQUE, Maria Clara; DIAS, Emanuel. Bioética e Humanização: vivências e reflexões. Recife: Editora Universidade de Pernambuco - EDUPE, 2003. 168p. pp.61-72. ISBN: 85-87102-48-6.
- SICSÚ, Abraham Benzaquen; BOLAÑO, César. Reflexões para uma política de C&T no Nordeste Brasileiro: Uma preocupação com as tecnologias da informação e comunicação. Anais... Cidade do México: X Seminário Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica – ALTEC 2003, outubro 2003. ISBN 970-31-0265-4. (Trabalho completo em CD-ROM)
- SICSÚ, Abraham Benzaquen; FERREIRA JR., Reynaldo Rubem. As Organizações Brasileiras na sociedade do conhecimento: lições para o Brasil na área de capacitação. Anais... Cidade do México: X Seminário Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica – ALTEC 2003, outubro 2003. ISBN 970-31-0265-4. (Trabalho completo em CD-ROM)
- SICSÚ, Abraham Benzaquen; DIAS, Adriano Batista. Competitividade e condicionantes das políticas de gestão do conhecimento em tempos de estabelecimento do paradigma microeletrônico. Anais... Cidade do México: X Seminário Latino-Iberoamericano de Gestión Tecnológica – ALTEC 2003, outubro 2003. ISBN 970-31-0265-4. (Trabalho completo em CD-ROM)

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham Benzaquen; ANDRADE, Ivan Dantas de. Cooperativismo: um modelo associativista inovador. Anais... Ouro Preto: XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, outubro 2003. (Trabalho completo em CD-ROM)

SICSÚ, Abraham Benzaquen; SILVA FILHO, Julio Cesar Gomes da. Produção mais limpa: uma ferramenta da gestão ambiental aplicada às empresas nacionais. Anais... Ouro Preto: XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, outubro 2003. (Trabalho completo em CD-ROM)

SICSÚ, Abraham Benzaquen; MEDEIROS, Denise Dumke de (Orgs.). *Qualidade e Inovação em Serviços: Contribuições da Engenharia de Produção*. Recife: Editora Universitária UFPE, 178p., ISBN 8573152109.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; DIAS, Adriano Batista. Caminhos da Engenharia Consultiva em Pernambuco: Uma Primeira Abordagem. In: SICSÚ, Abraham B.; MEDEIROS, Denise Dumke de (Orgs.). *Qualidade e Inovação em Serviços: Contribuições da Engenharia de Produção*. Recife: Editora Universitária UFPE, p. 103-113, ISBN 8573152109.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; RIBEIRO, Ana Regina Bezerra; MEDEIROS, Denise Dumke de. Consultoria Tecnológica em Empresas de Pequeno Porte. In: SICSÚ, Abraham B.; MEDEIROS, Denise Dumke de (Orgs.). *Qualidade e Inovação em Serviços: Contribuições da Engenharia de Produção*. Recife: Editora Universitária UFPE, p. 115-135, ISBN 8573152109.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; MEDEIROS, Denise Dumke de; NASCIMENTO, Maria Auxiliadora do. Inovação Tecnológica e Empresas Prestadoras de Serviços de Saúde. In: SICSÚ, Abraham B.; MEDEIROS, Denise Dumke de (Orgs.). *Qualidade e Inovação em Serviços: Contribuições da Engenharia de Produção*. Recife: Editora Universitária UFPE, p. 61-76, ISBN 8573152109.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. O Papel da Extensão Universitária no Desenvolvimento Regional: considerações sobre o caso brasileiro. In: SICSÚ, Abraham B.; MEDEIROS, Denise Dumke de (Orgs.). *Qualidade e Inovação em Serviços: Contribuições da Engenharia de Produção*. Recife: Editora Universitária UFPE, p. 155-175, ISBN 8573152109.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo. Pólo Médico do Recife: Clusterização (?), Desafios e Tendências em Curso. Anais... Florianópolis: VIII Encontro Nacional de Economia Política, junho 2003. (Trabalho completo em CD-ROM)

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo. Pólo Médico do Recife: Clusterização (?), Desafios e Tendências em Curso. Trabalho para Discussão. Universidade Federal de Pernambuco – Departamento de Economia – Programa de Pós-Graduação em Economia - PIMES. Recife: Trabalho para Discussão nº 458, Junho 2003.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Investimentos Externos Diretos: reflexões sobre o caso brasileiro. In: Colectividades Territoriais, Financiamento e Cooperação Transfronteiriça - Parte IV - Ordenamento do Território e Investimento Directo Estrangeiro. Coleção APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (Org.). Maio 2003, p.283-300.ISBN 972-98803-2-8.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; DIAS, Adriano Batista. Competitividade e Condicionantes das Políticas de Gestão do Conhecimento em Tempos de Estabelecimento do Paradigma Microeletrônico. Anais... Havana: VII Taller Internacional de Gestión Tecnológica en la Industria – GESTEC, julho 2003. Trabalho completo em CD-ROM e disponível em <http://www.gestec.disaic.cu/>.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Cadeias Produtivas, Cadeias do Conhecimento e Demandas Tecnológicas no Nordeste: Análise de Potencialidades e de Estrangulamentos. Revista Análise Econômica. Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Ano 21, nº 39, março 2003. ISSN 0103-7269.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Resgatando a cidadania através da sustentabilidade. Jornal Cremepe, Recife, p. 9, jan. 2003. Edição Especial: Bioética. fcvl

LIMA, João Policarpo Lima e SICSÚ, Abraham Benzaquen. Retomando a regionalização das políticas de C&T: o caso nordestino Cadernos de Estudos Sociais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, v. 18, n. 2, jul./dez., 2002. p. 185-207,. ISSN 0102-4248.fcvl

SICSÚ, Abraham Benzaquen e DIAS, Adriano Batista (2002). Condicionantes das políticas de gestão do conhecimento: novo enfoque na busca da competitividade. Revista Gestão Pública, Recife: Escola de Governo em Políticas Públicas/Fundação Joaquim Nabuco 1(1) 19-33. jun., 2002. ISSN 1677-2326.cvl ok

SICSÚ, Abraham Benzaquen et al. Mercosul: mudanças necessárias. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches – FASA. 2002. 218 p. : il. – (Coleção NEAL; 5). (sem ISBN). Cvl ok

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo Rodrigues Lima. Retomando a regionalização das políticas de C&T: o caso nordestino. SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 22., 2002, São Paulo. Anais... São Paulo: Núcleo de Política e Gestão Tecnológica/Universidade de São Paulo: 2002. (Trabalho completo em CD-ROM). Cvl ok

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo Rodrigues Lima. Retomando a regionalização das políticas de C&T: o caso nordestino. SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 22., 2002, São Paulo. Anais... São Paulo: Núcleo de Política e Gestão Tecnológica/Universidade de São Paulo: 2002 152 p. p. 38 (Resumo). Cvl ok



## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

- CAJUEIRO, Joyce Lene Gomes; SICSÚ, Abraham Benzaquen. Incubadora de empresas como mecanismo de introdução da inovação tecnológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 21: 2002: Curitiba - PR. XXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO; Porto, Alegre: ABEPRO, 2002. Em CD-ROM. (Trabalho completo). Cvl ok
- MORAIS, Danielle Costa; SICSÚ, Abraham Benzaquen. Inovação e gerenciamento para redução de perdas em sistemas de abastecimento de água. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 21: 2002: Curitiba, PR XXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO; Porto, Alegre: ABEPRO, 2002. Em CD-ROM. (Trabalho completo). Cvl ok
- BARBOSA, Gilka Rocha, SICSÚ, Abraham Benzaquen. Sistemas de informação e as empresas de pequeno porte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 21: 2002: Curitiba, PR. XXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO; Porto, Alegre: ABEPRO, 2002. Em CD-ROM. (Trabalho completo).cvl OK
- CAJUEIRO, Joyce Lene Gomes; SICSÚ, Abraham Benzaquen. Incubadora de empresas como mecanismo de introdução da inovação tecnológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 21: 2002: Curitiba, PR. ANAIS DE RESUMOS/XXI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. EDITORES: José Luis Duarte Ribeiro...[et al.] Produção gráfica: Lia Buarque de Macedo Guimarães; Denise Martins Chagas. Porto Alegre: ABEPRO, 2002. p. 205. ISBN 85-88478-06-4. (Resumo). Cvl ok
- MORAIS, Danielle Costa; SICSÚ, Abraham Benzaquen. Inovação e gerenciamento para redução de perdas em sistemas de abastecimento de água. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 21: 2002: Curitiba, PR ANAIS DE RESUMOS/XXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO; EDITORES: José Luis Duarte Ribeiro...[et al.] Produção gráfica: Lia Buarque de Macedo Guimarães; Denise Martins Chagas. Porto Alegre: ABEPRO, 2002. p. 205. ISBN 85-88478-06-4. (Resumo). cvlOK
- BARBOSA, Gilka Rocha, SICSÚ, Abraham Benzaquen. Sistemas de informação e as empresas de pequeno porte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 21: 2002: Curitiba, PR. ANAIS DE RESUMOS/XXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO; EDITORES: José Luis Duarte Ribeiro...[et al.] Produção gráfica: Lia Buarque de Macedo Guimarães; Denise Martins Chagas. Porto Alegre: ABEPRO, 2002. p. 232. ISBN 85-88478-06-4. Resumo. FALTA CVL ok
- SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo Rodrigues. A Zona da Mata Pernambucana: diversificação produtiva ou retomada da cana-de-acúcar? In: MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis (Orgs.) Agroindústria Canavieira no Brasil. Evolução, Desenvolvimento e Desafios. São Paulo: Ed. Atlas, 2002. 367 p. p. 289-309. ISBN: 85.224.3253-8. okcvl

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham Benzaquen; FERREIRA JÚNIOR, Reynaldo Rubem. As organizações brasileiras na Sociedade do Conhecimento: lições para o Brasil na “área” de Capacitação. Revista Eletrônica Redemoinhos, Ano II, set. 2002. Disponível em <http://www.cidade.usp.br/redemoinhos/1302/analise.html>.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; CAVALCANTI, João Alexandre de Lira. Micro e pequenas empresas no Nordeste: uma necessidade de apoio sistêmico. In: SBRAGIA, Roberto, STAL, Eva (Orgs.) Tecnologia e Inovação: Experiências de Gestão na Micro e Pequena Empresa. São Paulo: PGT/USP, 2002 . 304 p. p.26-42.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Retomando a Regionalização das Políticas de C&T: o caso nordestino. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 7. 2002, Fortaleza. Anais... Fortaleza: ANPEC-BN. julho 2002. Em CD-ROM.

VEIGA, José Eli da. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas-SP: Autores Associados, 2002. 304 p. Resenha de: SICSÚ, Abraham Benzaquen. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v.33, n. 2, p. 288-289, abr.-jun. 2002. ISSN 0100-4956.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Regionalização das políticas de C&T: concepção, ações e propostas tendo em conta o caso do Nordeste. In: TARGINO, Ivan; LEITE FILHO, Paulo A. Maia (Orgs) Nordeste: Aspectos da Estrutura Produtiva e do Mercado de trabalho. Parte I - Aspectos da estrutura produtiva. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2002. 238 p. p. 129-152. ISBN 85-237-0323-3.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Inversión extranjera directa y potencial de articulación com pequeñas empresas. Reflexiones sobre el caso brasileño. In: HEREDIA Y CERAIN, F. Javier Beltrán; SARASOLA, Marcos R. (Coords.). Innovación tecnológica: desafíos de formación para el empleo y el proceso reciente de inversiones extranjeras en América Latina. Bilbao: Universidad de Deusto, 2001. 302p. p. 217-235.

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Zona da Mata pernambucana: diversificação produtiva ou retomada da cana-de-açúcar? In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS, 2., 2002, Curitiba. Resumo dos trabalhos. Curitiba: Ed. Dom Pedro I/UFPR, 2002 . (Resumo) Não paginado.ok cvl

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Cadeias produtivas, cadeias do conhecimento e demandas tecnológicas no Nordeste: análise de potencialidades e de estrangulamentos. In: COLÓQUIO LATINO-AMERICANO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS, 2., 2002, Curitiba. Resumo dos trabalhos. Curitiba: Ed. Dom Pedro I/UFPR, 2002 . (Resumo) Não paginado.

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham Benzaquen; PEREIRA, José Maurício; SILVA, Keila Sonalle; MEDEIROS, Sônia Ma. Gomes de Matos. Mata Sul de Pernambuco: crise e perspectivas. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches – FASA, 2002 193 p. (Coleção NEAL n. 4 – UNICAP).

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Concepções e propostas para a política de C&T no Nordeste. Recife, FJN, 2002 . Site Observanordeste, seção Análises e Conjunturas. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed001b.html> Acesso em março de 2002.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, DIAS, Adriano Batista. Condicionantes das políticas de gestão do conhecimento: novo enfoque na busca da competitividade. In: ALMEIDA, Adiel Teixeira, RAMOS, Francisco de Sousa (Orgs.) Gestão da Informação na Competitividade das Organizações. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002, 310 p. p. 183-208. ISBN 85315278-8.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Investimentos externos diretos e potencialidades de articulações com empresas de pequeno porte: reflexões sobre o caso brasileiro. In: LIMA, Marcos Costa (Org.) O Lugar da América do Sul na Nova Ordem Mundial. São Paulo: Cortez, 2001, 4716 p. p. 299-317. ISBN 85-249-0824-6.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo Rodrigues. Regionalização das políticas de C&T: concepções, ações e propostas tendo em conta o caso do Nordeste. Parcerias Estratégicas, Brasília, n. 13, p. 23-41, Dez., 2001. ISSN 1413-9375. X

SICSÚ, Abraham Benzaquen, CAVALCANTI, João Alexandre de Lira. As microempresas do setor de embalagens plásticas no Nordeste: aspectos relacionados com a estratégia empresarial. In: SEMINÁRIO MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA PERIFÉRICA, 7. 2001, Recife. Anais... Recife: FUNDAJ, 2001, 219 p. p. 142-155.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo Rodrigues. Cadeias produtivas, cadeias do conhecimento e demandas tecnológicas no Nordeste: análise de potencialidades e de estrangulamentos. In: SEMINÁRIO MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA PERIFÉRICA, 7. 2001, Recife. Anais... Recife: FUNDAJ, 2001, 219 p. p. 16-31.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo Rodrigues. Revisitando o setor sucro-alcooleiro do Nordeste: o novo contexto e a reestruturação possível. Revista eletrônica INFOSUCRO, Rio de Janeiro: Núcleo de Computação do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Texto n. 04 Disponível em [www.nuca.ie.ufrj.br/infosucro](http://www.nuca.ie.ufrj.br/infosucro). 2001.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Diversificação produtiva na Zona da Mata Nordestina. Revista eletrônica INFOSUCRO, Rio de Janeiro: Núcleo de Computação do Instituto de

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Texto n. 03 Disponível em <[www.nuca.ie.ufrj.br/infosucro](http://www.nuca.ie.ufrj.br/infosucro)>. 2001

SICSÚ, Abraham Benzaquen, ASSUNÇÃO, Flávia. Capacitação, inovação local e competitividade da indústria de cerâmica vermelha no Nordeste. Revista Produção On Line, 2001. Disponível em <<http://www.producaoonline.if.br>>. (Este trabalho conferiu prêmio aos autores - por ter sido considerado pela ABEPRO – Associação Brasileira de Engenharia de Produção – o melhor trabalho da área de gestão da tecnologia.

MARINHO, Alexandre Lira, CANSANÇÃO, Wendell de Oliveira, SICSÚ, Abraham Benzaquen . Comparative analysis between two PPC structures in a food industry. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS/INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE PRODUCTION OPERATIONS MANAGEMENT SOCIETY. Agosto, 2001.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Bioética? Por que não ética? *Jornal CREMEPE, Recife*, p. 11, jul./ago. 2001.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, CAVALCANTI, João Alexandre de Lira. As microempresas do setor de embalagens no Nordeste brasileiro. In: SEMINÁRIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA: INNOVACIÓN TECNOLÓGICA EN LA ECONOMÍA DEL CONOCIMIENTO, 9. São José – Costa Rica, 17 a 19 de outubro de 2001. Em CD-ROM.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Processos de modernização das fronteiras agrícolas brasileiras: aspectos gerais. In: SILVA, Nilton Pedro da, LEE HANSEN, Dean. (Orgs.) Economia Regional & Outros Ensaios. Aracaju: Editora UFS, 2001, 346 p. p. 259-291. Não tem ISBN.

SICSÚ, Abraham Benzaquen., KATZ, Frederico Jayme. Desafios tecnológicos e impactos socioeconômicos. Revista Relações Humanas, São Bernardo do Campo, n. 18, p. 36-43, fev. 2001. ISSN 0102-9835.

DIAS, Adriano Batista Dias, MELO, Lúcia C. P. de, SICSÚ, Abraham Benzaquen. Estado Nação e Estados-Província: divisão de trabalho e cooperação na área de C&T no atual tempo de alta dinâmica tecnológica. Cadernos UFS Economia, São Cristóvão: Ed. UFS. v.2, Fascículo 2, p. 31-46, 2000.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Prefácio. In: PERES, Luciano, BENACHOUR, Mohand, SANTOS, Valdemir A. dos. O gesso: produção e utilização na construção civil. Recife: Bagaço, 2001. 156 p. p. 11-12. Não tem ISBN.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, BOLAÑO, César R. S. Sociedade da Informação - setor produtivo e desenvolvimento regional. Quaderns Digitals, Valência-ES, 2000. ISSN 1575-9393, <[www.quadernsdigitals.net](http://www.quadernsdigitals.net)>. Acesso em 16 de fevereiro de 2001.

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham, Benzaquen, KATZ, Frederico Jayme. Desafios tecnológicos e impactos socioeconômicos. In: SEMINÁRIO DO NEAL - NÚCLEO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA, 2., 2000, São Bernardo do Campo. Anais...: Desafios da América Latina e da AUSJAL no novo século. São Bernardo do Campo: FEI, 2000. 52 p. p. 35-49.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, CAVALCANTI, João Alexandre de Lira. Micro e pequenas empresas no Nordeste: necessidade de apoio sistêmico. Revista de Ciência e Tecnologia: Política e Gestão para a Periferia, Recife, v. 4, n. 2, p. 320-336, 2000. ISSN 1415-3262. Disponível na Internet < <http://www.fundaj.gov.br/rtec/recitec/html>>

SICSÚ, Abraham Benzaquen., JÚNIOR, Reynaldo Rubem Ferreira. Visões metodológicas complementares sobre competitividade de setores industriais. In: MEDEIROS, Denise Dumke de, RAMOS, Francisco (Orgs.). Gestão industrial. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. 202 p. p. 155-174.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, BOLAÑO, César R. S. Sociedade da Informação - setor produtivo e desenvolvimento regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 21., 2000, Campinas, Anais... São Paulo: ANPEC, 2000. CD-ROM.

CAVALCANTI, João Alexandre de Lira, SICSÚ, Abraham Benzaquen. Inovação tecnológica e competitividade no setor de embalagens. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 21., 2000, São Paulo. Anais... São Paulo: Núcleo de Política e Gestão Tecnológica/Universidade de São Paulo, 2000. 139 p. p. 21. (Resumo).

SICSÚ, A. B., CAVALCANTI, João Alexandre de Lira. Micro e pequenas empresas no Nordeste: necessidade de apoio sistêmico. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 21., 2000, São Paulo. Anais... São Paulo: Núcleo de Política e Gestão Tecnológica/Universidade de São Paulo: 2000. 139 p. p. 23. (Resumo).

SICSÚ, A. B., CAVALCANTI, João Alexandre de Lira. Inovação tecnológica no setor de embalagens. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 21., 2000, São Paulo. Anais... São Paulo: Núcleo de Política e Gestão Tecnológica/Universidade de São Paulo: 2000. CD-ROM.

SICSÚ, A. B. Micro e pequenas empresas no Nordeste: necessidade de apoio sistêmico. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 21., 2000, São Paulo, Anais... São Paulo: Núcleo de Política e Gestão Tecnológica/Universidade de São Paulo: 2000. CD-ROM.

SICSÚ, A. B., MELO, L.C.P. de. Sociedade do conhecimento: integração nacional ou exclusão social?. Parcerias Estratégicas, Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia, n. 9, p. 54-62, out. 2000. ISSN 1413-9375.

SICSÚ, A. B., LIMA, João Policarpo R. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 109-138, jul. 2000. ISSN 0103-6351.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

LIMA, João Policarpo R., SICSÚ, A . B. Revisitando o setor sucro-alcooleiro do Nordeste: o novo contexto e a reestruturação possível. In: SAMPAIO, Yoni. (Org.) Ensaio sobre economia agrícola e meio ambiente no Nordeste. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2000. 349 p. p. 145-179.

SICSÚ, A . B. Jornalismo científico: um questionamento de base. In: FÓRUM DE JORNALISMO E CIÊNCIA DE PERNAMBUCO, 1., 2000, Recife. Anais... Recife: MCI/UFPE, 2000. 106 p. p. 36-39.

SICSÚ, A . B., MELO, L.C.P. de. Sociedade do Conhecimento: integração nacional ou exclusão social? Revista Electrónica Internacional de Economía de las Tecnologías de la Información y de la Comunicación. [online]. V. 2, n. 2, jul./ago. 2000. Disponível na Internet [www.eptic.he.com.br](http://www.eptic.he.com.br). ISSN 1518-2487.

SICSÚ, A . B. Inovação e Região. Recife: Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, 2000. 394 p. (Coleção NEAL; 1).

SICSÚ, A . B. Investimentos externos diretos e potencialidades de articulações com empresas de pequeno porte: reflexões sobre o caso brasileiro. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO RECIFE - AMÉRICA DO SUL 2005 - DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 1. 2000, Recife. Anais... Recife: NEAL/UNICAP, 2000. CD-ROM.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, CAVALCANTI, J. Segmento de Embalagens Plásticas no Nordeste: Visão Sistêmica de Complexos Seleccionados. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2000. 99 p.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, KATZ, Frederico Jayme. Nordeste e Mercosul: reflexões iniciais sobre conjuntura e perspectivas. In: LIMA, Marcos Costa e MEDEIROS, Marcelo de Almeida. (Orgs.) O Mercosul no Limiar do Século XXI. São Paulo: Cortez, 2000. 328 p. p. 289-299.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Crisis energetica y nuevas tecnologías. In: ALMEIDA, Adiel Teixeira de, SOUZA, Fernando M. Campelo de. (Orgs.) Produção e Competitividade: Aplicações e Inovações. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2000. 366 p. p. 157-174.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, Dilhermando Augusto de. Centros Universitários de tecnologia: considerações sobre seu mais recente papel na área de extensão. Revista Symposium, Recife, v. 3, n. especial, p. 39-43, dez. 1999. ISSN 0039-7695.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Inovação tecnológica e novos investimentos produtivos: estudos de casos no Nordeste brasileiro. Recife: UFPE/CTG/PPGEP, 1999. Texto para Discussão, 004/99. 19 p.

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente. XXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 28., 1999, Belém. Anais... Belém: ANPEC, 1999. v. 1. 735 p. p. 141-160.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente. In: ANAIS DO VI SEMINÁRIO MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA PERIFÉRICA, 6. 1999, Recife. Anais... Recife: FUNDAJ 1999, 356 p. p. 289-306.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Inovação tecnológica e investimentos: estudos de casos no Nordeste. Revista Valenciana D'Estudis Autònoms, p. 425, apresentado no VIII SEMINÁRIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA – ALTEC99, realizado pela Universidade Politécnica de Valência, 27-29/10/99, em Valência. (resumo).

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo R. Desenvolvimento regional e pólos de base local: reflexões e estudos de caso. In: João Policarpo R. Lima (org.). Economia e região Nordeste e economia regional - Ensaios. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1999. 304 p. p. 41-47.

SICSÚ, Abraham Benzaquen et al. Escritório de Integração Tecnológica e de Negócios I. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO NORDESTE, 1., 1999, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999. 454 p. p. 336-338.

SICSÚ, A. B. Inovação tecnológica e novos investimentos produtivos: análise de setores selecionados no Nordeste brasileiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO NORDESTE, 1., 1999, Fortaleza. Anais... Fortaleza: Banco do Nordeste, 1999. 454 p. p. 349-360.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo R. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente Recife, UFPE/PIMES, 1999. (Texto para discussão, 424).

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo R. Desenvolvimento regional e pólos de base regional: reflexões e estudos de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DA APDR, 4., 1998, Coimbra-Portugal: Ensino, empresas e território. Actas... 1. Ed. Coimbra - PT: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 1998, p. 321-338.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MAGALHÃES, Eduardo. Papel da Extensão Universitária no Desenvolvimento Universitário. In: Interação Universidade-Empresa. – Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1998. 389 p. p. 162-179.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. (debatedor). In: Os trópicos na era da globalização Anais da reunião especial comemorativa dos 30 anos do Seminário de Tropicologia, Setúbal, Portugal (1996). Recife: FJN, Ed. Massangana, 1998. 243 p. I Sessão p. 111-114; II Sessão p. 150-152; III Sessão p. 218-221.

## Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

DIAS, Adriano Batista, MELO, L. C. P. de., SICSÚ, Abraham Benzaquen. Integração do sistema nacional de C&T: agentes nacionais e estaduais. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 20, 1998, São Paulo. Anais... São Paulo: USP/PGCT, 1998. Em CD-ROM.

SICSÚ, A. B. Recensão do livro: FAUSTO, Boris. Negócios e Ócios: História da Imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 230p. Revista Ciência & Trópico, Recife, v.25, n. 1, p. 124-125, jan./jun. 1997. ISSN 0304-2685.

SICSÚ, A. B., LIMA, João Policarpo. A agroindústria canavieira do Nordeste: o desafio da reestruturação possível. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3. 1998, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense 1998. Vol. 3, 1173 p. p. 1030-1042.

SICSÚ, A. B. Setor informal: heterogeneidade e integração. In: Cláudia Correia, Patrícia Bernhoeft, José Farias. (orgs.). Economia Informal e Viabilidade Econômica. Recife: LIBER 1998. 98 p. p. 93-97.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo R. Revisitando o setor sucroalcooleiro do Nordeste: o novo contexto e a reestruturação possível. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 29, n. especial, p. 599-614, julho, 1998. ISSN 0100-4956.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, CAVALCANTE, Sueli. Apoio à inovação tecnológica na Zona da Mata pernambucana: dois projetos em setores selecionados. Cadernos de Estudos Sociais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, v. 14, p. 147-158, jan./jun., 1998. ISSN 0102-4248.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Processos de modernização das fronteiras agrícolas brasileiras: aspectos gerais. In: ENCONTRO DE ECONOMISTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 3. Macau, ANAIS... Universidade de Macau, Macau: 28-30 de junho de 1998. Vol. 1, 732 p. p. 209-224.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo. Revisitando o setor sucroalcooleiro do Nordeste: o novo contexto e a reestruturação possível. Recife, UFPE/PIMES, 1998. (Texto para discussão, n. 408).

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Evolução do paradigma tecnológico industrial e novas formas de apoio às organizações industriais. In: GALVÃO, Olímpio J. de Arroxellas (org.). Ensaio de Economia. Recife: PIMES, UFPE, 1997. 545P. P. 362-376. Edição Comemorativa 30 anos do PIMES 1967-1997.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, DIAS, Adriano Batista. Lições do GTDN e as Perspectivas Industriais Atuais do Nordeste. Revista Econômica do Nordeste - REN, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 491-497, out./dez. 1997. ISSN 0100-4956.



Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

✓

SICSÚ, Abraham Benzaquen. O papel da extensão universitária no desenvolvimento regional: considerações sobre o caso brasileiro. Revista de Ciência e Tecnologia: Política e Gestão para a Periferia[on line], v. 1, n. 1 p. 52-67, jan./dez. 1997. Disponível na Internet via <http://www.fundaj.gov.br/rtec/recitec.html>. ISSN 1415-3262.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Caminhos da Engenharia Consultiva em Pernambuco: Uma Primeira Abordagem. Revista Direção Empresarial, Recife, SEBRAE/PE, Nº 177, set.-out./97, p. 26.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Processos de Modernização das Fronteiras Agrícolas: Aspectos Gerais. In: SEMINÁRIO MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA PERIFÉRICA, 5. Recife 06 e 07 de novembro de 1997. Anais. FUNDAJ, Recife 06 e 07 de novembro de 1997, 191 p. p. 42-60.

.SICSÚ, Abraham Benzaquen, PIRRÓ, y LONGO, Waldimir. Inovação Tecnológica, Brasília, SEBRAE-NA, 1997, 44 p.

.SICSÚ, Abraham Benzaquen. Evolução do paradigma tecnológico industrial e novas formas de apoio a organizações industriais. Revista Anais Universitários, Covilhã/Portugal, UBI: No. 7, p. 87-100, 1997.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo. Desenvolvimento regional e pólos de base local: reflexões e estudos de caso. Revista Econômica do Nordeste - REN, Fortaleza, v.28, junh./97, p. 169-183. ISSN 0100-4956.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, João Policarpo. Desenvolvimento regional e pólos de base local: reflexões e estudos de caso . Recife, UFPE/PIMES, 1997. (Texto para discussão, 386).

SICSÚ, Abraham Benzaquen; DIAS, A.B.; MELO, L.C.P. de. Integração do Sistema Nacional de C&T: agentes nacionais e estaduais. Recife, UFPE/PIMES, 1996. (Texto para discussão, 372).

SICSÚ, Abraham Benzaquen et al. Estudo sobre setores selecionados da indústria de minerais não-metálicos do Nordeste. Recife: SUDENE/FUNDAJ, 1997. 95 p. (Realização do estudo e elaboração do relatório técnico).

SICSÚ, Abraham Benzaquen, SOARES, Márcia Pires, SILVA, Silvio Soares da. Avaliação do Programa da Qualidade Total do SEBRAE/PE. Recife: UFPE - Depto. de Economia/PIMES, 1997. (Texto para discussão, 374).

SICSÚ, Abraham Benzquen. Pólos de desenvolvimento de base local: dois estudos de caso em Pernambuco. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 4., 1996, Covilhã-Portugal. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1996. Separata, 25 p.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham Benzaquen; LIMA, João Policarpo. Novas experiências de planejamento em Pernambuco: pólos de desenvolvimento de base local. In: REUNIÃO ESPECIAL DA SBPC. 4., JORNADA UNIVERSITÁRIA DA UEFS, 11, 1996, Feira de Santana-BA. Semi-árido: no terceiro milênio, ainda um desafio. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1996. 508 p. p. 207-209.

SICSÚ, Abraham Benzaquen et alli. Diagnóstico das Atividades Econômicas do Pólo Gesseiro do Araripe. Recife, SEBRAE/PE/CPRM/SECTA/PE, jun. 1996.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Mudanças tecnológicas e o processo de globalização: novos desafios. Revista Direção Empresarial. Recife, out. 1996. n. 168, p. 14-15.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. et alli. Zona da Mata de Pernambuco: estudo de Alternativas de geração de emprego e renda no meio urbano. Recife:SEBRAE-PE 1996, 139 p.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Desenvolvimento sustentável para a Zona da Mata de Pernambuco: a dimensão tecnológica, Ed. SEBRAE-PE, Recife, 1995, 41 p.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. A questão regional e o planejamento da ciência e tecnologia: a experiência brasileira. In: SEMINÁRIO INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 1994, Covilhã-Portugal. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1994. 103 p. p. 78-94.

BRASIL, Ministério da Ciência e Tecnologia. Indicadores de C&T no Brasil: Relatório parcial do Grupo de Trabalho Interministerial - MCT/MEC. Brasília, MCT, 1994. 43 P. Participante do Grupo.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Premissas para o novo paradigma tecnológico-industrial. Direção Empresarial. SEBRAE, Recife, n. 146, outubro de 1994, p. 12.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, DIAS, A. B. Resgatando propostas esquecidas: a preocupação com o avanço tecnológico no GTDN. Anais da 46a. Reunião Anual da SBPC, sec. B-5-060, Vitória-ES, SBPC, 1994, p. 273.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Informações sobre gastos estaduais em C&T: uma revisão conceitual. Anais da 46a. Reunião Anual da SBPC, sec. B-5-39. Vitória-ES, SBPC, 1994, p. 263. (resumo).

SICSÚ, Abraham Benzaquen.; LIMA, J.P. de. A pequena mineração no Nordeste: suas características e o papel do Estado". Revista Econômica do Nordeste. Recife, v. 25, n. 1, p. 151, janeiro-março de 1994.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, DIAS, A.B. O resgate de propostas esquecidas: a preocupação com o avanço tecnológico. In: ARAÚJO, Tânia Bacelar de et.alli (orgs.) O

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

GTDN da proposta à realidade - ensaios sobre a questão regional. série Estudos Universitários. Recife, IPESPE/UFPE, 1994. p. 14-17.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Perfil profissional e o novo paradigma tecnológico-industrial. *Jornal do Economista*. Recife, n. 3, ano IX, outubro, 1994, p. 5.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Implicações do déficit científico e tecnológico brasileiro na retomada do desenvolvimento industrial. Revista Direção Empresarial. SEBRAE, Recife, maio, 1994, n. 141, p. 13.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Incubadoras e parques tecnológicos: uma necessária visão sistêmica. Cadernos de Estudos Sociais, v. 9, n. 1. Recife: Massangana, janeiro/junho, 1993, p. 79-90. ISSN 0102-4248.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Implicações do déficit científico e tecnológico brasileiro na retomada do desenvolvimento industrial. *Anais do XIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção - I Congresso Latino-Americano de Engenharia Industrial*, v. II, p. 1168-1171, Florianópolis, 5-8 de outubro de 1993.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Modelo de informação sobre gastos dos estados em C&T: considerações metodológicas. Revista Ciência da Informação, sessão Comunicação, v. 22, n. 2, maio-agosto, 1993, p. 177-180. ISSN 0100-1965.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Para entender o significado e conseqüências do déficit científico e tecnológico brasileiro. *Jornal do Economista*. Recife: Bandepe. Ano 8, n. 1, p. 8-9, julho-setembro, 1993.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Para entender o significado e conseqüências do déficit científico e tecnológico brasileiro. *Cadernos da ADUFEPE*, N. 1, P. 30-31. Recife, julho de 1993.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. O Plano real e o servidor público - um segundo alerta. *Jornal SINDSEP*, Sec. Opinião, p. 10, Recife, julho de 1993.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. A nova política industrial brasileira: entraves a serem enfrentados. *Anais do I Encontro de Economistas de Língua Portuguesa*, disco 1, c. 2, Porto, Portugal, 1993.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Aspectos de competitividade da indústria química brasileira. *Anais do III Seminário Modernização Tecnológica Periférica*, p. 88-95. Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 26-27 de novembro de 1992.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Aspectos de competitividade da indústria química brasileira. Cadernos de Estudos Sociais, v. 8, n. 1, jan./jun., 1992, p. 93-109. ISSN 0102-4248.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú

SICSÚ, Abraham Benzaquen, SILVA, N. P. da. Regionalização da política nacional de Ciência e Tecnologia. Revista Ciência e Trópico, v. 19, n. 1, p. 85-100, janeiro-junho/1991. ISSN 0304-2685

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de Aspectos de competitividade e a indústria química brasileira. Anais da 44a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, 1992, São Paulo, p. 250 (resumo).

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de Estruturas estaduais de Ciência e Tecnologia: um potencial a explorar. In: MELO, Maria Cristina Pereira de. (Org.) Modernização Tecnológica e Competitividade Industrial, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1992, p. 65-75.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, SILVA, N.P. da. "Ciência e Cultura no futuro brasileiro: o papel da FUNDAJ". Revista Ciência e Trópico, 1991, v. 19, n. 1, p. 195-202. ISSN 0304-2685.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, SILVA, N.P. da. Regionalização da política nacional de C&T. Revista Ciência e Trópico, v. 19, n. 1, jan./jun. 1991. ISSN 0304-2685.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. et alli. Política científica e tecnológica no Japão, Coréia do Sul e Israel. CETEM, 1991, 101 p.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. A economia nordestina, sua evolução recente e o papel do desenvolvimento tecnológico. Anais do Fórum Paraíba em Debate, Rede Paraibana de Televisão, João Pessoa, 1990.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Evolução e perspectiva tecnológica da indústria nordestina. Seminário de Modernização Tecnológica Periférica, SCT-PE, Recife, 1990.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, J.P.R. A pequena mineração no Nordeste: suas características, o papel do Estado e a questão tecnológica. Ciência e Cultura, v. 42, n. 7, p. 431-433, Suplemento, 1990. ISSN 0009-6725.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Regionalização da política de C&T, um assunto atual. Jornal do Commercio, 29 de abril de 1990, p. 12-13.

29 . SICSÚ, Abraham Benzaquen. Crise X Pesquisa: desmonte de inteligência. Resumos do III Seminário Universitário de Pesquisa de docentes da UFBA. Salvador, UFBA, P. 425-427

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Os servidores da ANE e sua visão do CNPq. Jornal da ASCON, Ano 4, n. 15, setembro de 1989, p. 13-14.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Ciência, tecnologia e desenvolvimento. IV Semana de Química Fundamental e Tecnologia - Resumos 89. SBQ, 1989.

**Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen Sicsú**

SICSÚ Abraham Benzaquen. Adaptação às mudanças tecnológicas no Japão: o sistema de educação superior e sua estrutura. Ciência e Cultura, 41 (7) Suplemento, 1989. ISSN 0009-6725.

SICSÚ, Abraham Benzaquen et alli A regionalização da política nacional de C&T: uma proposta. Texto de referência do Seminário Nordestino de Integração Universidade e Desenvolvimento Regional, UFPB, 1988, p. 61-66.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Regionalização da política de C&T, Jornal do Comércio, 14 de agosto de 1988.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Uma política adequada à pequena mineração. Brasil Mineral, 55, p. 34-37, junho 1988.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Energia e meio ambiente: contribuição para o planejamento do desenvolvimento. Ciência e Cultura, 40 (7) Suplemento, 1988. ISSN 0009-6725.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Política tecnológica e política industrial: uma reflexão sobre o caso brasileiro. Política Científica e Tecnológica. Tomo I , Primeiro Simpósio, 1988.

Pernambuco. Secretaria de Planejamento. Proposta do Grupo Assessor de C&T: ações do Governo de Pernambuco em Ciência e Tecnologia. Recife, SEPLAN, 1987.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, PESSINI, J.E. Política industrial e política tecnológica - um conceito de planejamento". Ciência e Cultura, 39 (7), Suplemento, 1987. ISSN 0009-6725.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. A política energética: o segredo é flexibilidade. Diário de Pernambuco, 23 de fevereiro de 1986.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de Indústria de alta tecnologia no Nordeste: potencialidades e perspectivas. Anais do XIV Encontro Nacional de Economia, ANPEC, 1986.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, MELO, L.C.P. de. Ciência e tecnologia para o Nordeste: um debate que precisa continuar. Diário de Pernambuco, 16 de março de 1986.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Planejamento falho impede evolução da tecnologia no Nordeste. Diário de Pernambuco, 2 de março de 1986.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. A dependência do petróleo é uma questão superada?. Revista Senhor, n. 203, p. 42, fevereiro de 1985.

Curriculum Vitae - Abraham Benzaquen SICSÚ

SICSÚ, Abraham Benzaquen. O setor energético no contexto do desenvolvimento brasileiro. Tese de doutoramento, UNICAMP, Campinas, 1985.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, DIAS, A.B. Crise e mudança: o impacto das alterações no setor energético sobre a indústria automobilística. Ciência e Cultura, Suplemento, v. 36, Fase 7 (07/85). ISSN 0009-6725.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, SALGADO, S. R. Reflexões sobre o setor mineral no Nordeste. Ciências da Terra, n. 9, p. 36-40, 1984.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, J.P.R. O impasse do Pró-Álcool: considerações sobre causas e efeitos. Anais do X Encontro Nacional de Economia, ANPEC, 1982 (este artigo foi publicado na íntegra no Diário de Pernambuco, nos dias 22 e 23 de maio de 1982).

SICSÚ, Abraham Benzaquen. A questão do alumínio no Brasil (resenha). Revista Brasileira de Tecnologia, v. 12, n. 3, julho-setembro 1981, p. 15.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, PRADO, G.M. Ciência e Tecnologia e a nova questão regional: situação atual e aspectos históricos. ANE, CNPq. Recife, 1981. Mimeografado.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. O fator tecnológico e o Modelo de pólos industriais de desenvolvimento no Nordeste: um estudo de caso. Anais do Encontro Nacional de Economia, ANPEC, 1982 (trabalho publicado nos Anais do Seminário Internacional Balance, perspectivas, alternativas de las políticas científico-tecnológicas en America Latina, realizado no México, em novembro de 1982).

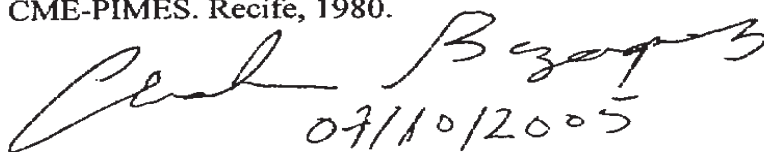
SICSÚ, Abraham Benzaquen, LIMA, J.P.R. Energia renovável: oferta da mandioca e produção de álcool em Pernambuco como um caso exemplo. Anais do IX Encontro Nacional de Economia, ANPEC, Olinda, 1981.

SICSÚ, Abraham Benzaquen, DIAS, A.B., KATZ, Frederico Jayme. Mandioca e Cana-de-Açúcar: exploração sobre um talvez feliz complementaridade. Revista de Economia Rural, v. 19, n. 1, janeiro-março de 1981, p. 35-49.

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Perfil da indústria extrativa mineral no Nordeste. ANE-CNPq, Recife, 1981, mimeografado.

ANE/CTM. Perfil do setor mineral do Norte. ANE-CNPq, Recife, 1981, Mimeografado (trabalho coordenado por Abraham B. Sicsú).

SICSÚ, Abraham Benzaquen. Um estudo da viabilidade da utilização da cana-de-açúcar e da mandioca como insumos complementares para obtenção de Álcool no Estado de Pernambuco. Série Dissertações, CME-PIMES. Recife, 1980.

  
07/10/2005

Aviso nº 1.062 – C. Civil

Em 7 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Morais  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,  
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Abraham Benzaquen Sicsú para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– As mensagens que acabam de ser lidas vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 60, DE 2005**

**Altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A alínea e do inciso VII do art. 34 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34. ....

VII – .....

e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino e nas ações e nos serviços públicos de saúde e segurança. “(NR)

Art. 2º O inciso III do art. 35 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35. ....

III – não tiver aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde e segurança;

..... “(NR)

Art. 3º Acrescente-se ao art. 144 o seguinte § 10:

“Art. 144. ....

§ 10. Os recursos destinados às ações ou aos órgãos a que se refere este artigo não serão objeto de quaisquer formas de limitação de empenho e movimentação financeira ou de desvinculação. “(NR)

Art. 4º parágrafo único do art. 160 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 160. ....

Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos:

I – ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;

II – ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º incisos II e III, e no art. 95 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

“ (NR)

Art. 5º O inciso IV do art. 167 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 167. ....

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e os serviços públicos de segurança e saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelo art. 95 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, e pelos arts. 198, § e 212 desta Constituição, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, prevista no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo. “ (NR)

Art. 6º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte artigo

Art. 95. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios ficam obrigados a aplicar, por cinco anos, contados da vigência desta Emenda, em ações de segurança pública, percentuais mínimos das suas receitas de impostos, calculados da seguinte forma”:

I – União, pelo menos quinze por cento do montante da arrecadação dos impostos previstos no art. 153, deduzidos os valores transferidos aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal por força do disposto no art. 159;

II – Estados, pelo menos sete por cento do montante da arrecadação dos impostos previstos no art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, deduzidos as parcelas transferidas para os Municípios;

III – Distrito Federal, pelo menos cinco por cento do montante da arrecadação dos impostos referidos nos arts. 155 e 156, acrescida dos recursos de que tratam os arts. 157 e 158, sem prejuízo dos recursos transferidos pela União por força do disposto no art. 21, inciso XIV;

IV – Municípios, pelo menos um por cento do montante da arrecadação dos impostos previstos no art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e 159.

§ 1º Para efeito de apuração dos percentuais mínimos a que se refere este artigo, serão considerados os gastos relativos às seguintes ações:

I – as desenvolvidas pelos órgãos relacionados no **caput**;

II – as previstas no § 8º deste artigo;

III – as voltadas, de forma especial, à prevenção da criminalidade e da violência;

IV – no caso dos Municípios:

a) as destinadas à cooperação com a União e o Estado no desenvolvimento de ações de segurança pública;

b) as destinadas a motivar organizar e apoiar ações comunitárias voltadas à prevenção da criminalidade e da violência e à autodefesa;

V – as destinadas à ampliação e modernização do sistema penitenciário.

§ 2º O Distrito Federal e os Municípios terão o prazo de até dois anos, contado a partir da vigência desta Emenda, para alcançar os percentuais mínimos de impostos aplicados em ações de segurança pública a

que se refere o inciso IV do **caput** deste artigo. “(NR)

Art. 7º O Poder Executivo deverá promover, no prazo de um ano, contado da vigência desta Emenda, os ajustes orçamentários necessários ao cumprimento dos cronogramas de desembolso dos contratos de financiamentos externos em execução para a área de segurança pública, de forma a não prejudicar o desenvolvimento das respectivas ações.

Art. 8º Esta Emenda entra em vigor no exercício financeiro subsequente ao de sua promulgação.

### Justificação

A sociedade brasileira tem insistentemente manifestado a sua preocupação com a segurança pública, em face do expressivo aumento da criminalidade no País. Nas recentes pesquisas de opinião, preponderante parcela da população aponta o quesito segurança como o fator que mais a preocupa no momento. Particularmente nos maiores centros urbanos, há um grande número de jovens e adultos excluídos, sem emprego e com poucas perspectivas, desassistidos pelo Poder Público até em suas mais elementares necessidades e aspirações, como saúde, moradia, educação e segurança. Tal quadro facilita e estimula a ação de grupos criminosos que, não raro, substituem o Estado em vastas áreas nas grandes metrópoles.

Na área rural, o recrudescimento das ações dos movimentos sociais tem levado a muitas e, por vezes, violentas demandas e disputas entre fazendeiros e trabalhadores da agricultura, mormente os chamados “sem-terra”.

As investigações sobre o avanço e a impunidade do narcotráfico têm revelado ao País dados alarmantes sobre a extensão e as ramificações do crime organizado. Essa forma criminal está assumindo proporções de verdadeira instituição, corrompendo as organizações públicas e privadas, até mesmo aquelas responsáveis pelo controle da criminalidade e da violência.

Neste contexto, a garantia da segurança aos cidadãos desponta hoje como um dos grandes desafios para os governos federal, estaduais e municipais e para a sociedade civil.

Para o enfrentamento desse desafio, profundas mudanças nas políticas de segurança pública se fazem necessárias. Essas mudanças devem envolver não só a modernização e reestruturação dos órgãos policiais, no âmbito da União e dos Estados, que se mostram desaparelhados e impotentes para controlar a violência, mas, principalmente, uma maior participação dos governos municipais e da sociedade civil.



**EVOLUÇÃO ORÇAMENTO FNSP - 2001 / 2006**

EXERCÍCIO	Em R\$ 1,00			
	AUTORIZADO (A)	LIQUIDADO (B)	PL	% B/A
2001	406.448.559	402.626.574		99,06
2002	365.927.065	328.860.067		89,87
2003	392.619.266	304.854.050		77,65
2004	344.748.493	283.870.270		82,34
2005	412.936.600	17.629.355		4,27
2006			354.600.000	

A União, com apoio do Congresso Nacional, tem se mostrado sensível ao problema. Nesse sentido, o Governo Federal ampliou sensivelmente os recursos destinados à reestruturação e modernização dos órgãos de segurança federais e instituiu, em 2001, o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, que tem possibilitado o apoio a projetos de segurança pública e prevenção ao crime, desenvolvidos pelos Estados e Municípios, com objetivo de definir e implementar iniciativas, de caráter preventivo e repressivo, bem como aquelas destinadas à reorganização e modernização das próprias instituições de segurança pública. Não obstante, premido por demandas de ou-

tras áreas, o Governo Federal não tem destinado os recursos suficientes para atender às demandas dessa área, verificando uma diminuição progressiva no percentual da execução orçamentária do FNSP, até atingir, no corrente exercício o baixo percentual de execução de apenas 4,27% do autorizado, conforme abaixo demonstrado:

A evolução do orçamento da Polícia Federal, no período de 2001 a 2006, a seguir demonstrado, aponta o esforço do Governo Federal para ampliar os recursos destinados às ações de segurança pública de competência da União, conforme dispõe a Constituição Federal (art. 144, § 1º):

**EVOLUÇÃO ORÇAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL - 2001 / 2006**

EXERCÍCIO	Em R\$ 1,00						
	DEPTO. POLÍCIA FEDERAL		FUNAPOL		TOTAL		
	AUTORIZADO	LIQUIDADO	AUTORIZADO	LIQUIDADO	AUTORIZADO (A)	LIQUIDADO (B)	(B/A) %
2001	1.432.803.462	1.366.333.373	210.668.432	183.882.716	1.643.471.894	1.550.216.089	94,33
2002	1.566.334.939	1.535.403.730	282.139.582	210.024.048	1.848.474.521	1.745.427.778	94,43
2003	1.732.940.740	1.700.973.496	244.807.632	160.502.434	1.977.748.372	1.861.475.930	94,12
2004	2.065.615.495	2.039.093.215	220.706.367	188.277.494	2.286.321.862	2.227.370.709	97,42
2005	2.250.296.074	1.284.890.673	326.141.842	73.876.106	2.576.437.916	1.358.766.779	52,74
2006 (*)	2.348.292.905		315.147.476		2.663.440.381		

(\*) Projeto de Lei

De outro lado, a evolução do orçamento do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, no período de 2001 a 2003, abaixo demonstrada, não tem atendido às crescentes demandas dessa área, registrando-se que o orçamento autorizado para o corrente exercício, em valores nominais, é ligeiramente inferior ao executado em 2001. Além do mais, o projeto de lei, para o exercício de 2006, enviado pelo Poder Executivo consigna uma dotação que

representa, percentualmente, apenas 60,31% do autorizado para o corrente exercício. Essa significativa diminuição da dotação destinada ao Funpen se deve à perda da participação desse Fundo nas receitas provenientes das custas judiciais que, por força da promulgação da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, passaram a ser destinadas exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça.

## EVOLUÇÃO ORÇAMENTO DO FUNPEN - 2001 / 2006

EXERCÍCIO	Em R\$ 1,00		
	AUTORIZADO (A)	LIQUIDADADO (B)	(B/A) %
2001	288.295.914	265.239.053	92,00
2002	308.757.559	132.624.538	42,95
2003	216.032.429	121.410.415	56,20
2004	166.157.349	146.133.512	87,95
2005	272.012.827	26.080.436	9,59
2006 (*)	164.062.881		

(\*) Projeto de Lei

Estamos conscientes de que o simples aumento dos recursos para ações de policiamento não é suficiente para resolver o problema, vez que o agravamento da criminalidade e da violência se deve muito mais à atual concepção de segurança pública e da dimensão da crise social enfrentada pelo País. No entanto, também estamos certos de que se faz necessária, com urgência, a alocação de recursos adicionais para melhor estruturar e modernizar os organismos estatais, assim como estimular e apoiar iniciativas de caráter preventivo e de autodefesa da sociedade civil.

É com esse objetivo que estamos apresentando a presente Proposta de Emenda Constitucional, a qual define percentual mínimo das receitas de impostos, a serem obrigatoriamente aplicados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios

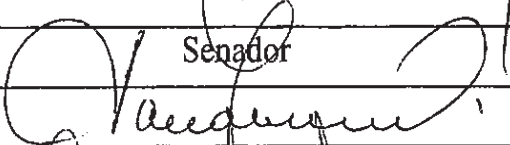
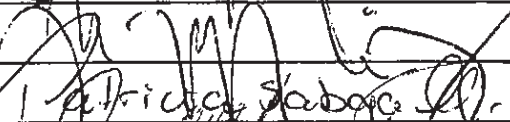

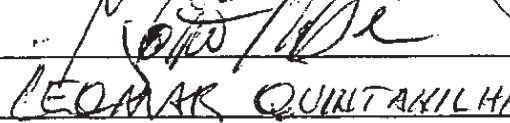
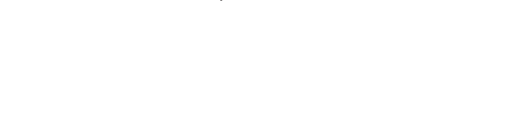

em ações de segurança pública. O estabelecimento do limite de cinco anos permite averiguar os efeitos da Emenda e ajustar a vinculação dos recursos às novas necessidades.

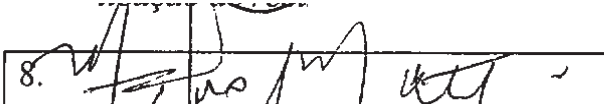
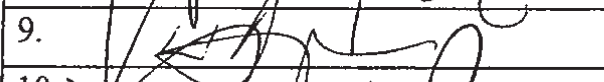
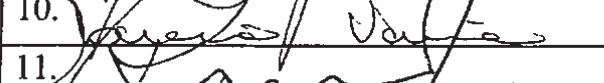
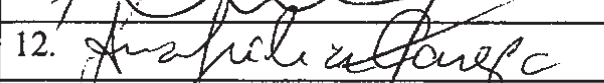
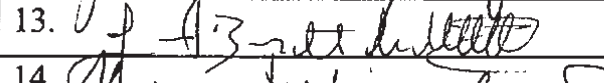
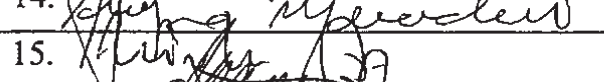


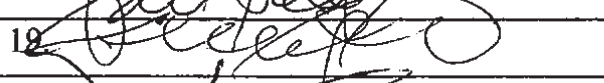


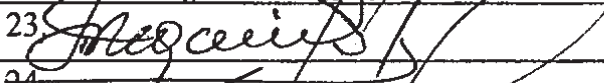



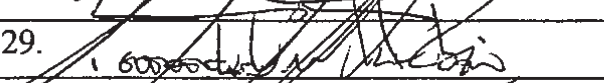


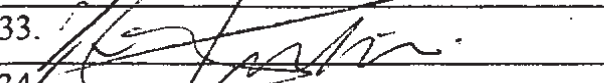
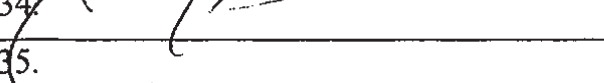
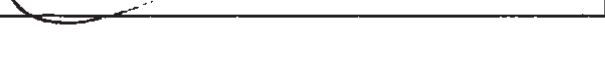

Ressalte-se que, relativamente às ações de policiamento propriamente ditas, procuramos preservar as competências originalmente estabelecidas pela Constituição, vez que os recursos mínimos a serem aplicados pelos Municípios destinam-se às ações de caráter preventivo e àquelas voltadas a estimular e apoiar iniciativas comunitárias similares.

Trata-se de uma proposta preliminar que esperamos possa ser aperfeiçoada, mediante a contribuição dos eminentes Pares, de forma a tomá-la capaz de contribuir para melhorar a precária situação da segurança pública em nosso País.

Sala das Sessões, 24 de

outubro de 2005 Renan Calheiros

Senador	Assinatura
1. 	TASSO JEREISSATI
2. 	JOSÉ JORGE
3. 	PATRICIA SABOGA
4. 	JOSÉ MARANHÃO
5. 	NEY SOPRANO
6. 	JOÃO LEITE
7. LEOMAR QUINTANILHA	L. Quintanilha

8.		MAGNO MALTA
9.		DOZÉ NEUPINO MIA
10.		LUCIA VANIA
11.		ROMERO SOUZA
12.		ANA JULIA CAREPA
13.		João Baptista Motta
14.		ALOISIO MARCALANTE
15.		CRISTINA
16.		VALDIR TRUPP
17.		GILBERTO MESTRINATO
18.		Idel Salvatti
19.		GABRIEL DA A. SILVA
20.		WOMERSON FLORES
21.		GILBERTO GOELLNER
22.		EDISON LOPES
23.		Reginaldo Duarte
24.		João Alberto Souza
25.		EDUARDO AZEVEDO
26.		ROMEO SUMA
27.		FABIO R. ROCHA
28.		Mário Augusto
29.		ALEX RIBEIRO
30.		MOZARILDO
31.		OSMAR DIAS
32.		HERICATO SOARES
33.		SERGIO ZANBIAZI
34.		
35.		

**LEGISLAÇÃO CITADA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**Art. 34.** A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

- I - manter a integridade nacional;
- II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;
- III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;
- IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;
- V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que:
  - a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;
  - b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição dentro dos prazos estabelecidos em lei;
- VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;
- VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:
  - a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;
  - b) direitos da pessoa humana;
  - c) autonomia municipal;
  - d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta;
  - e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

.....  
**Art. 35.** O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:

- I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;
- II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;
- III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;
- IV - o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

.....  
**Art. 144.** A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
  - II - polícia rodoviária federal;
  - III - polícia ferroviária federal;
  - IV - polícias civis;
  - V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:
- I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
  - II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.

.....  
**Art. 160.** É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta Seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.

**Parágrafo único.** A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos:

I - ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;

II - ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III.

.....  
**Art. 167. São vedados:**

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa;

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.

.....  
Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: ✓

I - importação de produtos estrangeiros;

II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III - renda e proventos de qualquer natureza;

IV - produtos industrializados;

V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI - propriedade territorial rural;

VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º - É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º - O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

~~II - não incidirá, nos termos e limites fixados em lei, sobre rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, cuja renda total seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho. (Revogado pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

§ 3º - O imposto previsto no inciso IV:

I - será seletivo, em função da essencialidade do produto;

II - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III - não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.

IV - terá reduzido seu impacto sobre a aquisição de bens de capital pelo contribuinte do imposto, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

~~§ 4º - O imposto previsto no inciso VI terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas e não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.~~

<P

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do *caput*:(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 5º - O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do "caput" deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:

I - trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

II - setenta por cento para o Município de origem.

.....  
**Art. 155.** Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993) ✓

I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

III - propriedade de veículos automotores. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 1.º O imposto previsto no inciso I: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal

II - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;

III - terá competência para sua instituição regulada por lei complementar:

a) se o doador tiver domicílio ou residência no exterior;

b) se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;

IV - terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal;

§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;

II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:

a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;

III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;

IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V - é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, "g", as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;

VII - em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;



VIII - na hipótese da alínea "a" do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

IX - incidirá também:

a) sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

X - não incidirá:

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

c) sobre o ouro, nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º;

d) nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

XI - não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;

XII - cabe à lei complementar:

a) definir seus contribuintes;

b) dispor sobre substituição tributária;

c) disciplinar o regime de compensação do imposto;

d) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;

e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, "a"

f) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

h) definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade, hipótese em que não se aplicará o disposto no inciso X, b; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

i) fixar a base de cálculo, de modo que o montante do imposto a integre, também na importação do exterior de bem, mercadoria ou serviço. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 3º À exceção dos impostos de que tratam o inciso II do *caput* deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro imposto poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 4º Na hipótese do inciso XII, *h*, observar-se-á o seguinte: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

I - nas operações com os lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo, o imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

II - nas operações interestaduais, entre contribuintes, com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, o imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

III - nas operações interestaduais com gás natural e seus derivados, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, destinadas a não contribuinte, o imposto caberá ao Estado de origem; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

IV - as alíquotas do imposto serão definidas mediante deliberação dos Estados e Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, *g*, observando-se o seguinte: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

a) serão uniformes em todo o território nacional, podendo ser diferenciadas por produto; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) poderão ser específicas, por unidade de medida adotada, ou *ad valorem*, incidindo sobre o valor da operação ou sobre o preço que o produto ou seu similar alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

c) poderão ser reduzidas e restabelecidas, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, *b*. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 5º As regras necessárias à aplicação do disposto no § 4º, inclusive as relativas à apuração e à destinação do imposto, serão estabelecidas mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do § 2º, XII, *g*. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

§ 6º O imposto previsto no inciso III: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

I - terá alíquotas mínimas fixadas pelo Senado Federal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

II - poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

.....

Seção V  
DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS

**Art. 156.** Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - ser progressivo em razão do valor do imóvel; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

II - ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º - O imposto previsto no inciso II:

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

II - compete ao Município da situação do bem.

§ 3º Em relação ao imposto previsto no inciso III do *caput* deste artigo, cabe à lei complementar: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

I - fixar as suas alíquotas máximas e mínimas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

II - excluir da sua incidência exportações de serviços para o exterior. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

III - regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

Seção VI  
DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

**Art. 157.** Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

**Seção VI**  
**DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS**

**Art. 158. Pertencem aos Municípios:**

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

.....  
**Art. 159. A União entregará:**

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º - Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º - A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º - Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

**Art. 198.** As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

**Art. 212.** A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º - A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º - Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º - A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

## Seção II DOS ORÇAMENTOS

**Art. 165.** Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 8º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

**Art. 167.** São vedados:

§ 4.º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

**Art. 21.** Compete à União:

XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes nos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

GLPMDB Nº 400/2005

Brasília, 21 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Romero Jucá, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, na suplência da Comissão de Desenvolvimento Regional – CDR.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

GLPMDB Nº 401/2005

Brasília, 21 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Romero Jucá, em vaga existente, na suplência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 111/05

Brasília, 24 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Antero Paes de Barros, pelo Senador Arthur Virgílio, como membro suplente, na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko por cessão do Senador José Maranhão.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, farei hoje sobre uma questão da mais alta relevância para o nosso Estado de Mato Grosso, que é a questão da infra-estrutura, que envolve, entre outros temas, estradas e energia.

O nosso Mato Grosso é um Estado eminentemente produtor de matéria-prima, especialmente para exportação, um Estado de grandeza territorial, um Estado de terras férteis, um Estado cujo povo – os que lá vivem, os que lá nasceram, os que para lá foram – é de uma determinação ímpar em termos de trabalho e de produção.

Mas temos grandes dificuldades. E uma delas é a questão das estradas. Temos várias estradas federais que cortam o nosso Estado de Mato Grosso, como a 364, a 163, a 158. Inclusive, na sexta-feira que passou, estive em São Félix do Araguaia, um Município que fica à beira da BR-158 e que tem um potencial turístico, um potencial de produção gigantesco, mas as dificuldades para lá se chegar são grandes.

Cada vez que vou à região do Araguaia, sinto bem de perto a dificuldade que a população que mora na região tem, especialmente nestes dois setores: energia e estradas.

Como disse aqui, meu compromisso de trabalhar por investimentos na infra-estrutura terrestre é uma bandeira que empunho desde que cheguei no Senado da República com muita determinação, exatamente por entender que a melhoria das condições de trafegabilidade de nossas rodovias é garantia certa de desenvolvimento para o nosso Estado de Mato Grosso e, conseqüentemente, para o Brasil. Mato Grosso depende, para o seu desenvolvimento, de boas estradas, e, por isso, não posso aceitar que a nossa mais importante fronteira agrícola não esteja totalmente integrada ao restante do Brasil e do mundo.

Já tive oportunidade de abordar esse assunto por inúmeras vezes. É comum e até rotineiro assistirmos, todos os anos, pela imprensa nacional, o drama dos motoristas em Mato Grosso, principalmente em época de chuva, que, isolados, não conseguem levar a produção obtida aos grandes centros exportadores. São filas e mais filas de caminhões que se formam em nossas estradas, muitas vezes sem nenhuma condição de trafegabilidade.

Essa lógica, portanto, precisa ser alterada. Nossos produtos, de qualidade inigualável, perdem em competitividade, exatamente num item em que outros países não vacilam um só segundo.

O Governo do Presidente Lula tem se esforçado para dar boas condições de trafegabilidade às nossas rodovias federais. Os investimentos em Mato Grosso aos poucos vão surgindo e as estradas, finalmente, vão se tornando trafegáveis.

Abro um parêntese aqui para elogiar a atuação de dois aliados de Mato Grosso, que estão contribuindo enormemente para a solução de nossos graves problemas de infra-estrutura terrestre: o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e o Diretor de Infra-Estrutura Terrestre do Dnit, o companheiro Ideraldo Caron, duas pessoas que não têm medido esforços. E sabemos que as dificuldades são muitas, porque o abandono através dos tempos foi muito grande.

Entendo que se os chamados “eixos” estruturantes (BR-364, BR-158, BR-163 e BR-242) estiverem totalmente asfaltados, bem sinalizados e com acostamentos bem definidos, aí sim teremos recordes de produção e nossa balança comercial, principalmente no item exportação, terá poder de competitividade de primeiro mundo.

Estamos trabalhando para isso. Estamos concluindo a BR-364, trecho Diamantino, Sapezal, Comodoro, e, em uma parceria entre o Governo de Mato Grosso e o Governo Federal, asfaltaremos o que resta da BR-158 no nosso Estado. Para que isso aconteça, registro que a Bancada Federal do nosso Estado destinou suas emendas individuais deste ano para esse fim. Toda a Bancada de Mato Grosso, Deputados e Senadores, independentes da coloração partidária, juntos, conseguimos agrupar R\$30 milhões, o que possibilitará a assinatura do convênio de parceria com o Governo do Estado, bem como possibilitará iniciar não só o asfalto, como a construção das pontes.

Na BR-163, tanto do lado do Pará, quanto de Mato Grosso, o Governo do Presidente Lula criou uma força-tarefa, envolvendo sete Ministérios, ONGs e ambientalistas que estão trabalhando a todo vapor para que as obras comecem. Essa obra é tão fundamental que o Governo Federal a colocou no Projeto-Piloto de Investimento, o chamado PPI. E na ordem de prioridade, este é o primeiro item do PPI.

Como plano emergencial, o Dnit licitou também três chamados Creminhas (Plano de Conservação Rodoviária), para que a BR-163, em Mato Grosso, possa ser plenamente trafegável.

Sr. Presidente, desde o início do nosso mandato deparamos com as dificuldades das estradas em Mato Grosso mais detidamente. Sabíamos dessas dificulda-

des, mas a partir do momento em que assumimos o compromisso de buscar uma solução para as estradas federais de Mato Grosso, realmente pudemos passar por elas e ver as dificuldades que aqueles que precisam dessas estradas para escoar a produção e para transitar vivenciam no dia-a-dia.

A BR-364, que foi iniciada, encontra-se praticamente com três trechos quase terminados. É o trecho de Comodoro a Sapezal; a travessia de Sapezal, de Campos de Julho e a chegada do asfalto de Novo Diamantino até o Posto Zuli, onde a BR-364 pega um trecho de estrada MT, ou seja, estrada estadual. A BR-364 não ficará pronta, mas terá trafegabilidade em toda a sua extensão, por asfalto. Falo de um roteiro diferenciado, pegando o trecho de uma estrada estadual de Mato Grosso, o que é da maior relevância. Dispus-me, desde o dia em que aqui entrei, a dar trafegabilidade à BR-364. Hoje, está praticamente toda em condições de ser trafegada, já que possui asfalto, embora haja um trecho pegando uma estrada estadual. Mas será terminada pelo roteiro das estradas federais. Mas já temos a trafegabilidade para um escoamento da produção com mais tranqüilidade pela BR-364.

Sobre a BR-163, como já disse aqui, temos os três Creminhas, que estão fazendo uma restauração que ainda não é a desejada, mas que viabilizará a trafegabilidade por dois ou três anos.

Temos a BR-158. Quando chegamos aqui – e já o disse – a BR-158 não possuía projeto, não estava no plano plurianual. Hoje, não só possui um projeto, como está no plano plurianual. Além disso, dispõe da vontade e da determinação de toda a Bancada do Mato Grosso, independentemente da coloração partidária, visto que disponibilizou parcelas de suas emendas para que tivéssemos, em conjunto, R\$30 milhões e, assim, pudéssemos assinar convênios de parceria entre recursos federais e estaduais. Precisamos dar continuidade ao asfalto da BR-158, pelo menos até o chamado Posto da Mata.

Temos assumido compromissos, a partir de agora, com a BR-158. Mas ainda temos que levar adiante a BR-364 até uma situação de razoável solução, ainda que não seja a solução permanente. Agora, no entanto, temos que investir com muita determinação na BR-158, viabilizando toda a produção no Vitorioso Araguaia, costumeiramente chamado de Vale dos Esquecidos, mas que denomino a partir de agora Vitorioso Araguaia, destinando recursos de emendas que, com certeza, não serão só minhas, mas de outros Parlamentares, Senadores, Deputadas e Deputados Federais.

Como já registrei, estive em São Félix do Araguaia na sexta-feira, num grande encontro, denominado 6ª Amostra de Educação. Quero parabenizar as educa-

doras e os educadores de 14 Municípios do entorno de São Félix do Araguaia que lá estiveram. Realmente, foi uma grande mobilização em prol da construção da melhoria da qualidade da educação, onde estiveram presentes mais de mil pessoas. Quero saudar a pessoa do Prof. Luiz Paiva, desde sempre um educador, que conseguiu fazer essa mobilização, esse grande encontro, levando pessoas do Brasil todo para um debate que, com certeza, marcou época e fará diferença na qualidade da educação nos Municípios do chamado Baixo Araguaia, mas que, a partir de agora, passarei a chamar de nosso Vitorioso Araguaia.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não posso deixar de destacar o fato auspicioso que representa a viabilização, pelo Governo Lula, de investimentos da ordem de R\$16,9 bilhões na expansão da infra-estrutura de energia elétrica no País.

Esses investimentos vêm ampliar a oferta de energia elétrica no Brasil e certamente desmentir aquelas aves de mau agouro que andam falando por aí na possibilidade de novos apagões no Brasil. Com esses R\$16,9 bilhões aplicados na implantação de 39 unidades geradoras em 15 usinas hidrelétricas, em 36 unidades geradoras e 13 usinas termelétricas, localizadas em todas as regiões do País, o Governo Lula demonstra que tem preparado o nosso País para a demanda sempre crescente no setor energético. Merece, portanto, o nosso aplauso.

São mais de 11,06 mil MW de potência em operação, o que representa um incremento de 12% da capacidade instalada de geração de energia elétrica. Esse investimento vai reforçar a infra-estrutura de energia elétrica, fundamental para sustentar o crescimento socioeconômico do País e garantir a segurança no suprimento de energia para os brasileiros.

Gostaria de abrir um parêntese. Estamos trabalhando também com relação ao Araguaia. O Linhão deverá sair de Paranatinga, passando por Querência, indo a todos os Municípios do nosso Vitorioso Araguaia.

Até o final de 2005, entram em operação mais de onze unidades geradoras em sete usinas hidráulicas e térmicas e outras 28 unidades geradoras, em 13 usinas hidráulicas e térmicas começam a funcionar no próximo ano.

Quer dizer, as aves de mau agouro podem espernear à vontade, que, no que se refere à energia elétrica, temos ampla segurança aqui no Brasil, graças às providências adotadas pelo Governo Lula que não vai deixar se repetir agora a tragédia do apagão, que tantos sacrifícios trouxe aos brasileiros no período do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Um exemplo da expansão do nosso setor elétrico é a segunda etapa da usina hidrelétrica de Tucuruí,

localizada no interior do Pará. A duplicação da Usina vai custar R\$2,39 bilhões e será concluída no segundo semestre de 2006. Com a obra, a capacidade de Tucuruí chegará a 8.325 MW, o suficiente para abastecer 27 cidades do porte de Belém, com 1,2 milhão de habitantes. A segunda fase da usina gerou 16 mil empregos diretos e indiretos e vai trazer benefícios, como um melhor aproveitamento dos recursos hídricos pela regularização da vazão dos rios da região, a prevenção do uso de combustíveis não renováveis na produção de energia e a melhoria no atendimento aos consumidores e menor tarifa.

Outra importante obra, Sr. Presidente, é a usina de Peixe Angical, em construção no rio Tocantins, nos Municípios de Peixe e São Salvador. Prevista para entrar em operação em maio de 2006, a usina vai custar R\$1,65 bilhão, investidos por intermédio de uma parceria público-privada entre a estatal Furnas e o grupo português EDP. A construção da usina está sendo responsável pela ...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> mais dois minutos.

Essa usina está sendo responsável pela geração de 10 mil empregos diretos e indiretos e vai permitir a transformação do Tocantins em rio de integração nacional, por possibilitar o aproveitamento hidroviário, além de melhorar o controle das cheias, entre outros.

Já a usina de Corumbá IV, localizada a 100 quilômetros de Brasília, na cidade de Luziânia (GO), entra em operação em dezembro deste ano. Serão 127 MW de potência, o correspondente a 13% da atual demanda do Distrito Federal a um custo de R\$205 milhões. A barragem Corumbá IV vai represar 3,7 bilhões de metros cúbicos de água, o suficiente para atender a cerca de 40 milhões de pessoas por quase 100 anos. A obra vai resolver o problema do abastecimento de energia elétrica e de água do Distrito Federal. Estudos previam que em dez anos a região já iria ter problemas de escassez dos recursos. A usina de Corumbá IV é outro grande empreendimento do Governo Lula que visa a dar segurança em termos de fornecimento de energia à capital do Brasil.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não podemos deixar de destacar as iniciativas do nosso Governo no setor energético.

Como não há tempo para terminar o meu discurso, eu gostaria de falar do Luz para Todos, um programa que está a mil e não a dez. Em Mato Grosso e em todo o Brasil, são 12 milhões de famílias na área rural que terão energia até 2008. Em Mato



Grosso, há semanalmente uma inauguração do Luz para Todos, muito diferente do Luz no Campo, pois aqueles que participaram do programa no governo passado estão encalacrados – desculpem-me o termo – com dívidas por 10 anos, enquanto que o Luz para Todos chega gratuitamente na casa de cada produtor, trabalhador, especialmente da agricultura familiar, em todo o Brasil, principalmente no meu Estado de Mato Grosso.

Muito obrigada.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SR<sup>a</sup> SENADORA SERYS SLHESSARENKO.**

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não posso deixar de destacar o fato auspicioso que representa a viabilização, pelo Governo Lula, de investimentos da ordem de R\$16,9 bilhões na expansão da infra-estrutura de energia elétrica no País.

Esses investimentos vêm ampliar a oferta de energia elétrica no Brasil e certamente desmentir aquelas aves de mau agouro que andam falando por aí da possibilidade de novos apagões no Brasil. Com esses R\$16,9 bilhões, aplicados na implantação de 39 unidades geradoras em 15 usinas hidrelétricas, em 36 unidades geradoras em 13 usinas termelétricas, localizadas em todas as regiões do País, o Governo Lula demonstra que tem preparado o nosso País para a demanda sempre crescente no setor energético. Merece, portanto, o nosso aplauso. E que nosso povo perceba o quanto existe de mistificação, de engodo, de balela, no que quando se especula sobre a ameaça de um novo apagão.

Os investimentos feitos pelo Governo Lula representam mais 11,06 mil MW de potência em operação, o que representa um incremento de 12% da capacidade instalada de geração de energia elétrica. Esses investimentos vão reforçar a infra-estrutura de energia elétrica fundamental para sustentar o crescimento sócio-econômico do País e garantir a segurança no suprimento de energia para os brasileiros.

Até o final de 2005, entram em operação mais 11 unidades geradoras em 7 usinas hidráulicas e térmicas e outras 28 unidades geradoras, em 13 usinas hidráulicas e térmicas começam a funcionar no próximo ano.

Quer dizer, as aves de mau agouro podem espernear à vontade, mas, no que se refere à energia elétrica, temos ampla segurança aqui no Brasil, graças às providências adotadas pelo Governo Lula, que não vai deixar se repetir agora a tragédia do apagão,

que tantos sacrifícios trouxe aos brasileiros no período do Governo FHC. Aquele, sim, foi um período funesto, quando o Brasil tanto penou por falta de uma administração efetivamente comprometida com os interesses do País.

Um exemplo da expansão do nosso setor elétrico, neste Governo Lula, é a segunda etapa da usina hidrelétrica de Tucuruí, localizada no interior do Pará. A duplicação da usina vai custar R\$2,39 bilhões e será concluída no segundo semestre de 2006. Com a obra, a capacidade de Tucuruí chegará a 8.325 MW, o suficiente para abastecer 27 cidades do porte de Belém com 1,2 milhão de habitantes. A segunda fase da usina gerou 16 mil empregos diretos e indiretos e vai trazer benefícios, como um melhor aproveitamento dos recursos hídricos pela regularização da vazão dos rios da região, a prevenção do uso de combustíveis não renováveis na produção de energia e a melhoria no atendimento aos consumidores e menor tarifa.

Outra importante obra é a da usina de Peixe Angical, em construção no Rio Tocantins, nos municípios de Peixe e São Salvador. Prevista para entrar em operação em maio de 2006, a usina vai custar R\$1,65 bilhão, investidos por intermédio de uma parceria público-privada entre a estatal Furnas e o grupo português EDP. A construção da usina está sendo responsável pela geração de 10 mil empregos diretos e indiretos e vai permitir a transformação do Tocantins em rio de integração nacional, por possibilitar o aproveitamento hidroviário, além melhorar o controle das cheias, entre outros.

Já a usina de Corumbá IV, localizada a 100 km aqui de Brasília, na cidade de Luziânia (GO), entra em operação em dezembro deste ano. Serão 127 MW de potência, o correspondente a 13% da atual demanda do Distrito Federal a um custo de R\$205 milhões. A barragem Corumbá IV vai represar 3,7 bilhões de metros cúbicos de água, o suficiente para atender a cerca de 40 milhões de pessoas por quase 100 anos. A obra vai resolver o problema do abastecimento e energia elétrica e água do DF. Estudos previam que em 10 anos a região já iria ter problemas de escassez dos recursos. A usina de Corumbá IV é outro grande empreendimento do Governo Lula que visa dar segurança em termos de fornecimento de energia à capital do Brasil.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não podemos deixar de destacar as iniciativas do Governo Lula no setor energético. Esse Governo que alguns insistem, maliciosamente, em dizer que está parado e não está cumprindo com suas responsabilidades, na verdade tem feito muitíssimo pelo nosso País.

O setor energético é uma demonstração do quanto o nosso Governo tem feito e continuará fazendo pelo bem-estar dos brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Augusto Botelho.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, eu não poderia deixar de vir à tribuna no dia de hoje e não falar do referendo. Ontem, 23 de outubro, o País foi às urnas e deu o seu recado em um momento muito importante para a democracia brasileira. Na maior consulta popular do mundo, milhões de brasileiros disseram “não” ao referendo sobre o desarmamento. O “sim” perdeu em todos os Estados e também no Distrito Federal.

O que chama a atenção é a vantagem que o “não” teve em relação ao “sim”. No meu Rio Grande do Sul, por exemplo, 85,07% da população optaram pelo “Não”. Um resultado que nos faz pensar: o brasileiro não admite perder um direito? A campanha do “Sim” foi mal feita, não foi eficiente? A campanha do “Não”, com certeza, foi eficiente. A do “Sim” falhou? Há uma resposta, inclusive, em relação ao Governo? O povo está a cobrar mais políticas eficazes no campo da segurança pública? São perguntas que ficam, Sr<sup>a</sup> Presidente.

Muitos dizem que o “Sim” errou no eixo da campanha. Sr<sup>a</sup> Presidente, acreditamos que a segurança pública está em debate. Acreditamos que essa questão é a mais adequada. E, por isso, seja qual for a resposta, precisamos analisar todos os fatos, pois todos têm, no fundo, a sua verdade. Acreditamos que, ao votar “Não” no referendo, o brasileiro não quis dizer que é a favor da violência. Ao contrário, ele mostra, isto sim, para mim, que está descontente com os rumos que o País está tomando nessa área. Como citamos, o Rio Grande do Sul é o Estado em que o “Não” obteve resultados mais expressivos. E devemos ressaltar, é o Estado, Senadoras Serys, em que o percentual de armas por habitante é o maior do País e é o Estado, também, que tem o menor número de mortes por arma de fogo.

Já prevíamos que o resultado seria esse. Também já havíamos anunciado o nosso voto desta tribuna e que foi reproduzido pelo jornal **Zero Hora** há mais ou menos trinta dias. Queria votar “Não”, como aqui também declarou – e não está aqui presente – o Senador Sérgio Zambiasi.

Respeitamos e, na teoria, concordamos com aqueles que optaram pelo “Sim”, dizendo que buscam a paz. Todos nós buscamos a paz. Mas destacamos que não fomos favoráveis ao desarmamento porque as condições da vida da população no mundo real não permitiram. Podemos mesmo acreditar que o simples fato de proibir a venda de armas iria acabar com a violência? Claro que não. A violência, a nosso ver, só terá fim quando a nossa gente tiver melhores condições de vida.

O Brasil precisa, isso sim, investir mais em educação, em segurança pública, em política de geração de emprego, em saneamento básico, em habitação, na valorização da renda, principalmente do salário mínimo. Aí, sim, sem sombra de dúvida, veremos uma diminuição nos índices de violência.

Países de Primeiro Mundo optaram pelo desarmamento, mas vejam as condições de vida! Vejam a qualidade de vida! Poderíamos falar do Canadá, que tem uma população, na sua maioria, armada. Mas lá também não ocorre o problema de morte por arma de fogo, porque a qualidade de vida é outra. Medidas que beneficiem a população, sim, mesmo porque muitas das medidas anunciadas, infelizmente, não diminuíram a violência nem aumentaram a qualidade de vida do nosso povo.

E voltamos a citar o exemplo do Rio Grande do Sul. Algumas medidas anunciadas por setores da sociedade estão tendo um impacto negativo na economia gaúcha. Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex<sup>a</sup> conhece bem o Rio Grande. E vou além, a Convenção-Quadro é um exemplo. Se aprovada da maneira como está, gerará desemprego. Serão milhares as famílias prejudicadas.

Queiram ou não, o próprio resultado do referendo é também uma resposta ao desemprego: as quatro maiores empresas fabricantes de armas estão no Rio Grande do Sul. Mesmo sabendo que grande parte da produção das armas é exportada – 90% para os Estados Unidos – teríamos assim mesmo uma legião de desempregados. Pois a legislação diz que os países que proibirem o comércio de armas internamente também – até por coerência – são proibidos de exportá-las.

Então, a nossa produção que é praticamente toda exportada não poderia mais acontecer. E, aí, os Estados Unidos diriam muito obrigado ao desemprego no Brasil.

A queda do dólar, queiramos ou não, é um outro fator que castiga a economia gaúcha e a população do nosso Estado. O Rio Grande do Sul é um Estado exportador e a queda do dólar está afetando e muito esse setor. Um dos mais prejudicados é o setor calçadista no Vale dos Sinos. A não devolução do Fundo

de Exportação aos exportadores também já gera desemprego no Rio Grande.

Temos um outro problema hoje, que V. Ex<sup>a</sup> aqui atacou: a febre aftosa. Embora os focos tenham aparecido no Mato Grosso do Sul, afetou as exportações do Brasil e, naturalmente, as exportações gaúchas. Eu via hoje que mesmo para a soja e para as máquinas agrícolas está havendo boicote nas exportações, porque pensam que o vírus poderia acompanhar, o que não tem nada a ver. Mas isso também acaba prejudicando e muito o Estado do Rio Grande.

Há um outro dado que levanto agora: tenho que comentar a campanha feita, infelizmente, com um certo entendimento com o Inmetro, fazendo com que os disjuntores que são fabricados no Rio do Sul, da chamada linha preta, seja, substituídos pelos disjuntores da chamada linha branca, produzidos na Europa.

Isso também vai gerar desemprego no Rio Grande do Sul – uma lástima. Poderia lembrar aqui o Mercosul. O Rio Grande do Sul tem tido problemas com a falta de vistoria nas fronteiras e com as baixas alíquotas de impostos aos produtos importados, dificultando e prejudicando aqueles que trabalham na produção de vinho, no plantio do arroz, do trigo, e em outras áreas, Sr<sup>a</sup> Presidente.

Tenho certeza de que todos os Senadores que percebessem as dificuldades do seu Estado, como essa série de exemplos, fariam desta tribuna o mesmo discurso, como V. Ex<sup>a</sup> fez aqui com relação à febre aftosa e às estradas.

Sr<sup>a</sup> Presidente, a situação financeira do Rio Grande é delicadíssima. E todos esses componentes contribuem, sem sombra de dúvidas, para que os gaúchos protestem e contribuam para que nas urnas eles votassem, de forma maciça, contra o desarmamento. Lá tivemos o menor índice de abstenção e o maior índice de rejeição em todo o País.

Após esses resultados, acreditamos que o Congresso dará mais ênfase aos debates do Estatuto do Desarmamento. Uma iniciativa muito boa que, aliada a outras políticas que visem à melhoria da qualidade de vida da população, terá impactos positivos na batalha contra a violência e o desemprego.

Uma Nação como a nossa não pode continuar com a sua população amedrontada. Sim, porque nos grandes centros o medo da violência é uma constante. O resultado do referendo é reflexo disso. Foi a forma encontrada por brasileiros e brasileiras de dizer “não” à violência, de protestar e mostrar sua insatisfação em relação à maneira como o País vem enfrentando o debate sobre a violência.

Digo mais, Sr<sup>a</sup> Presidente: seria falso acreditar-se que a violência acabaria apenas com a proibição da

venda de armas. Também não acredito que o resultado seria, como alguns disseram, uma reação contra o Governo Lula. Nossa população não age de forma vingativa ou por via indireta. Ao contrário, demonstrou, com muita firmeza, que o seu protesto foi contra a violência e que ela se sente insegura.

Os altos índices de violência – e aqui me refiro a toda forma de violência, não apenas àquela ligada às armas de fogo – foram os responsáveis por esse resultado. Precisamos, agora, atentar para esse dado. É preciso mais investimento na área da segurança pública. Como? Como eu disse anteriormente, com políticas que possibilitem a melhoria da qualidade de vida de todo o povo brasileiro.

Para concluir, Sr<sup>a</sup> Presidente, no mesmo tema, quero também dizer que apresentei ao Senado, na semana passada, um projeto de lei para que todo plebiscito ou referendo coincida com a disputa eleitoral.

No Brasil, ela acontece de dois em dois anos. Num primeiro momento, não importa a seqüência, há disputa para os cargos de Vereador e Prefeito. Após dois anos, para Deputado Estadual e Federal, Governador e Presidente da República. Se o meu projeto for aprovado, será feita uma economia, entre o dinheiro público e o privado, de algo em torno de R\$600 milhões, que poderiam ser usados, se depender de mim, no campo e na área social. Além disso, a população, quando fosse votar para Prefeito, Vereador, Deputado Federal, Estadual, Senador e Presidente da República, já conheceria também a posição dos candidatos a respeito do tema do referendo. Naturalmente, isso influenciaria na votação.

Parece-me que, nesse último referendo, o seu Estado ficou em segundo lugar, de forma positiva: o Rio Grande do Sul ficou em primeiro e o Acre em segundo lugar. Sei da sua força e liderança naquele Estado, que teve um dos maiores índices de “não”. Ora, a população vai saber: “Esse governador que vou eleger ou esse presidente, a respeito de tal tema – o aborto, por exemplo –, pensa assim.”. Isso pode ajudar, inclusive, na sua decisão na hora de eleger alguém.

Por isso, Senador Tião Viana, apresentei, na semana passada, um projeto para que a data das eleições, realizadas de dois em dois anos, coincidam com a do plebiscito. Isso ajudaria, inclusive, a se conhecerem os candidatos e haveria uma economia, como eu dizia, de R\$600 milhões, além de se ganhar tempo e, naturalmente, realizar-se um processo bem mais organizado. Aquele período de propaganda livre, as pessoas usariam também para explicitar sua posição em relação ao tema em debate, pois todos os assuntos interessam ao conjunto da população, seja o desarmamento, o desemprego, a saúde ou a segurança.

Espero que esse projeto seja aprovado com rapidez. Entre a sua aprovação e a efetiva votação haveria, no mínimo, o prazo de um ano para que se fizesse o debate com a sociedade, assim a coincidência da votação desse projeto com as eleições seria boa para todos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.*

*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, a Srª Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador José Jorge, por permuta com o Senador Marco Maciel, por até 15 minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ontem, em todo o País, a população brasileira manifestou-se em relação à comercialização de armas no Brasil e verificou-se, Sr. Presidente, uma grande vitória do “não”. Praticamente 64% dos eleitores brasileiros votaram a favor do “não” e pouco mais de 30% votaram a favor do “sim”; isto é, a maioria absoluta, praticamente dois terços do eleitorado brasileiro, não quer que se proíba a venda de armas de fogo no Brasil e 32% queriam que ela fosse proibida.

Há um mês ou 45 dias, pensávamos que a opinião da sociedade brasileira era outra e esperávamos uma grande vitória do “sim”, porque o Brasil tem uma das maiores taxas de criminalidade do mundo, principalmente, por arma de fogo, e algumas medidas deveriam ser tomadas.

Aprovamos, no Senado, no ano passado, o Estatuto do Desarmamento, já em vigor, que vem diminuindo algumas dessas taxas e no qual ficou explicitada uma consulta popular no final do ano de 2005. Ela foi feita e o seu resultado, de certa maneira, surpreendeu-nos, porque as pesquisas de opinião anteriores – não as dos últimos dias – mostravam que a população iria optar pelo “sim”. Grandes empresas de comunicação e as principais igrejas trabalhavam abertamente pelo “sim” e havia um apoio muito grande. O Governo, por intermédio do próprio Presidente Lula, escreveu um artigo, deu declarações, assim como o Ministro da Justiça e a maioria dos políticos trabalharam pelo “sim”. No entanto, a população resolveu apoiar o “não”.

A primeira lição que se tira disso é que é muito difícil, a respeito de qualquer tema, conhecermos a fundo a preocupação da população sem ouvi-la diretamente. Essa consulta serviu para analisarmos esses aspectos. Vamos utilizar melhor, por exemplo, a Internet, os novos meios de comunicação, para que possamos decidir, no Senado, na Câmara e no Poder Executivo, de acordo com o que a população efetivamente deseja.

Se alguém perguntasse a opinião de qualquer um de nós – a do Senador Tião Viana, a minha, a do Senador Marco Maciel ou a de qualquer outro –, ela seria a de que a população preferiria o “sim”, mas, na realidade, ela escolheu o “não”. Por quê? Por uma série de razões bastante fortes. Na verdade, o índice de criminalidade é enorme e a proibição da venda de armas iria desarmar a população, por um lado, mas não teria nenhum efeito no desarmamento dos bandidos ou daqueles que assaltam, que matam, enfim, daqueles que praticam todas essas irregularidades.

Em segundo lugar, há que se dizer que foi um voto de desconfiança da política de segurança pública do Governo Lula, porque essa consulta foi feita sob a liderança do Governo, que queria e achava que o “sim” iria ganhar, exatamente pelo apoio político que teria.

Particularmente, lamento essa derrota. Se as pessoas que votaram “não” tiveram fortes razões para assim votar, o “sim” também seria uma espécie de apoio a uma política de segurança mais forte, o que não aconteceu. Agora, temos de rever a política de segurança.

O Governo Lula tem de acabar com as promessas e agir de frente nessa área. Diga-se de passagem, esses índices já eram altos. Não são apenas durante o Governo Lula. Mas o que se esperava do Governo Lula era muito mais do que está fazendo. A população respondeu, rejeitando por essa larga margem. O recado da população é o de que, na verdade, não está satisfeita e que temos de procurar fazer as mudanças necessárias.

Em segundo lugar, gostaria de falar também sobre a pesquisa Datafolha, divulgada ontem pelo jornal **Folha de S. Paulo**, que também continua mostrando a tendência de queda da aprovação do Governo do Presidente Lula.

Apenas para exemplificar: na primeira pesquisa feita no começo do Governo, em março ou abril de 2003, a aprovação, o “bom” e “ótimo”, do Presidente Lula era 40 pontos – a chamada aprovação do Governo, “bom” mais “ótimo” –; e a desaprovação, que é “ruim” mais “péssimo”, era 10 pontos. Quarenta menos dez: o Presidente tinha uma folga entre a aprovação e a reaprovação de trinta pontos no início do Governo.

Hoje, de acordo com a pesquisa feita pelo jornal **Folha de S. Paulo** neste final de semana, o Presidente Lula tem, entre “bom” e “ótimo”, 28 pontos; e, entre “ruim” e “péssimo”, 28 pontos. Portanto, aquela folga que o Presidente tinha de 30 pontos – que é muita, diga-se de passagem, pois foi um Governo eleito com muita esperança pela população, e essa folga dava margem a mostrar essa esperança – foi toda consumida e hoje já há empate entre bom, ótimo, ruim e péssimo. Acreditamos que, na próxima...

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT)  
– Um aparte, Senador.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não. Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Serys Slhessarenko.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT)  
– Senador José Jorge, eu queria tê-lo aparteado no primeiro tema, mas vou falar brevemente do segundo e também do primeiro. Com relação à popularidade do Presidente Lula, sabemos que, no começo, o Presidente era absolutamente imbatível – aliás, não faz muito tempo que deixou de ser; passou à categoria de favorito; e, hoje, está em igualdade. Inclusive, já existem pesquisas em que o Presidente está novamente como favorito, e esperamos que chegue logo a imbatível novamente. Apesar de todo esse ataque frontal – nunca nenhum Governo na história do Brasil sofreu um ataque como o que o Presidente Lula e o nosso Partido vêm sofrendo –, depois de mais de cem dias de ataque frontal, o Presidente ainda se mantém em condições de igualdade na disputa. Acredito que, logo, Sua Excelência passará de favorito à imbatível novamente. Com relação ao primeiro tema, Senador José Jorge, eu não acredito que a população tenha votado “não” por conta de contrariedades com políticas governamentais. Seria um equívoco muito grande da população. O referendo é um instrumento da população. Não é algo que o Governo promoveu, em que o Governo queria “sim” ou o Governo queria “não”. Não é nada disso. Se houve isso, a questão foi passada de forma equivocada para a população. A população se equivocou ao se posicionar contra o Governo votando “não”, porque o referendo não é um instrumento do Governo, mas um instrumento assegurado pela nossa Constituição, pela nossa Lei Maior, e é a determinação, a vontade do povo que tem de ser medida, independentemente de quem seja o governante. É a vontade popular que se manifesta. Certamente, teremos outros referendos. Concordo com o Senador Paulo Paim em que devem ser submetidas a referendo pelo menos uma ou duas questões de cada vez, em cada eleição que vier daqui para frente. Para questões polêmicas, tem de existir a consulta popular, a exemplo

do que ocorreu agora com o desarmamento e que poderá ocorrer com o aborto, eutanásia e pena de morte. Com certeza, deverão existir referendos no futuro. Mas nunca podemos nos equivocar, dizendo que é o Governo que está medindo isso. Não, trata-se de um instrumento assegurado à população, cuja vontade têm de ser respeitada. Concordo totalmente com o referendo. A vitória política ou equivocadamente correta é da população. Muito obrigada.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte, Senadora Serys Slhessarenko, mas ressalto que, em primeiro lugar, a população nunca pode se enganar em nenhuma questão. Consultaram-se milhões de pessoas, que decidiram pelo “não” e agiram corretamente do ponto de vista delas. Temos apenas de aceitá-lo, mas temos de averiguar as razões pelas quais isso ocorreu. Até há pouco tempo, dizia-se que a população ia optar pelo “sim”. Era isso que se esperava. Era isso que se dizia. Era isso que se falava. No entanto, quando começou a campanha, quando se mostraram as razões dos dois lados, quando o Governo se posicionou formalmente pelo “sim”... Quem fala pelo Governo neste assunto? O Presidente Lula e o Ministro da Justiça. São eles que falam pelo Governo, e os dois se posicionaram formalmente pelo “sim”. E foram fragorosamente derrotados. Na realidade, existem outras razões, mas, evidentemente, existe também a derrota do Governo. Não podemos esconder isso.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT)  
– Peço outro aparte.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não, concedo outro aparte. Quantos V. Ex<sup>a</sup> quiser.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Em primeiro lugar, Senador, não foi derrota do Governo. Não consigo entender como se tenta desvirtuar de tal forma a questão. Não é derrota do Governo. É a vitória – como V. Ex<sup>a</sup> colocou muito bem – da população, e nós temos de respeitar. Eu respeito. Resultado é referendo de plebiscito.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mas V. Ex<sup>a</sup> disse que a população errou.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT)  
– Não, senhor. Não coloque na minha boca palavras que eu não disse. Eu disse que pode ser um resultado equivocado ou correto. Ou correto.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Não errou, não. Equivocou-se.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Slhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Busque nos anais que está registrado, Senador José Jorge. Pode ser politicamente correto ou equivocado. Eu não disse que foi equivocado, senão não estaria respeitando o resultado do referendo, e eu respeito...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Por isso, admirei-me, vindo de V. Ex<sup>a</sup>.

**A Sr<sup>a</sup> Serys Silhessarenko** (Bloco/PT – MT) – Eu respeito a democracia, e esse é um dos instrumentos principais do processo democrático. Quero que muitos outros temas polêmicos sejam submetidos ao referendo, porque a vontade popular tem de ser a maior sempre. Que não fique esse equívoco dito por mim.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> agora corrigiu o que havia dito. Achei até bom, porque me causou admiração V. Ex<sup>a</sup> ter dito que a população tinha-se equivocado. Na realidade, a população nunca se equivoca. Quem se equivocou foi o Governo. Porque, no momento, em que havia esse referendo, a consulta à população brasileira, se o Governo deixasse que a população, sem pressão, fizesse sua escolha, aí o Governo não teria sido derrotado. Mas o Governo encaminhou formalmente para o “sim”: o Presidente da República, numa reunião do PT, de que inclusive agora estou me lembrando, e uma declaração do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Então, o Governo se encaminhou todo para o “sim”. Teve uma derrota de 64% a 32%, praticamente um terço de diferença, uma derrota enorme num referendo nacional. O Governo querer dizer que não perdeu, é difícil que acreditarmos nisso.

Em terceiro lugar, gostaria também de comentar uma declaração do Presidente Lula contra o PFL, que saiu agora no blog do jornalista Moreno, que diz que Sua Excelência se irrita muito porque o PFL e principalmente o Presidente Bornhausen colocam investigações em torno de familiares de Sua Excelência.

Ora, quero dizer que estamos na Oposição desde o começo do Governo e não temos interesse, como Partido – posso falar em nome do Senador Bornhausen, em meu nome e nos dos demais líderes do PFL –, de investigar a família de ninguém. Acho que os homens públicos devem ser investigados; agora, a família, a não ser quando ela entra no negócio público. E foi o que aconteceu com o irmão do Presidente, que não foi, na verdade, denunciado pelo PFL, mas pela mídia. Foi uma denúncia pública de que o irmão do Presidente Lula estava levando empresários ao Palácio do Planalto para falar com o Sr. Gilberto Carvalho, com outro assessor do Presidente, cujo nome não lembro agora, para defender interesse, se não me engano, da Federação Brasileira dos Hospitais. Essa é uma denúncia real e efetiva. Na realidade, optamos, não para trazer o irmão do Presidente Lula para o plenário da CPI, mas, para que isso fosse investigado pelo Ministério Público, onde fizemos uma representação, não contra o filho ou o irmão do Presidente, mas, a

respeito dos negócios que foram realizados durante esses momentos.

Então, tivemos o caso do irmão do Presidente, nessa situação que acabei de descrever; tivemos o filho do Presidente que conseguiu uma participação acionária de uma grande empresa de telecomunicações em uma empresa que praticamente não existia, de R\$5 milhões. Em Pernambuco, temos um centro de informática e, conversando com empresários do setor, perguntei quanto valeria a empresa do filho do Presidente Lula. Eles responderam que, no estado em que ela estava, não valia tostão algum; era um projeto de empresa e não uma empresa. Então, na realidade, foi um projeto de uma empresa que foi vendido por R\$5 milhões. Isso disseram os empresários; não nós do PFL.

Eu gostaria de dizer aqui, em meu nome, em nome do Presidente Jorge Bornhausen e no dos demais dirigentes do PFL, que não temos interesse algum em atacar a família do Presidente Lula ou de qualquer outra pessoa que, na realidade, participe do Governo. Não é assim que fazemos política, nunca fizemos e não faremos. Se for por isso, o Presidente pode passar uma semana tranqüila.

Por último, Sr. Presidente, temos todas essas questões da febre aftosa que, na realidade, o Governo não reage da forma correta. Vem aí essa gripe aviária e pode atingir o Brasil. Temos que, de certa maneira, nos preparar para isso. Se nos prepararmos para essa gripe que está vindo aí da mesma maneira que nos preparamos para a febre aftosa, vão morrer milhares ou milhões de pessoas no País, porque essa gripe é, realmente, muito grave.

Gostaria de saudar, Sr. Presidente, o PT que, até que enfim, expulsou o Delúbio. A Senadora Serys, aliás, foi uma das que primeiro pediram a expulsão. Não sei se ela estava lá para votar a favor, mas, na realidade, foi uma das primeiras. Demorou, praticamente, seis meses para que isso acontecesse. Talvez por isso, por essa demora tão grande, 64% das pessoas, nessa pesquisa da Datafolha, acham que o PT atrapalha o Governo. Eu não acho! Mas 64% das pessoas acham. Agora é preciso ver o que o PT fará com os demais Deputados acusados. Na verdade, alguns já renunciaram. Porque se eu estou acusado e renuncio, como foi o caso do Deputado Paulo Rocha, qual será a perspectiva de punição que o PT terá em relação a esse filiado, já que ele já não será cassado porque renunciou? Mas seus compromissos partidários devem ser investigados! E, pelo que sei, não existe processo algum, dentro do PT, para investigar essas pessoas que receberam dinheiro de Marcos Valério. De qualquer maneira, foi um passo importante o PT, depois de seis meses, ter expulsado finalmente o Delúbio Soares. Muito obrigado.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP)

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Para uma questão de ordem, Senador João Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP)

Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, levanto uma questão de ordem, por meio do art. 14, inciso VIII, alíneas **a** e **b** do Regimento Interno do Senado Federal, seguindo rito previsto no art. 403 e seguintes do mesmo Regimento Interno do Senado Federal. Inclusive assim o fazendo na primeira oportunidade que tenho para fazê-la argüindo dúvida sobre a interpretação e aplicação do Regimento Interno do Senado Federal, no toca ao procedimento de cassação do Senador João Capiberibe, do nosso mandato, previsto no art. 32 do multicitado Regimento Interno do Senado Federal.

A bem da verdade, visa essa questão de ordem permitir uma maior clareza e certeza de que o art. 32 do Regimento Interno do Senado Federal em face ao disposto no art. 55 da Constituição Federal de 1988 no que toca à perda do mandato parlamentar de Senador. Em linhas gerais, o referido dispositivo constitucional estabelece as hipóteses de perda de mandato, fixando que nos casos: (a) de violação de restrições impostas aos parlamentares, desde a data da expedição do diploma à posse, (b) falta de decoro parlamentar e (c) sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado, a perda do mandato será decidida pela Casa Legislativa, mediante voto secreto e maioria absoluta, mediante representação por parte da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional; e nos casos (a) faltas injustificadas nas sessões legislativas; (b) perda ou suspensão dos direitos políticos e (c) decretação da Justiça Eleitoral nos casos previstos na Constituição Federal, a perda será declarada pela Mesa, Sr. Presidente, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada a ampla defesa.

Portanto, temos dois grupos distintos de hipóteses que ensejam a decisão da perda do mandato parlamentar: no primeiro grupo, está a perda por decisão do Plenário; no segundo, está que a perda será declarada pela Mesa.

Ocorre que é um equívoco pensar que nesse segundo grupo o ato da Mesa é meramente declaratório, pois se assim fosse, o art. 55, § 3º da Constituição Federal de 88, em sua parte final, não asseguraria a ampla defesa. É a Constituição de um Estado democrático e de direito que disciplina os pesos e contrapesos

para a harmonia e independência entre os Poderes. No caso, foi a própria Constituição brasileira que estabeleceu que: primeiro, haveria a ampla defesa nas hipóteses em que competisse à Mesa declarar, inclusive de ofício ou por representação, a perda do mandato parlamentar. Segundo, que esse basilar direito fundamental à ampla defesa – e por consequência lógica aos instrumentos a ela inerentes, como o contraditório – estivesse presente em um processo interno da Casa contra um Parlamentar, mesmo após a decretação da perda do mandato pela Justiça Eleitoral.

Em outras palavras, é a Constituição Federal de 88, art. 55, § 3º, que determina que diante da decretação de perda do mandato parlamentar pela Justiça Eleitoral a ampla defesa será assegurada ao respectivo representante do povo, antes da decisão da Mesa.

Importantíssimo ressaltar que se trata de toda e qualquer decisão judicial de perda de mandato, e não somente naqueles casos previstos na própria Constituição e decretados pela Justiça Eleitoral. Ora, se nos casos em que a Justiça Eleitoral decretar a perda do mandato parlamentar, nos casos previstos na própria Constituição Federal, se deverá assegurar ao Parlamentar, no âmbito interno do Parlamento, a ampla defesa como condição para posterior decisão da Mesa respectiva, o que se dirá dos outros casos em que a decisão judicial não se fundamentar em “casos previstos na Constituição” – quero assinalar – o que se dirá em casos não previstos na Constituição? Deve-se levar em consideração que, para que seja levado um caso de perda do mandato parlamentar a um nível constitucional, isto é, que a própria Constituição qualifique determinada conduta como passível de perda de mandato, é porque tal conduta é enormemente repudiada pela sociedade, que consagrou em sua Lei Maior um ilícito, e, ainda assim, se assegurará ampla defesa no processo que corre no Legislativo contra o Parlamentar, mesmo após uma decisão judicial. Repita-se: o que induz de modo lógico e inequívoco que com mais razão se configurará a ampla defesa de toda e qualquer decisão judicial que não se basear “nos casos previstos na Constituição”.

O Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 32, não é claro a esse respeito, pelo contrário, ao transpor as regras constitucionais, Sr. Presidente, previstas no art. 55 da Constituição Federal de 1988, omitiu no seu inciso V (do referido art. 32) a determinação de que a decisão da Mesa, sem o voto de plenário, sobre perda de mandato é circunscrita às hipóteses daquele segundo grupo, que anteriormente mencionamos, onde ali conta, dentre as hipóteses, a que trata de decisão “*da Justiça Eleitoral nos casos previstos na Constituição*”. Por conseguinte, temos aqui um outro problema: o fato

de o Regimento Interno do Senado Federal ter inscrito como uma coisa só as diversas situações de decisões judiciais sobre perda de mandato parlamentar.

A presente questão de ordem visa justamente a esclarecer o equívoco que poderá daí advir. Afinal de contas, no último dia, sexta-feira passada, a Mesa já estava praticamente dando posse em substituição ao nosso mandato, mandato do Senador João Capiberibe, sem a ampla defesa de que fala o art. 55º, §3º, da Constituição, que diz claramente que é assegurada ao Parlamentar a ampla defesa.

Portanto, no âmbito da Justiça Eleitoral, há decisões sobre perda de mandato parlamentar que poderão advir de casos previstos da Constituição. Daí porque se justifica a tramitação para a decisão pela Mesa e não pelo Plenário da Casa, desde que assegurada ampla defesa; e, noutros casos, decisões da Justiça Eleitoral que não decorrem diretamente de casos qualificados na Constituição Federal de 1988, que exigem ampla defesa e decisão pelo Plenário da Casa.

O princípio da independência e harmonia entre os Poderes não será jamais fruto de como o intérprete concebe esse princípio e, muito menos, de como ele gostaria fosse a sua aplicação a um caso concreto. O princípio básico do Estado democrático de direito, da independência e harmonia entre os Poderes, é dado pela Constituição, por intermédio do legislador constituinte originário, e este, no caso específico, quando assegura ampla defesa ao Parlamentar no âmbito de sua respectiva Casa, inclusive expressando taxativamente que, após decisão judicial, buscou submeter ao crivo do próprio Parlamento tais circunstâncias.

Para reforçar ainda mais o nosso entendimento de que existe plena harmonia e independência entre os Poderes para as situações aqui expostas, é importante verificar, simplesmente, que a Constituição Federal de 1988 também estabelece no art. 55, inciso VI, § 2º que, para perder o mandato parlamentar aquele que “sofrer condenação criminal transitada em julgado”, deverá haver votação secreta pelo Plenário; a decisão será da Mesa isoladamente ou do Plenário. Essa é a questão: se a decisão é da Mesa ou do Plenário.

Ainda, Sr. Presidente, entendimento contrário ao aqui exposto levaria a uma interpretação absurda de nossa Constituição: ou no sentido de que não haveria perda de mandato parlamentar pela Justiça Eleitoral se não fosse nos casos previstos na Constituição Federal de 1988, uma vez que a Constituição não tratou do assunto; ou que a Constituição contém palavras supérfluas no caso da expressão final do inciso V do art. 55 – “*nos casos previstos nesta Constituição*”; ou, ainda, que se poderiam inserir todos os casos de decretação de perda do mandato parlamentar pela Justi-

ça Eleitoral como um caso só e único, o que de certa forma nada mais é que a segunda hipótese já levantada, de que a Constituição, no caso em tela, tem termo excessivamente inútil ou desnecessário. Esse último parece ser o caso adotado pelo Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, a indagação sobre a correta interpretação e aplicação do Regimento Interno do Senado Federal ora proposta é fundamental. Em última análise, reflete o grau de legitimidade da decisão legislativa que está sendo tomada. A alteração da questão de ordem encontra razão de ser quando se tem notícia sobre a perda de mandato do Senador da República João Capiberibe, representante de uma unidade da Federação, sem a ampla defesa de que trata o art. 55, §3º da Constituição Federal, pois o que a Constituição buscou foi revestir tal gravidade que, para ser declarada, deve exigir o pronunciamento dos seus pares. A relevância da função de Senador, expressa nas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição, desaconselha o seu afastamento sem a ponderação dos demais integrantes da Câmara Alta, escolhidos pelo voto majoritário dos seus Estados e do Distrito Federal.

Registre-se que, em toda a história republicana brasileira, registrou-se, excetuando-se as cassações perpetradas pelo regime militar, apenas um caso de perda de mandato de Senador da República, e este seu deu mediante o voto majoritário do Senado Federal, após manifestação do Conselho de Ética. Trata-se de tradição que não existe por acaso, mas resulta de princípio federativo elementar, indispensável para o equilíbrio de poderes e para a preservação das instituições democráticas.

É meridiano o prejuízo que tal situação poderá ensejar sem a correta aplicação e interpretação aqui buscada, uma vez que mitigam a transparência e certeza de votação no Plenário do Senado Federal – requisitos fundamentais para a perfeita cristalização da decisão dos verdadeiros donos da soberania popular; escurecendo, pois, a própria legitimidade do Estado, razão plena para se coadunar o critério adotado da perda de mandato de Senador com a Constituição. Com efeito, é manso e tranqüilo que a norma jurídica não alberga em seu seio de legalidade a sua inadequada utilização, vez que se deturpa a finalidade buscada pela norma jurídica. Todavia, a plenitude da plurifalada legitimidade, sustentáculo basilar da democracia representativa, exige não só a consciência do agir coerentemente com os preceitos normativos estabelecidos, mas também a criação de mecanismos que aperfeiçoem o debate democrático.

Diante do exposto, no intuito de contribuir para o fortalecimento da democracia representativa e tra-



balhos legislativos, conseqüentemente conduzindo a uma maior legitimidade das decisões do Senado Federal, esperamos que a Mesa acate a presente proposta. Portanto, questiono e recorro à Mesa sobre o processo de cassação do nosso mandato, pedindo que ela coloque no dia de hoje a matéria em pauta, a fim de que, com imparcialidade e constitucionalidade, interprete, aplique e esclareça corretamente qual será o procedimento a ser adotado, inclusive na cassação do nosso mandato, se por decisão do Plenário ou da Mesa, e qual a medida a ser adotada para a efetivação da ampla defesa de que falam o art. 55, § 3º da Constituição Federal e o art. 32 do Regimento Interno do Senado Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Inicialmente, pergunto se há alguém no plenário que queira contraditar. (Pausa.)

Não havendo, lembro que o art. 55 da Constituição Federal estabelece o seguinte:

Art. 55 – Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição...

Este, o entendimento preliminar que tenho do caso que se aplica a V. Exª.

Dispõe ainda o § 3º do art. 55:

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

Então, meu entendimento, neste momento, é que a questão de ordem de V. Exª será fruto de uma decisão da Mesa do Senado Federal, que decidirá o devido encaminhamento.

Não posso – não seria adequado –, antecipar o meu entendimento, uma vez que, como terei voto na reunião da Mesa, meu pronunciamento neste momento prejudicaria o meu voto naquela ocasião.

Esta, a orientação clara que deixa o Secretário-Geral da Mesa, Dr. Raimundo Carreiro.

A matéria será encaminhada ao Presidente Renan Calheiros.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, insisto que seja considerado aquilo que determina a Constituição Federal e que está transcrito, **ipsis litteris**, no Regimento Interno que V. Exª acaba de ler: a garantia da minha ampla defesa nesse processo.

Na sexta-feira passada, estava tudo organizado para dar posse ao derrotado na campanha de 2002, sem que eu tivesse sido notificado, sem que eu tivesse conhecimento dos procedimentos.

Portanto, apelo à Mesa, à Presidência e ao Senado Federal, aos Senadores e Senadoras, para que me permitam exercer o direito que a Constituição me assegura e que o Regimento Interno do Senado Federal me garante: o direito à ampla defesa. Não posso sair daqui escorraçado, sem poder me explicar aos meus pares, como se eu tivesse cometido um crime hediondo e estivesse sendo expulso de uma casa qualquer. Isto aqui é o Senado da República, e o Senado da República tem de cumprir aquilo que a Constituição garante, e a Constituição me dá essas garantias.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador João Capiberibe, o § 3º do art. 55 – o caso é enquadrado no inciso V do mesmo artigo – diz que a decisão será tomada pela Mesa do Senado Federal – nos termos em que V. Exª indaga –, sendo assegurada ampla defesa. Faço a leitura e interpreto norma constitucional relativa à questão de ordem de V. Exª.

A matéria será encaminhada ao Presidente Renan Calheiros, que, seguramente, tomará a decisão colegiada para o encaminhamento devido.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Continuamos com a lista de oradores.

Com a palavra, o eminente Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Tião Viana, Srªs e Srs. Senadores, desejo nesta ocasião fazer comentários sobre o referendo realizado ontem. Começo por cumprimentar, mais uma vez, o povo brasileiro pela maturidade política que demonstrou comparecendo às urnas, emitindo sua opinião e, de alguma forma, concorrendo para o aperfeiçoamento das instituições políticas brasileiras.

Desejo também estender os meus cumprimentos à Justiça Eleitoral, nomeadamente ao Tribunal Superior Eleitoral, presidido competentemente pelo Ministro Carlos Veloso, que organizou o referendo, permitindo

ao povo exercitar uma das formas da democracia – a democracia direta ou participativa se preferirem.

A Constituição brasileira de 1988 prevê três formas para o exercício do que na Grécia se denominava democracia direta e que hoje podemos chamar de democracia participativa: a iniciativa popular, que se realiza através da apresentação de projeto de lei subscrito por um determinado percentual de eleitores, o plebiscito e o referendo.

Os dois últimos, o plebiscito e o referendo, são institutos muito semelhantes. A distinção, feita no campo do Direito Constitucional, é muito pequena. Geralmente, o referendo é proposto para que a população possa manifestar se aprova ou não uma lei já aprovada pelo Congresso Nacional, enquanto o plebiscito é uma espécie de consulta prévia. Sobre determinado assunto a ser convertido em lei.

Ao longo de nossa história republicana, já praticamos essas formas de consulta popular em três oportunidades.

Em 1963 – se não me engano, logo no início de 1963 –, o povo brasileiro foi chamado a se manifestar sobre se o País deveria manter o parlamentarismo – um parlamentarismo tosco e precário que se praticava naquela ocasião e adotado num clima de grande crise que vivia o Brasil em decorrência da renúncia do Presidente Jânio Quadros – ou se deveria voltar ao presidencialismo. O eleitor, em sua grande maioria – mantendo uma tradição que vem desde a Proclamação da República e, sobretudo, desde a Carta de 1891, que definiu as instituições republicanas, estabelecendo que, além de república, deveríamos ser uma federação, praticar o presidencialismo, o sistema bicameral –, votou considerando conveniente manter o presidencialismo, que, de alguma forma, herdamos – um rico legado – da Constituição dos Estados Unidos da América do Norte, que, em grande parte, foi acolhida no constitucionalismo brasileiro.

É bom lembrar que a Constituição de 1891 foi uma boa Constituição, uma Constituição concisa, de poucos dispositivos, elaborada por um grupo de cinco juristas. Posteriormente, por recomendação do Presidente Deodoro, foi revista por Rui Barbosa. Infelizmente, durou pouco tempo. Com a queda da chamada República Velha, a Constituição teve sua existência coarctada, mas já consagrara o sistema presidencialista.

Então, em 1963, o povo manteve, nesse plebiscito, o presidencialismo.

Em 1993, uma nova consulta popular foi realizada – um novo plebiscito – para saber se deveríamos manter a república ou voltar à monarquia e se deveríamos manter o presidencialismo ou implantar um verdadeiro parlamentarismo, visto que a experiência

anterior não era, efetivamente, de um correto e genuíno parlamentarismo.

O povo, Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, em sua maioria, entendeu manter a república – e a república era cláusula pétrea no constitucionalismo brasileiro. Todas as constituições brasileiras sempre contiveram dispositivo que dizia: “Não se admitirá emenda tendente a abolir a federação e a república”.

A Constituição de 1988, todavia, alterou esse dispositivo considerando apenas cláusula pétrea a federação, não o fazendo com relação à república. O povo, consultado em 1993, cinco anos após a promulgação da Constituição de 1988, decidiu manter a república. A meu ver, foi uma decisão acertada. Se fosse outro o resultado, seríamos um caso singular no mundo: um país que deixaria de ter como forma de governo a república e retrocederia à monarquia. Acredito que seríamos um caso sem precedente na história mais recente dos países. O povo, então, acertadamente, votou a favor da república e o fez também com relação ao presidencialismo.

De alguma forma, então, voltamos ao modelo da Constituição de 1891: república federativa, presidencialista e bicameral. Lembro, porém, que um bicameralismo distinto do vigente no Império, posto que, com a república, o Senado Federal passou a ser não somente eleito pelo voto popular, mas também passou a ser a Casa da Federação, a exemplo do que aconteceu na Constituição americana, fazendo com que os Estados tivessem igual representação na Casa: três por unidade.

Concedo o aparte ao nobre Senador Tião Viana.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Marco Maciel, aproveito, do ponto de vista histórico e político, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que dá um testemunho da evolução histórica brasileira da formação e da organização política do Estado brasileiro. V. Ex<sup>a</sup> fala sobre o dia seguinte de uma grande decisão que o povo brasileiro tomou em relação à proibição ou não da comercialização de armas de fogo. Foi uma decisão difícil para a sociedade brasileira – e sei que também o foi para todos nós, representantes públicos. O que V. Ex<sup>a</sup> aborda me parece da maior importância porque pode definir as grandes diretrizes das decisões que venhamos a tomar. Recentemente, tivemos uma decisão legislativa que me pareceu ser maior do que o próprio Legislativo, atinente à Lei de Biossegurança. Tivemos que decidir sobre aspectos muito detalhados e profundos acerca de um tema específico que exigia, no mínimo, amplo e profundo conhecimento, e a decisão se deu num período de tempo em que talvez o aprofundamento do diálogo, da reflexão do

Parlamento não estivesse à altura de uma decisão maior da sociedade brasileira. Certa vez, li uma tese num artigo publicado no jornal **Correio Braziliense**, do eminente Senador Constitucionalista Josaphat Marinho, que descreveu o Código de Processo Civil brasileiro, fez o grande desenho do seu novo formato, quando dizia que as decisões legislativas não podem ter pressa, mas têm que ser a tradução da maturidade da sociedade. Ou seja, não podem andar dissociadas do que pensa a sociedade brasileira, a Nação em si. Aquela decisão que tomamos permite, Senador Marco Maciel, a destruição de embriões para que possam servir à ciência. Não estou nem entrando no mérito da questão, ou seja, se é correto ou errado. Tive, inclusive, um posicionamento claro: defendi apenas que o embrião congelado que estivesse indo para o lixo pudesse ser uma fase de transição, porque acreditava que, no máximo em cinco anos, teríamos recursos e não precisaríamos de embriões congelados para utilização de células-tronco totipotenciais. E o que se está vendo agora nos novos artigos científicos? Já estão conseguindo tirar uma célula na chamada fase de mórula do embrião, ou seja, quando tem entre seis a oito células para evoluir para um ser humano. Isso não lhe causará prejuízo, e é possível ter a células totipotenciais a partir dessa única célula isolada, não havendo necessidade de destruir o embrião. É preciso, portanto, ter muito cuidado com essas decisões. Felicito, assim, V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento, visto que só alerta para a responsabilidade do Parlamento em acompanhar e interpretar o que a sociedade quer. Temos muitos temas difíceis a decidir e devemos pensar. Permita-me, só concluindo, o Ministro Carlos Velloso, hoje, falou da oportunidade que temos para que o Brasil possa decidir junto com as eleições municipais, a cada quatro anos, temas dessa dimensão, dessa complexidade. Penso que seu pronunciamento nos faz aprender um pouco a respeito das decisões que vamos tomar no futuro.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Nobre e ilustre Senador Tião Viana, ao acolher o aparte de V. Ex<sup>a</sup> quero fazer duas considerações. Em primeiro lugar V. Ex<sup>a</sup> fez referência à nova Lei de Biossegurança, que é – como ressaltou com propriedade – um tema extremamente sensível e sobre o qual ainda não há, mesmo no território da ciência, pontos pacíficos. De alguma forma, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que sendo autor da primeira Lei de Biossegurança aprovada pelo Congresso – isso no início da década de 90 –, sempre entendi que esse é um assunto que merece uma grande reflexão. Sempre penso que a toda técnica deve corresponder uma ética; a toda ciência deve corresponder uma consciência. Essas matérias de

maior complexidade exigem não somente uma maior reflexão, mas também que ampliemos o espectro de consultas, porque, certamente, uma vez aprovada a lei, ela terá que ser cumprida. Se contiver algum equívoco poderá trazer muitos danos ao País, à sociedade e às suas instituições.

A segunda questão que V. Ex<sup>a</sup> toca diz respeito às consultas populares que são importantes, mas devemos, em contrapartida, ter a cautela de não banalizarmos esses institutos. Penso que, na medida em que banalizarmos a prática desses institutos, estaremos enfraquecendo as instituições representativas.

De mais a mais vou me valer de Umberto Eco para dizer a V. Ex<sup>a</sup> que as consultas populares devem ser adstritas a questões de maior transcendência, de maior significação. Por exemplo, essa consulta com relação à comercialização de armas, prevista no art. 35 do Estatuto do Desarmamento, é uma questão que poderíamos ter resolvido no Congresso, porque guarda uma certa complexidade. Deixamos ao eleitor somente uma resposta binária de um “sim” ou “não”, de um cara ou coroa.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Senador Marco Maciel, permita-me dez segundos?

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Pois não.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Concordo inteiramente, e não perdendo a dimensão do que tentei transmitir, ou seja, que é um assunto muito difícil e de grande complexidade.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – É verdade. Concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Conheço a sua conduta aqui na Casa, sei que V. Ex<sup>a</sup> além de ser um operoso e competente Parlamentar é também uma pessoa de sólida formação intelectual e de conduta ética e, portanto, sensível a esses argumentos.

Mas, Sr. Presidente, diria também que o eleitor compareceu, votou, fez a sua opção de acordo com sua consciência. Houve uma pequena discrepância com relação aos percentuais dos diferentes Estados, mas em todos eles prevaleceu o “não”, e também no Distrito Federal. Embora tenha votado pelo “sim”, por entender que, como disse anteriormente – inclusive em artigos de jornais –, menos armas significa menos violência, não posso deixar de reconhecer que o povo fez a sua escolha e, conseqüentemente, não nos cabe outro caminho agora senão celebrar essa manifestação popular e acolhê-la.

O eleitor votou com certa perplexidade, porque, de uma hora para outra, viu-se diante de um tema muito complexo e, talvez, não se considerasse talvez totalmente informado – se assim posso dizer – para dar sua opinião. Mas, de toda a maneira, assim o fez, emitiu sua opinião.

Por outro lado, é bom lembrar que o instituto do referendo tem um custo, isto é, não é algo barato. Simplificadamente, eu poderia dizer que um referendo custa – mais ou menos – o que custa uma eleição. O Ministro Carlos Velloso, Presidente do TSE, fez um trabalho muito bom no Tribunal, no sentido de reduzir custos. Essa é uma questão que precisa ser pensada. O custo do referendo foi maior, por exemplo, do que o Governo Federal liberou para reduzir a violência. Os dados que tenho aqui dizem que no exercício deste ano, o Governo Federal liberou para segurança pública apenas R\$180 milhões; enquanto que o referendo, se associarmos as despesas diretas às despesas indiretas, pode ultrapassar a cifra entre R\$270 e R\$300 milhões.

Convém salientar que o povo, ao votar, dá o seu recado. Ele não se circunscreve, não se limita a dar a opinião “sim” ou “não”. A respeito do assunto, gostaria de citar uma cientista política, a competente Lúcia Hipólito, que tem muito conhecimento nessa área. Ela observou, por exemplo, quando houve os referendos na França e na Holanda, com relação à nova Constituição Européia...

*(A Sr<sup>a</sup> Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Eu gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> um pouco de tolerância.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Marco Maciel, eu estou prorrogando o seu tempo. Cada vez que toca é porque prorrogo o seu tempo.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Sr<sup>a</sup> Presidente, fico muito grato pela prorrogação. Já estou concluindo.

Então, acho que o eleitor ao votar, tanto na França quanto na Holanda, para dar dois exemplos e citando mais uma vez a professora Lúcia Hipólito, ele o fez também dando alguns recados. Ele não estava tão-só contra a nova Constituição da União Européia, que continha e impunha uma série de limitações aos Estados-membros da referida União. Ele, o eleitor, votou achando também que talvez não fosse adequado o ingresso de mais dez membros à União Européia e contra a política econômica e social dos governos. Na França, isso ficou muito claro, pois se votou contra a presença de não-nacionais franceses ocupando setores do mercado de trabalho de indústrias francesas etc.

Eu poderia dizer que esses recados ocorreram também no Brasil. O povo quis demonstrar desconformidade com a ação do Governo Federal, com a sua

política de segurança pública, com sua ação administrativa. De alguma forma revelou seu inconformismo com os fatos ocorridos no Governo Federal com reverboração no Congresso Nacional que ensejaram a criação de três CPIs e provocaram o afastamento de ministros, de altos funcionários da administração federal, as renúncias de parlamentares e até já a cassação de parlamentar, nesta sessão legislativa.

Acho que o Governo deve estar atento. Não somente o Congresso Nacional, mas também o Poder Executivo Federal deve também escutar a voz do eleitor manifestada de forma silenciosa na urna eletrônica.

Portanto, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, o comparecimento foi alto, tendo em vista as circunstâncias em que se realizou a consulta. A abstenção ficou em torno dos 21%. Votos brancos e nulos tiveram uma percentagem baixíssima, somando apenas 3%. O povo ratificou a sua esperança na modernização de nossas instituições, no seu aperfeiçoamento.

Devo mencionar – e já concluo, Sr<sup>a</sup> Presidente – que essa questão da violência precisa de um foco mais preciso. O povo anda amedrontado. Ninguém pode deixar de reconhecer isso. As taxas de violência elevaram-se muito em nosso País.

Houve um escritor britânico, Harold Laski, autor de obra que li na minha adolescência – há muito tempo, portanto – intitulada **Reflexões Sobre Revolução dos Nossos Tempos\***, que foi um dos grandes líderes do trabalhismo britânico. Ele diz em seu livro, em certo momento: “O medo é inimigo do raciocínio”. A população está amedrontada pela elevada taxa de homicídios e de mortes violentas que têm ceifado inclusive jovens – isso é algo que nos entristece muito, porque os jovens são a esperança do País – e tem permitido que muitas pessoas sejam assaltadas, tenham suas residências invadidas, gerando constrangimentos graves para a vida do cidadão.

Precisamos dar mais foco à questão da segurança pública. Isso não quer dizer executar somente ações no plano policial, do Ministério Público, mas também no plano do Judiciário, tentando reduzir a impunidade que ainda é muito alta no País.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Pois não, ouço o nobre Líder Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Eu queria dizer que a análise de V. Ex<sup>a</sup> sobre o referendo é muito precisa. Eu fui um dos que votou “não”. No meu Estado, sem alarde, comecei a favor do “sim”, mas a força dos

argumentos me levou ao “não”. Mas não fiquei feliz por isso, porque, como pacifista, como pessoa que gosta da paz, seria melhor se não tivessem armas, mas o País não estava preparado, não era o momento, não era o **time**. Já apresentei nesta Casa um projeto para reduzir para 16 anos a penalização dos crimes. Não passou porque não era a hora. Hoje, a sociedade clama por isso. E já apresentei também um projeto para a prisão perpétua, que também não passou porque não era o **time**. Agora não era o *time* para termos feito esse plebiscito, pois o povo está inseguro. Como diz V. Ex<sup>a</sup>, a insegurança grassa dos altos rincões às grandes cidades. A análise de V. Ex<sup>a</sup> está perfeita e só posso me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> e dizer que realmente a Nação deu um grito – “NÃO!” –, não porque queira que as pessoas tenham revólveres, mas porque está se sentindo insegura. Muito obrigado.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Outras causas afetaram também esse desempenho, essa conduta da população, e, portanto, devemos ouvi-las.

Para encerrar, Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, além dessas medidas no campo da polícia, do Ministério Público e do Judiciário, precisamos também pensar em políticas públicas que venham a reduzir a violência. Considero importante, por exemplo, a adoção de medidas que aumentem a coesão social, envolvendo a primeira célula da sociedade que é a família.

Recordo-me de que o Presidente Reagan obteve muito sucesso na sua política de combate às drogas quando apelou para a família. Penso que devemos investir mais em educação, não somente em educação formal, mas em educação voltada para a cidadania; e investir mais também em políticas de geração de emprego e melhoria de renda; e, não menos importante, investir na mobilização da comunidade para que termos mais interação entre instituições públicas brasileiras – não somente o Poder Executivo e o Judiciário, mas também o Legislativo – e a sociedade, para reduzir a violência, uma vez que somos um povo vocacionado para a paz.

Poucos países têm uma tradição de paz como o Brasil, não somente na sua política externa. A última guerra em que nos envolvemos foi a Guerra do Paraguai. E isso há mais de 130 anos. Temos muitos vizinhos, e nos damos bem com todos eles, salvo no futebol.

Internamente, o povo brasileiro sempre procura resolver seus problemas pela conciliação e pelo entendimento. Se agora vivemos esses difíceis tempos, devemos perquirir as causas, que nem sempre estão

visíveis. Uma vez Saint-Exupéry disse que o essencial é invisível aos olhos. Reduzirmos a violência é essencial para integrarmos mais o País e realizarmos aquilo para o qual estamos vocacionados, que é o de ser uma Nação democrática, desenvolvida e justa. E, mais do que isso, uma Nação que venha a ter cada vez mais presença na sociedade internacional dos nossos tempos.

Enfim, o Brasil tem tudo para ser uma grande Nação neste século que se inicia. Nos albores dessa centúria, espero que possamos ter políticas que venham dar ao País o seu sonho, ou seja, para que o País não continue sendo, como disse certa feita Stefan Zweig, o “País do futuro”.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, seguindo a lista de oradores, o Senador Geraldo Mesquita.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PSOL – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente Senadora Serys Slhessarenko, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho cumprir o mais elementar de meus deveres como cidadão e como Parlamentar, o de dar explicações ao Senado e à opinião pública sobre a brutal e injusta acusação que me fez um repórter do **Jornal do Brasil** e, por conseguinte, o próprio **Jornal do Brasil**, valendo-se de conversas telefônicas havidas entre um ex-funcionário de meu escritório regional na cidade de Sena Madureira e a servidora que ali atua.

Antes de qualquer outra informação, dou conhecimento à Casa que, cientificado no dia 20 pelo jornalista autor da matéria, fiz enviar de Rio Branco, para onde fui em razão de compromissos políticos, fax ao eminente Senador João Alberto Souza, presidente do Conselho de Ética, pedindo a apuração dos fatos como prova do meu destemor nos termos em que o requerimento foi formulado e que reproduzo aqui:

Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Conselho de Ética do Senado Federal, muito digno Senador João Alberto Souza, tendo em vista a matéria veiculada no dia de hoje, 21 de outubro de 2005, pelo **Jornal do Brasil**, atribuindo a mim fatos que não correspondem à verdade, venho por essa via colocar-me à disposição desse Conselho e solicitar que no seu âmbito sejam

promovidas as investigações necessárias ao cabal esclarecimento dos fatos, tal é a certeza de que não cometi qualquer irregularidade ou ato que possa se constituir em quebra de decoro parlamentar.

Publicamente, desta tribuna, peço a S. Ex<sup>a</sup> apenas que promova a apuração dos fatos com isenção, convocando os ilustres membros do Conselho para que a ele me submeta, como manda o meu dever, a minha consciência, o meu caráter e minha formação moral. Também, publicamente, ofereço a quebra do meu sigilo bancário, cuja autorização já formalizei – estou aqui de posse do protocolo – para comprovação de que jamais recebi qualquer importância ou valor, além dos subsídios do Senado desde que assumi o mandato, com os quais, juntamente com pensão de minha esposa, vivemos eu e minha família.

A acusação que me foi feita pelo **Jornal do Brasil** é a de me apropriar mensalmente de 40% da remuneração dos servidores de meu gabinete. Por isso, estou pedindo ao Conselho de Ética que apure e desmascare essa absurda, inconseqüente e inconcebível afirmação, ouvindo os atuais e os ex-servidores do meu gabinete e ilustrando as declarações com o que constar dos extratos bancários de minhas contas correntes.

A prova que me foi trazida é a transcrição de uma gravação telefônica entre o ex-servidor Paulo dos Santos Freire, admitido em 27 de janeiro de 2004 e dispensado em 1º de fevereiro de 2005, e Maria das Dores Siqueira da Silva, responsável pelo escritório de Sena Madureira.

No primeiro diálogo, Paulo cobra a importância de R\$5 mil, quantia que teria sido descontada de seu salário e, textualmente, pede para ela conseguir “devolver parte desse dinheiro”. Ele ainda indaga se ela continua tirando do próprio salário para “pagar as coisas”. E a resposta – “É, daquele mesmo jeito.” – faz supor de que de seu salário também tenham sido descontadas quantias não especificadas. Embora na conversa gravada ela prometa que iria conversar comigo a respeito, asseguro que só o fez no início da semana passada, quando então solicitei que estivesse em Rio Branco dia 21/10, sexta-feira, na companhia do rapaz, para esclarecimento dos fatos.

No segundo diálogo, também do conhecimento público, a responsável pelo escritório, além de afirmar que eu “sabia de tudo”, ainda acrescenta que por várias vezes a cobrei, o que induz à crença de que a importância descontada do salário do seu subordinado

se destinava a mim e que ela justificava não ter feito, dizendo “eu dei um dinheirinho para o Paulo porque ele estava devendo”.

No mesmo dia em que tomei conhecimento da denúncia, ofereci ao jornalista que me deu ciência da gravação, a possibilidade de falar com a responsável por meu escritório que poderia lhe confirmar ou negar o que constava da transcrição que me foi apresentada – o que foi recusado pelo referido jornalista. Tivesse feito, saberia tratar-se de uma pessoa que se revelou fragilizada e que usou o meu nome na tentativa de se livrar de eventuais compromissos assumidos com quem lhe achacava.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tanto isso é verdade que, no dia 21 de outubro último, quando me avistei com a Doris em Rio Branco, consultei sobre por que havia omitido fato dessa relevância por tanto tempo. Ouvi dela, como resposta, que assim agiu por temer ser demitida, preferindo tentar resolver a questão por conta própria.

O certo é que só há uma e única versão verdadeira para os fatos denunciados. Nos Municípios onde temos escritório ou alguma representação, há servidores designados, aos quais, como no caso de Sena Madureira, sempre concedi autonomia e ampla liberdade de gestão. No estado, as pessoas à disposição do meu gabinete se ligam a mim por laços políticos e partidários. São militantes com os quais estabeleci estreita solidariedade no cumprimento das tarefas que nos cabe implementar. Entretanto, jamais chegou ao meu conhecimento que houvesse a imposição de quotas, limites ou a fixação de quaisquer importâncias que pudessem caracterizar contribuições sistemáticas. Tanto que a única reclamação é a que acaba de ser feita por esse ex-servidor denunciante, sem que jamais tivesse chegado a meu conhecimento. Se houvesse abuso ou práticas que caracterizassem a habitualidade de cotização para custeio de despesas de que tivesse ciência, teria tomado as providências cabíveis, fazendo cessá-las e, se fosse o caso, indenizando o prejuízo de quem o reclamasse. Até hoje ignoro por que o denunciante nunca me procurou, pois é notória a minha presença sempre que visito Sena Madureira, um belo Município do meu Estado, talvez o que eu mais visite quando estou no Acre.

É possível que mesmo essas cautelas tenham sido insuficientes para evitar a denúncia, a que respondendo, desde logo, com estes esclarecimentos e com os que aduzirei quantas vezes sejam requeridas, se necessário até mesmo à exaustão, tanto perante o meu

Partido quanto na investigação por mim requerida ao Conselho de Ética.

Não pedi, não impus, não recomendei e nunca utilizei a prática de que sou acusado. Se o fizesse, seria indigno não só de meu mandato e de minha profissão, como também da confiança de meus conterrâneos e de minha família. Nego, e nego com veemência e com convicção, o desvio ético de que sou acusado, embora, caso tenha havido abuso de confiança praticado por qualquer preposto meu, encarregado dos escritórios locais, não hesite em assumi-lo, por sempre ter agido com boa-fé, sem prevenções e de acordo, repito, com a minha formação moral e a conduta correta que sempre prezei e da qual me orgulho como maior patrimônio.

Os fatos estão postos. Há uma leviana acusação de que me aproprio de certo percentual do salário dos meus servidores. De minha parte nego veementemente tal acusação e vou provar a sua improcedência. Tenho tranquilidade com relação a isso.

Não poderia deixar de mostrar a esta Casa e ao povo brasileiro, entretanto, a relação que tal denúncia tem com o embate que venho travando com as forças políticas que dão sustentação ao atual Governo do meu Estado e ao Governo Federal. Nada aqui é mera coincidência.

A partir do momento em que comecei a apontar os desvios ideológicos, políticos e administrativos, protagonizados pelo Governo do meu Estado e pelo Governo do Presidente Lula, que me levaram a romper com ambos, venho sendo alvo de agressões e ofensas pessoais e de tentativas solertes de desmoralização. O objetivo é fragilizar-me e tirar-me do debate. Já disse mais de uma vez e repito: Não me intimidarão!

Afirmo sem medo de errar, Senadora Serys, que pessoas ligadas ao Governo do meu Estado aparelharam e instruíram o atual denunciante e fizeram contato com o **Jornal do Brasil**. O ato leviano ocorre exatamente no momento em que tenho feito as críticas mais contundentes à atual administração.

Vejamos algumas só para ilustrar: fui um dos que apontaram as graves irregularidades no contrato que o Governo do Estado firmou com a agência de publicidade chamada ASA, que tem relações com a de Marcos Valério. As irregularidades são tão gritantes que o Ministério Público determinou o seu cancelamento.

Mais ainda: tenho chamado atenção para as gravíssimas irregularidades praticadas em grandes obras realizadas ou em curso no Estado do Acre. As licita-

ções estão sendo viciadas e os pagamentos são superfaturados. E a fonte das informações é oficial: nada menos que o Tribunal de Contas da União. As obras são a construção do Centro Olímpico de Rio Branco, a construção da ponte que liga o Acre a países vizinhos e trechos da BR-364.

Mais ainda: juntamente com outras forças políticas, recentemente, consegui trazer a público o fracasso dos projetos de manejo de madeira patrocinados pelo Governo do meu Estado, o chamado Governo da Floresta, que são executados com base na exploração das populações tradicionais, a exemplo do que ocorre nos projetos Antimari e Cachoeira.

Tenho combatido com ardor o projeto de gestão de florestas públicas que se encontra nesta Casa, por entendê-lo entreguista e lesivo aos interesses do povo brasileiro, especialmente o da Amazônia.

Meu posicionamento público e responsável acerca de tais questões, dentre outras, tem deixado irados os representantes do Governo do meu Estado, que anunciaram o propósito de me destruir. Como disse de outra feita, não duvidem de que, em breve, meu nome esteja relacionado a algum crime grosseiro ou que uma batida policial localize droga plantada no meu carro. Tenho consciência de que estou lidando com gente perigosa, verdadeiros sociopatas, e peço a Deus, todos os dias, que me proteja do mal que essas pessoas podem-me fazer.

A matéria do **Jornal do Brasil** foi urdida e encomendada para proporcionar o sensacionalismo que causou. A partir de um fato localizado e que não chegara ao meu conhecimento, o autor da matéria, de forma leviana e irresponsável, afirmou que me aproprio de parte do salário de meus funcionários. Se estivesse, de fato, em busca da verdade, teria inquirido os funcionários do meu gabinete. Essa seria, no mínimo, uma providência recomendável para um jornalista que se diz investigativo. Ele esteve lá no último dia 20 e foi-lhe oferecida, inclusive, essa possibilidade, que recusou. Não o fez porque seu interesse insuspeito era produzir o que lhe foi encomendado: sensacionalismo irresponsável e linchamento público de um Parlamentar.

Sr<sup>a</sup> Presidente, agradeço-lhe o tempo concedido para que eu pudesse fazer este pronunciamento.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

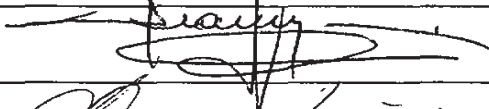
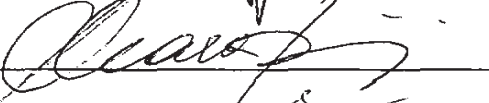
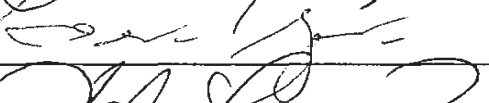
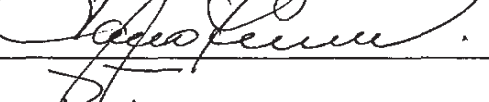
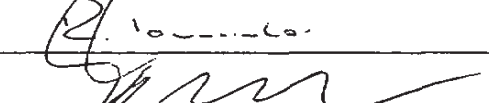

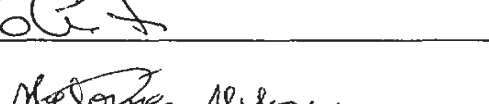
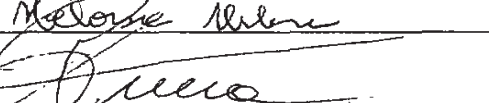
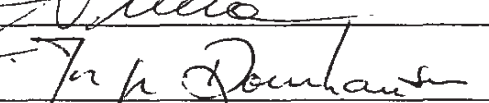
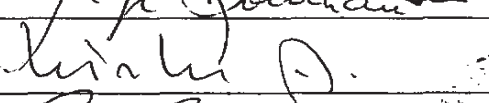
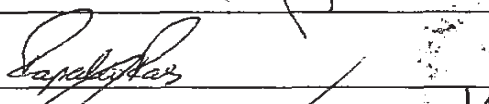
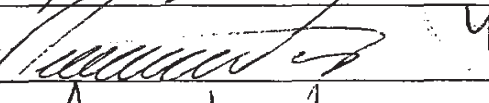
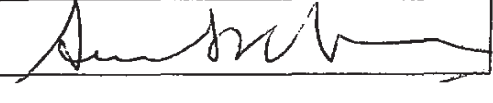

É lido o seguinte:

## SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1174, DE 2005

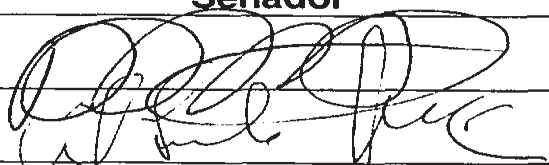

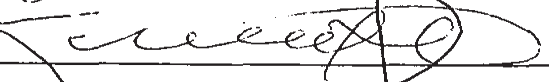


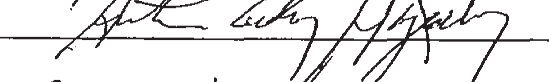
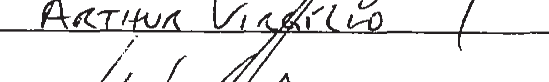



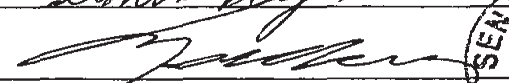



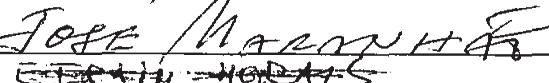

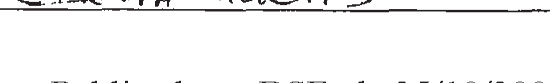

Requeremos, nos termos do artigo 152 do Regimento Interno do Senado Federal, prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, até o dia 25 de abril de 2006, bem assim o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para funcionamento da CPI.

Sala das sessões, em 24 de outubro de 2005.

Senador	Assinatura
EFRAIM MORIM ALMEIDA LIMA	
ALVARO DIAS	
EDUARDO AZEVEDO	
Fasso Jereissati	
RODOLFO TOURINHO	
JUENECIA SOUSA	
Jana Janyie	
HELOISA HELENA	
ROMEO TUMI	
JORGE BORNHAUSEN	
CRISTINA MACHADO	
Sapichas	
ALTON FREITAS	
Sérgio Cavalcanti	



(Continuação do Requerimento nº 1.174, de 2005, com o seguinte enunciado: Requeremos, nos termos do artigo 152 do Regimento Interno do Senado Federal, prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 245, de 2004, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, até o dia 25 de abril de 2006, bem assim o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para funcionamento da CPI.)

Senador	Assinatura
	AUGUSTO BOTELHO
	GILBERTO MESQUITA
	PEDRO SIMON
	GARIBALDI ALVES
	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
	ANTENOR PAES DE BARROS
	ARTHUR VIRGÍLIO
	JOSÉ ARRIMAD
	RAMON TEÓFILO
	CÉSAR BORGES
GILBERTO GOELLNER	
	ELOBAS
	
	
	

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento será publicado para que produza os devidos fins.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.175 DE 2005**

**Requer Voto de Aplauso à ginasta Daiane dos Santos, pela conquista da Copa do Mundo de Ginástica Artística, categoria solo, no dia 22 de outubro de 2005, em Stuttgart, Alemanha.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplausos à ginasta Daiane dos Santos, pela conquista da Medalha de Ouro, categoria solo, na disputa da Copa do Mundo de Ginástica Artística, em Stuttgart, Alemanha.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e da Confederação Brasileira de Ginástica.

#### **Justificação**

Ao som do Brasileirinho, a nossa maior ginasta artística, Daiane dos Santos, voltou a brilhar no cenário esportivo do mundo. No sábado, 22 de outubro de 2005, ela conquistou a Copa do Mundo de Ginástica Artística, categoria solo, em Stuttgart, Alemanha. Essa é a quinta Medalha de Ouro que a ginasta conquista em competições internacionais. Assim, a homenagem que ora formulo justifica-se, pelo que solicito sua aprovação.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2005 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

#### **REQUERIMENTO Nº 1.176, 2005**

**Requer Voto de Aplauso à ginasta Laís Souza, pela conquista da Medalha de Ouro, categoria Salto sobre o Cavalo, na Copa do Mundo de Ginástica Artística, no dia 22 de outubro de 2005 em Stuttgart, Alemanha.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à ginasta Laís Souza, pela conquista da Medalha de Ouro, categoria Salto sobre Cavalo, na disputa da

Copa do Mundo de Ginástica Artística, em Stuttgart, Alemanha.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e da Confederação Brasileira de Ginástica.

#### **Justificação**

Ao conquistar a Medalha de Ouro na categoria Salto sobre Cavalo, na Copa do Mundo de Ginástica Artística em Stuttgart, Alemanha, a ginasta brasileira eleva o nome do País no cenário esportivo mundial. Foi no sábado, 22 de outubro de 2005, pelo que se justifica a homenagem que ora formulo ao Senado da República.

Sala das Sessões 24 de outubro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.177 DE 2005**

Senhor Presidente,

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário, Sessão Especial pela passagem do centenário de nascimento de Afonso Arinos de Meio Franco, a transcorrer no dia 27 do próximo mês de novembro.

#### **Justificação**

Afonso Arinos de Meio Franco nasceu em Belo Horizonte, pertencente a ilustres famílias das Altos: pelo lado paterno, era neto de Virgílio de Meio Franco, Deputado Provincial do Império e Senador Estadual em Minas; pelo lado materno, seu avô era Cesário Alvim, Presidente da Província do Rio de Janeiro, tendo governado o Estado de Minas Gerais.

É a homenagem um preito de reconhecimento à sua estudante vida pública pelo, entre tantas e destacadas funções, exercício de três mandatos sucessivos de Deputado Federal e duas vezes Senador da República. Foi Ministro das Relações Exteriores, Constituinte de 1987, Professor, Escritor e Membro da Academia Brasileira de Letras.

Casado com Ana Guilhermina (Anah) Rodrigues Alves Pereira, neta do Ex-presidente da República Rodrigues Alves, de cuja união nasceram dois filhos: Afonso Arinos de Melo Franco Filho, que exerceu o cargo de Deputado Federal pelo Estado da Guanabara e Embaixador do Brasil na Bolívia, atualmente pertence também à Academia Brasileira de Letras; e Francisco de Meio Franco, que tem exercido vários cargos públicos, destacando-se o de Secretário de Estado no Rio de Janeiro.

Saia das Sessões, 24 de outubro de 2005.

Handwritten signatures and notes, including names like Jui Tarnes, Quorfe, Tião Viana, and others, some with dates like 20/10/05.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela inscrição, ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, acabamos de ouvir as explicações do Senador que me antecedeu sobre denúncia de ilicitude, praticada por ele, de apropriação indevida de recursos públicos dados aos seus servidores.

Ouvi, com atenção, o seu pronunciamento. Inicialmente, foi uma explicação voltada para o fato em

si e, posteriormente, houve a reiteração daquilo que faz seguidamente no plenário do Senado Federal e por onde passa: acusações à honra e à dignidade do Governo do Estado do Acre. Eu disse a meus amigos, colegas Senadores, que sempre me indagavam sobre esses acontecimentos: “Ouvirei por cem vezes. A partir daí, a paciência ter-se-á exaurido e será hora de uma resposta sincera e à altura das responsabilidades éticas que também devo ter no exercício do meu mandato.”

Hoje, por coincidência, li o livro **Pentateuco**, a história da formação dos povos cristãos, do Velho Testamento, e que é parte do pensamento religioso da Torá, onde estão expressos os cinco primeiros livros da vida cristã. Diz ele: “Aquilo que queres que façam a ti, fazas também aos outros.”

Infelizmente, o orador que me antecedeu apresenta uma confusão psicológica. Ele diz que é perseguido e acusado, mas, em toda oportunidade que tem, viajando pelos quatro cantos do Estado do Acre, agride a minha honra e dignidade, as do Governador Jorge Viana, da Ministra Marina Silva e dos Partidos que ajudaram a elegê-lo. Fico muito surpreso com isso, porque não saiu da minha boca o testemunho que corria no plenário do Senado Federal de que ele dizia que só estava aqui porque nós o tínhamos ajudado e feito sua eleição. De repente, iniciou-se um processo de ódio progressivo.

Por quantas vezes testemunhei, Srª Presidente, naquele Estado, o seu choro copioso de eterna gratidão, dizendo que só queria uma oportunidade na vida para poder retribuir a confiança e o respeito que a Frente Popular estava-lhe dando. Dizia que nem merecia aquilo e que só queria uma oportunidade. Pensava que nunca ia ganhar a eleição, mas tinha o dever de ser eternamente grato, porque esse era o projeto com que sonhava e no qual acreditava, para o bem do desenvolvimento socioeconômico do Estado do Acre. Em seguida, começou um processo gradativo de tensionamento, de discordância e de ataques ao Governo do Estado e, mais ainda, ao Presidente Lula.

Ele, hoje, é o grande inquiridor na CPI dos Bingos, onde uma pessoa não pode olhar para o lado que a acusação feita ao Governo é violentíssima, com adjetivações e predicados os mais diversos. A palavra “imundos” é corriqueira no seu vocabulário contra a honra e a dignidade deste Governo.

Ele dizia que queria apenas ter a chance de ser um chofer do projeto do Presidente Lula; que deitava no chão para o Presidente da República passar enquanto estivesse vivo. De repente, tudo foi virado, o mundo ficou de cabeça para baixo aos seus olhos e na sua interpretação. Agora, acusado por um jornal

legitimado na vida da notícia brasileira, ele, mais uma vez, além de acusar o jornalista, acusa o Governo como seu algoz.

Todo o povo do Acre é testemunha das agressões diárias e permanentes, do violento ataque à honra do Governo por parte do Senador que me antecedeu. Aí, fico indagando: por que isso? O mal maior que fizemos a essa pessoa foi a sua eleição. Ele chegou a dizer que o mandato não lhe pertencia; que o colocava à disposição; que precisava de ajuda porque não estava bem no exercício do mandato e que queria a minha ajuda e a do Governador. De repente, transforma-se nisso.

Na última eleição, Sr<sup>a</sup> Presidente, o Senador que me antecedeu procurou um Líder da Casa e disse-lhe: “Vou provar ao Senador Tião Viana e ao Governador Jorge Viana que lhes sou leal e que não sou o traidor que pensam que sou.”. Mas continuou no ódio e na agressão, e, agora, num caso especificamente seu, de denúncia contra ele e a dignidade do seu mandato, transfere a responsabilidade para nós, mais uma vez.

Não dá para entender esse tipo de comportamento, que se desvia da coerência, da lógica, do entendimento da realidade e agride gratuitamente pessoas que não merecem. Não foi de mim que saiu a declaração sobre as lições de vida que ele estava tendo durante a campanha – dentro dos aviões e dos carros –, sobre o que era um debate político feito com dignidade, sem agressão, respeitando um projeto de desenvolvimento, sentado ao lado de pessoas que S. Ex<sup>a</sup> julgava de bem, da Igreja, do movimento católico do meu Estado, do movimento cristão do meu Estado. O respeito era absoluto.

Sr<sup>a</sup> Presidente, o Senador foi chefe de gabinete do Governador por vários anos e, mesmo assim, não consegue apresentar uma prova daquela convivência. Como é que depois que sai, agora de longe, fica toda semana tentando montar dossiê de fatos atuais para enviar ao Ministério Público, contra a dignidade do Governador? Conviveu anos, defendendo e dizendo que aquilo era o mais importante. E nós o tratamos com a mão estendida do respeito e da coerência. Então, vai entender esse tipo de atitude.

Só registro ao Plenário do Senado Federal que a Senadora Heloísa Helena teve a responsabilidade política de encaminhar o caso à Comissão de Ética. O caso é mais grave do que o que foi dito aqui. Será devidamente apurado e as responsabilidades serão colocadas a quem de direito. É um caso grave, muito mais grave do que o que foi dito aqui, e as responsabilidades serão colocadas a quem de direito.

Era o que tinha a dizer. Só espero que haja um entendimento por parte do Senador que me antecedeu,

a partir de hoje, depois de pelo menos cem ataques feitos gratuitamente ao Governador e à Ministra Marina. Esta, como única resposta, quando perguntaram o que iria fazer com tanto ataque, respondeu que dava a outra face. Os ataques a ela se deram, por exemplo, até no mercado público, onde se ouvia: “esse pessoal do PT não deixa derrubar uma árvore”, e na tribuna desta Casa o Senador dizia que se tratava de um projeto de devastação e perda da nacionalidade ecológica.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Então, a Ministra Marina, quando perguntada sobre o iria dizer desses ataques, disse: dou a outra face. É esse procedimento que temos tido. Agora, infelizmente, o limite da compreensão não tem sido suficiente para que o Senador que me antecedeu tenha divergências. Suponhamos que S. Ex<sup>a</sup> tenha se decepcionado com o nosso projeto, não acreditando mais, tendo mudado seu enfoque sobre desenvolvimento sustentável e ética na política, mas poderia ter preservado o respeito e a dignidade das pessoas e dito que agora o curso do debate nacional e do projeto é diferente. Agora, acusações levianas, desprovidas de ética, de responsabilidade moral não cabem mais.

Já ouvi as vezes que tinha de ouvir e agora darei as respostas – e tenho todas as respostas que são necessárias para o Senador que me antecedeu. Estou apenas começando, alertando que os fatos justificados aqui não são bem assim e o fato é muito grave, conforme me expressou o jornalista.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr<sup>a</sup> Presidente, peço a minha inscrição pela Liderança do PT.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela Liderança do PT, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, por cinco minutos. Logo após, falará o Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, fui tomado de surpresa ao ouvir o pronunciamento ainda há pouco proferido pelo Senador do meu Estado, Geraldo Mesquita. Tenho dito da tribuna do Senado que detesto tratar de questões domésticas, ainda mais quando se trata de um debate dessa natureza e em que a pessoa não está presente. Mas, como foi feita uma fala pública, somos obrigados a vir aqui. Ia apartear o Senador Tião Viana, mas achei melhor vir à tribuna, pois terei mais tempo para discorrer melhor sobre nosso pensamento.

Não sei se o Senador Tião Viana lembrou que o pai do Senador Geraldo Mesquita foi governador nomeado no período da Ditadura Militar. Mas, no mo-

mento em que formamos a Frente Popular do Acre, em 1990, para a eleição de Jorge Viana para Governador – naquela época, foi o primeiro Estado brasileiro em que o PT foi para o segundo turno –, o PSB, Partido do Senador, estava conosco. De lá até então, estamos juntos. Jamais tivemos problemas. Juntos, em 2002, fizemos um trabalho muito forte para a reeleição do Governador e da Senadora Marina Silva. Por conseguinte, é claro, acabou conseguindo eleger a terceira cadeira para o Senado, que é a do Senador Geraldo Mesquita.

Vivíamos, até aí, muito bem. Como disse o Senador Tião Viana, S. Ex<sup>a</sup> era Secretário do Gabinete Civil do Governador Jorge Viana. Pessoa dedicada – neste ponto, não há nenhum retoque a fazer –, trabalhador, atento a suas obrigações. Mas, ao chegar ao Senado Federal, mudou de opinião com relação a nós. E nós o respeitamos. Eu o respeito. Qualquer colega que mudar de opinião política tem todo o nosso respeito. O estranho é que, de uma hora para outra, mudou o discurso, Sr<sup>a</sup> Presidente. Eu não consigo entender que havia esses conceitos que foram proferidos pelo Senador Geraldo Mesquita contra nós. Eu não posso entender que, de uma hora para outra, tão rapidamente, S. Ex<sup>a</sup> externe um ódio, um rancor, uma virulência tão forte como a que acabamos de ouvir.

E S. Ex<sup>a</sup> vem tentando, paulatinamente, relacionar coisas do Estado do Acre, não sei se é com observância para colocar mais um Estado – no Acre o PT tem uma presença muito importante na sociedade – no rol dos problemas que vive hoje a nossa sigla em nível nacional, não sei se faz parte de uma pré-campanha para o ano que vem, ou o que seja, não sei explicar, Sr<sup>a</sup> Presidente, e nem me interessaria se eu soubesse. O que interessa aqui é que tão logo S. Ex<sup>a</sup> toque no nome da forma que foi feita, da forma que estamos sendo tratados, não vamos deixar de graça.

Neste caso, vamos lembrar o que se passa. Na campanha municipal do ano passado – eu sou testemunha também de que este dito Senador chegava em municípios para fazer campanha, dizendo que os trabalhadores rurais, os agricultores do Estado do Acre estavam passando necessidades porque não podiam desmatar e que a Ministra Marina Silva era responsável por isso. E repetia isso em todos os lugares. Depois, passou a dizer que tudo quanto não presta na política nacional é atribuído ao Presidente da República, ligado ao nosso Partido. Agora tenta colocar a todo custo problemas do nosso Estado que só na cabeça dele existe, para justificar seus problemas, que eu não sei de que ordem são. Desconheço quais são os verdadeiros problemas, não sei se são políticos – se for esse o caso, S. Ex<sup>a</sup> deve declarar. Se quer ser candidato a Gover-

nador, terá oportunidade. Vamos subir ao palanque e vamos debater. Vamos debater a economia do nosso Estado, vamos debater a história do Acre.

Certa vez S. Ex<sup>a</sup> subiu aqui para dizer que tinha vergonha do passado do Acre. Aí eu pergunto: qual é a vergonha do passado? O passado que eu conheço lá é o do Hidelbrando Pascoal, quando se serrava com motosserra. É a esse passado que S. Ex<sup>a</sup> quer voltar? Quando se matava seringueiro derrubando pingos de borracha queimada em suas costas? É esse o passado que S. Ex<sup>a</sup> quer? Eu não sei qual é o passado. Esse debate aqui está muito malfeito.

Quanto à denúncia feita contra o Senador, S. Ex<sup>a</sup> terá oportunidade de se justificar. Terá oportunidade de ir até ao Conselho de Ética se justificar e pode muito bem se justificar e até nos convencer de que tem razão. Agora, trazer um problema do Estado para justificar um problema pessoal dele é inaceitável! É inaceitável, e não vamos concordar.

Portanto, quero dizer aqui, Sr<sup>a</sup> Presidente, que o que ocorre em nosso Estado quanto ao manejo sustentável de nossa floresta está lá para quem quiser ver. O projeto Antimari existe desde 1988, financiado pelo Governo japonês. As principais universidades do País têm acesso àquela pesquisa. Pode ir lá dar uma olhada.

Certa vez S. Ex<sup>a</sup> quis fazer *show* aqui na CCJ, quis fazer *show* aqui neste plenário. Isso é inaceitável! Portanto, quero dizer que, de nossa parte, o povo pode aqui ficar tranqüilo: está aberto, escancarado o nosso modelo de governar, o nosso modelo de gerenciar o Estado, o nosso modelo de fazer política. Tanto é assim que a nossa aliança política existe desde 1990 com os mesmos Partidos, salvo o PSDB, que esteve conosco em 1992, em 1998 e que agora não está mais. Isso é um direito partidário. Os demais estão todos juntos.

Portanto, Sr<sup>a</sup> Presidente, a amargura, os problemas, a decepção fundamental do Senador Geraldo Mesquita eu desconheço e, se soubesse, não me interessaria falar aqui sobre isso. O que não posso aceitar é que também um assunto dessa natureza seja tratado da tribuna do Senado, querendo justificar um problema que é assunto pessoal dele, do seu assessor. S. Ex<sup>a</sup> que resolva e se explique ao Conselho de Ética.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Sery Silhessarenko. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho. Imediatamente após, falará o Senador Ney Suassuna.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente Senadora Serys Silhessarenko, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago um problema que preocupa a

todos os Municípios da minha terra, da Bahia, e também a todos os Municípios do Brasil: a situação financeira delicada e problemática pela qual passam muitos Municípios hoje no País, fruto de várias ações do próprio Governo Federal, de coisas que foram feitas ao longo de muito tempo, de políticas econômicas que não atenderam aos Municípios, tornando-os mais frágeis.

Trago aqui uma reportagem feita neste fim de semana pelo Jornal **A Tarde**, da Bahia, que diz: “Prefeituras ameaçam não pagar o 13º salário”, o que é uma coisa extremamente grave. Isso foi levado pela União dos Municípios da Bahia – UPB (a sigla corresponde ao antigo nome: União das Prefeituras da Bahia) anotando todos esses pontos a que temos, aliás, nos referido sempre aqui e que precisam ser modificados.

Diz a UPB que a crise financeira atingiu o seu ponto mais alto. O problema é mais grave nas prefeituras menos desenvolvidas e cuja população, além de pequena, vive em grande parte no meio rural. Nessas localidades, a possibilidade de arrecadação de receitas próprias – todos sabemos – é muito reduzida, uma vez que tanto o Imposto Predial e Territorial Urbano, o IPTU, quanto o Imposto Sobre Serviços, o ISS, são muito difíceis ou impossíveis de serem cobrados nessas Prefeituras. Nestes casos, então, o Fundo de Participação dos Municípios passa a ter uma importância muito grande e passa a ser praticamente a única fonte de renda municipal.

A situação é tão delicada na Bahia, e tenho certeza de que é a mesma situação no Brasil, que cerca de 84% das prefeituras baianas, ou seja, 350 Municípios já reconhecem que enfrentarão dificuldades para honrar o 13º salário dos seus funcionários. Em praticamente todos esses municípios citados, o FPM é praticamente a fonte principal de receita do Estado e que tem ficado muito aquém das necessidades locais. Ela pode, em um ano ou em outro, ter tido algum crescimento real. Mas, na verdade, ao longo dos últimos anos, não é somente neste Governo, mas desde o outro Governo, desde outros Governos, o que acontece é que foi modificado aquele espírito que havia na Constituição de 1988 de se repassar uma série de atribuições para os Municípios, mas também de se passar para os Municípios, assim como para Estados, as receitas correspondentes.

E, ao longo desse tempo, as receitas compartilhadas, que são as que vão para os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, se reduziram tremendamente. Elas representavam cerca de 80% da arrecadação total da Receita Federal, e, hoje, está reduzida a 44%. Ou seja, ao longo desses últimos anos, a partir do fim dos anos oitenta, os Municípios e os Estados passaram a receber, em termos reais, e daquilo

que havia sido programado e montado dentro da própria Constituição, cada vez menos. Por quê? Porque todo o benefício que o Governo Federal tem que dar acaba sendo por meio do IPI ou do Imposto de Renda, porque são os impostos que ele só tem metade. Então ele faz toda uma política tributária em cima desses impostos. Com isso, verificamos um imenso crescimento das contribuições sociais, do PIS, do Confins, um crescimento muito maior do que se pode imaginar como razoável, sendo o grande fator de crescimento da carga tributária neste País, tornando impossível a vida dos empresários, a vida dos consumidores, a vida da população e, de uma forma indireta, atingindo também Municípios e Estados, fazendo uma imensa centralização de recursos nas mãos do Governo Federal, que não retornam às suas bases, não retornam para onde são arrecadados, inclusive face a todo o contingenciamento que o Governo Federal vem fazendo, ao longo de muito tempo, na aplicação desses recursos, inclusive para os recursos essenciais. Podemos lembrar o caso hoje da aftosa. Não se pode atribuir a culpa somente aos fazendeiros. A culpa pertence também, e muito, à fiscalização que não foi feita pelo Governo Federal, por contenção de recursos. À medida que essa política se mantém, cada vez mais se tem um estrangulamento financeiro que acaba por atingir os Municípios.

Existe um segundo ponto: a questão das dívidas dos Municípios junto ao INSS. Essas dívidas têm sido acrescidas em muito pelo indexador que foi adotado, a taxa Selic, que não é para isso. A taxa Selic tem muito a ver com o mercado, com a colocação de títulos pelo Governo, ela tem a ver com a política monetária restritiva, ela tem a ver também com a questão do superávit primário, ela tem a ver com a questão de você administrar a inflação. Então, ela não pode ser indexador para contratos de longo prazo, como são os contratos dos Municípios com o Governo Federal. Então, o correto é que seja TJLP. Isso, aliás, estava previsto na 252, na chamada Medida do Bem, que depois foi retirado e que precisa voltar. Precisa voltar nessa medida provisória que deve ser analisada esta semana. Precisa voltar essa renegociação dos Municípios. Permitir aos Municípios renegociar com o INSS, mas não nessa taxa, não nesse indexador. Precisamos alterar esse indexador, pois, caso contrário, pouco adiantará para os Municípios, porque se faz o corte hoje para se fazer a projeção, para se fazer uma re-pactuação, mas o problema vai continuar, porque eles não podem ficar pagando uma taxa corrigida hoje em 19%. Aí é muito, e você vai crescendo todo esse principal e torna impossível o pagamento disso.

Para piorar a situação, quando nos referimos a essa questão do décimo terceiro, há normalmente

uma queda até setembro e depois uma recuperação no FPM; mas, ao que parece, segundo essa previsão da União dos Prefeitos da Bahia, a queda do repasse, que atingiu até 33%, não será recuperada até o fim do ano. E preocupa mais em relação a essa questão do INSS, porque temos que dar um prazo maior para parcelamento, temos que incluir na MP do Bem. Mas se existem outros aspectos que devem ser considerados, e me referiria a um deles que também depende muito da Câmara dos Deputados, hoje, que seria a aprovação da reforma tributária.

Dentro do bojo da reforma tributária, e que já tratamos tanto desse assunto aqui, temos pelo menos dois pontos muito importantes. Primeiro, a questão da unificação do ICMS, da simplificação. Olhando desse lado, de um sistema, além de simplificado, mais racional. Mas, do outro lado, ali dentro da reforma tributária, tratamos também da questão dos Municípios, quando ficou estabelecido que haveria um acréscimo de 1% do Fundo de Participação dos Municípios para ser dividido entre todos eles. Mas isso não foi aprovado até hoje.

Entendo que o Governo precisa se mover, inicialmente, nessa questão. Os Estados estariam dispostos, tenho convicção disso, a apoiar a consecução dessa reforma, mas é preciso que o Governo reconheça que tem que fazer os aportes ao Fundo de Desenvolvimento Regional, que, inclusive, beneficiarão também os Municípios.

Quero também lembrar que, na semana passada, chamamos a atenção aqui – o Senador José Agripino também chamou a atenção – sobre o que ocorreu com a recuperação de alguns programas do Governo Federal, do PAS e do Refis, em que foram arrecadados cerca de R\$6 bilhões. Dentro desses valores arrecadados, mais de R\$1 bilhão pertencem a Estados e Municípios, pertencem ao Fundo de Participação, porque se trata de Imposto de Renda e de IPI. E, apesar de o Tribunal de Contas da União ter reconhecido, analisado e mandado pagar, o Governo Federal não o fez.

Entendo que a imediata alocação desses recursos para os Municípios – R\$1 bilhão – seguramente iria resolver, ou resolver em boa parte, esse problema do décimo terceiro salário. Não dá para entender por que razão o Governo Federal, neste momento de tanta crise para os Municípios, o que afeta tremendamente toda a população, não toma essa medida. É uma medida essencial, absolutamente legal, cujo cumprimento já foi determinado pelo Tribunal de Contas da União. Então, nada mais justo que a parte devida aos Municípios, que talvez vivem a sua pior crise financeira, seja paga de imediato.

Para terminar, Sr<sup>a</sup> Presidente, faço um apelo ao Senador Amir Lando, Relator da Medida Provisória nº

255, no sentido de voltar a colocar a questão do refinanciamento das prefeituras junto ao INSS, passando para um prazo de 240 meses e com uma taxa de juros, um indexador, que permita que elas paguem, pois, no fundo, é isto que elas querem fazer: pagar. No entanto, precisam ter condições para isso.

Agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup> e entendo que, neste momento, esta Casa deve unir-se para resolver o problema dos Municípios que, repito, é muito grave. Nunca foi tão grave.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, assomo a esta tribuna para falar sobre uma viagem que fiz na semana passada, mais precisamente na terça-feira próxima passada, aos Estados Unidos da América, presidindo a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal – Câmara e Senado. Não tendo sido possível a ida do nosso Presidente, Senador Marcelo Crivella, nessa missão, fui presidindo a Comissão ao lado do Deputado Hidekazu Takayama\*; do Deputado Geraldo Thadeu\*, de Minas Gerais; do Deputado João Magno, Relator da CPMI; o Deputado Fraga, do Espírito Santo; e do Deputado Dr. Heleno, do Estado do Rio de Janeiro.

Nas cidades dos Estados Unidos, mais precisamente em Boston, Malboro, Framingham\*, em todo o Estado de Massachussets, vi pessoas contentes, felizes, satisfeitas com a situação em que vivem, e vi pessoas tristes, amarguradas e sendo deportadas.

Visitamos um presídio na capital de Massachussets, em Boston. No momento em que chegamos, lá havia cinco brasileiros na sala de espera para serem deportados e mais 12 – eram 17 ao todo – aguardando o trâmite da documentação para serem deportados.

Muitos até diziam que não queriam ficar mais, mesmo que os advogados, as autoridades brasileiras ou o consulado brasileiro em Boston conseguissem as suas permanências. Eles diziam que não gostariam de permanecer mais, porque já viviam presos, mesmo fora do presídio, sem muita liberdade e sem documentação.

O trabalho dessa CPMI é justamente para facilitar a vida dos brasileiros que lá estão. Aqueles que querem vir embora que venham, mas aqueles que lá querem ficar que possam permanecer numa situação mais digna do que a de hoje, em que a grande maioria não tem documentação. São poucos os documenta-

dos. Eles chamam aqueles que não têm documentos de “indocumentados” e são a grande maioria.

Eu sei, Sr<sup>a</sup> Presidente, que Mato Grosso, o Estado de V. Ex<sup>a</sup>, também tem emigrantes nos Estados Unidos, assim como há muita gente do meu Estado de Rondônia, que é um Estado jovem. Naqueles três dias em que lá permaneci, encontrei mais de dez pessoas do meu Estado, de cidades do interior e da capital; encontrei gente de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul. De Minas Gerais, não é preciso nem falar – mais de 50% das pessoas que emigraram do Brasil para os Estados Unidos são de Minas Gerais. Boa parcela também é do Espírito Santo, e o restante está distribuído pelos demais Estados brasileiros.

No início, o Presidente desta CPMI foi o Senador Hélio Costa, que teve de se desligar por ter assumido o Ministério das Comunicações. Posteriormente, assumiu a presidência o Senador Marcelo Crivella, que era o vice-presidente; deixou vago o cargo, e assumi, então, a vice-presidência da CPMI.

É um trabalho interessante porque já surtiu efeito. Hoje, os consulados brasileiros, nos Estados mais procurados pelos emigrantes, já reforçaram sua estrutura, como Texas e Massachusetts. Havia consulados com apenas três funcionários e hoje já têm de 15 a 20 funcionários trabalhando. A demanda é muito grande.

Durante a viagem, realizamos algumas reuniões e visitas a prefeitos. Tivemos um encontro muito bom com o Senador Ted Kennedy\*, um defensor dos emigrantes não só brasileiros, mas de outros países também, que sempre teve um bom relacionamento com os emigrantes. Essa reunião foi, talvez, o ponto mais alto da nossa visita. S. Ex<sup>a</sup> deu entrada em um projeto no Congresso americano, regulamentando a situação dos brasileiros que vivem nos Estados Unidos, documentando aqueles que não têm documento algum por três anos, prorrogáveis por mais três. Isso daria, com certeza, um alento maior às famílias, às pessoas que lá vivem. Esse projeto recentemente foi fundido com mais dois projetos de outros parlamentares americanos, passando a ser um projeto não apenas do Partido Democrata – que é o Partido do Senador Ted Kennedy –, mas um projeto suprapartidário, defendido por membros do Partido Republicano e por membros do Partido Democrata. Então, as chances de esse projeto ser aprovado são maiores. S. Ex<sup>a</sup> manifestou sua intenção de vir novamente ao Brasil, mas só depois da eleição, que será no ano que vem. Será candidato à reeleição, não sei se pela quinta ou sexta vez como Senador pelo Partido Democrata dos Estados Unidos. S. Ex<sup>a</sup> nos garantiu que vai trabalhar com afinco, com dedicação, na aprovação desse projeto. É o que seria, de imediato, a coisa mais importante para os brasileiros.

Há outro assunto também muito questionado: a quantidade de vistos legais que a embaixada, os consulados americanos, fornece aos brasileiros. São apenas 6 mil vistos anuais. Enquanto isso, as Filipinas recebem 40 mil vistos anuais – e estou falando apenas de alguns países. A China recebe 60 mil vistos anuais. E o Brasil, que é um parceiro muito mais antigo dos Estados Unidos, que tem uma relação comercial muito mais profunda do que as Filipinas, do que a China e do que muitos outros países, recebe apenas seis mil vistos anuais. Então, é uma reivindicação desta Comissão que os Estados Unidos possam fornecer pelo menos trinta mil; não os sessenta mil da China, não os quarenta mil das Filipinas, mas que possam fornecer pelos menos 30 mil vistos aos brasileiros. Se assim fizerem, acredito que esse agenciamento promovido pelos “coiotes”, cobrando US\$10 mil por pessoa simplesmente para atravessá-la para os Estados Unidos, irá diminuir. E notem que cobram essa quantia para atravessar os emigrantes para os Estados Unidos, mas muitas vezes não os deixam no local do destino: abandonam-os à própria sorte na fronteira do México, à mercê da polícia da imigração, sujeitos aos perigos que lá encontram, como as cobras venenosas do deserto do Texas ou o sol causticante – muitas vezes, sem água, pessoas vão a óbito. Há, inclusive, o relato de uma pessoa que quebrou as duas pernas tentando fugir da imigração e que ficou, com as duas pernas quebradas, ainda presa num presídio americano. Há pessoas que morreram, há famílias que perderam um ente querido. Por tudo isso, é uma situação muito humilhante essa travessia pelo México.

Não queremos, de forma alguma, atrapalhar a vida dos brasileiros que lá estão nem deportá-los. Pessoas que estão trabalhando naquele país nos perguntaram se estávamos lá para deportá-los. Esse não é o papel da CPMI. O papel da CPMI é facilitar a vida dos brasileiros que, por falta de emprego no Brasil, não tendo conseguido dar condições dignas de vida às suas famílias, aventuraram-se nessa travessia para os Estados Unidos. O que queremos é facilitar a vida deles, jamais prejudicá-los.

O Presidente George W. Bush vai estar no Brasil nos dias 5 e 6 de novembro – se não me falha a memória, ele deve estar chegando no dia 5 de novembro. Penso que essa será uma boa oportunidade para o Congresso Nacional, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, mais especificamente para a CPMI da Emigração Ilegal, ter uma conversa com o Presidente Lula e com o Presidente Bush e pleitear que o número de vistos seja ampliado, não ficando apenas nos seis mil vistos anuais que temos para os Estados Unidos. Isso é uma humilhação para o Brasil.



Se conseguirmos o aumento no número de vistos, por certo não mais ocorrerão os transtornos que estamos tendo hoje com os brasileiros sendo deportados todos os dias – boeings lotados com 270, 280 brasileiros. Tive a oportunidade de ir a Belo Horizonte para aguardar a chegada de um Boeing fretado pelo governo norte-americano junto à empresa área portuguesa TAP com 278 brasileiros. Já vieram três boeings desses lotados de brasileiros deportados, sem falar naqueles que todos os dias estão sendo deportados de algum Estado, de alguma cidade norte-americana.

Sr<sup>a</sup> Presidente, meu tempo está se esgotando. Era esse o relato que queria fazer. Tenho certeza de que os Deputados que participaram dessa viagem vão poder relatá-la na Câmara dos Deputados, principalmente o Deputado João Magno, Relator da CPMI da Emigração, que se tem debruçado há mais tempo sobre essa questão. Eu assumi a Vice-Presidência há pouco tempo; fiz essa viagem, mas não tenho todos os dados que a Comissão já pôde coletar. O relatório já se encaminha para o final: o mais tardar no início do ano o relatório dos trabalhos da CPMI da Emigração será apresentado às autoridades brasileiras.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o resultado avassalador do referendo popular contra o desarmamento coincide com a pesquisa de opinião pública, feita semana passada pelo Instituto Datafolha, dando conta do aprofundamento do desgaste do Governo Lula.

Mais de um analista de renome, Sr<sup>a</sup> Presidente, vinculou o resultado do referendo à escassa credibilidade do Governo Federal. Ou seja: a maioria dos que disseram “não” nas urnas dizem “não” também ao Governo Lula. Sabemos que não há despropósito nisso.

Afinal, a lei do desarmamento remetia ao Estado a missão de desarmar a sociedade. E a sociedade associa o Estado ao Governo, que é, afinal de contas, o seu gerente, o seu gestor.

Se o referendo se realizasse em outra circunstância, com um Governo mais acreditado, num ambiente menos povoado por denúncias e escândalos, seguramente o resultado do referendo não teria sido tão demolidor.

A verdade é que somente agora as camadas mais desassistidas da população, com menos acesso à informação e menos recursos para decodificá-las, começam a perceber a responsabilidade do Presidente

Lula nas denúncias de corrupção que há quase cinco meses ocupam os principais espaços da mídia.

O Datafolha informa que, entre agosto e outubro, a taxa dos que atribuem a Lula “muita responsabilidade” nos casos de corrupção aumentou no geral quatro pontos, sendo sempre maior o percentual entre os que têm renda e escolaridade.

A taxa dos que acham que o Presidente da República não tem nenhuma responsabilidade nos casos de corrupção reduziu-se em sete pontos. E o índice dos que consideram o Governo Lula corrupto é chocante: nada menos que 81% da população brasileira!

Não vou descer às minúcias da pesquisa. Cito-a apenas para ilustrar que, em tal ambiente, as condições de governabilidade tornam-se cada vez mais escassas.

Deveria, por isso mesmo, o próprio Governo ser o maior interessado em promover e estimular o trabalho das CPIs. Mas, infelizmente, Sr. Presidente, como todos sabemos, não é. Em vez de sanear, o Governo cuida de assar pizzas nos fornos do Palácio da Alvorada.

O Governo não exhibe um único gesto efetivo de que esteja empenhado em punir os seus corruptos. Somente agora, passados cinco meses das denúncias, o PT, o Partido do Presidente Lula, expulsou Delúbio Soares. E o fez em visível constrangimento, depois de negociar por meses o seu silêncio.

Registro aqui, Srs. Senadores – e louvo –, a coerência do Sr. João Felício, presidente da CUT, que, no julgamento interno de Delúbio, opôs-se à sua expulsão e propôs apenas que fosse desfilado por três anos. Disse ele que Delúbio não poderia ser responsabilizado sozinho pelos atos que praticou. Disse o Sr. João Felício: “Isso é uma hipocrisia.”. E argumentou: “Todo mundo pedia para que ele arranjasse dinheiro e ninguém queria saber como ele arranjava.”.

Penso que ninguém tem dúvidas a respeito do que disse o Sr. Felício. Imaginar que a Executiva do Partido – sobretudo um partido centralista como o PT – ignorava o que estava sendo feito é não conhecer o funcionamento da máquina partidária.

Não somos crianças, Sr. Presidente. Sabemos que o PT é um partido conduzido com mão-de-ferro por meia dúzia de dirigentes, encabeçados pelo Presidente da República.

Basta ver que, quando a crise se abateu sobre o Partido, o Presidente Lula não hesitou em desfalcar o seu ministério e lá colocar dois de seus ministros – Tarso Genro, da Educação, e Ricardo Berzoini, do Trabalho. Genro exerceu interinamente a presidência e Berzoini elegeu-se para novo mandato na presidência do Partido.

Portanto, também é ingenuidade supor que Lula nada sabia a respeito do que se passava em seu Partido na gestão Delúbio-Marcos Valério. Era em sua ante-sala que Delúbio e Sílvio Pereira geriam os interesses do PT. E lá, na gestão de José Dirceu, Marcos Valério marcou presença, algumas vezes conduzindo banqueiros das instituições envolvidas no escândalo que ficou conhecido como “valerioduto”.

Não faz sentido, portanto, responsabilizar Delúbio Soares por tudo. Ele está sendo o bode expiatório e deve estar sendo recompensado por isso, o que explica o seu resignado silêncio.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador?

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Com o maior prazer, nobre Senador José Jorge, Líder da Minoria.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Efraim Morais, gostaria de me solidarizar com o discurso de V. Ex<sup>a</sup> e dizer que, finalmente, o PT tomou uma providência contra o tesoureiro Delúbio Soares, expulsando-o do Partido. Mas o fez com atraso de seis meses, porque há mais ou menos seis meses ele é réu confesso de crime de caixa dois, corrupção, etc. Mas isso é muito pouco em relação àquilo que o PT deveria fazer com todos aqueles que foram diretamente atingidos pelas acusações e estão respondendo a processo na Câmara. E o PT ainda não abriu processo contra nenhum deles. Se o Partido quer realmente se revigorar – o que é importante na minha opinião –, visto que as pesquisas já estão dando que 64% dos brasileiros consideram que o PT atrapalha o Governo do Presidente Lula, penso que ele deveria reagir em relação aos demais membros do PT que estão envolvidos no processo. Já passou do tempo de haver uma reação coletiva, como os demais partidos fazem quando isso acontece. Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Senador José Jorge, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte e devo dizer-lhe que é muito estranho que um processo para uma pena partidária venha a durar seis meses. Se o PT não tivesse na figura do Delúbio Soares uma caixa-preta, não teria esperado tanto, negociado o seu silêncio para, somente depois de tanto tempo, expulsá-lo. Realmente é o medo de que o Sr. Delúbio abra a boca, o que não fez até agora.

Portanto, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Espero que lá na Justiça, que é o caminho...

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – É muita gente com rabo preso.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Com certeza. Lá na Justiça, que é o caminho que ele vai seguir,

vai ter que falar a verdade. Se aqui nas CPIs ele não falou, não abriu a boca, lá ele vai ter que falar.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, e aqui ainda cito palavras de outro petista que agiu no julgamento de Delúbio como promotor: o Sr. Valter Pomar.

Mesmo pedindo a expulsão do ex-tesoureiro, reconheceu que “se houve gestão temerária, toda a Executiva do Partido deveria ser punida, não só Delúbio”. Só que ninguém, além de Delúbio, foi punido. Tardiamente punido. E docilmente punido...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – O meu tempo já se foi?

O mesmo Governo Federal que mostrou urgência meses atrás, em meu Estado, em prender o ex-Ministro Cícero Lucena por um suposto delito administrativo, para cujo esclarecimento ele já se havia apresentado às autoridades, não demonstra qualquer pressa...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, eu pediria a tolerância de V. Ex<sup>a</sup> até mesmo em função do número de oradores.

... em deter o Sr. Marcos Valério, mesmo sabendo, Sr. Presidente, que ele destruiu documentos e, portanto, obstruiu a ação da Justiça. Mesmo Delúbio ainda não foi penalmente responsabilizado. A única penalidade que lhe coube foi a partidária.

A CPI que presido – a dos Bingos –, cuja leitura de requerimento foi feita hoje, estando prorrogada, com a publicação, amanhã, até o dia 25 de abril de 2006, tem sido acusada pelos palacianos de estar querendo desestabilizar o Governo, pelo simples fato de estar empenhada em esclarecer os fatos e convocar, sem restrições, os personagens neles envolvidos.

Sei que as demais CPIs em curso empreendem o mesmo esforço. Nosso objetivo comum é repor a verdade e sanear o quadro político, para que as instituições não sejam desacreditadas perante a opinião pública.

O Governo Lula deveria ser o mais interessado em tudo isso. E é estranho que não o seja. O que buscamos é exatamente o oposto à desestabilização. Queremos recuperar a governabilidade.

Sabemos que a estabilidade econômica, construída nos dois Governos anteriores – e felizmente mantida no atual –, por mais sólida que pareça, depende de credibilidade para sustentar-se, sobretudo porque não sabemos por quanto tempo os bons ventos da economia mundial hão de se manter – e nos beneficiar.

Em entrevista ao **Estado de S. Paulo** de domingo, o economista norte-americano Barry Eichengreen

afirma que a bonança mundial, que vem beneficiando o Brasil e outros países, está perto do fim. O ciclo de alta liquidez global, segundo ele, estaria acabando, acelerado pela alta do preço do petróleo.

Vejam a receita, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que ele dá para que o Brasil cresça a taxas mais significativas: 1) aumentar a taxa de poupança; 2) investir mais em educação; 3) ter menos “ruído político”. Por menos “ruído político” entenda-se menos escândalos e maior confiabilidade pública nas instituições.

Só vou precisar de mais um minuto, Sr. Presidente, de nada mais.

Pode ter certeza, Sr. Presidente, de que este é o nosso esforço, de todos nós que fazemos o Congresso Nacional, e que não será inibido por pressões palacianas.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que a se manter o quadro atual, o “não” dado ontem no referendo das armas voltará a soar de maneira ainda mais contundente nas eleições do próximo ano.

Até lá, porém, não saberemos como estará o País e a sua economia, cuja estabilidade tem sido devida bem menos aos méritos dos que a estão gerindo e bem mais aos bons ventos da economia mundial.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço pela tolerância de V. Ex<sup>a</sup>.

*Durante o discurso do Sr. Efraim Morais, a Sr<sup>a</sup> Serys Shessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.*

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Concedemos a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna, Líder da Bancada do PMDB.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, “tudo tem o seu tempo determinado”, diz a sabedoria salomônica. “Há tempo de semear e há tempo de colher.”

Há o tempo de tomar uma decisão, podemos acrescentar, e há o tempo devido de executá-la.

A demora em implementar uma decisão tomada, além de adiar os efeitos positivos que se pretendem obter, pode gerar uma situação esdrúxula, na qual o que antes havia foi desarrumado e nada veio ocupar o seu lugar.

Essa é, nobres Senadoras e Senadores, exatamente a situação em que se encontra o nosso País com o atraso da regulamentação da Lei de Biossegurança.

A Lei nº 11.105, promulgada em 24 de março deste ano, representa um marco significativo para o desenvolvimento com segurança, das pesquisas em

biotecnologia no Brasil, bem como de atividades econômicas a ela relacionadas.

Enviado ao Congresso Nacional pela própria Presidência da República, o projeto de lei, que envolvia duas questões centrais altamente polêmicas – a utilização de transgênicos e a pesquisa de células-tronco de embriões –, foi detidamente examinado em ambas as Casas do Poder Legislativo, ao mesmo tempo em que eram ouvidos os diversos setores da sociedade interessados.

Tivemos exaustivas e inúmeras reuniões e audiências públicas. Se não foi possível obter um consenso pleno, alcançou-se, ainda assim, uma ampla convergência das diferentes opiniões, que pode muito bem ser aferida pela expressiva votação dada ao substitutivo apresentado no Senado: 53 votos favoráveis e apenas dois contrários.

Sr. Presidente, recebi, na última quinta-feira, dia 20 de outubro, na liderança do PMDB, cerca de 50 cientistas de diversos centros de pesquisas do País, que vieram trazer o seu protesto relativo a esse quadro de indefinição e a reivindicação de que a Lei de Biossegurança seja regulamentada com urgência.

Durante toda a semana, recebi dezenas de produtores rurais, principalmente os responsáveis pelo sucesso da nossa agroindústria, que também clamavam pela regulamentação da lei promulgada desde março.

A situação atual criou um absurdo vácuo, em que muitas das pesquisas e outras ações imprescindíveis para o desenvolvimento da biotecnologia se encontram paralisadas. Sem a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, porque como não foi regulamentada não se pôde nomeá-la, não temos um órgão para dar licença, para proibir ou para qualquer coisa. A antiga estrutura da CNTBio foi desativada pela lei e nenhuma outra foi criada para substituí-la.

Assim, além de não poder dar entrada a novos pedidos de autorização de pesquisas e produtos, há 390 processos parados na CTNBio, em uma espécie de limbo burocrático, sem que haja um único técnico que possa avaliá-los.

Hoje, num mundo globalizado, os países são ricos pela tecnologia. A França tem mais de cem processos autorizados de transgênicos, assim como os Estados Unidos, a China, a Alemanha e a Inglaterra. No Brasil, temos quatro. E existem 390 processos aguardando, nenhum deles deferido, porque a CTNBio não foi formada. É extremamente prejudicial para o País que não se possa dar continuidade às pesquisas com transgênicos e ao próprio plantio dos produtos que vierem a ser devidamente autorizados.

Milhões de reais, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estão deixando de ser investidos em alternativas tecnológicas que podem representar aumento da produção agrícola, com menor dispêndio de recursos naturais e redução do uso de agrotóxicos.

Enquanto isso, países que são nossos competidores na produção agrícola avançam a passos largos em suas pesquisas e já utilizam um grande número de produtos transgênicos em suas plantações.

Podemos nos referir tanto a um país emergente, a Índia, como aos Estados Unidos, que dispõem de mais de 100 produtos transgênicos autorizados, como acabei de dizer, e de onde provém grande parte das verbas destinadas às ONGs que lutam contra a transgenia no Brasil.

Vejam, não podemos concorrer com os Estados Unidos em muitas coisas. No entanto, levamos vantagem na terra e no clima – somos um país tropical, podemos ter até duas safras. Com os transgênicos, a nossa economia poderia explodir ainda mais em suas possibilidades. Mas isso não interessa aos estrangeiros.

Chega-se ao ponto, Sr. Presidente, de os plantadores de algodão transgênico nos Estados Unidos, que vendem algodão para o Brasil, quererem dar dinheiro para o produtor brasileiro não plantar algodão transgênico, a fim de não terem competição. É uma coisa acintosa.

Classifico o que essas ONGs estão fazendo até de crime de lesa-pátria, porque tem gente aqui sendo paga constantemente para fazer gritaria para que não tenhamos transgênicos no Brasil, enquanto recebem o dinheiro das empresas que têm transgênicos no exterior.

Como afirmou uma pesquisadora da Embrapa, Maria Sampaio, os experimentos de campo com culturas transgênicas são os maiores prejudicados com o atraso, pois há o tempo certo de semear, a não ser que semeie ilegalmente, como já aconteceu por três anos no Brasil.

Revolto-me quando vejo, por exemplo, a minha Paraíba. Uma das riquezas possíveis, plausíveis no meu Estado é o algodão. Veio a praga do bicudo – até hoje ninguém sabe como ele surgiu, pois não existia bicudo na região –, que acabou repentinamente com todo o algodão.

Agora, fizemos algodão transgênico com resistência ao bicudo e não conseguimos registrar a patente até hoje. São duas amarras: não conseguimos oficializar a pesquisa e não conseguimos registrar as patentes. Com relação às patentes, estamos chamando na Comissão de Fiscalização o departamento próprio, o INPI, para saber o que está havendo. São 25

mil patentes paradas. No caso das pesquisas, difíceis de serem feitas, há 390 paradas porque não tem um órgão que responda.

Em suas palavras, que não se distanciam do senso comum, “não dá para fazer experiência fora de época. Ou você planta agora ou perde o ano inteiro.” Isso porque a pesquisa só pode se realizar no outro ano.

Até mesmo o isolamento, que dizem os homens e as mulheres que querem frear as nossas pesquisas por meio das ONGs, o perigo de isolamento, de contaminação, não tem como fazer porque a CTNBio não existe desde março, são oito meses sem um órgão que cuide disso.

Não bastassem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os consideráveis prejuízos à nossa agricultura, temos uma outra situação que deveria sensibilizar as autoridades competentes a agir com mais presteza.

Muitas são as pessoas com gravíssimos problemas de saúde que têm na pesquisa com células-tronco uma das raras, senão a única esperança de cura.

O Brasil conta com muitos cientistas capacitados para desenvolver pesquisas nessa revolucionária área médica. Não há justificativas para que o Governo deixe esses cientistas com as mãos atadas.

Vários desses cientistas, Sr. Presidente, são professores de pós-graduação e eles dizem: “Estamos sem poder concluir as teses, porque não temos autorização para fazer a pesquisa”. Portanto, não é só a agricultura, o carro-chefe da nossa economia, que está sendo atingida, mas também a ciência do nosso País.

Quero somar a minha voz à da comunidade científica e à dos agricultores brasileiros, exigindo a imediata regulamentação da Lei de Biossegurança, de forma a pôr fim a essa inaceitável situação de impasse.

**O Sr. José Jorge (PFL – PE)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Ney Suassuna?

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB)** – Com muito satisfação, nobre Senador José Jorge.

**O Sr. José Jorge (PFL – PE)** – Caro Senador Ney Suassuna, gostaria de me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> pelo seu discurso. Este Governo faz o maior esforço para aprovar um projeto, como o caso que V. Ex<sup>a</sup> está citando, além de outros, como a reforma da Previdência, a reforma do Judiciário, todas essas leis e emendas constitucionais, e depois os abandona. Não aprova a sua regulamentação e, muitas vezes, nem a encaminha. Esse descaso existente em muitos campos gera essas crises, como a da febre aftosa, que é uma crise gravíssima, porque retirará a possibilidade de exportação de um dos principais produtos brasileiros hoje, que é a carne – um dos itens da pauta de exportação. Espero que esse caso da febre aftosa sirva de lição ao Governo para que essa questão dos projetos apro-

vados e não regulamentados seja tratada com mais responsabilidade. Muito obrigado.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, mas, nesse caso específico, os principais culpados são exatamente as ONGs, que fazem todos os bloqueios possíveis. O que não pode é o Governo ficar ouvindo esse “canto de sereia” de pessoas que não têm interesse nenhum no progresso do Brasil.

Dessa forma, faço hoje esse protesto muito mais dirigido a esses brasileiros que acham que estão prestando um serviço, quando, na verdade, estão prestando um desserviço.

Nesse esforço de se fazer ouvir nesta terra de moucos, tenho procurado Ministros de Estado das áreas envolvidas e tentado estabelecer uma ponte de interlocução entre eles e a comunidade científica.

Não foi outro o propósito das minhas reuniões com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Tivemos uma reunião na semana passada, onde ela expôs os seus pontos de vista e os de alguns grupos que lá pressionam. Ouvimos; com alguns concordamos e de outros discordamos.

Também procuramos a Ministra Dilma Rousseff, que mostrou que estava buscando uma posição de consenso, mas que iria, o mais rápido possível, fazer a publicação da regulamentação de um projeto que já passou por onze Ministérios.

Sr. Presidente, ao me solidarizar com os cientistas e com os agricultores, quero dizer que medidas estão sendo encaminhadas.

Espero – e acredito com firmeza e com muita fé – que, nesta semana, deveremos ter o fim desse caminho tão árduo que foi a regulamentação da Lei de Biossegurança.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de quinze minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, desejo abordar principalmente a questão do referendo realizado ontem no País.

Não creio que o resultado possa estigmatizar os que votaram “Sim”, mas devo salientar que votei “Não”. Na capital baiana, mesmo contra o PT, houve uma vitória expressiva do “Não” sobre o “Sim”.

Talvez o resultado tivesse sido outro, Sr. Presidente, se, por acaso, o Governo não tivesse se metido no referendo. O Governo quis patrocinar o referendo

para mostrar que era forte. Resultado: amarga hoje uma tremenda derrota em todo o País. Em seu maior reduto antigo, o Rio Grande do Sul, o PT obteve sua maior derrota. Em São Paulo, derrota. Enfim, em toda a parte, inclusive – e graças a Deus! – na Bahia.

Acredito que o Senador Garibaldi Alves votou como a maioria do povo do seu Estado. Não sei. Lá, a expressiva vitória do “Não” foi uma demonstração também não contra os líderes dessa terra, que tem tantos líderes – a exemplo de Garibaldi Alves e de José Agripino –, mas de que o povo não está satisfeito com o Governo Federal. Votou “Não” para expressar um “Não” ao Governo.

Veja V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, a coincidência na avaliação do Governo e em sua derrota no referendo. Ora, Sr. Presidente, saem simultaneamente pesquisa e referendo. E o DataFolha tem realmente um critério absolutamente correto de aferir as posições.

Confesso, Sr. Presidente, que até mesmo o meu amigo Márcio Thomaz Bastos não deveria ter se metido nesse referendo como fez. E o Presidente da República escrever artigo?! É querer dar a vitória ao adversário. Quando o Presidente escreveu o artigo, tudo mudou – tudo mudou para o “Não”.

No seu Estado, V. Ex<sup>a</sup> viu que a vitória do “Não” foi esmagadora.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pois não.

Não é nada contra V. Ex<sup>a</sup> nem contra Líder nenhum desta Casa que tenha votado “sim”. É uma posição contra o Governo Federal. Chegou o momento de dar um “Não”; e deu-se o “não” ao Presidente da República, que chefiou o lado do “Sim”.

Pois não, Senador.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, solidarizo-me com as palavras de V. Ex<sup>a</sup> e lembro que o PT ainda se deu ao luxo de lançar uma nota oficial a favor do “Sim”. Aí é que foi o enterro do “Sim”. Na realidade, a qualquer coisa que for proposta pelo Presidente Lula e pelo PT o povo brasileiro vai dizer “Não”. Então, na realidade, a nota do PT também colaborou para isso. O Ministro Márcio Thomaz Bastos, a quem também admiro, errou muito nesse momento, porque assessorou o Presidente e colocou sua cabeça, e depois, teve uma fragorosa derrota para S. Ex<sup>a</sup> e para o Governo. V. Ex<sup>a</sup> tem razão, Senador. Também concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Foi, sem dúvida, um primeiro treino do que vai acontecer em 2006.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão, Senador e Líder José Jorge. A nota do PT veio selar a derrota e aumentar

o escore. A derrota é de Lula. E o PT se meteu para salvá-lo e piorou a situação.

Quem hoje pode acreditar nesse Governo? Só tenho pena, pela sinceridade com que se envolveu nesse processo, do nosso Presidente Renan Calheiros, que a imprensa ontem dava como o derrotado. Não; o Senador Renan Calheiros não foi derrotado. Derrotado foi o Presidente da República. Derrotado foi o PT em todas as cidades do Brasil. Não apenas no Estado, mas em todas as cidades do Brasil.

E o Presidente ainda tem a coragem de criticar a imprensa brasileira, comparando-a com a venezuelana! Que ele seja igual a Hugo Chávez é provável, mas a imprensa brasileira não é igual à venezuelana. A imprensa brasileira merece respeito, mas como Vossa Excelência não respeita nada neste País, nem as leis, tampouco a ética e a moral, como se pode esperar que os jornalistas sejam respeitados?

Vossa Excelência deveria agradecer muito à mídia brasileira, pois, não fora ela, já estaria fora do cargo por imposição pública. Fazer isso com a mídia é uma injustiça. Os jornalistas competentes, inteligentes e sérios que temos – e posso falar à vontade porque, muitas vezes, sou criticado veementemente por alguns – não podem aceitar essa comparação. Eles querem saber, e todo dia terei que vir à tribuna para dizê-lo, se Vossa Excelência, Senhor Presidente, participou ativamente ou não do mensalão – quanto à participação não há dúvida; se foi ativamente é de que se duvida –, ou fez isso por intermédio de terceiros; se Vossa Excelência já providenciou um esclarecimento da Telemar sobre a presença de uma empresa do seu filho que recebeu R\$5 milhões. A respeito desse assunto a imprensa não tem falado e Vossa Excelência deveria agradecer muito por isso, pois essa teria que ser a manchete de todos os dias. Mas não se fala e ainda se fica triste quando se diz que o Okamoto vem aqui explicar por que paga as dívidas do Presidente da República. O Sr. Paulo Okamoto terá que vir aqui. Já fiz esse apelo ao Sr. Efraim, Presidente da CPI dos Bingos, que atua, aliás, com muita coragem e devoção. Mas é preciso marcar a data.

A acareação do Sr. Gilberto Carvalho será na quarta-feira. Louvo a atitude do Sr. Gilberto Carvalho de dizer que está pronto para vir, mas não posso aceitar que se queira recorrer ao Supremo Tribunal para se impedir que o auxiliar do Governo, citado como partícipe da entrega de recursos de uma Prefeitura cujo Prefeito foi assassinado, venha aqui. Não. Isso não pode acontecer. Isso não deve acontecer e o Congresso Nacional tem obrigação de vigiar.

As manobras políticas que são feitas todos estão vendo. Não adianta. Sempre o resultado será aquele que a vontade do povo quer. Posso dizer, neste ins-

tante, alertando o Presidente da República, que outros “nãos” virão por aí. Até mesmo no Acre a sua derrota foi fragorosa, não sei se com o apoio do Governador e do Senador, ou se o Senador e o Governador aceitaram a nota do PT para votar “sim”. O fato é que a opinião pública não seguiu, de modo algum, os petistas que queriam a votação do “sim” para fortalecer um Governo enfraquecido.

V. Ex<sup>a</sup> pediu um aparte?

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte? O meu voto foi o mesmo que o de V. Ex<sup>a</sup>: votei no “não”, conforme foi anunciado, no Senado. O Governador Jorge Viana votou “sim” e eu, “não”. Tivemos posicionamentos distintos.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – O meu também.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> derrotou o seu irmão.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Não, eu não diria assim.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas derrotou na causa certa.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Não, não, não, eu nunca derroto o Governador Jorge Viana. Senador Antonio Carlos, entendo que se traduziu a fragilidade de o Estado brasileiro dar proteção à sua população. Isso é algo que vem evoluindo nas últimas décadas e vejo, como única saída, o Governo entender esse resultado como uma mensagem para que assegure melhores indicadores de segurança pública e retome o assunto. Ninguém quer armas, mas a sociedade exige, primeiramente, a proteção do Estado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Olhe, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> foi tão completo, tão bom, que não vou sequer discutir a posição do Acre e, muito menos, a de Jorge Viana e a de V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> tem razão: há uma fragilidade, inclusive porque o Governo Federal não sabe distribuir as verbas para segurança pública e os Estados, muitas vezes, ficam à míngua, pois o que existe no Orçamento não é pago. Daí por que devemos lutar, digo mais uma vez, pelo Orçamento impositivo. Não é possível continuarmos assim.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Terminarei, Excelência.

Na hora em que lutarmos pelo Orçamento impositivo, as verbas chegarão para todos os setores.

A Bahia está, agora, adquirindo material para segurança pública no valor de mais de US\$70 bilhões – um financiamento no Banco do Brasil por que vimos lutando há muito tempo e que, recentemente, conseguimos.

Nós todos queremos segurança para a população, inclusive para o próprio Presidente da República, que não vai ficar presidente a vida inteira e vai precisar de segurança – e não precisa ser a que sai dos cofres da Nação. Ele precisa ter segurança porque o Brasil não pode ser o País da insegurança.

Portanto, nesta hora, eu não quero sequer saber quem ganhou e quem perdeu. Acredito que “sim” e “não” devem-se unir para dar a segurança de que o País precisa, e é isso que o nosso Partido vai fazer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder da Bancada do PSDB.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 15 minutos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil foi, ontem, ao referendo. Não sei se o referendo cabia ou se foi uma artificialidade, mas o fato é que o Brasil foi às urnas e não vou entrar no mérito sobre se foi artificialidade ou legitimidade.

Votei “sim” com toda convicção. Podem dizer que votei numa utopia, a de uma sociedade efetivamente guarnecida pelo Estado, com os seus cidadãos protegidos por ele nos seus direitos básicos de cidadania, entre os quais o direito à segurança. Ao mesmo tempo, eu votei, Sr. Senador José Agripino, passando um símbolo: “Governos, os homens de bem deste País propõem eles próprios se desarmarem. Cuidem, Governos, de fazer a parte que lhes cabe e, portanto, desarmem os bandidos. Mais ainda, pratiquem políticas públicas no social, no educacional, na saúde e, especificamente, na segurança, que marquem a presença do Estado nessas zonas conflagradas pelo crime organizado. Governos, desorganizem o crime, em nome do gesto de boa-vontade de mais de 30% dos que foram às urnas se terem demonstrado com disposição de acreditar em vocês, Governos, desarmando-se para, com esse símbolo, obrigar vocês, Governos, a fazerem o quinhão que lhes é de direito e de dever cumprir.

O “não”, que venceu avassaladoramente, não venceu o “sim”. Em nenhum momento, caí nessa esparrela da dicotomia dos “bons”, dos “pacifistas”, dos “politicamente corretos” do “sim” contra os supostamente “trogloditas” do “não”. Nunca caí nessa esparrela. Não sou maniqueísta e não caí nessa esparrela.

Vi uma campanha do “não” mais bem feita, mais realista, mais bem composta, mais bem montada. Eu vi uma campanha mais eficaz. Ela cresceu ao longo da luta e venceu. E venceu só pelo talento de quem a compôs, de quem lhes defendeu as teses? Não. A campanha do “não” cresceu em grande medida como condenação à falência da segurança pública no Brasil, que exige

aquele mínimo que deve caber às Prefeituras; aquele muitíssimo que deve caber aos Governos estaduais e aquele muito, aquele não pouco, aquele bastante, aquele muito, que deve caber ao Governo Federal.

Eu havia dito, ainda há pouco, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que o “não” não derrotou o “sim”. Diria que o “sim” e o “não”, somados, cada um pelo seu viés – o “sim”, pelo viés da utopia, pelo viés da esperança lírica até; e o “não”, por um realismo cru –, os dois juntos, significaram a condenação ao Estado brasileiro, significaram a condenação não apenas a este Governo, de tantas promessas e nenhuma realização no campo da segurança pública, também a sucessivos Governos Federais, incluindo aquele de que fui Ministro e Líder – o Governo do Presidente Fernando Henrique –, que ficaram em déficit com o que poderiam ter feito, porque nenhum dos últimos Governos maximizou a sua capacidade de servir à sociedade, compondo políticas efetivamente convincentes de segurança pública.

Eu poderia perguntar ao Presidente Lula onde está a tal polícia especial, que interviria em casos drásticos e que o gato comeu. Poderia perguntar ao Presidente que política de segurança é essa, que parece consumir menos recursos na efetiva aplicação de recursos para a segurança pública do que nos gastos com o referendo. Poderia perguntar que destinação é essa, tão medíocre para um Governo, que não consegue realizar nenhuma de suas políticas principais – anuncia todas e não completa nenhuma. Que política é essa que agora recebeu essa contundente manifestação da população, pela forma crua de dizer “não” da Chapa 1 e pela forma crua de, pelo “sim”, pelo lirismo e pela esperança bonita, poética, talvez até de difícil realização, mas de dizer “não” do “sim”. O “sim” disse “não” também à falência do sistema de segurança pública no País.

Portanto, não me senti derrotado. Votaria “sim” de novo. Não mudo de opinião. Há quem mude. Eu não mudo de opinião ao longo de uma luta. Para mudar de opinião, tem de ser um processo. E eu votaria “sim” de novo, se fosse como no futebol ou no boxe, quando cabe a tradicional revanche. Eu votaria “sim” de novo. E, de novo, eu aguardaria os resultados, somando os votos do “sim” e do “não” e apresentando a somatória como crítica contundente à falência de um sistema político que não prevê políticas eficazes para a segurança pública no País, que deixa as zonas conflagradas, as favelas brasileiras, as favelas das grandes cidades brasileiras entregues a este **bang-bang**. Eu votei “sim”, porque eu não quero um **bang-bang**, o cidadão dispensando o Estado, dispensando de cobrá-lo, e ele próprio cuidando de fazer a sua segurança. Isso não daria certo e não dará certo ao longo do tempo.

Se é assim, eu hoje, Senador José Agripino, tenho uma razão de muita alegria para comunicar à Casa e à Nação. Hoje, a minha cidade de Manaus completa o 336º aniversário. É uma cidade de civilização muito antiga. Aliás, um milagre Manaus – um milagre da civilização sofisticada, às vezes injusta, com muitas realizações bonitas, muita construção, arte e beleza, no centro, no coração da Floresta Amazônica. Manaus faz 336 anos.

Estou, a propósito, requerendo voto de aplauso a minha cidade pelo seu aniversário, pedindo que seja levado esse voto de aplauso ao conhecimento do Prefeito do Município, Dr. Serafim Fernandes Corrêa, e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Marco Antônio Chico Preto, parabenizando ainda o Prefeito pela belíssima festa popular que organizou em homenagem à cidade, durante três dias, com muita paz, sem quase nenhuma ocorrência de segurança pública, algo à altura do caráter cordial do manauara ou, como preferem alguns denominar, do manauense.

Manaus, para mim, tem um sabor diferente, especial. Em determinada altura da minha vida, meu pai, Senador José Agripino, que foi colega e amigo do seu pai, eleito Deputado Federal, leva-me, criança, para o Rio de Janeiro. Era lá que funcionava o Congresso Nacional. Antes, portanto, bem antes da fundação de Brasília. Eu teria tudo para ter construído uma vida fora da minha cidade. Alguma coisa me chamou de volta, alguma coisa me fez aquele apelo: volta, retorna. Ficou mais estranho ainda quando, na hora de me decidir, eu, que optei por não me dedicar a empresas, não me dedicar a essa história de empreender... Acho ótimo alguém empreender, só que não é o meu caso, gosto de empreender no público, não no privado. Respeito quem o faz, mas não é minha vocação. Quando chegou aquela hora de optar, por exemplo, por um concurso público, fui fazer Diplomacia, o que me afastaria mais ainda de Manaus, até porque me afastaria do Brasil. Fiz Diplomacia, fui aprovado no concurso para o Instituto Rio Branco e fiquei muito pouco tempo no serviço ativo do Itamaraty, pois recebi um apelo e disputei a minha primeira eleição em 1978. E, de lá para cá, tenho sido, no bom sentido, até porque me dedico a isso, um político profissional, no bom sentido.

Que força estranha foi essa que me fez optar por uma carreira que me levava para o exterior e, ao mesmo tempo, abrir mão dela e abrir mão da vida que eu havia construído no Rio de Janeiro para retornar às minhas raízes? Isso tudo, do ponto de vista objetivo, é inexplicável. Explicável, sim, pelo subjetivo. As raízes, a força da tradição política da minha família, o meu compromisso com uma região que julgo e sempre julguei estratégica e fundamental para o País, o fato de que eu percebo um povo desvalido, que preci-

sa ser trabalhado nos seus direitos por pessoas que tenham efetivo compromisso com a honradez e com a seriedade públicas, tudo isso me leva a fazer a meditação sob o pretexto de que hoje é aniversário da cidade de Manaus. Um aniversário cercado de festa, de muita alegria, de muita beleza, apresentando hoje, Sr. Presidente, um contraste entre as zonas de afluência e áreas de extrema pobreza. Uma cidade industrializada que apresenta a quarta renda **per capita** do País e apresenta bolsões de miséria preocupantes e constrangedores. Uma cidade que apresenta mazelas enormes e, ao mesmo tempo, apresenta um pólo industrial que sustenta o Estado e que até tem protegido os ecossistemas da região pelo financiamento que faz da economia do interior. Refiro-me ao Pólo Industrial de Manaus, que este ano faturará cerca de US\$16 bilhões e estará atingindo o seu emprego de número 100 mil. Este ano, o Pólo Industrial de Manaus está, Senador José Agripino, sendo responsável por 93% da economia do Estado e atingirá US\$2 bilhões...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente.

Dois bilhões de dólares a título de exportação! Suas exportações crescendo mais do que quatro vezes a média das exportações brasileiras, que têm crescido bastante.

Olhando a minha cidade de mil contrastes e dizendo que, mais do que pelo nascimento, pela reopção que fiz, ela é mesmo a minha cidade. Talvez mais minha do que de tantos, é a minha cidade pela reopção que fiz. Vejo que a melhor homenagem que posso prestar a Manaus é lutar para que se implante no meu Estado, cada vez mais, a possibilidade da mobilidade social, da justiça social, da justiça na distribuição da riqueza, que hoje é irregular, iníqua.

Ao mesmo tempo em que saúdo toda a civilização que fomos capazes de construir no coração da floresta Amazônica uma belíssima cidade, uma belíssima metrópole que a todos enche de orgulho e a mim me enche de muito carinho, muito afeto, muito amor e até de muita paixão.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento.

Esta Presidência se soma aos parabéns pelo aniversário da bela cidade de Manaus. Parabéns também pelo pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, sempre sincero, coerente e equilibrado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem. Só para reafirmar que estou encaminhando à Mesa voto de aplauso



pelo aniversário da cidade de Manaus. Mencionei mas não sei se foi suficiente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Está deferido, na forma do Regimento Interno. V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

É o seguinte o requerimento deferido:

#### **REQUERIMENTO Nº 1.178, DE 2005**

##### **Requer Voto de Aplauso à população de Manaus, pelo transcurso do 336º aniversário de criação da cidade.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à população de Manaus, pelo transcurso do 336º aniversário de criação da cidade, hoje, 24 de outubro de 2005.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do Prefeito do Município, Serafim Fernandes Correa, e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Marco Antonio Chico Preto.

#### **Justificação**

A Capital do Amazonas é hoje um grande centro populacional, com um parque industrial de alta tecnologia, contribuindo fortemente para a economia brasileira. Graças aos empreendimentos do Pólo Industrial de Manaus, que continua crescendo, Manaus é atualmente a área de mais elevado índice de crescimento econômico. Assim, a homenagem que ora formulo justifica-se, pelo que solicito sua aprovação.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Agripino, como Líder, por cinco minutos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Arthur Virgílio, inicialmente, meus cumprimentos renovados pelo aniversário da cidade de Manaus, capital do Estado que V. Ex<sup>a</sup> tão bem representa nesta Casa.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero dar uma rápida palavra sobre o fato que ocorreu no Brasil inteiro ontem, que foi o povo votando e se manifestando no referendo. Votando “sim” ou “não” sobre a questão da proibição ou não da venda de armas.

Considero que ontem o cidadão se colocou acima do Estado. Vou repetir: tenho absoluta convicção e era um temor que eu tinha e vou explicar por que. Termos votado o Estatuto do Desarmamento e, sem uma consulta à população, entregarmos ao País um diploma legislativo, uma lei para ser implantada e que pudesse prejudicar as pessoas, sem que fosse dada a

oportunidade ao cidadão de se manifestar; e o cidadão se manifestou de forma acachapante. Foram quase dois terços dos votos “não” e um terço dos votos “sim”, onde o cidadão se colocou acima do Estado.

O cidadão disse: eu não me sinto protegido pelo aparelho policial do Estado e não vou abrir mão do direito que tenho, e que não vou liberar, de poder comprar o meu instrumento de defesa. Na verdade, foi isso.

Senador Arthur Virgílio, confesso a V. Ex<sup>a</sup> que quando votei o Estatuto do Desarmamento, que foi maravilhosamente relatado pelo Senador César Borges e que trazia, no seu bojo, a melhor das intenções, que é a busca da paz pela via do desarmamento, a paz, a cor branca, eu sempre tive dúvida. Votei “sim” em nome da paz, votei “sim” em nome de alguma coisa que a sociedade desejava, que é normal; pelo desarmamento, a diminuição das oportunidades de se gerar crimes, ter perdas de vidas. Mas, sempre tive muita dúvida: será que esse é o caminho eficaz? Será que o País está preparado? Será que o aparelho policial do Estado dá garantia ao cidadão?

Em nome da paz, votei o Estatuto do Desarmamento sob seriíssimas reservas de ordem pessoal, mas votei porque eu queria dar uma contribuição. Mas, quero dizer a V. Ex<sup>as</sup> que votei com mais convicção o “sim” à existência ou à ocorrência do referendo.

Ah, custou muito caro! Mais caro custaria afrontar a sociedade. Mais caro custaria afrontar a sociedade.

Foi feita, durante um bom tempo, a campanha de rádio e televisão, a campanha do “sim”, a campanha do “não”, e as pessoas foram se conscientizando devagarzinho sobre o voto “sim” e sobre o voto “não”. Ao final, votaram, e o voto “não” ganhou disparado.

Quero dizer a V. Ex<sup>as</sup>, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que eu estou com a consciência tranqüila hoje, porque para mim o referendo foi um desencargo de consciência. Para mim, que votei o Estatuto do Desarmamento, o referendo foi um desencargo de consciência, porque votei aquilo que votei em nome do povo também para que o povo dissesse se eu estava certo ou errado, se ele concordava ou não com aquele diploma chamado Estatuto do Desarmamento. E o povo falou e se posicionou. O cidadão se colocou acima do Estado e disse: Estado, você não me garante! Eu não vou abrir mão dos meus direitos. Humildade diante dos fatos. Essa que é a verdade.

Volta-se agora à vida normal, Senadora Serys. Passadas as propagandas de rádio e televisão, que polarizaram as atenções do Brasil inteiro, principalmente nessa reta final, o noticiário voltar-se-á, claro, para as questões do dia-a-dia, para as investigações.

Há pouco tempo uma jornalista me questionou a respeito da minha opinião sobre uma pesquisa que demonstrava um percentual altíssimo de ruim e péssimo para a avaliação do Congresso. Acima de 40% dos consultados opinaram que o Congresso está com o desempenho entre ruim e péssimo e menos de 15% opinaram que o desempenho do Congresso está entre bom e ótimo.

Ela me perguntava acerca da minha posição e eu dizia que não tenho dúvida alguma de que isso é produto do que os meios de comunicação oferecem em matéria de comunicação à sociedade. São denúncias, investigações, corrupção, mensalão, Marcos Valério, José Genoíno, os Deputados cassáveis; Lula se reunindo com os cassados no Palácio do Planalto, depois de ter dito que ia investigar fundo, doesse em quem doesse; e, depois, reunindo os Deputados dele, do PT, para dizer que caixa dois é um pecadinho, para abençoá-los do Palácio do Planalto. Passa para a sociedade que o Congresso é um antro de malfetores, de pessoas de má conduta e que a ética não é o forte desta Casa.

O que nos resta fazer? Investigar as coisas, no limite da necessidade, tão fundo quanto possamos fazê-lo, para que a banda boa do Congresso possa expor a banda podre do Congresso, cassar essa banda podre, reunir provas e entregá-las à Justiça para abertura de processo penal, para que os culpados vão para a cadeia, para que, na cadeia, eles anistiem a imagem do Congresso.

Voltamos agora à vida normal a partir desta semana. Teremos uma semana, Senador Garibaldi Alves Filho, fértil em investigações. Primeiro, haverá a votação – espero eu que não haja mais procrastinações – do processo de cassação do ex-Primeiro-Ministro, do Deputado José Dirceu. Teremos o processo de votação da cassação de S. Ex<sup>a</sup> e o *day after*. Vamos ver o que ele vai dizer se for cassado.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – O Sr. Delúbio Soares foi para o crematório sozinho. Não sei se vai continuar calado. Por enquanto, ele soltou algumas deixas apenas. Desconfio, Senador Arthur Virgílio, de que muitas cabeças que vão rolar – Sílvio Pereira, Delúbio Soares e outras que ainda vão rolar – vão terminar dizendo alguma coisa. E é bom que digam para facilitar o processo de investigação que a sociedade exige de nós, que não temos mensalão algum nas nossas costas.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador José Agripino, falarei de maneira bastante breve. Peço licença a V. Ex<sup>a</sup> para anexar ao seu discurso matéria de hoje do jornal **Folha de S. Paulo** sobre o Sr. Paulo Ferreira, sucessor de Delúbio na função antes ocupada pelo tesoureiro do PT, hoje tão lamentavelmente famoso. Diz que S. S<sup>a</sup> fará um grande “esforço” por doação legal. O jornal, muito ironicamente, aspeou a palavra esforço. Ou seja, para fazer as coisas com legalidade, o PT tem de fazer um esforço brutal, tem de fazer muito esforço, aquilo que não deveria custar tanto às pessoas que estivessem, de fato, apaziguadas com as suas consciências. Em segundo lugar, Senador José Agripino, um fato simbólico, até para não dizerem que não avisamos: a cassação do Sr. José Dirceu é a cassação moral do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Claro, após dois anos e meio de Governo!

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – O Sr. José Dirceu representou dois anos, ou mais do que isso, de.... Lula se referia a ele como o capitão do time, quem faz e acontece. Então, não venha o Sr. Lula dizer que tem distância do Sr. José Dirceu porque não tem. São casados de uma forma tal que nem o divórcio os separará. O tempo provará isso com toda a fidedignidade. Saiba o Sr. Lula que quando o Sr. José Dirceu estiver sendo julgado, ele, Lula, estará sendo julgado também, embora comodamente distante do alcance das penas em que poderá incorrer o Sr. José Dirceu. No entanto, para a história e para a consciência – e quero crer que o Presidente não a perdeu completamente – é a mesma coisa, sim.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio, pela contribuição do seu sempre muito claro raciocínio.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores...

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Silhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sr<sup>a</sup> Presidente.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Desculpe, Sr<sup>a</sup> Presidente. O Sr. Presidente foi substituído, e eu não vi. Com muito honra, pronuncio esta minha modestíssima palavra sob a presidência de V. Ex<sup>a</sup>. Aliás, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que tive a honra de, neste fim de semana, conhecer a sua filha, no Estado de São Paulo, que, muito simpaticamente, a mim se dirigiu, se apresentando. Cumprimentos pela filha.

De São Paulo, Sr<sup>a</sup> Presidente, fui para o meu Estado, fazer uma turnê pela região agreste. Senador Arthur Virgílio, no Agreste, estive em São José de Mipibu, em Vila Flor, onde prestei homenagem ao prefeito recém-falecido, meu amigo Antônio Cabo, em Montanhas e em Nova Cruz, a capital da região agreste. Em todos os Municípios por onde passei, do

maior ao menor, as cobranças sobre a investigação eram uma constante.

Sabe V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio, qual é a preocupação do momento? Sabe o que mais está incomodando as pessoas neste momento? É o que elas interpretam como a farsa de Santo André. É exatamente o que vamos investigar nesta semana. Amanhã, será o depoimento do Juiz Rocha Mattos, aquele que, durante muito tempo, esteve encarregado de investigações do caso Santo André, aquele que determinou a inutilização das fitas gravadas, que ainda devem existir e que, se existirem, serão um grande elemento para confirmar ou desmistificar a farsa com que a população do meu Estado está preocupada. Logo depois, na quarta-feira, será a acareação entre o secretário particular de Sua Excelência, o Presidente da República, Dr. Gilberto Carvalho, e os dois irmãos de Celso Daniel.

Preocupa aos potiguares com quem conversei a farsa, pelo fato, Sr<sup>a</sup> Presidente, de estarem envolvidos neste caso sete assassinatos correlatos e até hoje sem explicação, sem justificção. Isso é o que está indignando e causando perplexidade. As pessoas acreditam que, por trás dessa seqüência de crimes, procura-se esconder algo de que o Governo tem muito medo. É a coisa que talvez mais apavore o Governo. É algo de muito sério que cabe a nós investigar e expor.

Senador Arthur Virgílio, Santo André é o caso típico da prática de extorsão de dinheiro, porque o que se diz – as evidências são todas nesse sentido – é que o esquema da prefeitura do PT do Sr. Celso Daniel ensejava que pessoas do prefeito extorquíssem empresas de transporte coletivo, de lixo e de informática e pegassem o dinheiro – e aí entra o Sombra com o revólver em cima do birô, achincalhando, exigindo propina das pessoas, juntando dinheiro – que o Sr. Gilberto Carvalho teria dito aos dois irmãos do Prefeito Celso Daniel que, constrangido, levava por diversas vezes – não digo todo mês. Teria feito o transporte de vultosas somas de recursos – uma vez R\$1,2 milhão – para o Presidente do PT, o Deputado José Dirceu, que, nesta semana, vai ter seu processo de cassação analisado pela Câmara dos Deputados. Esse dinheiro era entregue à Direção Nacional do PT, e o PT de lá remetia, segundo Toninho da Barcelona, sob a forma de dólar para Merchant Bank, para conta Barret.

Então, temos aí o crime de extorsão, o tráfico de influência, a improbidade administrativa, a evasão de divisas. Há uma coleção de dolos, de crimes praticados, que estariam sendo levados a efeito num laboratório, numa fabriquinha que era a Prefeitura de Santo André, e talvez isso se repetisse – supõe-se – na Prefeitura de Ribeirão Preto e em muitas outras prefeituras dominadas pelo PT.

Mas aí, Senador Arthur Virgílio, é onde entra a preocupação dos meus conterrâneos com a farsa: os sete assassinatos. O último foi o legista. As pessoas me questionaram. Um deles, em Nova Cruz, me perguntou: “Senador, o senhor se lembra de que o Presidente Lula, segurando a alça do caixão do Prefeito Celso Daniel, teria dito que aquele caso não iria ficar por isso mesmo e que ali havia grandões envolvidos, havia gente grossa envolvida?” Lembrou que isso foi a última coisa que Lula falou sobre o caso Santo André e que, depois de Greenhalgh entrar nas investigações e entrar como advogado do Partido, o PT procurou jogar o caso Santo André para debaixo do tapete, como se fosse sujeira guardada sob o tapete.

Isso é que está indignando a sociedade. E vamos ter, nesta semana, a oportunidade de perguntar ao Sr. Rocha Mattos por essas fitas. O que dizem essas fitas? Será que essas fitas ajudariam a desmistificar essa farsa? A degravação delas, a voz gravada nelas, as pessoas que estivessem conversando nessas fitas gravadas ajudariam na desmistificação dessa farsa? Ajudariam a que a indignação da população do Rio Grande do Norte e do Brasil fosse atendida, com conclusões que pudessem levar à punição dos culpados? Vamos ter de levar a efeito essa tarefa nesta semana.

A farsa em torno do caso Santo André é o que mais está preocupando as pessoas, que têm a consciência de que muita sujeira se fez em Santo André. No entanto, na cabeça das pessoas, parece que lá há uma grande farsa, porque há seqüência de sete assassinatos sem explicação e a palavra do Presidente dizendo que esse assunto guarda gente grande e que não ficar por isso mesmo. E, depois, não se falou mais nada, entrou Greenhalgh, veio a versão do crime comum e não crime político...

Temos de dar curso às investigações, porque esse assunto tem muito a ver com a CPMI dos Bingos; trata-se da súmula de tudo o que estamos procurando investigar, a súmula daquilo que pude depreender no contato que tive com meus conterrâneos no Rio Grande do Norte; é uma preocupação pela indignação que o fato causa e é o que nesta semana temos de fazer. Temos de investigar e prosseguir nas investigações nas três CPMIs, para que, do nosso trabalho, possa redundar aquilo que é preciso fazer: o esclarecimento dos fatos e a exposição do Congresso com a sua face real.

Que os podres se vão e que aqueles que prestam fiquem resguardados pela missão cumprida.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR JOSÉ AGRIPINO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.)*

## FOLHA DE S. PAULO

## ESCÂNDALO DO "MENSALÃO" / NOVA DIREÇÃO

Paulo Ferreira não quer ser chamado de tesoureiro, por considerar o termo depreciativo

# Sucessor de Delúbio propõe "esforço" por doação legal

CONRADI CORSALETTE

DA REPORTAGEM LOCAL

Substituto de Delúbio Soares no comando do caixa petista, o novo secretário de Finanças do partido, Paulo Ferreira, 46, não quer ser chamado de "tesoureiro", pois considera o termo "depreciativo".

Ligado ao deputado federal José Dirceu (SP) e integrante do Campo Majoritário, tendência com maior influência na legenda, Ferreira diz que fará um "esforço brutal", a partir de agora, para a formalização de todas as doações ao partido.

Nesta entrevista concedida à Folha, ele classificou a expulsão de Delúbio Soares como uma medida "extremada".

Na votação do Diretório Nacional petista anteontem, Ferreira foi um dos que optaram pela pena mais branda ao ex-tesoureiro: a suspensão por três anos dos quadros partidários.

"Delúbio não cometeu apropriação [de dinheiro]", afirmou o novo tesoureiro petista.

Ferreira iniciou sua militância política no Rio Grande do Sul, onde participou do movimento estudantil e das ações da igreja. Agora, terá pela frente a reorganização do caixa petista, que amarga uma dívida reconhecida de cerca de R\$ 40 milhões.

Folha - O PT vem tratando o caixa dois como prática comum. Isso vai mudar a partir de agora?

Paulo Ferreira - É, sim, uma prática comum entre os partidos. Uma nova legislação tem de aperfeiçoar o sistema de financiamento, aprovando uma reforma que diminua os custos das campanhas, que devem ser feitas, como o partido sempre defendeu, por meio de financiamento público.

Folha - Sem mudar a lei, essa prática vai continuar no PT?

Ferreira - Não. Vamos fazer um esforço brutal a partir de agora para extrair resoluções que tenham como premissa a formalização de todas as doações. Vamos regulamentar o sistema de autofinanciamento [doação de militantes] e de financiamento do PT, dentro da lei, evidentemente.

Folha - Como?

Ferreira - As lições que nós extraímos implicarão a decisão da Executiva do PT de forçar e fazer com que, nas campanhas eleitorais, o doador sempre faça doação formalizada. O PT, assim como os outros partidos, tem de caminhar para um processo cada vez maior de formalização das doações.

Folha - Por que o senhor votou pela suspensão por três anos de Delúbio e não pela expulsão?

Ferreira - A suspensão é uma pe-

nalidade bem forte. Delúbio não cometeu apropriação. Conduziu o partido de forma individual e isso acabou causando esses problemas que nós vivemos.

Acho que expulsão é uma medida extremada para o tamanho dos erros que ele cometeu, que estão de acordo com três anos de suspensão.

## Serra ironiza tese de que crise política acabou

DA REPORTAGEM LOCAL

O prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), após votar no referendo sobre a proibição da comercialização de armas, ironizou a opinião de alguns petistas de que a crise política estaria debelada.

"É como um senador americano na época da guerra do Vietnã. Os Estados Unidos estavam perdendo, o senador disse: 'Eu tenho uma solução para o guerra do Vietnã: proclamamos a vitória e saímos correndo'. E mais ou menos isso, comparou."

*Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.*

*Durante o discurso do Sr. José Agripino, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi.*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que mande inserir nos Anais da Casa duas matérias, ambas de hoje: uma é do **Jornal do Brasil** e a outra, do **Correio Braziliense**. Essas matérias mostram o quadro desolador da seca no Estado das Águas, que é o Amazonas, e reforçam o pedido que estamos fazendo junto ao Tribunal Superior Eleitoral – os Senadores Gilberto Mestrinho, Jefferson Péres, eu

próprio e o Deputado Fernando Gabeira – no sentido de que aquele Tribunal libere do pagamento de multa essas populações, que, de fato, não conseguiram chegar ao local de votação e não merecem ser apenadas num processo em que elas são brutalmente vítimas: do exterior e da incúria interna também.

Apelo, portanto, à Mesa para que se reporte ao Tribunal Superior Eleitoral no sentido de que, examinando caso a caso, como pretende o Ministro Velloso com a sua percuciência inegável, sensibilize-se com esse drama, ou seja, não votaram, apesar de quererem, porque não puderam votar, e não puderam votar por razões internas de descabro e razões externas de responsabilidade de países desenvolvidos que levaram ao que me parece ser o início de um desastre ecológico que, daqui para frente, teremos que saber evitar com coragem e com clarividência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



# Impedidos de votar PELA ESTIAGEM

Cidades atingidas pela seca no Norte devem registrar índice recorde de abstenção: 50%

**A** seca no Amazonas pode levar os municípios mais atingidos a registrar o maior índice de abstenção do país. Juizes eleitorais das cidades afetadas pela estiagem calculam que a abstenção chegará a mais de 50% devido à falta de acesso. O interior concentra 748.292 eleitores dos 1.676.782 do estado. Das 5.052 seções, 796 ficam em áreas rurais, nas quais o acesso é via rios e lagos. A região Norte foi a que apresentou o maior índice de abstenção do país, 27,36%.

A pedido do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Amazonas, o 4º Batalhão de Aviação do Exército enviou urnas eletrônicas com transmissão via satélite apenas para as comunidades isoladas de Araras, município de Caapiranga, Costa do Ananã, Lago do Jutai e Ressaca do Pesqueiro, município de Manicoré. Os dois municípios têm cerca de 100 das 914 comunidades isoladas no estado.

Maria do Carmo Mutamy, 77, estava ontem na comunidade de Nossa Senhora de Fátima, a 29 km de Manaus. Para votar, teria que ir de rabeta (canoa com motor de popa) para a localidade de Livramento, pelo rio Negro — o acesso pelo igarapé estava bloqueado.

"Estão cobrando R\$ 4. Não posso pagar e não posso caminhar pela mata, o jeito é não votar." Os eleitores que não compareceram terão prazo de 60 dias para apresentar a justificativa da ausência. Como muitos dos eleitores atingidos pela seca são de famílias de baixa renda, cabe ao juiz solicitar a anistia da multa de R\$ 3 ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O eleitor Hélio Li-

ma, que votou no "não", teve que pegar um barco para chegar até o local de votação, na cidade de Nossa Senhora de Fátima.

De Caapiranga, a 222km de Manaus, a juíza Margareth Hoagen disse que a abstenção foi alta. Em uma seção na localidade de Membecá, a 32km da sede, 50% dos 678 eleitores não compareceram. Em Manaquiri, a 60km da capital, o juiz Jaime Arruê Loureir disse que a falta de acesso à sede do município pelos rios dificultaria até a apuração dos votos.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou ontem que anistiou da votação do referendo os 212 eleitores da comunidade de Urucazinho, distrito de Uricuritiba, a 207km de Manaus. Com a estiagem, não foi possível a Justiça Eleitoral enviar a urna eletrônica. Alguns eleitores chegaram a andar cinco horas até a seção eleitoral que não funcionou.

**Cidade violenta**

Os eleitores de Redenção, município de 70 mil habitantes, a 750km de Belém, que até 20 anos atrás era a região mais violenta do sul do Pará, com sete assassinatos por dia, votaram em peso contra a proibição de armas de fogo,

apesar de a cidade ser hoje relativamente tranqüila, com uma média de três mortes por mês.

Dois argumentos básicos convenceram homens e mulheres — dos índios caiapós, as famílias de pecuaristas e seus empregados — a apertar a tecla 1 nas urnas eletrônicas: as pessoas "de bem" têm direito de se defender dos bandidos e quem vive na Amazônia precisa ter ao menos uma espingarda de caça para sobreviver no mato. "Não tenho arma nenhuma em casa. Mas se a lei proibisse que eu tivesse, os ladrões iam me assaltar para levar a boiada do patrão", disse o vaqueiro Manoel Alves Machado, de 45 anos.

## Tranqüilidade NA ROCINHA

Cenário de frequentes disputas a bala entre traficantes e confrontos com a polícia, a Rocinha, na zona sul do Rio, teve ontem um dia dos mais tranqüilos. A população se mobilizou sem incidentes para a votação do referendo sobre a proibição do comércio de armas e munições e aparentemente dividida entre responder "sim" ou "não" à consulta. Desde o início da manhã, houve grande movimentação nas ruas de acesso ao local, com eleitores descendo o morro para votar.

Quando os portões do Ciep Ayrton Senna, escola pública em frente à favela, abriram as portas às 8h, cerca de mil pessoas já aguardavam na fila do lado de fora. No local, o principal ponto de votação da favela, funcionaram 14 seções eleitorais, onde votaram cerca de 7 mil pessoas. Por volta das 10h, ainda havia cerca de 200 pessoas esperando para entrar, mas o coordenador-geral da área, o técnico judiciário Eduardo Ramos, afirmou que a maioria das pessoas levou de 15 a 20 segundos para registrar sua opinião, facilitando muito o trabalho dos funcionários.

"Não tem nem comparação com a eleição de 2002, por exemplo, quando as pessoas levavam mais de dois minutos para votar em vários candidatos e tínhamos aqui mais de 1.500 pessoas na fila. A diferença hoje é brutal, é como comparar o céu ao inferno", brincou.

Um dos que desceram a favela cedo para votar, o pedreiro Everaldo Barbosa, de 40 anos, resolveu levar o filho, Everaldo Filho, de 2 anos, até a cabine eleitoral para votar pelo "sim". "Foi fácil decidir. A violência da favela é mais complicada, mas acho importante a proibição, porque vai fazer a gente andar melhor na rua. Num assalto num ônibus, por exemplo, uma pessoa armada pode reagir e colocar em risco a família da gente", opinou.

No vizinho Vidigal, favela cujos traficantes travam desde o ano passado uma sangrenta disputa por pontos de venda de droga com os da Rocinha, a votação também transcorreu com aparente normali-

dade. Nos dois morros, policiais militares reforçaram o policiamento.

### Baixada

Na Baixada Fluminense, onde ocorreu uma sangrenta chacina em março, que resultou na morte de 29 pessoas, o voto "não" liderava a preferência dos eleitores. A dona-de-casa Dulcinéia Maria Sipriano, de 52 anos, moradora de Queimados, por exemplo, passou os últimos dias percorrendo ruas próximas à sua para fazer campanha pelo "não".

"Depois que um de seus filhos, Marcos Vinicius Sipriano, morreu no massacre, aos 15 anos, ela não teve mais dúvidas. "O que adianta tirar as armas do cidadão de quem, se os bandidos e a polícia vão continuar armados? O policial que deu um tiro na cabeça do meu filho era pago para proteger a gente", desabafou, depois de votar. A tragédia mudou a vida dos bairros onde ocorreram as mortes: muitos deixaram o local e estabelecimentos comerciais fecharam as portas por falta de movimento. E influenciou a decisão dos moradores sobre o referendo.

## De olho

## NO BRASIL

O referendo sobre o comércio de armas de fogo e munição no Brasil foi notícia ontem nos principais sites de jornais estrangeiros e de agências internacionais de notícias. A maioria dos veículos destacou o pio-

neirismo mundial da medida e lembrou que as 17 milhões de armas de fogo em circulação no Brasil provocam, a cada ano, a morte de 39 mil brasileiros. O número posiciona o país num triste primeiro lugar no ranking internacional de mortos a bala.

Além de falar ontem dos 122 milhões de eleitores indo às urnas, as edições impressas e online dos jornais e agências estrangeiras já vinham publicando nos últimos dias matérias especiais sobre o referendo e a violência no Brasil.

A correspondente da britânica BBC, por exemplo, visitou favelas cariocas e deu detalhes sobre o cotidiano de mortes que ameaça a população do Rio de Janeiro. Entre outras coisas, revela que vários barracos por onde passou tinham marcas de balas nas paredes e que são comuns jovens armados patrulhando ruas das comunidades à noite.

Para o diário argentino *Clarín*, o Brasil passou ontem por uma "votação histórica". A notícia do referendo sobre a compra de armas disputou espaço com a eleição no país vizinho, também realizada ontem, e comparou as legislações brasileira e argentina a respeito do tema.

A exemplo da agência *Reuters* e de outros veículos estrangeiros, o *Clarín* também fez menção à posição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que votou ontem em São Bernardo do Campo, interior paulista, a favor da proibição do comércio de armas.

A agência espanhola EFE lembrou que há um mês a ilusão de um Brasil sem armas e menos violento atraía 73% dos eleitores ao voto no "sim", mas os argumentos dos que defendem o "não", mostrados em apenas um mês de propaganda gratuita na televisão, conseguiram reverter o quadro.

JORNAL DO BRASIL



*“O Não foi também um protesto contra a falta de políticas de segurança pública em nível federal e nos Estados”*

**LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO**  
DEPUTADO FEDERAL (PTB-SP) E VICE-PRESIDENTE DA  
FRENTE PARLAMENTAR PELO DIREITO DA LEGÍTIMA DEFESA



*“O governo precisa destinar mais recursos para que o estatuto do desarmamento vire realidade e não apenas uma lei bonita que não pega”*

**ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA**  
SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO DA FRENTE  
PARLAMENTAR BRASIL SEM ARMAS

NAO SIM

# Seca prejudica referendo

Baixa dos rios no Amazonas impediu que urna chegasse à Urucurituba, onde 212 moradores não conseguiram votar

**JULIANA ROCHA**

A seca no Amazonas, considerada a pior dos últimos 50 anos, impediu que 212 eleitores votassem na comunidade de Urucarazinho, no município de Urucurituba, a 207 km ao leste de Manaus. As urnas eletrônicas não chegaram ao local com a baixa dos rios. Os habitantes foram liberados da votação pela juíza Mariê Cristina Raposo do Carmo, e não terão que justificar ou pagar a multa de R\$ 3 aplicada aos faltosos.

— Único meio de transporte viável para enviar uma urna seria o helicóptero do Exército, mas os

custos operacionais inviabilizaram uma operação à localidade — explicou a juíza. O custo de uma hora de viagem de helicóptero é de R\$ 12 mil.

Para levar a urna à Urucarazinho é necessário seguir por uma estrada, que liga a capital ao município de Itacoatiara (são 170 km), navegar uma hora pelo rio Amazonas e outras quatro de Itacoatiara (são 170 km), navegar uma hora pelo rio Amazonas e outras quatro horas de rabeta (cano a motor de popa) até chegar ao

**Aluguel de helicóptero para transportar**

lago que dá nome à comunidade. **urna custa R\$ 12 mil**

No oeste do Pará, a população também teve dificuldade de chegar às zonas eleitorais em função da seca. O Ministério Público solicitou ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará uma lista dos eleitores que não conseguiram votar para que pudessem justificar.

No início da tarde, foi divulgada a informação de que um jacaré teria atacado uma equipe dos Correios que tentava levar, pela mata, a urna eletrônica a uma zona eleitoral de Sacuri. Ninguém ficou ferido. A as-

essoria do TRE paraense negou o episódio e disse que uma juíza de Oriximiná apenas alertou para o perigo de atravessar a lama para chegar às zonas eleitorais.

O TRE do Amazonas facilitou a justificativa de suas ausências, e helicópteros foram usados para levar as urnas a algumas comunidades.

O governo do Estado do Amazonas havia solicitado apoio de tropas federais para garantir a segurança em 36 municípios em situação considerada crítica e com falta de policiamento. O pedido foi negado pelo Tribunal Superior Eleitoral, com a justificativa de que o governador Carlos Eduardo Braga não teria respondido à consulta do ministro Marco Aurélio sobre as condições de segurança militar na região.

O Estado havia solicitado o apoio de tropas federais principalmente nos municípios de Tefé, Labrea, Humaitá, São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant, Novo Aripuaná, Tabatinga, Atalaia do Norte, Alvarães e Apuí.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PBT – RS)

– Senador Arthur Virgílio, a sua justa reivindicação será atendida na forma do Regimento.

Dando seqüência à lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Estado brasileiro precisa resgatar uma dívida ainda não saldada com os cidadãos e suas famílias que foram perseguidos, torturados e até mortos por motivações político-ideológicas. Só assim poderemos virar uma página triste de nossa história e afirmar, sem medo, que vivemos sob a égide de um Estado democrático de direito.

Faço essa afirmação, Sr. Presidente, amparado em centenas de cidadãos que procuram o meu gabinete em busca de informações sobre os seus processos de anistia política que correm na Comissão de Anistia, órgão subordinado ao Ministério da Justiça. Vejam, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que se trata apenas de uma amostragem do que está ocorrendo em nosso país, pois acredito que ocorra o mesmo com V. Ex<sup>as</sup>. Na verdade, trata-se de trinta e três mil processos que estão tramitando nessa Comissão de Anistia. E não creio que o Ministro Márcio Thomaz Bastos esteja absolutamente inteirado do que está acontecendo, apesar de, depois da elaboração deste discurso, depois de ter recebido essas informações, ter lido ontem, no **Correio Braziliense**, esclarecimentos que foram prestados pelo presidente da comissão, o advogado Marcelo Lavenère, que foi, inclusive, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

Quero, Sr. Presidente, dizer que não pode deixar de causar estranheza a forma como vem sendo tratada essa questão no Governo Lula, que possui toda legitimidade para dar celeridade a esses processos, que nada mais representam do que o resgate de algo que já foi, inclusive, perdido. O Estado brasileiro tem a obrigação de compensar essas pessoas e suas famílias.

Recebi várias cartas que relatam o andamento desses processos. Uma delas sintetiza a aflição e a preocupação daqueles que estão perdendo a esperança de ver os seus legítimos direitos efetivados. Uma delas, inclusive, fala desse direito líquido e certo e é acompanhada de observações da advogada de seu autor aqui em Brasília. Adianta que a comissão se reúne apenas uma vez por mês; que os conselheiros não residem em Brasília, o que favorece que eles não compareçam às reuniões; que o volume de processos, como eu já falei, é imenso – são trinta e três mil processos.

Sugiro, diante do exposto, que formemos uma comissão de Senadores que possam buscar, junto ao Ministro Thomaz Bastos e ao Dr. Marcelo Lavenère, explicações sobre essa procrastinação que impede que se possa promover justiça.

Relativamente a essa questão, um caso em meu Estado é absolutamente emblemático. Demonstra que, ao contrário do ditado que diz “a justiça tarda, mas não falha”, o que vale é o ditado que prega que “justiça tardia é uma forma de injustiça”.

O Sr. Pretextato José da Cruz foi líder do Sindicato dos Estivadores de Natal no início da década de 60, militante do PCB, candidato a vereador em Natal na década de 50 e figura ligada ao então Prefeito Djalma Maranhão, que faleceu no exílio no Uruguai. O Sr. Pretextato foi impedido de exercer os seus direitos políticos e teve de sair do Estado no ano de 1964, só podendo retornar no ano de 1976. Portanto, houve prejuízos para esse senhor, que esteve durante doze anos longe de sua terra, mesmo havendo julgamento militar em 1969 “inocentando-o” das denúncias que motivaram a cassação de seus direitos políticos. Ele está hoje com 82 anos de idade e indaga, diante da evidente procrastinação em ver o seu caso julgado, o seu pleito justo atendido, se vai estar vivo para receber o que lhe é direito.

Espero, diante desse exemplo de um idealista que ajudou a construir a nossa história, como tantos outros, poder sensibilizar o Governo Federal para que dê a devida prioridade ao julgamento desse processo.

Sr. Presidente, muitos outros me procuraram – como já disse, milhares de pessoas, são 33 mil processos. Agora, o **Correio Braziliense** traz, na sua edição de ontem, esclarecimentos do advogado alagoano Marcelo Lavenère, que ficou conhecido nacionalmente quando liderou, junto com o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, o pedido de *impeachment* do Presidente, seu conterrâneo, Fernando Collor de Melo.

Antigo militante em favor dos direitos humanos, ele é o presidente dessa comissão. Juntamente com 17 conselheiros, ele tem pela frente essa montanha de 33 mil processos. Ele diz, procurando explicar a situação, que é uma comissão muito polêmica, e a sua atuação provoca divergências, porque há quem considere ser um dever do Estado reparar com indenizações quem foi perseguido, torturado ou morto, mas há quem discorde disso, como os militares e segmentos conservadores da sociedade.

Sr. Presidente, entendo, com todo o respeito, apreço e admiração ao ex-presidente da OAB, que isso já está devidamente superado. O que há hoje é que o Estado precisa ter diante dele uma visão de urgência desse processo.

Diz mais o Presidente da Comissão de Anistia: “Não podemos considerar que a anistia vale para os dois lados. Entendo que anistia é para quem estava lutando contra o regime autoritário. Apenas não são processos fáceis, porque as ocorrências são do início da repressão militar, no início de 1964. Estamos há mais de quarenta anos desses episódios, diz o Presidente da Comissão. Os presos daquela época não puderam



guardar a documentação exigida. A coleta de provas não é fácil para o anistiado nem para a Comissão. Não basta apenas que alguém apareça e diga que foi perseguido ou torturado. Em muitos casos, estamos sendo flexíveis dispensando a documentação no limite da prudência, mas é muito difícil”.

Sr. Presidente, ainda diz mais o Presidente da Comissão em relação à pergunta “Como evitar que a Comissão de Anistia fique eternamente com casos antigos e inconclusos?”, pergunta o repórter do **Correio Brasileiro**. “Até o final do próximo ano, diz o Dr. Marcelo Lavenère, vamos julgar de 80% a 90% dos processos”. Será? Do jeito que a Comissão vai, será que o Sr. Marcelo Lavenère não está sendo por demais otimista? São 33 mil processos, e a Comissão não tem apresentado um ritmo que nos leve a crer – e nem ele promete, nessa entrevista, nenhum fato novo – que esses processos sejam julgados assim.

Ele acredita, entretanto, que a própria Comissão ou Governo deve sugerir um aditivo à Lei da Anistia para estabelecer um prazo de apresentação dos requerimentos de solicitação da anistia, que poderia ser de seis meses.

Sr. Presidente, fiz aqui um contraponto. Trouxe aqui o meu apelo, a minha crítica à morosidade dos trabalhos da Comissão, mas também não deixei de trazer a explicação, os esclarecimentos do Presidente da Comissão de Anistia.

No meio disso tudo, Sr. Presidente, tanto para mim como para o Presidente é muito fácil polemizar. Assim, não se trata propriamente de uma polêmica, mas é muito fácil cada um dar as suas razões, difícil é para quem fica esperando essa anistia. Difícil é para um Pretextato José da Cruz, que foi tão perseguido pelo regime autoritário e que perdeu tanto na sua vida sob o ponto de vista afetivo, sob o ponto de vista financeiro e sob o ponto de vista político, aceitar a morosidade do trabalho que vem a lhe fazer justiça aos 82 anos...

Quantos pretextatos não existirão por aí agora? Afinal, já faz 40 anos da repressão de 1964. Quarenta anos levaram essas pessoas ao envelhecimento, levaram essas pessoas a esse cansaço, a esse medo, a essa sensação de que, afinal, não se fará justiça à luta que eles travaram, política e ideológica. O que eles querem é a democracia que o Brasil vive e convive hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*O Sr. Sérgio Zambiasi, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arthur Virgílio.*

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Virgílio. PSDB – AM) – Com a palavra o Sr. Senador Sérgio Zambiasi, ilustre representante do Rio Grande do Sul.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Senador Arthur Virgílio. Estou tendo o privilégio de manifestar-me sob a sua presidência. Aproveito este início de manifestação para registrar a nossa solidariedade ao povo do Amazonas com os problemas de seca que estão enfrentando. O Rio Grande do Sul conhece muito bem esse problema. Tivemos, Senador Arthur Virgílio, ao final do ano passado, início deste ano, 110 dias sem chuvas no Rio Grande do Sul. Esse drama, conhecemos de perto. É claro que não com as dimensões que o povo amazonense está tendo hoje, mas o Rio Grande está pagando uma conta muito alta em função exatamente desses problemas climáticos gravíssimos que o Brasil e que o mundo estão enfrentando. Hoje, especialmente, o povo do Amazonas.

Estou lendo, ouvindo, acompanhando as repercussões da votação do referendo sobre a proibição da venda de armas e munições. É interessante ressaltar que foi a primeira e maior consulta popular informatizada do mundo a respeito do assunto. Ouço muitas opiniões sobre quem ganhou ou quem perdeu. Entendo que quando um tema de tamanha dimensão ganha corpo, sua simples discussão já é uma vitória para todos.

No início do mês, falando desta tribuna e assumindo meu voto NÃO, manifestei a importância do debate e a oportunidade que o cidadão ganhava para obter informações a respeito do Estatuto do Desarmamento. Na minha opinião, esta já é uma das leis mais restritivas do mundo que, se aplicada adequadamente, produzirá os resultados que todos queremos, ou seja, menos armas nas ruas e maior conscientização entre a população.

É bom lembrar que, com o resultado de ontem, vale o que diz o Estatuto do Desarmamento para o registro e porte de armas de fogo: entre as exigências estão a idade mínima de 25 anos e comprovação de efetiva necessidade do uso. Espera-se agora do Governo ações mais efetivas para coibir o comércio ilegal de armas e a facilidade com que elas chegam nas mãos dos bandidos.

No meu Estado, o Rio Grande do Sul, o NÃO obteve um dos mais altos índices. Mas isso não significa que a maioria dos gaúchos anda armada. Ao contrário. Aquele voto, como de resto de todo o Brasil, foi a manifestação de uma população preocupada com a criminalidade e, ao mesmo tempo, mais consciente dos seus direitos.

O resultado de ontem coloca definitivamente a questão da segurança pública na ordem do dia de todos os nossos governantes: sejam Prefeitos, Governadores ou Governo Federal. Por esta razão, louvo aqui a iniciativa do Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, que apresentou, na semana passada, uma proposta de emenda à Constituição dispondo sobre a obrigatoriedade da aplicação de recursos para a área da segurança pública.

A referida PEC define percentual mínimo das receitas de impostos a serem obrigatoriamente aplicadas

em ações na segurança pública: 15% pela União, 7% pelos Estados, 5% pelo Distrito Federal e 1% pelos Municípios.

Acredito que, se a proposta do Presidente Renan Calheiros for acolhida pelo Congresso, estaremos dando um grande passo no sentido de dar mais segurança à população, reduzindo, assim, os níveis de criminalidade.

Para concluir e retomando o tema do referendo, destaco parte do comentário da jornalista gaúcha Rosane Oliveira em sua coluna de hoje no jornal **Zero Hora**: “Lula votou SIM, escreveu um artigo assumindo essa posição – e isso deve ter ajudado a campanha do NÃO –, mas seu voto foi igual ao de políticos como o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso; o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin; e o Prefeito da capital paulista, José Serra. Sinal de que não faz sentido rotular partidários do SIM e do NÃO em direita e esquerda, governo e oposição”, afirma a jornalista.

Porém, em algumas circunstâncias, devemos reconhecer que a identificação do Governo com alguns movimentos sociais fizeram, sim, a diferença. É o caso do pequeno Município de Coqueiros do Sul, no meu Estado. Lá, o medo da invasão de terras pelo MST, que defendeu abertamente o “sim” e ocupou uma fazenda, levou a que 96,61% da sua população optassem pelo “não”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Virgílio. PSDB – AM)

– Cumprimento o Senador Sérgio Zambiasi pelo belíssimo pronunciamento e agradeço a menção solidária à crise por que passa o Estado do Amazonas.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Virgílio. PSDB – AM)

– A Presidência lembra às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial, a realizar-se amanhã, às 11 horas, destinada a homenagear Sua Santidade, o Papa João Paulo II, de acordo com os Requerimentos n<sup>os</sup> 225, 226 e 233, de 2005, dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim, Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores.

Lembro ainda que, de acordo com o art. 200 do Regimento Interno e conforme comunicação feita na sessão de 03 de agosto último, só usarão da palavra os Líderes ou quem S. Ex<sup>as</sup> indicarem.

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Virgílio. PSDB – AM)

– Os Srs. Senadores Alvaro Dias, João Batista Motta, Antero Paes de Barros, Flexa Ribeiro, Reginaldo Duarte e Sérgio Guerra, enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e § 2<sup>o</sup>, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup>. serão atendidos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, os prejuízos provocados pela corrupção e infligidos à sociedade brasileira são incomensuráveis. No Brasil, segundo a Transparência Internacional, a

corrupção é tratada como “**business as usual**”, ou seja, um negócio comum.

Como é do conhecimento das Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores presentes, a Transparência Internacional, principal organização não-governamental de combate à corrupção no mundo, divulgou no início desta semana o Índice de Percepções de corrupção 2005 – o grau de corrupção atribuído às relações entre o Estado e a sociedade no Brasil.

No índice de percepção da corrupção 2005, que se refere aos três últimos anos, a nota do Brasil caiu de 3,9 para 3,7 (em uma escala de 0 a 10, sendo 10 a melhor nota). É mister destacar, Sr. Presidente, que as avaliações que embasaram o referido índice foram feitas no início do ano de 2005 ou no máximo até o último mês junho.

Para que se possa determinar a evolução do Brasil no **ranking** da Transparência Internacional, é impossível comparar a lista do ano passado – que incluía 146 países – com a deste ano – com 159 países.

Essa comparação deve ser feita eliminando-se da lista deste ano os países que não apareciam no ano passado e reordenando a lista resultante. Ao se fazer isso, verifica-se que o Brasil passou da 59<sup>o</sup> posição para a 61<sup>o</sup> posição no *ranking*. Levando-se em consideração a margem de erro que afeta a posição de cada país, isso indica que o Brasil não piorou nem melhorou.

É importante destacar que países cuja classificação permanece inalterada são vistos pelos formadores de opinião internacionais como não tendo empreendido medidas eficazes para reduzir as fraudes. É o caso do Brasil.

Há um agravante em relação ao atual governo no que se refere às avaliações periódicas realizadas pela Transparência Internacional. Com a finalidade de tentar garantir que o novo governo assumisse o combate à corrupção como objetivo estratégico, em 2002 a Transparência Brasil apresentou ao então candidato Luiz Inácio Lula da Silva um compromisso anticorrupção em que se descrevia uma série de medidas concretas para iniciar um combate organizado a esse fenômeno. O então candidato Lula subscreveu o documento e incluiu quase todos os seus pontos em seu programa oficial de governo, consubstanciado no documento: “Combate à Corrupção – Compromisso com a Ética”.

O documento, com uma sofisticada capa, criação do mago da propaganda petista, o Sr. Duda Mendonça, é dedicado **in memoriam** ao prefeito Celso Daniel. O texto recebe contribuições de Antonino Marmo Trevisan, Aristides Junqueira, entre outros. Ao analisarmos as promessas, compromissos e enunciados contidos no documento em epígrafe, cotejando-os com a atual realidade, concluímos que a ficção norteou a sua elaboração.

Como afirma o presidente da Transparência Internacional, o advogado alemão e ex-presidente do Banco Mundial, Peter Eigen, a eleição de Lula angariou otimismo, mas os escândalos o deixaram “muito desapontado”.

Eleito em 28 de outubro, em seu primeiro pronunciamento oficial Lula declarou que empreenderia “combate implacável” à corrupção.

Sr. Presidente: a omissão daquele que tem responsabilidade pela gestão do Estado nos conduziu a uma situação de quebra dos pilares éticos, jamais imaginada.

Como segundo assunto, gostaria de registrar a matéria intitulada “Justiça quebra sigilo de Zeca do PT e irmãos”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 18 de outubro do corrente ano.

A matéria informa que a “Justiça de Mato Grosso do Sul determinou a quebra dos sigilos bancário,

telefônico e fiscal do Governador do Estado, José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, dos irmãos dele, Ozório Miranda dos Santos e Heitor Miranda dos Santos, do Deputado Federal Vander Loubet (PT) e de sete outras pessoas e cinco empresas”. Isso, por causa do envolvimento desses nomes com supostas irregularidades na licitação que concedeu à família do governador, por trinta anos, a administração do terminal fluvial de Porto Murtinho.

Para que conste dos Anais do Senado, requieiro, Sr. Presidente, que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A 12ª sessão  
terça-feira, 18 de outubro de 2005

BRASIL

FOLHA DE S. PAULO

**MATO GROSSO DO SUL** *Decisão afeta outras oito pessoas, todas suspeitas de irregularidades em licitação em terminal fluvial no Estado*

# Justiça quebra sigilos de Zeca do PT e irmãos

ANA RAQUEL COPETTI

COLABORAÇÃO PARA A AGENCIA FOLHA, EM CAMPO GRANDE

A Justiça de Mato Grosso do Sul determinou a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal do governador do Estado, José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, dos irmãos dele, Ozório Miranda dos Santos e Heitor Miranda dos Santos, do deputado federal Vander Loubet (PT) e de outras sete pessoas e cinco empresas. Todos são suspeitos de envolvimento em supostas irregularidades na licitação que concedeu à família do governador, por 30 anos, a administração do terminal fluvial de Porto Murtinho.

A determinação da quebra de sigilos é do juiz da Vara de Direitos Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos de Campo Grande, Dorival Moreira dos Santos, e atende ação protocolada em março de 2004 pelo advogado Paulo Tadeu Handchen, que representa Esacheu Cipriano Nascimento e Jesus Alfredo, proponen-

tes de uma ação popular que pede a investigação das suspeitas de fraude nesse processo licitatório.

Além de Zeca do PT, o juiz pede a quebra de sigilos de empresários e autoridades públicas que participaram das negociações envolvendo o Comport, consórcio vencedor da licitação.

O advogado de Zeca do PT e de Vander Loubet, Valeriano Fontoura, está em Brasília e disse que deve contestar hoje a competência da Justiça estadual nessa decisão. Segundo ele, “quem deve definir causas envolvendo governador e deputado federal são o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça”.

Loubet, na época da privatização do porto, era secretário estadual de Obras e Infra-Estrutura.

## Porto de Murtinho

O porto de Murtinho foi entregue pelo governo à iniciativa privada em 2001. De acordo com o advogado Handchen, em junho daquele ano a licitação do porto foi vencida pelo consórcio Com-

port, formado pela F. Andreis, empresa do Paraná, e pela Outstanding do Brasil.

No início de 2003, a F. Andreis cedeu lugar na sociedade a outras duas empresas. Uma delas, a Integrasul, pertencida a Ozório Miranda dos Santos, irmão do governador, a Fábio Silva dos Santos, sobrinho de Zeca, e a Myrian Conceição Silvestre dos Santos, mulher de Heitor e cunhada de Zeca.

“As mesmas pessoas que decidiram entregar a administração à iniciativa privada acabaram assumindo o porto em seguida”, disse Handchen. A ação original protocolada pelo advogado pede o cancelamento da licitação e tutela antecipada do porto, mas o julgamento foi adiado para o fim do processo.

Segundo Handchen, o juiz Dorival Moreira dos Santos decretou que o processo corra em segredo de Justiça. A reportagem da Folha não conseguiu localizar ontem os outros citados no processo.

Colaborou HUDSON CORRÊA, da Agência Folha, em Brasília

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Operação abafa”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 5 de outubro do corrente.

O Presidente Lula continua insistindo no discurso de que não existem provas das denúncias que, dia a dia, alimentam os escândalos dos Correios, do “Mensalão”, do caixa 2, dos Bingos, enfim, toda essa crise que envolve o seu governo e o seu Partido.

“Uma coisa é certa: estratégias com base em simples cortinas de fumaça não costumam dar certo”.

## Operação abafa

O presidente Lula dizer que não existem provas das denúncias que têm vindo à baila – de “mensalão”, corrupção, caixa 2, e tudo o mais envolvendo seu partido e seu governo – é tão inconvincente quanto a sua jura de que a reeleição “não é uma paixão”. Provas há, e como! Testemunhais, documentais, circunstanciais, materiais, estribadas em indícios exuberantes. A não ser que se pretendesse a existência de récibos de “mensalão” com a devida firma reconhecida, ou auto-incriminações, com confissões expressas em termos do tipo “me corrompi” – semelhantes, por exemplo, àquela do juiz de futebol corrupto que enlameou nossos campeonatos –, todas as denúncias inicialmente feitas pelo então deputado Roberto Jefferson (pertencente à base governista, sempre é bom lembrar) se confirmaram com os trabalhos investigativos das CPIs, da Polícia Federal, do Ministério Público e da imprensa.

Às vezes os investigadores chegaram até a uma espécie de regurgitação, pelo excesso de indícios, documentos e depoimentos produzidos pelas três CPIs. Aliás, foi na insistência com que o governo exigiu essas três CPIs – quando uma só poderia ter bastado para concentrar as investigações – que se configurou a primeira tentativa de “abafa” – mas seguiram-se outras, como as reiteradas ausências de quórum para impedir deliberações “inconvenientes”, tais como algumas quebras de sigilo. Mas agora, depois da vitória do governo na eleição do presidente da Câmara dos Deputados, a “opera-

ção abafa” entrou na agenda governamental sendo comandada pelo próprio presidente da República e seu ministro Jacques Wagner, que querem encerrar o trabalho das CPIs por sua “falta de resultados”!

Em seu esforço reeleitoral concentrado, que o fez participar de eventos em São Paulo, agora acompanhado de uma comitiva de pré-candidatos petistas ao governo do Estado – Mercadante e Marta à frente – como na visita à Favela Heliópolis (a segunda maior do País), ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo ou na reunião com empresários na

### A DIFICULDADE NAS CPIs NASCE DAS SABOTAGENS DOS GOVERNISTAS

Fiesp, o presidente Lula “cobrou provas” das CPIs e mais uma vez criticou o “denuncismo”, utilizando-se de argumentos do seguinte teor: “Eu disse outro dia que as mentiras e verdades iam aparecer. O povo só precisa ter cautela, porque o denunciamento ficou solto por quatro, cinco meses”; “Acho que os deputados estão com dificuldades para apurar a concretude (sic) das denúncias. Estas aparecem e não se concretizam. E não existe pedido de desculpa, reparação, retratação.”

Façamos, então, pequenas indagações: a quem Lula acha que se deveria fazer “pedido de desculpa, reparação, retratação”? A Delúbio? A Genoíno? A Silvio Pereira? A José Dirceu? A Waldomiro Diniz? A Marcos Valério? A Waldemar da Costa

É nesse contexto que gostaria de destacar o último parágrafo do referido artigo: “A população brasileira já sabe distinguir, muito bem, a fumaça diversionista da ‘concretude’ da lama”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Neto? Ao bispo Rodrigues? A ele próprio, presidente Lula? Ou seria ao Severino? E quem deveria fazer tais pedidos? Roberto Jefferson – o grande denunciador, pertencente às bases do governo? Ou a oposição? Ou a imprensa? Mas não seria um tanto cedo para isso? Não existem ainda montanhas de documentos a serem examinados pelas CPIs – por uma centena de funcionários de Tribunais de Contas e por auditorias externas que ainda estão sendo contratadas para examinar contas suspeitas no exterior –, e não há, ainda, várias outras testemunhas a serem ouvidas? Se os relatórios definitivos ainda nem foram apresentados, porque tanta pressa do presidente, de seus colaboradores e de dirigentes petistas, em desqualificar, genericamente, as CPIs em curso? O presidente e seus colaboradores não têm apanhado, desde o início da crise (nestes quatro ou cinco meses de denúncias “soltas”) que pretendem “apurar todos os fatos e punir os responsáveis”? Antes, então, das conclusões das investigações, não seria, no mínimo, precipitado, o presidente e seus colaboradores denunciarem, simplesmente, o “denuncismo”?

Uma coisa é certa: estratégias com base em simples cortinas de fumaça, tais como a de desviar a atual corrupção sistêmica governo Lula/PT/Alíados para investigações da “era FHC”, ou para episódios envolvendo celebridades alheias ao mundo político, como Xuxa e Romário, não costumam dar certo. A população brasileira não cai nessa, porque já sabe distinguir, muito bem, a fumaça diversionista da “concretude” da lama...

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para registrar o artigo intitulado “Bingo!”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 7 de outubro do corrente.

O artigo trata da acareação promovida pela CPMI dos Bingos entre 5 depoentes envolvidos no escândalo da renovação do contrato da empresa Gtech e a Caixa Econômica Federal visando à operação da rede de loterias do País. Segundo o artigo, “o resultado desse encontro foi o fortalecimento substancial dos indícios de envolvimento do PT e do governo Lula numa verdadeira rede de extorsão, destinada a ‘arrancar’ dinheiro de empresas interessadas em manter contratos de

prestação de serviço com estatais ou órgãos da Administração Pública federal”.

O artigo traz, também, avaliação do Relator da CPMI, Senador Garibaldi Alves, de que “ficou comprovado que a renovação do contrato Gtech-CEF foi marcada pelo tráfico de influência e pela corrupção”.

Pela oportunidade do assunto, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**NOTAS E INFORMAÇÕES A3**  
O ESTADO DE S. PAULO • SEXTA-FEIRA, 7 DE OUTUBRO DE 2005

Conselho de Administração:  
PRESIDENTE  
Roberto C. Mesquita  
MEMBROS  
Fernão Lara Mesquita  
Francisco Mesquita Neto  
Júlio César Mesquita  
Márcia Cecília V. C. Mesquita  
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)  
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)  
Francisco Mesquita (1927-1969)  
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)  
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)  
Armêdio de Campos (1875-1884)  
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)  
Pinio Barreto (1927-1958)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO  
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900  
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP  
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

**NOTAS & INFORMAÇÕES**

**Bingo!**

Como que atendendo, com a máxima presteza, ao “pedido” do presidente Lula, no sentido de que a CPI dos Bingos convocasse “bingueiros” para prestar depoimentos – e não outras pessoas íntimas do Planalto, cuja convocação tem causado grande irritação ao presidente; e como que para desmentir, cabalmente, declarações simultâneas do presidente Lula e auxiliares seus, a respeito da falta de foco, da “lerdeza”, ou da falta de provas das falcatruas cometidas na órbita do governo e de seu partido –, a sessão da CPI dos Bingos, nessa quarta-feira, encheu as medidas: promoveu a acareação, não só entre dois, mas entre cinco bingueiros. E o resultado desse encontro foi o fortalecimento substancial dos indícios de envolvimento do PT e do governo Lula numa verdadeira rede de extorsão, destinada a “arrancar” dinheiro de empresas interessadas em manter contratos de prestação de serviço com estatais ou órgãos da administração pública federal.

O confronto entre os bingueiros, suas discussões e agressões mútuas, constituíram um dos espetáculos mais deprimentes dos

que já foram vistos na televisão brasileira, exibindo o verdadeiro padrão moral de pessoas que, até pouco tempo atrás, tinham cargos de confiança nos ministérios ou mantinham relações estreitas com os administradores da coisa pública. Os depoentes se chamavam, reciprocamente, de bandidos, de mentirosos, de corruptos. Falavam, claramente, dos valores das propinas, das negociações sobre o preço das “comissões”, e assim por diante.

Enrico Gianelli, advogado da Gtech, empresa multinacional com contrato com a Caixa Econômica Federal para a exploração de loterias; Waldomiro Diniz, ex-subchefe da Casa Civil, braço direito do ex-ministro José Dirceu; Marcelo Rovai, ex-diretor-comercial da Gtech; Carlos Cachoeira, empresário do ramo de jogos de azar; Rogério Buratti, advogado, ex-secretário de Antonio Palocci, quando este era prefeito de Ribeirão Preto. Estes são os personagens das cenas de “mundoção” que tiveram lugar em recinto do Poder Legislativo, dificilmente contidos pelos parlamentares condutores da CPI. Quando ter-

minou a sessão de ontem da CPI, os “bingueiros” estavam todos com suas cartelas preenchidas de banditagens, podendo gritar juntos: “Bingo!”

Demonstrado ficou que a rede de extorsão atuou fortemente na renovação do contrato da multinacional Gtech com a CEF, para a operação da rede de loterias do País. Consumada em 8 de abril de 2003, quando a CEF já tinha tecnologia para o serviço e sua diretoria decidira absorvê-lo, a renovação propiciou para a Gtech um novo contrato de R\$ 650 milhões em dois anos. A evidência de corrupção nessa renovação contratual ficou no pagamento feito ao advogado Walter Santos Neto, algum tempo depois da assinatura. Tido como um intermediário do negócio, o advogado recebeu um cheque de R\$ 5 milhões, descontou-o e levou o dinheiro do banco num carro-forte. A CPI vai tentar rastrear o destino dado ao dinheiro.

Na avaliação do relator da comissão, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), ficou comprovado que a renovação do contrato Gtech-CEF foi marcada pelo tráfico de influência e

pela corrupção. Disse ele: “O importante é que um mentiroso desmentiu o outro e a acareação foi útil. Ficou a convicção de que o contrato envolveu propina de verdade.” Já para o presidente da CPI, senador Efraim de Moraes (PFL-PB), a acareação mostrou que a Gtech, que tem por prática cooptar servidores em funções estratégicas, com poder de influência na máquina estatal, não teve dificuldade em encontrar tais colaboradores: encontrou seus esforços em Waldomiro Diniz, então subchefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil – chefiada por José Dirceu –, e Buratti, ex-auxiliar do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, então prefeito de Ribeirão Preto. E Efraim acha que havia uma guerra entre grupos ligados ao governo, para tirar vantagem do contrato. “Pode haver um segundo e até um terceiro grupo beneficiados e vamos descobrir, pois a Gtech tinha por praxe corromper dirigentes” – disse o senador.

Trata-se, pois, de se saber quantos grupos estavam em disputa nessa rede, já que provada ficou sua existência, independentemente de ter ela começado por suborno ou extorsão, ou seja, pela iniciativa de empresários ou servidores.



**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Ex-presidente da Casa da Moeda admite caixa 2”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 5 de outubro do corrente.

A matéria destaca o depoimento do ex-presidente da Casa da Moeda, Manoel Severino dos Santos, na CPI do Mensalão. Segundo Severino, “as despesas feitas com fornecedores após o primeiro turno da campanha ao governo do Rio de Janeiro da candidata Benedita da Silva não foram incluídas na prestação

de contas ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e foram pagas com dinheiro de caixa 2”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NACIONAL  
QUARTA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2005 O ESTADO DE S. PAULO

# Ex-presidente da Casa da Moeda admite caixa 2

À CPI, Manoel Severino nega, porém, ter recebido dinheiro de Marcos Valério

## INVESTIGAÇÃO

Lisandra Paraguassú  
BRASÍLIA

Apontado como receptor de cerca de R\$ 2,7 milhões do esquema de Marcos Valério, o ex-presidente da Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos admitiu o uso de caixa 2 para saldar dívidas relacionadas à campanha da então candidata ao go-

verno do Rio, Benedita da Silva (PT), da qual foi tesoureiro.

Ao depor na CPI do Mensalão por quase 5 horas, Severino disse que despesas feitas com fornecedores depois do primeiro turno não foram incluídas na prestação de contas ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Segundo ele, as dívidas chegariam a R\$ 170 mil.

Mostrando impaciência com as perguntas, repetiu vá-

rias vezes que não podia dar conta do dinheiro porque nunca o recebeu nem autorizou ninguém a recebê-lo. “Não tenho conhecimento.”

Segundo ele, no fim da campanha de Benedita, o PT do Rio decidiu fazer alguns eventos e contratou carros de som e gráficos para fazer panfletos. “Reclamações de não pagamento começaram a aparecer sobre as despesas. Procurei uma pessoa

que fazia parte da coordenação da campanha e orientei que conversasse com quem reclamava”, disse, referindo-se a Carlos Roberto Macedo Chaves.

Lista do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) cita Chaves como tendo retirado R\$ 100 mil das contas de Valério. “Eu conversei com a Secretaria de Finanças do PT, falei com o Delúbio Soares, disse que precisávamos dessa aju-

da. Era algo em torno de R\$ 170 mil, R\$ 180 mil. A campanha já havia sido encerrada, não havia como arrecadar recursos.”

Na lista entregue por Valério à CPI, ao Ministério Público e à Polícia Federal, o nome de Manoel Severino aparece mais vezes, chegando a R\$ 2,67 milhões

Segundo ele, despesas não registradas chegariam a R\$ 170 mil

-quase igual ao gasto da campanha de Benedita, conforme a prestação de contas.

Foram quatro saques. O primeiro, de R\$ 100 mil, em setembro de 2003. O segundo, de R\$ 326 mil, em janeiro de 2004. O terceiro, de R\$ 750 mil em abril de 2004 e o último, de R\$ 1,5 mi-

lhão, em julho de 2004. Em nenhum dos saques Severino teria ido à agência.

“Nego ter recebido qualquer tipo de recursos das agências de Valério, nunca estive em nenhuma agência do Banco Rural e nunca estive em reunião com Marcos Valério em nenhuma das suas empresas.”

O ex-presidente da Casa da Moeda - que pediu exoneração em maio, depois que seu nome foi ligado ao escândalo do mensalão - negou também que qualquer despesa da campanha de Benedita tenha sido paga por Valério, incluindo o contrato do publicitário Duda Mendonça.

Mas, Severino voltou a confirmar que se encontrou sete vezes com Valério. Três delas na Casa da Moeda, três no Hotel Glória, no Rio, e a sétima no restaurante 14 Bis, do aeroporto Santos Dumont, também no Rio, para tratar de negócios.

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB-CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Mandrake no abafa”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 6 de outubro do corrente.

O artigo pretende mostrar como as reclamações do presidente Lula de lerdeza e desvio de foco das investigações das CPIs partem de um pressuposto equivocado. Segundo o artigo, “os donos da pizzaria que movimentam os pizzaiolos estão no Palácio do

Planalto e na cúpula do PT, de onde partem as ordens para a obstrução”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## ‘Mandrake’ no ‘abafa’

**A**s afirmações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro de Relações Institucionais, Jaques Wagner, reclamando de lerdeza e desvio de foco das investigações das CPIs e a iniciativa do presidente do Senado, Renan Calheiros, exigindo providências de seus dirigentes, partem de um pressuposto equivocado. Mesmo não tendo sido oportunas a prolongada ausência de Brasília do presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral, e a obstrução feita pelos governistas para impedir a evolução natural das investigações, os fornos onde se prepara a pizza da impunidade não estão instalados em sua cozinha nem nas outras, do “Mensalão” e dos Bingos, na qual Lula gostaria de ver bingúeiros depondo, em vez do chefe de seu gabinete, Gilberto Carvalho. Os donos da pizzaria que movimentam os pizzaiolos estão no Palácio do Planalto e na cúpula do PT, de onde partem as ordens para a obstrução liderada pela senadora Ideli Salvatti, e recebem agora a espontânea colaboração da Corregedoria e do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados envolvidos num entrevero que, por tão absurdo, está cheirando a jogada combinada.

O pretexto regimental para o impasse entre o presidente do Conselho, Ricardo Izar, de um lado, e o corregedor Ciro Nogueira e o relator por este nomeado para os 16 processos de cassação de deputados, Robson Tuma, de outro, chega a ser ridículo, de tão insignificante. Nogueira, protegido do ex-presidente da Câmara Severi-

no Cavalcanti, aproveitando-se da decisão do Supremo que forçou a passagem do relatório de Osmar Serraglio, da CPI dos Correios, pela Corregedoria, nomeou um único relator, Tuma, para os 16 processos. Este, como era de se esperar, preparou um relatório só, o que não é aceito por Izar, para quem a Corregedoria teria a obrigação regimental de entregar ao Conselho de Ética, que preside, relatórios individualizados com documentos e depoimentos que indiquem a presunção de culpa, ou de inocência, de cada um dos citados.

Como Izar já destacou 6 dos

### A PIZZA ESTÁ SENDO ASSADA EM FORNOS DO PALÁCIO DO PLANALTO E DO PT

16 que, na sua opinião, não poderão perder seus mandatos por falta de provas de quebra de decoro parlamentar, e Tuma tem opiniões próprias sobre aqueles que pretende livrar da guilhotina, o impasse só seria resolvido se o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, chamasse a si a decisão, resolvendo definitivamente como será a tramitação, retardada pelo impasse. Mas, eleito com 15 votos de maioria, l’a menos que o total de “cassáveis” e testemunha de defesa de um deles, José Dirceu, este não pode ser acusado de ter interesse em acelerar quaisquer processos de investigação e julgamento de seus “nobres pares”. Ao contrário: mal assumiu, já garantiu que terá “coragem e isenção” para absolver os inocentes, mas não foi tão enfáti-

co quanto à punição dos culpados. E, diante do conflito entre a Corregedoria e o Conselho, só pediu “paciência”.

Por acaso, seria leviano acusar os protagonistas desse entrevero absurdo de estarem agindo de má-fé? De não estarem cumprindo as promessas reiteradas diariamente à opinião pública de que os delitos serão apurados e os culpados, punidos na forma da lei? Isso era o mínimo que se esperava deles, depois de tudo quanto já foi revelado a respeito do uso indecoroso de mandatos de representação popular para enriquecimento fácil, rápido e ilícito. A substituição da “operação abafa” pela “operação Mandrake” – em que uma retórica de meias-verdades e mentiras deslavadas tenta desviar o foco para engabelar a opinião pública, justamente indignada com a corrupção denunciada e nunca satisfatoriamente desmentida –, denunciada pela colunista Dora Kramer, será um elemento a mais a desmoralizar os responsáveis por seu planejamento e execução. A mentira deles será desmascarada mais rapidamente do que o foi a falsa versão dos empréstimos para o “caixa 2” das campanhas eleitorais do PT, montada pelo ex-tesoureiro Delúbio Soares e pelo acusado de operar o “mensalão”, Marcos Valério, com o aval dado em Paris pelo presidente da República. A estes, aliás, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, se esqueceu de avisar que “caixa 2” é “coisa de bandido”.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as.</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Testemunha explosiva”, publicada pela Revista **IstoÉ**, edição de 28 de setembro de 2005.

A reportagem trata do depoimento que a ex-assessora financeira da campanha petista de 2004 fará à CPI dos Correios. Segundo a matéria, a ex-assessora era a responsável pelo esquema de caixa 2, ou de “contas não contabilizadas”, do PT local.

Para concluir, Sr. Presidente, requiro que a reportagem acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# TESTEMUNHA EXPLOSIVA

**Soraya Garcia, ex-assessora financeira do PT de Londrina, vai à CPI falar sobre caixa 2, que, segundo ela, era abastecido pelo ministro Paulo Bernardo**

**LUÍZ CLÁUDIO CUNHA** – Londrina

**C**omo Nova York, Londrina, no Paraná, tem suas Torres Gêmeas. E, a partir das 11h de 4 de outubro, terça-feira, o Twin Business Towers sofrerá um ataque. Virá na forma de um depoimento que a ex-assessora financeira da campanha petista de 2004 Soraya Garcia fará à CPI dos Correios. Atingirá o 17º andar da Torre 1, onde, segundo a Polícia Federal, funcionava a central do caixa 2 do PT local. Nas duas últimas semanas, a reportagem de **ISTOÉ** checou o que Soraya tem a dizer. O arsenal é pesado. Um dos alvos será o ministro do

Planejamento, Paulo Bernardo. Os petistas do Paraná tentam minimizar o depoimento de Soraya, mas a PF – que em julho já ouviu parte de suas denúncias – está convencida de que ela reinou sobre as “contas não contabilizadas” do PT de Londrina – que registra despesas de R\$ 1,3 milhão, segundo a prestação de contas do partido à Justiça Eleitoral, e gastos de R\$ 6,5 milhões pelo caixa 2, como delatou a ex-assessora ao Ministério Público.

“Durante a campanha, o dinheiro chegava em sacolas e sempre coincidia com a presença do então deputado Paulo Bernardo na cidade”, dispara Soraya, recontando o que via e ouvia na cúpula do partido. Como o seu chefe imediato, Augusto Er-





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM LONDRINA/PR



Ofício nº 2818/05-CART.

Londrina/PR, 02 de agosto de 2005.

A Sua Excelência o Senhor  
Juiz de Direito da 41ª Zona Eleitoral da Comarca de  
LONDRINA/PR

Assunto – representação de mandado de busca e apreensão e expedição de ofício  
Ref. IPL nº 517/05-DPF.B/LDA/PR

Senhor Juiz,

Vale registrar, primeiramente, que as irregularidades narradas por SORAYA GARCIA envolvem grande número de pessoas, datas, circunstâncias e situações. As provas são baseadas exclusivamente no seu depoimento, vale dizer, rico em detalhes e situações, levando a crer realmente a existência de um "cabadois", ao lado do paralelo é apresentado ao TSE. Os gastos na campanha, de acordo com SORAYA, ultrapassariam R\$6.500.000,00, enquanto que o informado para a Justiça Eleitoral foi de R\$ 1.361.577,23.

Delegacia de Polícia Federal em Londrina – Rua Tietê, 1450 – Vila Nova – CEP 86023-230 – fone 43-3294-7200

## CONVENCIMENTO

**Pedido de mandado de busca e apreensão à Justiça, feito pela PF, classifica depoimento da ex-assessora do PT de Londrina como "rico em detalhes, levando a crer na existência de caixa 2"**

mético Dias Júnior, não permitia recibos e apagava qualquer registro no computador, Soraya fez o depoimento em julho baseado na memória. As investigações posteriores, porém, atestam boa parte do que foi dito. Cumprindo ordem judicial, promotores e 40 agentes da PF amanheceram na quarta-feira 3 de agosto nos arquivos de 22 empresas da cidade apontadas pela ex-assessora. A varredura produziu 48 caixas de documentos. "Estes papéis comprovam o caixa 2, a contabilidade paralela na campanha do PT em 2004", disse em entrevista coletiva, no final do dia, o delegado-chefe da PF em Londrina, Sandro Roberto Viana dos Santos.

No dia seguinte, quinta-feira, o *Diário Oficial da União* publicou portaria transferindo o delegado para Marília (SP). Enigmático, ele observou: "Cumprir o meu dever. Existe um contexto em cima disso." O

contexto é pesado. As 8h da quarta-feira, momentos antes da devassa nas 22 empresas, oculta sob um cobertor no banco traseiro de uma caminhonete, Soraya foi levada para a PF. Na sala de Sandro, ficou à espera dos documentos. Uma hora depois chegavam as caixas apreendidas. Lá pelas 13 h, enquanto vasculhava o material, Sandro encontrou uma nota de aluguel de um Vectra da Localiza, tendo como responsável Jacks Dias, presidente do PT, e como condutor Nedson Micheleleti, o prefeito. "Isso vai bater na testa do (José) Janene", exclamou o delegado, destacando o nome do responsável pelo pagamento: a Fóssil, empresa que faz a coleta de lixo em Londrina e que, segundo depoimento do ex-diretor financeiro da Comurb Eduardo Alonso à Justiça, tem como sócio oculto o líder do PP, José Janene, um dos líderes do mensalão.

**Gtech** – A partir daí, lembra a ex-assessora, uma nova empresa surgiu no papelório: "Começaram a aparecer notas pagas pela Gtech, empresa investigada pela CPI do Bingo envolvida em contratos suspeitos com a Caixa Econômica Federal. Contamos 12, duas na Localiza e dez na Brascar, pagando aluguel de carros Gol e Citroën". A investigação continuou e foi descoberto um pacote com cinco notas da Avis Rent-a-Car, locando cinco Celtas para petistas locais, segundo Soraya: Oscar Bordin (vice-presidente da Sercomtel, empresa local de telefonia), Valter Orsi (ex-presidente da Associação Comercial), Antônio Ursi

(assessor especial do prefeito), Claudião (segurança do vice-prefeito) e Rafael Silva (assessor de mobilização do prefeito e ex-presidente da União Londrinense de Estudantes Secundaristas). Todas as notas eram pagas por uma empresa de turismo de São Paulo, a Yaktur, que nem mesmo Soraya conhecia. Até que um acidente banal com Rafael, que recebia um mensalinho de R\$ 400, revelou sua existência.

Em 10 de novembro de 2004, a Avis ligou para Soraya, no PT, cobrando R\$ 200 do seguro pela batida leve num pára-lamas do Celta dirigido por Rafael. "Eu não sabia dos carros, não eram pagos por mim." Soraya, então, ligou para a Avis de Curitiba e, lá, informaram que o locador era a Yaktur. Na Yaktur, deram um número de telefone em Brasília para Soraya tratar do problema. Ela ligou e a voz do outro lado respondeu: "SMP&B, bom dia!" Exposto

Ao(s) primeiro (01) dia(s) do mês de agosto (08) do ano de dois mil e cinco (2005), nesta cidade de Londrina/PR, na Sede da Delegacia de Polícia Federal, em Cartório, onde se encontrava presente o(a) Delegado(a) de Polícia Federal KANDY TAKAHASHI, comigo Escrivã(o) de Polícia Federal, ao final declarado(a) e assinado(a), compareceu **ROBERIO BICHERI**, brasileiro, separado, motorista, filho de Pedro Bicheri e Valnice Camargo Bicheri, nascido(a) ao(s) 08/05/66, natural de(o) Iporã/PR, portador(a) do(a) Carteira de Identidade nº 4231937-6, expedido(a) pelo(a) SSP/PR e do CPF nº 031181589-80, residente na(o) Rua Ana Nery, 166, Jd. Petrópolis, Londrina/PR, grau de instrução: médio, sabendo ler e escrever, inquirido(a) pela Autoridade Policial; **RESpondeu**: QUE, dois dias

onde funciona um escritório de PAULO BERNARDO, cujo responsável tem o apelido de ZENO, com a finalidade de buscar envelopes; QUE, esses envelopes foram recebidos por FABIO REALE, observando que no interior deles havia uma certa quantia em dinheiro, alguns mais magros, outros gordos, com o nome de pessoas manuscritas; QUE, esses envelopes eram levados para a CASA AMARELA, onde era feita a distribuição por FABIO REALE, normalmente a colaboradores da campanha e esses colaboradores ficavam responsáveis pela redistribuição; QUE, no edifício TWIN TOWERS se dirigiu por 3 ou 4 vezes, enquanto que na rua Maringá também foi umas 3 ou 4 vezes, sempre acompanhado de FABIO REALE; QUE, por uma vez se dirigiu até o apartamento de ZENO, na rua Samuel Moura, ficou aguardando no carro, enquanto que FABIO REALE se dirigiu ao apartamento e retornou com sacolas contendo envelopes

## "O DINHEIRO CHEGAVA EM SACOLAS"

**ISTOÉ** – Há conexão de Londrina com Brasília?

**Soraya Garcia** – O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Quando vinha a Londrina, dinheiro em grande volume aparecia na campanha. Chegava em sacola, que o Paulo Bernardo entregava para o Augusto Ermético, coordenador de campanha, ou Jacks Dias, presidente do PT local. Foram quatro vezes ainda no primeiro turno. Uma no final de agosto e outras três em setembro.

**ISTOÉ** – Ele trazia em espécie?

**Soraya** – Sempre em notas de R\$ 50 ou R\$ 100.

**ISTOÉ** – Vinha de onde?

**Soraya** – Num sábado, 23 de outubro, lá pelas 12h30, escutei o Augusto dizer ao celular: "O Paulo Bernardo vai trazer?" O outro deve ter dito que sim e Augusto se admirou:

"Quanto? 400 pilas?" Foi assim que ele disse, achei estranho. E completou: "Mas de Itaipu? Como é que vocês conseguiram isso?"

**ISTOÉ** – E Paulo Bernardo trouxe?

**Soraya** – Dois dias depois, lá pelas 4 h da tarde, entraram na minha sala o Paulo Bernardo, Jacks, Augusto e mais três pessoas. O Jacks disse: "Tive uma idéia: jogar dois mil cabos eleitorais na campanha, a R\$ 100 por cabeça, pra fazer boca de urna." Alguém olhou pro Paulo Bernardo e falou: "E aí, Paulo, dá?" Ele respondeu: "Pode vir que tem lastro."

**ISTOÉ** – O lastro era contabilizado?

**Soraya** – A contabilidade era feita numa planilha em Excel: o caixa oficial em azul, o caixa 2 em vermelho. Augusto passava os valores, eu digitava, fazia a so-

matória, imprimia e depois tinha que deletar tudo. Tinha um disquete laranja, que ele carregava numa caixinha lilás. Era uma planilha com uns 200 nomes de cabos eleitorais que ganhavam de R\$ 800 a R\$ 3 mil. Levava quatro dias para pagar, até o dia 10. Um inferno! Eu ficava sozinha com o dinheiro, pagando todo mundo. Fora o que a gente separava para as cabeças mais importantes.

**ISTOÉ** – Quem?

**Soraya** – Uma vez, em 10 de outubro, lá pelas 7 h da noite, entrou na sala um senhor e dei a ele um envelope com o nome

dele, Rocha, e R\$ 1.500 do caixa 2. Em agosto o envelope foi de R\$ 5 mil. Tempos depois, quando tinha denunciado o PT, fui à OAB. Entrei numa sala e vi um cara lá no fundo. Quando me aproximei, fechei os

olhos... era o Rocha! – José Carlos Rocha, presidente da OAB de Londrina.

**ISTOÉ** – O que mais mostra o elo de Brasília?

**Soraya** – Em novembro de 2004 mandaram alugar uma sala para quatro dias de reunião de 40 pessoas da Gtech no Cristal Palace Hotel. Tudo locado pelo caixa 2 do PT.

**ISTOÉ** – Zé Dirceu também trouxe dinheiro para o PT?

**Soraya** – O Augusto disse: "Temos que fazer um evento muito lindo para engordar os olhos do prefeito e pra agradecer o Zé Dirceu, que está trazendo dinheiro."

**ISTOÉ** – Ele chegou a falar quanto?

**Soraya** – O Augusto disse isso no sábado, 18 de setembro. Na segunda, apareceram R\$ 300 mil em notas de R\$ 100 com selo do Banco do Brasil.

## "Quando Paulo Bernardo vinha a Londrina, dinheiro em grande volume aparecia. Eram notas de R\$ 50 e de R\$ 100"

## "Em novembro mandaram alugar uma sala para quatro dias de reunião de 40 pessoas da Gtech no Cristal Palace Hotel. Pelo caixa 2"

o caso, a moça explicou: “Meu chefe, o sr. Marcos, não está. Ele viaja muito”, esclareceu, sem citar o nome Marcos Valério. Mas pediu que Soraya ligasse para o gabinete do então deputado Paulo Bernardo, na Câmara: “Foi com ele que fizemos o negócio. A gente ficou de pagar só o mês, sem cobrir batidas.” Soraya ligou para Cleide, secretária do deputado: “Vou passar o caso para o dr. Paulo”, disse.

Na última semana, ISTOÉ localizou o líder estudantil que bateu o Celta alugado. “É, tive um pequeno acidente mesmo, nada grave. Atuava como militante do partido”, confirmou Rafael Silva, que hoje trabalha no gabinete do prefeito Nedson Micheleti. O gerente da Avis em Londrina, João Luis Ferraro, também confirmou o acidente e o aluguel dos carros e disse que o locador era mesmo a Yaktur. Em São Paulo, um dos donos da Yaktur, Michel Langoni, negou qualquer possibilidade de ter repassado o telefone da SMP&B. “Nunca trabalhamos com esta agência. Agora, se algum carro foi alugado por alguma empresa que a gente atende, isso é problema dela.”

**Longe de Brasília** – Da longa jornada do dia 3 de agosto na PF, que durou até as 21 h, Soraya se recorda de ter visto 12 notas pagas pela Gtech, mas afirma que curiosamente só duas delas foram para o inquérito. “Eu só vi duas”, diz um promotor do MP, que avaliou durante oito dias as 1.714 páginas do processo. Questionado pelo promotor, o delegado Kandy Takahashi, da Polícia Federal, responsável pela investigação, insistiu: “Só vi duas notas da Gtech.” No mesmo dia 3 de agosto, enquanto o delegado Sandro vasculhava os documentos apreendidos, os advogados do PT pediam que o inquérito fosse transferido para o Supremo Tribunal Federal, alegando que o envolvimento do ministro do Planejamento nas denúncias exigia foro privilegiado. Quem não gostou foi o ministro Paulo Bernardo, que certamente prefere tratar dessas denúncias longe dos holofotes de Brasília. O prefeito de Londrina, Nedson Micheleti (PT), no dia seguinte tomou café da manhã com o ministro. À tarde, o PT de Londrina anunciou em entrevista coletiva que desistia do STF: “Devemos satisfação é à sociedade londrinense. O foro é aqui”, recuou o advogado João Gomes Filho. Entretanto, mesmo confi-

nado ao limite municipal, o caso continua espirrando no ministro.

O motorista Robério Bicheiri, que trabalhava para o PT, disse à PF ter recolhido dinheiro vivo no apartamento de um assessor de Paulo Bernardo, Zeno Minuzo. A ISTOÉ, Robério confirmou: “Fui duas vezes lá, em setembro e em outubro de 2004, dirigindo o carro do Fábio Reali, assessor do prefeito. Estacionei e o Fábio voltou com 20 envelopes, todos com nomes de coordenadores e vereadores em campanha. Era coisa de uns R\$ 50 mil. Ele botou dois envelopes no porta-luvas e o resto de baixo do banco. Ele disse que dessa forma, se fôssemos roubados, levariam menos dinheiro.” Ouvidos por ISTOÉ, ambos reagiram, indignados. “Isso é uma fantasia”, rebate Fábio. “É imaginação fértil. Vi este motorista uma ou duas vezes”, responde Zeno, que teve o seu sigilo bancário quebrado pela Justiça na quinta-feira 15.

**Doação** – Irônico é que em Londrina as doações legais de dinheiro para campanha também causam dor de cabeça ao ministro. A PF descobriu que uma das maiores doações legais à campanha do PT de Londrina não era de conhecimento sequer do doador. A WBC Consultoria Empresarial, uma pequena empresa de informática de Porto Alegre, doou R\$ 100 mil, segundo a prestação de contas ao TRE. Pela lei eleitoral, que limita doações a 2% do faturamento, a WBC precisaria de um lucro de R\$ 5 milhões no ano anterior ao pleito – mas o balancete dos quatro primeiros meses de 2003 aponta um resultado bruto de meros R\$ 283 mil. “Eu não doeie para Londrina. Doeie para o diretório nacional”, espantou-se o dono da WBC, Waldair Bilhar da Costa. E negou-se a dizer o nome de quem negociou a doação: “É uma coisa mais íntima.” “Quem negociou foi o Paulo Bernardo”, diz

Soraya. O cheque da WBC foi depositado na agência da Caixa na Câmara dos Deputados no dia 25 de agosto de 2004 e, no mesmo dia, transferido para a conta “Eleições 2004 – Nedson Luis Mecheleti prefeito”, conta nº 3113-8, na agência 184 da Caixa.

Na primeira semana de novembro, Soraya pediu o recibo do cheque ao tesoureiro do PT, Francisco Moreno. “Tem que ligar para o Paulo Bernardo”, disse ele, segundo Soraya. Ela ligou para o gabinete e a secretária, Cleide, avisou: “Vou falar com o Paulo Bernardo.” Desligou e, dez minutos depois, a secretária ligou de volta com os telefones, fixo e celular, do doador em Porto Alegre: “Fala com ele e pede o recibo. O Paulo Bernardo me passou este telefone.” Soraya contactou o doador e, no dia 25 de novembro, o tesoureiro Moreno foi pessoalmente a Porto Alegre recolher o recibo.

Após um mês de investigação, a PF comprovou pouco mais de R\$ 400 mil de caixa 2, mas prorrogou por 60 dias o inquérito para descobrir o resto do dinheiro. “Basta investigar o roteiro que eu dei”, garante Soraya. “Só com os 80 candidatos a vereador, paguei mais de R\$ 600 mil, tudo pelo caixa 2.” Outras despesas eventuais, como o estranho envelope de dinheiro dado ao presidente local da OAB, José Carlos Rocha (leia quadro à pág. 28), ajudam a explicar o gasto de R\$ 6,5 milhões denunciado por Soraya. “Envelope? Eu? Esta moça é louca”, reagiu o advogado Rocha numa conversa gravada com ISTOÉ, as mãos trêmulas, os olhos marejados, exatos 8m32s depois de elogiar Soraya por “falar a verdade, com muitos detalhes”.

**Arquivos** – O cuidado obsessivo de Augusto com qualquer registro, proibindo recibos e carregando consigo o disquete do caixa 2, levou a um incidente com o irmão do prefeito Nedson, Nilton Micheleti, programador de computador. Em outubro, Soraya pediu sua aju-

da para recuperar alguns arquivos de trabalho e ele ajudou a resgatar dados de dois meses para trás. Ao saber do fato, Augusto reagiu irritado: “Você não tem nada que recuperar arquivo. Não mexa nisso. Você está proibido de

mexer nos computadores do Twin Towers.” Pouco antes de Soraya falar à PF, Nilton incentivou a amiga a contar o que sabia, iniciativa que provocou seu rompimento com o irmão prefeito. Telefonemas no meio da noite, carros suspeitos com placa fria trafegando

lentamente na porta de casa passaram a fazer parte do cotidiano de Soraya, mas ela está decidida a contar tudo na CPI. Na manhã de quinta-feira 22, Soraya recebeu um telefonema da PF para formalizar seu pedido de ingresso no Programa de Proteção à Testemunha, que ela havia solicitado em 27 de julho. ■

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Virgílio. PSDB – AM) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 25, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 255, de 2005)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 255, de 2005), que *prorroga o prazo para opção pelo regime de Imposto de Renda Retido na Fonte de Pessoa Física dos participantes de planos de benefícios; altera as Leis nºs 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e 9.311, de 25 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Amir Lando  
Prazo final: 31-10-2005

### 2

#### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 256, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 256, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, no valor global de quatrocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, setecentos e trinta e quatro reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:  
Prazo final: 18-11-2005

### 3

#### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 257, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 257, de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, e de Encargos Financeiros da União, no valor global de um bilhão, duzentos e quatorze milhões de reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:  
Prazo final: 18-11-2005

### 4

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)  
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)  
(Encontra-se sobrestando a pauta a partir de 2-10-2005)

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.*

Dependendo de leitura dos pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Ci-

dadania, de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

5

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 477, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005*.

6

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2005**

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.034, de 2005 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais*.

Parecer favorável, sob nº 1.513, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 87, DE 2003**

*(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**SUBSTITUTIVO À  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 12, DE 2004**

*(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº

12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 12, DE 2003**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 59, DE 2004**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

11

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 162, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

*(Votação nominal)*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho,

que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

12

### SUBSTITUTIVO AO

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.*

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

13

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

14

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal

Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

15

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

16

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.*

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

17

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

18

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000,

na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

19

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

20

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

21

### REQUERIMENTO Nº 823, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília,

pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.

Parecer sob nº 1.770, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Roberto Saturnino, favorável, com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece, que conclui pela apresentação de Voto de Solidariedade para com o povo japonês e todas as vítimas das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, há sessenta anos; e que esse Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília.

22

### REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Rodolpho Tourinho.

23

### REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

### O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 21 minutos.)*

# Ata da 187ª Sessão Especial, em 25 de outubro de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

### *Presidência dos Srs. Renan Calheiros e Marco Maciel*

*(Inicia-se a sessão às 11 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Peço a todos que ocupem os seus lugares.

A presente sessão especial destina-se a homenagear Sua Santidade o Papa Paulo II, de acordo com os Requerimentos nºs 225, 226 e 233, de 2005, dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim, Arthur Virgílio, Marco Maciel e outros Srs. Senadores.

De acordo com a decisão desta Presidência, usarão da palavra os Srs. Líderes ou quem S. Ex<sup>as</sup> indicarem.

Nesta sessão, excepcionalmente, a Presidência vai conceder a palavra também aos primeiros subscritores dos requerimentos.

Convido para compor a Mesa D. João Braz de Aviz, Arcebispo Metropolitano de Brasília. (Pausa.)

Convido também para compor a Mesa Dom Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico. (Pausa.)

Convido para compor a Mesa Dom Heitor Sales, Arcebispo Emérito de Natal. (Pausa.)

Convido também para compor a Mesa, com muita honra, Dom Eugênio de Araújo Sales, Arcebispo Emérito do Rio de Janeiro. (Pausa.)

Convido para compor a Mesa Dom José Freire Falcão, Arcebispo Emérito de Brasília. (Pausa.)

Convido para compor a Mesa Dom Odilo Pedro Scherer, Secretário– Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, representando Dom Geraldo Magela Agnelo, Presidente da CNBB e Arcebispo de Salvador. (Pausa.)

Convido também para compor a Mesa o Embaixador da Polônia, Pawel Kulka Kulpiowski. (Pausa.)

Eminentíssimo Sr. Cardeal Dom José Freire Falcão, Eminentíssimo Sr. Dom Eugênio Sales, Reverendíssimo Sr. Arcebispo Dom Lorenzo Baldisseri, Reverendíssimo Sr. Dom Odilo Pedro, Reverendíssimo Sr. Dom João Braz de Aviz, Reverendíssimo Sr. Dom Heitor Sales, Excelentíssimo Sr. Embaixador da Polônia, Excelentíssimo Sr. Embaixador da República Libanesa, Excelentíssimo Sr. Embaixador da República Árabe da Síria, Excelentíssimo Sr. Embaixador da República da Guatemala, Reverendíssimo Sr. Dom Eugênio Sales,

Arcebispo Emérito do Rio de Janeiro; Reverendíssimo Monsenhor José Leite Nogueira, Ilustríssimo Sr. Robson Lopes, Ilustríssimos Representantes de Embaixadas; Excelentíssimas senhoras e Excelentíssimos senhores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores.

O Senado homenageia, de maneira especial, a memória de Sua Santidade o Papa João Paulo II.

Há quase sete meses, tive a oportunidade de participar da cerimônia de despedida do grande pontífice, no Vaticano, quando pude ver de perto a emoção do mundo inteiro diante de tão grande perda. Foi um momento que, sem dúvida, muito me marcou.

Superado o choque inicial pela perda de um dos maiores líderes humanitários que o mundo já teve, podemos refletir com maior clareza sobre o enorme legado de João Paulo II, em vinte e sete anos de pontificado. A fé inabalável e o espírito de oração impressionavam a todos que o cercavam.

Os biógrafos lembram a infância sofrida na Polônia, a orfandade e os horrores das guerras e do nazismo como elementos que despertaram e fortaleceram a fé de Karol Wojtila. Uma história de vida que também ajuda a entender a garra com que o jovem polonês seguiu os desafios de uma vida destinada a evangelizar e a cuidar dos interesses da humanidade.

O pontificado de João Paulo II foi o quarto mais longo da história da Igreja. Sua grandeza não pode ser medida por números, mas é impossível não nos deixarmos impressionar com algumas dessas estatísticas.

Para visitar 129 países, em 102 viagens realizadas ao redor do mundo, o Papa peregrino percorreu 1 milhão e 700 mil quilômetros de avião, carro, navio e até *ferry boat*, o que corresponde a 31 voltas ao redor da Terra e a mais de três vezes a distância entre a Terra e a lua.

O Papa mais popular de todos os tempos foi visto por cerca de 400 milhões de pessoas, reuniu-se com 738 chefes de Estado e recebeu 246 primeiros-ministros.

Ele escreveu 14 encíclicas, proclamou 476 santos e 1.318 beatos, mas, acima de tudo, o Papa João Paulo II será lembrado como um Papa missionário, que fez questão de estar sempre no centro dos acontecimentos mundiais, lutando pelas liberdades democráticas e pela justiça social.



Natural de um país durante muitos anos dominado por ditaduras totalitárias, João de Deus abraçou com todas as forças a tarefa de ajudar a libertar seu povo e outros povos oprimidos pela falta de liberdade política e religiosa. Nesse papel duplo, de líder religioso e político, João Paulo II mostrou uma habilidade e uma capacidade de comunicação impressionantes, justificando o título de Papa pop.

Gestos como de beijar o solo dos países que visitava encantaram o mundo, assim como o trânsito que tinha entre outros líderes de outros credos religiosos e a facilidade com que dirigia aos fiéis mensagens em diversas línguas.

Fotógrafos disputavam espaços para registrá-los afagando crianças e acolhendo doentes e miseráveis.

Dizem que foi o homem mais registrado da História. Levava sempre 50 jornalistas a bordo do avião e com eles costumava conversar aberta ou reservadamente.

Da Era João Paulo II, guardaremos a lembrança do Papa pop, do Papa peregrino, do João de Deus, que a fé foi transformando aos poucos de missionário em Santo. Santidade que nasceu na fé e cresceu no martírio de seus últimos anos, quando sacrificou o que lhe restava de saúde para continuar pregando o Evangelho e protegendo o rebanho de Cristo.

Enquanto esperavam a decisão da Igreja sobre a canonização de João Paulo II, os fiéis que tanto o adoraram em vida seguem crendo na santidade de João de Deus.

Encerro minhas palavras neste momento em que o Senado presta tão relevante homenagem, lembrando a multidão reunida diante do caixão de João Paulo II na Basílica de São Pedro, ao erguer seus cartazes e ecoar: “*Santo Súbito!*” ou “*Santo Já!*”

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel. Em seguida, nós concederemos a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Exm<sup>o</sup> Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional; Exm<sup>o</sup> Sr. Dom João Braz de Aviz, Arcebispo de Brasília; Exm<sup>o</sup> Sr. Dom Lorenzo Baldisseri, Núncio apostólico, representante, portanto, do Santo Padre no Brasil e Decano diplomático; Exm<sup>o</sup> Sr. Dom Odilo Pedro Scherer, Secretário-Geral da CNBB e que nesta cerimônia representa o Presidente da Instituição, Dom Geraldo Magela Agnelo; Eminentíssimo Sr. Cardeal Dom José Freire Falcão; Eminentíssimo Sr. Cardeal Dom Eugênio Sales; Reverendíssimo Sr. Heitor Salles, Arcebispo Emérito de Natal; Exm<sup>o</sup> Sr. Embaixador Kulka Kulpiowski, Embaixador da Repú-

blica da Polônia e, ao saudá-lo, eu desejo saudar aos demais Embaixadores e membros do Corpo Diplomático aqui presentes; e, ao saudá-lo, desejo saudar os demais Embaixadores, Embaixadoras, e membros do Corpo Diplomático aqui presentes, Exm<sup>os</sup> Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, convidados, minhas senhoras, meus senhores, “*o longo soluço que se espraiou pela morte de João Paulo II e, depois, a magnificência de seus funerais atestam que esse Papa soube comover, fascinar e iluminar não somente o povo católico, mas também de outras crenças*”, a observação é do escritor francês Gilles Lapouge e foi igualmente perfilhada por outro intelectual também não católico – Vargas Llosa ao afirmar: “*a agonia, a morte e as exéquias de João Paulo II provocaram uma comoção sem precedentes em todo o planeta. Até agora, só o assassinato do presidente Kennedy fora objeto de comoção parecida, embora*”, – ressaltou – “*postas numa balança, a repercussão internacional deste último resulte mínima comparada à do falecimento do primeiro Papa polonês da história*”.

Karol Wojtyła, considerado pelo seu biógrafo Bernard Lecomte como “*um dos últimos gigantes do século XX*” e a quem o destino fizera cultuar em sua juventude o atletismo; fora operário em pedreiras e indústrias químicas; ensaiara ser ator, chegando a interpretar papéis num grupo de teatro. E mais: se ordenara às escondidas, exercendo o sacerdócio numa igreja clandestina, pois sua pátria estava sob o jugo de tropas nazistas e posteriormente comunistas.

Wojtyła haveria de ser um Papa não só preocupado com o governo da Igreja, mas sobretudo com a sua missão: confiava na competência da Cúria e das representações pontifícias; e, para além disso, reservara para a tarefa de levar a mensagem de Cristo a todos, restaurando a dignidade da pessoa, resgatando-a de quaisquer violências.

Seu afã era levar Cristo a todos – pessoas, povos e nações, porquanto “*não existe mais Igreja do silêncio, porque ela fala por meio do Papa!*” E o explicitará, na Carta Apostólica Tertio Millennio Adveniente, por que “*Cristo, de qualquer maneira, pertence a toda a humanidade*”.

Para ele, friso, “*evangelizar era a missão essencial, a vocação própria, a identidade mais profunda da Igreja*”, sendo a preocupação social parte dessa missão evangelizadora, obrigando-o a falar “*em nome daqueles que não tinham voz*”, convencido “*de que os pobres não podiam mais esperar*”.

Quebrou o tabu da figura distante de um Papa encastelado na basílica, a quem ninguém podia tomar a iniciativa de se dirigir. Nos modernos areópagos da Terra haverá de ecoar para sempre sua palavra numa tentativa de mundializar o verbo divino, porque seu

espírito de Apóstolo o fazia sentir-se, acima de tudo e mais do que tudo –, “*oprimido pela solicitude por todas as Igrejas grandes*”, para utilizar as próprias palavras do Apóstolo Paulo, de quem se emprestara o cognome.

Divisou de imediato a importância dos veículos de comunicação (como o diria aos bispos dos Estados Unidos em 1979): “*mediante esses meios a Igreja Católica espera difundir sempre mais eficazmente a maravilhosa mensagem do Evangelho*”.

Sr. Presidente, no momento em que o Senado Federal celebra o vigésimo sétimo ano de sua coroação como Pontífice Romano, cabe interrogar a que se atribuir tamanha reverberação do legado de Karol Wojtyła? Certamente, ao testemunho que ele ofereceu no transcurso de seu longo, porém frutuoso pontificado, num mundo caracterizado pelo relativismo ético, perda de valores humanísticos e uma acentuada propensão para o emprego da violência na solução dos dissensos e dos conflitos.

Não se pode deixar de fazer memória de traços que ornavam a sua unímoda personalidade, desvelada no denso magistério exposto em muitos documentos pontifícios; no peregrinar, por todo o planeta, convertendo-o, perdoe-me a expressão, num genuíno “global player”; na rotundidade de suas convicções e na coragem ao proclamar o tesouro da fé; no perseverar, oportuna e inoportunamente no anúncio da doutrina social da Igreja, ainda que arrostando incompreensões e expondo a própria vida; no perseguir a inculturação da fé e o diálogo interreligioso em diferentes culturas, como o fez no encontro de Assis, onde conversou com bonzos e imames, sacerdotes animistas e rabinos, xintoístas e sikhs, jainistas e zoroastristas. Porquanto, “alcançar a desejada comunhão entre todos os que crêem em Cristo poderá constituir, e com certeza constituirá, um dos maiores acontecimentos da história humana”. *E o fazia, pretendendo ultimar a comunhão ecumênica, cuja efetivação infelizmente, não veria.*

Perspicaz, entendeu começar sua atividade missionária, ante a excepcional oportunidade que se lhe deparava de salvar o mundo do comunismo. Ousou visitar, de logo, a sua pátria, eis que nenhum de seus antecessores penetrara ainda no bloco comunista. Leonid Brejnev, de Moscou, compreendeu suas intenções: tentou impedir tal intrusão, mas temeu a revolta dos poloneses, de longa tradição católica e nacionalista. Durante oito dias de junho de 1979, João Paulo discursou perante milhares e milhares de compatriotas para os quais bradava: “*este papa, sangue de seu sangue, osso de seus ossos, vem para falar diante de toda a Igreja da Europa e do mundo, destas nações e destes povos, freqüentemente esquecidos.*”

Iniciava-se irrefragavelmente a *débâcle* do comunismo, apesar da resistência do governo polonês que, em 1981 fechou o Sindicato Solidariedade de Lech Waleska e encarcerou seus líderes, mas não podia prender seu arquiteto – o Papa.

Em 1985, Mykhail Gorbachev assumiu o poder da União Soviética; sentindo a precariedade do Partido, foi falar com Wojtyła sobre a “*Perestroika*”, a abertura do sistema. A derrota final do comunismo era questão de tempo.

“Hoje podemos dizer” – *testemunhou anos após Gorbachev* – “que tudo que aconteceu na Europa Oriental não teria acontecido sem a presença deste Papa. Hoje, na história da Europa, houve uma virada muito profunda. João Paulo II teve – e tem nisso – um papel decisivo”.

Côncio do grave risco de que seu gesto pesava sobre a humanidade inteira, confessou em seu “Testamento”: “*De modo especial, possa a Divina Providência ser louvada por isso, que o período da chamada ‘guerra fria’ terminou sem um conflito nuclear violento, o perigo que pesou sobre o mundo no período anterior*”.

Além de seu envolvimento nas grandes questões mundiais como as que conduziram a queda do Muro de Berlim, que Ralf Dahrendorf denominou em livro, a “*revolução de 1989*”, isto é, “*o fim de uma longa guerra civil ideológica entre o Leste e o Oeste*”, buscou também mediar graves crises políticas. Cite-se, por oportuno, em nossas plagas, a sua obstinada atuação na solução do *affaire* do Canal de Beagle, evitando embate armado entre a Argentina e o Chile. Visitou Cuba, pedindo que esse país se abrisse para o mundo e o mundo para Cuba. Condenou o embargo econômico dos Estados Unidos, mas, em contraponto, remeteu carta a Fidel Castro, criticando “*as duras penas impostas a cidadãos cubanos...*”

Todavia, se o Pontífice comemorou a queda do comunismo, nem por isso se conformou com o triunfo do capitalismo selvagem, nestes tempos de uma globalização excludente e indiferente às demandas sociais e aos direitos humanos.

E em Alice Springs, na Austrália, em novembro de 1986, impressionado com as condições dos aborígenes, apostrofaria: “*Até quando o homem precisará suportar – e deverão suportar os homens do Terceiro Mundo – a primazia dos processos econômicos sobre os direitos humanos invioláveis*”.

E aos jornalistas, durante o vôo Roma-Ilha do Sal, em janeiro de 1990: “*O papa sente-se aliado da África e dos demais países do Terceiro Mundo. É preciso apresentar aos países ricos as necessidades dos países pobres e pressionar por soluções concretas, globais!*”

Sr. Presidente, as visitas de João Paulo II ao Brasil nos legaram inolvidáveis lições sobre os mais variados temas, referido de questões com que a Nação se defronta e para cuja solução impõe-se enfrentar, sem paternalismo, a eliminação da miséria e da pobreza, reduzir as disparidades interpessoais e interregionais de renda, e superar as diferentes desigualdades relativas às etnias, ao tratamento dos migrantes e à condição feminina.

A Pastoral Parlamentar Católica – constituída preponderantemente por Senadores, Deputados Federais e Estaduais – teve o ensejo de ser recebida no Vaticano por Sua Santidade no ano de 1998. Incumbido da desvanecedora tarefa de falar em nome de seus integrantes, ressaltai que *“a política não é profissão, mas uma atitude de vida; significa, quando correta e igualmente exercitada, ação missionária voltada para a realização do bem-comum”*. A referida Pastoral busca *“ter presente a necessidade de que a sua atividade seja fertilizada pelo ensinamento de Cristo e de sua Igreja, reconhecida, por textos pontifícios, como “perita em humanidade”*. Ao nos acolher, junto aos túmulos de Pedro e Paulo, o Papa Wojtyła assinalou caber aos políticos de uma nação eminentemente católica *“a importante incumbência, como cidadãos livres e responsáveis, de zelar pela correta aplicação dos princípios morais que, baseados na lei natural, se acham confirmados na revelação. Sobre estes princípios apóia-se o verdadeiro bem de toda a sociedade. A mesma Igreja não cessa de orientar as consciências, sem jamais interferir nas opções políticas concretas tomadas livremente, pois esta não é a sua missão”*.

Citando palavras do Concílio Vaticano II, o Papa asseverou que *“a Igreja louva e aprecia o trabalho de quantos se dedicam ao bem da nação e tomam sobre si o peso de tal encargo, ao serviço dos homens”*. E concluiu dizendo: *“De igual modo, é meu propósito estimular vosso espírito de serviço que, juntamente com as necessárias competência e eficiência, pode tornar transparente toda atividade orientada para o bem-comum da sociedade como, aliás, o povo justamente o exige”*.

Sr. Presidente, a morte de João Paulo II nos faz meditar sobre sua vida em suas distintas dimensões.

À missão apostolar se associa a do profeta e esta não se circunscreve à de anunciar o Evangelho a todas as gentes. O dom da profecia, como se sabe, não é somente o de suscitar a esperança em tempos prenhes de incertezas, mas de igual sorte, como o fez Jeremias, o de arrancar e destruir, exterminar e demolir o que desagrada a Deus.

O Papa jamais pretendeu maquiagem a severidade da mensagem evangélica, a fim de torná-la aceita

– como advertiu no primeiro pronunciamento em solo americano, em outubro de 1979: *“O verdadeiro amor é exigente; eu falharia em minha missão senão lhes dissesse isso com toda a franqueza”*.

Personalidade múltipla, nele se alojava uma enorme capacidade dialógica e talento para se expressar na língua de seu interlocutor e transmitir sua mensagem nas modernas ágoras desta época tão caracterizada pela assimetria econômica e exclusão social. Nos encontros com políticos ou filósofos, artistas ou mestres, empresários ou trabalhadores, cientistas, pesquisadores e os jovens, ali estava o Papa cujo carisma produzia uma natural empatia com a juventude, objeto de sua primeira fala ao se entronizar como Pontífice: *“Vocês são o futuro do mundo. Vocês são a minha esperança! Não tenham medo!”*

Ademais sua vasta cultura nos variados territórios do conhecimento se alçava aos píncaros da genialidade.

Ao ser vitimado em plena Praça de São Pedro, por um atentado que deixou seqüelas e muito sofrimento, teve o gesto heróico de manter-se no exercício de todas as funções decorrentes da cátedra petrina.

O herói e o mártir talvez pertençam à mesma família, posto que suas atitudes guardam muitas semelhanças. O martírio, certamente, ultrapassa o heroísmo. Este entrega a vida por objetivos mundanos, enquanto que os mártires não se matam, mas, para se conservarem fiéis a Deus, permitem que a vida lhe seja tirada. É o que se interpreta das palavras de Tertuliano, ao dizer que *“o sangue dos mártires é a semente do cristianismo”*. Em João Paulo, por conseguinte, no servo sofredor, excede o santo. Pois, *“a santidade é o paradoxo supremo da vida em sua grandeza e totalidade”*, conforme entendimento de Alceu Amoroso Lima.

*Ela, a santidade, acrescenta o também chamado Tristão de Athayde, “é muito maior do que o heroísmo e a genialidade que isolam os heróis e os gênios, enquanto os santos nos unem, não só a eles mas ao próximo e nos reconciliam com a própria condição humana no que tem de mais belo. A alegria no sofrimento. A riqueza no desprendimento. A força na fraqueza. A vitória nos malogros. A presença nas ausências. O fogo na água do batismo. Em suma, a vida na morte.”*

Daí, no seu sepultamento, a multidão uníssona proclamar: *“Santo subito”*.

João Paulo II entrou na eternidade portando uma tristeza e uma esperança: a tristeza de não haver completado sua missão evangelizadora ecumênica; a esperança de haver desvelado o Papa que haveria de sucedê-lo.

O Colégio Cardinalício, por unção do Espírito Santo, escolhe Ratzinger Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana.

Sr. Presidente, o que nós “*chamamos acaso, talvez seja a lógica de Deus*”, observou certa feita Georges Bernanos. Wojtyla e Ratzinger, amigos de longa data, cognominados “*colegas intelectuais*”, ambos políglotas; ambos inspirados escritores; ambos com suas concepções firmemente assentadas em princípios filosóficos e teológicos; ambos também convictos de que “*a estatística não era uma das medidas de Deus., que se tem de abstrair dos parâmetros quantitativos do sucesso.*” – como afirmou o então ainda Cardeal, no livro “*O Sal da Terra*”.

Não foi por acaso que Ratzinger adotou o nome de Bento XVI: em homenagem a São Bento de Núcia, o pai do monasticismo e patrono da Europa, ora envolta numa concepção do mundo puramente científica, racional e materialista, quando houvera construído sua cultura no cristianismo, expandindo-o aos quatro continentes; e também em reconhecimento a Bento XV, o Papa da Primeira Guerra Mundial, que lutara por impedi-la a todo custo e formulara todo um sistema de ajuda aos combatentes.

As dificuldades da Igreja Católica em muitos dos países do globo não amedrontam Ratzinger que, referindo-se ao Papa João Paulo II revelou parecer “*sentir sua mão forte*” (...) “*apertar a minha; parece-me ver seus olhos sorridentes e ouvir suas palavras, dirigidas a mim em particular, neste momento,...* Ele deixa uma Igreja mais corajosa, mais livre, mais jovem. Uma Igreja que, segundo seu ensinamento e exemplo, olha com serenidade para o passado e não tem medo do futuro.”

Declara-se Ratzinger “*determinado a cultivar qualquer iniciativa que possa aparecer para promover os contatos e o encontro com representantes das diversas igrejas e comunidades eclesiais*”. E dirige-se “*a todos, mesmo aos que seguem outras religiões ou que simplesmente procuram uma resposta às perguntas fundamentais da existência e ainda não a encontraram..., para assegurar que a Igreja quer continuar a tecer com eles um diálogo aberto e sincero, à procura do verdadeiro bem do homem e da sociedade*”.

Aliás, na única visita ao Brasil, como Cardeal, afirmou que “*conciliar unidade de fé e multiformidade de culturas não é um conflito, é uma tarefa para os que professam a fé cristã*”.

Aos que aludem ao “*afastamento entre a Igreja e o mundo*”, à sua “*imagem ameaçadora e esclerosada*”, Ratzinger reconhece que “*não encontramos a linguagem para nos exprimir na consciência atual*”.

E o fez recorrendo ao veio poético de Miquelângelo, o genial escultor do Renascimento: “*Com olhar de artista, Miquelângelo via na pedra que estava diante dele a imagem pura que só esperava para ser libertada e trazida à luz. Para ele, a tarefa do artista consistia apenas em retirar da pedra aquilo que encobria a imagem. Miquelângelo considerava a verdadeira atividade artística como um libertar e trazer à luz, e não como um fazer. (...) Assim também o homem deve, antes e primeiro que tudo, receber a purificação, para que nele resplandeça a imagem de Deus – a purificação pela qual o escultor, ou seja, Deus, o liberta de todas as escórias que encobrem seu verdadeiro semblante e fazem com que ele pareça um bloco disforme de pedra, enquanto nele já habita a forma divina*”.

Sr. Presidente, na Encíclica *Fides et Ratio*, lembrava João Paulo II que, há dois mil anos, “*a encarnação do Filho de Deus permite ver realizada uma síntese definitiva que a mente humana, por si mesma, nem sequer poderia imaginar: O Eterno entra no tempo, o tudo esconde-se no fragmento, Deus assume o rosto do homem... Agora todos têm acesso ao Pai, em Cristo;... Ele concedeu-nos a vida divina que o primeiro Adão tinha rejeitado*”.

Com sua morte, há tristeza; mas não luto; silêncio mas não solidão, porque a graça preenche o vazio e, na sua consumação, o justo é acolhido nos braços do Criador. O Papa João Paulo II que, postumamente o Senado Federal neste instante reverencia, habita a morada do Senhor.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, primeiro subscritor da homenagem.

**O SR. PEDRO SIMON** (PDDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Eminentíssimo Sr. Cardeal D. José Freire Falcão, Eminentíssimo Sr. Dom Eugênio Sales, Arcebispo Emérito do Rio de Janeiro, Reverendíssimo Sr. Arcebispo Dom Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico, representante do Santo Padre no Brasil e Decano do Corpo Diplomático, Reverendíssimo Sr. Dom Odilo Pedro, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Reverendíssimo Sr. Dom João Braz de Aviz, Arcebispo de Brasília, Reverendíssimo Sr. Dom Heitor Sales, Arcebispo Emérito de Natal, Excelentíssimo Sr. Pawel Kulka Kulpiowski, Embaixador da República da Polônia, Excelentíssimo Sr. Fouad El-Khoury, Embaixador da República Libanesa, Excelentíssimo Sr. Ali Diab, Embaixador da República Árabe da Síria, Excelen-

tíssimo Sr. Manuel Estuardo Roldan Barillas, Embaixador da República da Guatemala, Reverendíssimo Sr. Dom Eugênio Sales, Arcebispo Emérito do Rio de Janeiro, Reverendíssimo Monsenhor José Leite Nogueira, da Nunciatura Apostólica, Ilustríssimo Sr. Robson Lopes, Presidente da Sociedade São Vicente de Paula, ilustríssimos representantes das Embaixadas, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a sessão de hoje é verdadeiramente especial. Estamos reunidos aqui para prestar homenagem à memória de um dos homens mais fascinantes do nosso tempo, o Papa João Paulo II.

O polonês Karol Wojtyła, nascido no dia 18 de maio de 1920, na pequena cidade de Wadowice, faleceu em 2 de abril de 2005, em Roma, na Itália, após um longo calvário.

Pessoalmente, acredito que o Papa optou por passar seus últimos dias recolhido a seu apartamento, no Vaticano, porque não queria ficar indo aos hospitais. Buscou evitar que os médicos pudessem prolongar artificialmente sua vida.

Foi uma extensa e frutífera trajetória. Foi a mais rica existência humana que se pode imaginar. Aliás, ele costumava a dizer que a fé sem obras é nula. Independentemente de crença religiosa ou posicionamento ideológico, a figura carismática do Papa João Paulo II chamou para si a atenção dos quatro cantos do mundo.

Sua simplicidade, sua solidariedade para com os oprimidos, a firmeza de suas convicções e até mesmo o sofrimento físico nos últimos dias de vida fizeram com que granjeasse o respeito de todos. Suas últimas imagens, a de um homem de inquebrantável vontade que não se deixava abater pela doença, ficaram gravadas para sempre em todos os corações e mentes dos habitantes deste planeta.

Eu gostaria, inicialmente, de forma bastante breve, de destacar aqueles que me parecem ser os pontos fundamentais na atuação do Papa João Paulo II.

Sem dúvida, um dos aspectos mais luminosos do seu pontificado foi a sua atuação diplomática, muitas vezes silenciosa, de grande eficácia. Sem contar com forças armadas, sem derramamento de sangue, ele conseguiu algo que se considerava impossível: a reunificação da Europa. Hoje não se vê mais qualquer possibilidade de conflagração generalizada naquele continente.

Um outro aspecto que merece encômios é a imensa obra literária que ele nos legou. Deixou-nos um conjunto gigantesco de documentos doutrinários que abrange todos os âmbitos da cultura e que analisa todos os temas polêmicos da atualidade.

Outro ponto culminante de sua atuação foi o empenho que mostrou no sentido de aprofundar o ecumenismo. Na Encíclica **Ut Unum Sint**, ele nos aponta o caminho do ecumenismo como algo de que não se pode fugir. A declaração conjunta católico-luterana sobre a justificação por fé e graça é uma das realizações mais impressionantes neste campo.

Outro legado igualmente importante foi o da universalização da presença da Igreja. Com sua peregrinação pelos cinco continentes, João Paulo II deu grande visibilidade à Igreja Católica. Falando em mais de cem idiomas, ele deixou claro que nenhuma problemática humana lhe era desconhecida. Suas Exortações Apostólicas desenharam um panorama completo da situação e das tarefas mais prementes em cada continente.

Do mesmo modo, destaco as canonizações e as beatificações realizadas por João Paulo II, que superaram o conjunto dos papas que o antecederam. Em artigo de jornal, diz o Padre Jesus Hortal: "Foram 482 canonizações feitas por ele, contra 302 promovidas por todos os seus predecessores; e 1.338 beatificações. O modelo de santidade proposto à veneração dos fiéis não ficou restrito aos povos católicos da velha Europa, nem aos sacerdotes e religiosos, mas se estendeu a todos os povos, a todas as idades e a todas as condições sociais. O Papa Wojtyła, com o reconhecimento de tantos que foram atingidos pela graça de Deus, demonstrou que literalmente vivemos no meio de santos".

Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, ao nascer, o futuro papa recebeu o nome do pai, Karol Wojtyła, oficial reformado do exército polonês, católico, de hábitos reservados. Sua mãe, Emilia, era uma dona-de-casa de saúde frágil, melancólica, que não se conformava com a morte de uma filha, recém-nascida, em 1914.

A infância e a juventude de Karol foram marcadas pela tragédia familiar. Em 1929, pouco antes de completar o nono aniversário, ele perdeu a mãe, vítima de doença. Seu irmão mais velho morreria dois anos depois, com escarlatina. A morte do pai ocorreu semanas antes que completasse 22 anos.

Quando ficou sozinho, sem parentes, já era universitário em Cracóvia e sonhava com uma carreira artística. Participava de encenação de peças teatrais e escrevia poemas. Embora demonstrasse profunda devoção religiosa, não pretendia ser sacerdote. Julgava que serviria melhor à Igreja atuando como leigo católico.

Sua vocação sacerdotal iria surgir logo depois da invasão da Polônia pelas tropas de Adolf Hitler, quando a Igreja Católica começou a ser perseguida. Os nazistas fecharam os seminários e assassinaram

padres e freiras. Mesmo assim, a Igreja continuou a formar sacerdotes em seminários clandestinos. Karol Wojtyła, que trabalhava durante o dia como operário numa fábrica de soda cáustica, freqüentava um desses seminários à noite.

Ordenado padre em princípio de novembro de 1946, Karol Wojtyła demonstrou de imediato sua grande capacidade intelectual, fato que chamou a atenção do Arcebispo de Cracóvia Adam Stefan, que se tornou seu protetor.

Sua carreira na Igreja foi meteórica. Aos 38 anos tornou-se bispo e foi nomeado auxiliar na Arquidiocese de Cracóvia. Em 1963, ascendeu ao cargo de arcebispo na mesma cidade. Sua atuação foi marcante em vários aspectos, notadamente no que se referia ao trabalho de conscientização dos jovens e dos operários. Enfrentando o regime comunista, jamais recuou do trabalho dedicado à integração dos leigos nas tarefas pastorais; à promoção do apostolado juvenil e vocacional; à construção de templos, e à formação religiosa dos operários. Rapidamente, o arcebispo de Cracóvia tornou-se uma referência religiosa e política no seu país.

Karol Wojtyła começa a surgir para o mundo durante o Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, que se realizou entre 1962 e 1965. Aos 45 anos, teve naquele Sínodo intensa participação, particularmente nas comissões encarregadas de elaborar a Constituição Dogmática sobre a Igreja **Lumen Gentium** e a Constituição Conciliar **Gaudium et Spes**.

O grupo a que pertencia Karol Wojtyła conseguiu se impor nos debates no Vaticano II com a proposta de uma nova visão moral e religiosa, que pregava a abertura imediata do diálogo com as outras religiões, condição essencial para redefinir os rumos da Igreja Católica e adaptá-los à nova realidade social global. No final, o Concílio acatou a bandeira do ecumenismo e do diálogo entre as religiões; inovou as práticas litúrgicas, com a abolição do latim nas missas, e pavimentou o terreno para que os episcopados nacionais ganhassem bem maior autonomia.

Já como papa, na homilia de 25 de janeiro de 1985, João Paulo II assim se pronunciou: "Para mim, que tive a graça especial de participar e colaborar ativamente em seu desenvolvimento, o Vaticano II foi sempre, e é de modo particular nestes anos de meu pontificado, o ponto de referência constante de toda a minha ação pastoral, com o compromisso responsável de traduzir suas diretrizes em aplicação concreta e fiel, em cada Igreja e em toda a Igreja. Devemos recorrer incessantemente a essa fonte".

Srs. Parlamentares, Srs. Convidados, em 1978, depois da morte de Paulo VI, e após o brevíssimo

pontificado de João Paulo I, chegou ao trono de São Pedro um dos mais carismáticos líderes da milenar e história da Igreja Católica.

Em 16 de outubro daquele ano, o Cardeal polonês Karol Wojtyła foi eleito papa, quebrando uma tradição de quase quinhentos anos de escolher pontífices de origem italiana.

Em 22 de outubro de 1978, aconteceu sua investidura com o nome de João Paulo II.

Ao ser entronizado no principal posto da Igreja Católica, disse em seu discurso: "Não temam! Abram as portas para Cristo! Abram as fronteiras de Estados, de sistemas políticos e econômicos, dos amplos domínios da cultura e da civilização!".

O Papa João Paulo II foi antes de tudo um humanista, preocupado com a vida, com a fé, com a felicidade e com a liberdade do homem. Por isso, sempre repetia em suas pregações que se sentia atingido por qualquer ameaça contra o homem, contra o homem, contra a família e contra a Nação. Costumava dizer igualmente que o respeito à vida era fundamento de qualquer outro direito, inclusive o da liberdade.

Sobre a violência, lembrava sempre que a simples ausência da guerra não significava a conquista da paz verdadeira. Para ele, a paz só se efetiva em sua totalidade quando vem acompanhada de igualdade, verdade, justiça e solidariedade. Em sua opinião, a Igreja tinha entre seus deveres mais importantes o engajamento a favor da justiça e da paz. Tinha a firme convicção de que os jovens em todo o mundo reuniam todas as possibilidades para promover esses valores. Dizia o papa que, ao se preparar um homem novo para assumir as grandes responsabilidades sociais, estava aberto o caminho da fraternidade. Assim, a preparação da juventude foi ponto central do seu pontificado.

João Paulo II reconhecia que as nações desenvolvidas têm compromisso moral, histórico e de civilização com os habitantes em países em desenvolvimento da América Latina, da Ásia e da África, cujas riquezas foram pilhadas pelos colonizadores, cujas populações foram dizimadas ou simplesmente escravizadas. Entendia que o mundo ocidental, que havia construído seu progresso com as matérias-primas tiradas dos povos dominados, deveria ajudar as nações em desenvolvimento a superarem os horrores das guerras, da fome, das doenças e das tragédias climática.

Em sua defesa intransigente da paz, da justiça, da liberdade e da fraternidade, João Paulo II foi um advogado dos pobres, dos oprimidos, dos explorados, dos perseguidos pelos regimes autoritários e dos deserdados. Sua autoridade moral contra a indiferença

e a arrogância e suas atitudes em favor da dignidade do homem já teriam sido suficientes para elevá-lo ao mais alto degrau da grandeza. Mas João Paulo II era ainda maior na fé, na obediência ao Cristo, na sua coragem ao enfrentar serenamente os inúmeros contratempos da vida, na sua imensa tolerância e na sua extraordinária cultura.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, distintos convidados, em muitas etapas de sua vida, João Paulo II despertou a consciência do mundo contra o arbítrio, contra a violência e praticou o perdão com toda a força do seu coração. Um desses momentos que mexeu com a sua vida e com a sua consciência foi durante os anos terríveis do nazismo.

Em 1939, no instante em que os alemães começaram a bombardear a cidade polonesa de Wawel, o sacerdote Karol ajudava a missa na catedral da cidade. Daí para frente, as cenas de violência que se seguiram contra a população indefesa, o desrespeito aos direitos mais elementares dos seres humanos e os gritos de sofrimento e de dor que ecoavam do Gueto de Varsóvia, aguçaram sua repulsa ao regime de Adolf Hitler.

Em 1998, inconformado com a omissão de sua Igreja frente ao Holocausto, João Paulo II pediu perdão aos judeus e afirmou que faltou aos cristãos resistência, determinação e coragem espiritual para enfrentar o massacre nazista.

Igualmente doloroso e ao mesmo tempo chocante foi o encontro que teve com a morte em 1981, no dia 13 de maio daquele ano, em plena Praça de São Pedro, repleta de fiéis, enquanto abençoava a todos do alto de um carro aberto, o Papa João Paulo II foi atingido por um tiro vindo da multidão, disparado por um turco. Levado às pressas ao hospital, foi submetido a duas delicadas cirurgias. O pistoleiro foi preso em flagrante e levado à prisão. Dois anos depois, sem ódio, sem rancor, o Papa surpreendeu o mundo ao visitar o autor do atentado em sua cela. Conversaram longamente e, ao final, o criminoso recebeu o perdão. Antes disso, em nenhum momento conhecido da história da Igreja Católica existia qualquer registro da ida de um Pontífice a uma cela de prisão para conversar com um detento.

O Papa João Paulo II sempre foi um defensor das liberdades democráticas e crítico dos governos autoritários em todo o mundo. Segundo o próprio Mikahil Gorbachov, ex-Presidente da antiga União Soviética, João Paulo II teve papel decisivo na queda do Muro de Berlim, na vitória do Sindicato Solidariedade contra o regime comunista da Polônia e na virada radical que aconteceu no resto da Europa Oriental.

Usando seu carisma, sua respeitabilidade e sua imensa capacidade de convencimento, João Paulo II prestou um grande serviço à humanidade ao evitar derramamento de sangue no ocaso do comunismo na Europa Oriental.

Sr. Presidente, desde os primórdios da Igreja Católica, o Papa é chefe espiritual e político. Depois que o Primado de Roma foi estabelecido, no século IV, e o catolicismo ganhou um centro de decisão e de poder, os Papas viram as suas atribuições serem ampliadas. Dessa maneira, como os reis e os príncipes de antigamente, os Papas, desde aquele momento até os dias de hoje, passaram a fazer alianças políticas estratégicas e a contar com territórios e soldados. Aliás, o Vaticano e a Guarda Suíça são os maiores exemplos do símbolo desse poder. Em suma, acabam exercendo funções políticas; uns mais, outros menos. João Paulo II foi, sem dúvida nenhuma, também um grande articulador político. No entanto, o centro mesmo de seu pontificado foi a defesa da integridade da Igreja Católica.

Certos pensadores julgam, por contraditório, que possa parecer que os argumentos morais da tradição dogmática da Igreja Católica foram os eixos que permitiram a João Paulo II mudar o foco da questão católica em nível mundial. Vitorioso no embate contra o comunismo, pôde continuar proferindo um discurso transformador e crítico do sistema capitalista.

Assim, em 1993, em visita que fez à Universidade de Riga, na Letônia, surpreendeu todos os presentes ao afirmar que, depois da derrocada histórica do comunismo, tinha grandes dúvidas sobre a validade do capitalismo como instrumento capaz de resolver os problemas materiais mais imediatos dos homens. Em seguida, não hesitou em dizer que as sementes da verdade presentes no programa socialista não deveriam ser destruídas e muito menos esquecidas. Com aquelas declarações surpreendentes, João Paulo II fez alusão ao desemprego, ao amparo dos pobres e ao enorme abismo que insistia em aumentar entre o mundo habitado pelos ricos e o resto, onde vegetava uma imensa maioria de despossuídos.

Convém destacar que, em quase todos os seus pronunciamentos sobre o bem-estar dos homens, João Paulo II nunca esqueceu de manifestar a sua indignação a respeito das disparidades econômicas e sociais existentes entre o Norte e o Sul. Todavia, ao mesmo tempo, não hesitava na defesa intransigente de princípios morais que julgava intocáveis. O Papa enalteceu a civilização da vida e do amor, o valor da família e a importância do matrimônio entre

o homem e a mulher, segundo os preceitos defendidos pela Igreja.

Senhoras e senhores Senadores, João Paulo II foi um Papa viajante, um verdadeiro peregrino, que falava muitos idiomas e que dominava como ninguém os meios de comunicação. Aliás, dizem que sua excepcional capacidade de se comunicar fora adquirida na juventude, quando ele atuara num grupo de teatro amador. Por isso, muitos o chamavam carinhosamente de Papa da Mídia e Papa do Jato.

Durante todo o seu pontificado e praticamente até bem perto de sua morte, viajou o mundo inteiro e deu quase trinta voltas ao redor da Terra. Em 26 anos e meio como Papa, João Paulo II saiu 104 vezes da Itália. Só no Brasil, esteve em três ocasiões: 1980, 1991 e 1997. No total, visitou 129 países e percorreu mais de 1 milhão e 200 mil quilômetros. Durante o seu Papado foram quase mil encontros com governantes. Nos países em que chegava, fazia questão de beijar o solo e falar a língua dos habitantes.

Em suas aparições, João Paulo II lembrava um santo, com sua postura singela, com a voz segura e suave, com o olhar penetrante, sincero e cativante. Nos encontros pastorais gigantescos que comandou, ele transmitia força, segurança, tranquilidade e confiança. Passou a ser chamado de João de Deus pelos católicos brasileiros.

Apesar dessa atividade estafante que exigia grande resistência física, não descuidava do plano intelectual. Redigiu 14 encíclicas, 11 constituições, 15 exortações e 45 cartas apostólicas. Vale destacar que as encíclicas são redigidas originalmente em latim, assim como todos os outros documentos do Vaticano. São textos papais extensos, que exigem grande erudição e reflexão sobre os temas abordados.

A última imagem do Papa João Paulo II, registrada poucos dias antes de sua morte, foi muito pungente, capaz de arrancar lágrimas no mais frio dos homens. Da janela do seu apartamento privado, com uma expressão de dor, o velho Pontífice fazia um esforço enorme para se comunicar com a multidão que lotava a Praça de São Pedro. Poucas vezes um silêncio tão grande tomou conta de tantas pessoas.

Enfim, o fundamental a se dizer de João Paulo II é que ele foi o homem público mais importante do Século XX e do início deste século. Seguramente, ele será incluído na galeria dos grandes Líderes pacifistas, como Mahatma Gandhi, e na das figuras religiosas de maior grandeza, como Madre Teresa de Calcutá ou João XXIII.

Era o que tinha a dizer com relação a esse santo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.*

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo no Senado Federal.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Senador Marco Maciel; Dom João Braz de Aviz, arcebispo metropolitano de Brasília; Dom Lorenzo Baldisseri, núncio apostólico; Dom Heitor de Araújo Sales e Dom Eugênio de Araújo Sales, que estiveram presentes nesta cerimônia, prestigiando este momento, eu diria marcante, da História do Senado Federal, da História da Igreja; Dom José Freire Falcão, arcebispo emérito de Brasília; Dom Odilo Pedro Scherer, Secretário-Geral da CNBB; Sr. Pawel Kulka Kulpiowski, Embaixador da Polônia; demais representações diplomáticas; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu tinha preparado uma reflexão mais aprofundada sobre o significado deste momento da história do Papa João Paulo II e sobre a importância desta homenagem que hoje prestamos a Sua Santidade. Mas depois da exposição consistente, rigorosa, como sempre, do Senador Marco Maciel e da intervenção apaixonante, como tudo o que faz, do Senador Pedro Simon, não repetirei argumentos nem reforçarei reflexões. Vou falar do meu sentimento a respeito de Karol Wojtyła, que marcou a História do século XX e do início do século XXI. Em seu longo pontificado de 26 anos e meio, atravessou um dos períodos de grande turbulência da história política internacional. Meu sentimento é que a primeira marca de sua passagem como esse grande líder da Igreja Católica Apostólica Romana da nossa Igreja e da Humanidade é a marca do compromisso com a liberdade e com a democracia. Acho que isso vem da própria experiência de quem viveu um País que tantas vezes foi invadida, ao longo da História, que sempre teve na sua identidade nacional quase que uma utopia em determinados momentos, que viveu regimes totalitários como o nazismo, massacres e perseguições importados já da experiência anterior da Rússia dos progromos contra a comunidade judaica, um país que enterrou tantos filhos ao longo da História. E nesse país que viveu também um regime totalitário do Leste Europeu, a Igreja foi a grande instituição de resistência democrática e da cidadania. Era na Igreja que os homens se reuniam para manter os seus valores culturais, o seu amor pela Polônia e a perspectiva de resistir a todo esse processo de desconstituição da identidade de um povo, de uma cultura, de uma nação.



Karol Wojtyła assistiu ao nascimento do Solidarnosc, à luta pela democracia, aos ventos de liberdade e à perspectiva de construir uma Europa não mais dividida, mas uma Europa que respeitasse a diversidade cultural, a identidade de cada um. Essa é a primeira marca e uma grande contribuição. Essa vivência única, porque em poucos lugares do mundo a opressão esteve tão presente como na Polônia, levou a outra característica fundamental do seu pontificado, o ecumenismo.

O ecumenismo é o reconhecimento do outro. O ecumenismo é o respeito à diversidade cultural, às opções religiosas, aos credos. O ecumenismo é a expressão da tolerância, do diálogo, do entendimento, da riqueza da diversidade. Em poucos momentos da história, o ecumenismo avançou tanto como no pontificado de João Paulo II, porque o ecumenismo com João Paulo II não era apenas os encontros oficiais da estrutura eclesiástica ou um ou outro evento que reunisse igrejas distintas. O ecumenismo era uma atitude permanente de um homem que buscava falar a língua dos outros, de um homem que perdoou e enfrentou temas dolorosos para a Igreja mas indispensáveis para o cristianismo como, por exemplo, o pedido de perdão aos judeus pelo comportamento que a Igreja teve durante a II Guerra Mundial. A atitude ecumênica é outra marca fundamental do seu legado, da sua trajetória.

João Paulo II, já foi dito aqui, deixou uma ampla obra teológica e literária e o mais importante: uma obra que foi lida, que chegou aos homens, a tantas culturas, a tantas nações. Uma coisa que mais me chamou a atenção foi que João Paulo II marcou profundamente a juventude. Ele conseguiu falar com a juventude, dialogar com a juventude, atingir a juventude. O meu sentimento em relação a isso ficou muito forte nos funerais do Papa. Estivemos juntos Nelson Jobim, o ex-Presidente da Câmara Severino Cavalcanti, o Presidente Renan Calheiros. Apenas João Paulo II poderia reunir aquelas pessoas. Ali estavam os ex-Presidentes José Sarney, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, que foi conosco no avião, e várias denominações religiosas, o que demonstrava a importância que tinha o ecumenismo não só na sua passagem mas também na sociedade brasileira. Naqueles funerais – esse é um ritual que marca definitivamente nossa vida – via-se a pluralidade das representações religiosas que estavam lá: todas as culturas, todas as etnias, todas as religiões, todos os Chefes de Estado, homens que nunca se encontrariam a não ser ali e que talvez não se cumprimentassem a não ser ali. Estavam todos lá. O Papa visitou, três vezes, o Brasil, país profundamente católico. Aquelas manifestações

demonstraram o sentimento profundo da sociedade e o quanto os homens podem aprender com os grandes líderes da Igreja, como João Paulo II. Deixamos todas as diferenças políticas, todas as diferenças partidárias, todas as diferenças religiosas, para criarmos uma unidade como nação numa homenagem a João Paulo II naquele ritual tão forte quanto simples. Era um caixão de pinho muito despojado, sem nenhuma pompa, mas com imensa capacidade de sensibilizar e emocionar não só a população brasileira como também a população mundial.

Gostaria, portanto, de terminar dizendo que é verdade que João Paulo II teve um papel indispensável na integridade da Igreja Católica, que era um grande desafio desse pontificado no momento de tantas mudanças. A força mais importante da sua passagem, da sua mensagem, da sua pregação, da sua profecia foi a sua dimensão de evangelização e de um Papa peregrino. Foi o homem mais visto e o que mais viu o ser humano na história da humanidade. Ninguém viu tanta gente quanto João Paulo II, e ninguém foi visto por tanta gente quanto João Paulo II, não só as 17 milhões de pessoas que participaram das sessões no Vaticano, mas 129 nações que foram visitadas e multidões e multidões e multidões às ruas para encontrar o Santo Padre. Essa convivência com o ser humano, com a pluralidade do ser humano, com o sofrimento do ser humano, com as injustiças, com a fome, com a pobreza, deixou ao final do seu pontificado uma mensagem muito forte de paz, de tolerância, mas também de compromisso de luta contra as injustiças, contra as desigualdades e, portanto, de construção de um mundo mais solidário, mais fraterno e mais humano.

Trouxe todas as publicações que recebi naquela tarde: a missa exequial, os cantos que foram feitos em todas as línguas, de uma forma muito específica. O Presidente Lula, o Presidente José Sarney, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente Itamar Franco assinaram o meu livro, e eu assinei o deles. Todo mundo registrou ali um sentimento muito profundo de unidade e de respeito de Nação e de povo.

Por isso, acho que, nesta sessão, se eu pudesse dizer algo a esse homem, seria: “Muito obrigado, João Paulo II”. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE) – Concedo agora a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Marco Maciel, eu gostaria de, ao cumprimentar V. Ex.<sup>a</sup> e o eminentíssimo Arcebispo Lorenzo Baldisseri, cumprimentar também

toda a Mesa e o nosso Plenário. O Arcebispo Lorenzo Baldisseri é representante do Papa no Brasil.

Sr. Presidente, sem sombra de dúvida, quando o Senador Pedro Simon e o Senador Arthur Virgílio me pediram que eu assinasse o requerimento para esta sessão de homenagem ao Papa, meu coração se alegrou muito, porque entendi que teria a oportunidade de prestar uma justa homenagem ao grande e inesquecível Karol Wojtyła, o nosso João Paulo II, que foi um homem de muita fé, dedicado e perseverante na luta pela justiça social.

Queria, Sr. Presidente, agradecer ao Sr. Flávio Nogueira, aqui presente, colaborador sensível à obra do nosso querido Papa João Paulo II que gentilmente me encaminhou dados que contribuíram para que eu pudesse elaborar este pronunciamento.

É muito grande a satisfação que sinto em dizer que o nosso amado Papa amadureceu sua vocação enquanto trabalhava em uma fábrica de produtos químicos, durante os horrores da guerra e da ocupação nazista. Esse foi um período que ele próprio definiu como uma base importante da sua formação. Essa fase em que ele foi operário teve um peso muito importante na vida e no pensamento do Papa, fase que contribuiu para que João Paulo II trabalhasse com experiência de vida, pensamento filosófico e fé. Assim formou um tripé que nunca dele se desassociou.

A presença do jovem Wojtyła na fábrica foi consequência do encarceramento de seus professores universitários pelos nazistas, invasores do seu país. O momento histórico que a Polônia vivia fez com que temas como liberdade, dignidade, direitos do homem e, principalmente, da responsabilidade política da fé não penetrassem no pensamento desse jovem como um simples problema acadêmico, mas sobretudo por causa da necessidade vital, de uma necessidade de sobrevivência intelectual e espiritual.

Em uma das encíclicas que escreveu, o Papa João Paulo II estabeleceu as vigas-mestras daquilo que move muito as nossas vidas e, confesso a vocês, que me trouxe ao Senado: o social. Essa encíclica fala em Ensino Social da Igreja, como, por exemplo, a exigência de que fiéis católicos se empenhem sem descanso pela promoção da justiça social. Suas palavras foram de que todos, sem exceção, estavam chamados à luta, à batalha pela justiça social.

Sr. Presidente, onde reside a injustiça social?

Reside naquilo que Antonio Frederico Ozanam, um dos chamados “santos sociais” da igreja, disse: “Há exploração quando o patrão considera o operário não como um associado, um colaborador, mas como um instrumento do qual é preciso extrair o maior serviço possível pelo menor preço”.

Reside, por exemplo, no predomínio do capital sobre o trabalho dos homens, de mulheres e de crianças, como bem denuncia Chaplin em seu filme “Tempos Modernos”.

Reside no fato de que a máquina não pode ser mais importante que o homem.

Reside em um divisor de águas chamado concentração de renda – em que o Brasil, infelizmente, é o campeão de toda a América Latina –, cerne da injustiça social. Concentração de renda que faz com que a riqueza de poucos dependa da miséria de muitos.

O Papa João Paulo II, em outra de suas encíclicas, dedicada especificamente ao trabalho humano, escreveu: “Os direitos dos trabalhadores, como todos os demais direitos, se baseiam na natureza da pessoa humana e na sua dignidade transcendente.”

Nesse texto, nosso Papa enumerou alguns desses direitos, que eu aqui faço questão de destacar:

- direito a uma justa remuneração, pelo qual lutamos até hoje o texto é atual;
- direito ao repouso;
- direito a dispor de ambientes de trabalho e de processos de laboração que não causem danos à saúde dos trabalhadores, nem lesem a sua integridade moral;
- direito à pensão, como ao seguro para a velhice, para doença e para o caso de acidentes de trabalho.

Não há temas mais atualizados do que esses.

O Papa defendia que os sindicatos tinham obrigação de defender não somente os seus filiados, os seus associados, mas também todos os desempregados, as crianças e os idosos. O que é mais atual do que isso?

O Ensino Social da Igreja reconheceu a legitimidade do direito de greve “quando se apresenta como recurso inevitável, e mesmo necessário, em vista de um benefício proporcionado”, depois de se terem revelado ineficazes todos os outros recursos da legítima negociação – o que sei que todos nós também defendemos.

Do mesmo modo, o magistério da Igreja reconhece o papel fundamental dos sindicatos dos trabalhadores, cuja razão de ser consiste no direito dos trabalhadores a formar associações ou uniões para defender os interesses vitais dos empregados nos seus mais variados campos de atuação ou nas várias profissões.

Sr. Presidente, foi nessa concepção que o Papa incentivou a fundação do primeiro sindicato livre do mundo comunista, o nosso inesquecível Sindicato So-

lidariedade, para nós uma referência, que neste ano completou 25 anos. O Sindicato Solidariedade, como sabemos, mudou a história do mundo. E lá estava o Papa ajudando, ampliando, defendendo o Sindicato, sendo solidário ao Solidariedade.

Jamais esqueceremos, Sr. Presidente, a atitude patriótica e histórica do Papa polonês, quando, em defesa da liberdade do seu povo, manifestou-se dizendo que, se fosse preciso, ele estaria em frente aos tanques soviéticos, fazendo o holocausto da própria vida, em defesa da liberdade, da igualdade, da justiça e da chama viva que representava para o povo polonês e até hoje representa, que é o Sindicato Solidariedade.

Sr. Presidente, evidentemente que, à luz do ensino social da Igreja, João Paulo II não encarava o sindicato simplesmente como reflexo de uma estrutura de uma sociedade dividida em classes. O Santo Padre via os sindicatos no papel de legítimos promotores da luta coletiva pela justiça social e pelo sagrado direito do homem ao trabalho.

O Santo Padre apontou aos sindicatos o caminho da renovação, pois, devido ao processo da globalização econômico-financeira, os sindicatos estão sendo chamados a atuar de novas formas, ampliando seu raio de ação de solidariedade de modo a zelar, além das categorias de trabalho já sindicalizadas, também pelos trabalhadores com contratos de trabalho atípicos ou por tempo determinado; os trabalhadores cujo emprego é colocado em perigo pelas fusões dos grandes grupos econômicos; em defesa daqueles que não têm um emprego, e assim por diante.

Disse o Papa, numa oportunidade: “A solidariedade entre patrão e trabalhador é muito importante”. Disse também o Papa: “Porém é muito mais importante que haja solidariedade entre os trabalhadores, ou seja, de trabalhador com trabalhador”.

Sr. Presidente, vou terminar. O nosso Papa fez de tudo para ver respeitados os direitos dos trabalhadores, para ver a justiça social como prática diária em nossas vidas e no meio social. Ele deixou essa mensagem bem clara no seu modo de conduzir o Pontificado.

O Papa João Paulo II edificou a sua história com base na fé, na verdade, na paz e na labuta pela superação da miséria humana, na labuta pela dignidade e pela justiça social.

Ergamos nossas vozes e façamos nossas homenagens a todos os homens de bem, lembrando João Paulo II.

Façamos nossas justas homenagens a esse ser humano de luz, a esse ser humano do bem.

João Paulo II morreu, mas os seus ideais estão vivos entre nós, na linha da paz, da liberdade e da

justiça. Esses ideais são eternos. O Papa vive por intermédio de seus ideais!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, Dom João Braz de Aviz, Arcebispo Metropolitano de Brasília, Dom Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico, Dom José Freire Falcão, Arcebispo Emérito de Brasília, Dom Odilo Pedro Scherer, Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, representando Dom Geraldo Majela Agnelo, Presidente da CNBB e Arcebispo de Salvador, Embaixador da Polônia, Pawel Kulka Kulpowski, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, autoridades eclesiais, congratulo-me com o Senado Federal por promover esta sessão especial em homenagem a Sua Santidade o Papa João Paulo II, bem mais que a figura de um sumo Pontífice, ainda que não se releve o fato de tratar-se da liderança máxima de uma das maiores religiões do planeta, e que tão fundamente marca a alma brasileira, o que aqui se celebra neste momento é a memória de alguém que foi uma das mais expressivas, influentes e respeitadas personalidades mundiais nas últimas décadas.

Ainda guardamos na lembrança as imagens de seus derradeiros dias. Até o fim, João Paulo II recusou-se a abdicar de sua missão. Enquanto restavam mínimas forças, lá estava ele, dirigindo suas mensagens aos fiéis e a todo o mundo, dilacerado por guerras sem fim, pela absurda violência, pelo terrorismo irracional e pelo individualismo egoísta que corrói princípios e valores.

De sua janela, no Vaticano, mesmo que a voz não fosse mais que mero sussurro, fisicamente debilitado, o sucessor de Pedro demonstrava seu inquebrantável vigor moral e sua autêntica grandeza. A visível fragilidade do corpo contrastava com a fortaleza do espírito. A cada aceno e benção, um oceano de paz e esperança inundava o coração de milhares de pessoas.

Ouso pensar que até mesmo entre os que não crêem e entre os não-católicos havia consenso quanto ao que movia aquele ancião. Outra coisa não era senão o suporte da fé. Reporto-me a uma fé que remove os mais intransponíveis obstáculos e torna suportável a dor física, o desconforto corporal. Por isso, pode-se dizer que de João Paulo II ficou, entre tantas virtudes, uma lição imorredoura: a de que a crença – firme, autêntica, sincera – pode ser o âmbar que cicatriza feridas, o bálsamo que ameniza a dor profunda.

Gravada na memória de todos ficou a imagem de alguém que, em sua agonia final, deu mostras de que a conquista da paz interior sublima a força dos fatores externos alheios à vontade de cada um.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, autoridades eclesiais, à frente da Igreja Católica, instituição que traz em si o peso e a responsabilidade de dois mil anos de história, João Paulo II soube compreender como poucos a enorme complexidade da época em que vivia – as conturbadas décadas finais do século XX e a incógnita representada pelo novo século que viu nascer. É nessa perspectiva que podem e devem ser realçados alguns traços de sua personalidade e a sabedoria com que conduziu seu rebanho.

Em primeiro lugar, ele teve a grandeza de reconhecer os múltiplos caminhos que levam à Eternidade, razão pela qual não economizou esforços em prol do ecumenismo. Contudo, para fazê-lo a contento e demonstrar a necessária sinceridade de propósitos, teve o gesto que somente os seres humanos verdadeiramente grandiosos são capazes de praticar: a humildade para reconhecer pecados, erros, omissões e equívocos de sua Igreja, presentes em uma história que se perde no fundo dos tempos.

Não bastava, porém, a grandeza do reconhecimento das falhas. Era preciso ir além. Era preciso pedir perdão. João Paulo II o fez. Na melhor tradição ensinada pelo pobrezinho de Assis, como se estivesse repetindo a generosa lição franciscana, ainda que em outro contexto e por motivação diversa, o Papa levou sua Igreja a redimir-se perante os judeus e as demais vítimas da intolerância institucional praticada no passado.

O Karol Wojtyła que a Polônia viu nascer, país do qual jamais se afastou pelos laços de afeto e de compromisso, transformou-se na condição de Bispo de Roma em homem universal e de seu tempo. Traduzindo no discurso e na práxis sua adesão inconstitucional aos princípios fundadores do cristianismo, nunca se calou diante da injustiça, da desigualdade e de todas as formas de opressão.

João Paulo II nutriu-se permanentemente da mais pura convicção de que a fraternidade, a solidariedade e o amor ao próximo são o único caminho que a paz universal viabilizaria e viabilizará para a concretização dos desígnios do Pai. Por esse motivo – essencialmente por esse motivo – não teve dúvida de assumir a condição de incansável peregrino da esperança.

Também nisso ele foi incomparável.

Como líder espiritual, granjeou o respeito e o carinho dos povos. Provam-no as multidões que acorriam ao seu encontro em todos os lugares a que chegava. Da simpática atitude de beijar o solo onde pisava pela

primeira vez às homilias precisas, sensatas e corajosas durante as celebrações que presidia, João Paulo II deixava a marca de quem comprometido com a salvação de almas não descurava das condições materiais de existência de imensa parcela da população mundial.

Também nisso ele foi insuportável.

Não é difícil, pois, entender as razões pelas quais João Paulo II foi tão intensamente amado por homens e mulheres de boa vontade. Porque ele, mais do que qualquer outra personalidade de sua época, foi o símbolo mais do que perfeito da luta de todos aqueles que sonham com um mundo menos desigual, mais justo, feliz e ético; porque ele, na condição de Chefe de um Estado desprovido de armas e empresas, fez-se ouvir entre os mais poderosos governantes de seu tempo, não raro causando neles mal-estar e desconforto.

A voz de João Paulo II ecoou forte quando foi preciso desmascarar os interesses escusos por trás dos tenebrosos massacres em tantas guerras civis que castigavam uma África já suficientemente martirizada pela fome e pela corrupção, chamando à responsabilidade alguns dos mais poderosos Estados, acusando-os frontalmente por sua ação criminosa ou pela omissão acovardada.

Quando o modelo de Estado vigente na Europa Oriental carecia de firme contestação, quem levou estímulo e apoio político e moral à sociedade submetida ao anacrônico autoritarismo, a começar por sua Polônia natal, foi João Paulo II. Impossível deixar de atribuir ao Cardeal Wojtyła o papel de inegável centralidade na definição do processo histórico que permitiu ao Leste Europeu reencontrar-se com as suas melhores tradições e encetar a nova caminhada em direção à liberdade e à plenitude democrática.

Sr. Presidente, ao partir serenamente “para a Casa do Pai”, conforme as suas últimas palavras, o Papa João Paulo II recebeu uma inusitada, inédita homenagem. Em coro, comprimindo-se na Praça de São Pedro, a multidão entoava o pedido, que mais parecia ordem, aos dirigentes da Igreja: “Santificação já!”. A manifestação cujo significado adquire importância ainda maior pela espontaneidade, refletia o estado de espírito não apenas de milhares de pessoas que acompanhavam as exéquias do papa, mas de milhões de fiéis, que nos quatro cantos do mundo antecipavam-se à decisão que a Igreja, um dia, tomará.

Concluo, Sr. Presidente, certo de ter destacado algumas das razões pelas quais eu, do Partido dos Trabalhadores, em nome do qual tenho a honra de fazer uso da palavra nesta oportunidade, expressamos nosso contentamento com a realização dessa sessão especial. Espero ter realçado nessas breves palavras a magnitude do Papa João Paulo II.

É muito bom que esta Casa, tão absorvida pelo dia-a-dia do seu árduo, difícil e complexo trabalho parlamentar, faça cessar por uns instantes sua tão importante rotina para celebrar a memória de um exemplo edificante.

Ao fazê-lo, também nos engrandecemos um pouco. Mostramos a todos que, em meio ao debate político, à defesa de proposições e ao calor dos embates ideológicos, trazemos em nós a humildade que nos aproxima dos demais homens e mulheres de quaisquer latitudes e nacionalidades e com eles nos identificamos.

E, seguindo o caminho apontado por João Paulo II, também queremos lutar para que a paz esteja conosco e para que prevaleça a justiça. Sempre!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE)

– O Senador Leonel Pavan enviou discurso à Mesa alusivo ao presente evento, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Quero aqui lembrar a memória do saudoso Papa João Paulo Segundo, o Papa da Paz, homem que por sua determinação e crença, mudou o mapa da Europa e assim reescreveu a história do mundo, ao determinar através de sua fé, a derrubada do muro de Berlim!

Foi a sua fé inabalável que fez com que, sem precisar dar um tiro sequer, derrubasse o regime soviético imposto aos países do Leste da Europa!

O Papa da Paz, quando esteve no Brasil na última vez em 1997, inaugurou o Cristo Luz estando ele no Rio de Janeiro.

Num gesto simbólico, ascendeu as luzes do Cristo de Balneário Camboriú, e abençoou a cidade!

Mais tarde Balneário Camboriú recebeu uma carta do Santo Papa, certificando a benção ao monumento!

Tive o privilégio de rever João Paulo Segundo em 1998, quando acompanhei o Grupo Parlamentar Católico, presidido pelo Deputado Serafim Venzon, ao Vaticano.

Qual não foi a minha surpresa quando ao cumprimentar o Papa, de saúde abalada, em função do atentado a bala que havia sofrido anos antes, percebi o vigor de seu aperto de mão e a força de seu olhar.

Ao mesmo tempo em que nos atendia com carinho!

Foi quando tive a certeza, que somente uma pessoa, que viveu a vida como um cidadão comum, enfrentou a Guerra, lutou pela liberdade dos povos, trabalharia em seu papado pela paz e união dos povos!

João Paulo Segundo abriu a igreja para o mundo.

Com gestos sinceros, aproximou católicos de ortodoxos, judeus e muçulmanos.

Deu vários puxões de orelha em grandes estadistas, que se esqueciam que se Deus lhes permitiu atingir o poder, era para usá-lo em benefício do ser humano, dos fracos. Era assim uma espécie de consciência dos líderes mundiais.

Com seu jeito simples misturava palavras doces e duras para combater a injustiça.

Por onde ele passou, nenhum governo ilegítimo se manteve.

Lembro de sua primeira visita ao Brasil, quando sua simples presença fez com que o estádio do Maracanã lotado gritasse: liberdade, liberdade.

Ninguém naquele momento temeu a ditadura militar. Afinal o representante de Cristo na Terra estava lá, a nos proteger.

Não preciso lembrar que a ditadura entrou em declínio a partir daquele dia.

E para que tudo isso acontecesse, foi preciso que João Paulo Segundo apenas cumprisse os mandamentos do Cristo.

Levar o bálsamo a quem precisa, a luz para as trevas, e plantar o amor nos corações dos homens.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE)

– Cumprida a finalidade da sessão, agradeço as personalidades que nos honraram com o seu comparecimento e declaro encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 13 horas e 46 minutos.)*

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**  
**(52ª LEGISLATURA)**

	<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		<b>SANTA CATARINA</b>
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	<b>MARANHÃO</b>	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		<b>ALAGOAS</b>
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	<b>PARÁ</b>	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		<b>SERGIPE</b>
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	<b>PERNAMBUCO</b>	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		<b>AMAZONAS</b>
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		<b>PARANÁ</b>
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	<b>MINAS GERAIS</b>	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		<b>ACRE</b>
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	<b>GOIÁS</b>	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	<b>MATO GROSSO</b>	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		<b>TOCANTINS</b>
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	<b>CEARÁ</b>	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		<b>AMAPÁ</b>
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	<b>PARAÍBA</b>	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		<b>RONDÔNIA</b>
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		<b>RORAIMA</b>
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	<b>PIAUI</b>	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

12-9-2005

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:  
Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)\***

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

\* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE  
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

\* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

\*\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA  
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
(9 titulares e 9 suplentes)

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).



**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT  
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT  
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
E – Mail: [cantony@senado.gov.br](mailto:cantony@senado.gov.br).

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

**10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Flávio Arns	1. Serys Shessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

**Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA**  
**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES**

<b>PMDB</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
(Vago)			1. 1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. 2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. 3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otavio	PA	3050	4. 4. Alberto Silva	PI	3055
<b>PFL</b>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. 1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. 2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. 3. (Vago)		
<b>PT</b>					
Heloísa Helena (PSOL)	AL	3197	1. 1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. 2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)			3. 3. Eduardo Suplicy	SP	3213
<b>PSDB</b>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. 1. (Vago)		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. 2. Arthur Virgílio	AM	1201
<b>PDT</b>					
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	MS	1128	1. 1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
(Vago)			1. 1. Fernando Bezerra	RN	2461
<b>PSB , PL e PPS</b>					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. 1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 311-4561 e 311-5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)



**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**<sup>1</sup>

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 311-4561 e 311-5257  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
<b>AELTON FREITAS</b>		e caminhos que o Brasil percorreu no combate à fome e à pobreza.....	43
Comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira.....	4	Requerimento Nº 1.168, de 2005, que solicita sobre o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.....	158
<b>ALBERTO SILVA</b>		Requerimento Nº 1.172, de 2005, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 174 e 213, de 2001, por regularem a mesma matéria.....	163
Proposta de aumento da segurança do Estado com o armamento do mesmo. Aparte ao Senador Magno Malta.....	56	Reverência à memória de Sua Santidade o Papa João Paulo II.....	394
Homenagem aos colegas de partido. Aparte ao Senador Leomar Quintanilha.....	62	<b>ALVARO DIAS</b>	
Considerações sobre o contingenciamento de recursos do Orçamento da União.....	65	Registro do artigo intitulado “Lula vence no PT”, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 14 de outubro de 2005.....	186
Apresentação de projeto tratando do biodiesel.	65	Considerações a respeito da “operação abafa”, destacando gravação encaminhada à CPI que compromete a base do Governo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	200
Considerações a respeito do aspecto econômico que envolve a questão da saúde pública a partir do Mato Grosso do Sul para o país todo. Aparte ao Senador José Maranhão.....	69	Comentários a cerca das viagens do Presidente Lula ao exterior e a política externa.....	242
Comentário acerca do custo para o Governo que demandam as obras de benefício público. Aparte ao Senador João Batista Motta.....	169	Registro de matéria intitulada “Land Rover também é caixa 2?”, publicada no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 14 do corrente.....	242
Elogio ao Senador João Batista Motta pelo comentário a respeito do gasto que deve ser realizado com a transposição da água nos Estados. Aparte ao Senador João Batista Motta.....	169	Comentário sobre o Índice de percepções de corrupção 2005 - o grau de corrupção atribuído às relações entre o Estado e a sociedade no Brasil, divulgado pela Transparência Internacional. ....	372
Considerações sobre os benefícios da soja na alimentação das crianças na idade pré-escolar. ...	218	Registro de matéria intitulada “Justiça quebra sigilo de Zeca do PT e irmãos”, publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 18 de outubro de 2005... ..	372
Considerações a respeito dos programas sociais existentes no País. ....	218	<b>ANA JÚLIA CAREPA</b>	
<b>ALMEIDA LIMA</b>		Manifestação favorável ao voto “Sim”, no referendo sobre o desarmamento, com data prevista para o dia 23 de outubro de 2005.....	47
Comentários à matéria intitulada “O homem dos três poderes”, publicada pela revista <b>Veja</b> .....	59		
<b>ALOIZIO MERCADANTE</b>			
Reconhecimento, pelas lideranças mais importantes dos organismos multilaterais, dos avanços			

	Pág.		Pág.
Registro de indignação em relação à violência contra a mulher, o que seria uma consequência do armamento no país. Aparte ao Senador Magno Malta.....	57	pagar para ver”; “Florestas de proveta”; “O Governo Lula representa retrocesso na questão ambiental”; e “Morte do perito não foi natural, mostram exames”.....	17
<b>ANTERO PAES DE BARROS</b>			
Desistência dos Governadores Blairo Maggi e Zeca do PT, do Programa BID-Pantanal.....	33	Comentários sobre o editorial do jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , intitulado “Sem quê nem para quê”, do dia 20 de outubro de 2005.....	30
Transcrição, nos Anais do Senado, das matérias “Colheu o que plantou”, revista <b>Época</b> , edição do dia 17 de outubro de 2005, “Um tiro no pé”, revista <b>Veja</b> , edição de 19 de outubro de 2005, e “Lições da carne”, Opinião Econômica, jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , de 15 de outubro de 2005. ....	190	Encaminhamento à Mesa de requerimento solicitando ao Ministro da Justiça proteção policial aos Senhores Ailton Alves Feitosa, Bruno Daniel e João Francisco Daniel. ....	45
Cobrança de uma melhor apuração do caso Celso Daniel, destacando sua indignação quanto à falta de apuração correta nas CPIs. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	199	Registro de indignação com a violência no Estado brasileiro. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa.....	48
Considerações a respeito de revelações que incriminam a base governamental. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	201	Proposta de Emenda à Constituição Nº 59, de 2005, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.....	156
Considerações acerca da matéria intitulada “Relator do processo decide pedir a cassação de Dirceu”, publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 6 de 2005.....	257	Solicitação para que conste dos Anais do Senado Federal, as matérias que mostram como a interferência do homem na natureza pode resultar em destruição ambiental: “Perigo real e imediato”, de autoria de Vilma Gryzinski; “O paradoxo da água”, de autoria de João Gabriel de Lima”; “Um olhar sobre o futuro”, de autoria de Monica Weinberg; e “A terra é o paraíso”, de autoria de Anna Paula Buchalla e Giuliana Bergamo. ....	172
Registro de artigo intitulado “Bingo!”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 7 de outubro de 2005.....	375	Denúncia de que o governo do Presidente Lula não deseja a investigação do caso Celso Daniel. .	197
<b>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES</b>			
Solicitação ao Senador Efraim Morais, Presidente da CPI dos Bingos, para que marque a data do depoimento do Senhor Okamoto na referida CPI.....	14	Considerações a respeito do assassinato do prefeito de Santo André em prol de uma melhor apuração da corrupção nas CPIs. ....	197
Apelo ao Presidente da República para que não despreze as Forças Armadas.....	14	Preocupação com o meio ambiente no Amazonas. ....	217
Reflexões sobre o resultado do referendo sobre a comercialização de armas de fogo e munição e a coincidência na avaliação sobre o Governo Lula feita pelo Datafolha.....	359	Responsabilidade do governo Lula pelo surto da aftosa no Brasil, conforme define o editorial do jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> .....	248
<b>ANTÔNIO CARLOS VALADARES</b>			
Solicitação para que conste dos Anais do Senado Federal, a reportagem do <b>Jornal do Dia</b> , que trata da transposição do Rio São Francisco. ..	170	Registro de matéria intitulada “A fronteira do sucesso”, publicada na revista <b>IstoÉ</b> , edição de 12 do 2005.....	248
<b>ARTHUR VIRGÍLIO</b>			
Encaminhamento à Mesa das seguintes matérias: “As sete pragas da Amazônia”; “O risco de		Requerimento Nº 1.175, de 2005, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Ginasta Daiane dos Santos, pela conquista da Copa do Mundo de Ginástica Artística, categoria solo, no dia 22 de outubro de 2005 em Stuttgart, Alemanha.....	348
		Requerimento Nº 1.176, de 2005, que requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Ginasta Laís Souza, pela conquista da Medalha de Ouro, categoria Salto sobre Cavalo, na Copa do Mundo de	

Pág.	Pág.
Ginástica Artística, no dia 22 de outubro de 2005 em Stuttgart, Alemanha.....	348
Justificação à requerimento de homenagem à população da cidade de Manaus, que comemora hoje seu tricentésimo trigésimo sexto aniversário de criação. ....	361
Comentários sobre o resultado do referendo da comercialização de armas de fogo e munição..	361
Requerimento Nº 1.178, de 2005, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à população de Manaus, pelo transcurso do 336º aniversário de criação da cidade, no dia 24 de outubro de 2005..	363
Crítica ao presidente Lula e ao partido PT quanto à cassação de parte de seus aliados. Aparte ao Senador José Agripino. ....	364
Inserção, nos Anais do Senado, das matérias: “Impedidos de votar pela estiagem”, publicada no jornal <b>Correio Braziliense</b> , e “Seca prejudica referendo”, publicada no <b>Jornal do Brasil</b> .....	367
<b>AUGUSTO BOTELHO</b>	
Considerações sobre o esporte paraolímpico como forma de apoio aos portadores de deficiência no Brasil.....	195
<b>DELCÍDIO AMARAL</b>	
Destaque para os esforços do governo de Mato Grosso do Sul para reverter o quadro de febre aftosa naquele Estado. ....	240
Reverência à memória de Sua Santidade o Papa João Paulo II.....	397
<b>EDUARDO SUPLICY</b>	
Requerimento Nº 1.170, de 2005, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministério da Fazenda sobre estimativas do impacto fiscal, no período 2005-2007, da eventual entrada em vigor do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2004 - Complementar ou de seus apensados, Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2003, Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2004.....	161
<b>EFRAIM MORAIS</b>	
Requerimento Nº 1.174, de 2005, que requer, nos termos do artigo 152 do Regimento Interno do Senado Federal, prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimen-	
to nº 245, de 2004, destinada a investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, até o dia 25 de abril de 2006, bem assim o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para funcionamento da CPI.....	346
Comentários sobre o resultado do referendo popular contra a venda de armas de fogo e munição. ..	355
Comentários a respeito do quadro atual do Governo Lula, ainda, acerca do referendo do Desarmamento.....	355
<b>FLEXA RIBEIRO</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, que altera o art. 159, da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior. ....	148
Registro da matéria intitulada “Câmbio: Furlan contesta Palocci”, publicada no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 7 de outubro de 2005.....	188
Comentários a cerca de matéria intitulada “Presidente da Biblioteca Nacional pede demissão”, publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 8 de 2005.....	256
Registro de matéria intitulada “Ex-presidente da Casa da Moeda admite caixa 2”, publicada no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 5 de outubro de 2005.....	376
<b>GARIBALDI ALVES FILHO</b>	
Homenagem ao Senador Leomar Quintanilha ao deixar o PMDB. Aparte ao Senador Leomar Quintanilha.....	62
Preocupação com carência de recursos financeiros dos municípios brasileiros.....	63
Congratulações ao Senador Alberto Silva. Aparte ao Senador Alberto Silva. ....	66
Crítica à morosidade no andamento das indenizações nos processos de anistia, em curso no Ministério da Justiça. ....	370
<b>GERALDO MESQUITA JÚNIOR</b>	
Explicações à Casa sobre denúncias veiculadas pelo Jornal do Brasil, atribuindo a Sua	

IV

	Pág.		Pág.
Excelência a acusação de que se apropriava mensalmente de 40% da remuneração dos servidores de seu gabinete. ....	343	nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados. ....	141
<b>GERSON CAMATA</b>		<b>JOÃO BATISTA MOTTA</b>	
Homenagem ao trabalho desenvolvido pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).....	258	Cobrança de uma política agrícola para o País.....	167
<b>HELOÍSA HELENA</b>		Considerações a respeito do projeto do biodiesel. ....	167
Considerações a respeito dos pronunciamentos do Senador Alberto Silva, elogiando seu trabalho no Senado Federal. Aparte ao Senador Alberto Silva.....	66	Considerações sobre o Estatuto do Desarmamento.....	167
Considerações a respeito dos Sem-Terra do Pontal do Paranapanema. Aparte ao Senador Alberto Silva. ....	66	Registro do artigo intitulado “Não rouba, não deixa roubar e combate o roubo”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 9 de outubro de 2005.....	187
Protesto contra a exploração de mulheres.	215	Comentários sobre a matéria intitulada “Saga dos alvos mutantes”, de autoria do jornalista Otávio Cabral, publicada na revista <b>Veja</b> , edição de 12 de 2005.....	253
Debate a respeito do referendo sobre o desarmamento.....	215	Comentário sobre o artigo intitulado “Operação abafa”, publicado no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 5 de outubro de 2005.....	374
Comentários à denúncia publicada hoje na imprensa envolvendo o Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	215	<b>JOÃO CAPIBERIBE</b>	
Esclarecimentos quanto à aprovação da matéria a respeito do crédito externo nos Municípios. Aparte ao Senador Luiz Otávio.....	233	Questão de ordem sobre a interpretação de artigos do Regimento Interno e da Constituição Federal, no que se refere à perda do mandato de Sua Excelência.....	337
Destaque para a festa do Círio de Nazaré, em Belém, no Estado do Pará. Aparte ao Senador Luiz Octávio.....	235	<b>JOSÉ AGRIPINO</b>	
Defesa do povo brasileiro frente ao rótulo de cidade corrupta para Brasília.....	235	Inclusão na Medida Provisória 255, de 2005, de dispositivos da Medida Provisória 252, de 2005.....	57
<b>IDELI SALVATTI</b>		Manifestação sobre o resultado do referendo da comercialização de armas de fogo e munição..	363
Manifestação favorável ao voto “Sim” no referendo sobre o Desarmamento.....	211	Questionamentos sobre o caso da morte do Prefeito Celso Daniel, em Santo André.....	363
<b>IRIS DE ARAÚJO</b>		<b>JOSÉ JORGE</b>	
Destaque para os desequilíbrios econômicos e sociais entre o Distrito Federal e a região do Entorno.....	209	Reflexões sobre o resultado do referendo (do Desarmamento) realizado no País. ....	334
Apoio a Senadora Ana Júlia Carepa em prol do desarmamento. Aparte ao Senador Magno Malta. .	55	Comentário sobre pesquisa <b>Datafolha</b> que mostra a tendência de queda na aprovação do Presidente Lula. ....	334
<b>JEFFERSON PÉRES</b>		Saúda o Partido dos Trabalhadores pela expulsão do ex-tesoureiro Delúbio Soares.....	334
Justificativa ao projeto de sua autoria, que altera a lei da inelegibilidade. ....	60		
Projeto de Lei do Senado nº 363 (Complementar), de 2005, que altera a Lei Complementar			



	Pág.		Pág.
Análise a respeito da atuação do PT em relação ao caso Delúbio Soares. Aparte ao Senador Efraim Morais.....	356	Requerimento Nº 1.169, de 2005, que requer, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 133, V, d, e art. 138, II do Regimento Interno do Senado Federal, informações sobre a Mensagem nº 123, de 2000, (que solicita ao Senado Federal autorização para elevação do limite de endividamento da Petróleo S/A - Petrobrás, em R\$ 3.330.000.000,00 (três bilhões, trezentos e trinta milhões de reais). .....	159
Comentário a respeito da febre aftosa e do descuido do Governo na não aprovação de projetos em benefício à população. Aparte ao Senador Ney Suassuna.....	358	Considerações a respeito da seca no Pará.	231
Crítica ao Governo pelo voto “sim” no referendo do Desarmamento. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães .....	359	Comentários sobre a estimativa do IBGE de redução na produção agrícola do Brasil.....	231
<b>JOSÉ MARANHÃO</b>		Comentários a respeito da Medida Provisória 255, de 2005.....	231
Comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira. ....	10	Destaque para a necessidade de baixar a taxa cambial para incentivar as exportações.....	231
Comentários sobre a crise gerada pelo surgimento de um surto de febre aftosa no Mato Grosso do Sul.....	67	Homenagem à cidade de Brasília. Aparte à Senadora Heloísa Helena.....	236
Considerações a respeito de uma possível transposição de águas no Nordeste Setentrional. Aparte ao Senador João Batista Motta.....	168	Perspectiva e compromisso de melhoria dos trabalhos no ano de 2006. Aparte à Senadora Heloísa Helena.....	237
<b>JUVÊNCIO DA FONSECA</b>		<b>MAGNO MALTA</b>	
Manifestação favorável ao voto “Não”, no referendo sobre o desarmamento.....	15	Manifestação favorável ao voto “Sim”, no referendo sobre o desarmamento, previsto para o dia 23 de outubro de 2005.....	55
<b>LEOMAR QUINTANILHA</b>		<b>MARCO MACIEL</b>	
Anúncio da filiação de Sua Excelência ao PCdoB. ....	61	Proposta de Emenda à Constituição Nº 57, de 2005, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.....	146
Considerações a respeito do repasse adequado de recursos do Orçamento Público para obras de benefício público. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. ....	64	Cumprimentos ao povo brasileiro pela maturidade política demonstrada por meio da votação no referendo do Desarmamento.....	339
<b>LEONEL PAVAN</b>		Requerimento nº 1.177, de 2005, que requer, Sessão Especial pela passagem do centenário de nascimento de Afonso Arinos de Melo Franco, na data de dia 27 de novembro de 2005. ....	348
Registro da entrevista intitulada “Crime organizado se espalhou”, concedida pelo Senador Garibaldi Alves, publicada no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 10 de outubro de 2005.....	181	Reverência a memória de sua Santidade o Papa João Paulo II.....	387
Reverência a memória de Sua Santidade o Papa João Paulo II.....	399	<b>NEY SUASSUNA</b>	
<b>LUIZ OTÁVIO</b>		Comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira. ....	6
Comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira. ....	29	Registra da visita do Vice-Ministro do Exterior do Irã (importante assessor do presidente do Irã) para encontro com presidente Lula. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	31
Apelo para a liberação de recursos federais para os municípios atingidos pela seca no Amazonas, bem como para a conclusão dasclusas de Tucuruí.....	29		

	Pág.		Pág.
Elogios à postura do Senador Pedro Simon. Aparte ao Senador Pedro Simon.....	223	Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2005, que altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.....	140
Destaque para a regulamentação da Lei de Biossegurança.....	226	Registra decepção com o descaso do Governo quanto ao programa de alimentação nos colégios públicos. Aparte ao Senador Alberto Silva. ....	219
Necessidade de regulamentação sanitária para o combate às pragas urbanas.....	226	Elogios à atuação do Senador Alberto Silva. Aparte ao Senador Alberto Silva. ....	219
Destaque para a importância da presença do Ministro das Relações Exteriores do Irã no Brasil.	226	Análise do sistema educacional brasileiro. ..	221
Comentários acerca do voto “não”, referente ao referendo sobre o desarmamento. Aparte ao Senador Marco Maciel.....	342	Defesa do reconhecimento social do educador.....	221
Ponderações sobre o atraso na regulamentação da Lei de Biossegurança, promulgada em março de 2005.....	357	Reverência à memória de sua Santidade o Papa João Paulo II.....	390
<b>PAPALÉO PAES</b>		<b>REGINALDO DUARTE</b>	
Registro do artigo intitulado “Os intelectuais e a crise”, de autoria do historiador Boris Fausto, publicado no jornal <b>Folha de São Paulo</b> , do dia 6 de setembro de 2005.....	182	Registro do artigo intitulado “É tudo mentira”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 9 de outubro de 2005.....	183
Comentários sobre o desaparecimento, na Polícia Federal, de cerca de R\$ 2 milhões de reais apreendidos na chamada “Operação Caravelas”..	246	Registro de artigo intitulado “O grande expurgo”, de autoria do jornalista Diogo Mainardi, publicado na revista <b>Veja</b> , edição de 12 de outubro de 2005.....	247
Solicitação para que a matéria intitulada “Dinheiro seria enviado para Goiânia”, publicada no <b>Jornal do Brasil</b> , de 20 de setembro de 2005, seja inserida nos anais do Senado Federal. ....	246	Comentário sobre o artigo intitulado “Mandrake no abafa”, publicado no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 6 de outubro de 2005.....	377
<b>PAULO OCTÁVIO</b>		<b>RENAN CALHEIROS</b>	
Destaque para a obrigação cívica dos Parlamentares em criar mecanismos para a inclusão social de portadores com deficiência em nosso País.....	195	Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, que altera a redação dos artigos 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública.....	313
Destaque para os indicadores sociais e econômicos do Distrito Federal, rejeitando o rótulo de cidade corrupta para Brasília.....	227	<b>RODOLPHO TOURINHO</b>	
<b>PAULO PAIM</b>		Considerações a respeito da política fiscal em âmbito estadual e federal. Aparte ao Senador José Agripino. ....	59
Análise do resultado do referendo sobre a comercialização de arma de fogo e munição. ....	332	Requerimento nº 1.173, de 2005, que requer, nos termos do artigo 50, § 2º da Constituição Federal e artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas à Ministra do Meio Ambiente, informações sobre o empreendimento turístico do Projeto Tamar, localizado no Município de Mata de São João no litoral norte da Bahia. ....	207
Reverência à memória de Sua Santidade o Papa João Paulo II.....	395	Contribuição previdenciária dos inativos portadores de doença incapacitante.....	212
<b>PEDRO SIMON</b>		Registra da aprovação, na Comissão de Assuntos Sociais, de projeto de sua autoria que veta a	
Projeto de Resolução nº 80, de 2005, que altera dispositivos da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, que “institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar”. ....	139		

	Pág.		Pág.
cessão ou a transferência, para entidade desportiva estrangeira, de atleta profissional que esteja inscrito em qualquer campeonato em andamento conhecido pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF)....	212	SERYS SLHESSARENKO	
Comentários sobre matéria do jornal <b>A Tarde</b> , da Bahia, intitulada “Prefeitura ameaça não pagar o décimo terceiro salário”.....	351	Requerimento nº 1171, de 2005, que requer a prorrogação do prazo para o encaminhamento da indicação para a candidatura ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, à Mesa do Senado Federal...	163
Precariedade financeira das prefeituras municipais brasileiras. ....	351	Considerações sobre problemas de infra-estrutura no Brasil, principalmente no Estado do Mato Grosso. ....	328
ROMERO JUCÁ		Considerações a respeito do Governo Lula, no que se refere ao referendo sobre o desarmamento, bem como sobre a posição da população diante deste acontecimento. Aparte ao Senador José Jorge. ....	335
Registro dos entendimentos para incluir no texto da Medida Provisória 255, de 2005, dispositivos previstos na Medida Provisória 252, de 2005.	214	SIBÁ MACHADO	
Considerações a respeito do estudo “BRASIL - o estado de uma nação: uma análise ampla e objetiva dos principais problemas e desafios do País”, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).....	243	Congratulações ao povo do Pará pelo seu futebol. Aparte ao Senador Luiz Otávio. ....	234
ROMEU TUMA		Defesa do voto “sim” no referendo do Desarmamento. ....	237
Comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira. ....	8	Considerações sobre a postura adotada pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	350
Comentários a respeito de um programa mais eficaz no combate à violência e ao porte de armas. Aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.....	16	TIÃO VIANA	
SÉRGIO GUERRA		Registro de preocupação com as decisões que devem ser tomadas a partir do referendo. Aparte ao Senador Marco Maciel.....	340
Registro da matéria intitulada “A missão do camarada Aldo”, publicada na revista <b>Época</b> , edição de 3 de outubro de 2005.....	184	Gravidade das acusações que pesam contra o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que reincide no ataque à honra do Governador do Acre e a diversos políticos daquele Estado. ....	349
Registro do artigo intitulado “Oportunidade perdida”, de autoria do ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, Rubens Barbosa, publicado no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 27 de setembro de 2005. ....	244	Considerações a respeito do dever do Estado de prover segurança à população. Aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	360
Registro de matéria intitulada “Testemunha explosiva”, publicada pela Revista <b>IstoÉ</b> , edição de 28 de setembro de 2005.....	378	VALDIR RAUPP	
SÉRGIO ZAMBIASI		Relatos da viagem realizada aos Estados Unidos da América, presidindo a CPMI da Emigração Ilegal. ....	353
Manifestação sobre o resultado do referendo da comercialização de armas de fogo e munição, realizado em 23 de outubro de 2005.....	371	VALMIR AMARAL	
		Comemoração do Dia do Aviador e do Dia da Força Aérea Brasileira. ....	13